

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM DEMOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

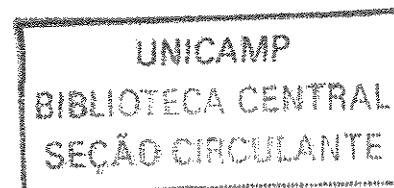
O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE RETORNO
NO FLUXO PERNAMBUCO - SÃO PAULO - PERNAMBUCO

MARIA REJANE SOUZA DE BRITTO LYRA

Orientador:

Prof. Dr. JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA

Campinas, 2003



MARIA REJANE SOUZA DE BRITTO LYRA

O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE RETORNO NO FLUXO PERNAMBUCO - SÃO PAULO - PERNAMBUCO


Tese de Doutorado em Demografia
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. JOSÉ MARCOS
PINTO DA CUNHA.

Este exemplar corresponde à
redação final da Tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 19 / 12 / 2003.

BANCA:


Prof. Dr. JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA (Orientador)
Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas


Prof.ª. Dra. ROSANA BAENINGER
Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas


Prof.ª. Dra. MARIA TERESA SALES
Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas


Prof. Dr. PAULO DE MARTINO JANNUZZI
Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados


Prof. Dr. MORVAN DE MELLO MOREIRA
Universidade Federal de Pernambuco / Fundação Joaquim Nabuco

Campinas, 2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	111/unicamp
	L989 p
V	EX
TOMBO, BC/	616222
PROC.	16-86-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	21,00
DATA	21/10/05
Nº CPD	

b) d: 340330

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L 995 p Lyra, Maria Rejane Souza de Britto
O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco – São Paulo - Pernambuco / Maria Rejane Souza de Britto. - - Campinas, SP : [s. n.], 2003.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Demografia. 2. Migração. 3. Migração interna.
4. Pernambuco - Migração. 5. São Paulo - Migração. I. Cunha, José Marcos Pinto da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ao meu pai Agenor (em memória)

À minha mãe Nise

À minha filha Amanda

*Aos meus irmãos Lúcia Helena, Ana Maria, Agenor Eduardo, e,
em especial, à minha irmã Maria Angela,
pelo carinho na cooperação, na comunhão.*

AGRADECIMENTOS

Registro meus agradecimentos ao Prof. José Marcos Pinto da Cunha, pela atenção a mim dedicada desde o momento da seleção para o Curso de Doutorado em Demografia. A ele sou grata pela indicação de disciplinas a serem cursadas, de leituras a serem feitas, de contatos a serem mantidos, enfim, de caminhos a serem percorridos. Agradeço as cuidadosas leituras dos textos produzidos e a preciosa orientação no desenvolvimento deste trabalho.

À Prof^a. Neide Patarra sou grata pelas importantes contribuições por ocasião da disciplina Seminário de Tese. Aos professores Daniel Joseph Hogan e Rosana Baeninger, agradeço, especialmente, as valiosas sugestões emitidas no momento do exame de qualificação. Aos demais professores e colegas do Programa de Doutorado em Demografia da UNICAMP, agradeço pelos ensinamentos nos debates ocorridos nos Seminários dos Doutorandos em Demografia e Ciências Sociais – Área de Concentração: Estudos de População.

Registro, também, meu reconhecimento a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, colaboraram para a consecução deste trabalho:

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade de Campinas – UNICAMP, em especial à Prof^a Rosana Baeninger, coordenadora do Programa de Doutorado em Demografia, à Secretaria de Pós-Graduação do IFCH – Christina, Gil, Junior – e à Biblioteca do IFCH – Celina, Fabiana e aos demais integrantes deste Instituto.

Ao Núcleo de Estudos Populacionais – NEPO/UNICAMP, ao seu Centro de Documentação e ao Setor de Informática, pelo apoio a mim prestado durante todo o curso. Agradeço, em especial, aos seus diretores, à época, a Prof^a. Maria Coleta F. A. de Oliveira, posteriormente, o Prof. Daniel Joseph Hogan e, atualmente, o Prof. José Marcos Pinto da Cunha; aos bolsistas Denis, Raquel e Manuel; a Alberto, Maria Ivonete, Myrza, Marcelo, Mariana, Fátima e demais funcionários.

Ao Centro de Estudos Migratórios -CEM de São Paulo; ao Diretor Sidnei Marco Dornelas; ao Editor da Revista Travessia, Dirceu Cutti; à bibliotecária Celita Maccari, pelo fornecimento de documentos importantes e pela ajuda na obtenção de informações junto a migrantes pernambucanos residentes em São Paulo; e a Maria do Socorro, pelo seu apoio.

À Fundação de Desenvolvimento Municipal do Governo de Pernambuco, pela documentação disponibilizada.

À Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, pela contribuição dada a este trabalho. Registro agradecimentos especiais, ao Dr. Fernando de Mello Freyre, à época, Presidente da Fundação, e ao Dr. Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti, Superintendente do Instituto de Pesquisas Sociais - INPSO, pelo acesso propiciado à instituição;

ao Dr. Hélio Moura, à época, Diretor Geral do INPSO, pela dedicação em transmitir seu vasto conhecimento; ao Dr. Morvan de Melo Moreira, Diretor do Departamento Pesquisas Populacionais do INPSO, pelas valiosas sugestões; a Taís de Freitas Santos, Diretora do Projeto BRA98P06 – População e Desenvolvimento de Estratégias para o Planejamento - FNUAP, pelo acesso propiciado aos dados que concretizou este trabalho; a Maria do Carmo Oliveira, pela solicitude no empréstimo da documentação requisitada; a Ricardo Zimmerle da Nóbrega, Chefe de Coordenadoria de Informática do INPSO, pela particular solidariedade e pelo estímulo e dedicação ao me ensinar a trabalhar com o REDATAM, que baseou a tabulação dos dados desta tese, e por estar sempre pronto a resolver os problemas de programação, fundamentais para a realização deste trabalho; e a Olívia, pelo apoio sempre presente.

À Cooperativa de Consultoria e Serviços Técnicos Especializados – Rumo XXI, em especial a Rosa Amorim e a Rosa Rabelo, pela compreensão das minhas ausências.

A Carlos José de Britto Lyra, pelo companheirismo que me possibilitou o curso em São Paulo e pela tradução de textos imprescindíveis, a elaboração do Abstract e a revisão do texto.

A Vernaide Wanderley, pela discussão e aportes que enriqueceram a tese.

A Nilza Nunes da Silva, pela acolhida inicial em São Paulo e pelas discussões iniciais desta tese.

A tia Enilda Lins da Cruz Gouveia, pelos importantes comentários e indicações para o tema focado.

A Líliana Salvi Dias, a Isaura de Albuquerque César a Emílio de Britto Negreiros e a Paulo Gustavo da Cruz Sampaio, pelo grande incentivo e pela indicação de textos.

~~A Cláudia Souza de Amorim, pela imensa colaboração na produção das extensas tabelas e dos inúmeros gráficos desta tese.~~

A André Souza de Amorim, pela providencial ajuda na produção de matrizes de dados.

A Rodrigo Souza de Amorim, pela produção valiosa dos mapas e pela ajuda na impressão da tese.

A Amanda Souza de Britto Lyra, minha filha, pela preciosa ajuda na tabulação de questionários da pesquisa e na leitura dos textos produzidos.

A Zaida-Maria Costa Cavalcanti, pelos importantes momentos de reflexão que tivemos sobre os assuntos desta pesquisa.

E, com carinho, a Maria Ângela de Almeida Souza, pela discussão sistemática que contribuiu para nortear, em grande parte, a organização desta tese.

Por fim, registro meu imenso agradecimento à minha mãe, Nise de Almeida Souza, pela extrema dedicação e pelo grande suporte que minimizaram as dificuldades enfrentadas na realização deste trabalho.

“...
.....

*Agora pensando
Ele segue outra tria
Chamando a famia
Começa a dizer
Meu Deus, meu Deus,
Eu vendo meu burro
Meu jegue e o cavalo
Nós vamos a São Paulo
Viver ou Morrer ...*

*Nós vamos a São Paulo
Que a coisa ta feia
Por terras alheia
Nós vamos vagar
Meus Deus, meu Deus
Se o nosso destino
Não for tão mesquinho
Cá e pro mesmo cantinho
Nós torna a voltar...”¹*

¹ Luiz GONZAGA, trecho da música "A Triste Partida".

RESUMO

O trabalho analisa o processo de migração de retorno a Pernambuco, procedente do Estado de São Paulo, nos dois períodos censitários de 1970-80 e 1981-91, procurando identificar até que ponto o fluxo migratório entre os dois estados alimenta um movimento circular de "ir e vir" dos migrantes pernambucanos e em que medida caracteriza uma reversibilidade do movimento empreendido pelos migrantes que decidiram, de fato, retornar à sua residência base. Adota como fonte de dados os Censos Demográficos de 1980 e 1991, por se constituírem como fonte disponível de informação sobre a migração, representativa de grandes extensões territoriais e que possibilita o estudo dos movimentos inerentes a esse fenômeno, a partir dos anos 70. Procura minimizar as limitações dos dados censitários para a apreensão da migração como processo social, elegendo um fluxo determinado pelos migrantes naturais de Pernambuco no seu trajeto de ida para São Paulo e de retorno para a terra natal, buscando indícios de redes sociais que se instalam no processo de migração de retorno. Através de tabulações especiais dos Censos Demográficos, destaca a expressividade do fluxo migratório estabelecido entre Pernambuco - PE e São Paulo - SP, no contexto das migrações internas brasileiras; identifica os espaços de troca mais relevantes entre esses dois estados; analisa as características do fluxo migratório selecionado, destacando a família como elemento coletivo nesse fluxo, cujos vínculos são formadores de redes sociais; e, por fim, avalia as tendências de circularidade e de reversibilidade do movimento migratório analisado. Como resultado, embora tenha encontrado indícios do aumento da reemigração e, portanto, da circularidade de migrantes, em proporções distintas para o conjunto do estado e para as suas regiões, o estudo não encontrou sustentação empírica, a partir dos dados censitários, para se afirmar que tal fenômeno pudesse justificar o importante aumento da migração de retorno, no fluxo migratório PE-SP-PE. O retorno não implicou, para muitos, necessariamente, a perspectiva de tornar a emigrar para São Paulo, caracterizando a reversibilidade do movimento de retorno, inclusive para a Região de Desenvolvimento *RD Agreste Central*, para onde afluíu o maior volume de retornados.

ABSTRACT

This Work examines the return migration process to Pernambuco, proceeding from the state of São Paulo, in the periods of 1970-80 and 1981-91 census, trying to identify until where the migratory flow between these two states feeds a “come and go” round movement of the migrants of Pernambuco and how far it can show a reversibility of the undertaken movement by the migrants that decided, indeed, to return to its origin residence. It takes as data source 1980 and 1991 demographic census, on account of being the disposable source of information about migration, that represents large territorial extensions and that makes possible the study of the movements inherent to this phenomenon, beginning from 70's. It tries to minimize the limitations of data census just to apprehend the migration as a social process, choosing a flow determined by the native born migrants from Pernambuco - PE in their way to São Paulo - SP and back to the native place, trying traces of social nets established in the migration return process. By means of special tabulations of demographic census, it exceeds the expressivity of the migratory flow established between Pernambuco and São Paulo, in the context of the Brazilian internal migrations; it identifies the most relevant change spaces between these two states, it analyses the characteristics of the migratory flux selected, giving prominence to the family as a collective element in this flux, of the which links are social nets makers; and, at last, it values the tendencies of circularity and reversibility of the migratory movement analysed. As result, notwithstanding it has found traces of reemigration increase and, therefore, of migrants circularity, in distinct proportions to the state and its regions, this work did not find empirical sustenance, from the data census on, to affirm that such phenomenon could justify the important increase of return migration, in flow migratory PE-SP-PE, the return did not imply, for many migrants, necessarily, the perspective of return to emigrate to São Paulo, characterizing the reversibility of return movement, including to the *Development Region of Agreste Central*, where ran a lot of migrants returned to.

SIGLAS E ABREVIACÕES

AL - Alagoas

BA - Bahia

CE - Ceará

CEM - Centro de Estudos Migratórios

CO - Centro Oeste

E - Emigração

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco

FUNUAP - Fundo de População das Nações Unidas

I - Imigração

IEM - Índice de Eficácia Migratória

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INPSO - Instituto de Pesquisas Sociais

IR - Índice de Reposição

MA - Maranhão

MR - Mesorregiões

NE - Nordeste

NEPO - Núcleo de Estudos Populacionais

NO - Norte

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

RDs - Regiões de Desenvolvimento

RMs - Regiões Metropolitanas

RN - Rio Grande do Norte

SE - Sergipe

SE - Sudeste

SP - São Paulo

SU - Sul

UFs - Unidades Federativas

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

SIGLAS

ÍNDICE DE TABELAS

ÍNDICE DE GRÁFICOS

ÍNDICE DE MAPAS

INTRODUÇÃO, 1

CAPÍTULO 1 - O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO, 9

1.1 O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE RETORNO NO FLUXO PE-SP-PE: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO, 11

1.1.1 A Importância Histórica do Fluxo Migratório entre Pernambuco e São Paulo, 12

1.1.2 A Heterogeneidade do Espaço Pernambucano, 17

1.1.3 Os Estudos sobre Migração de Retorno, 20

1.1.4 O Recorte do Objeto de Pesquisa, 22

1.2 AS REDES SOCIAIS NO PROCESSO MIGRATÓRIO DE RETORNO: O FUNDAMENTO TEÓRICO, 23

1.2.1 Sobre os Conceitos de Migração e de Redes Sociais, 24

1.2.2 As Redes Migratórias de Retorno: Os Conceitos Chaves, 33

1.3 MENSURAÇÃO DA MIGRAÇÃO DE RETORNO A PARTIR DAS REDES SOCIAIS: AS BASES METODOLÓGICAS, 39

1.3.1 A Postura Metodológica Adotada, 40

1.3.2 A Identificação dos Migrantes nos Censos Demográficos, 42

CAPÍTULO 2 - O RETORNO NO DUPLO PROCESSO DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO, 45

2.1 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE MAIOR EXPRESSÃO NO BRASIL: NORDESTE – SUDESTE, 48

2.1.1 A Expressão Demográfica das Grandes Regiões e dos Estados do Nordeste e de São Paulo, 48

2.1.2 As Trocas Migratórias Interestaduais nas Décadas de 1970-2000, 52

2.2 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE RETORNO DE MAIOR REPRESENTATIVIDADE PARA OS ESTADOS DO NORDESTE NAS DÉCADAS DE 1970-80 E 1981-91, 67

2.2.1 A Importância da Migração de Retorno para os Estados Nordestinos, 68

2.2.2 A Expressividade do Fluxo Migratório Pernambuco-São Paulo-Pernambuco, 79

CAPÍTULO 3 - OS ESPAÇOS DE TROCA MIGRATÓRIA NO FLUXO PE-SP-PE, 91

3.1 A REPRESENTATIVIDADE DO FLUXO PE-SP-PE NO TERRITÓRIO PERNAMBUCANO, 94

3.1.1	Um Quadro da Dinâmica Demográfica de Pernambuco e de suas Regiões de Desenvolvimento, 94
3.1.2	A Expressão do Fluxo PE-SP-PE no Contexto dos Fluxos Migratórios do País que afluem para Pernambuco, 104
3.2	A ORIGEM RURAL DOS EMIGRANTES NATURAIS E A PROCEDÊNCIA URBANA DOS RETORNADOS PERNAMBUCANOS, 116
3.3	OS ESPAÇOS PERNAMBUCANOS DE MAIOR TROCA MIGRATÓRIA COM O ESTADO DE SÃO PAULO, 121
3.3.1	O Destino da Maioria dos Emigrantes Pernambucanos, 121
3.3.2	O Destino da Maioria dos Retornados Pernambucanos, 126
3.4	OS ESPAÇOS PERNAMBUCANOS DE MAIOR RECEPTIVIDADE DOS RETORNADOS, 129
3.4.1	O Destaque da MR/RD Metropolitana, da MR do Agreste Pernambucano e da MR do Sertão Pernambucano, 129
3.4.2	A Predominância do Retorno para os Municípios de Origem, 138
3.4.3	A Maior Propensão de Retornar para a MR do Agreste Pernambucano e para a MR do Sertão Pernambucano, 143
CAPÍTULO 4 - AS REDES SOCIAIS NO FLUXO MIGRATÓRIO PE-SP-PE, 149	
4.1	OS INDÍCIOS DE REDE SOCIAIS , 152
4.1.1	O Tamanho dos Fluxos Migratórios entre Municípios de Pernambuco e São Paulo Sugerindo Redes Sociais, 153
4.1.2	A Densidade das Interações nas Redes Sociais Evidenciadas por Registros da Realidade, 161
4.2	A FAMÍLIA COMO ENTIDADE COLETIVA DO FLUXO MIGRATÓRIO PE-SP-PE, 167
4.2.1	As Relações de Dependência entre os Migrantes, 168
4.2.2	Os Arranjos Familiares dos Retornados, 180
4.2.3	Circularidade ou Reversibilidade das Famílias Retornadas ?, 189
4.3	O CHEFE DE FAMÍLIA COMO ATOR IMPORTANTE DAS REDES MIGRATÓRIAS, 193
4.3.1	O Perfil Sócio-Econômico dos Chefes de Família Retornados, 193
4.3.2	O Ciclo de Vida dos Chefes de Família no Momento da Migração, 207
Capítulo 5 - A INTENSIDADE DO “IR E VIR” NO FLUXO MIGRATÓRIO PE-SP-PE, 213	
5.1	A POLARIZAÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO PE-SP-PE REFORÇANDO A LIGAÇÃO ENTRE AS DUAS UFs , 216
5.2	A PERMANÊNCIA DOS MIGRANTES NO LOCAL DE DESTINO, 220
5.3	A COMPOSIÇÃO DOS MIGRANTES POR IDADE NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO, 226
CONCLUSÃO: UM RETORNO AO TEXTO, 235	
BIBLIOGRAFIA, 245	
ANEXOS, 257	

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 2.1 – Brasil, Grandes Regiões e UFs selecionadas - Evolução da População Residente, Taxa de Crescimento e Densidade Demográfica. 1970-2000

TABELA 2.2 – Brasil, Grandes Regiões e UFs selecionadas - Movimento Migratório Interestadual: Participação Relativa e Taxa Média Anual de Emigração e de Imigração. 1970-2000

TABELA 2.3 – Brasil, Grandes Regiões e UFs selecionadas – Movimento Migratório Interestadual: Participação Relativa e Taxa Média Anual de Trocas Migratórias. 1970-2000

TABELA 2.4 – Brasil, Grandes Regiões e UFs selecionadas - Crescimento Absoluto da População, Participação Relativa da Imigração no Crescimento da População, Índices de Eficácia Migratória e de Reposição. 1970-2000

TABELA 2.5 – Brasil, Grandes Regiões e UFs selecionadas - Migrantes Não-Naturais e Migrantes de Retorno procedentes das Demais UFs do Brasil: Participação Relativa e Taxa Média Anual. 1970-2000

TABELA 2.6 – Brasil, Grandes Regiões e UFs selecionadas - Migrantes de Retorno procedentes das Demais UFs do Nordeste: Participação Relativa e Taxa Média Anual. 1970-2000

TABELA 2.7 – Brasil, Grandes Regiões e UFs selecionadas - Migrantes de Retorno procedentes do Estado de São Paulo: Participação Relativa e Taxa Média Anual. 1970-2000

TABELA 2.8 – Brasil, Grandes Regiões e UFs selecionadas - Participação Relativa da Migração de Retorno de Última Procedência do Brasil, das Demais UFs do Nordeste e do Estado de São Paulo no Crescimento da População e no Total da Imigração. 1970-91

TABELA 2.9 – Nordeste e UFs do Nordeste - Emigrantes Naturais, Migrantes de Retorno e "Probabilidade" de Retorno. 1970-91

TABELA 2.10 – Pernambuco - Fluxos Migratórios Mais Expressivos dos Retornados das UFs de Última Procedência. 1970-91

TABELA 3.1 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Evolução da População Residente, Taxas de Crescimento e de Urbanização, Área e Densidade Demográfica. 1970-2000

TABELA 3.2 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Imigrantes Interestaduais e Participação Relativa da Imigração SP-PE sobre a Imigração BR-PE. 1970-91

TABELA 3.3 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Emigrantes Interestaduais do Fluxo Migratório PE-SP, Trocas Migratórias e Índices de Eficácia Migratórias e de Reposição. 1970-91

TABELA 3.4 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Fluxos Migratórios mais Expressivos dos Retornados das UFs de Última Procedência do Brasil. 1970-91

TABELA 3.5 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Emigrantes Naturais segundo a Última Procedência do Quadro domiciliar para o Estado de São Paulo. 1970-91

TABELA 3.6 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Migrantes de Retorno segundo a Última Procedência da Situação de Domicílio e a Situação Domiciliar do Município em que foi Recenseado. 1970-91

TABELA 3.7 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Emigrantes Naturais de Última Procedência (Origem), para a Região Metropolitana de São Paulo, Região de Santos e Outros Municípios do Estado de São Paulo (Destino), segundo Tipologia dos Municípios. 1970-91

TABELA 3.8 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Migrantes de Retorno de Última Procedência da Região Metropolitana de São Paulo, Região de Santos e Outros Municípios, segundo Tipologia dos Municípios. 1970-91

TABELA 3.9– Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Emigrantes Naturais do Fluxo PE-SP e Migrantes de Retorno e Imigrantes Não-Naturais do Fluxo SP-PE. 1970-91

TABELA 3.10 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Migrantes de Retorno sobre o Crescimento da População e sobre a Imigração. 1970-91

TABELA 3.11 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Migrantes de Retorno para os Municípios de Nascimento (Origem) e para Outros Municípios (Não-Origem) do Fluxo SP-PE. 1970-91

TABELA 3.12 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – Migrantes de Retorno do Fluxo SP-PE para o Município de Nascimento (Origem) e para Outros Municípios (Não-Origem) e Percentagem sobre a Migração de Retorno a Pernambuco. 1970-91

TABELA 3.13 – Pernambuco, Mesorregiões (MR) e Regiões de Desenvolvimento (RD) – “Probabilidade” de Migração de Retorno dos Emigrantes Naturais. 1970-91

TABELA 4.1 – Municípios das Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas de Pernambuco – Movimento Migratório dos Municípios da RMSP e dos Municípios das RDs Seleccionadas de Pernambuco. 1970-91

TABELA 4.2 – Pernambuco - Posição da Família com Relação ao Chefe, segundo a Condição Migratória e Tempo de Residência na UF Atual. 1970-91

TABELA 4.3 – Pernambuco - Posição da Família com Relação ao Chefe de Migrantes Pernambucanos com até cinco anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. 1970-91

TABELA 4.4 - Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Efeitos Diretos e Indiretos da Migração de Retorno segundo o Tempo de Permanência na UF Atual. 1981-91

TABELA 4.5 - Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Efeitos Diretos e Indiretos do Fluxo Migratório de Retorno causados pelos Filhos segundo o Tempo de Permanência na UF Atual. 1981-91

TABELA 4.6 - Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Chefes de Família Migrantes de Retorno segundo Espécie de Família e Arranjos Familiares por Tempo de Residência na UF Atual. 1981-91

TABELA 4.7 - Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Chefes de Família Migrantes de Retorno segundo Arranjos Familiares da Família Nuclear segundo o Tempo de Residência na UF Atual. 1981-91

TABELA 4.8 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Indicadores de Circularidade e de Reversibilidade. 1981-91

TABELA 4.9 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Índice de Diferenciais Migratórios dos Níveis Educacionais dos Chefes de Família Migrantes de Retorno segundo Faixas Etárias por Grupos Comparativos de Emigrantes e Não-Migrantes. 1970-91

TABELA 4.10 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Características Sócio-Econômicas dos Chefes de família por Condição Migratória com Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual e dos Não-Migrantes. 1981-91

TABELA 4.11 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Renda Nominal Média Mensal dos Chefes e Familiar *Per Capita* (Em SM) dos Chefes de Família Migrantes de Retorno. 1981-91

TABELA 4.12 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Espécie de Família dos Chefes Migrantes de Retorno segundo Faixas Etárias no momento da migração do Chefe de Família. 1981-91

TABELA 4.13 – Pernambuco - Chefes de Famílias com até cinco anos de Residência na UF Atual, por Tempo de Residência. 1970- 91

TABELA 5.1 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Emigrantes Naturais e Migrantes de Retorno no Lugar de Moradia em 01/09/1986. 1981-91

TABELA 5.2 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Migrantes de Retorno no Lugar de Moradia em 01/09/1986. 1981-91

TABELA 5.3 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Volume dos Emigrantes Pernambucanos e dos Migrantes de Retorno segundo Tempo de Residência. 1970-91

TABELA 5.4 – Pernambuco e Regiões de Desenvolvimento Seleccionadas – Idade Média dos Migrantes Pernambucanos no Momento da Migração segundo Tempo de Residência no Destino. 1970-91

TABELA 5.5 – Pernambuco – Condição Migratória dos Migrantes com até cinco anos de Residência na UF Atual por Faixa Etária no Momento da Migração. 1970-91

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 2.1 – Emigração em Relação ao Total do Brasil. 1970-2000
 GRÁFICO 2.2 – Imigração em Relação ao Total do Brasil. 1970-2000
 GRÁFICO 2.3 – Trocas Migratórias Líquidas do Fluxo do Brasil. 1970-2000
 GRÁFICO 2.4 – Participação da Imigração no Crescimento da População. 1970-2000
 GRÁFICO 2.5 – Índice de Eficácia Migratória do Fluxo do Brasil. 1970-2000
 GRÁFICO 2.6 – Migração de Retorno das demais UFs do Brasil. 1970-2000
 GRÁFICO 2.7 – Migração de Retorno do Estado de São Paulo. 1970-2000
 GRÁFICO 2.8 – Migração de Retorno sobre o Crescimento da População. 1970-2000
 GRÁFICO 2.9 – Migração de Retorno das demais UFs do Brasil sobre o Total de Imigração. 1970-91
 GRÁFICO 2.10 – “Probabilidade” de Retorno dos Migrantes com Menos de 10 anos na UF de Destino. 1970-91
 GRÁFICO 2.11 – Percentual sobre o Total de Retornados Nordestinos. 1970-91
 GRÁFICO 2.12 – Comparação da Participação Relativa da Migração de Retorno Procedente das UFs mais expressivas do Brasil. 1970-91
 GRÁFICO 2.13 – Migrantes Pernambucanos de Retorno Para Origem Procedentes das UFs mais Expressivas do Brasil. 1970-91
- GRÁFICO 3.1 – Participação Relativa da População Residente. 1970-2000
 GRÁFICO 3.2 – TAXA de Urbanização 1970, 1980, 1991 e 2000
 GRÁFICO 3.3 – Participação Relativa da Imigração Procedente das UFs do Brasil. 1970-80 e 1981-91
 GRÁFICO 3.4 – Percentual de Imigração do Fluxo SP-PE sobre o Fluxo das UFs do BR-PE. 1970-91
 GRÁFICO 3.5 – Percentual da Imigração dos Fluxos UFs BR-PE e SP-PE sobre o Crescimento da População. 1970-91
 GRÁFICO 3.6 – Troca Migratória Fluxo PE-SP-PE. 1970-80 e 1981-91
 GRÁFICO 3.7 – Última Procedência dos Emigrantes Pernambucanos para São Paulo. 1970-91
 GRÁFICO 3.8 – Última Procedência dos Migrantes de Retorno. 1970-80 e 1981-91
 GRÁFICO 3.9 – Emigrantes Pernambucanos com Destino a São Paulo 1970-91
 GRÁFICO 3.10 – Emigrantes Pernambucanos com Destino aos Municípios da RM São Paulo 1970-91
 GRÁFICO 3.11 – Migrantes de Retorno Procedentes de Municípios da RM São Paulo 1970-91
 GRÁFICO 3.12 – Emigrantes Naturais: Participação relativa e Taxa Média Anual. 1970-91
-
- GRÁFICO 3.13 – Migração de Retorno: Participação relativa e Taxa Média Anual. 1970-80 e 1981-91
 GRÁFICO 3.14 – Diferenças Percentuais dos Emigrantes Naturais e dos Migrantes de Retorno. 1970-80 e 1981-91
 GRÁFICO 3.15 – Diferenças Percentuais dos Imigrantes Não-Naturais e dos Migrantes de Retorno. 1970-80 e 1981-91
 GRÁFICO 3.16 – Percentagem da Migração de Retorno sobre a Imigração. 1970-80 e 1981-91
 GRÁFICO 3.17 – Migração de Retorno à Origem: Participação relativa e Taxa Média Anual. 1970-91
 GRÁFICO 3.18 - Migrantes de Retorno à Origem e a Outros Municípios. 1970-91
 GRÁFICO 3.19 – “Probabilidade” de Retorno dos Emigrantes Naturais 1970-91
- GRÁFICO 4.1 - Pirâmide Etária dos Chefes de Família Migrantes de Retorno. 1970-91
 GRÁFICO 4.2 - Pirâmide Etária dos Chefes de Família Migrantes de Retorno e dos Emigrantes Naturais da Década. 81-91
 GRÁFICO 4.3 – Pirâmide Etária dos Chefes de Família Migrantes de Retorno com até 1 ano e com até 5 anos de Residência na UF Atual no Momento da Migração. 1981-91
- GRÁFICO 5.1 – Migrantes de Retorno no Lugar da moradia em Setembro de 1986. 1981-91
 GRÁFICO 5.2 – Emigrantes Naturais Pernambucanos para a UF de São Paulo por Tempo de Residência. 1970-91
 GRÁFICO 5.3 – Migrantes de Retorno para Pernambuco por Tempo de Residência. 1970-91
 GRÁFICO 5.4: Emigrantes Naturais e Migrantes de Retorno de Pernambuco por Tempo de Residência. 1981-91
 GRÁFICO 5.5: Pirâmide Etária dos Emigrantes do Fluxo PE-SP com até 5 anos de Residência no Estado de São Paulo. 1970-91
 GRÁFICO 5.6: Pirâmide Etária dos Migrantes de Retorno do Fluxo SP-PE com até 5 anos de Residência no Estado de Pernambuco. 1970-91

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1.1 – Pernambuco e suas Mesorregiões e Regiões de Desenvolvimento segundo as Regiões Fisiográficas

Mapa 1.2 - Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco

MAPA 2.1 – Brasil – Grandes Cidades

MAPA 2.2 – Nordeste – Grandes Cidades e Concentração Demográfica

Mapa 2.3 – Fluxos de Emigração dos Naturais e de Migração de Retorno Mais expressivos de cada UF do Nordeste
1970-80

Mapa 2.4 – Fluxos de Emigração dos Naturais e de Migração de Retorno Mais Expressivos de Cada UF do Nordeste
1981-91

Mapa 3.1 – Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco segundo UF de Procedência do Fluxo Migratório de Maior
Expressão. 1970-80/1981-91

Mapa 3.2 – Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco de Fluxo Migratório de retorno Mais Expressivo

Mapa 3.3 – Visão Estratégica de Pernambuco

Mapa 3.4 – Potencialidade Turística de Pernambuco

Mapa 4.1 – Circuito de Ônibus do Agreste Pernambucano a São Paulo.

INTRODUÇÃO

A mobilidade das populações mostra-se como um fenômeno demográfico permanente que, ao longo do tempo, sofre alterações apenas de intensidade, conforme as circunstâncias peculiares a cada região. No Brasil, as mudanças nos processos sociais e políticos têm gerado desequilíbrios internos, provocados pelo crescimento econômico diversificado e complexo, cujos efeitos têm sido bastante significativos no âmbito da dinâmica populacional, sobretudo no que se refere aos processos migratórios. Os resultados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 indicam mudanças importantes na estrutura e na evolução das componentes demográficas das diferentes regiões do País, entre as quais se destacam a acentuação dos fluxos migratórios rurais-urbanos, intra e inter-regionalmente, a diminuição da migração líquida no estado de São Paulo e o aumento da imigração interregional do Sudeste para o Nordeste, o que aponta para o fluxo de retorno, especialmente dos nordestinos. Os dados recentes do Censo Demográfico de 2000 reforçam algumas dessas tendências.

Refletindo sobre este processo, CUNHA (1998) constata a manutenção dos fluxos migratórios provenientes do Nordeste em direção a São Paulo e o aumento da migração de retorno para aquela região, o que o leva a formular a hipótese de um aumento do “ir e vir” de nordestinos, admitindo a possibilidade de fluxos sucessivos constituídos das mesmas pessoas, ou de pessoas distintas, ou uma combinação das duas possibilidades. Destaca a importância de estudos que aprofundam o significado da circularidade, sugerida pelos dados censitários, contudo, faz a ressalva de que tal tarefa não é das mais fáceis, tendo em vista as limitações próprias das informações. Chamando atenção para as bases de dados utilizadas na pesquisa do movimento migratório, CUNHA (1994:17) afirma que a inexistência de fontes de levantamento contínuo sobre esses movimentos:

“...obriga o pesquisador a recorrer, necessariamente, a levantamentos amostrais, em geral bastante dispendiosos, ou aos Censos Demográficos, cuja periodicidade decenal deixa a desejar, face ao caráter dinâmico da velocidade das transformações na sociedade e no espaço ... (por isso) ... o consenso entre os demógrafos e estudiosos de população que a migração, dentre as variáveis demográficas, é aquela com as maiores dificuldades no que se refere à sua mensuração, interpretação e, sobretudo, previsão”.

Enfrentando as limitações inerentes aos dados censitários como fonte de informações, especialmente no que se refere ao estudo da migração como processo, este trabalho situa-se na linha de abordagem sugerida por CUNHA (1998), ao adotar como objetivo a análise do processo de migração

de retorno dos pernambucanos que emigraram para São Paulo, buscando identificar, neste processo, o movimento circular de “ir e vir” dos migrantes naturais de Pernambuco, que retornam ao seu estado de origem e tornam a emigrar, como também identificar a reversibilidade do movimento migratório dos pernambucanos que emigraram para São Paulo e retornaram para se fixarem no seu estado de origem. Adota como base de dados os Censos Demográficos de 1980 e 1991, que se constituem como fonte disponível de informação, referente à migração, representativa de grandes extensões territoriais e que possibilita o estudo dos grandes movimentos de retorno.

Os avanços na elaboração dos questionários dos Censos de 1980¹ e, especialmente, de 1991, possibilitaram o surgimento, na década de 80, de um maior número de estudos de migração de retorno com base nos dados censitários. Se, por um lado, esses dados permitem pesquisas extensivas, capazes de inferir o movimento nacional, por outro lado, eles encerram as limitações do resgate desses movimentos enquanto processo. E nisto reside o principal desafio das pesquisas que adotam tais dados como base de referência.

É importante ressaltar que o Censo Demográfico de 2000 não foi incorporado na análise aprofundada sobre o fluxo de retorno PE-SP-PE, no âmbito deste estudo, por falta de tempo hábil para processar as tabulações especiais de modo compatível com os procedimentos utilizados no tratamento dos dados censitários adotados. Isto, contudo, não comprometeu o objetivo central do trabalho que consiste em analisar o processo de migração de retorno do fluxo estabelecido entre Pernambuco e São Paulo, na perspectiva das redes sociais, focalizando as décadas de 70 e 80, em que o fenômeno de retorno adquiriu visibilidade e se inseriu na pauta das questões colocadas por estudiosos do assunto. Construindo um caminho metodológico, este estudo prepara as bases para atualizações futuras.

A importância da análise do fenômeno migratório enquanto processo vem sendo afirmada nos estudos sobre o tema, como também se torna cada vez mais evidente, no final do século XX, a importância das redes sociais nos processos migratórios, já ressaltado por MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987), TILLY (1990), PORTES (1995), GIUSTI & CALVELO (1998), ROCHA-TRINDADE (1995),

¹ As limitações atribuídas às informações censitárias como base para a apreensão da migração como processo social vêm sendo pauta de discussões desde a década de 70 e fundamentam as principais reivindicações e sugestões dos pesquisadores da área, algumas delas já incorporadas aos Censos Demográficos de 1980 e 1991 – foco principal deste trabalho – como, também, se acham presentes no Censo Demográfico de 2000. Tais avanços têm, desde então, possibilitado estudos sobre a migração de retorno, através de tabulações especiais, a exemplo do que se encontra desenvolvido neste trabalho.

BATISTA (1998), entre outros. Por outro lado, são, ainda, incipientes os estudos migratórios que adotam essa perspectiva das redes sociais, a partir dos dados censitários.

Segundo MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987), as redes sociais são caracterizadas por grupos de pessoas que estão ligadas por qualquer tipo de trabalho ou por elos familiares, culturais ou laços afetivos, cujas interações parecem funcionar como papel estimulador da migração, a qual, através dessas redes, consiste num elo de comunicação que emerge gradualmente como movimento migratório entre as áreas emissoras e receptoras de população. Iniciam com alguns indivíduos que encorajam outros a migrarem, até envolverem um grande número de pessoas, constituindo-se, assim, um processo social.

Ao buscar indicadores de redes de interações existentes nas regiões onde os fluxos migratórios são mais intensos, tanto ao nível interestadual, como entre municípios próximos do mesmo estado, tenta-se, no âmbito deste estudo, uma aproximação com as concepções de COUGEAU (1990) sobre os espaços delimitados por esses fluxos, não só pela frequência e quantidade dos movimentos físicos, senão, também, por outros tipos de intercâmbio propiciados pelos avanços tecnológicos e dos meios de transporte e comunicação que facilitam relações, especialmente de trabalho, num raio de ação muito além das fronteiras, inclusive nacionais. Tais espaços envolvem as possíveis redes sociais estabelecidas entre os migrantes e pessoas situadas no local de origem e no local de destino. Desse modo, apreende-se a mobilidade espacial de forma mais dinâmica, extrapolando-se uma simples visão dicotômica de origem X destino.

No processo migratório de “ir e vir” as interações do indivíduo envolvem moradia e trabalho, entre outros fatores que constroem o espaço de relações e de informações, além da caracterização dos deslocamentos, a qual abrange o próprio trajeto que o migrante se mobiliza e, até mesmo os dois domicílios, um em São Paulo e outro em Pernambuco. Para CUNHA (1998), esse processo de “ir e vir” pode ser engrossado cada vez mais pelas mesmas pessoas (migrantes) ou, simplesmente, ser um atributo do fluxo migratório considerado de maneira genérica. Esta circularidade, aventada por Cunha, poderia referir-se tanto aos indivíduos quanto ao fluxo.

A noção de “circularidade”, bem como a noção de “reversão urbana”, encontram-se na base da noção mais ampla de “reversibilidade dos movimentos”, que caracteriza a “migração de retorno”. Essa noção é aprofundada por GIUSTI & CALVELO (1998) que entendem a “circulação”, ou a “circularidade”, como integrada a uma cadeia completa de fatores interdependentes de todas as formas de

mobilidade, que envolve pessoas, bens e serviços. Os espaços de circulação podem ser, por sua vez, restringidos ou ampliados, e a circulação pode-se dar em circuitos econômicos formais e informais. Tal entendimento destaca a importância da observação da diversidade de situações e de percepções múltiplas que os indivíduos têm acerca do seu próprio local de residência. Ou seja, onde ele realiza todas as suas atividades, podendo ter um sentido amplo, se se tem em conta todas as conexões processadas, ou sentido restrito, se só se tem em conta o lugar de residência da família e do trabalho.

Para efeito prático e metodológico desta pesquisa, buscou-se para operacionalização dos conceitos de circularidade ou de reversibilidade do processo de migração de retorno, no fluxo PE-SP-PE, algumas variáveis-chaves, tais como o "tempo de residência na Unidade da Federação", uma vez que esta distingue os migrantes recentes e antigos e, associada a outras variáveis dos diferenciais sócio-demográficos – sexo, idade no momento da migração, ciclo vital, tipo de família, arranjos familiares, nível de instrução – pode sugerir a circularidade do movimento migratório de retorno, que traz em si o risco de remigração, como, também, pode fornecer indícios de reversibilidade do fluxo de retorno, entendida como a permanência do migrante de retorno no seu Estado de nascimento. Tem-se como hipótese que a concentração dos migrantes no menor tempo de permanência no destino – seja da emigração, seja da migração de retorno – pode ser indício de uma maior circularidade do fluxo migratório estabelecido entre os estados de Pernambuco e São Paulo. No mesmo sentido, essa menor permanência, aliada a um envelhecimento do fluxo de retornados pode indicar que pessoas com experiência migratória alimentam um fluxo de "ir e vir".

GIUSTI & CALVELO (1998:9) destacam a presença de redes migratórias e a importância da família para o estudo da reversibilidade:

"Em relación a la reversibilidad se detectaron otros indicadores que sería conveniente medir y contribuían a observar diferencias: nos referimos a patrones familiares de desplazamiento; constitución de grupos familiares; formas de asimilación; tipos de relacionamientos comunitários; presencia de redes migratórias; acceso al empleo y a bienes y servicios."

O retorno dos migrantes que se destinam ao município de origem constitui-se, no âmbito da análise desenvolvida, um outro indicador de reversibilidade dos movimentos de retorno dos pernambucanos procedentes de São Paulo. Tal entendimento, por um lado, baseia-se em DOMENACH & PICOUE (1990), para quem o retorno só se efetiva até a residência base, uma vez que reforça a condição da primeira residência, da residência do local de nascimento.

Baseados na noção de “espaço de vida” de COURGEAU (1990), DOMENACH & PICOUET (1990:53), desenvolveram o conceito de “residência base”, definida como o lugar ou conjunto de lugares a partir do qual os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada uma vez que reforça a condição da primeira residência, da residência do local de nascimento:

“Dentro de este contexto, la referencia acostumbrada al lugar de origen, que la estadística asimila de buen grado al lugar de nacimiento presuponiendo retorno o paso, se revela más o menos pertinente según los casos.”

Para efeito de análise, este estudo parte, também, da hipótese que o retorno à residência base – interpretado, no contexto deste estudo, como o município de origem ou município de nascimento – constitui-se em um dos indícios de reversibilidade do fluxo de retorno. Contudo, na medida em que essas relações estão associadas a oportunidades de trabalho evidentes, na dinâmica econômica local, o retorno ao município de origem pode ser, também, indício de circularidade.

Enfocando as relações estabelecidas nas redes sociais, entendendo estas como facilitadoras da migração, DOMENACH & PICOUET (1990) têm em mente que as relações de parentesco, amizade e conterraneidade encontram-se na base dessas redes. MASSEY, ALARCON, DURAND & GONZALES (1987:138-147), compartilham dessa mesma opinião, defendendo, ainda, que essas mesmas relações são reforçadas por uma interação regular em associações voluntárias.

Trabalho e família são entendidos como fatores fundamentais na decisão de migrar e constituem-se duas questões chaves para o entendimento do processo de migração de retorno. Este entendimento é reforçado por SCOTT (1984), que destaca entre as razões mais fortes que fazem com que tantos migrantes voltem a enfrentar as mesmas condições que deixaram: a exclusão da maioria dos migrantes de retorno da força de trabalho ocupada durante a sua estada fora; e a família, mais especificamente, a unidade doméstica, pela qual o migrante sente ligação e que se constitui como o seu veículo de sobrevivência na sociedade.

Reforçando a importância das relações de trabalho, SAYAD (2000:8) indaga:

“...existem migrações, por mais reduzidas que sejam, e por quaisquer que sejam as razões declaradas, que não sejam de trabalho? Isto é, que não tenham implicações no mercado de trabalho?”

Para a compreensão do processo analisado, especialmente quanto às oportunidades de trabalho dos migrantes de retorno, buscou-se identificar alguns elementos de incentivo ou de constrangimento das regiões de desenvolvimento mais expressivas de Pernambuco, capazes de explicar, seja a evasão dos migrantes naturais pernambucanos, seja a atração dos migrantes de retorno, inclusive dos retornados para o município de origem, aprofundando a análise num quadro de mudanças ocorridas nas duas décadas – 1970-80 e 1981-91. Depoimentos de pesquisas empíricas realizadas por outros pesquisadores, também foram contempladas no âmbito deste estudo, contribuindo para o entendimento do processo que se pretende resgatar, especialmente no que se refere às relações familiares e à decisão de migrar. Ainda assim, persiste um hiato entre o que se requer para um estudo sobre o processo migratório de retorno e aquilo que os dados censitários efetivamente permitem realizar.

Estruturado em cinco capítulos, este trabalho tenta construir, inicialmente, um roteiro - *O Percurso Teórico-Metodológico* - para abordar o processo migratório, especialmente aquele constituído pelo fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco. Ele tem no seu bojo o ponto de partida para a construção do objeto de estudo, os pressupostos sócio-demográficos, os principais passos efetivados e as proposições essenciais que norteiam as abordagens de cada capítulo.

No segundo capítulo - *O Retorno no Duplo Processo de Emigração e Imigração* - é apreciado o processo migratório no seu duplo aspecto da saída ou da entrada de migrantes, apontando para as diferenças regionais, especialmente entre o Nordeste e o Sudeste, e identificando os fluxos de maior relevância no movimento de migração interna do país. Procura contextualizar os deslocamentos interestaduais da população brasileira, num panorama do crescimento e da distribuição espacial da população, a partir do Censo Demográfico de 1970, para, em seguida, abordar a questão da emigração e da imigração, incluindo a migração de retorno, tendo como panorama mais amplo os quatro últimos Censos - 1970, 1980, 1991 e 2000. Aprofunda, em seguida, mais especificamente, a migração de retorno, a partir do movimento dos fluxos migratórios interestaduais do Brasil, destacando as UFs da região Nordeste e São Paulo e procurando ressaltar a expressividade do fluxo migratório PE-SP-PE, utilizando os dados censitários de 1980 e 1991, que envolve o período selecionado para o estudo.

Focalizando, particularmente, o fluxo migratório Pernambuco – São Paulo – Pernambuco, o terceiro capítulo - *Os Espaços de Troca Migratória no Fluxo PE-SP-PE* – analisa os espaços mais

representativos de troca migratória no contexto do estado de Pernambuco na sua interação com o estado de São Paulo, identificando os fluxos de maior relevância entre regiões e conjuntos de municípios, captados através de tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, relacionando-os com os processos de desenvolvimento dessas regiões e municípios e procurando identificar elementos de incentivo ou de constrangimento dos movimentos migratórios.

O quarto capítulo – *As Redes Sociais no Fluxo Migratório PE-SP-PE* – procura identificar indícios de redes sociais estabelecidas no fluxo migratório entre os estados de Pernambuco e São Paulo, nas décadas de 70 e 80. Para aprofundar a análise do processo migratório e na busca de indícios das redes sociais, adota a família como unidade de observação privilegiada, destacando o chefe de família, responsável pelo domicílio e entendido no contexto deste estudo como ator importante das redes sociais, para avaliar, a partir dos diferenciais sócio-demográficos, a condição de inserção do chefe e da família na sociedade de destino do retorno.

O quinto capítulo – *A Intensidade do “Ir e Vir” no Fluxo Migratório PE-SP-PE* - inicia abordando o comportamento do fluxo migratório em questão, no meio do período censitário da década de 80, visando captar parte da trajetória dos migrantes, para, em seguida, buscar o caráter permanente ou temporário desses movimentos, através do cruzamento do tempo de residência na UF atual, segundo as regiões de desenvolvimento de Pernambuco, receptoras dos migrantes de retorno, e da idade do migrante no momento da migração. Acrescenta elementos aos aportes que foram sendo somados ao longo do trabalho, procurando responder a questão central do estudo, que remete à propensão à “circularidade” ou à “reversibilidade” do fluxo migratório de retorno analisado.

Pesquisas e estudos já realizados, bem como aportes teórico-metodológicos referenciados na bibliografia, serviram de base para a análise da pesquisa em pauta, como também foram utilizados os depoimentos colhidos em pesquisas de campo apresentadas em alguns desses documentos. Baseado, fundamentalmente, na análise dos dados censitários, este trabalho não apresenta respostas conclusivas às questões colocadas. Estabelece relações entre os resultados dos dados e os processos sociais identificados, oferecendo indicativos para os processos migratórios em questão.

Como contribuição, este trabalho traz a elucidação dos espaços internos de Pernambuco – regiões de desenvolvimento e municípios – onde os fluxos de retorno do estado de São Paulo são mais intensos, bem como da relação de troca desses espaços com as regiões e municípios de São

Paulo, a partir do fluxo selecionado de migrantes pernambucanos; traz como aporte metodológico, um trato das tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, a partir do programa "REDATAM-Plus para Windows – winR+", que processa os micro dados da amostra dos referidos Censos; e, apresenta, também, uma abordagem da migração de retorno, na qual se procura a identificação do movimento de circularidade ou de reversibilidade dos movimentos migratórios, numa visão da migração enquanto processo, tendo como base os dados censitários e uma noção de redes sociais.

Capítulo 1

O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

“... inexistem, pelo menos no Brasil, fontes de levantamento contínuo sobre os movimentos migratórios, o que obriga o pesquisador a recorrer, necessariamente, ou a levantamentos amostrais, em geral bastante dispendiosos, ou aos Censos Demográficos, cuja periodicidade decenal deixa a desejar, em face do caráter dinâmico e da velocidade das transformações na sociedade e no espaço...”

...

“É praticamente um consenso entre os demógrafos e estudiosos de população que a migração, dentre as variáveis demográficas, é aquela com as maiores dificuldades no que se refere à sua mensuração, interpretação e, sobretudo, previsão..”

José Marcos CUNHA (1994:17)



O aporte fornecido pelos estudos sobre o movimento de migração de retorno no país aponta para a sua importância, especialmente no que se refere aos estados do Nordeste, bem como indicam a necessidade de seu aprofundamento. Este capítulo apresenta a trilha teórico-metodológica do estudo desenvolvido, nos seus diversos aspectos. Inicia com a construção do objeto de estudo, destacando o problema a ser focado e o contexto no qual ele se insere; aborda os estudos sobre o tema a ser aprofundado – a migração de retorno – de modo a delimitar o objeto de estudo no contexto das lacunas apresentadas. No trato das bases conceituais em que se fundamenta o desenvolvimento do trabalho aprofunda-se o conceito de redes sociais e são apresentados os elementos para a construção das bases metodológicas que serviram de orientação para o desenvolvimento do estudo.

1.1 O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE RETORNO NO FLUXO PE-SP-PE: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O processo migratório estabelecido entre Pernambuco e São Paulo, intensificando-se a partir da década de 1930, destaca a expressividade da troca de população entre Nordeste e Sudeste. O redirecionamento dos fluxos migratórios, que se evidencia a partir da década de 70, configura um novo momento em que passa a ter expressão crescente o movimento de retorno daqueles nordestinos que emigraram em busca de oportunidades de emprego. Nesse contexto é destacada a participação do fluxo migratório que se estabelece entre os estados de Pernambuco e São Paulo, o qual adquire condições específicas no contexto do território pernambucano, em face da diversidade das condições fisiográficas e de desenvolvimento que caracteriza o seu espaço. Este item aborda de modo breve o problema a ser focado neste trabalho, e, a partir das lacunas dos estudos desenvolvidos sobre o tema, define o objeto de pesquisa, nos seus diversos recortes – temático, temporal e espacial.

1.1.1 A Importância Histórica do Fluxo Migratório entre Pernambuco e São Paulo

Os deslocamentos populacionais da Região Nordeste remontam à metade do século XIX. Castigado pelas secas que, periodicamente, atingem a Região, ou fornecendo escravos para as lavouras do Rio de Janeiro e de São Paulo ou, ainda, motivado por outros fatores associados ao processo de desenvolvimento regional, o Nordeste se destaca, desde então, como exportador de população, especialmente, para a Região Sudeste. A partir dos anos 30 do século XX, como reflexo da crise econômica internacional e em face da reestruturação econômica imposta por aquela crise, o País inicia um novo padrão de industrialização, o qual, associado a um aumento do ritmo de crescimento demográfico, gerou uma massa crescente de migrantes em potencial, intensificando o movimento migratório no Brasil. O panorama de deslocamentos da população brasileira configura, desde então, dois momentos distintos: dos anos 30 até os anos 70, quando predomina o movimento rural-urbano e uma grande emigração para o Sudeste, principalmente para o Estado de São Paulo, cuja área era dotada de uma grande concentração populacional e de um grande dinamismo econômico; e a partir dos anos 80, quando houve uma inversão da tendência anterior, na medida em que se operam mudanças nos padrões de produção e ocupação e o fluxo de migração de retorno ganha expressão nos estados do Nordeste².

Um panorama traçado por MOURA (1972), a partir dos Censos Demográficos de 1940 a 1970, apresenta uma grande concentração dos fluxos migratórios dos diversos estados do Nordeste, segundo umas poucas áreas de presença, o que indica certa especialização dos fluxos migratórios segundo origens e destinos. A Região Sudeste constitui uma área de atração privilegiada dos nordestinos, concentrando entre 65 e 71% da população ausente desta região, ao longo de todo este período. A Região Centro-Oeste e a Região Norte, que se apresentam no plano subsequente, concentram abaixo de 20% dos migrantes da Região Nordeste, geralmente explicada pela migração entre estados limítrofes.

O número de emigrantes nordestinos cresceu progressivamente entre os Censos Demográficos de 1940 e 1970, chegando a aumentar esse contingente em mais de cinco vezes entre os dois Censos. As duas décadas seguintes apresentam um decréscimo paulatino do volume dos migrantes naturais que deixam a região Nordeste, embora tal volume permaneça, ainda, bastante expressivo.

² Para um aprofundamento da dinâmica demográfica brasileira ver MARTINE (1982), MARTINE e CAMARGO (1984), MOURA (1984 e 1999), CUNHA (1996), GRAHAM e HOLANDA (1993), entre outros.

Um elenco de fatores que atraíram a população nordestina ao resto do país, provavelmente contribuiu para tal fenômeno. Numa visão de conjunto, MARTINE (1995) aponta alguns movimentos na redistribuição espacial da população brasileira. Segundo ele, a partir da década de 30, duas tendências redistributivas simultâneas e aparentemente contraditórias envolveram a ocupação progressiva dos espaços interioranos e a concentração em cidades cada vez maiores. O movimento interiorano, inicialmente direcionou-se, preferencialmente para o sudoeste de São Paulo, para o Paraná e Santa Catarina e, posteriormente, dirigiu-se para o Centro-Oeste, com a implementação de projetos de colonização pelo governo federal. Embora essa proposta de colonização dirigida tenha sido logo abandonada, já haviam sido geradas enormes expectativas entre milhares de pequenos produtores que estavam sendo expulsos de suas terras e que se deslocaram em grande número na região, obrigando o governo a buscar novas alternativas para sua absorção. Paralelamente, a população expulsa do campo iniciou a migração para as cidades, onde a industrialização, via substituição de importações, criou oportunidades de emprego nos setores industrial, comercial e de serviços. O dinamismo econômico estimulou a mobilidade geográfica, particularmente para as áreas urbanas do Centro-Sul, o que levou a uma triplicação do número de cidades com mais de 20.000 habitantes entre 1940 e 1960³ nessas regiões.

Especialmente nas décadas de 50 e 60, a construção de Brasília, a expansão da fronteira cafeeira no Norte do Paraná, o grande desenvolvimento industrial de São Paulo, a expansão do setor da construção civil no Rio de Janeiro, a integração rodoviária Norte-Sul e a melhoria geral no sistema viário, assim como três grandes secas que assolaram a zona semi-árida do Nordeste nesse período - 1951 a 1953, 1958 e 1970 - constituíram motivações para os movimentos migratórios, especialmente para os nordestinos. A seca que assolou o Nordeste em 1970 constituiu um importante fator de "expulsão", já refletido no Censo do mesmo ano. Contribuiu, de certo modo, para que o volume da emigração dos naturais nordestinos tenha se apresentado mais alto naquele recenseamento. Entre as secas mais severas, no Nordeste, registraram-se, entre outras, as de 1951, 1958, 1970, 1979-80, 1989-93 e 1998. (BRANCO, 2000).⁴

³ Para uma análise mais aprofundada dos processos de redistribuição espacial da população brasileira por grandes regiões ver: BAENINGER (1996, 1999, 2000a,c.), CAMARANO & BELTRÃO (2000), CUNHA & BAENINGER (1999), CUNHA, BAENINGER, CARMO & ANTICO (2000), MARTINE (1994, 1995), Martine & Camargo (1984), MOURA (1972, 1982, 1996, 1999), PATARRA, BAENINGER & CUNHA (2000), PATARRA, PACHECO, CUNHA & BAENINGER (1997), entre outros.

Para uma análise mais aprofundada dos efeitos da seca do Nordeste no movimento migratório ver outros autores como MOURA (1982), MELO (1978, 1980), ANDRADE (1998), TARGINO (1987), entre outros.

⁴ Ver, também, sobre esta questão, SUDENE (1985), PORTELLA et al. (1994) e BRANCO (1995).

A partir da década de 70, observou-se uma intensificação, quer do processo de urbanização e concentração urbana, quer da ocupação de novas fronteiras interioranas. A estratégia político-econômica adotada pelo governo federal, por um lado, priorizava a modernização dos setores produtivos e investia fortemente na melhoria da infra-estrutura e, por outro, incentivava a ocupação da Amazônia, através de um vasto programa de colonização dirigida.

Favorecida pela conjuntura internacional, a fase de dinamismo econômico que caracteriza os anos 70, intensificou o movimento migratório. Facilitados pela abertura de estradas e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, movidos pela seca, pelo crescimento demográfico e pelas crescentes disparidades inter-regionais nas condições de vida, os migrantes nordestinos contribuíram tanto para o processo de concentração urbana, como para as migrações em direção às novas fronteiras.

O maior percentual dos emigrantes nordestinos, em 1970, achava-se presente no estado de São Paulo, onde a parcela do respectivo contingente atingiu 39%. O estado do Rio de Janeiro, a região Centro-Oeste e o estado do Paraná destacavam-se, também, como áreas de maior atração para os fluxos migratórios originados do Nordeste, abrigando, respectivamente, em torno de 22,6%, 18% e 10,3% desses emigrantes. (MOURA, 1972)

A partir da década de 1970, observa-se uma mudança nos espaços de atratividade dos naturais dos estados do Nordeste. A região Norte apresenta um declínio de importância relativa como área de atração migratória, especialmente, para os naturais do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, embora continue a interessar aos naturais do Ceará. Entretanto, para os maranhenses, a região Norte passa a se tornar pólo de maior atração, invertendo em relação à região Centro-Oeste a posição de importância que esta, até então, ocupava. Com o esgotamento da fronteira agrícola como área de ocupação demográfica a maioria dos emigrantes nordestinos incorporara-se ao importante fluxo em direção a São Paulo. (MARTINE, 1994). Por outro lado, nos anos 80, emigraram do Centro-Oeste para o Nordeste cerca de 119,4 mil pessoas, das quais aproximadamente 54,0 mil (cerca de 45%) teriam sido migrantes de retorno (CUNHA, 1998)⁵.

⁵ Para maior aprofundamento da questão ver MARTINE, 1992; MOREIRA, 1997; MOURA, 1999 e CUNHA, 1998.

Dentre os estados do Sudeste, São Paulo destaca-se historicamente como uma grande área de atração para os migrantes nordestinos, à exceção dos naturais do estado do Maranhão. Desde o Censo Demográfico de 1940, concentra mais de 47% de todos os naturais do estado da Bahia ausentes da região Nordeste. A partir do Censo de 1950, o estado de São Paulo supera o estado do Rio de Janeiro como área de atração principal dos emigrantes de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, crescendo, também, como área atrativa dos emigrantes do Ceará a partir da década de 1970. (MOURA, 1972)

No contexto da região Nordeste, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará destacam-se ao longo de todo o período como os de maior evasão de população. Em conjunto, os migrantes naturais desses estados que deixaram a região Nordeste entre 1930-91, chegam a representar cerca de 68,62% dos emigrantes nordestinos registrados no Censo de 1940, embora esse percentual decresça paulatinamente a cada período censitário até atingir 59,18% no Censo de 1991. Esse decréscimo refere-se mais especificamente ao estado da Bahia, cuja evasão decresce de 43,04% (1940), para 26,45% (1991), enquanto a dos pernambucanos eleva-se de 11,12% (1940) para 19,27% (1980), decrescendo para 17,19%, na década 1980-91.⁶

Desde o Censo de 1940, Pernambuco apresenta-se como o estado nordestino que mais perde população para a região Sudeste, contribuindo com mais de 80% dos seus emigrantes para esta região, à exceção da década de 60, quando esse percentual atinge 76,6%. Até a década de 1950, os emigrantes pernambucanos dirigiam-se, em proporções equivalentes (40% a 45%) para o Rio de Janeiro e São Paulo e, somente a partir da década de 60, o estado do Rio perdeu progressivamente seu poder de atração para os pernambucanos, que passaram progressivamente a representar o maior percentual de nordestinos que se deslocaram para fixar residência em São Paulo (70,8% no Censo de 1991). A emigração de baianos para São Paulo sempre foi bastante expressiva (47,7% a 61,7%), Contudo, a Bahia perde posição relativa para Pernambuco, a partir da década de 1960, face ao volume de emigrantes pernambucanos que se dirigiram para a região paulista.

A crise prolongada da década de 1980 emprestou novas características à dinâmica demográfica brasileira. Todas as regiões do país encontraram-se, simultaneamente, no mesmo processo difuso de estagnação. E, nesse cenário, os diferenciais inter-regionais agregados de renda

⁶ Os dados relativos aos Censos de 1940 a 1970 baseiam-se em MOURA (1972).

ou de condições de vida parecem ter sido insuficientes para orientar o sentido dos fluxos migratórios. Reduziram-se os fluxos em direção às áreas receptoras tradicionais, as mais dinâmicas e de maior renda. Ao mesmo tempo, foram, aparentemente, registrados fluxos importantes de regiões mais prósperas para as mais pobres, bem como cresceu de expressão o retorno de migrantes, especialmente para a região Nordeste.

As importantes mudanças na estrutura e na evolução dos componentes demográficos das regiões brasileiras, apontadas pelos resultados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 levaram MOURA (1984) a afirmar, já em meados dos anos 80, que o fluxo de retorno estava ganhando expressão nos estados do Nordeste, destacando-se, entre outros, o de Pernambuco.

CUNHA & BAENINGER (1999:3) também apontam nesta direção, quando destacam que

“... uma das grandes novidades reveladas pelo Censo de 91 foi, indubitavelmente, o aumento, sem precedentes, da migração de retorno no país. De fato, de um volume estimado em cerca de 1,2 milhões na década de 70, as pessoas que retornaram para seus estados de nascimento somaram quase 2,7 milhões na década seguinte, sendo que na primeira metade do decênio atual, já eram mais de 1 milhão.”

Nessa mesma linha RIBEIRO (1999) considerando o peso que tem a imigração inter-regional do Sudeste para o Nordeste e, ainda, que se registra uma das maiores proporções de imigrantes de São Paulo para Pernambuco dentre os demais estados do Nordeste, torna-se de grande importância o estudo da imigração de retorno, como parte integrante deste fluxo.

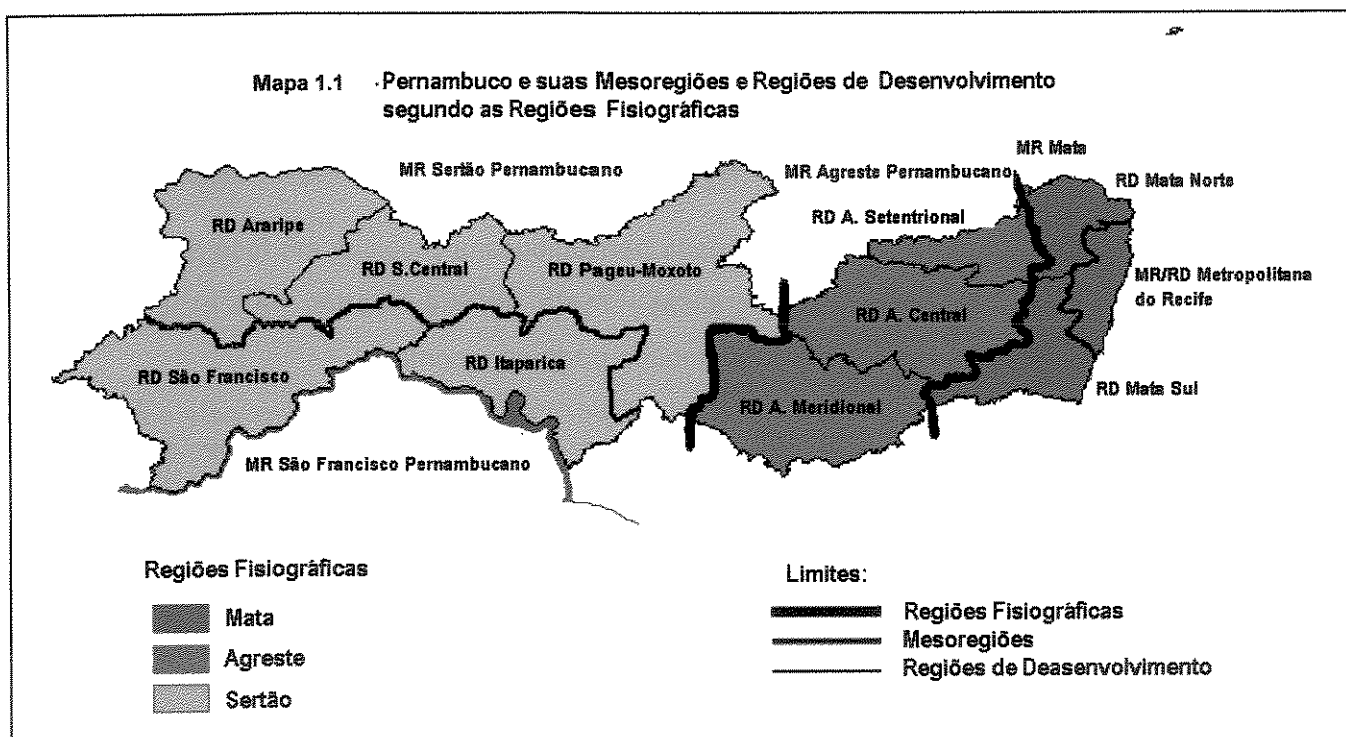
O censo demográfico de 2000, também, aponta para a expressividade dos fluxos migratórios de retorno procedentes de São Paulo com destino aos estados do Nordeste. Enfocando o processo migratório de retorno no fluxo interestadual estabelecido entre o estado de Pernambuco e o estado de São Paulo, este trabalho procura dar conta das especificidades que este processo adquire no contexto do espaço pernambucano. O crescimento populacional distribuído desigualmente no território, como reflexo das condições fisiográficas e dos processos econômicos e sociais estabelecidos, reflete-se no processo desigual de emigração e de migração de retorno dos pernambucanos, evidenciando a importância de abordar esse processo a partir da diversidade do território estadual.

É importante ressaltar que, em face da heterogeneidade dos espaços no contexto do estado de Pernambuco, o movimento migratório - seja de emigração, seja de migração de retorno - não se processa de modo uniforme, requerendo uma delimitação das regiões homogêneas, a partir das quais se possa aprofundar as distintas formas que o processo adquire no espaço pernambucano.

1.1.2 A Heterogeneidade do Espaço Pernambucano

Com seu formato e sua posição geográfica, Pernambuco encerra, de modo bem definido, três regiões fisiográficas - a **região da mata**, no litoral, a **região do agreste**, que se segue a esta na direção do interior, e tem como subsequente a **região do sertão** - destacando este estado como privilegiado para uma abordagem dos processos migratórios, em face do panorama que oferece da diversidade de processos que se desenvolvem em suas regiões.

A **Zona da Mata** é contínua e localiza-se entre o planalto da Borborema e o Oceano Atlântico, onde a umidade do ar e as taxas pluviométricas anuais são mais intensas que nas demais regiões fisiográficas do estado. A **Zona do Agreste**, ocupando a porção oriental do planalto da Borborema, é uma região de transição entre a Mata e o Sertão. Bem característico em seus aspectos, mas, às vezes, pode ser confundido com a Mata, em seus trechos mais úmidos, e com o Sertão, em seus trechos mais secos. Contudo, a falta d'água é, inegavelmente, o problema mais sério enfrentado pela população agrestina, desde os tempos coloniais, embora a falta d'água não atinja esta região, em proporções tão acentuadas como ocorre no Sertão. A **Zona do Sertão**, por sua vez, ocupando a porção ocidental do Planalto da Borborema, abrange a área mais extensa do estado, inscrito no polígono das secas. (MAPA 1.1) Graças à sua vastidão, uma série de diversificações regionais exprime-se, não só pelas condições naturais, como, também, pelas formas de atividades humanas. As várzeas largas dos baixos cursos dos rios sertanejos, com depressões transformadas em lagoas por



ocasião das enchentes dos rios, criam situações especiais no contexto do Sertão. Por esta razão, o rio São Francisco constitui-se como um elemento definidor de uma mesorregião do sertão pernambucano, por propiciar áreas de agricultura irrigada às margens de seu longo curso, as quais se distingue das áreas de sequeiro que caracteriza o resto do Sertão. (ANDRADE, 1998)

No contexto dessas regiões, o processo de ocupação e a dinâmica econômico-social desenvolvidos definiram novas regiões, delimitadas segundo suas características relativamente homogêneas, para efeito, especialmente, de planejamento, seja no âmbito do recenseamento, seja no contexto da definição de políticas públicas. Para estabelecer uma lógica de organização microrregional, o Governo de Pernambuco, no ano 2000, dividiu o espaço pernambucano em **Regiões de Desenvolvimento – RDs**⁷, resultando, então, definidas onze regiões que congregam números diferentes de municípios: **Metropolitana do Recife** – 14 municípios, **Mata Norte** – 19 municípios, **Mata Sul** – 24 municípios, **Agreste Setentrional** – 19 municípios, **Agreste Central** – 26 municípios, **Agreste Meridional** – 26 municípios, **Pajeú-Moxotó** – 24 municípios, **Sertão Central** - 8 municípios, **Araripe** – 10 municípios, **Itaparica** – 7 municípios, e **São Francisco** – 7 municípios. Essas onze Regiões de Desenvolvimento agrupam-se nas cinco mesorregiões definidas pelo IBGE e adotadas pelo Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – Condepe, como unidades de estudo do Estado: **ZONA DA MATA: Região Metropolitana do Recife** – que coincide com a mesorregião de mesmo nome; **Mesorregião da Mata** – agrupando as Regiões de Desenvolvimento **Mata Norte e Mata Sul**; **AGRESTE: Mesorregião do Agreste** – reunindo as Regiões de Desenvolvimento **Agreste Meridional, Central e Setentrional**; **SERTÃO: Mesorregião do Sertão Pernambucano** – congregando as Regiões de Desenvolvimento **Pajeú-Moxotó, Sertão Central e Araripe**; e **Mesorregião do São Francisco Pernambucano**– agrupando as Regiões de Desenvolvimento **Itaparica e São Francisco**. (MAPA 1.2)

A respeito das diversas leituras que a realidade pernambucana propicia, em face de abrigar, de modo bem definido, essas três condições fisiográficas – mata, agreste e sertão - ANDRADE (1998:23) ressalta que, conforme o aspecto abordado, Pernambuco pode ser apontado

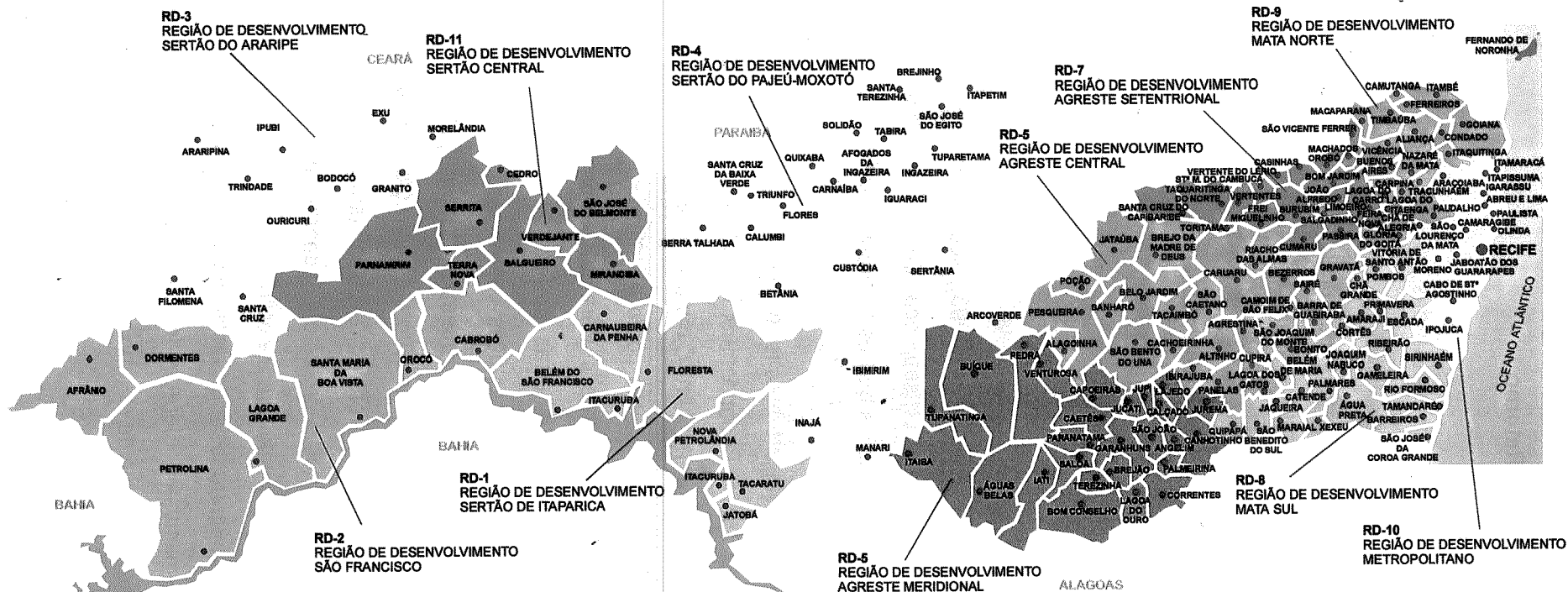
“ora como a área da secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda per capita dos seus habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema Evocação do Recife.”

⁷ Foram adotadas, inicialmente, dez RDs, com pequenas adaptações da organização espacial definida pela AMUPE- Associação Municipalista de Pernambuco. A primeira modificação nesta divisão territorial foi introduzida pela Assembléia Legislativa que durante a discussão do Plano Plurianual (2000-2003) criou a Região do Desenvolvimento do Sertão Central.

MAPA 1.2 REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO



MAPA DE PERNAMBUCO



REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO SERTÃO DE ITAPARICA (07 MUNICÍPIOS) RD-1	Tacaratu - Jatobá - Nova Petrolândia - Floresta - Carnaubeira da Penha - Itacuruba - Belém de São Francisco
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO SÃO FRANCISCO (07 MUNICÍPIOS) RD-2	Petrolina - Afrânio - Dormentes - Lagoa Grande - Santa Maria da Boa Vista - Orocoó - Cabrobó
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO SERTÃO DO ARARIPE (10 MUNICÍPIOS) RD-3	Moreilândia - Granito - Exú - Bodocó - Ipubi - Araripina - Trindade - Ouricuri - Santa Cruz - Santa Filomena
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO SERTÃO DO PAJEÚ/MOXOTÓ (24 MUNICÍPIOS) RD-4	Arcoverde - Sertânia - Ibirimir - Manari - Inajá - Betânia - Custódia - Serra Talhada - Calumbi - Santa Cruz da Baixa Verde - Triunfo - Flores - Quixaba - Carnalba - Afogados da Ingazeira - Iguaraci - Ingazeira - Solidão - Tabira - Tuparetama - São José do Egito - Santa Terezinha - Brejinho - Itapetim
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRESTE MERIDIONAL (26 MUNICÍPIOS) RD-5	Jurema - Lajedo - Calçado - Canhotinho - Angelim - Jupl - Jucati - São João - Palmeirina - Correntes - Lagoa do Ouro - Brejo - Garanhuns - Caetés - Paranatama - Salão - Terezinha - Bom Conselho - Iati - Águas Belas - Itaíba - Tupanatinga - Buíque - Pedra - Venturosa - Capoeiras
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRESTE CENTRAL (26 MUNICÍPIOS) RD-6	Gravatá - Barra de Guabiraba - Bonito - Sairé - Camcim de São Félix - Bezerros - São Joaquim do Monte - Lagoa dos Gatos - Agrestina - Riacho das Almas - Caruaru - São Caetano - Altinho - Panelas - Ibirajuba - Cachoeirinha - Tacaimbó - Brejo da Madre de Deus - São Bento do Una - Jataúba - Belo Jardim - Sanharó - Poção - Pesqueira - Alagoínia
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRESTE SETENTRIONAL (19 MUNICÍPIOS) RD-7	Limoeiro - Feira Nova - Passira - Cumarú - Salgadinho - João Alfredo - Bom Jardim - Machados - São Vicente Ferrer - Crobó - Casinhas - Vertente do Lério - Toritama - Taquaritinga do Norte - Santa Cruz do Capibaribe - Santa Maria do Cambucá - Frei Miguelinho - Surubim - Vertentes
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO MATA SUL (24 MUNICÍPIOS) RD-8	Vitória de Santo Antão - Pombos - Chã Grande - Primavera - Escada - Amaral - Cortés - Ribeirão - Joaquim Nabuco - Gameleira - Sirinhaém - Rio Formoso - Tamandaré - Barreiros - São José da Coroa Grande - Água Preta - Palmares - Xexéu - Catende - Belém de Maria - Jaqueira - Marajá - Quipapá - São Benedito do Sul
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO MATA NORTE (19 MUNICÍPIOS) RD-9	Paudalho - Lagoa de Itaenga - Lagoa do Carro - Carpina - Tracunhaém - Nazaré da Mata - Itaquitinga - Goiana - Condado - Itambé - Allança - Timbaúba - Ferreiros - Camutanga - Macaparana - Vitória - Buenos Aires - Glória do Goitá - Chã de Alegria
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO (15 MUNICÍPIOS) RD-10	Recife - Olinda - Paulista - Abreu e Lima - Igarassu - Itapissuma - Itamaracá - Aracoiaba - Camaragibe - São Lourenço da Mata - Moreno - Jaboatão dos Guararapes - Cabo de Santo Agostinho - Ipojuca - Fernando de Noronha
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO SERTÃO CENTRAL (15 MUNICÍPIOS) RD-11	Cedro - Serrita - Parnamirim - Salgueiro - Terra Nova - Verdejante - Mirandiba - São José do Belmonte

1.1.3 Os Estudos sobre Migração de Retorno

O tema da migração de retorno insere-se na pauta das investigações das ciências sociais, desde o final da década de 70. No contexto brasileiro, SIMÕES, VIANA e OLIVEIRA (1980) adotam como base empírica um levantamento nacional por amostragem - *Estudo Nacional de Despesas Familiares – ENDEF*, realizado pela Fundação IBGE, em 1974-75, como parte de uma pesquisa mais ampla sobre *Tipos de Migrações e Padrões Sócio-Econômicos*, que se constitui como a primeira estatística oficial a permitir que se avalie o migrante de retorno, seja no que se refere às áreas de origem e destino, seja no que diz respeito à qualificação sócio-demográfica dos migrantes. Posteriormente, dois estudos de cunho sócio-antropológico e sociológico, respectivamente, abordaram o tema, também a partir de dados amostrais, porém extraídos de levantamentos de campo: SCOTT (1986), enfocando quatro cidades nordestinas, questiona porque os migrantes voltam a enfrentar as mesmas condições que os levaram, um dia, a emigrar; e AMARAL e NOGUEIRA (1993), abordando os migrantes de retorno no exato momento de sua chegada a Pernambuco, seu local de origem, traçam o perfil desses migrantes, as suas trajetórias percorridas, e as razões que os levaram a retornar.

A relevância do fluxo de retorno no contexto brasileiro, especificamente o fluxo interestadual para a região Nordeste, nos anos 80, foi apontada por MOURA (1984), a partir de estudos dos dados do Censo Demográfico de 1980. Posteriormente, RIBEIRO, CARVALHO e WONG (1996a, 1996b), também baseados nos dados censitários, destacam Pernambuco como a Unidade Federativa – UF de maior fluxo de migrantes naturais, seguida da Bahia, Ceará e Paraíba, afirmando também que a troca migratória desses estados nordestinos com o Sudeste se faz, preferencialmente com o estado de São Paulo. A partir de meados dos anos 90, porém, pesquisas extensivas realizadas com base nos Censos Demográficos propiciam um aprofundamento da questão da migração de retorno. RIBEIRO (1997) apresenta uma proposta metodológica para mensurar a migração de retorno e utiliza tal mensuração para avaliar a relevância dos fluxos de retorno, especialmente para o Nordeste do país, em termos de seus efeitos demográficos diretos e indiretos, legando uma contribuição pioneira, enquanto estudo mais sistematizado da migração de retorno a nível nacional. Posteriormente, BAENINGER (1999), analisa os processos migratórios e de distribuição espacial da população, a partir de uma visão conjunta das tendências nacionais, oferecendo um panorama geral do movimento dos fluxos migratórios, entre os quais se insere o fluxo de retorno.

No quadro das tendências recentes dos movimentos migratórios no Brasil, alguns estudos fazem referência à migração de retorno, utilizando os dados do Censo Demográfico de 1980 e 1991 e, em alguns deles, a PNAD 1995, seja destacando o fluxo de retorno no contexto das migrações inter-regionais e interestaduais - CUNHA & BAENINGER (1999) e MOURA (1999); seja no contexto da dinâmica demográfica regional – CAMARANO, BELTRÃO, ARAÚJO & MEDEIROS (2000), PACHECO, PATARRA, CUNHA & BAENINGER (2000), PACHECO, PATARRA, CUNHA, BAENINGER, NEGREIROS & GONÇALVES (2000), MOREIRA & MOURA (2000), CAMARANO (1997) e RIBEIRO (1997). Algumas reflexões teóricas sobre os novos processos migratórios, também, foram desenvolvidas por PATARRA & PACHECO, (1993) e CUNHA (1994 e 1998).

Outras reflexões que envolvem o tema sugerem novas perspectivas de abordagem. No quadro internacional, MASSEY, ALARCÓN, DURAND e GONZÁLES (1987), analisando a migração mexicana para os Estados Unidos da América - EUA, abordam a questão do retorno a partir de um Survey e da história de vida, destacando as *redes sociais* que se estabelecem no processo migratório, onde se inserem as estratégias familiares e as instituições comunitárias. TILLY (1990), por sua vez, aponta para as altas taxas de retorno dos migrantes europeus que foram para os EUA, destacando como se reforçam os laços dos retornados entre os locais de origem e destino, facilitando novas migrações. Em todas essas pesquisas, foram enfatizados dois fatores preponderantes para a decisão de retornar, a saber: o trabalho e a família. Ainda no âmbito das possibilidades das pesquisas de campo, realizadas por dados amostrais, PORTES (1995), a partir de um enfoque sociológico, aponta para a compreensão da migração na perspectiva das redes sociais e da ação econômica, como caminho para elucidar o contexto dessa sociedade em movimento.

As "redes sociais" vêm, assim, constituindo-se como um conceito-chave para a compreensão do processo migratório, embora careçam estudos que aprofundem esta abordagem a partir dos dados censitários. CUNHA (1998:610), especialmente, faz uma alusão às dificuldades de abordagem do processo migratório a partir dos dados censitários:

"Tem-se consciência que o Censo Demográfico não seria a melhor fonte para se estudar questões que se referem a processos, uma vez que se trata de um instrumento que reflete predominantemente as condições do momento da entrevista. Mais do que isto, no caso da migração, o Censo não permite conhecer a história migratória do indivíduo e, portanto, recuperar informações relevantes sobre locais de passagem, tempo de permanência, características anteriores, etc."

Com base nos dados censitários, este estudo procura avançar metodologicamente no sentido de abordar o processo migratório de retorno a Pernambuco proveniente de São Paulo, a partir da perspectiva das redes sociais.

1.1.4 O Recorte do Objeto de Pesquisa

O **recorte temático** para o desenvolvimento deste estudo delimita a migração de retorno para o estado de Pernambuco no contexto do processo migratório que se estabelece entre esse estado e o estado de São Paulo, destacando as regiões e os municípios de maior expressão nessa troca migratória e analisando tal processo na perspectiva de redes sociais. Foi enfocado o processo da migração de retorno, sem perder de vista a compreensão dos processos anteriores de emigração da população pernambucana para o estado de São Paulo. A partir da década de 70, a questão do retorno começa a assumir uma importância crescente dentre as variáveis determinantes do crescimento populacional dos locais de destino dos retornados, seja no crescimento urbano, seja no mercado de trabalho, seja nas condições de vida.

Os estudos realizados no âmbito da pesquisa evidenciaram um movimento de retorno que tem sua expressão maior na Região Metropolitana do Recife e nas Regiões de Desenvolvimento do Agreste Central e de Pajeú-Moxotó, definindo, como **recorte espacial** da pesquisa, essas três regiões como o foco de maior aprofundamento dos processos instalados no contexto pernambucano. Na região agrestina, especificamente, alguns elementos ligados à produção e comercialização de produtos – sulanca e muamba - sugerem a constituição de uma rede, ligada, inclusive, a uma rota de ônibus que faz o circuito Caruaru - São Paulo - Foz de Iguaçu.

O **recorte temporal** da pesquisa abrange os períodos de 1970 a 1991, uma vez que os dados básicos utilizados, para dar conta do objeto, foram extraídos de tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991⁸.

Diante da manutenção dos fluxos de emigração de Pernambuco para São Paulo, no período adotado para o estudo, e diante do aumento do fluxo de retorno dos pernambucanos procedentes de

⁸ Como já foi mencionado, na introdução deste trabalho, não foram incorporados os dados do Censo Demográfico de 2000 para a análise do fluxo migratório de retorno Pernambuco-São Paulo-Pernambuco, em face da não ter havido tempo hábil para proceder as tabulações especiais necessárias.

São Paulo, no mesmo período, este estudo procurou responder, como **questão central**, se o processo de retorno em foco significa uma reversibilidade do movimento migratório que historicamente se estabelece entre Pernambuco e São Paulo, ou se o fluxo de retorno alimenta um processo de “ir e vir” dos migrantes pernambucanos, em busca de oportunidades de trabalho e de condições de vida.

1.2 AS REDES SOCIAIS NO PROCESSO MIGRATÓRIO DE RETORNO: O FUNDAMENTO TEÓRICO

O entendimento do movimento migratório enquanto processo vem sendo enfatizado, desde meados da década de 70, por SINGER (1976), para quem, as migrações internas, como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas.

Com as transformações acarretadas pelas estruturas “pós-industriais”, no contexto mundial, a migração passa a ser percebida, como bem expressa SIMMONS (1991:6), como

“forma crescente em termos cibernéticos como um processo evolutivo em que os ‘circuitos’ de movimento já estão estabelecidos, sobre a base de ‘redes’ interpessoais, ‘encadeamento de comunicação’, retroalimentação e interdependência de sistemas em uma ‘economia mundial’”.

E é nesse contexto que emerge o conceito de **redes** para caracterizar a sociedade na era da informação. Nesse sentido, SIMMONS (1991:5) aponta para a necessidade de encontrar dimensões analíticas claras para organizar a classificação, os tipos de migração e explicar suas origens, dado que a diversidade dos padrões migratórios e os diferentes modelos conceituais desenvolvidos para explicá-los, segundo o referido autor, têm conduzido a uma “*crise teórica*”. Tal crise já é apontada por ZELINSK (1980), que argumenta que a diversidade de modelos de migração e sua escassa integração, representam uma crise teórica, uma vez que as definições básicas sobre as migrações variam.

Embora MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987) tragam nova luz aos estudos de migração, dentro de um quadro de referência que leva em conta **as redes sociais** no processo migratório, e apesar da literatura que trata da noção de redes sociais, onde se destacam PORTES (1995), TILLY (1990), SCHERER-WARREN (1996), CASTELLS (1999), SANTOS (1999), entre outros, torna-se fundamental uma exploração conceitual e empírica em torno da noção de redes sociais no âmbito

dos processos migratórios. Este item parte da conceituação de migração e de redes sociais a partir de alguns autores, dentre a gama de estudos, ainda, a resgatar, para apresentar os princípios, as bases sociais e as categorias das redes migratórias, focalizando, por fim, as redes migratórias de retorno.

1.2.1 Sobre os Conceitos de Migração e de Redes Sociais

Por mais de um século, até os dias atuais, os modelos teóricos que fundamentaram várias pesquisas sobre migração foram originalmente desenvolvidos por RAVENSTEIN (1885) e, posteriormente, complementados com outros enfoques explicativos por LEE (1965). As “leis das migrações” de RAVENSTEIN (1885)⁹ basearam-se no crescimento e na consolidação das sociedades industriais dos países que foram tomados para focalizar seus estudos de migração, apresentando, assim, as características demográficas das populações migrantes e a descrição do processo migratório como função das relações entre **espaço** e **tempo**. As generalizações diziam respeito à distância, às migrações por etapas, ao diferencial por sexo e constituição de correntes (a cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa). A teoria da migração, nestes termos, tende a se centrar nos grandes movimentos populacionais daquela época, associados positivamente com a “modernização”, com a mobilidade do trabalho e com o crescimento econômico. E tais leis constituem-se, ainda hoje, o ponto de partida de estudos de migração, influenciados pela imagem do mundo industrial, que atribuem aos fatores econômicos um papel causal dominante nos deslocamentos espaciais da população.

LEE (1965:100)¹⁰ tentou explicar as “leis da migração” de RAVENSTEIN a partir de um modelo que visualiza o comportamento migratório como sendo determinado por fatores que atuam ao nível das decisões individuais e das famílias. Tais fatores podem ser assim resumidos:

- Fatores associados às áreas de origem e destino, que se deve, em parte, a duas razões: primeiro, as pessoas que vivem numa determinada área são capazes de fazer uma avaliação sobre as vantagens e desvantagens de nela residir; e, segundo, existe algum mistério na área de destino, alguma incerteza a respeito da receptividade que o migrante poderá ter ou não na nova área;
- obstáculos intervenientes: obstáculos como a distância, as barreiras legais, os idiomas, etc.;
- fatores pessoais: tais como aqueles que facilitam, retardam ou mesmo inibem a migração. Alguns deles mantêm-se mais ou menos constantes ao longo da vida do indivíduo, enquanto que outros

⁹ Tradução de Hélio Moura. BNB/ETENE, 1966

¹⁰ Tradução de Hélio Moura. BNB/ETENE, 1966

se acham associados às etapas do ciclo vital e, em particular, aos rompimentos que marcam a passagem entre uma e outra etapa.

Uma contribuição maior foi dada por SINGER (1976), que procurou de saída afastar a dimensão psicológica como fator explicativo, inserindo o movimento migratório no processo mais amplo de transformação da sociedade.

Na maioria dos estudos sobre migração, o espaço geográfico e o tempo da migração, enquanto variáveis fundamentais no processo migratório, são destacados a partir de um enfoque analítico tradicional da mobilidade espacial da população, baseado em um conceito de migração que só depende da mudança de residência dos indivíduos. Tal conceito de mudança de residência encontra-se na base da definição de migração apresentada pela ONU¹¹, datada de 1973, que se constitui um ponto de referência para o estudo das migrações. Os Censos Demográficos brasileiros adotam o conceito de migração baseado na ONU, que define a migração

“como uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”.

Esta definição implica, pois, a intenção de permanência e continuidade no local de destino (quando se trata da emigração) e no local de origem (quando se trata do retorno) envolvendo, simultaneamente, duas dimensões: espaço geográfico e tempo da migração. Contudo, PATARRA e RENNER (1980:237) observam que em tal definição,

“o conceito de migrações é aplicável somente no caso de populações relativamente estabelecidas no espaço”.

Na mesma direção, COURGEAU (1990) considera que os estudos de migração, baseados no conceito de mudança de residência, encobrem os movimentos de importância que têm um caráter alternativo. Já ARÉVALO (1983:533), defende que

“A migração pode ser definida como o movimento que implica a mudança de residência de um lugar (de origem) a outro lugar (de destino), através das fronteiras nacionais (migração internacional) ou dentro das fronteiras (migrações internas)”.

Destacando a necessidade de definir, com precisão, certos termos implícitos nesta definição de migração, tais como “residência” e “lugar”, ARÉVALO (1983:534) ressalta, ainda, que a definição de

¹¹ UNITED NATIONS, *The Determinantes and Consequences of Population Trends*, vol. 1, 1973:173, apud PATARRA, N. & RENNER, C. 1980:237.

residência envolve a “duração da mesma”. E considerando que a movimentação migratória implica em nova residência permanente prolongada, em oposição a uma residência transitória, ele indaga:

*“Mas quanto tempo é prolongado?
Permanente equivale a fixo, imutável?”*

Mesmo considerando que a migração implica **mudança de residência**, PATARRA e RENNER (1980) observam que o uso dessa definição tem-se restringido às mudanças de residência que envolvem completa alteração e reajustamento dos vínculos associativos do indivíduo. Pressupõem que, ao mudar de residência, o migrante altera simultaneamente vínculos de trabalho, amizade, vizinhança e outros aspectos referentes à organização de sua vida. Na mesma direção, ARÉVALO (1983:534), também, ressalta que a idéia central de residência implica:

“estabelecer um lugar, trabalhar, freqüentar a escola, estabelecer relações informais com outros membros da comunidade, entre outros condicionantes. Mas cumpri-los pode levar a um tempo variável.”

Além do conceito de **mudança de residência**, outros conceitos vêm sendo aprofundados para dar conta dos avanços nos processos migratórios, no quadro atual. Já em meados dos anos 70, SINGER (1976) aponta para uma conseqüência metodológica da abordagem em que o estudo da migração torna-se limitado a apenas um presumível **lugar de destino ou de origem**. Segundo ele, tal abordagem seria incapaz de desvendar o movimento global dos fluxos que por ela tramitam.

A abordagem das migrações na ótica mais tradicional associa economia e demografia. Sem se dissociar dessa ótica, PORTES (1995) procura avançar na abordagem da demografia a partir da relação social, enfocando as redes sociais e associando, assim, sociologia e demografia.

Segundo ROCHA-TRINDADE, (1995), a introdução do **conceito de redes sociais** constituiu um momento de mudança no âmbito da sociologia das migrações, na medida em que tornou possível estabelecer uma ponte entre as abordagens micro e macroscópica dos fenômenos migratórios. Na abordagem microscópica as necessidades econômicas conjugam-se com as necessidades dos indivíduos na determinação dos fluxos migratórios. Lidando com os indivíduos, esta abordagem pressupõe que o comportamento possa ser explicado pelo posicionamento do comportamento individual no seio do sistema global. A crítica que se faz à conceitualização do processo de decisão de migrar ao nível individual está relacionada com a problemática da identificação dos mecanismos que ligam a mudança macro-estrutural dos movimentos populacionais. Por outro lado, as críticas feitas à perspectiva histórico-estrutural é a de que, uma vez especificados os fatores macro-

estruturais que determinam desequilíbrios específicos – nos salários, nas estruturas de emprego, no crescimento e no desenvolvimento de regiões emissoras e receptoras de mão-de-obra – atribuindo pouca importância aos fatores que motivam os atores individualmente a migrar, bem como às redes sociais, que podem afetar, tanto a propensão para emigrar, como a direção da corrente migratória.

É nesse contexto de lacunas conceituais que a noção de redes sociais passa a suscitar interesse de um número crescente de pesquisadores, a partir da década de 70, embora não se tratasse de conceito novo, quer no âmbito da Antropologia, quer no âmbito da Sociologia. Segundo ROCHA-TRINDADE, (1995:91),

“O que torna realmente inovadora a análise de redes, no contexto da demografia, é que ela permite deslocar a análise dos movimentos populacionais, baseada nos atributos dos indivíduos considerados isoladamente, para o estudo dos vínculos que relacionam os atores uns com os outros, permitindo compreender as condutas, individuais ou coletivas, dos atores que nela se encontram implicados”.

As vantagens da utilização dessa teoria na análise dos fluxos e na compreensão dos processos migratórios tornam-se, então, evidente. Partindo-se do pressuposto que os fatores estruturais estabelecem as condições fundamentais no âmbito das quais as decisões individuais ou dos grupos são tomadas, defende-se, neste trabalho, a idéia que os indivíduos são interligados no espaço pelas redes sociais. Quando essas redes desenvolvem-se, elas não só apóiam como estimulam novas correntes migratórias, o que contribui para explicar a persistência de determinados fluxos populacionais, mesmo quando cessam as condições estruturais que lhes deram início.

Ao interligarem migrantes e não-migrantes no espaço e no tempo, as redes sociais dão origem a teias complexas de relações interpessoais que permitem conceitualizar as migrações como processo social. Essas redes são fundadas em laços familiares, de amizade e com base na identidade de uma determinada comunidade, destacando-se como categorias analíticas fundamentais para a análise dos processos migratórios.

A família assume no contexto das redes sociais uma importância fundamental, inclusive por se constituir como *locus* das decisões individuais, o que a destaca como unidade de análise privilegiada dos processos migratórios. Nesse sentido, as características das famílias tornam-se elementos-chaves sobre os quais são formuladas as hipóteses e as proposições deste estudo. Mesmo porque, ao adotar por base de dados os Censos Demográficos, as possibilidades da abordagem do processo

migratório pela via das redes sociais, tem como recurso possível a adoção da família como unidade central de observação.

As **redes sociais**, entendidas como conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por elo ocupacional, familiar, cultural ou laços afetivos, desempenham um importante papel na vida econômica porque se constituem fontes para a aquisição de meios escassos, tais como capital e informação.

Para PORTES (1995:9), as redes sociais diferem em várias dimensões e têm conseqüência direta para o comportamento da economia: **tamanho e densidade** são os mais importantes. O tamanho refere-se ao número de participantes da rede e a densidade ao número de laços entre eles. BOISSEVAIN¹² tem notado que tanto maior o tamanho da rede, quanto mais difícil é para todos os membros estarem inter-relacionados, resultando, portanto, em baixa densidade. As redes relativamente grandes e densas são, contudo, mais efetivas desenvolvendo normas, expectativas e forçando obrigações de reciprocidade.

O estudo das migrações na perspectiva das redes sociais já vinha sendo desenvolvido, desde o final da década de 80, por MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987), os quais estabeleceram alguns **princípios (seis) das redes migratórias** sobre os quais se assenta a compreensão do processo migratório (MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES, 1987:4-6).

O **primeiro princípio** da migração remete a mudanças estruturais em sociedades emissoras e receptoras. Já o **segundo princípio** refere-se a que, uma vez começada, a migração termina desenvolvendo uma infra-estrutura social que capacita a movimentação de uma base de massa. Ao longo do tempo crescem os laços entre áreas emissoras e receptoras criando uma rede social que progressivamente reduz o custo do movimento. As pessoas de uma mesma comunidade entrelaçam-se em uma rede de obrigações recíprocas sobre as quais os novos migrantes apóiam-se e encontram trabalho na sociedade receptora. A faixa de contatos sociais nesta rede expande-se com a entrada de cada novo migrante encorajando, assim, mais migração e, em última análise, levando, assim, a emergir a migração como fenômeno de massa.

¹² BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of friends: Networks, Manipulators and Coalition*. New York: St. Martin's Press, 1974. Citado em PORTES (1995)

O **terceiro princípio**, baseado na generalização da literatura de pesquisa, é que a migração torna-se mais amplamente acessível e é crescentemente adotada pelas famílias como parte de uma estratégia mais ampla de sobrevivência. O cronograma de migração passa a ser determinado pela mudança de ciclos de vida que afetam um número relativo de dependentes e trabalhadores de uma mesma unidade doméstica.

O **quarto princípio** é que a migração é fortemente propensa a tornar-se um processo social auto-sustentável. A própria experiência da migração afeta motivações individuais, estratégias domésticas e estruturas comunitárias por caminhos que levam a uma migração aumentada. No contexto doméstico a família adapta-se à rotina da migração e faz dela parte de sua estratégia de sobrevivência. Ao nível comunitário, existem estudos que mostram que a migração altera as estruturas sociais e econômicas de modo a encorajar mais migração.

O **quinto princípio**, baseado na pesquisa literária, é que independentemente da aparência temporária de qualquer fluxo migratório é inevitável a fixação de alguns migrantes no seio da sociedade receptora. Os migrantes podem começar como trabalhadores sazonais, mas, com o correr do tempo adquirem laços sociais e econômicos que os lançam na condição de residência permanente lá fora. Estes forasteiros formam comunidades afiliadas, coesas dentro da sociedade receptora, as quais fortalecem grandemente as redes na medida em que proporcionam um sólido ancoradouro para relações sociais lá fora, criando um contexto seguro nos quais os migrantes podem chegar e ajustar-se.

O **sexto e último princípio** é que as redes são mantidas por um constante processo de migração de retorno, constituído por migrantes recorrentes, que vão regularmente "em casa" por vários períodos no ano, e por migrantes de retorno re-estabelecidos nas comunidades de origem. Cada fluxo migratório engendra um contra-fluxo, e o processo de estabelecimento no local de destino é parcialmente responsabilizado por um processo concomitante de migração de retorno. Mesmo pessoas que viveram e trabalharam fora por um longo tempo, muitos terminam voltando para viver e trabalhar na sua comunidade de origem. Constata-se que aqueles que migraram por razões econômicas, mantêm uma ligação sentimental muito forte com sua cultura nativa, o que se expressa num ideal de retornar.

Além desses seis princípios que regem a decisão de migrar, MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987:138-147) identificam as **bases sociais das redes migratórias**. Tais bases consistem

em laços sociais que ligam a comunidade emissora a pontos específicos das sociedades receptoras. Esses laços ligam migrantes e não-migrantes em uma teia complexa de papéis sociais complementares, relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e de comportamentos pré-estabelecidos ou esperados. As relações sociais que constituem as redes de migrantes não são exclusividade de migrantes, mas se desenvolvem como um resultado de laços humanos universais que são moldados para a circunstância especial da migração. Estes laços sociais não são criados pelo processo migratório mas são a eles adaptados e no decorrer do tempo reforçados pela própria experiência comum da migração.

As mais importantes relações nas redes sociais são baseadas no parentesco, amizade, conterraneidade, as quais são reforçadas por uma interação regular em associações voluntárias. Mudando-se para um lugar estranho e muitas vezes hostil, os migrantes naturalmente utilizam desses laços familiares para compartilhar do risco e das provações de uma vida em outro lugar. Aqueles deixados para trás apóiam-se nos mesmos laços para suavizar ou aliviar a solidão e ansiedade de ter um ente à distância. Com a migração contínua, contudo, estas conexões sociais bem conhecidas adquirem novos significados e funções. Elas são transformadas em um conjunto de relações sociais cujo conteúdo e significado são definidos no contexto do migrante. Ao longo do tempo, o entendimento partilhado desenvolve-se sobre o significado de ser um amigo, parente, ou alguém do mesmo local dentro de uma comunidade de migrantes. Finalmente, esses entendimentos cristalizam-se em um conjunto de relações que definem a rede social dos migrantes.

Por outro lado, quando se enfoca especificamente as redes migratórias de retorno, torna-se necessária a sedimentação de alguns conceitos chaves, entre eles o conceito de **migração circular**, que consiste na criação de um circuito regular no qual os migrantes retêm suas reivindicações e contatos com a residência base e rotineiramente retorna para aquela base depois de um período de atividade em qualquer outra parte no circuito. Segundo TILLY (1990:89),

“A migração circular tem alguma correlação familiar. Uma vez que ela comumente repousa na manutenção da unidade doméstica na área de origem, ela raramente movimenta a família inteira e sempre provoca a desproporcionalidade em um sexo (por exemplo, homens para trabalhos comuns, ou mulheres para serviços domésticos)”

As redes de migração circular sempre se transformaram elas mesmas em uma cadeia, revelando um forte balanço de movimento em uma direção. Por causa do capital acumulado no destino para investimento no ponto de origem (para comprar terra, financiar um casamento, iniciar um

negócio) poderia servir para propósitos semelhantes no destino, bem como envolver oportunidades relativas para investimento na origem e destino que ajudam a determinar se um círculo particular torna-se uma cadeia. Possivelmente se enquadraria nessa condição a rede de comercialização de produtos nordestinos, paulistas e paraguaios, estabelecida entre o Agreste Pernambuco, São Paulo e Foz do Iguaçu, como se encontra destacado no Capítulo 3.

Esta forma de ajuda mútua fixa imigrantes na estrutura social. Os imigrantes não necessariamente “assimilam”; eles constroem relações sociais que ajudam a assegurar sua sobrevivência no local de destino. No processo, eles constroem mecanismos de migração, através de redes que articulam com redes particulares de recepção, na qual novos migrantes podem encontrar trabalho, residência e sociabilidade. A migração circular, na maioria das vezes estende-se para a migração em cadeia, trazendo, muitas vezes, implícita a migração profissional.

A migração circular traz, em si, a noção de “reversão urbana” e de “circulação” (ZELINSK, 1983). Analisando a realidade de países do primeiro mundo, SIMMONS (1991), afirma que, em ambos os casos, os networks funcionam como geradores de processo social. No primeiro caso, da “reversão urbana”, tem-se observado o crescimento negativo em certas cidades grandes dos países industrializados avançados, a medida em que as comunicações modernas e a tecnologia do transporte permitem a descentralização dos locais de trabalho e a população muda-se para assentamentos adjacentes menores. No segundo, a “circulação” dos trabalhadores migrantes é um padrão histórico bem estabelecido que remonta ao surgimento do trabalho assalariado, que foi redescoberto e se tem dado ênfase em investigações recentes devido, em parte, ao seu grande volume em muitas regiões (uma nova tendência) e, em parte, pelo desenvolvimento dos argumentos conceituais que dirigem a atenção (um novo conhecimento) à importância deste padrão para a sobrevivência econômica dos lugares pobres nos países em desenvolvimento.

CUNHA (1998:606) considera que o termo “circulação”, também chamado de “circularidade”, poderia ser um processo de “ir e vir” engrossado cada vez mais pelas mesmas pessoas (migrantes) ou, simplesmente, um atributo do fluxo migratório considerado de maneira genérica. A “circularidade” poderia referir-se tanto aos indivíduos quanto ao fluxo. A noção de reversão urbana bem como a noção de circularidade encontra-se, por sua vez, na base da noção de *reversibilidade dos movimentos*, que caracteriza a migração de retorno. Esta tem como referência a *residência base* uma vez que o retorno só se efetiva até ela.

As formas de se pensar a mobilidade espacial vão desde a visão estática – origem e destino – até a visão dinâmica, que contempla as múltiplas formas de relacionamento do homem com os espaços geográficos, incluindo a idéia de reversibilidade dos movimentos. DOMENACH & PICOUE (1990) afirma que o espaço onde as pessoas têm a oportunidade de vivenciar as suas oportunidades de vida é configurado não só pela freqüência e quantidade dos movimentos físicos, senão, também, por outros tipos de intercâmbios. Tais intercâmbios, propiciados pelos avanços tecnológicos e dos meios de transporte e comunicação que facilitam relações, especialmente de trabalho, inserem-se num raio de ação muito além das fronteiras, inclusive nacionais.

A residência base, definida como o lugar ou conjunto de lugares a partir do qual os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada, oferece a possibilidade de abrir grandes categorias para os deslocamentos territoriais: ¹³

- dentro da residência base (trabalho, estudo, negócio);
- ao exterior da residência base, que resultam em um retorno; e
- ao exterior da residência base, que não resultam em um retorno (por criação de nova residência base, ou por se tratar de movimentos sucessivos ambulantes)

A ampliação do conceito de residência base remete à reversibilidade dos fluxos, uma vez que permite classificá-los, segundo a sua referência, em irreversível e reversível:

- os fluxos irreversíveis correspondem a uma mudança de residência anterior, a qual já não intervêm no sistema de reprodução familiar e sócio-econômica do grupo emigrado;
- os fluxos reversíveis têm necessariamente referência a uma residência base determinada e diferenciam-se segundo a duração, o motivo da estada e a periodicidade de eventos sucessivos.

Como citam LYRA & AZEVEDO (1997), o caráter de reversibilidade é dado pela pré-orientação de retorno em certo tempo, expressa pela manutenção de uma solidariedade familiar e social, investimentos na região de origem, apoio financeiro acidental, além de outros, que tornam possível o retorno do migrante.

¹³ Citado por H. DOMENACH & M. PICOUE, 1990

Procurando tornar mais consistente as referências teórico-metodológicas até aqui comentadas, o item 1.2.2 a seguir registra outras concepções e procedimentos adotados no estudo.

1.2.2 As Redes Migratórias de Retorno: Os Conceitos Chaves

É relevante explicitar as definições mais ampliadas dos principais conceitos e de variáveis utilizados nas análises deste estudo.

O conceito de **migração** adotado neste trabalho implica na intenção de permanência e continuidade no local de destino (quando se trata da emigração) e no local de origem (quando se trata do retorno) envolvendo, simultaneamente, duas dimensões: tempo e espaço.

A migração foi operacionalmente definida como uma mudança de residência de uma unidade administrativa para outra, implicando “mudança permanente de residência”, tal como a ONU (1997) define e tal qual é utilizado nos Censos Demográficos. Foram considerados neste estudo, os deslocamentos interestaduais.

Residência base foi definida como o lugar ou conjunto de lugares a partir do qual os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada (DOMENACH & PICOUE, 1990); oferece a possibilidade de abrir grandes categorias para os deslocamentos territoriais:

- dentro da residência base (trabalho, estudo, negócio);
- ao exterior da residência base, que resultam em um retorno.

O conceito de **reversibilidade** do movimento migratório foi entendido a partir da ampliação do conceito de *residência base*, que remete à reversibilidade dos fluxos, permitindo classificá-los, segundo a sua referência, em *irreversíveis* e *reversíveis*. Estes últimos, têm necessariamente referência a uma *residência base* determinada e diferenciam-se segundo a duração, o motivo da estada e a periodicidade de eventos sucessivos. A noção de *reversibilidade* caracteriza a migração de retorno e os fluxos reversíveis. (COURGEAU, 1990) E (DOMENACH & PICOUE, 1990)

O conceito de **circularidade**, refere-se especificamente as redes migratórias de retorno e remete para o conceito de **migração circular**, ou seja, de um circuito regular dos migrantes que rotineiramente retorna para a residência base depois de um período de atividade em qualquer outra parte no circuito (TILLY, 1990:89). Traz em si a noção de “reversão urbana” e de “circulação” (ZELINSK,

1983) e remete ao processo migratório de "ir e vir", referindo-se tanto aos indivíduos quanto aos fluxos. (CUNHA, 1998:606)

A **migração de retorno** (a nível da UF) foi conceituada, dentro do que permitiram os dados censitários conforme (MOURA, 1984:38), ao se referir ao período 1970-80.

"como sendo todo aquele indivíduo que tendo nascido numa UF de nome a, dela emigrou em um ponto não determinado do tempo e esteve residindo, em algum momento do intervalo censitário 1970-80, em uma ou mais UFs de nomes b, c, d, ...w, y, z, tendo migrado da última delas, durante esse mesmo intervalo, de volta à UF de nascimento a, onde se achava residindo, por ocasião do censo, há um número n de anos, contados retroativamente a partir da data deste ($0 < n < 10$)".

Os Censos Demográficos de 1980 e 1991 – fonte básica de dados deste trabalho - ao contrário dos anteriores, permitiram a investigação da migração de retorno. Como afirmam CARVALHO & MACHADO (1992:31)

"No Censo de 1991, como aconteceu no de 1980, todos os quesitos sobre migração foram respondidos tanto pelos não naturais como pelos naturais dos municípios, o que permite analisar a migração de retorno."

No Censo de 1970, as questões sobre migração foram feitas apenas aos não naturais dos municípios, impossibilitando a obtenção de informações sobre o objeto deste estudo. Tal condição definiu o recorte temporal da pesquisa.

Área de origem foi entendida como aquela a partir da qual se dá o deslocamento. A área de origem foi definida operacionalmente, nesse estudo, como o local de nascimento ou ponto inicial do(s) intervalo(s) migratório(s), além do ponto de retorno.

Área de destino foi entendida como aquela onde termina um deslocamento. Foi considerada ainda como aquela área onde o migrante estava residindo anteriormente, no final do intervalo migratório e no espaço considerado, antes do movimento de retorno à área de origem ou de nascimento.

Fatores de Atração e de Expulsão – conceitos baseados no modelo de LEE (1965) – que se referem ao comportamento migratório, atuando ao nível das decisões individuais e das famílias. Considerou-se que: em qualquer área existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área (fatores de atração ou de retenção) e fatores que tendem a expulsá-

las (fatores de expulsão). Assim um clima saudável atrai e um clima insalubre repele; um bom sistema escolar pode ser considerado um fator de retenção ou de atração.

Fatores de Estagnação e de Mudança – conceitos adotados por SINGER (1976) – que remetem, também, aos motivos e às causas das migrações internas, porém entendidas como processo social, inserida no processo de transformação global da sociedade. As áreas sujeitas a **fatores de mudanças**, perdem população mas a produtividade aumenta, o que permite, em princípio, uma melhora nas condições de vida locais, dependendo do sistema de forças sociais e políticas que condicionam a distribuição da renda. Já as áreas sujeitas a **fatores de estagnação** permanecem apresentando condições de vida muito baixa, ou mesmo deterioração desta.

Quanto às características dos migrantes: o termo **migrações seletivas** significa dizer que os migrantes quase nunca constituem uma amostra aleatória da população da área de origem. As migrações são seletivas, segundo LEE (1965), em razão de as pessoas:

- responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevalecentes nos locais de origem e de destino;
- terem capacidade diferentes para superar os obstáculos intervenientes;
- diferenciarem-se entre si em termos dos fatores pessoais

A variável **tempo de residência** foi definida operacionalmente para os migrantes com menos de dez anos de residência no município de residência atual. A importância desta variável é que ela permite estudar o diferencial entre os migrantes recentes e antigos atribuído ao processo de adaptação dos mesmos. A distribuição dos migrantes *por tempo de residência* possibilita ainda uma avaliação da migração em períodos menores de tempo, permitindo uma análise mais detalhada dos movimentos. Os espaços geográficos considerados nesta pesquisa não apresentaram uma distribuição linear dos migrantes por tempo de residência, devido ao efeito conjunto e constante de redução pela mortalidade e re-migração, verificando-se uma concentração mais acentuada de migrantes nos menores períodos de residência, especificamente no período de menos de um ano. Pode-se supor que a remigração seja o fator mais importante, já que as taxas diferenciadas de imigração são eliminadas pela superioridade numérica dos migrantes recém-chegados, e os diferenciais de mortalidade não são tão uniformes.

A **situação de domicílio** foi utilizada para os migrantes classificados segundo a área de residência urbana ou rural, seja da área de procedência anterior, seja da área de residência atual.

Migrantes de retorno SP-PE para a origem ou para a residência base foram consideradas as pessoas que na UF atual estavam em PE, há menos de 10 anos, que nasceram em PE, anteriormente estavam em São Paulo e que responderam a questão do Censo: terem nascido neste município e já morou em outro.

Migrantes de retorno SP-PE para outros municípios ou para não-origem referiram-se às pessoas que na UF atual estavam em PE, há menos de 10 anos, que nasceram em PE, anteriormente estavam em São Paulo e que responderam a questão do Censo: não ter nascido neste município.

A **idade transformada ou aproximada no momento da migração** foi adotada para definir a idade que resultou da subtração do tempo de residência na UF atual da idade calculada em anos do migrante. (Ver a identificação da variável no item 1.3 deste Capítulo)

Os **arranjos familiares** ou composição familiar foram definidos como:

- individual
- nuclear: subdividida em chefe, cônjuge e filhos/enteados
- Outros familiares ou agregados.

Neste estudo foram considerados dois níveis de **unidades de análise**:

- No seguimento de análise onde foram analisados os volumes dos fluxos migratórios a unidade de análise utilizada foi o **fluxo migratório**;
- No seguimento de análise onde foram abordadas as características demográficas (sexo e idade no momento da migração, tempo de residência do chefe, as condições migratórias, as características sócio-educacionais) trabalhou-se com a **família**.

A identificação da família no Censo somente pôde ser feita tendo como referência o chefe da mesma, a partir do quesito referente ao grau de parentesco com este último. A dificuldade consistiu em identificar quais os arranjos que predominam nos movimentos migratórios (CUNHA, 1996). A dificuldade maior é quando se trata do Censo de 1980, pois não há identificação por família.

Para a definição dos **Efeitos Diretos e Indiretos da Migração de Retorno**, adotou-se a proposta de RIBEIRO (1997), segundo a qual:

- O Efeito Direto (DIR) é definido como o retorno de naturais da unidade espacial analisada.
- O efeito indireto (IND) considera dois componentes:
 - indireto 1 (IND1): nascimentos na região de destino, de filhos de naturais retornados (semelhante ao que se denomina de efeito indireto ao tratar da imigração em geral); e
 - indireto 2 (IND2): imigração de não-naturais, associada ao retorno de naturais

Estimativa dos Efeitos Indiretos do Retorno em Domicílios Chefiados por Retornados:

Considerou-se a estrutura e composição daqueles domicílios cujos chefes são retornados interestaduais da década. Partiu-se do pressuposto básico de que todo imigrante com menos de 10 anos de residência, pertence a um domicílio cujo chefe é imigrante de retorno, mudou-se para a unidade de destino em decorrência do retorno do chefe do domicílio, tendo sua imigração sido feita antes, junto ou após a do chefe. Por razões práticas, a denominamos como um componente indireto da migração de retorno familiar.

Adaptação da Metodologia proposta por RIBEIRO (1997):

Para a análise dos Efeitos Diretos e Indiretos da migração de retorno do fluxo migratório SP-PE, considerou-se a família como unidade de observação. Alguns procedimentos foram adotados:

- O primeiro passo, foi criar um espaço de trabalho na base dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991, e, a partir daí, trabalhar com dois níveis hierárquicos de variáveis: família e pessoa.
- No segundo passo, definiu-se uma variável "Casal" no nível hierárquico de família, que através do sistema binário elege a condição de chefe migrante de retorno igual a 1, bem como elege zero se esta condição não se verificar. Deste modo, o casal, quando ambos são migrantes de retorno, recebe o código 11, desde que eles estejam submetidos ao filtro de migrantes de retorno. Outro tipo de casal utilizado neste trabalho, foi o de que o chefe é migrante de retorno e a condição migratória do cônjuge é não-natural, ou seja, não nasceu em Pernambuco, encontra-se em Pernambuco há menos de 10 anos no momento do Censo de 1991 e anteriormente estava no Estado de São Paulo.
- Finalmente, ao relacionar a variável "Posição da Família em Relação ao Chefe" com a variável "Casal", foi possível obter o fluxo migratório dos membros da família migrantes de retorno relacionados ao casal migrantes de retorno. Com o mesmo procedimento, ao definir o chefe migrante de retorno e o cônjuge não-natural associado aos membros da família

filtrados como não-naturais, foi também possível obter o fluxo migratório dos membros da família não-naturais inclusive o cônjuge associados ao chefe migrante de retorno.

A conceitualização dos efeitos diretos e indiretos da migração de retorno em função da relação de parentesco com o chefe de família migrante de retorno, encontram-se em três grupos:

□ *Efeito Direto (DIR)*

Integrantes do fluxo migratório interestadual de retorno SP-PE são cônjuges, parentes e não-parentes, naturais de Pernambuco, com menos de 10 anos de tempo de residência e que anteriormente encontravam-se no Estado de São Paulo.

□ *Efeito Indireto 2 (IND2)*

Integrantes do fluxo migratório interestadual de retorno SP-PE são cônjuges, parentes e não-parentes, não-naturais de Pernambuco, com menos de 10 anos de tempo de residência e que anteriormente encontravam-se no Estado de São Paulo; e pressupõe-se que migraram em função do retorno do chefe de família.

□ *Efeito Indireto 1 (IND1)*

Trata-se da continuidade reprodutiva dos retornados, concretizada pelos nascimentos, dentro do período analisado, após o retorno à UF. Estes filhos nunca saíram da UF e são menores de 10 anos de idade. Levou-se em consideração as palavras de RIBEIRO (1997:101)

“Parte deste efeito IND1 poderia ser quantificado, diretamente, a partir dos dados censitários, através dos filhos de chefes retornados. No entanto, é importante lembrar que este efeito IND1 é causado também por outros membros do domicílio que são, igualmente, retornados. Por este motivo, sugere-se utilizar o critério estabelecido por Lee et alli (1957), tomando-se como base de estimativa, o total de crianças retornadas e de crianças imigrantes não-naturais dos 0-9 anos de idade, assumindo-se que o IND1 no grupo de 0-4 anos de idade é equivalente a três vezes o número de crianças correspondentes aos efeitos DIR e IND2 no mesmo grupo etário e que o IND1 no grupo etário de 5-9 anos corresponde a um terço das crianças correspondentes aos Efeitos DIR e IND2 desse mesmo grupo”.

Na tentativa de consolidar a exposição deste percurso teórico-metodológico, são aqui apresentadas as **proposições essenciais** deste estudo. Evidentemente, elas podem sofrer maiores desdobramentos e/ou aprofundamentos ao longo das análises de cada capítulo.

Entende-se que:

- o processo de migração de retorno ao Estado de Pernambuco, oriundo especialmente do Estado de São Paulo, é significativo no contexto brasileiro e alimenta movimentos de circularidade ou de reversibilidade entre os migrantes pernambucanos;
- o movimento de reversibilidade na última década considerada (1981-91) tenha superado o da década anterior (1970-80), bem como tenha superado o movimento de circularidade nesses dois períodos;
- os elementos de incentivos ou constrangimentos encontrados, quer na área de origem quer na área de destino, interferem diretamente no processo de remigração;
- nesse processo migratório entre os estados de Pernambuco e São Paulo, são configurados indícios de redes migratórias, fortalecidas por laços familiares e de conterraneidade;
- a maioria dos migrantes de retorno pernambucanos foram procedentes da Região Metropolitana de São Paulo e se dirigiram para as Regiões de Desenvolvimento pernambucanas, buscando, predominantemente, o seu local de origem ou de residência base.

1.3 A MENSURAÇÃO DA MIGRAÇÃO DE RETORNO A PARTIR DAS REDES SOCIAIS:

AS BASES METODOLÓGICAS

Firmado o arcabouço teórico-conceitual, aborda-se neste item os posicionamentos metodológicos adotados, bem como as medidas de mensuração dos dados da pesquisa.

Inicialmente, é importante reafirmar que a pesquisa fundamenta-se essencialmente, em informações obtidas através de dados censitários. Considera-se que ela enfrenta, de um lado, as limitações que tais informações apresentam para apreensão do processo migratório que se pretende resgatar e, por outro lado, ela lida com as possibilidades que a abrangência dos dados oriundos do recenseamento de todo o país oferece.

Tem-se consciência de que o Censo Demográfico não seria a melhor fonte para analisar esse processo, uma vez que se trata de um instrumento que reflete predominantemente as condições no

momento da entrevista. Contudo, algumas estratégias de análise são adotadas, visando uma certa aproximação do processo que se quer resgatar.

1.3.1 A Postura Metodológica Adotada

As limitações atribuídas às informações censitárias como base para a apreensão da migração como processo social, vem sendo pauta de discussões, desde a década de 70, e têm fundamentado as principais reivindicações e sugestões dos pesquisadores da área, algumas das quais já incorporadas aos dois últimos Censos (1980 e 1991), o que vem possibilitando estudos sobre a migração de retorno. Contudo persiste a dificuldade de apreensão do fenômeno como processo social, influenciado por condicionantes estruturais, uma vez que requereria, como afirmam MARTINE & CAMARGO (1984), adotar-se como unidade migratória o grupo social, não o indivíduo – sua origem, sua procedência, seu destino, sua ocupação, sua renda, etc. Para esses autores (1984:),

“a mera referência ao número de pessoas, com estas ou aquelas características demográficas, que se deslocaram de A para B e vice versa, de per si mesma, significa muito pouco ... A migração tem importância como processo social, como reflexo e determinante de transformações ocorridas na organização social da produção a nível de regiões, setores econômicos ou grupos sociais... (além disso) ... qualquer análise do significado desse processo deve tomar em consideração a dimensão e as características de diversos tipos de fluxos migratórios”.

Procurando minimizar as limitações dos dados censitários para apreensão do processo migratório, elegeu-se, neste trabalho, um fluxo específico que envolve os migrantes naturais de Pernambuco no seu trajeto de ida para São Paulo e de retorno para seu estado de origem, como forma de aproximar-se do processo estabelecido por um grupo de migrantes com trajetos comuns, tal como sugerido por MARTINE & CAMARGO (1984). A partir de tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, com os avanços incorporados no que se refere à migração, especificamente quanto aos quesitos sobre migração terem sido respondidos tanto pelos não naturais como pelos naturais dos municípios, tornou-se possível aprofundar o conhecimento acerca dos migrantes que integram este fluxo, seus diferenciais demográficos e as várias formas de relação desses migrantes com os espaços geográficos de origem e destino, tanto na emigração para São Paulo, como no retorno para Pernambuco, inclusive para os municípios de origem.

Procurando avançar metodologicamente na abordagem dos processos migratórios a partir da perspectiva das redes sociais, analisou-se a família, entendendo-a como a menor unidade coletiva no contexto do fluxo migratório, cujas relações estabelecidas entre os membros constituem fortes elos de

confiança e solidariedade, formadores de redes sociais, que estão nas bases dos processos migratórios. A abordagem da família no contexto dos dados censitários foi possibilitada pelos avanços incorporados pelos Censos Demográficos a partir de 1980. Especialmente o Censo de 1991, possibilitou um aprofundamento nos arranjos familiares, que se tornou fundamental para a análise das redes sociais baseadas nos elos familiares, através desses recenseamentos.

No sentido de aprofundar a análise, de modo a aproximar-se, ainda mais, do processo migratório estabelecido neste fluxo selecionado, procurou-se identificar, no contexto do estado de Pernambuco, regiões de maior troca migratória como o estado de São Paulo. Para isso, adotou-se como opção metodológica, não definir *a priori* essas regiões, mas defini-las a partir dos resultados apresentados pelos dados censitários. Como resultado, foram identificadas três Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco – Metropolitana do Recife, Agreste Central e Sertão do Pajeú-Moxotó – como fruto da exploração dos dados censitários. Vale ressaltar que a identificação dessas regiões, seguiu a mesma divisão estabelecida pelo governo de Pernambuco para efeito de uma atuação estratégica, levando em conta as características e potencialidades das regiões.

A relevância das informações obtidas, a partir de tal opção metodológica, justificou a não seleção antecipada daquela região de maior dinamicidade de Pernambuco - a Região Metropolitana do Recife - uma vez que a Região do Agreste Central se mostrou mais expressiva, no que diz respeito ao movimento migratório de retorno ao estado. Esta região, juntamente com a Região do Pajeú-Moxotó, situada no Sertão Pernambucano, apresentaram subsídios importantes para a análise dos processos migratórios através da perspectiva das redes sociais.

Entendendo que as interações propiciadas por redes sociais, ou redes de movimentos, podem desencadear processos favoráveis, ou desfavoráveis, seja à fixação dos migrantes ao local de destino, seja à sua decisão de migrar, em direção a São Paulo, ou a Pernambuco, procurou-se identificar possibilidades de redes estabelecidas no contexto do fluxo PE-SP-PE. Assim, numa tentativa de maior aproximação do processo migratório instalado, buscou-se os fluxos estabelecidos entre municípios núcleos e conjunto de municípios de maior afluência de migrantes de retorno, das regiões pernambucanas selecionadas e do estado de São Paulo, investigando-se indícios dessas redes sociais e verificando o comportamento desses fluxos nas duas décadas em foco.

Ao lado da área sócio-geográfica, o estudo abrangeu os períodos de 1970-80 e 1981-91, um marco temporal, cuja escolha foi norteadada pelas informações censitárias sobre migração de retorno. Pois, como indicado anteriormente, os resultados censitários até 1970 diziam respeito apenas aos migrantes não-naturais. Firmados esses três marcos, temático, espacial e temporal pode-se comentar que o estudo procurou respaldo em alguns modelos teóricos desenvolvidos por autores que trabalharam com o fenômeno da migração, mais especificamente com a migração de retorno.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao processo da análise qualitativa adotada como forma complementar para as análises quantitativas e para superar as possíveis limitações impostas à compreensão dos propósitos do estudo. Nesse sentido, a cada interpretação destes dados, buscou-se a complementação obtida através de aportes teóricos, de pesquisas realizadas e de depoimentos sobre o tema.

1.3.2 A Identificação dos Migrantes nos Censos Demográficos

As **unidades de análise** foram consideradas em diversos níveis:

⇒ No seguimento de análise, onde foram medidos os volumes dos fluxos migratórios, a unidade de análise utilizada foi o **fluxo migratório**;

⇒ No seguimento de análise onde foram abordadas as características demográficas (sexo e idade no momento da migração, tempo de residência do chefe, as condições migratórias, as características sócio-econômicas – educação e ocupação) trabalhou-se com a **família**.

⇒ A identificação da família no Censo somente pôde ser feita tendo como referência o chefe da mesma, a partir do quesito referente ao grau de parentesco com este último. A dificuldade consistiu em identificar quais os arranjos que predominavam nos movimentos migratórios (CUNHA, J. M., 1996). A dificuldade maior ocorreu no trato do Censo de 1980, pois neste não há identificação por família.

Quanto aos tipos de migração que foram considerados nos Censos Demográficos, destacam-se os explicitados a seguir, relacionados aos quesitos formulados pelos censos demográficos que foram objeto de investigação na pesquisa:¹⁴

¹⁴ Os três primeiros itens (i, ii, iii) foram citados por CUNHA (1997:32-33)

a) Migração interestadual

⇒ O **questito 16** informa sobre a Unidade da Federação de nascimento do entrevistado;

⇒ A **questão 17** indaga há quantos anos o entrevistado mora na UF de residência atual sem interrupção; e no caso de ser migrante, permite a alocação temporal do movimento;

⇒ Para os residentes há menos de dez anos no município atual, a identificação da origem do fluxo migratório se dá através do **questito 19**, que apresenta a Unidade da Federação de residência anterior do migrante; e

⇒ O **questito 21** informa sobre a UF de residência em 01/09/86.

i) **Migrante da década (ou período intercensitário)**: a combinação da UF de residência anterior com o tempo de residência inferior ao período definirá este migrante. A partir dessa informação será possível elaborar um estudo dos fluxos migratórios interestaduais.

Deve-se alertar para o fato de que as informações sobre residência anterior está atrelada ao município e, portanto, não é a mais adequada para o estudo ao nível de UF (a UF anterior não necessariamente se refere àquela do município anterior).

ii) **Migrante do quinquênio 86/91**: indivíduos que residiam em 1986 em uma UF distinta da que residia no momento do Censo. O inconveniente dessa informação é que não existe no Censo de 1980.

Por último, vale lembrar que a combinação dos três tipos de informação (UF de nascimento, município anterior e município em 86) pode se transformar em um instrumento valioso de análise na medida em que permite visualizar a distribuição espacial dos migrantes no meio do período intercensitário.

iii) Migração de retorno:

⇒ Em relação à Unidade da Federação (Censo de 1991), é o **questito 16** que identifica a UF de nascimento;

⇒ O **questito 17** permite a alocação temporal da migração (migrantes residentes a menos de X anos na UF atual) ;

⇒ A UF de residência anterior pode ser identificada através do **questito 19**; e

⇒ A UF de residência em 01/09/86 pode ser identificada pelo **questito 21**.

Em relação aos municípios (Censo de 1991), o **questo 14** informa se o entrevistado nasceu ou não no município de residência atual. Respondendo que nasceu, mas já morou em outro, evidencia-se a migração de retorno. O **questo 18**, sobre quantos anos mora no município de residência atual (e de nascimento) sem interrupção, possibilita a alocação temporal do movimento. A identificação do município em que residia anteriormente se dava através do **questo 19**; e o setor (urbano ou rural), pelo **questo 20**. Pode-se captar, ainda, uma etapa anterior ao retorno, através dos **questos 21 e 22**, com a identificação do município e do setor de residência em 01/09/86.

VARIÁVEIS E FILTROS UTILIZADOS NAS CONDIÇÕES MIGRATÓRIAS

Encontra-se em anexo o detalhamento das **Variáveis e Filtros Utilizados nas Condições Migratórias**, que fornece as bases das tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, elaboradas no âmbito deste estudo.

Capítulo 2

O RETORNO NO DUPLO PROCESSO
DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO

“A idéia de retorno está intrinsecamente circunscrita à denominação e à idéia mesma de emigração e imigração. Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de um outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures.”

Abdelmalek SAYAD (2000:11)



O retorno dos pernambucanos que emigraram para o Estado de São Paulo integrou, nas últimas décadas, um movimento maior de “ir e vir” de migrantes dos diversos estados do Brasil, no contexto das migrações internas do país. Tal movimento de redistribuição espacial da população, entre outros fatores, guarda marcante relação com a evolução do mercado de trabalho. A população costuma deslocar-se e fixar-se em determinadas localidades, ou regiões, em função das mudanças na configuração espacial do dinamismo econômico. O fortalecimento da atividade econômica numa determinada região gera emprego e atrai migrante, ao passo que a estagnação inicia o processo contrário, chegando a expulsar população.

Se o *emigrante* é aquele que deixa a própria terra para refugiar-se, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em outro local, no outro lado do itinerário espacial da emigração ele é considerado *imigrante*. Essa dualidade leva a uma aproximação do conceito e à designação englobante de *migrante*, especialmente no contexto dos movimentos oscilatórios no qual se insere a *migração de retorno*. Nesta é invertida a condição do espaço de origem e destino, bem como a condição de quem parte e de quem chega.

Este capítulo tem como objetivo evidenciar a **expressividade do movimento de migração de retorno dos pernambucanos procedentes de São Paulo**, no contexto do movimento migratório brasileiro e especialmente no fluxo de retorno para o Nordeste. No primeiro momento, procura explicitar e analisar algumas das tendências da redistribuição da população do Brasil, iniciando com um quadro da sua evolução e distribuição espacial por grandes regiões, nos quatro últimos Censos Demográficos, destacando, nas duas regiões de maior troca – Nordeste e Sudeste - de um lado, Pernambuco e os demais estados nordestinos e, de outro, o estado de São Paulo. A partir daí, adotando o mesmo recorte espacial acima mencionado e selecionando o período 1970-2000, analisa o movimento migratório no contexto da evolução da população do país, mensurando a migração de

retorno nesse contexto. Num segundo momento, focaliza o intervalo censitário selecionado como recorte temporal deste estudo - 1970-91, e aprofunda o movimento de retorno no contexto do fluxo geral das migrações internas do país, procurando evidenciar, em todo esse conjunto, a expressividade do fluxo migratório Pernambuco-São Paulo-Pernambuco, que constitui o objeto central deste estudo.

2.1 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE MAIOR EXPRESSÃO NO BRASIL: NORDESTE - SUDESTE

Contextualizando o fluxo migratório Pernambuco-São Paulo-Pernambuco, no quadro geral do movimento migratório brasileiro, este item propicia uma visão geral das principais mudanças na redistribuição da população nordestina para as demais regiões do Brasil. Embora a análise consolidada neste trabalho tenha como foco central o período censitário de 1970-80 e 1981-91, um panorama das transformações ocorridas a partir da década de 1930 permite contextualizar melhor as tendências recentes, dentro de uma perspectiva histórica. Um quadro da evolução e distribuição da população brasileira a partir do Censo Demográfico de 1970, complementa essa contextualização mais geral. A seguir, uma análise mais específica dos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, aborda o movimento de emigração e de imigração das grandes regiões do país, destacando os Estados de Pernambuco, os demais Estados do Nordeste e São Paulo, na perspectiva de estabelecer parâmetros comparativos capazes de avaliar a relevância do fluxo migratório selecionado.

2.1.1 A Expressão Demográfica das Grandes Regiões e dos Estados do Nordeste e de São Paulo

Analisando a evolução dos componentes demográficos das regiões do Brasil, observou-se que a década de 80 foi marcada pela diminuição no ritmo de crescimento da população brasileira, com impacto na sua distribuição espacial, mantendo essa tendência na década de 90. Conforme os dados da Tabela 2.1, observou-se, de modo geral, uma queda na taxa de crescimento populacional em todas as regiões do país, à exceção das regiões Sul e Centro-Oeste, que retomaram seu crescimento na década de 90. A diminuição no ritmo de crescimento populacional observado na década de 80, deve-se, principalmente, ao declínio da fecundidade, que já vinha se manifestando, embora diferencialmente, para o conjunto do país, a partir de 1970, conforme diversos estudos apontam.¹⁵ Tais estudos também indicam que os demais componentes demográficos – mortalidade e migração - têm influenciado de forma diferenciada para esse comportamento, como no caso da região Sudeste, para

onde se dirigiram menores volumes migratórios interestaduais, a partir dos anos 80, acentuando a queda de crescimento da população regional. Ao contrário, o aumento da migração de retorno para a região Nordeste, veio compensar, de certa forma, a queda da fecundidade que se vinha observando.

TABELA 2.1 (1)

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UFS SELECIONADAS – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE CRESCIMENTO (2) E DENSIDADE DEMOGRÁFICA (3), 1970-2000

GRANDES REGIÕES E UFs	POPULAÇÃO RESIDENTE RECENSEADA (em %)				TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a)			DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Habs/Km ²)			
	1970	1980	1991	2000	1970-80	1980-91	1991-2000	1970	1980	1991	2000
NORTE	3,87	4,94	6,83	7,60	5,02	4,97	2,84	1,01	1,65	2,81	3,61
Maranhão	3,21	3,36	3,36	3,33	2,93	1,93	1,53	9,02	12,04	14,85	17,03
Piauí	1,80	1,80	1,76	1,67	2,44	1,73	1,08	6,69	8,51	10,28	11,31
Ceará	4,68	4,44	4,34	4,38	1,95	1,70	1,73	29,93	36,29	43,69	51,00
Rio G. do Norte	1,66	1,60	1,65	1,64	2,05	2,22	1,56	29,21	35,76	45,51	52,32
Paraíba	2,56	2,33	2,18	2,03	1,52	1,32	0,82	42,29	49,17	56,82	61,12
Pernambuco	5,54	5,16	4,85	4,66	1,76	1,36	1,18	52,39	62,35	72,34	80,37
Alagoas	1,71	1,67	1,71	1,66	2,24	2,18	1,29	57,09	71,27	90,38	101,47
Sergipe	0,97	0,96	1,02	1,05	2,38	2,47	2,01	41,02	51,91	67,93	81,25
Bahia	8,05	7,94	8,08	7,70	2,35	2,09	1,08	13,28	16,76	21,03	23,16
NORDESTE	30,18	29,25	28,94	28,12	2,16	1,83	1,30	18,13	22,45	27,40	30,78
São Paulo	19,08	21,04	21,51	21,81	3,49	2,13	1,78	71,61	100,90	127,28	149,22
Outras UF's do SE	23,71	22,43	21,22	20,84	1,91	1,41	1,42	32,65	39,46	46,06	52,31
SUDESTE	42,79	43,47	42,73	42,65	2,84	1,77	1,61	43,11	55,96	67,86	78,32
SUL	17,71	15,99	15,07	14,79	1,44	1,38	1,41	28,63	33,02	38,40	43,57
CENTRO-OESTE	5,45	6,34	6,42	6,85	4,05	2,05	2,37	2,69	4,01	5,01	6,18
BRASIL (Nº Rel.)	100,00	100,00	100,00	100,00							
(Nº ABS.)	93.139.067	119.002.706	146.825.475	169.799.170	2,48	1,93	1,63	10,94	13,98	17,25	19,95

FONTE: FIBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Anuário Estatístico do Brasil, 1998, Vol. 58. Os valores absolutos constam da Tabela II.1 do Anexo.

CHAMADAS: (1) O número de identificação da Tabela é composto pelo número de identificação do Capítulo, seguido do número de ordem sequencial da Tabela.

(2) Taxa média anual de crescimento geométrico: $P_n = P_o \cdot (1+i)^n$

(3) Densidade demográfica = número de habitantes / área (em km²)

A região Norte destacou-se, nas três últimas décadas, por apresentar a mais elevada taxa de crescimento da população (5,02% a.a., 4,97% a.a. e 2,84% a.a., respectivamente), demonstrando a importância da fronteira agrícola como canalizadora de importantes fluxos migratórios para as áreas rurais, particularmente para os Estados de Rondônia e Pará. A Região Centro-Oeste registrou, em todo o período, taxas de crescimento superiores às das regiões Sudeste e Sul, o que reflete a expansão acelerada de suas áreas urbanas, devido, em grande parte, à sua fronteira agrícola. Quanto ao Nordeste, nos anos 80, o maior dinamismo econômico da região bem como a crise econômica nacional parece ter contribuído para a redução do contingente dos nordestinos que deixam a região, o que leva a que a taxa de crescimento (1,83% a.a.) seja superior à das Regiões Sudeste e Sul (1,77% a.a. e 1,38% a.a., respectivamente), ao contrário das demais décadas, em que sua taxa mostrou-se inferior. É importante ressaltar que os níveis de fecundidade no Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram relativamente elevados, nesse período, contribuindo para o crescimento populacional

¹⁵ Entre os estudos que aprofundam os componentes demográficos ver MOURA (1999), MOREIRA (1995), Moura & Moreira (2000), SANTOS (1989), CUNHA (1997), TEIXEIRA & LYRA (1994), CAMARANO & BELTRÃO (2000) entre outros.

apresentado por essas regiões. Já o estado de São Paulo apresentou uma taxa de crescimento populacional superior à média nacional, nas três últimas décadas, consolidando a sua posição de destaque no cenário nacional, contendo a maior área metropolitana do país. (Tabela 2.1)

O estado de São Paulo foi o principal responsável pelo incremento de 11 milhões de pessoas na região Sudeste, na década de 80, sendo a UF da Federação que, sozinha, somou 6,5 milhões de pessoas, passando a ter uma população total de 31,6 milhões, em 1991. Esse incremento reduziu-se para cerca de 5,4 milhões no Censo de 2000, o que equivaleu a pouco mais do incremento apresentado por toda a região Nordeste no mesmo período (5,2 milhões). Representando o maior contingente populacional de todos os estados da federação, São Paulo concentra cerca de dois terços da população nordestina fora do Nordeste, desde o Censo de 1970. O Nordeste passou de 34,8 milhões de habitantes (1980) para 42,5 milhões de pessoas (1991) e atingiu 47,7 milhões de habitantes no ano 2000. (Tabela 2.1)

Apesar de seu papel de destaque na dinâmica demográfica nacional e da mais alta concentração demográfica do Sudeste (149,22 hab/km², em 2000), o estado de São Paulo vem passando por grandes mudanças: apresenta um ritmo de crescimento populacional mais elevado - de 3,49%, no período de 1970-80 - e uma posterior desaceleração desse ritmo de crescimento, quando passou para 2,13%, no período de 1980-91, e para 1,78% na última década do século passado. (Tabela 2.1). O impacto dessa diminuição no ritmo de crescimento, segundo CUNHA (1996), somente faria sentido no contexto de uma, não menos importante, diminuição da intensidade dos movimentos migratórios, o que, de fato aconteceu segundo os dados do Censo de 1991 e do Censo de 2000. (Tabela 2.1)

A região Nordeste, bem como a maioria dos estados nela contidos apresentou, em todo o período analisado, um decréscimo paulatino do ritmo de crescimento. Na década de 80, apenas os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia mantiveram-se com taxas de crescimento acima de 2% ao ano, enquanto o Maranhão e o Piauí decrescem para valores inferiores. No outro extremo, os estados de Pernambuco e Paraíba mantiveram-se, ao longo do período, entre as menores taxas. Na última década, à exceção de Sergipe, todos os estados apresentaram taxas de crescimento abaixo de 2% ao ano. (Tabela 2.1)

Enfocando, especificamente, a realidade demográfica pernambucana, alguns estudos¹⁶ indicam que esta sofreu os impactos do processo de desenvolvimento econômico e das grandes mudanças ocorridas na última metade do século. Importantes modificações nos níveis e estruturas da fecundidade, da mortalidade e das migrações, vêm afetando o volume e a estrutura da população. A partir de 1950, e nos quarenta anos subseqüentes, a população de Pernambuco vem apresentando uma tendência declinante na sua participação relativa no total da população brasileira, em decorrência, a princípio, da emigração para os centros economicamente mais dinâmicos do País, o que torna a sua taxa de crescimento mais baixa do que a média da região Nordeste. A taxa de crescimento de Pernambuco vem sofrendo um declínio constante: de 1,76%, no período de 1970-80, passa para 1,36%, de 1980-91 e para 1,18%, de 1991-2000, o que a situa entre as menores taxas de crescimento registradas no País. (Tabela 2.1)

Com o segundo maior contingente populacional do Nordeste, Pernambuco apresenta uma das mais altas densidades demográficas da região (80,4 hab/km², no Censo de 2000), só ultrapassada pela de Sergipe e de Alagoas, cujas áreas geográficas representam menos de um terço da área do estado pernambucano. Com seu extenso território, a Bahia, o estado mais populoso da região, apresenta uma das mais baixas densidades demográficas (23,16 hab/km²), seguida pelo Maranhão e Piauí. (Tabela 2.1) Ao estabelecer-se a relação entre o contingente populacional e a área geográfica na qual ele se insere, Pernambuco adquire expressividade no contexto da região Nordeste, apontando para a importância da distribuição da população no território regional. (Tabela 2.1)

A distribuição espacial da população brasileira, atualmente, constitui um dos mais expressivos resultados do movimento migratório impulsionado a partir da década de 1930. Como enfatiza ARAÚJO (2000b), em sessenta anos – entre os Censos Demográficos realizados em 1920 e 1980 – o Brasil inverteu o percentual de sua população urbana em relação à população rural, que de 30% passa a ser 70%. A Região Metropolitana de São Paulo, com uma população de mais de 15 milhões de habitantes, e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com quase 10 milhões, no Censo de 1991, constituíram-se como duas megacidades. Um outro grupo de seis cidades, que compreende as aglomerações metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, atingiram, no mesmo ano, a faixa dos três milhões de habitantes e exercem um papel relevante na estruturação da economia e da sociedade do país. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996) (Mapa 2.1)

¹⁶ Entre esses estudos ver CAMARANO, MOREIRA, ALBUQUERQUE et alii (1982), MOURA & SANTOS (1986), SANTOS (1989), TEIXEIRA & LYRA (1994), entre outros.

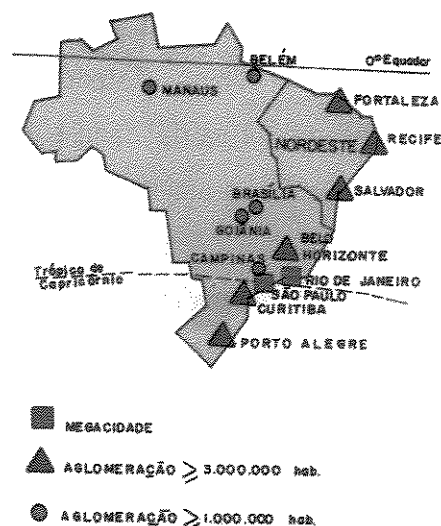
No contexto da Região Nordeste, Pernambuco está inserido numa posição central entre o Ceará e a Bahia, os mais populosos. O Recife, capital de Pernambuco, compondendo as três grandes aglomerações urbanas da região, todas situadas no litoral atlântico, dista cerca de 800km das demais metrópoles – Fortaleza e Salvador – e polariza a maior faixa contínua de altas densidades populacionais da região nordestina, que se dispõe ao longo do litoral, desde a cidade de Natal até à de Aracaju e na hinterlândia próxima, onde se concentram 12.500.000 habitantes, sobre 98.000km², segundo dados do censo de 1991. No restante do Nordeste, com exceção das Regiões Metropolitanas de Salvador e Fortaleza, a população é mais dispersa e os centros urbanos mais distantes uns dos outros. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996) (Mapa 2.2).

Essa condição demográfica destaca o estado de Pernambuco, ainda hoje, como centro polarizador de grande parte da região Nordeste; uma condição que decorre do próprio processo brasileiro de colonização, instalado em torno da economia açucareira para exportação, no qual o Porto do Recife constituiu-se como um ponto central do comércio exterior. Com a decadência da economia nordestina, que se acelerou a partir do século XIX, Pernambuco, que polarizava a riqueza da região de seu entorno, passa a polarizar a sua pobreza e a constituir-se como um dos estados mais exportadores de população do Nordeste. (ANDRADE, 1979)

2.1.2 As Trocas Migratórias interestaduais nas Décadas de 1970-2000.

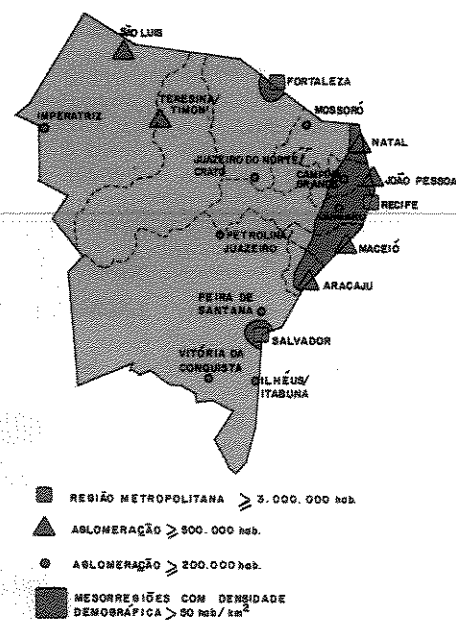
O número de migrantes envolvidos no movimento de migração interna no Brasil, entre as décadas de 1970-2000, segundo dados da Tabela 2.2, cresceu de 9.585,6 (1980) para 10.614,2 (1991) e 10.943,0 (2000) milhares de pessoas, o que representa um acréscimo percentual de 10,7% de pessoas, na

MAPA 2.1 Brasil - Grandes Cidades



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (1996:5)

MAPA 2.2 Nordeste - Grandes Cidades e Concentração Demográfica



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (1996:5)

década de 80 e uma redução significativa desse percentual, na última década, para 3,1% de pessoas integrando os fluxos migratórios interestaduais¹⁷.

TABELA 2.2

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UFS SELECIONADAS - MOVIMENTO MIGRATÓRIO INTERESTADUAL: PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA MÉDIA ANUAL DE EMIGRAÇÃO (1) E DE IMIGRAÇÃO (2). 1970-2000

GRANDES REGIÕES E UFS SELECIONADAS	MIGRANTES INTERESTADUAIS										Nº Abs. do Brasil por mil	
	1970 - 80				1981 - 91				1990 - 2000			
	Emigração (E)		Imigração (I)		Emigração (E)		Imigração (I)		Emigração (E)		Imigração (I)	
	Volume (%)	Taxa (% a.a.)	Volume (%)	Taxa (% a.a.)	Volume (%)	Taxa (% a.a.)	Volume (%)	Taxa (% a.a.)	Volume (%)	Taxa (% a.a.)	Volume (%)	Taxa (% a.a.)
NORTE	3,13	0,651	8,47	1,764	6,15	0,773	11,01	1,383	8,76	0,855	10,65	1,039
Maranhão	3,18	0,882	1,91	0,528	4,69	1,020	2,23	0,485	5,24	1,095	2,08	0,435
Piauí	2,46	1,242	0,97	0,489	2,71	1,112	1,52	0,624	2,93	1,188	1,67	0,679
Ceará	4,86	0,970	1,57	0,313	4,90	0,814	2,76	0,459	3,97	0,637	3,14	0,504
Rio G. do Norte	1,71	0,954	1,04	0,581	1,56	0,702	1,50	0,676	1,39	0,592	1,44	0,612
Paraíba	3,83	1,431	1,30	0,484	3,36	1,088	1,96	0,637	3,33	1,101	2,03	0,673
Pernambuco	6,70	1,140	2,92	0,497	6,20	0,904	3,49	0,509	5,99	0,877	3,27	0,480
Alagoas	1,97	1,063	1,03	0,555	2,00	0,865	1,26	0,545	2,59	1,070	1,17	0,485
Sergipe	1,06	1,005	0,76	0,721	0,89	0,656	1,15	0,851	1,07	0,724	1,03	0,696
Bahia	7,17	0,817	3,65	0,415	8,26	0,753	4,29	0,391	10,36	0,915	4,84	0,427
NORDESTE	32,94	1,009	15,14	0,464	34,56	0,867	20,17	0,506	36,86	0,901	20,67	0,506
São Paulo	13,71	0,623	33,91	1,541	14,08	0,483	25,24	0,866	16,35	0,528	25,92	0,837
Outras UFs do SE	20,66	0,816	17,42	0,688	17,31	0,579	15,48	0,518	14,79	0,491	15,80	0,525
SUDESTE	34,37	0,726	51,34	1,084	31,39	0,532	40,72	0,690	31,14	0,510	41,72	0,683
SUL	19,71	1,066	9,63	0,521	15,54	0,731	10,85	0,510	12,45	0,582	11,65	0,544
CENTRO-OESTE	9,85	1,527	15,42	2,390	12,36	1,414	17,25	1,973	10,79	1,140	15,30	1,618
BRASIL Nº Rel.	100,00	0,910	100,00	0,910	100,00	0,730	100,00	0,730	100,00	0,699	100,00	0,699
Nº Abs.	9.585,6		9.585,6		10.614,2		10.614,2		10.943,0		10.943,0	

FONTE: FIBGE - Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Nordeste/91 INPSO/FUNDAJ e as demais UFs de 1991 e 2000 NEPO/UNICAMP

NOTAS: 1- Fluxo migratório interestadual do Brasil: pessoas com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UFs de residência anterior

Os valores absolutos constam das Tabelas II, 2, II, 3 e II.8 do Anexo.

2- Exclusivo Brasil sem especificação, País estrangeiro, Mal definido e Ignorado.

3- Para efeito de comparação, Fernando de Noronha foi somado a UF de Pernambuco em 1980 e Tocantins a Goiás em 1991.

4- Valores absolutos do total do Brasil: 1970-80: Imigração = Emigração = 9.585.631; 1981-91: Imigração = Emigração = 10.614.218
1990 - 2000 Imigração = Emigração = 10.943.040

CHAMADAS: (1) Taxa média anual de emigração = volume da emigração / nº de anos do período dividida pela população projetada para o meio do período de cada região e UFs selecionadas (tabelas II.1, II, 2, II.3 e II.8 do anexo)

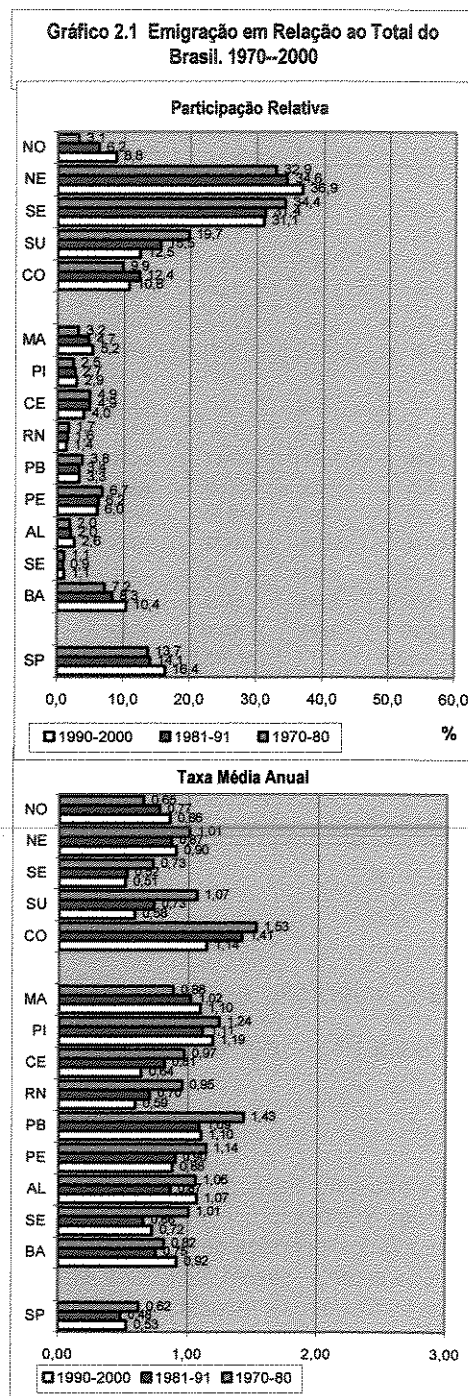
(2) taxa média anual de imigração tem procedimentos idênticos ao da chamada (1)

O comportamento dos componentes migratórios¹⁸ – emigração, imigração e troca migratória líquida, nos seus respectivos volumes e taxas médias anuais (%a.a.)¹⁹ – do fluxo migratório

¹⁷ O fluxo migratório interestadual do Brasil é aqui entendido como pessoas naturais e não-naturais, com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UFs de residência anterior. Os resultados das Grandes Regiões foram obtidos através das somas das UFs integrantes das mesmas. Considerou-se nas matrizes de fluxo migratório dos períodos de 1981-91 e 1990-2000 "as pessoas que nesta categoria terão, em 1991, menos de 10 anos de idade. Obviamente, haverá indivíduos naturais da UF, com tempo declarado de residência igual à idade e que, também, são migrantes interestaduais (aqueles que dentro do primeiro ano de vida emigraram e imigraram de volta, para o estado). No entanto, certamente corresponderão a uma proporção ínfima dos naturais com idade e tempo de residência na UF iguais." (CARVALHO, SAWYER, HORTA & ARAÚJO, 1999, p.4)

¹⁸ Os volumes da "Imigração" e da "Emigração" foram obtidos através da matriz do fluxo migratório do Brasil, definido na nota anterior. "Trocas Migratórias" é a diferença entre a Imigração e a Emigração (I – E). O valor da migração líquida, ou seja, as Trocas Migratórias Líquidas, foram calculadas a partir da informação censitária direta. Deste modo, são considerados apenas os "sobreviventes" no momento final do período censitário. Ver CUNHA (1994,1999), MARTINE (1984) e CARVALHO (1982). Esta medida demográfica, por si só, não determina adequadamente o perfil migratório das áreas, uma vez que não permite obter informações sobre os volumes de imigração e emigração.

interestadual do país, destaca a importância das Regiões Nordeste e Sudeste e, nelas, do Estado de Pernambuco e de São Paulo, no contexto dos fluxos migratórios interestaduais, enfatizando a importância do fluxo selecionado para este trabalho, que envolve os pernambucanos que emigraram para o Estado de São Paulo e que de lá retornaram para seu Estado de origem.



Considerando o volume dos emigrantes de cada uma das grandes regiões brasileiras, constata-se que ambas as regiões Sudeste e Nordeste congregaram cerca de dois terços de todos os emigrantes nacionais, nas décadas analisadas - 1970-2000. Contudo, o Sudeste apresentou uma queda de sua participação relativa no volume dos emigrantes do país, reduzindo de 34,37%, na década de 1970-80, para 31,39%, na década seguinte e 31,14% na última década. Ao contrário, o Nordeste cresce sua participação de 32,94%, em 1970-80, para 34,56%, na década de 1981-91, e 36,86%, na década 1990-2000. (Tabela 2.2 e Gráfico 2.1)

Mesmo que se possa considerar equivalente a participação relativa dessas duas regiões no contexto nacional, evidencia-se a expressividade da emigração dos nordestinos quando o volume dos seus emigrantes é relacionado ao seu contingente populacional. Verifica-se, então, que a taxa média anual de emigração do Nordeste supera em quase vez e meia a mesma taxa da região Sudeste.

No período em foco (1970-2000), o Sudeste apresentou um declínio paulatino de suas taxas médias anuais de emigração, que de 0,726%a.a. (1970-80) passam para 0,532%a.a. (1981-91) e 0,510%a.a. (1990-2000). Já essas taxas

¹⁹ Nos estudos dos fluxos migratórios, a população exposta ao risco é a população da área de origem. Assim as Taxas Médias Anuais de Imigração, Emigração e Trocas Migratórias Líquidas expressam a relação existente entre os componentes do fluxo migratório e a população média no período estudado, dado que este procedimento atende às medidas comparáveis

no Nordeste, declinam entre os anos 70 e 80 (de 1,009%a.a. passam para 0,867%a.a. e crescem nos anos 90 para 0,901%a.a. Tal condição reafirma a região Nordeste como a de maior intensidade emigratória no âmbito do país. Embora a intensidade emigratória sugerida pela taxa média anual de emigração da Região Centro-Oeste destaque-se como a mais alta do país, no período considerado, quando relacionada ao volume da emigração – que, no contexto nacional, situa-se entre 9,85% (1970-80), 12,36% (1981-91) e 10,79% (1990-2000) – o Centro-Oeste perde expressão para o Sudeste e, especialmente, para o Nordeste. (Tabela 2.2 e Gráfico 2.1)

No contexto das regiões em destaque, o estado de São Paulo é responsável por grande parte do comportamento migratório da região Sudeste, concentrando 40% (1970-80), 44% (1981-91) e 52,5% (1990-2000) dos emigrantes da região. Já no Nordeste, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará respondem com 57%, 56% e 55% dos emigrantes da região, nas três décadas, respectivamente.

Embora as taxas médias anuais de emigração do estado de São Paulo apresentem um declínio entre os anos 70 e 80 (0,623%a.a. para 0,483%a.a.) apresentam ligeiro crescimento na última década (0,528%a.a.), mantendo expressivo aquele estado, em termos de volume de emigrantes que deixam a região Sudeste. O fluxo emigratório paulista vem ampliando sua participação no fluxo migratório de sua região, nas três últimas décadas, representando cerca de 40%, 45% e 52%, respectivamente. (Tabela 2.2 e Gráfico 2.1)

Entre os três estados de maior volume emigratório da região – Bahia, Pernambuco e Ceará – os dois primeiros se destacaram, inclusive no âmbito nacional, como áreas de grande intensidade emigratória, nas três últimas décadas (1970-2000). Pernambuco, especificamente, apresentou elevadas taxas anuais de emigração, embora tenha declinado de 1,140% a.a., em 1970-80, para 0,904% a.a., em 1981-91 e 0,877%a.a., em 1990-2000. A Bahia destacou-se na região como o estado de maior volume de saída de população, apresentando, também, intensidade emigratória maior que Pernambuco e Ceará, na última década. (Tabela 2.2 e Gráfico 2.1)

Abordando a redistribuição espacial da população brasileira na década de 80, MARTINE (1995:86) aponta alguns aspectos que, de certa forma, explicam o movimento dos fluxos emigratórios apresentados pelos dados do censo de 1991. Ele afirma que

em intervalos diferentes. Não só medem a atração que a área de destino exerce sobre a população da área de origem, como representam as variações em um determinado período de tempo.

“existem indícios de que a crise teria influenciado os movimentos migratórios para sentidos inesperados. Os tradicionais fluxos emigratórios maciços, oriundos do Nordeste e de Minas Gerais, parecem ter se reduzido significativamente nesse período. Encontram-se, inclusive, evidências de que teriam havido alguns movimentos no sentido contrário, provocados pela volta de migrantes mais antigos que desistiram de ficar nas metrópoles do Sudeste. Isto, evidentemente, teria sido produzido pela estagnação, ou até pela reversão, do processo de integração da força de trabalho nacional.”

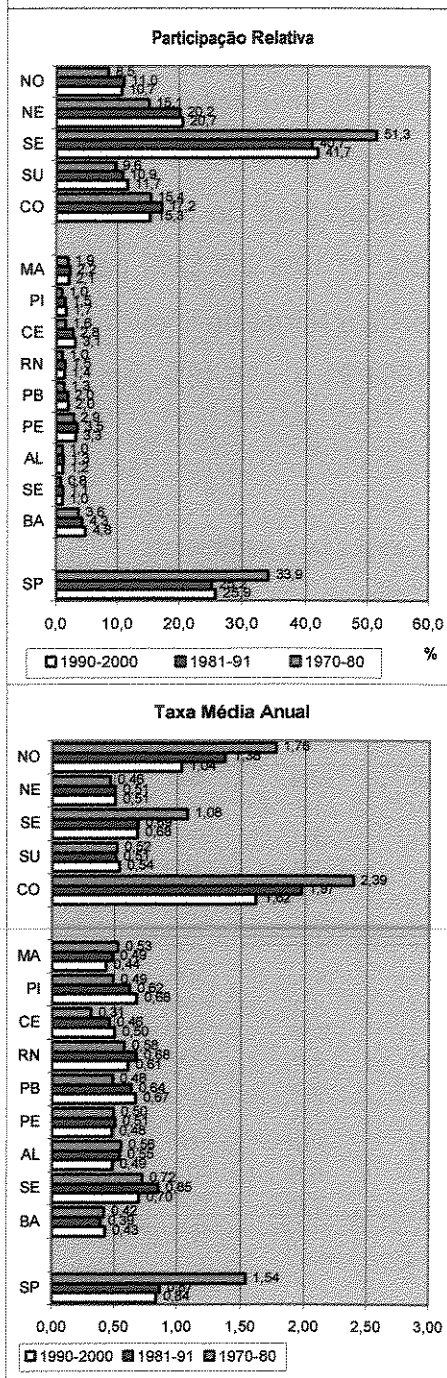
A mobilidade espacial da população é um processo que tende a crescer sistematicamente com a modernização da infra-estrutura, com a melhoria das condições de transportes e comunicações e com a crescente integração das economias regionais. Em condições normais, portanto, era de se esperar um aumento da mobilidade geográfica em nível nacional e regional durante a década de 80. Entretanto, os dados censitários indicam que esta década foi marcada por uma redução na movimentação das pessoas que buscavam novas alternativas de vida e de sobrevivência na direção do Sudeste. Tendência que, de certa forma, permanece nos anos 90.

O movimento de imigração para a Região Sudeste revela isto. Destacando-se, no contexto do Brasil, por agregar mais da metade do volume de imigrantes do país (51,34%), na década 1970-80, o Sudeste recebe apenas 40,72% dos imigrantes que integram o fluxo interestadual do país, no período de 1981-91, e 41,72%, na década de 1990-2000. O destino deste fluxo é, preferencialmente, o estado de São Paulo, que, mesmo tendo apresentado decréscimo, entre as décadas de 70 e 80 (de 33,91% para 25,24%), mantém a tendência na década de 90 (25,92%). (Tabela 2.2 e Gráfico 2.2)

Nas duas últimas décadas, os fluxos migratórios interestaduais para São Paulo diminuíram, tanto no que se refere ao volume, quanto no que se refere às taxas. A taxa média anual de imigração de São Paulo, que era de 1,541% a.a., nos anos 70, decresceu quase até a metade nas duas últimas décadas, chegando ao patamar de 0,866% a.a. e 0,837% a.a., respectivamente. Ainda assim, mantém-se maior do que o restante dos estados do Sudeste, evidenciando o seu poder de atração. (Tabela 2.2 e Gráfico 2.2)

Segundo CUNHA (1997), a diminuição do volume de imigração no estado São Paulo, na década de 80, foi muito mais significativa para os movimentos originários do Paraná (49,3%), Minas Gerais (32,2%), Centro-Oeste (28,9%) e Sul (16,1%), do que para aquele fluxo oriundo do Nordeste, cuja emigração para São Paulo diminuiu 1,6%, em termos absolutos, naquela década. Apenas os fluxos provenientes da região Norte apresentaram crescimento (mais de 48%), embora seja o menor fluxo, em termos de volume, que desloca população para São Paulo.

Gráfico 2.2 - Imigração em Relação ao Total do Brasil. 1970--2000



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. (Tabela 2.2)

A região Nordeste, principal alimentadora do fluxo para o Sudeste, especialmente, para o Estado de São Paulo, arrefecendo o seu fluxo emigratório na década de 80 (0,87%a.a.) mantém seu crescimento na última década (0,90%), reafirmando sua relevante participação na redução do movimento de imigrantes que se dirigiram para o Sudeste do país. Por outro lado, os dados censitários confirmam um crescimento do fluxo imigratório da região Nordeste, que na década de 1970-80 representava 15,1% do fluxo interestadual do país, e passa a representar 20,2%, na década seguinte, mantendo-se, praticamente, na última década (20,7%), ampliando, também, de 0,464%a.a. (anos 70), para 0,506%a.a. (anos 80 e 90), a taxa média anual de imigração no período, respectivamente.

A região Centro-Oeste, também, destaca-se no fluxo migratório interestadual, com uma participação relativa de imigrantes próxima à do Nordeste, porém com uma intensidade imigratória mais expressiva, revelada pelas maiores taxas médias anuais de imigração do país, no período considerado (2,39%a.a. em 1970-80, 1,973%a.a., em 1981-91 e 1,618%a.a., em 1990-2000). (Tabela 2.2 e Gráfico 2.2)

Seguem-se em importância, em termos de intensidade imigratória, a região Norte e a região Sudeste, enquanto que o Nordeste apresenta as mais baixas taxas médias anuais de imigração entre as regiões brasileiras, o que evidencia o seu baixo potencial de atração. (0,46%a.a., em 1970-80, para 0,51%a.a., em 1981-91 e 1990-2000). (Tabela 2.2 e Gráfico 2.2)

Os estados nordestinos que se destacam na região quanto ao seu volume populacional – Bahia, Pernambuco e Ceará – mantêm esse destaque, no âmbito do Nordeste, no fluxo migratório interestadual, seja de emigração, seja de imigração. Esses estados, bem como os demais estados da região, apresentaram crescimento no volume da imigração, nos anos 80. Já nos anos 90, Pernambuco, ao lado do Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, reduziu

sua participação relativa no fluxo imigratório da região. A taxa média anual de fluxo imigratório pernambucano reflete essa tendência, variando de 0,497%a.a.(1970-80) para 0,509%a.a. (1981-91) e 0,480%a.a. (1990-2000). (Tabela 2.2 e Gráfico 2.2).

Como balanço geral do movimento migratório, o resultado "líquido" da imigração e emigração das populações, representado pelas Trocas Migratórias Líquidas²⁰, no período de 1970-2000, destaca a região Sudeste, e nele, o estado de São Paulo, como os espaços geográficos do país de maior ganho populacional (16,97%, 9,33% e 10,58%, para o Sudeste, e 20,20%, 11,16% e 9,57%, para São Paulo, respectivamente, nas três últimas décadas). Por outro lado, ressalta o Nordeste como a região de maior perda de população (-17,80%, em 1970-80, -14,39%, em 1981-91 e -16,18%, em 1990-2000). (Tabela 2.3 e Gráfico 2.3)

TABELA 2.3
GRANDES REGIÕES E UFS SELECIONADAS - MOVIMENTO MIGRATÓRIO INTERESDUAL: PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA MÉDIA ANUAL DE TROCAS MIGRATÓRIAS (2): 1970-2000

Nº Abs. do Brasil por mil

GRANDES REGIÕES E UFS SELECIONADAS	MIGRANTES INTERESTADUAIS									
	Trocas Migratórias (I - E) (1)						Diferença %			
	1970-80		1981-91		1990-2000		1970-80/1981-91		1981-91/1990-2000	
	Volume (%)	Taxa (% a.a.)	Volume (%)	Taxa (% a.a.)	Volume (%)	Taxa (% a.a.)	Emigração	Imigração	Emigração	Imigração
NORTE	5,35	1,113	4,86	0,610	1,89	0,205	43,90	117,96	46,82	-0,26
Maranhão	-1,28	-0,354	-2,46	-0,535	-3,16	-0,733	29,69	63,27	15,20	-3,75
Piauí	-1,49	-0,753	-1,19	-0,489	-1,25	-0,566	74,01	22,11	11,32	13,42
Ceará	-3,29	-0,658	-2,14	-0,355	-0,83	-0,147	94,91	11,51	-16,48	17,31
Rio G. do Norte	-0,67	-0,372	-0,06	-0,026	0,05	0,022	59,70	1,12	-8,00	-1,18
Paraíba	-2,54	-0,946	-1,39	-0,451	-1,29	-0,476	67,60	-3,07	2,21	6,73
Pernambuco	-3,78	-0,643	-2,71	-0,395	-2,71	-0,441	32,42	2,45	-0,44	-3,34
Alagoas	-0,94	-0,507	-0,74	-0,320	-1,42	-0,651	35,80	12,61	33,41	-4,17
Sergipe	-0,30	-0,283	0,26	0,195	-0,04	-0,032	67,02	-7,62	24,45	-7,89
Bahia	-3,52	-0,401	-3,97	-0,362	-5,52	-0,542	30,15	27,59	29,30	16,26
NORDESTE	-17,80	-0,546	-14,39	-0,361	-16,18	-0,440	47,52	16,17	9,96	5,70
São Paulo	20,20	0,918	11,16	0,383	9,57	0,343	-17,59	13,73	19,71	5,87
Outras UFs do SE	-3,23	-0,128	-1,82	-0,061	1,02	0,038	-1,60	-7,23	-11,92	5,24
SUDESTE	16,97	0,358	9,33	0,158	10,58	0,192	-12,16	1,13	2,27	5,63
SUL	-10,08	-0,545	-4,68	-0,220	-0,80	-0,042	24,77	-12,71	-17,38	10,63
CENTRO-OESTE	5,57	0,863	4,89	0,559	4,52	0,530	23,84	38,87	-10,01	-8,52

FONTE: FIBGE - Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Nordeste/91 INPSO/FUNDAJ e as demais UFs de 1991 e 2000 NEPO/UNICAMP

NOTAS: 1- Fluxo migratório Interestadual do Brasil: pessoas com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UFs de residência anterior

Os valores absolutos constam das Tabelas II.2, II.3 e II.8 do Anexo.

2- Exclusivo Brasil sem especificação, País estrangeiro, Mal definido e ignorado.

3 - Para efeito de comparação, Fernando de Noronha foi somado a UF de Pernambuco em 1980 e Tocantins a Goiás em 1991.

4 - Valores absolutos do total do Brasil: 1970-80 Imigração = Emigração = 9.585.631; 1981-91 Imigração = Emigração = 10.614.218

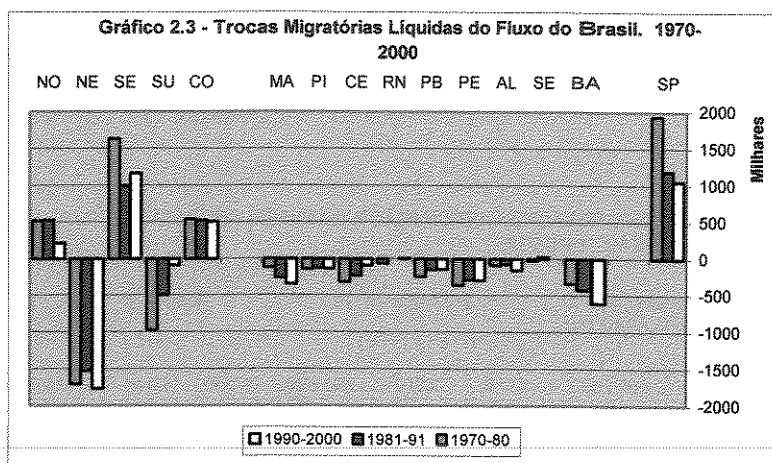
1991 - 2000 Imigração = Emigração = 10.943.040

CHAMADAS: (1) Trocas Migratórias correspondem à diferença entre a Imigração e a Emigração: (I - E)

(2) Taxa média anual de trocas migratórias = volume das trocas migratórias / nº de anos do período dividida pela população projetada para o meio do período de cada região e UFs selecionadas (Tabelas II.1, II.2, II.3 e II.8 do Anexo)

²⁰ As "Trocas Migratórias Líquidas" interestaduais são, neste trabalho, calculadas por técnicas diretas e serão interpretadas como resultado provável do processo migratório. Este "saldo", calculado a partir da informação sobre última residência, contabiliza pessoas que deixaram o estado e para ele retornaram dentro do lapso de tempo, considerando o movimento de pessoas que não influenciaram no tamanho final da população. Para maior aprofundamento ver CARVALHO & RIGOTTI (1997) E CUNHA & BAENINGER (1999:27)

Em contraposição à expressividade do seu ganho populacional, no contexto do país, o Sudeste, bem como o estado de São Paulo, apresenta um decréscimo no volume de ganho de população, entre os anos 70 e 80, enquanto apenas o Sudeste recupera ligeiramente o volume desse ganho populacional na década de 90. Tal comportamento verifica-se, também, nas taxas médias anuais de troca migratória²¹, no período em foco. Em ambos os espaços, analisados separadamente, registra-se uma perda de cerca de 55% do volume de migrantes ganhos, na década de 80 em relação à década de 70, enquanto a diferença de ganhos populacionais entre as duas últimas décadas é praticamente inexpressiva. A taxa média de troca migratória da região Sudeste reduziu-se a quase metade entre as décadas de 70 e 80, e o estado de São Paulo chegou a reduzir a sua taxa, nos anos 80, para 45% da taxa que apresentou nos anos 70. (Tabela 2.3 e Gráfico 2.3)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. (Tabela 2.3)

Apesar dessa queda, verificada a partir da década de 80, a expressividade do ganho populacional nesses espaços, ainda, mantém-se, reforçando a característica de atração e absorção de São Paulo, e da região Sudeste como um todo. A perda nesse balanço de troca migratória, ocorrida entre as décadas de 70 e 80, confirma, por sua vez, que tal poder de atração foi arrefecido a partir da década de 80. A

crise profunda e prolongada que, nos anos 80, afetou particularmente os setores industriais mais modernos localizados no Sudeste e em São Paulo, bem como a desestruturação do emprego nos setores de ponta, atingiu a capacidade de absorção das atividades afins, refletindo-se no movimento migratório desses espaços.

O Nordeste, por sua vez, apresenta um crescimento relativo de seu balanço migratório, entre os anos 70 e 80, reforçando a sua perda de população nos anos 90 e confirmando o que os dados de emigração e de imigração do fluxo interestadual apresentam. (Tabela 2.3 e Gráfico 2.3)

²¹ Por representar o resultado "líquido" das entradas e saídas das pessoas, este valor pode não refletir a real magnitude desses movimentos migratórios em determinada Região. Por esse motivo, saldos migratórios iguais, por exemplo, podem ocultar diferenças significativas em termos de volume da mobilidade populacional registrada, distorcendo, portanto, a percepção da verdadeira situação demográfica", CUNHA, 1994. Por esta razão torna-se imprescindível a análise paralela do

A região Norte, bem como a Centro-Oeste, apresenta ganhos significativos de população, no fluxo migratório interestadual, embora se destaque a redução de ganho populacional da região Norte na última década. Já o Nordeste e o Sul situam-se numa área de perda populacional, destacando, também, nos anos 90, a redução dessa perda de população na região Sul. Entre os estados nordestinos destaca-se o estado da Bahia como o de maior perda de população, que se agrava nas três últimas décadas. Já o estado de Pernambuco apresentou uma menor perda populacional, entre os anos 70 e 80, mantendo o mesmo patamar nos anos 80 e 90. (Tabela 2.3 e Gráfico 2.3).

A participação relativa dos imigrantes no crescimento da população constitui-se como um indicador valioso para expressar a representatividade da incorporação de novos migrantes no contingente populacional de uma região. Esse indicador confirma tal representatividade nos estados nordestinos que apresentaram maior intensidade imigratória e, portanto, as mais altas taxas médias anuais de imigração. (Tabela 2.4)

TABELA 2.4

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UFs SELECIONADAS - CRESCIMENTO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO, PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA IMIGRAÇÃO NO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, ÍNDICES DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA E DE REPOSIÇÃO. 1970-2000

GRANDES REGIÕES E UFs SELECIONADAS	CRESCIMENTO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO (por mil)			PESO RELATIVO DA IMIGRAÇÃO NO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO (%)			ÍNDICE DE					
							Eficácia Migratória (1)			Reposição (2)		
							(I - E) / (I + E)			(I / E)		
	1970-80	1981-91	1990-2000	1970-80	1981-91	1990-2000	1970-80	1981-91	1990-2000	1970-80	1981-91	1990-2000
NORTE	2.276,4	4.150,3	2.870,1	35,67	28,16	40,61	0,46	0,28	0,10	2,710	1,789	1,215
Maranhão	1.003,7	933,8	721,2	18,20	25,37	31,61	-0,25	-0,36	-0,43	0,599	0,476	0,397
Piauí	458,4	443,1	261,1	20,21	36,39	70,03	-0,44	-0,28	-0,27	0,393	0,561	0,571
Ceará	926,7	1.078,4	1.064,0	16,22	27,16	32,29	-0,51	-0,28	-0,12	0,322	0,564	0,792
Rio G. do Norte	347,9	517,4	361,2	28,66	30,78	43,57	-0,24	-0,02	0,02	0,609	0,963	1,034
Paraíba	387,6	430,9	242,7	32,10	48,39	91,69	-0,49	-0,26	-0,24	0,338	0,585	0,611
Pernambuco	981,4	984,6	790,5	28,52	37,64	45,31	-0,39	-0,28	-0,29	0,436	0,563	0,547
Alagoas	394,5	531,5	308,5	24,99	25,18	41,58	-0,31	-0,23	-0,38	0,523	0,630	0,453
Sergipe	239,3	351,8	292,6	30,53	34,70	38,42	-0,16	0,13	-0,02	0,718	1,298	0,961
Bahia	1.960,9	2.413,6	1.202,3	17,83	18,86	44,02	-0,33	-0,32	-0,36	0,509	0,519	0,467
NORDESTE	6.700,4	7.685,2	5.244,2	21,65	27,85	43,14	-0,37	-0,26	-0,28	0,460	0,584	0,561
São Paulo	7.268,8	6.548,2	5.443,5	44,72	40,91	52,11	0,42	0,28	0,23	2,473	1,792	1,585
Outras UFs do SE	4.611,9	4.458,1	4.228,5	36,21	36,86	40,90	-0,08	-0,06	0,03	0,843	0,895	1,069
SUDESTE	11.880,6	11.006,3	9.672,0	41,42	39,27	47,21	0,20	0,13	0,15	1,494	1,297	1,340
SUL	2.534,7	3.098,2	2.978,2	36,43	37,18	42,79	-0,34	-0,18	-0,03	0,489	0,699	0,935
CENTRO-OESTE	2.471,5	1.882,8	2.209,1	59,81	97,23	75,81	0,22	0,17	0,17	1,565	1,396	1,419
BRASIL Nº Rel.				37,06	38,15	47,63						
Nº Abs.	25.863,6	27.822,8	22.973,7									

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 e 2000. Anuário Estatístico do Brasil. 1998. Vol. 58.

Os valores absolutos constam das Tabelas II. 1, II. 2, II. 3 e II. 8 do Anexo.

- NOTAS: 1- Fluxo Migratório Interestadual do Brasil, corresponde aos deslocamentos dos migrantes interestaduais, de pessoas com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UFs de residência anterior. (Tabelas II.2, II. 3 e II.8 do Anexo)
- 2- Exclusive Brasil sem especificação, País estrangeiro, Mal definido e Ignorado.
- 3- Para efeito de comparação, Fernando de Noronha foi somado a UF de Pernambuco em 1980 e Tocantins foi somado a Goiás em 1991.

CHAMADAS: (1) O Índice de Eficácia Migratória aponta para a potencialidade migratória de determinada área em termos de absorção e evasão de população, variando de -1 a +1: (Imigração - Emigração) / (Imigração + Emigração)

(2) Índice de Reposição = Imigração / Emigração. Este indicador sintetiza o número de entradas em relação ao número de saídas

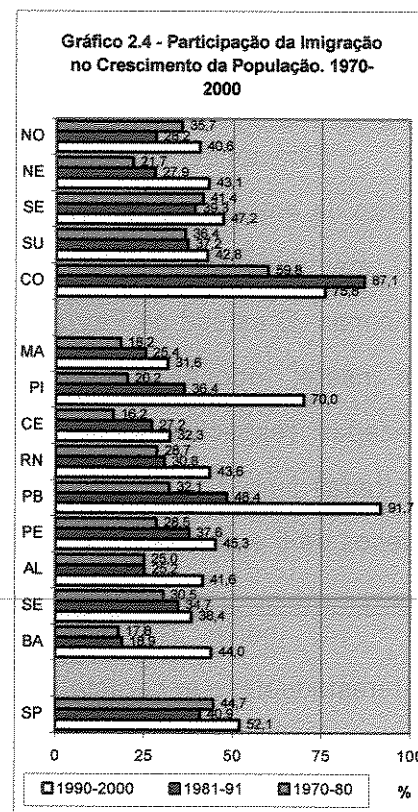
volume e taxa de migração, embora seja importante registrar que ambos são calculados de forma a não dar conta das várias idas e vindas dos migrantes.

Destaca-se, no contexto nordestino, a crescente participação da imigração no crescimento populacional (21,65%, em 1970-80, 27,85%, em 1981-91 e 43,14% em 1990-2000). Pernambuco acompanha a tendência regional e coloca-se acima de sua média, destacando os anos 80 como aqueles que em Pernambuco mais se distanciaram da média regional no período, ressaltando o peso relativo da imigração. Destacam-se, também, no âmbito da região, o estado da Paraíba, seguido do Piauí, que apresentaram os maiores percentuais de imigração sobre o crescimento da população, nos anos 90. (Tabela 2.4 e Gráfico 2.4)

Por outro lado, o Nordeste e a maioria dos estados que nele se inserem caracterizam-se no contexto nacional como espaços não atrativos de imigração; eles se situaram entre aqueles que apresentaram as mais baixas contribuições da imigração no crescimento da população, no período analisado, apesar do crescimento observado nessa participação nesse período.

Já o Sudeste, bem como o estado de São Paulo, destacados como pólos atrativos do movimento migratório, apresentaram um percentual em torno de 40%, registrando um decréscimo da participação da imigração do crescimento da população, especialmente em São Paulo (44,72% em 1970-80 e 40,91% em 1981-91), aumentando significativamente essa participação nos anos 90 (52,11%), o que evidencia a perda relativa desse estado como local de destino dos fluxos migratórios interestaduais, especialmente nos anos 80. (Tabela 2.4 e Gráfico 2.4)

MARTINE (1995) entende como da maior relevância a consideração dos grandes diferenciais no ritmo de crescimento populacional entre as regiões em foco, no período analisado, para a compreensão do movimento migratório. Segundo ele, a redução da taxa de crescimento populacional da década 1970-80 para 1981-91, fato generalizado em todo o país, foi mais abrupta justamente nas duas regiões de crescimento mais acelerado – a região Norte e a Centro-Oeste. E entre os fatores que atuaram para tal condição, como a queda da taxa de fecundidade, destaca-se, também, a redução generalizada da migração para as fronteiras no período recente, o que incidiu no ritmo de crescimento dessas regiões. Contudo, o grande volume de imigrantes, já presentes, especialmente no Centro-Oeste, contribuíram para o alto percentual da



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. (Tabela 2.4)

imigração no crescimento da sua população, cuja taxa de crescimento reduziu-se quase à metade entre as décadas de 70 e 80. O autor, ainda, destaca a significativa queda do ritmo de crescimento da região Sudeste que, pela primeira vez, desde a década de 40, teve uma taxa menor que a do Nordeste. Destaca, por outro lado, uma certa estabilidade apresentada pelo crescimento nordestino.

Segundo CARVALHO & FERNANDES (1992), o padrão de crescimento da Região Nordeste e, em particular, do estado de Pernambuco, encontra-se abaixo da média nacional, resultado de um crescimento vegetativo mais elevado e de uma emigração líquida negativa. Para esses autores, o estado de São Paulo, por sua vez, experimentou uma aceleração até os anos oitenta, confirmada pela imigração líquida positiva, apresentando uma desaceleração na década 1981-91.

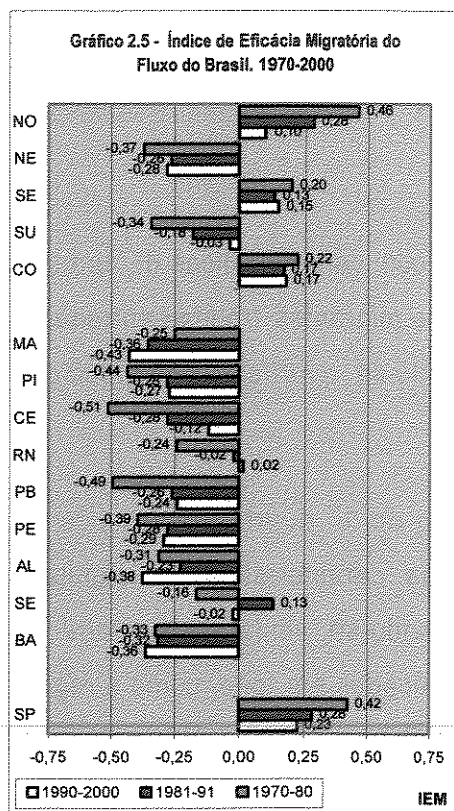
Esta tendência confirma-se no Índice de Reposição²², calculado para o Nordeste, quando a razão de entradas e saídas de migrantes cresceu de 5 para 10, nos anos 70, de 6 para 10, nos anos 80, mantendo este índice nos anos 90, o que denota que as perdas populacionais da região são mínimas. O estado de Pernambuco apresenta um índice de reposição próximo àquele da região onde se insere, repondo mais população na década de 1981-91 (4:10, 6:10 e 5:10, nas três últimas décadas, respectivamente). O estado da Bahia praticamente manteve-se na mesma proporção de 5 entradas para 10 saídas, nas décadas de 1970-80 e 1981-91, caindo na década de 1990-2000 para menos de 5 entradas para 10 saídas (0,467). (Tabela 2.4)

O Índice de Reposição do Sudeste confirma o caráter atrativo de fluxos migratórios interestaduais, que caracteriza a região, bem como demonstra o arrefecimento, ocorrido nos anos 80, do seu poder de atração. Revelou uma imigração de 15 pessoas para cada 10 que emigraram, no período de 1970-80, que se reduziu para 13 pessoas que entram a cada 10 pessoas que saíam, no período seguinte (1981-91), mantendo constante esse índice nos anos 90. O estado de São Paulo apresenta um índice ainda mais elevado de 25 imigrantes para cada 10 emigrantes, no período de 1970-80, também decrescendo para a relação de 18 imigrantes para cada 10 emigrantes, no período seguinte, e reduzindo, ainda mais (16:10) na década de 1990-2000. (Tabela 2.4).

Em termos de índice de reposição, a região Centro-Oeste equipara-se ao Sudeste. Enquanto o Centro-Oeste apresenta índices de 16:10 (anos 70) e 14:10 (anos 80 e 90), o Sudeste apresenta taxas de 15:10 (anos 70) e 13:10 (anos 80 e 90).

²² Índice de Reposição = Imigração / Emigração. Este indicador sintetiza o número de entradas em relação ao número de saídas de migrantes

O Índice de Eficácia Migratória - IEM²³, como um indicador que revela o processo migratório dos espaços analisados, ao nível de atração ou de expulsão de população, ou mesmo ao nível de circulação (entrada e saída de migrantes), vem complementar a análise do fluxo migratório interestadual, no contexto das regiões do país, destacando-se os estados do Nordeste e de São Paulo, para caracterizar melhor a expressividade do fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco.



Observa-se uma mudança significativa quanto ao processo migratório, seja das regiões, seja dos estados selecionados para uma análise mais detalhada – os estados do Nordeste e São Paulo. De um modo geral, as regiões – Norte, Sudeste e Centro-Oeste - e o estado de São Paulo apresentaram potencial atrativo, perdendo relativamente esse poder de atração, a partir da década de 80, à exceção da região Norte que acentua a sua perda de atração.

Por outro lado, as regiões Nordeste e Sul e a maioria dos estados nordestinos, inclusive Pernambuco, caracterizados como expulsores de população, reduzem seu potencial de evasão, nos anos 80. Nos anos 90, a região Nordeste, bem como Pernambuco, mantêm a tendência observada na década anterior. O Rio Grande do Norte, por sua vez, passou, a partir dos anos 80, para uma situação de maior receptora de população, aproximando-se do ponto de equilíbrio da emigração e imigração, expresso por um índice próximo de 0. Já o Estado de Sergipe chegou a mudar de padrão, no período 1981-91, uma vez que caracterizado na década anterior como espaço de expulsão, passou a se situar entre os espaços de atração de população, porém; decresce seu poder atrativo nos anos 90, aproximando-se da zona de circulação de população. (Tabela 2.4 e Gráfico 2.5).

²³ O Índice de Eficácia Migratória mostra efetivamente o resultado do processo migratório ocorrido em determinada área em termos de absorção e evasão de população, [variando de -1 a +1 : (Imigração - Emigração) / (Imigração + Emigração)]. Este índice, por possibilitar uma melhor aferição do perfil migratório de cada área, foi denominado de "Effectiveness Index" e apresentado por SHRYOCK & SIEGEL (1975 apud CUNHA, 1994). Sua utilização neste trabalho tem por finalidade diferenciar as áreas de atração ou recepção de migrantes, daquelas onde existe grande circulação (muitas entradas e muitas saídas de migrantes). Este índice varia entre -1 (só expulsão populacional) e 1 (só atração populacional). Valores próximos a "zero" estariam, por sua vez, indicando áreas onde não existe predominância de imigração ou emigração, constituindo-se como indicativo, portanto, de uma zona de maior circulação de migrantes. Analisado em conjunto com o saldo migratório, este índice adquire maior significado, um vez que é comparado a ordem de grandeza dos fluxos migratórios, facilitando, assim, as comparações pertinentes. CUNHA (1994:102).

A fixação da população nesses estados deve-se, em parte, à diversificação e descentralização das atividades econômicas, com a implantação do eixo químico, que vai da Petroquímica da Bahia ao Complexo Integrado da Base de Sergipe e ao Pólo Cloroquímico de Alagoas (ARAÚJO, 2000b), bem como as atividades salineiras, a extração de petróleo e a criação de camarão em cativeiro e a indústria do turismo no Rio Grande do Norte. Os estados de Pernambuco e Ceará também creditam a diminuição de saída da população à interiorização do desenvolvimento, através da dinamização agrícola e fruticultura irrigada no São Francisco, do pólo gesseiro em Araripina, do complexo têxtil em Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, e através dos pólos calçadistas e têxteis de Sobral e Juazeiro do Norte, no Ceará. (JORNAL DO COMÉRCIO, 31.08.2003).

Para efeito metodológico e visando melhor diferenciar as áreas com características de atração, ou de evasão de população, daquelas onde existe grande circulação de migrantes (muitas entradas e muitas saídas), analisou-se o Índice de Eficácia Migratória utilizando-se *quartis*²⁴ como medidas descritivas.

A Região Nordeste, que, na década de 70, situava-se abaixo do 1º *quartil*, com índice de eficácia migratória de $-0,37$, reduziu, na década seguinte, a sua característica de expulsão populacional, quando seu índice de $-0,26$ situa-se no 2º *quartil*, mantendo-se, ainda neste *quartil*, na década de 90, com IEM de $-0,28$. Caracteriza-se, contudo, nas três décadas em foco, como a região mais expulsora de população do país, seguida de perto pela região Sul, à exceção da última década, na qual a região Sul, situada no terceiro *quartil*, com índice de $-0,03$, aproxima-se da zona de circulação de população.

No contexto do Nordeste, o estado de Pernambuco apresenta índices muito próximos ao de sua região, no período em estudo ($-0,39$, $-0,28$ e $-0,29$, respectivamente às três últimas décadas). Já o estado da Bahia mantém seus índices muito próximos, ($-0,33$, $-0,32$ e $-0,36$, respectivamente), permanecendo no divisor do primeiro *quartil*. O Ceará, que registrou as maiores perdas de população,

²⁴ *Quartis* são medidas descritivas, de localização "não-centrais", que dividem os dados obtidos, após ordenados, em quatro partes: o primeiro *quartil*, Q1, é o valor que faz com que 25% das observações sejam menores e 75% sejam maiores; O segundo *quartil*, Q2, é a mediana – 50% das observações são menores e 50% são maiores. Para efeito dos dados aqui analisados, os *quartis*; O terceiro *quartil*, Q3, é o valor que faz com que 75% das observações sejam menores e 25% sejam maiores.

Para efeito da análise procedida neste trabalho, foram considerados os valores dos índices de eficácia migratórias calculados a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, para as grandes regiões e os estados do Nordeste e o estado de São Paulo. Foi definido: Valores abaixo de Q1 = valores abaixo de $-0,32$; Valores entre Q1 e Q2 (mediana) = valores entre $-0,31$ a $-0,10$; Valores entre Q2 e Q3 = valores entre $-0,09$ e $+0,13$; e, Valores acima de Q3 = Valores acima de $+0,13$.

no período de 1970-80, com um índice de eficácia migratória de -0,51, passou a registrar maior entrada de migrantes, permanecendo no período seguinte, igualmente a Pernambuco, entre o primeiro e o segundo *quartil* da distribuição dos índices (-0,28), reduzindo seu potencial de evasão na década de 90, com um índice de -0,12, situando-se no divisor do 2º *quartil*. (Tabela 2.4 e Gráfico 2.5)

O índice de eficácia migratória confirma, assim, a diminuição da evasão de efetivos populacionais dos estados nordestinos, na última década, o que se deve, principalmente, ao movimento de refluxo de população em direção aos estados de nascimento, já que 56,6% dos imigrantes nordestinos eram de retorno, procedentes, na sua maioria, do Sudeste.

A característica de maior atração populacional é apresentada pela região Norte, que, no período de 1970-80, era a única região a apresentar um índice de eficácia migratória acima do terceiro *quartil* (0,46), reduzindo seu poder de atração da população migrante²⁵, nos anos 80, permanecendo ainda no 4º *quartil* (0,28), passando para o 3º *quartil* nos anos 90, com um IEM de 0,10, evidenciando a tendência de perda paulatina de seu poder de atração, em relação às décadas anteriores.

Ao nível dos estados brasileiros, São Paulo destaca-se, ao lado da região Norte, como os de mais altos índices de eficácia migratória. No período de 1970-80, situava-se acima do 3º *quartil*, com um índice de 0,42, permanecendo no último *quartil*, com um índice de 0,28, na década de 80, e de 0,23, na década de 90, expressando a redução paulatina de seu poder de atração, embora, ainda, se mantenha com um potencial migratório de atração populacional expressivo. (Tabela 2.4 e Gráfico 2.5)

Já as regiões Sudeste, bem como a Centro-Oeste, também situadas entre os espaços de atração de população e, ambas, apresentam comportamentos semelhantes, quanto à atração migratória. O Sudeste, situado acima do 3º *quartil* da distribuição dos índices das regiões e dos estados selecionados, com índice de eficácia migratória de 0,20, na década de 70, passa a 0,13, na década de 80, no divisor do 3º *quartil*, retornando para o último *quartil* nos anos 90, com IEM de 0,15. O Centro-Oeste, com índices de eficácia migratória de 0,22, na década de 70, e de 0,17, nas décadas de 80 e 90, permanecendo no último *quartil* em todo o período considerado.

²⁵ Segundo MARTINE (1994, p.13) "...essa atração migratória da fronteira agrícola foi arrefecida ou praticamente cessou. Coincidiram para isso o fim do Pólo Noroeste e de outros subsídios à agricultura na Amazônia, as dificuldades inerentes à Região e a ausência de soluções tecnológicas para a agricultura, e outros fatores. Consta, inclusive, que já existem movimentos de retorno para outras áreas do país."

Segundo MARTINE (1994:18), as informações referentes ao Centro-Oeste indicam a presença de dois padrões diferenciados²⁶. A maior parte reflete uma certa estagnação que difere sensivelmente das tendências verificadas em décadas anteriores. Para este autor,

“Goiás, Mato Grosso do Sul e o próprio Distrito Federal apresentaram um ritmo de crescimento que já não denota o dinamismo de área de fronteira ou de “nova” capital. O crescimento observado neste grupo é nitidamente um crescimento de caráter “urbano”. Em compensação, o estado do Mato Grosso, criado na década de 70 e beneficiário de projetos vultosos de desenvolvimento agrícola nesta mesma época - muitos dos quais se estenderam para a primeira metade da década de 80 - apresentou um dinamismo econômico e demográfico notável.”

MARTINE (1994:18), ainda, acrescenta que:

“Existem indicadores de um crescimento agrícola significativo, particularmente no norte e nordeste do estado, fundamentado numa agricultura intensiva em capital, onde a soja teve papel preponderante. Uma das características desse tipo de expansão é justamente ocupar pouca gente na área rural.”

Apesar de as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentarem comportamentos semelhantes ao nível do índice de eficácia migratória, tal semelhança desfaz-se, quando se comparam os diversos componentes do comportamento migratório, especialmente os volumes e as taxas de emigração, de imigração e de trocas migratórias líquidas. Isto aponta para a importância de uma análise abrangente, que considere todos esses indicadores.

Aspectos comuns, observados, tanto no estado de São Paulo, quanto no estado de Pernambuco, merecem, também, ser destacados. Cada um no contexto de suas regiões e, guardadas as devidas especificidades, apresentaram, ao mesmo tempo, emigração e imigração importantes, no período estudado. De alguma maneira, essas características migratórias justificam-se, por se constituírem, ambos os estados, como espaços de elevada concentração populacional em suas respectivas regiões.

Numa visão mais geral do movimento de entradas e saídas populacionais, nos anos 80, BAENINGER (1999) afirma, como maior resultado a destacar, a contribuição desse movimento, principalmente, para diminuir a complementaridade entre as regiões Nordeste e Sudeste. A recessão reduziu o ímpeto da migração para o Sudeste, bem como provocou uma migração de retorno para o Nordeste.

²⁶ Para MARTINE (1994), as informações referentes ao Centro-Oeste indicam a presença de dois padrões diferenciados. A maior parte reflete uma certa estagnação que difere sensivelmente das tendências verificadas em décadas anteriores.

2.2 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE RETORNO DE MAIOR REPRESENTATIVIDADE PARA OS ESTADOS DO NORDESTE NAS DÉCADAS DE 1970-80 E 1981-91

A mudança nas características do movimento migratório brasileiro, a partir dos anos 70, manifestou-se, fundamentalmente, no redirecionamento dos fluxos migratórios interestaduais e na expressão que começaram a adquirir os fluxos de retorno aos estados de nascimento, os quais se intensificaram nos anos 80. Reduzem-se os fluxos em direção às áreas tradicionalmente receptoras e de maior desenvolvimento, enquanto crescem os fluxos em direção às áreas tradicionalmente de maior evasão populacional e menor dinamismo econômico.

A complementaridade das regiões Nordeste e Sudeste é evidenciada pela intensidade dos fluxos interestaduais que se estabeleceram entre os estados de ambas as regiões, particularmente entre o estado de São Paulo e os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. A migração de retorno adquiriu maior representatividade, no contexto nordestino, através dos fluxos de São Paulo para estes estados.

Abrangendo as três últimas décadas – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 – para aprofundar aspectos das mudanças que se evidenciaram no comportamento migratório estabelecido entre as regiões Nordeste e Sudeste e, em particular, entre os estados de Pernambuco e São Paulo, este item apresenta uma análise dos fluxos interestaduais de migração de retorno, procedentes dos diversos estados do Brasil, dos estados do Nordeste e do estado de São Paulo, de modo a estabelecer parâmetros comparativos entre esses fluxos de retornados para os estados de nascimento, visando destacar a expressividade do fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco, objeto central deste estudo. Aprofunda, num segundo momento, a procedência dos fluxos de retorno de maior expressão para outros estados do Nordeste, de modo a evidenciar a representatividade do fluxo PE-SP-PE, a partir dos dados censitários de 1980 e 1991, adotados como fontes básicas para este estudo.

Selecionando apenas os migrantes naturais, para analisar a **migração de retorno** no contexto do fluxo geral das migrações internas do país, faz-se aqui a ressalva já mencionada por RIBEIRO (1999) de que, mesmo com a alta participação dos retornados sobre os imigrantes, este fenômeno está subestimado pelos que não nasceram em Pernambuco e que acompanham os migrantes nesta volta.

2.2.1 A Importância da Migração de Retorno para os Estados Nordestinos

Os fluxos de migração interestaduais do Brasil cresceram de 10,7%, entre as décadas de 1970-80 e 1981-91, reduzindo esse crescimento para 3,1%, na última década (1990-2000). O fluxo de migração de retorno aos diversos estados do país, também reduziu seu crescimento, na década de 90, uma vez que passou de 116,2% (1981-91) para 10,38% (1990-2000). Neste fluxo de retorno, duas regiões destacaram-se: a região **Sudeste**, que, na década de 1970-80, participava com quase metade dos retornados para os estados de nascimento (47,8%), diminuindo tal participação para 35,7% na década 1981-91 e 32,81% na década 1990-2000; e a região **Nordeste**, que participava com 29,6% do fluxo de retorno interestadual do país, nos anos 70, subindo para 36,3%, e superando a região sudeste nos anos 80, com pequena vantagem em termos de volume (36,3%), crescendo ligeiramente na década de 90, quando passa a 37,53%. (Tabelas 2.2 e 2.5).

Observou-se que, na década de 70, não apenas o volume dos migrantes retornados para os estados do Sudeste, como também a taxa média anual de migração de retorno para as UFs daquela região (0,13% a.a.), mostravam-se como os valores mais expressivos no que se refere às regiões brasileiras, indicando que a migração de retorno era mais intensa para a região Sudeste. Na década de 80, o Nordeste praticamente equiparou-se ao Sudeste em termos de volume de retornados, duplicando, porém, sua taxa média anual de migração de retorno (de 0,11% a.a., nos anos 70, passando para 0,22% a.a., nos anos 80), o que levou a que, nos anos 90, o Nordeste ultrapassasse o Sudeste em volume de retornados, mantendo o crescimento de sua taxa média anual de migração de retorno (0,24%). (Tabela 2.5 e Gráfico 2.6)

Esse processo resulta de mudanças importantes nas estruturas produtivas das regiões. Segundo ARAÚJO (2000b), a década de 80 assiste a fatos importantes. O Brasil, já inserido na economia mundial desde os anos 70, debate-se na crise da dívida interna, aprofundando a crise financeira do setor público, vivendo a ameaça da hiperinflação. O governo, as famílias, a maioria das empresas, no impacto da crise, entram na lógica do curto prazo, com repercussão direta sobre as oportunidades de trabalho, sobretudo nos anos 80, já que, a partir de meados dos anos 90, o país assiste a uma estabilização do processo inflacionário, acompanhada de uma retomada do crescimento econômico.

A queda da oferta de emprego em São Paulo, com, sobretudo, o fechamento de vagas na indústria e na construção civil, além das exigências de contratação, que tornaram mais rígidas as relações de trabalho, repercute no desemprego e na falta de oportunidades de migrantes que se deslocaram para fixar residência em São Paulo. Por outro lado, as exigências de uma sociedade pós-industrial, na qual o Brasil insere-se, principalmente São Paulo, implicam maior qualificação profissional, diminuindo as oportunidades de emprego e ampliando os investimentos na atividade informal. (JATOBÁ, 2003²⁷)

TABELA 2.5
BRASIL, GRANDES REGIÕES E UFs SELECIONADAS - MIGRANTES NÃO NATURAIS E MIGRANTES DE RETORNO PROCEDENTES DAS DEMAIS UFs DO BRASIL: PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA MÉDIA ANUAL. 1970-2000

GRANDES REGIÕES E UFs ATUAL	MIGRANTES NÃO-NATURAIS PROCEDENTES das UFs do Brasil					MIGRANTES DE RETORNO PROCEDENTES das UFs do Brasil							
	1970-80		1981-91		Diferença% 70-80/81-91	1970-80		1981-91		1990-00		Diferença %	
	Volume	Taxa ⁽¹⁾	Volume	Taxa ⁽¹⁾		%	Taxa ⁽¹⁾	%	Taxa ⁽¹⁾	%	Taxa ⁽¹⁾	70-80/81-91	81-91/90-00
NORTE	9,28	0,249	2,81	0,255	38,65	2,80	0,073	3,45	0,106	6,67	0,170	165,86	113,66
Maranhão	1,93	0,052	0,40	0,036	-5,47	1,72	0,060	3,24	0,171	3,68	0,200	306,27	25,44
Piauí	0,88	0,024	0,23	0,021	20,54	1,59	0,100	2,80	0,280	3,11	0,329	280,69	22,43
Ceará	1,16	0,031	0,32	0,029	24,35	4,40	0,110	6,63	0,269	6,52	0,273	225,98	8,67
Rio G. do Norte	0,85	0,023	0,24	0,022	29,77	2,37	0,166	2,58	0,283	2,31	0,257	134,85	-0,93
Paraíba	0,99	0,026	0,26	0,023	19,81	3,48	0,162	4,23	0,334	4,09	0,353	162,62	6,87
Pernambuco	2,25	0,060	0,51	0,047	4,39	7,62	0,162	6,71	0,238	6,03	0,231	90,43	-0,80
Alagoas	0,94	0,025	0,23	0,021	10,70	1,64	0,111	1,80	0,189	1,98	0,214	136,58	21,64
Sergipe	0,68	0,018	0,22	0,020	45,56	1,32	0,155	1,49	0,269	1,21	0,213	145,18	-10,66
Bahia	3,39	0,091	0,72	0,066	-2,33	5,49	0,078	6,87	0,153	8,59	0,198	170,49	38,01
NORDESTE	13,07	0,350	3,12	0,284	9,48	29,64	0,113	36,34	0,222	37,53	0,239	165,16	13,98
São Paulo	35,70	0,957	6,00	0,546	-22,88	21,42	0,121	14,29	0,119	19,67	0,166	44,22	51,97
Outras UFs do SE	16,15	0,433	2,83	0,258	-19,53	26,35	0,130	21,38	0,174	13,14	0,114	75,44	-32,15
SUDESTE	51,85	1,390	8,84	0,804	-21,84	47,77	0,126	35,67	0,147	32,81	0,140	61,44	1,54
SUL	9,11	0,244	1,88	0,171	-5,46	13,32	0,090	16,61	0,190	15,47	0,189	169,69	2,74
CENTRO-OESTE	16,70	0,448	4,23	0,384	16,03	6,47	0,125	7,93	0,221	7,52	0,208	165,10	4,76
BRASIL N°Rel.	100,00	2,682	20,87	1,897	-4,32	100,00	0,114	100,00	0,178	100,00	0,182	116,23	10,38
N°Abs.						1196425	2587034		2855573				

FONTE: FIBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulações especiais dos Censos de 1980, 1991 e 2000. Anuário Estatístico do Brasil, 1998 - vol.58.

NOTAS: Fluxo Migratório de Retorno Interestadual do Brasil, corresponde aos deslocamentos dos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de Residência na UF Atual ($0 <= \text{TEMPUF} < 10$), cuja UF de nascimento é igual a UF de Residência Atual, segundo UF de Residência Anterior (UF Atual $<>$ UF Anterior). (Tabelas II.6 e II.7 e II.9 do Anexo)

Exclusive Brasil sem especificação, País estrangeiro e Ignorado

Os migrantes não-naturais foram obtidos a partir da diferença entre os imigrantes totais e os migrantes de retorno. Os valores absolutos constam das Tabelas II.2, II.3 e II.8 – Totais e Tabelas II.6, II.7 e II.9- Retorno.

Volume de migrantes não-naturais para o total do Brasil: 8.389.206 (1970-80) e 8.027.184 (1981-91)

CHAMADA: (1) Taxa Média Anual de Migração, corresponde ao volume da Migração dividido pelo número de anos do período considerado, dividido pela população projetada para meio do período de cada Região e UFs Seleccionadas.(Tabela II.1 do Anexo) e (Tabelas II. 6 e II. 7 e II.9 do Anexo)

A expressividade do fluxo de retorno com destino ao Sudeste deveu-se, em grande parte, ao estado de São Paulo que participava, nos anos 70, com 44,8%, passando para 40,1%, nos anos 80, e para 60,0% nos anos 90. dos retornados para a região (Tabela 2.5). Analisando a procedência desse fluxo de retorno para os estados da região Sudeste, observou-se que os estados nordestinos contribuíram com, apenas, 11,5% e 12,3%, nas décadas de 70 e 80, respectivamente, ampliando para

²⁷ Entrevista no Jornal do Comércio, em 03.09.2003

32,0% na última década (Tabelas 2.5 e 2.6), ao passo que a maior proporção deste fluxo de retornados para os estados de nascimento da região Sudeste²⁸ procederam de estados da própria região ²⁹.

Ao contrário do que ocorre na região Sudeste, a maior parte do fluxo migratório de retorno dentro da região Nordeste, dirigido aos estados de nascimento, não procediam da própria região. O contributo daquela região foi 38,6%, nos anos 70, e 29,9%, nos anos 80, apresentando um ligeiro decréscimo na década de 90 (27,5%). Quase dois terços do fluxo de retorno orientados para os estados nordestinos tiveram origem, predominantemente na região Sudeste. O estado de São Paulo contribuiu com 30,3% e 36%, nos anos 70 e 80, crescendo sua participação na última década, chegando a 40,0%. No fluxo migratório de retorno, cai, assim, a participação dos nordestinos oriundos dos estados da própria região, enquanto o fluxo, especialmente oriundo de São Paulo, soma cada vez mais nordestinos de volta ao estado de nascimento.(Tabelas 2.5, 2.6 e 2.7).

Os processos migratórios, em geral, bem como os de migração de retorno, em especial, têm resposta nas novas tendências dos grandes mercados de trabalho do resto do país, especialmente o de São Paulo, para a mão-de-obra nordestina. Estes mercados têm abrigado os emigrantes desta região, porém expressam processos que caracterizaram a saturação dos grandes mercados de trabalho urbano do país nos anos 70 e os efeitos recessivos da crise nacional dos anos 80, de certa forma, estendida aos anos 90.

A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, perde a sua capacidade de absorção de emigrantes para o mercado do trabalho. Segundo CUNHA e DEDECCA (2002:1):

“Ela empurra os migrantes para os segmentos mais periféricos e também mais precários do mercado de trabalho local..”

As novas características do processo de absorção do migrante, segundo esses autores, não sugerem a ocorrência de mobilidade ocupacional que pudesse permitir, mesmo a longo prazo, alguma perspectiva de inserção em segmentos econômicos mais dinâmicos, nos quais o trabalho conta com alguma proteção social. Argumentam que, ligado a essa nova característica, está o crescimento da

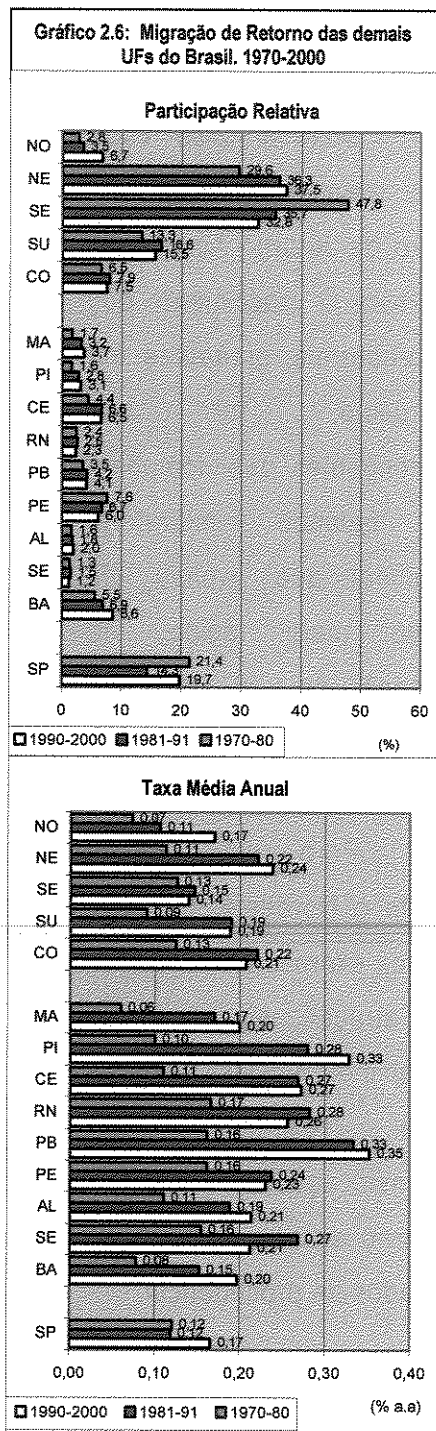
²⁸ No fluxo de retorno interestadual para a região Sudeste estão incluídos os fluxos procedentes de Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais para cada um desses mesmo estados, exclusive aqueles que migraram dentro da própria UF.

²⁹ Dados referentes à procedência da migração de retorno para a região Sudeste extraídos das Tabelas II.6 e II.7, do Anexo.

emigração da Região Metropolitana de São Paulo -RMSP, marcado, em especial, pelo retorno das pessoas aos seus estados de nascimento.

A expressão demográfica que a migração de retorno adquire, já na década de 70, intensificando-se nas década seguintes, pode ser atribuída a vários fatores: o esvaziamento populacional de antigas áreas de fronteira agrícola tradicionalmente absorvedoras de mão de obra, tais como o Paraná e o sul de Goiás, por exemplo, associada a um processo de reestruturação da produção agrícola, com repercussões na concentração fundiária e na redução do emprego em face de novas tecnologias; a frustração das perspectivas otimistas com respeito à absorção de novos colonos na fronteira amazônica, principalmente em comparação com a magnitude do crescimento demográfico absoluto de outras regiões do país, inclusive o Nordeste; a saturação dos grandes mercados de trabalho urbano do País, sobre os quais já repercutiam os efeitos da crise que se instalou no Brasil, nos anos 80, e o “fechamento” da Pré-Amazônia como última grande área de oportunidade para o ingresso de possíveis retornados na economia de subsistência, entre outros. (MOURA, 1984).

Enquanto o fluxo de migrantes de retorno procedente dos estados da região Nordeste representa 18% do fluxo total de migração de retorno do país, aquele procedente do estado de São Paulo concentra, isoladamente, 23% de todos os migrantes que retornaram ao seu estado de origem, nos anos 70. Este fluxo oriundo de São Paulo aumentou em 154%, na década de 80, crescendo, ainda, ligeiramente, na década de 90 (16%), o que demonstra a expressividade da década de 80 para o aprofundamento do fluxo de retorno procedente de São Paulo. Nesse contexto, o estado de Pernambuco destaca-se no fluxo de retorno oriundo do estado paulista, o qual já se apresentava como o mais expressivo da região Nordeste, na década de 70, apresentando um acréscimo



percentual entre as décadas de 70 e 80 de 122,57% e apresentando um decréscimo percentual de -1,92%, na década de 90, perdendo posição relativa, sobretudo, para o estado da Bahia (Tabela 2.5, 2.6 e 2.7).

Com a crise cada vez mais aprofundada, o fluxo de retorno ficou mais intenso. O crescimento dos não-naturais presentes no Nordeste, foi dos contingentes que compõem o balanço migratório regional que evoluiu em ritmo mais rápido, na década de 70. (MOURA, 1982).

Para uma região como o Nordeste, que tem pouca expressão como área de atração migratória, tal crescimento, possivelmente, está refletindo uma intensificação do ingresso, na região, de grupos familiares de migrantes nordestinos que estão de retorno ao seu estado de nascimento, trazendo cônjuges, filhos e outros agregados, oriundos dos estados de procedência.

Conforme (RIBEIRO,1997:82), durante a década de oitenta, a imigração de não-naturais do Sudeste para as UFs que compõem a região Nordeste, tal como na década de setenta, em termos de importância relativa, passou de cerca de 17% para 25% do total de imigração de não-naturais. As UFs de onde saíram mais emigrantes para o Nordeste foram São Paulo e Rio de Janeiro com 14,08% e 6,11%, respectivamente. Tal como na década anterior, os estados da Bahia e Pernambuco, seguidos do Maranhão, apresentaram fluxos migratórios mais significativos.

TABELA 2.6
BRASIL, GRANDES REGIÕES E UFs SELECIONADAS - MIGRANTES DE RETORNO PROCEDENTES DAS
DEMAIS UFs DO NORDESTE: PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA MÉDIA ANUAL. 1970-2000

GRANDES REGIÕES E UFs ATUAL	MIGRANTES DE RETORNO PROCEDENTES das demais UFs do Nordeste							
	1970-80		1981-91		1990-00		Diferença %	
	%	Taxa ⁽¹⁾	%	Taxa ⁽¹⁾	%	Taxa ⁽¹⁾	70-80/81-91	81-91/90-00
NORTE	0,24	0,001	4,33	0,023	7,78	0,043	3553,73	150,02
Maranhão	4,56	0,028	3,81	0,034	3,68	0,043	71,19	34,42
Piauí	4,78	0,054	7,04	0,120	4,58	0,104	201,93	-9,41
Ceará	9,22	0,041	11,02	0,076	7,41	0,067	145,04	-6,37
Rio G. do Norte	6,16	0,077	5,43	0,102	3,94	0,094	80,54	0,99
Paraíba	8,40	0,070	8,67	0,117	6,05	0,112	111,58	-2,73
Pernambuco	17,14	0,065	14,16	0,086	10,27	0,084	69,21	1,06
Alagoas	4,49	0,054	4,72	0,085	3,94	0,091	115,23	16,24
Sergipe	2,95	0,063	4,10	0,126	2,84	0,108	185,02	-3,51
Bahia	5,90	0,015	4,81	0,018	5,31	0,026	67,26	53,74
NORDESTE	63,60	0,044	63,76	0,066	48,01	0,066	105,45	4,90
São Paulo	17,24	0,018	13,73	0,020	14,28	0,026	63,20	44,89
Outras UFs do SE	13,42	0,012	11,95	0,017	23,16	0,043	82,54	169,99
SUDESTE	30,66	0,015	25,68	0,018	37,44	0,034	71,66	103,11
SUL	1,72	0,002	2,81	0,005	2,74	0,007	233,48	35,79
CENTRO-OESTE	3,78	0,013	3,42	0,016	4,04	0,024	85,76	64,28
BRASIL Nº Rel.	100,00	0,020	100,00	0,030	100,00	0,039	104,94	39,31
Nº Abs.	215101		440830		614126			

FONTE: FIBG E- Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Anuário Estatístico do Brasil, 1998, vol.58.

Os valores absolutos constam das Tabelas II. 6, II.7 e II.9 do Anexo

NOTA: Fluxo Migratório de Retorno Interestadual do Brasil, corresponde aos deslocamentos dos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de Residência na UF Atual ($0 \leq \text{Tempuf} < 10$), cuja UF de nascimento é igual a UF de Residência Atual, segundo UF de Residência Anterior (UF Atual <> UF Anterior). Tabelas II. 6, II. 7 e II.9 do Anexo.

Exclusive Brasil sem especificação, País estrangeiro e Ignorado

CHAMADA: (1) Taxa Média Anual de Migração de Retorno, corresponde ao volume da Migração de Retorno dividido pelo número de anos do período considerado, dividido pela população projetada para o meio do período de cada Região e UFs Seleccionadas. (Tabela I. 1 do Anexo) e (Tabelas II. 6, II. 7 e II.9 do Anexo)

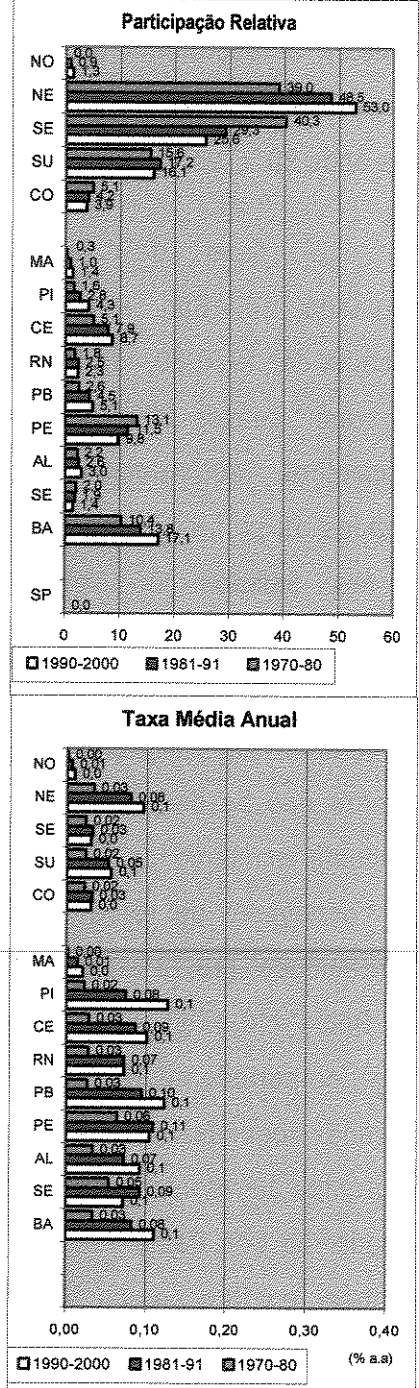
A região Sudeste, no decorrer das duas décadas em análise, perdeu -21,8 % do contingente de migrantes não-naturais, do mesmo modo que o estado de São Paulo perdeu -22,9 %, o que significa que imigrantes de outros estados do Brasil, sediados no Sudeste, presumivelmente, no estado de São Paulo, estavam deixando aquela região. Já na região Nordeste, o contingente de não-naturais cresceu 9,5 %, levando à hipótese de que esse aumento da imigração de não-naturais para os estados nordestinos pode significar o aumento da migração de retorno de naturais do Nordeste acompanhados de familiares e agregados constituídos fora do seu estado de nascimento. (Tabela 2.5).

Este indicador constituiu-se como elemento que ajuda a explicar o período 1981-91, que foi marcado por duas tendências: uma, a diminuição do fluxo das UFs do Brasil para o Sudeste, reduzindo os não-naturais presentes na região e, outra, a maior afluência do fluxo de migrantes de retorno para os estados nordestinos, aumentando os não-naturais (grupos-familiares e agregados) no fluxo de retorno para os estados nordestinos, que se intensificou no período.

É importante considerar, tratando-se de estados com alta mobilidade e possibilidades de remigração, que os filhos dos migrantes nordestinos retornados, nascidos em São Paulo, ao migrarem para São Paulo, sozinhos ou com seus pais, serão considerados migrantes de retorno para São Paulo.

O Nordeste foi o maior absorvedor de migrantes procedentes das UFs da própria região, como demonstram os dados censitários nos três períodos estudados: absorveu 63,6 %, no período de 1970-80, mantendo-se na mesma grandeza numérica de 63,8 %, nos anos 80, e reduzindo essa absorção para 48,0%, na década de 90. A taxa média anual de migração de retorno confirmou, também, a intensidade desse fluxo na região, no período considerado. A região Sudeste, por sua vez, que recebia 30,7% dos migrantes retornados do nordeste, na década de 70, passou a receber 25,7% desses migrantes, na década de 80 e 37,4%

Gráfico 2.7: Migração de Retorno do Estado de São Paulo. 1970-2000



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. (Tabela 2.7)

na década seguinte, sendo que mais da metade desses migrantes de retorno, em todo o período, dirigiram-se para o estado de São Paulo. Apesar da diminuição da participação relativa, os estados do Sudeste apresentaram um aumento de 71,7% no volume dos migrantes de retorno oriundos do nordeste e com destino ao Sudeste, nos anos 80, ampliando essa diferença percentual para 103,1%, nos anos 90. (Tabela 2.6).

O fluxo de retorno, originado em São Paulo, na década de 1970-80, destinava-se, em quase 80%, e em proporções equivalentes, aos estados da própria região (40%) e aos estados do Nordeste (39%). (Tabela 2.7 e Gráfico 2.7). Neste mesmo período, do percentual de migrantes de retorno que se dirigiram para o nordeste um terço correspondia ao contingente de retorno para Pernambuco (13,13%), seguido da Bahia (10,37%) e do Ceará (5%), no período de 1970-80. Na década seguinte, o fluxo dos migrantes de retorno oriundos do estado de São Paulo aumentou, também, em direção aos demais estados nordestinos. O fluxo de retorno para a Bahia, com 13,8% do fluxo total de retorno oriundo de São Paulo, superou o de Pernambuco (11,5%), seguido do Ceará (7,94%), e esses três estados juntos reduziram para pouco mais de dois terços o contingente de migrantes de retorno com destino ao Nordeste. Na última década, o estado da Bahia continuou aumentando a sua participação relativa para 17,1%, seguidos de Pernambuco, que reduziu para 9,8% e Ceará, que passou a representar 8,7%. O estado pernambucano, que havia permanecido com a maior taxa média anual de migração de retorno, nos anos 70 e 80, perdeu sua posição relativa para os estados do Piauí, da Paraíba e da Bahia. (Tabela 2.7 e Gráfico 2.7)

TABELA 2.7

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UFs SELECIONADAS - MIGRANTES DE RETORNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA MÉDIA ANUAL, 1970-2000

GRANDES REGIÕES E UFs ATUAL	MIGRANTES DE RETORNO PROCEDENTES do Estado de São Paulo							
	1970-80		1981-91		1990-00		Diferença %	
	%	Taxa ⁽¹⁾	%	Taxa ⁽¹⁾	%	Taxa ⁽¹⁾	70-80/81-91	81-91/90-00
NORTE	0,01	0,000	0,86	0,007	1,34	0,010	24858,33	80,230
Maranhão	0,27	0,002	0,99	0,014	1,37	0,021	829,32	59,10
Piauí	1,57	0,023	2,77	0,075	4,26	0,128	348,04	77,98
Ceará	5,13	0,029	7,94	0,087	8,65	0,102	293,86	26,02
Rio G. do Norte	1,75	0,028	2,46	0,073	2,34	0,073	257,61	9,90
Paraíba	2,57	0,027	4,47	0,095	5,09	0,121	342,57	31,60
Pernambuco	13,13	0,064	11,50	0,110	9,75	0,105	122,57	-1,92
Alagoas	2,23	0,034	2,58	0,073	3,04	0,093	195,14	36,10
Sergipe	2,00	0,054	1,90	0,093	1,43	0,072	142,34	-12,82
Bahia	10,37	0,034	13,84	0,083	17,10	0,111	239,13	42,91
NORDESTE	39,02	0,034	48,46	0,080	53,03	0,096	215,76	26,57
Outras UFs do SE	40,32	0,046	29,25	0,064	25,62	0,063	84,48	1,27
SUDESTE	40,32	0,024	29,25	0,033	25,62	0,031	84,48	1,27
SUL	15,56	0,024	17,22	0,053	16,10	0,056	181,35	8,13
CENTRO-OESTE	5,10	0,023	4,21	0,032	3,92	0,031	110,19	7,68
BRASIL Nº Rel.	100,00	0,026	100,00	0,048	100,00	0,052	154,25	15,66
Nº Abs.	274480		697871		807162			

FONTE: FIBGE - Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Anuário Estatístico do Brasil, 1998, v.58.

Os valores absolutos constam das tabelas II.6, II.7 e II.9 do Anexo

NOTA: Fluxo Migratório de Retorno interestadual do Brasil, corresponde aos deslocamentos dos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de Residência na UF Atual ($0 <= \text{Tempuf} < 10$), cuja UF de nascimento é igual a UF de Residência Atual, segundo UF de Residência Anterior (UF Atual > UF Anterior) (Tabelas II.6, II.7 e II.9 do Anexo)

Exclusive Brasil sem especificação, País estrangeiro e Ignorado

CHAMADA: (1) Taxa Média Anual de Migração de Retorno, corresponde ao volume da Migração de Retorno dividido pelo número de anos do período considerado, dividido pela população projetada para o meio do período de cada Região e UFs Seleccionadas. (Tabela II.1 do Anexo) e (Tabelas II.6, II.7 e II.9 do Anexo)

Nas três últimas décadas, a Bahia recebeu 263.069 migrantes que retornaram de São Paulo, Pernambuco recebeu 194.978³⁰ e o Ceará recebeu 139.332, somando 597.379 migrantes ou seja 84% do fluxo de retorno procedente de São Paulo para o Nordeste e 34 % de todo o fluxo de retornados do estado de São Paulo para as demais UFs do País (Tabela 2.7). Esses dados destacam o peso do Nordeste, quanto ao movimento de retorno de seus migrantes naturais procedentes de São Paulo, afirmando a importância de aprofundar esse movimento no contexto pernambucano.

TABELA 2.8

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UFS SELECIONADAS – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA MIGRAÇÃO DE RETORNO DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA DO BRASIL, DAS DEMAIS UFS DO NORDESTE E DO ESTADO DE SÃO PAULO NO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E NO TOTAL DA IMIGRAÇÃO. 1970-91

GRANDES REGIÕES E UFS SELECIONADAS	RETORNADOS INTERESTADUAIS											
	% da Migração de Retorno sobre o Crescimento da População						% da Migração de Retorno sobre a Imigração					
	das demais UFs do Brasil (Em %)		das demais UFs do Nordeste (Em %)		do Estado de São Paulo (Em %)		das demais UFs do Brasil (Em %)		das demais UFs do Nordeste (Em %)		do Estado de São Paulo (Em %)	
	1970-80	1981-91	1970-80	1981-91	1970-80	1981-91	1970-80	1981-91	1970-80	1981-91	1970-80	1981-91
NORTE	1,473	2,148	0,023	0,460	0,001	0,144	4,129	7,829	0,064	1,635	0,003	0,513
Maranhão	2,052	8,962	0,978	1,800	0,074	0,743	11,279	35,330	5,376	7,096	0,409	2,930
Piauí	4,154	16,362	2,242	7,004	0,941	4,361	20,554	44,967	11,093	19,248	4,655	11,985
Ceará	5,676	15,898	2,139	4,505	1,518	5,139	34,997	58,530	13,192	16,585	9,363	18,920
Rio G. do Norte	8,162	12,980	3,807	4,625	1,379	3,316	28,478	41,880	13,283	15,026	4,812	10,774
Paraíba	10,743	25,375	4,660	8,867	1,819	7,239	33,467	52,441	14,516	18,325	5,666	14,961
Pernambuco	9,289	17,632	3,758	6,338	3,673	8,149	32,574	46,846	13,177	16,838	12,881	21,651
Alagoas	4,982	8,748	2,451	3,915	1,549	3,392	19,941	34,738	9,808	15,544	6,198	13,470
Sergipe	6,577	10,973	2,648	5,135	2,289	3,775	21,545	31,627	8,673	14,800	7,498	10,880
Bahia	3,352	7,366	0,647	0,879	1,452	4,001	18,796	39,063	3,629	4,663	8,143	21,217
NORDESTE	5,292	12,234	2,042	3,657	1,598	4,400	24,437	43,924	9,428	13,131	7,381	15,798
São Paulo	3,526	5,645	0,510	0,924	-	-	7,884	13,796	1,141	2,259	-	-
Outras UFs do SE	6,836	12,408	0,626	1,182	2,400	4,580	18,878	33,660	1,728	3,206	6,626	12,423
SUDESTE	4,811	8,384	0,555	1,029	0,931	1,855	11,615	21,348	1,340	2,619	2,249	4,723
SUL	6,288	13,873	0,146	0,399	1,685	3,878	17,263	37,313	0,402	1,074	4,626	10,431
CENTRO-OESTE	3,130	10,893	0,329	0,802	0,566	1,562	5,233	11,203	0,550	0,824	0,946	1,606
BRASIL	4,626	9,298	0,832	1,584	1,061	2,508	12,481	24,373	2,244	4,153	2,863	6,575

FONTE: Fundação IBGE - Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Anuário Estatístico do Brasil, 1998 - Vol. 58.

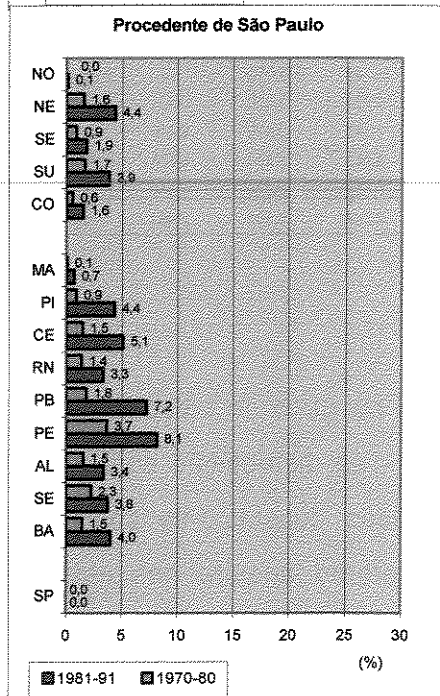
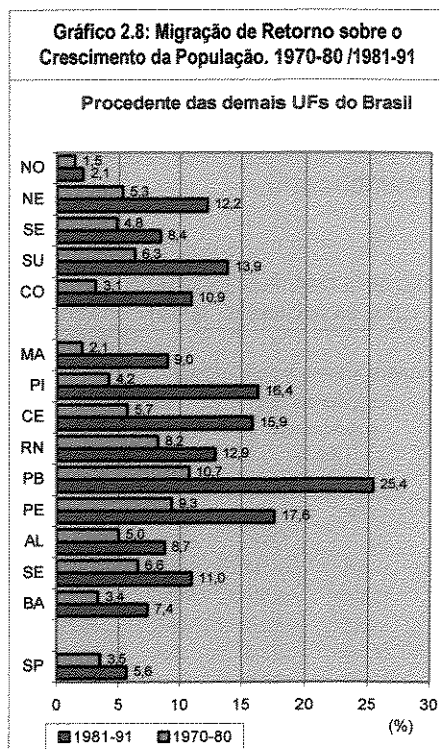
Os valores absolutos constam das Tabelas II. 1, e Tabelas II. 6 e II. 7 do Anexo

NOTA: Fluxo Migratório Interestadual do Brasil, corresponde aos deslocamentos dos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de residência na UF atual, cuja UF de nascimento é igual a UF de Residência Atual, segundo UF de Residência Anterior.

Considerando que a década de 80 foi marcada pela diminuição no ritmo de crescimento da população brasileira e pelas suas formas – emergentes e recorrentes – de distribuição espacial, o impacto desse contingente de retornados no crescimento da população constituiu-se como um indicador importante para inferir a expressão que a migração de retorno adquire nos estados receptores. A Tabela 2.8 demonstra que, no âmbito do fluxo migratório de retorno interestadual, o estado de Pernambuco teve duplicado o peso da migração de retorno procedentes de todo o País, do mesmo modo a maioria dos outros estados do Nordeste, no período analisado, passa de 9,29%, na década de 1970-80, para 17,63%, entre 1981-91. A Paraíba chegou a ultrapassar Pernambuco,

³⁰ Excluindo os retornados com etapa anterior a Pernambuco, volume de migrantes de retorno pernambucanos é 30.535 (1970-80), 62.367 (1981-91) e 78.693 (1990-2000), totalizando 171.595 nas três últimas décadas..

apresentando o mais alto percentual da migração de retorno sobre o crescimento da população paraibana, seja na década de 70 (10,74%), seja na de 80, quando registrou 25,38%, destacando-se



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 2.8)

então como o mais expressivo em termos de recepção de migrantes de retorno do resto do país. O Ceará, também, evidenciou-se com uma percentagem de 5,68%, no período 1970-80, para 15,90%, no período seguinte. Já o estado da Bahia apresentou um dos percentuais mais baixos da região (3,35 e 7,37, em cada década em foco, respectivamente). (Tabela 2.8 e Gráfico 2.8)

Verificou-se que a mesma tendência de quase duplicar a participação da migração de retorno procedente das demais UFs do Brasil sobre o crescimento da população, também, ocorreu em quase todas as regiões do país. A região Sul destacou-se com a maior participação relativa dos referidos migrantes de retorno (6,29% e 13,87%, nos períodos de 1970-80 e 1981-91, respectivamente), seguida da região Nordeste (5,29%, em 1970-80, e 12,23%, em 1981-91), do Sudeste (4,81%, em 1970-80, e 8,38%, em 1981-91) e do Centro-Oeste (3,13% e 19,89%, de um período a outro).

No fluxo de retorno dos estados nordestinos, a Paraíba destacou-se como o estado mais receptor, nos dois períodos (4,66%, em 1970-80, e 8,87%, em 1981-91), seguida de Pernambuco (3,76%, no período 1970-80, e 6,34%, no período seguinte), e do Rio Grande do Norte (3,81% e 4,63%, nos dois períodos consecutivos). A participação do Ceará foi menor que esses três estados nordestinos (2,14% e 4,51%, no período em foco) e a Bahia, praticamente, não recebeu migrantes de retorno procedentes dos outros estados nordestinos (0,65% e 0,88%, em cada década analisada). De modo geral, para as grandes regiões,

essa participação relativa da migração de retorno interestadual procedente das demais UFs do Nordeste apresentou-se relativamente baixa. Neste contexto, destacou-se o próprio Nordeste com 2,04% no período de 1970-80 para 3,66% no período de 1981-91. (Tabela 2.8).

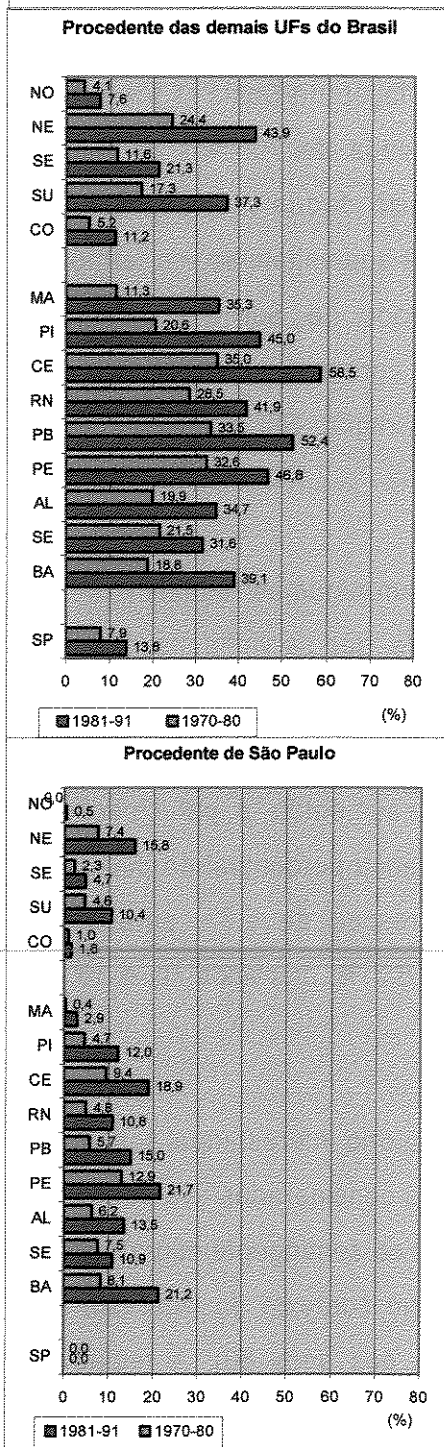
No âmbito dos estados do Nordeste, a participação dos retornados do estado de São Paulo no crescimento da população foi bem mais expressiva para o estado de Pernambuco, que apresentou um percentual de 3,7% e 8,1%, respectivamente, nas duas décadas em análise, o que significa o dobro da participação dos migrantes de retorno no crescimento da população da Bahia (1,5% e 4,0%, respectivamente), em ambas as décadas, e do Ceará (1,5%), na década de 70. Nos anos 80, a participação do Ceará aumentou para 5,1%, situando-se, ainda, abaixo daquela apresentada por Pernambuco. Já no contexto das regiões do País, o Nordeste e o Sul equivaliam-se em termos da participação relativa dos migrantes de retorno procedentes do estado de São Paulo sobre o crescimento da população, nos dois períodos observados. O Nordeste apresentou um percentual de 1,6 %, no período 1970- 80, e 4,4 %, no período 1981-91, enquanto a região Sul registrou 1,69% e 3,88%, nos dois períodos considerados. (Tabela 2.8 e Gráfico 2.8)

De maneira geral, ocorreu uma queda da taxa de crescimento em algumas regiões e UFs do País, como conseqüência entre outros fatores do declínio da fecundidade, que se vinha manifestando, embora diferencialmente, para o restante do país, desde meados da década de 60. Nas áreas onde o balanço migratório foi positivo, como na região Sudeste, Centro-Oeste e Norte, houve uma compensação relacionada ao aumento da imigração. No nordeste, aumentou a participação da migração de retorno no crescimento de sua população, com uma diferença percentual do período de 1970-80 para 1981-91, de 131%, uma vez que tal participação cresceu de 5,3% para 12,2%, respectivamente. A região Sul também apresentou um crescimento de 6,3 %, nos anos 70, e 13,9 %, nos anos 80. (Tabela 2.8 e Gráfico 2.8).

A expressão que a migração de retorno adquiriu no fluxo imigratório interestadual constitui-se como um outro indicador valioso, no perfil migratório das regiões e UFs consideradas. No período em estudo, a migração de retorno nos fluxos migratórios do país, participa do contingente migratório com 12,5%, na década de 1970-80, e com 24,4%, na década seguinte. No contexto do Nordeste essa participação, praticamente, duplicou (24,4%, nos anos 70, e 43,9%, nos anos 80). A região Sul, também, destacava-se, com 17,3 e 37,3%, respectivamente, ao longo das duas décadas. O Sudeste, por sua vez, esteve em terceiro lugar com 11,62% e 21,35%, nos dois períodos consecutivos. (Tabela 2.8 e Gráfico 2.8)

Na região Nordeste, todos os estados sem exceção, tiveram aumentos significativos de um período ao outro. O peso maior da migração de retorno das UFs dos fluxos interestaduais do país

Gráfico 2.9: Migração de Retorno das demais UFs do Brasil sobre o total da Imigração, 1970-80 e 1981-91



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 2.8)

cobrou ao Ceará (de 35,00% para 58,53%) para as décadas de 70 e 80. Seguiram-se, como os de maior expressão, os estados da Paraíba (de 33,47% para 52,44%), Pernambuco (de 32,57% para 46,85%) e Rio Grande do Norte (de 28,48% para 41,88%), nos dois períodos, embora o Piauí tenha apresentado um aumento significativo nos anos 80 (de 20,55% para 44,97%). A Bahia situou-se entre os estados onde a migração de retorno teve menor participação (18,80% e 39,06%, respectivamente, nos períodos considerados), ficando acima apenas do Maranhão (11,3% e 35,3%, nos períodos em foco). De modo geral, o aumento verificado em todos os estados da região Nordeste reforça o peso da migração de retorno na dinâmica demográfica da região. (Tabela 2.8 e Gráfico 2.8)

Entre os migrantes de retorno procedentes das UFs do Nordeste que se dirigiram para os estados nordestinos de nascimento, predominaram aqueles com destino ao estado da Paraíba, que participaram neste fluxo com 14,5%, na década de 1970-80, e 18,3%, no período seguinte. De modo geral, registrou-se um aumento na participação relativa do fluxo de retorno das demais UFs do Nordeste em relação a Pernambuco (13,2% e 16,8%), Ceará (13,2% e 16,6%) e Bahia (3,6% e 4,7%), no período considerado, embora se observe a baixa participação da Bahia (cerca de um quarto dos dois outros estados comparados) na recepção de migrantes de retorno procedentes da própria região. (Tabela 2.8)

Também foi para o Nordeste que a migração de retorno procedente do estado de São Paulo teve a sua maior relevância, ao nível da contribuição no contingente imigratório das regiões.

Apresentando, em 1970-80, um valor de 7,38%, o Nordeste duplicou a sua participação no período seguinte 15,80%. Com valores bem abaixo, esta região foi seguida pela região Sul (de 4,63% para 10,43%) e pela região Sudeste (de 2,25% para 4,72%). (Tabela 2.8 e Gráfico 2.9)

A contribuição dos migrantes retornados, seja na imigração, seja no crescimento populacional dos estados da região Nordeste parece, portanto, evidenciar que a migração de retorno teria sido o principal fenômeno emergente no panorama demográfico regional no final do século XX.

2.2.2 A Expressividade do Fluxo Migratório Pernambuco-São Paulo-Pernambuco

Para evidenciar a representatividade dos fluxos de retorno dos pernambucanos estabelecidos no estado de São Paulo, objeto deste trabalho, no contexto dos fluxos migratórios interestaduais, buscou-se entender o trajeto dos naturais, seja de ida, como emigrantes rumo a outros estados, seja de volta, como migrantes de retorno ao seu estado de nascimento. Procurou-se analisar o mesmo processo em referência às diversas UFs do País, às do Nordeste e à do estado de São Paulo, focalizando o período selecionado para este estudo.

A tabela 2.9 apresenta os emigrantes naturais nordestinos vivendo fora de seus estados de nascimento, há menos de 10 anos de residência, no período 1970-80 e 1981-91, bem como os migrantes de retorno interestaduais e suas Taxas de Retorno de Naturais nos últimos 10 anos, para os seus estados de nascimento, no caso dos procedentes das demais UFs do país, das demais UFs do Nordeste e do estado de São Paulo.

É importante considerar que a **Taxa de Retorno de Naturais** constitui-se como um indicador importante para averiguar a expressividade migratória do retorno interestadual para os estados do nordeste, segundo a última procedência, relacionando os retornados à população exposta ao risco de retornar com menos de 10 anos.

A adoção desse indicador considerou a proposta de RIBEIRO (1997:77), que afirma:

“Ao se tratar da migração de retorno, é importante ligar o seu volume às populações afetadas. Se, por um lado, isto pode ser feito do ponto de vista das populações de origem ou de destino, pode-se considerar, por outro, a massa migratória propriamente dita, dado que quem corre o risco de retornar é por definição, apenas o emigrante”.

Ao considerar, apenas, os emigrantes a menos de 10 anos na UF de destino, a **Taxa de Retorno de Naturais com menos de 10 anos**, aqui calculada se pauta na proposta de RIBEIRO (1997)³¹, porém relaciona os migrantes de retorno à Pernambuco aos naturais pernambucanos com

³¹ Para definir uma medida de risco de retorno, ou seja, a probabilidade de um indivíduo, de determinada naturalidade, retornar à sua UF de nascimento no decorrer da década, RIBEIRO (1997) relaciona os migrantes de retorno ao estoque acumulado de emigrantes naturais somados aos migrantes de retorno, denominando este indicador de **taxa de retorno**

menos de 10 anos em São Paulo, ao invés de relaciona-los ao estoque acumulado de naturais pernambucanos residentes em São Paulo, tal como RIBEIRO propõe. Ao contrário deste autor, considera-se que o indicador aqui adotado também se constitui uma medida aproximada de risco de retorno e, como tal, é indicador de probabilidade de retorno.

Uma vez que este trabalho tem como objeto central a migração de retorno, na qual se procura verificar o movimento de "ir e vir" dos migrantes pernambucanos, considerou-se que o tempo de residência recente na UF atual constitui-se como um dos fatores importantes no processo. Neste sentido, optou-se pelo cálculo da **Taxa de Retorno de Naturais com menos de 10 anos**, definido como a relação entre os migrantes de retorno e os emigrantes naturais que permaneceram nos locais de destino, sobreviveram e não remigraram para outras áreas, somados aos migrantes de retorno, ambos há menos de 10 anos na UF atual, visando obter uma medida aproximada de risco.

Observou-se, na análise dos dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, que a taxa de retorno nos últimos 10 anos dos migrantes aos estados do nordeste, procedentes das demais UFs do Brasil, no período de 1970-80 para 1981-91, triplicou na maioria dos estados nordestinos. Em ambos os períodos, Pernambuco ocupou uma posição intermediária (11,23% e 22,06%) entre a taxa mais alta, verificada no Rio Grande do Norte (12,89% e 32,10%), que se destacou como tal nas duas décadas, e a taxa mais baixa, que se verificou no Maranhão (6,6% e 17,3%). A Bahia (7,52% e 19,31%), ao lado do estado de Alagoas (de 8,10 % para 19,3%), e o Maranhão (6,4% e 17,1%) apresentaram os menores percentuais de população expostas ao risco de retornar nos últimos 10 anos. (Tabela 2.9 e Gráfico 2.10).

Comparando-se as taxas de retorno com o volume de emigrantes naturais que estão fora de seus estados de nascimento e com o volume de migrantes de retorno, verificou-se que os estados que apresentaram as mais altas taxas - Rio Grande do Norte e Sergipe - apresentaram, os menores volumes. O Rio Grande do Norte, que se destacou entre todos na taxa de retornar dos seus emigrantes naturais com menos de 10 anos na UF para a qual emigrou, apresentou um volume de emigrantes naturais de 5,35% e 4,28%, nas duas décadas em análise, em contraposição a um volume de migrantes de retorno que representou de 8,10% e 7,09%, no mesmo período. (Tabela 2.9 e Gráfico 2.10).

de naturais - TR. O autor destaca também como sendo importante estimar essa taxa considerando apenas os emigrantes da década, ao invés do estoque acumulado de emigrantes naturais, embora ele argumente que esta medida não representaria o risco de retornar, uma vez que para ele quem corre o risco de retornar é o estoque acumulado de emigrantes naturais.

A integração físico-territorial do país, a partir da década de 70, propiciou a consolidação do mercado interno, o qual impôs a constituição de uma base de infra-estrutura, especialmente de transportes e comunicações, que interligou todas as regiões brasileiras e facilitou os deslocamentos de população, bem como o fluxo de redes que se consolidaram nesses deslocamentos. Em paralelo, assiste-se a uma certa desconcentração espacial da atividade econômica brasileira, inclusive a da indústria, bem como o surgimento de outras atividades nas diversas regiões, além do incentivo das

TABELA 2.9
NORDESTE E UFS DO NORDESTE – EMIGRANTES NATURAIS, MIGRANTES DE RETORNO E TAXA DE RETORNO DE NATURAIS.1970-91

UFs DO NORDESTE DE NASCIMENTO	MIGRANTES INTERESTADUAIS									
	Emigrantes Naturais				Migrantes de Retorno				Taxa de Retorno de Naturais	
	1970-80		1981-91		1970-80		1981-91		(em %)(1)	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	19780-80	1981-91
	Para as demais UFs do Brasil				Das demais UFs do Brasil					
Maranhão	302314	8,43	405535	12,31	20.601	5,81	83.695	8,90	6,38	17,11
Piauí	253159	7,06	260549	7,91	19.045	5,37	72.502	7,71	7,00	21,77
Ceará	543645	15,16	504607	15,32	52.593	14,83	171.442	18,23	8,82	25,36
Rio G. do Norte	191903	5,35	141042	4,28	28.398	8,01	66.693	7,09	12,89	32,10
Paraíba	422729	11,79	350472	10,64	41.637	11,74	109.349	11,63	8,97	23,78
Pernambuco	720416	20,09	613448	18,62	91.162	25,71	173.603	18,46	11,23	22,06
Alagoas	222915	6,22	193875	5,89	19.654	5,54	46.498	4,95	8,10	19,34
Sergipe	120129	3,35	81329	2,47	15.743	4,44	38.598	4,11	11,59	32,18
Bahia	808022	22,54	743084	22,56	65.734	18,54	177.801	18,91	7,52	19,31
NORDESTE	3585232	100,00	3293941	100,00	354.567	100,00	940.181	100,00	9,00	22,20
	Para as demais UFs do Nordeste				Das demais UFs do Nordeste					
Maranhão	46515	5,84	57830	7,63	9.819	7,18	16.809	5,98	17,43	22,52
Piauí	96088	12,06	83498	11,02	10.279	7,51	31.035	11,04	9,66	27,10
Ceará	132303	16,61	110542	14,59	19.825	14,49	48.579	17,28	13,03	30,53
Rio G. do Norte	55041	6,91	44548	5,88	13.246	9,68	23.928	8,51	19,40	34,94
Paraíba	131793	16,54	114471	15,11	18.060	13,20	38.211	13,60	12,05	25,03
Pernambuco	182972	22,97	177594	23,44	36.877	26,96	62.400	22,20	16,77	26,00
Alagoas	67781	8,51	67469	8,90	9.667	7,07	20.806	7,40	12,48	23,57
Sergipe	33642	4,22	29463	3,89	6.337	4,63	18.062	6,43	15,85	38,01
Bahia	50557	6,35	72316	9,54	12.690	9,28	21.225	7,55	20,06	22,69
NORDESTE	796682	100,00	757731	100,00	136.800	100,00	281.055	100,00	14,65	27,06
	Para o Estado de São Paulo				Do Estado de São Paulo					
Maranhão	25353	1,75	29722	2,34	747	0,70	6.942	2,05	2,86	18,93
Piauí	60214	4,16	76338	6,00	4.313	4,03	19.324	5,71	6,68	20,20
Ceará	180528	12,48	177558	13,96	14.071	13,14	55.420	16,39	7,23	23,79
Rio G. do Norte	55340	3,83	44091	3,47	4.798	4,48	17.158	5,07	7,98	28,01
Paraíba	115958	8,02	114361	8,99	7.049	6,58	31.197	9,23	5,73	21,43
Pernambuco	375351	25,94	308617	24,26	36.050	33,66	80.235	23,73	8,76	20,63
Alagoas	109333	7,56	87790	6,90	6.109	5,70	18.030	5,33	5,29	17,04
Sergipe	57350	3,96	32241	2,53	5.479	5,12	13.278	3,93	8,72	29,17
Bahia	467299	32,30	401499	31,56	28.477	26,59	96.575	28,56	5,74	19,39
NORDESTE	1446726	100,00	1272217	100,00	107.093	100,00	338.159	100,00	6,89	21,00

FONTE: FIBGE- Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. INPSO/FUNDAJ (Tabelas II.4, II.5, II.6 e II.7 do Anexo)

NOTA: Fluxo migratório interestadual do Brasil, correspondente aos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo a UF de nascimento.

Para efeito de comparação, Fernando de Noronha foi somado a UF de Pernambuco em 1980

O volume dos migrantes de retorno sem etapa anterior dentro de cada Estado, foi rateado segundo a distribuição de origem conhecida

Exclusivo Brasil sem especificação, País estrangeiro, Mal definido e Ignorado.

CHAMADA: (1) Taxa de Retorno de Naturais é a relação entre os migrantes de retorno e os emigrantes naturais que permaneceram nos locais de destino, sobreviveram e não remigraram para outras área, somados aos migrantes de retorno, ambos há menos de 10 anos na UF atual

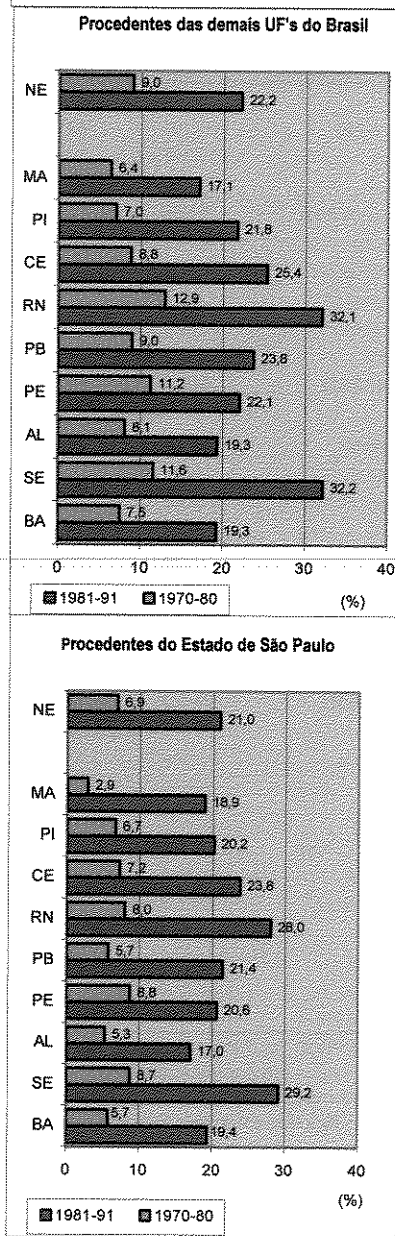
atividades turísticas, especialmente na década de 80, que se constituíram fatores atrativos para o retorno dos migrantes nordestinos.

Pernambuco destacou-se entre os três estados nordestinos mais populosos, tanto na emigração de seus naturais, bem como no seu retorno, concentrando mais da metade deles, nas duas décadas, apesar de uma ligeira perda de participação relativa nos anos 80, em face do crescimento da emigração e da migração de retorno nos demais estados nordestinos. No conjunto, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará somaram 57,8% e 56,5% de emigrantes, nas duas décadas analisadas, respectivamente, e 59,2% e 55,7% de migrantes que retornaram aos seus estados de nascimento, no mesmo período. Nas décadas de 1970-80 e 1981-91, emigraram 22,54% e 22,56% baianos; 20,09% e 18,62% pernambucanos e 15,16% e 15,32% cearenses, respectivamente. Pernambuco destacou-se entre os demais no volume dos migrantes retornados, com 25,71% e 18,46%, em cada uma das décadas, seguido da Bahia, com 18,54% e 18,91%, e do Ceará, com 14,83% e 18,23%, no mesmo período. (Tabela 2.9 e Gráficos 2.10 e 2.11).

Em termos de volume de emigrantes naturais nas duas décadas analisadas, Pernambuco ocupou o segundo lugar (20,09% em 1970-80 e 18,62% em 1981-91), precedido pela Bahia (22,54% e 22,56%). Já em relação aos migrantes de retorno procedentes das demais UF's do Brasil, Pernambuco obteve o valor mais expressivo na primeira década estudada (25,71%), que decresceu na segunda década (18,46%), quando se equiparou ao estado da Bahia (18,54% e 18,91%).

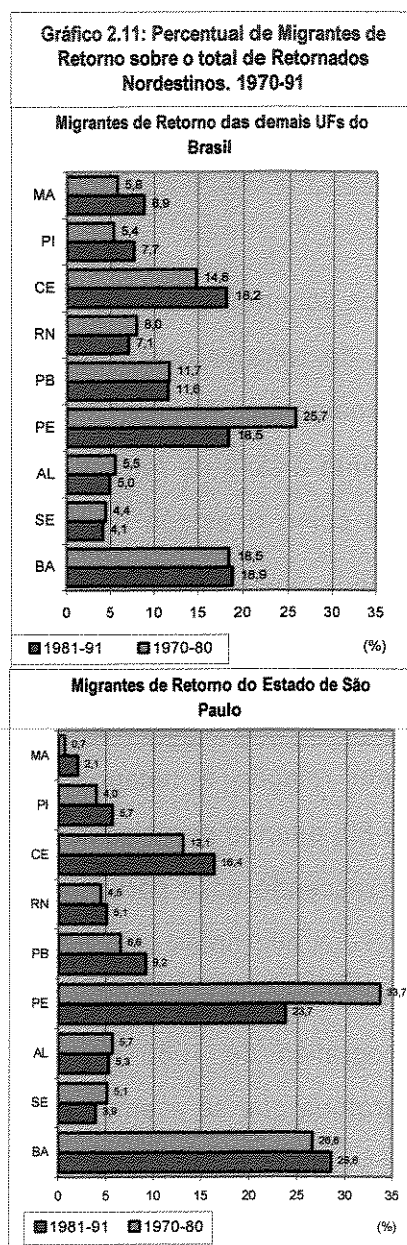
Em todos os demais estados do Nordeste, como se pode observar na Tabela 2.9 e Gráfico 2.10, houve um crescimento expressivo na taxa de retorno de naturais com menos de 10 anos, chegando em alguns casos a duplicar e mesmo a triplicar no decorrer dos períodos estudados. Tal fenômeno, entre outros fatores, pode ser explicado pela dimensão da base populacional sobre a qual foram calculadas as taxas.

Gráfico 2.10: Taxa de Retorno de Naturais com Menos de 10 anos na UF de Destino. 1970-80 e 1981-91



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 2.9)

Dentre os estados da região Nordeste e considerando movimento migratório interestadual do país, Pernambuco mostrou-se aquele cujo migrante de retorno está mais propenso a retornar com menos de 10 anos, mantendo certa estabilidade no padrão migratório de retorno, desde a década de 1970-80. A Bahia e, em seguida, o Ceará, só adquiriram expressão quanto a taxa de retorno com menos de 10 anos de seus naturais, nos anos 80.



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 2.9)

Quanto a taxa de retorno dos migrantes aos estados do nordeste, procedentes das demais UFs da própria região, observa-se que, de 1970-80 para 1981-91, a maioria dos estados nordestinos revelaram um aumento significativo da taxa de retorno com menos de 10 anos. As maiores taxas de retorno de naturais foram registradas pelo estado da Bahia (de 20,06% para 22,69%), seguido dos estados do Rio Grande do Norte (de 19,40% para 34,94%). Já Pernambuco (de 16,77% para 26,00%) colocou-se em posição intermediária. Registrou-se, também, um crescimento mais expressivo, dos anos 70 aos anos 80, do estado do Piauí (de 9,66% para 27,10%), Paraíba (de 12,05% para 25,03%) e Alagoas (de 12,48% para 23,57%). (Tabela 2.9)

Comparando-se o volume de emigrantes naturais que estão fora da região e o volume de migrantes de retorno com a taxa de retorno dos migrantes oriundos das UFs do nordeste que se destinam aos estados da própria região, observou-se que Pernambuco foi o estado que mais perdeu população natural (22,97% e 23,44%, no período em foco) e ao mesmo tempo obteve o maior volume de migrantes de retorno procedentes do próprio Nordeste (26,96% em 1970-80 e 22,20% em 1981-91), destacando-se por sua importância migratória de retorno dentro de sua região. A Tabela 2.9 apresenta os dados que permitem comparações entre outros estados e regiões.

Do mesmo modo que na região Nordeste em referência, a taxa de retorno de naturais com menos de 10 anos, no fluxo de migração de retorno procedente de São Paulo para estados do

Nordeste, chegou a triplicar, no período de 1970-80 para 1981-91, em quase todos os estados, revelando a importância migratória desses fluxos. Nesse contexto, entre os três estados mais expressivos da região, Pernambuco destacou-se com uma taxa de retorno de naturais com menos de 10 anos, já relevante (8,8%) na década de 70, que se elevou para 20,6% na década seguinte. O Ceará seguiu em importância relativa, registrando 7,2% e 23,8%, respectivamente, para as duas décadas, e posteriormente a Bahia, com 5,74% e 19,39%, nos dois períodos subsequentes. (Tabela 2.9 e Gráfico 2.10). A Bahia, apesar de apresentar uma taxa de retorno de naturais das UFs do Nordeste, em proporções elevadas (20,1% e 22,7%), apresentou volume reduzido, seja de emigração para os estados da própria região (6,35% e 9,54%), seja de migração de retorno desses estados (9,28% e 7,55%). (Tabela 2.9)

Comparando-se tais taxas de retorno com menos de 10 anos com os volumes dos emigrantes naturais para o estado de São Paulo e as percentagens de migrantes de retorno deste estado, verificou-se que, dentre os três estados nordestinos mais expressivos - Pernambuco, Bahia e Ceará - o primeiro destaca-se, seja quanto ao contingente de retornados, seja quanto à taxa de retorno com menos de 10 anos de seus emigrantes naturais. A Bahia apresentou-se como o estado de maior volume de emigrantes naturais (32,30%, nos anos 70, e 31,56%, nos anos 80), superando Pernambuco, também, no volume dos migrantes de retorno, no período 1981-91, quando o estado baiano passa de 26,59%, nos anos 70, para 28,56%, nos anos 80.

É importante ressaltar que Pernambuco vem se destacando em relação à recepção de migrantes de retorno procedentes de São Paulo, desde o período de 1970-80, quando participava com 33,7 % do fluxo de retorno de São Paulo para os estados da região, decrescendo essa participação para 23,73%, na década seguinte, embora elevando a sua taxa de retorno dos migrantes com menos de 10 anos de tempo na UF atual. Tal situação evidenciou a sua importância, no quadro de migração de retorno da região, em todo o período analisado. O Censo Demográfico de 1980 já havia demonstrado, claramente para Pernambuco, a inversão da tendência migratória que se acentuou nos anos 80, com o aumento do volume dos retornados nordestinos para os seus estados de origem. (Tabela 2.9 e Gráficos 2.10 e 2.11).

A partir de um panorama dos **fluxos migratórios interestaduais mais expressivos dos retornados** das Unidades da Federação de última procedência de todo o Brasil, destacando **os retornados para o município de origem** e para outros municípios de cada fluxo registrado, nos períodos de 1970-80 e 1981-91, é possível ressaltar a representatividade do estado de Pernambuco

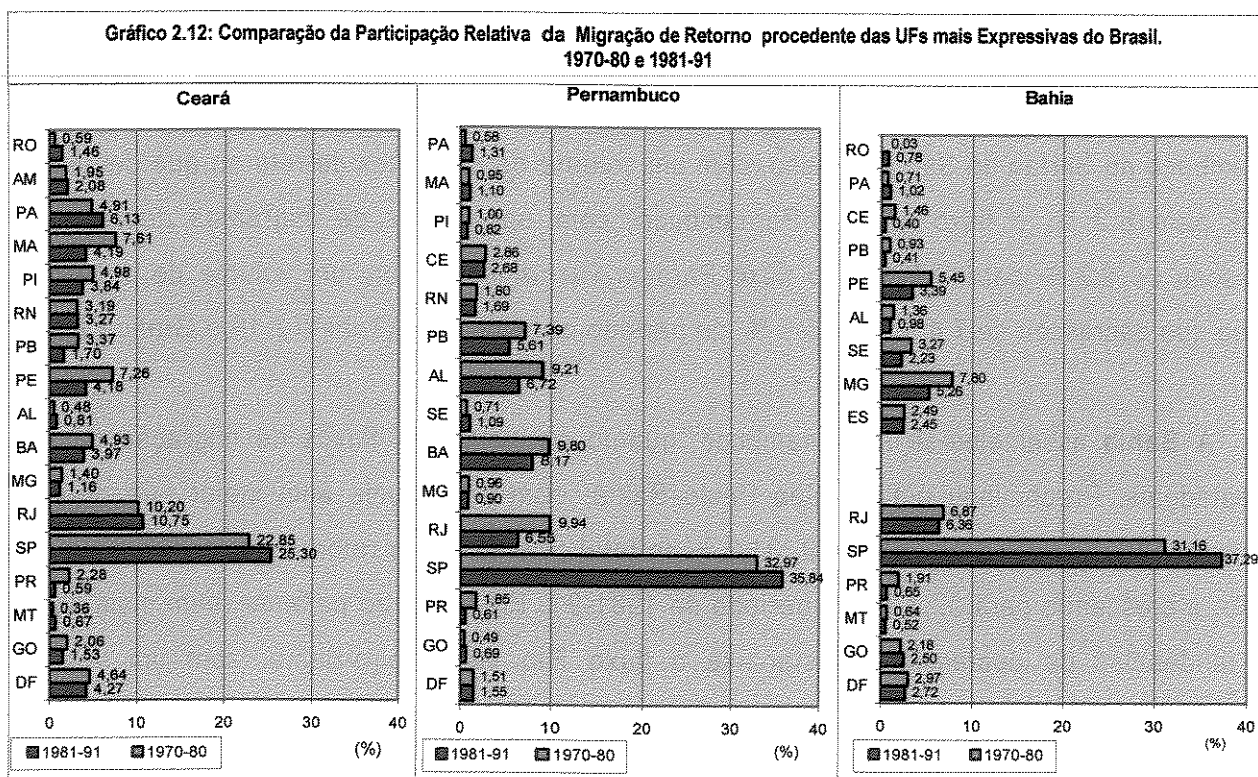
no contexto dos fluxos migratórios interestaduais do país, destacando-se neste contexto o fluxo migratório que este estado nordestino estabelece com o estado de São Paulo. (Tabela 2.10 e Tabela II.10 em anexo)

TABELA 2.10
PERNAMBUCO - FLUXOS MIGRATÓRIOS MAIS EXPRESSIVOS DOS RETORNADOS DAS UFS DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA, 1970-91

ESTADOS DO NORDESTE (Locais de Retorno)	UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA											
	Locais de Procedência	1970 - 80					1981 - 91					
		Retornados Volume	%	% Retornados p/município de:			Retornados Volume	%	% Retornados p/município de:			
			Origem	Outros	Total			Origem	Outros	Total		
PERNAMBUCO	Norte: PA	535	0,58	60,93	39,07	100,00	2282	1,31	53,77	46,23	100,00	
	Nordeste: MA	882	0,95	55,78	44,22	100,00	1907	1,10	54,06	45,94	100,00	
		PI	922	1,00	57,92	42,08	100,00	1420	0,82	59,15	40,85	100,00
		CE	2648	2,86	53,97	46,03	100,00	4671	2,68	61,79	38,21	100,00
		RN	1666	1,80	54,98	45,02	100,00	2935	1,69	53,59	46,41	100,00
		PB	6846	7,39	47,37	52,63	100,00	9760	5,61	55,47	44,53	100,00
		AL	8534	9,21	50,14	49,86	100,00	11698	6,72	56,10	43,90	100,00
		SE	659	0,71	50,99	49,01	100,00	1902	1,09	56,89	43,11	100,00
		BA	9078	9,80	46,42	53,58	100,00	14211	8,17	56,42	43,58	100,00
	Sudeste: MG	889	0,96	57,71	42,29	100,00	1568	0,90	53,83	46,17	100,00	
		RJ	9206	9,94	61,45	38,55	100,00	11389	6,55	61,42	38,58	100,00
		SP	30535	32,97	62,94	37,06	100,00	62367	35,84	66,19	33,81	100,00
	Sul: PR	1717	1,85	74,90	25,10	100,00	1069	0,61	64,27	35,73	100,00	
	Centro-Oeste: GO	452	0,49	67,70	32,30	100,00	1209	0,69	70,39	29,61	100,00	
		DF	1402	1,51	53,64	46,36	100,00	2690	1,55	63,42	36,58	100,00
	Outros		1244	1,43	53,65	46,35	100,00	3865	2,22	58,81	41,19	100,00
	S/etapa anterior em PE		14099	16,54	15,04	84,96	100,00	39066	22,45	12,26	87,74	100,00
	Total		91314	100,00	50,23	49,77	100,00	174009	100,00	50,60	49,40	100,00

FONTE: FIBGE. Tabulações Especiais dos Censos de 1980 e 1991. (Tabela II.6.1 e II.7.1 sem PRORATA e Tabela II.10 do Anexo)

NOTA: Fluxo migratório interestadual de retorno do Brasil



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabela 2.10 e Tabela II.10 em anexo

Apesar do predomínio do fluxo procedente de São Paulo, o Ceará apresentou uma diversidade de fluxos de retorno com certa representatividade, inclusive daqueles originários dos estados da própria região. Um dado importante observado foi a tendência de crescimento dos fluxos oriundos de estados situados em outras regiões, em contraposição ao decréscimo apresentado pelos fluxos procedentes dos estados nordestinos. O fluxo São Paulo–Ceará chegou a ser o dobro daquele que procedeu do Rio de Janeiro, o qual se constituiu como o segundo de maior destaque do Ceará. Outros fluxos, também, representativos procederam de estados mais próximos, alguns dos quais se constituem como pólos da região Nordeste. Entre esses fluxos destaca-se o do Maranhão–Ceará. Os fluxos procedentes de Pernambuco e da Bahia com destino ao Ceará diminuíram entre as duas décadas analisadas. (Tabela II.10 em anexo e Gráfico 2.12).

Os dados referentes a Pernambuco deixam mais clara a definição de dois fluxos de retorno interestaduais mais representativos: o fluxo São Paulo-Pernambuco que tendeu a crescer e se evidencia dentre os demais, congregando mais de três vezes o contingente de retornados ao estado pernambucano com 33,0 % do total dos fluxos com destino a Pernambuco, no período de 1970-80, crescendo para 36,0 %, no período de 1981-91; e o fluxo, Rio de Janeiro–Pernambuco, também situado entre os fluxos oriundos do Sudeste, porém com menor participação relativa que aquele oriundo de São Paulo, que vem decrescendo seu volume de migrantes de retorno, o qual se reduziu de 9,9 % para 6,5 %, no período em questão. Dos fluxos de retorno oriundos de estados vizinhos, situados na própria região Nordeste, destacaram-se: o fluxo procedente da Bahia, que se limita com Pernambuco no Sertão do São Francisco, com um volume de migrantes de retorno que decresceu de 9,8 % para 8,2 %; o fluxo Alagoas-Pernambuco, com um volume de migrantes de retorno que decresceu de 9,2 % para 6,7 %; e o fluxo Paraíba-Pernambuco, com um volume de migrantes de retorno que decresceu de 7,4 % para 5,6 %, no período considerado. (Tabela 2.10 e Gráfico 2.12).

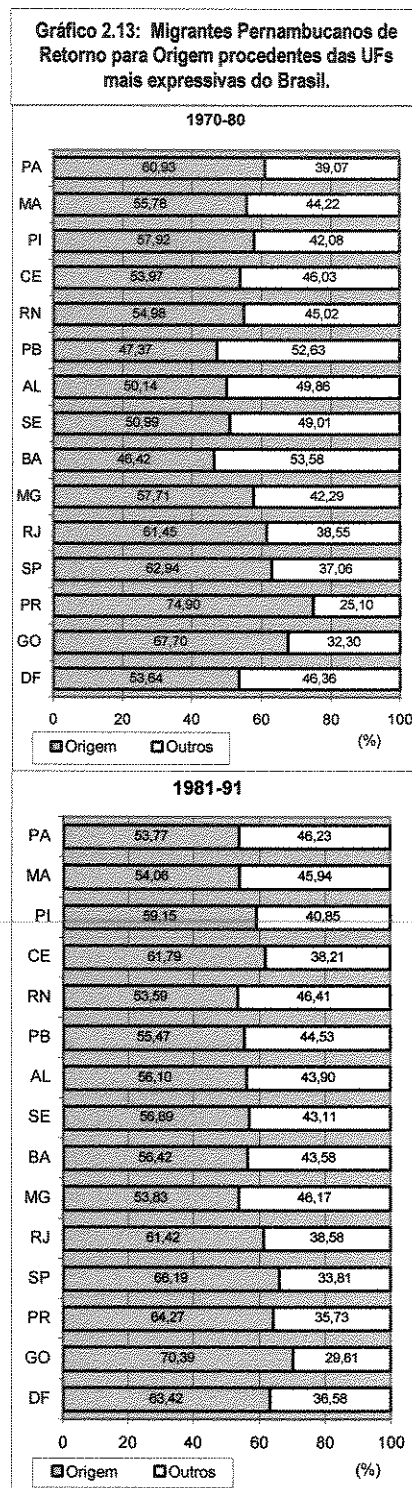
A **Bahia** assemelha-se a Pernambuco, quanto ao perfil dos fluxos de migração de retorno interestaduais. Predominou o fluxo São Paulo–Bahia, com um volume bem maior que os demais, representando, no período de 1970-80, 31,2 % do total dos fluxos de retorno que se dirigiram para o estado, e crescendo para 37,3 %, no período de 1981-91. Em um outro patamar, bem mais abaixo, e com tendências de decréscimo, destaca-se o fluxo Rio de Janeiro-Bahia, com um volume de migrantes de retorno que praticamente se mantém de 6,87% para 6,36%; e os fluxos dos estados vizinhos, Minas Gerais-Bahia, com um volume de migrantes de retorno que decresce de 7,80% para

5,26%; e o fluxo Pernambuco Bahia, que também, diminuiu de 5,5% para 3,4%, nas décadas em análise. (Tabela II.10 em anexo e Gráfico 2.12)

No fluxo de retorno interestadual para os três estados nordestinos de maior porte demográfico da região – Pernambuco, Bahia e Ceará - observou-se um dado importante. Os fluxos de retorno procedentes de São Paulo e do Rio de Janeiro dirigiram-se, em mais de 60 %, para os municípios de origem, à exceção dos retornados para a Bahia, nos anos 70; já os retornados de estados mais próximos, buscaram, também, outros municípios, que passaram a ter, praticamente, participações que variaram em torno de 50 %, à exceção do estado do Ceará, cujos fluxos de retorno de Pernambuco e Bahia, também se dirigiram, em cerca de dois terços, para os municípios de origem. (Tabela 2.10 e Tabela II.10 em anexo)

O Gráfico 2.13 demonstra esta situação para o estado de Pernambuco, objeto deste estudo. A proporção de retornados para o município de origem tem apresentado uma tendência de crescimento entre as duas décadas analisadas. Concentraram acima de 60% dos retornados para os municípios de origem, em ambas as décadas analisadas, os fluxos de retorno dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás. O Ceará e o Distrito Federal, que, nos anos 70, não atingiram esse patamar, aumentaram sua participação nos anos 80. Já no fluxo oriundo do Pará, diminuiu a participação dos retornados para o município de origem na década de 80. Em todos os demais fluxos, que envolvem Minas Gerais e os demais estados nordestinos, os retornados para os municípios de origem variaram entre 47% e 59%.

Os fluxos de maior distância, que se destinaram em maiores proporções para os municípios de origem, podem, indicar uma maior probabilidade de reversibilidade do movimento de retorno, entendendo-se o **município de origem** a partir da noção de **residência**



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 2.10)

base, desenvolvida por DOMENACH & PICOUE (1990). Já o movimento migratório entre estados vizinhos apresentou indícios de que a circularidade pode ser maior que a reversibilidade dos movimentos de retorno. A busca por outros municípios que não sejam o de origem pode expressar fatores de atração existentes em face do dinamismo econômico estabelecido em alguns pólos de desenvolvimento.

Alguns fatores podem contribuir para explicar o comportamento de retorno dos fluxos que se dirigiram para os três estados nordestinos aqui comparados. O recente dinamismo ligado, seja ao Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, seja à produção de frutas para exportação na mesorregião do Sertão de São Francisco, no estado de Pernambuco, seja às atividades turísticas nos três estados nordestinos destacados, ampliaram e diversificaram a estrutura econômica do Nordeste, contribuindo, tanto para a absorção de uma população que potencialmente migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno, oriundos, principalmente, do Sudeste, em especial de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto áreas onde a crise econômica dos anos 80 foi mais acentuada, com crescente desemprego.

Alguns aspectos específicos do desenvolvimento regional apontados por ARAÚJO (2000a:79) podem contribuir para explicar as peculiaridades observadas no comportamento da migração de retorno para os estados da região, especialmente para o Ceará, onde predomina o retorno para os municípios de origem. Segundo a autora

“Diferentemente do restante da região, os empresários do Ceará patrocinaram o processo de industrialização do seu estado. Fortaleceram-se internamente e, fortes, conseguiram derrubar a oligarquia e se tornaram hegemônicos no estado. ... Quer dizer, os empresários urbanos ficaram relativamente mais poderosos e puderam bater na oligarquia com mais força, tomar o poder do estado e manter esse poder ao longo de tanto tempo. Mas o Ceará é exceção. Quando se olha para a Bahia não é assim, quando se olha para Pernambuco não é assim, porque a tendência mais forte foi a outra, foi a de transferir para o Nordeste frações do capital industrial que estavam na região mais industrializada do país.”

Na sua opinião, as economias dos espaços regionais não teriam tido a dinâmica que tiveram se não fossem as políticas regionais explícitas implantadas com a determinação de enfrentar a questão regional brasileira. Os investimentos em empresas estatais, tais como a Vale do Rio Doce, no Maranhão, a Petrobrás, no Rio Grande do Norte, em Sergipe e na Bahia, são exemplos disso e, como tal, podem servir de explicação para a dinâmica dos fluxos de migração de retorno interestaduais do país.

Para uma maior compreensão da dinâmica migratória da região Nordeste, os Mapas 2.3 e 2.4 apresentam, nas décadas de 1970-80 e 1981-91, respectivamente, os fluxos de emigração dos naturais e os fluxos de retorno de maior expressão de cada um dos estados da Região Nordeste.

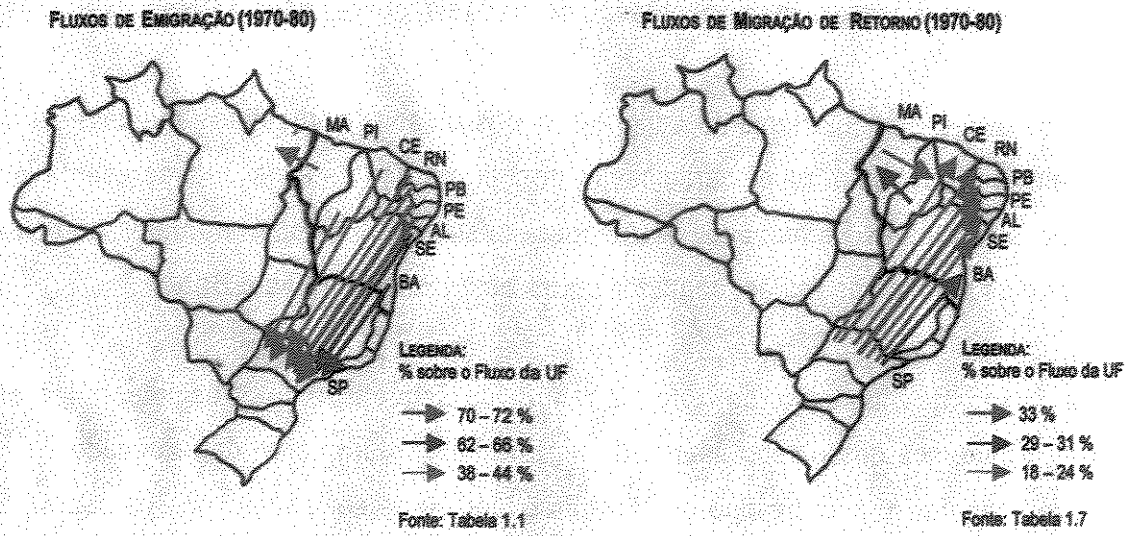
Observa-se que o comportamento emigratório dos estados nordestinos manteve-se nas duas décadas em análise, com uma maior participação dos fluxos dos estados que apresentavam menor contingente de emigrantes. Pernambuco e Alagoas destacaram-se com a maior participação de emigrantes entre os estados da região, seguidos pelos estados de Sergipe e Bahia.

Já os fluxos de migração de retorno, além da tendência de crescimento apresentada, demonstraram a mudança de comportamento de alguns fluxos durante as duas décadas. O fluxo de retorno mais representativo com destino ao Maranhão deixou de ser aquele que procedia do Piauí e passou a ser o que se originava no Pará. Os fluxos procedentes de São Paulo com destino aos estados da Bahia, Ceará e Alagoas, apresentaram um acréscimo maior na sua participação relativa, no volume dos retornados aos estados da região nordestina.

Pernambuco foi o único estado do Nordeste que se inseriu, ao mesmo tempo e nas duas décadas, entre os fluxos de maior contingente de emigrantes e de migrantes de retorno da região. Seu fluxo de maior importância, tanto de emigração, quanto de migração de retorno, foi estabelecido com o estado de São Paulo. A intensidade deste fluxo, nas duas décadas analisadas, provavelmente deu lugar a determinadas redes de solidariedade estabelecidas entre familiares, amigos, conterrâneos, que favoreceram, reforçaram e alimentaram, cada vez mais, o próprio fluxo.

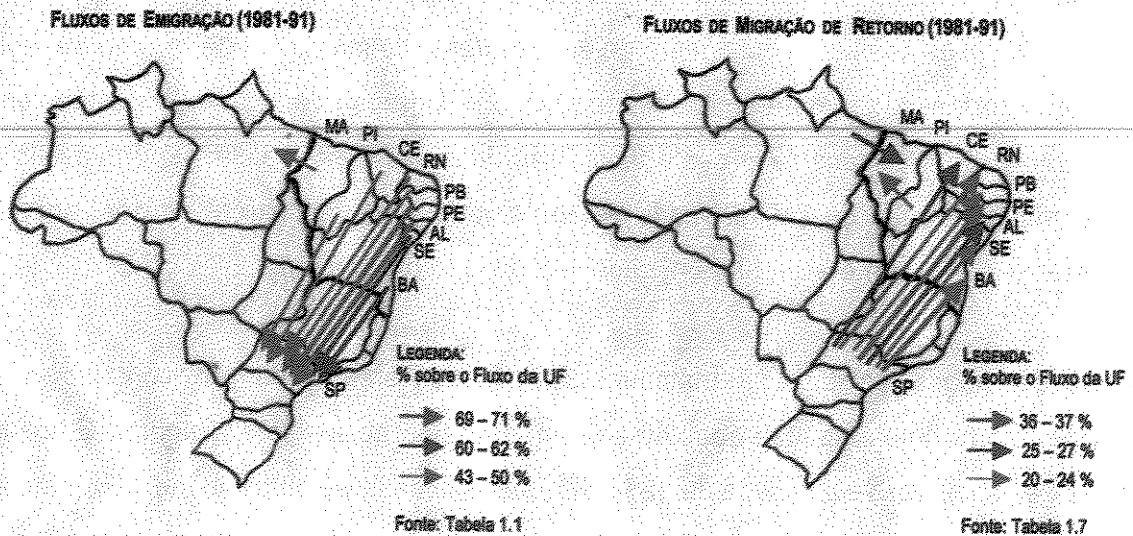
A expressividade do fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco, no contexto dos fluxos migratórios de retorno interestaduais, pautou-se, em especial, no aspecto temporal. Entre todos os fluxos, ele se destacou desde a década de 1970-80, intensificando-se, entre os demais, na década de 1981-91, oferecendo, assim, um quadro de análise privilegiado para uma abordagem do movimento migratório de retorno enquanto processo. O Censo Demográfico de 2000, apresentando um ligeiro arrecimento no fluxo migratório procedente de São Paulo com destino a Pernambuco, destacou o estado da Bahia no cenário nordestino recente, como o maior receptor de retornados do estado paulista.

MAPA 2.3 . Fluxos de Emigração dos Naturais e de Migração de Retorno mais expressivos de cada UF do Nordeste (1970-80)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980. (Tabelas II.4 e II.6.1, em anexo)

MAPA 2.4 . Fluxos de Emigração dos Naturais e de Migração de Retorno mais expressivos de cada UF do Nordeste (1981-1991)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1991. (Tabelas II.5 e II.7.1, em anexo)

As análises apresentadas neste capítulo permitem concluir que no duplo processo de emigração e da migração de retorno, Pernambuco desempenha um papel destacado no contexto da região Nordeste, nas décadas de 70 e 80, reforçado a importância de analisar o movimento de retorno para este estado nesse período.

Capítulo 3

OS ESPAÇOS DE TROCA MIGRATÓRIA
NO FLUXO PE-SP-PE

“O desenvolvimento regional desenvolveu-se numa regionalização marcada historicamente, desde os ciclos econômicos exportadores, passando pelas etapas re-estruturantes da economia nacional, até a configuração atual, onde a diversidade interna e os novos significados das relações de trabalho e organização social demandam novos cortes para entendimento dos processos emergentes.

...

A diversidade de movimentos migratórios contemporâneos indicam já, por hipótese, indícios da nova etapa; as migrações de retorno, bem como migrações no sentido urbano-rural em geral devem ser vistas com detalhe, pois são indícios da inversão do movimento geral anterior.”

Neide PATARRA (1999:14)



O movimento migratório no quadro nacional, cuja expressividade mantém-se, seja, pelo aumento sensível da emigração de naturais, como de não naturais (inclusive os migrantes de retorno) de São Paulo, seja pela importância relativa dos grandes fluxos migratórios para São Paulo, originários do Nordeste, evidencia a importância da elevada mobilidade da população, que se expressa entre regiões, estados e municípios do país, sugerindo diversos espaços de trocas migratórias que importa elucidar.

O Estado de Pernambuco, como a maioria dos demais estados nordestinos, vivenciou, nas últimas décadas, um período de mudanças e inflexões de tendências, em matéria de dinâmica e de localização da população. Tais tendências assumem grande importância pelas repercussões e implicações que significam no plano das realidades sociais.

Embora o âmbito geográfico deste estudo seja o Estado de Pernambuco, é importante ressaltar que a interpretação dos fenômenos analisados não pode ficar restrita às suas fronteiras. O elevado e crescente grau de abertura do Nordeste em relação ao resto do país, em matéria de população, vem confirmando que a Região vem fortalecendo a sua integração à economia brasileira. As transformações observadas na dinâmica demográfica e na localização da população pernambucana expressam, portanto, nos seus matizes, o estilo e as características estruturais subjacentes aos vários componentes – urbanização, desruralização, industrialização, etc. – em que se desdobra o processo histórico mais amplo de formação e evolução da sociedade e da economia do país.

Estruturado em quatro itens, este capítulo inicia-se com uma caracterização geral da dinâmica demográfica do Estado de Pernambuco, procurando demonstrar a representatividade do fluxo migratório selecionado – Pernambuco-São Paulo-Pernambuco – no contexto dos fluxos migratórios do país, que se dirigem para Pernambuco. Em seguida, aprofunda uma análise dos espaços

pernambucanos, exportadores de população para São Paulo e receptores de retornados deste Estado, buscando associar as tendências observadas à dinâmica social de tais espaços de troca e verificando a procedência rural ou urbana do fluxo migratório, captando este movimento através das tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. Aborda o território pernambucano a partir de suas onze Regiões de Desenvolvimento – RDs, que compõem as cinco Mesorregiões em que se subdivide o Estado de Pernambuco – Metropolitana do Recife, Mata, Agreste, Sertão Pernambucano e São Francisco Pernambucano– em busca de indicadores de incentivo e de constrangimento ao movimento migratório.

3.1 A REPRESENTATIVIDADE DO FLUXO PE-SP-PE NO TERRITÓRIO PERNAMBUCANO

O Estado de São Paulo destaca-se como a Unidade Federativa (UF) do país com maior atratividade migratória, inclusive dos pernambucanos. Neste item, procura-se caracterizar a relatividade deste fluxo PE-SP-PE no contexto dos fluxos migratórios que afluem para Pernambuco, oriundo das diversas unidades federativas do país, traçando, inicialmente, um panorama da dinâmica demográfica de Pernambuco e das suas Mesorregiões (MRs) e Regiões de Desenvolvimento (RDs), de modo a contextualizar os espaços de troca migratória que se pretende analisar.

3.1.1 Um Quadro da Dinâmica Demográfica de Pernambuco e de suas Regiões de Desenvolvimento

A população pernambucana que, em 1970, atingiu um volume de 5,2 milhões de habitantes, cresceu nas três décadas seguintes para 6,1 milhões, em 1980, para 7,1 milhões, em 1991 e para 7,9 milhões de pessoas, em 2000, como resultado de um incremento líquido que decresce de 1,8 % a.a., 1,4 % a.a. e 1,2 % a.a., respectivamente, entre essas quatro décadas. (Tabela 2.1). Como já foi demonstrado no capítulo anterior, trata-se de uma taxa de crescimento inferior à média nordestina de igual período (2,2 % a.a., 1,8 % a.a. e 1,1 % a.a.), o que implica uma perda de posição relativa do Estado na Região, em matéria de volume populacional. No Nordeste, a taxa de crescimento da população pernambucana só foi superior à da população paraibana, nos três decênios, à da população piauiense, nos dois últimos decênios e, também, da população baiana no último período censitário. Contudo, Pernambuco ainda é um dos estados mais populosos do Nordeste, abaixo somente da Bahia.

O declínio da taxa de crescimento populacional que se observou no conjunto do estado foi, também, observado na maioria das suas regiões. Apenas a Mesorregião do Agreste Pernambucano apresentou crescimento de população significativo, nos anos 80, quando a sua taxa de crescimento populacional, que havia se mantido estável entre as décadas de 70 e 80 cresceu de 0,80 % ao ano para 1,02% ao ano, entre as décadas de 80 e 90. Apesar desse aumento da taxa de crescimento populacional, essa mesorregião reduz sua participação relativa da população residente no contexto estadual, em face da tendência de concentração populacional na Região Metropolitana do Recife, que se manteve expressiva, como também de uma tendência de crescimento que se esboçou na Mesorregião de São Francisco. (Tabela 3.1 e Gráfico 3.1)

TABELA 3. 1

PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXAS DE CRESCIMENTO E DE URBANIZAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA. 1970-2000

ESTADO, MESORREGIÕES (MR) E RDs	POPULAÇÃO RESIDENTE RECENSEADA (Em %)				TAXA CRESCIMENTO (% ao ano)			TAXA DE URBANIZAÇÃO (em %)				DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab. / Km ²)				ÁREA (Em Km ²)
	1970	1980	1991	2000	70/80	81/91	91/00	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	%
1.MR/RD Metropolitana(1)	35,40	38,85	40,97	42,11	2,71	1,85	1,48	90,85	90,03	94,43	97,02	661	863	1056	1204	2,81
Núcleo Central	28,25	29,57	29,84	29,97	2,22	1,44	1,22	97,37	95,82	96,82	99,14	2815	3507	4106	4577	0,53
Recife	20,55	19,60	18,21	17,92	1,27	0,69	1,02	98,65	98,30	100,00	100,0	4866	5522	5955	6523	0,22
Litoral Norte	2,56	4,02	5,56	6,12	6,46	4,38	0,00	74,07	62,89	91,01	94,36	172	322	515	629	0,78
Faixa Oeste	2,43	2,92	3,15	3,34	3,64	2,07	1,84	73,56	85,77	90,22	94,68	247	353	443	522	0,51
Litoral Sul	2,16	2,34	2,42	2,68	2,55	1,68	2,32	45,03	68,81	78,24	82,34	115	148	177	218	0,99
2.MR Mata PE	18,19	16,86	15,89	15,29	0,98	0,82	0,73	40,80	52,27	62,06	67,98	112	123	135	144	8,53
2.1 RD Mata Norte	8,07	7,49	7,07	6,83	0,99	0,83	0,79	39,78	52,64	63,65	69,66	130	144	158	169	3,24
2.2 RD Mata Sul	10,12	9,37	8,82	8,45	0,97	0,81	0,69	41,26	51,97	60,78	66,63	100	110	121	128	5,29
3.MR Agreste PE	29,83	27,12	25,51	25,18	0,79	0,80	1,02	32,29	41,49	54,18	61,11	63	68	74	81	24,86
3.1 RD Agreste Setentrional	6,55	6,13	5,79	5,86	1,08	0,82	1,31	27,09	35,73	47,91	55,06	95	106	116	131	3,60
3.2 RD Agreste Central	13,74	12,26	11,88	11,80	0,61	1,07	1,09	38,45	50,29	63,60	70,11	70	74	84	92	10,27
3.3 Agreste Meridional	9,54	8,73	7,85	7,51	0,85	0,38	0,67	26,98	33,19	44,54	51,68	45	50	52	55	10,99
4.MR Sertão PE	12,85	12,81	12,36	11,61	1,73	1,03	0,47	30,01	35,15	45,75	53,20	17	21	23	24	38,65
4.1 RD Sertão Pajeú-Moxotó	7,23	7,04	6,67	6,10	1,49	0,86	0,15	33,71	39,02	49,88	58,09	22	26	28	29	17,13
4.2 RD Sertão Central	2,13	2,19	2,14	2,01	2,06	1,15	0,48	29,67	35,06	45,26	52,74	12	15	17	17	9,32
4.3 RD Sertão do Araripe	3,49	3,58	3,54	3,50	2,01	1,27	1,04	22,55	27,59	38,28	44,94	15	18	21	23	12,20
5.MR S.Francisco PE	3,71	4,34	5,25	5,79	3,38	3,13	2,26	38,29	47,03	53,85	61,12	8	11	15	19	24,57
5.1 RD Sertão de Itaparica	1,49	1,61	1,53	1,47	2,54	0,87	0,76	30,75	33,91	42,88	54,83	8	10	11	12	9,73
5.2 RD São Francisco	2,21	2,73	3,72	4,31	3,91	4,27	2,83	43,38	54,79	58,34	63,27	8	11	18	23	14,84
PERNAMBUCO (2)(Nº Rel.)	100,00	100,00	100,00	100,00	1,76	1,36	1,16	56,11	63,35	70,87	76,50	52	62	72	80	100,00
(Nº Abs.)	5161881	6143272	7127855	7910992												98527,0

FONTE: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 e 2000.

CHAMADAS (1): Os municípios da MR/RD Metropolitana estão reunidos em sub-regiões geográficas: Núcleo Central (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes),

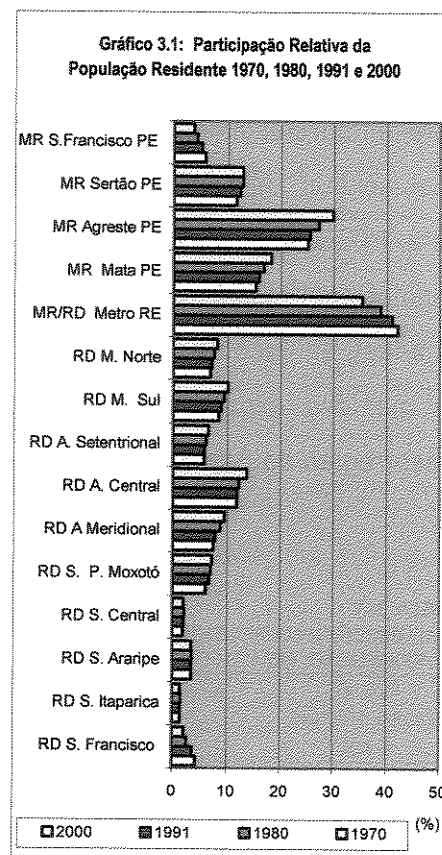
Litoral Norte (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá e Itapissuma), Faixa Oeste (Camaragibe, São Lourenço da Mata e Moreno), e Litoral Sul (Cabo e Ipojuca)

(2) Os dados do Distrito estadual de Fernando de Noronha foram incluídos apenas, no total do Estado de Pernambuco. Desse modo, o somatório dos dados das Mesorregiões não totaliza 100%.

No contexto de um movimento mais geral, o processo de declínio da taxa de crescimento populacional, iniciado no final dos anos sessenta no Brasil, expressou-se, também, em Pernambuco, a partir da década de 70, expressando-se no declínio do crescimento da população, causada,

basicamente, pela acentuada redução nos níveis de fecundidade que se registrou durante o período. Parte deste efeito, contudo, foi anulado pela redução que também ocorreu na mortalidade e na taxa de emigração líquida¹.

Até o ano de 1970, as mulheres pernambucanas tinham, em média, 7,1 filhos por mulher durante o seu período reprodutivo, tendo esta média caído para 24% até o final dos anos 70, chegando a 5,4 filhos por mulher ² (SANTOS, 1989). Entre as explicações para esta queda acentuada da fecundidade, destacam-se, além dos avanços nos métodos anticoncepcionais, a pauperização da população e a conseqüente necessidade de implementação, ao nível familiar, de novas estratégias de sobrevivência que não privilegiam os comportamentos reprodutivos anteriores ³. A redução do número de filhos não se deu, apenas, entre as mulheres de maior poder aquisitivo e maior acesso à informação e aos métodos anticoncepcionais mais efetivos.



Fonte: F.IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. (Tabela 3.1)

A redução da fecundidade em locais onde a carência de recursos naturais, especialmente agravados nos períodos de seca, constitui-se como um fator de expulsão populacional, de certa forma contribuiu para reduzir a pressão demográfica sobre o acesso à terra e aos meios de sobrevivência.

Segundo MOURA (1999), além de atuar sobre o ritmo de crescimento da população pernambucana, a queda da fecundidade afetou a distribuição etária desta população, levando-a a um certo envelhecimento. Para isto contribuiu, também, a queda na taxa de mortalidade que se observou

¹ Para um aprofundamento dos efeitos dos componentes demográficos sobre o crescimento da população ver: SANTOS (1989), MOURA (1999), MOREIRA (1995), MOURA & MOREIRA (2000), SANTOS (1989), CUNHA (1997), TEIXEIRA & LYRA (1994), CAMARANO & BELTRÃO (2000) entre outros

² A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e a Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste (DHS) confirmaram tal declínio da fecundidade, quando apresentaram uma taxa de 4,7 filhos por mulher em 1982, e 3,5 filhos por mulher em 1989. Apesar desse nível de fecundidade apresentar-se mais elevado do que o estimado para o Brasil em 1990, ou seja, de 2,7 filhos por mulher, seu declínio se dá no Estado de Pernambuco de forma mais acentuada que no País, independente da adoção de uma política explícita de controle da natalidade. (TEIXEIRA & LYRA, 1994)

³ Para uma aprofundamento dessa discussão ver MARTINE & CAMARGO (1983)

no período, embora a esperança de vida⁴ da população de Pernambuco, como a do Nordeste, tenha crescido pouco, se comparada ao que se verificou para as demais regiões do país.

Ao analisar a evolução da mortalidade no Brasil, OLIVEIRA (1984) chama a atenção para o fato de que fatores “exógenos” ligados à tecnologia médica, à medicina preventiva e à implantação de serviços de saneamento básico estariam atuando no sentido de reduzir a mortalidade com maior proveito do que os chamados fatores “endógenos”, ligados à melhoria das condições econômicas e sociais. Isto explicaria o porque dos baixos níveis de vida média ainda prevalecentes no estado e na região e, em conseqüência, a menor repercussão da queda da mortalidade sobre o declínio havido no incremento líquido da população estadual.

Os reflexos da queda nas taxas brutas de natalidade e mortalidade, segundo MOURA (1999), foram, em parte, amortecidos pelo arrefecimento relativo verificado na emigração líquida da população pernambucana para fora do Estado. Como já foi evidenciado no segundo capítulo, trata-se de uma ocorrência que também se verificou, tanto ao nível do Nordeste como um todo, como da maioria dos seus outros estados, relacionado com o “fechamento” de áreas de colonização recente no resto do país, bem como com o esvaziamento de oportunidades de localização dos migrantes no resto do país.

O comportamento diferenciado do crescimento populacional nas diversas regiões de Pernambuco expressou-se nas mudanças ocorridas na distribuição espacial da população. Com um território de 98.527 km², Pernambuco apresentou uma densidade demográfica que, nas últimas quatro décadas, passou de 52 hab/km² para 80 hab/km², refletindo o seu crescimento populacional; um crescimento distribuído desigualmente, como reflexo das condições fisiográficas e dos processos econômicos e sociais estabelecidos, em face da diversidade dos espaços do território pernambucano. (Tabela 3.1 e Gráfico 3.1)

Com a diversidade de suas regiões, Pernambuco apresenta grande centralização da economia e da população em algumas áreas, bem como expressa significativa desigualdade nos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida⁵. A **Região Metropolitana do Recife**⁶ – Mesorregião e

⁴ A esperança de vida (ou vida média) corresponde à probabilidade de vida de um recém-nascido, expressa em número de anos. Trata-se de um indicador mais refinado do nível da mortalidade prevalecente. (MOURA, 1982)

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – indicador síntese criado pelo PNUD que combina dados de renda per capita, escolaridade e expectativa de vida – evidencia esta desigualdade social de Pernambuco. De acordo com os dados para 1991, a Região Metropolitana do Recife registra um IDH médio de 0,764, ligeiramente superior à média nacional (0,742), superando de longe todas as mesorregiões do Estado. Fora a Região Metropolitana do Recife, apenas a Mesorregião do São Francisco tem IDH acima de 0,50 (estimada em 0,544), mesmo assim, muito abaixo da RMR. Todas as outras Regiões de Desenvolvimento do

Região de Desenvolvimento Metropolitana do Recife - que abrange quase 3% da área do Estado, concentra 42,11 % da população pernambucana (Tabela 3.1) e mais da metade do PIB do Estado, apresentando os seus melhores indicadores sociais. Esta região conta, ainda, com as maiores potencialidades e condições mais efetivas de crescimento e desenvolvimento pernambucano, como a oferta de infra-estrutura, de centros universitários e o nível de escolaridade mais elevado de Pernambuco. (FIDEM, 1999)

Constituindo espaço privilegiado, tanto por sua localização em relação ao mercado mundial, quanto pela sua centralidade em relação aos principais núcleos do Nordeste - Salvador e Fortaleza - a Região Metropolitana do Recife polariza uma rede de 120 cidades e representa o principal centro terciário moderno do Nordeste, como já foi destacada no capítulo anterior. Polariza fluxos econômicos, com predominância do setor de serviços e funciona como centro distribuidor de mercadorias, concentrando o maior número de indústrias de transformação do estado e tendo, também, como outro pilar da economia metropolitana a agroindústria voltada para o álcool e o açúcar e o cultivo de frutas e hortaliças. Esta condição contribui para o caráter atrativo de população das demais regiões do Estado, bem como de outras UFs do Brasil, especialmente dos estados vizinhos. (FIDEM, 1999)

A Mesorregião da Mata Pernambucana⁷, embora contígua ao território metropolitano e contendo muitas potencialidades, especialmente pelas condições de solo e precipitação pluviométrica e pela oferta de infra-estrutura econômica, convive com grandes problemas e desigualdades sociais, dominada por uma atividade econômica em crise e com sinais de decadência - a monocultura da cana de açúcar - o que contribui para o aumento do desemprego e leva a uma diversificação das atividades, através da avicultura, da produção de hortifrutigranjeiros, além do comércio varejista e da prestação de serviços.

Estado registram um IDH muito baixo, entre 0,30 e 0,50, destacando-se o Agreste Meridional como o de pior desempenho, com índice ligeiramente inferior a 0,40. (Dados gerados pela Fundação João Pinheiro por demanda da FIDEM, atendendo à regionalização realizada pelo Governo de Pernambuco, tendo por base as Regiões de Desenvolvimento que agrupam os municípios de forma diferente do IBGE, que organiza o Estado em 18 microrregiões. Esse dados são elaborados a partir do estudo PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro/IBGE - "Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros" - PNUD - Brasília - 1998). FIDEM, 1999.

⁶ Ver Mapa 2.2 que contem a relação de municípios por Região de Desenvolvimento.

⁷ As informações sobre as diversas regiões que compõem o estado de Pernambuco - mesorregiões e regiões de desenvolvimento - baseiam-se em FIDEM, 1999.

Abrangendo duas Regiões de Desenvolvimento - **RD Mata Norte** e a **RD Mata Sul** – essa mesorregião, com seu clima quente e úmido, ocupa 8,53 % da área do estado e abriga, no ano 2000, 15,29 % da população estadual, apresentando um declínio em sua taxa de crescimento populacional que leva a região a perder posição relativa, no contexto pernambucano, desde o Censo de 1970 (Tabela 3.1). Com as transformações nas relações de trabalho, aliadas às dificuldades por que passa a sua economia de base, que se desenvolve em extensa área de cultivo da cana de açúcar, predomina o emprego sazonal, de grande parte da mão-de-obra local, bem como o desemprego, o que contribui para caracterizar esta região como expulsora de população.

A **Mesorregião do Agreste Pernambucano** ocupa cerca de $\frac{1}{4}$ do território estadual e sua população representa também $\frac{1}{4}$ da população de Pernambuco, sendo a única, entre as mesorregiões de Pernambuco, a apresentar taxa de crescimento crescente, entre as décadas de 80 e 90. Situada na região de semi-árido do Estado, de temperatura média de 25°, reúne três Regiões de Desenvolvimento – **RD Agreste Setentrional**, **RD Agreste Central** e **RD Agreste Meridional**. Tem uma economia caracterizada pela exploração agrícola, pecuária e atividades de comércio e serviços associados aos centros urbanos dinâmicos. A pecuária de corte e de leite tem um grande peso econômico na região, incrementado pela produção artesanal, semi-artesanal e industrial de laticínios que se destaca como a maior do Estado. Nas áreas de brejo, o cultivo de hortifrutigranjeiros também oferece um suporte à economia regional.

O avanço no processo de pecuarização e a conseqüente redução das áreas de lavoura de subsistência têm-se constituído como um fator de expulsão de população nessa mesorregião, especialmente aquela fixada no campo. Por outro lado, a limitação dos setores urbanos em absorver esse contingente de mão-de-obra tem levado, especialmente a partir dos anos 80 a uma diversificação de atividades entre as quais se destacam a produção artesanal e de confecções e as atividades de comércio e serviços associados aos centros dinâmicos da região. Isto, não só tem repercutido de modo significativo na dinâmica populacional, como também tem-se caracterizado como fator atrativo de população, o que de certa forma pode explicar a tendência de crescimento populacional desta região.

A **zona do sertão de Pernambuco**, subdivide-se em duas grandes **Mesorregiões** – **Sertão Pernambucano** e **São Francisco Pernambucano** – e ocupa quase dois terços da área do estado, concentrando, apenas, 11,6% da sua população, conforme o Censo de 2000 (Tabela 3.1). Sua

densidade demográfica, inferior a 25 Hab/km², apesar de se situar bem abaixo das densidades apresentadas pelas demais zonas fisiográficas de Pernambuco, chega a ser considerada elevada para uma área semi-árida. O rigor do clima, com forte tendência à desertificação, associado a um processo de ocupação no qual predominam os grandes latifúndios, com a pecuária extensiva, explica a baixa densidade populacional desta região, bem como contribui para a característica expulsora de população que a tem destacado historicamente no contexto nacional.

O Rio São Francisco, limitando Pernambuco com a Bahia, margeia, ao sul, o sertão pernambucano. Com seu potencial hídrico, que possibilita o uso intensivo da terra nas áreas dos perímetros irrigados, contribui para a configuração de “dois sertões”, onde se desenvolvem duas economias paralelas: a de **sequeiro**, com a agricultura de subsistência e a pecuária de corte; e a da **agricultura irrigada**, desenvolvida às margens do rio São Francisco, com destaque para a fruticultura e horticultura.

A **Mesorregião do Sertão Pernambucano**, localizada no semi-árido quente pernambucano, situa-se integralmente na zona de sequeiro e tem uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a bovinocultura e a caprinocultura, ao lado de lavouras de subsistência e do algodão. Ocupa quase 40% da área do Estado, reunindo três Regiões de Desenvolvimento – **RD Pajeú-Moxotó**, **RD Sertão Central** e **RD Araripe**. Esta região, a do Araripe, onde se encontra uma extensa reserva de gesso, vem atraindo investidores, bem como algumas oportunidades de emprego, mas, ainda, em proporções limitadas.

Já a **Mesorregião do São Francisco Pernambucano**, por suas condições geo-ambientais, especialmente propiciadas pelo Rio São Francisco, apresenta as duas economias que se desenvolvem nas zonas de sequeiro, com a agricultura de subsistência e a pecuária de corte, com destaque para a caprinocultura extensiva; e, nas zonas da agricultura irrigada, desenvolvida às margens do rio São Francisco, com alto nível de dinamismo e forte vinculação às atividades urbanas e mesmo mundiais, através da exportação de fruticultura e hortifrutigranjeiros, encontrando-se em expansão a floricultura. Esta mesorregião reúne duas Regiões de Desenvolvimento – **RD Itaparica** e **RD São Francisco** – ambas margeadas pelo grande rio, onde se situam as localidades que apresentam maior concentração de população. Por outro lado, um problema para a Mesorregião vem sendo a forte tendência à desertificação, devido ao manejo inadequado da irrigação.

As variações nas densidades demográficas, ocorridas no período 1970-2000, permitem a visualização das tendências de adensamento da população (Tabela 3.1). Observa-se que a maior variação deu-se na MR/RD Metropolitana do Recife, que praticamente duplica a quantidade de habitantes por km², indicando uma intensidade da tendência de concentração populacional já existente. Entendendo que tal concentração populacional está fortemente associada à concentração das atividades econômicas, sendo ao mesmo tempo, causa e consequência deste processo, acredita-se que as decisões individuais de localização de novas unidades econômicas não são independentes da estrutura espacial já cristalizada. A industrialização pernambucana teve sua origem em um número bem reduzido de centros urbanos (Recife, Olinda e Paulista), todos próximos entre si, situados no entorno da capital do Estado. Hoje, nos mesmos núcleos e nos seus anéis circundantes concentram-se de forma significativa o emprego e o valor agregado da indústria de transformação⁸.

Outras mesorregiões vêm, também, se destacando no contexto estadual. A Mesorregião do São Francisco Pernambucano, apesar de ser a de menor densidade do Estado, também, cresceu mais do que o dobro do número de habitantes por km², nas últimas quatro décadas, e apresenta as mais altas taxas de crescimento populacional entre as mesorregiões de Pernambuco, sugerindo um processo de concentração de população, para o qual provavelmente vêm contribuindo as oportunidades de trabalho criadas pelos investimentos na agricultura irrigada na faixa de influência do Rio São Francisco. A Mesorregião do Agreste, aumentando quase uma vez e meia o número de habitantes por km², nas décadas em foco, e apresentando uma tendência crescente em sua taxa de crescimento populacional, especialmente na última década, reflete a dinamização dos novos pólos de produção, comércio e serviços, os quais vêm atraindo população para esta região. Ao contrário, a Mesorregião da Mata, com a menor variação de densidade populacional entre as décadas em estudo, associadas a uma das mais baixas taxas de crescimento anual da população pernambucana, reflete a crise da economia da cana de açúcar que predomina na região.

Associado ao processo de concentração populacional, um outro aspecto importante a ser ressaltado é a tendência crescente da taxa de urbanização que se observa, nas quatro últimas décadas, em todas as Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco, acompanhando o crescimento da população urbana de todo o país, a qual, segundo MARTINE (1995), aumentou de 21,8%, no Censo de 1980, para 23,2% no Censo de 1991. Como o próprio MARTINE ressalta, Pernambuco - cuja taxa de

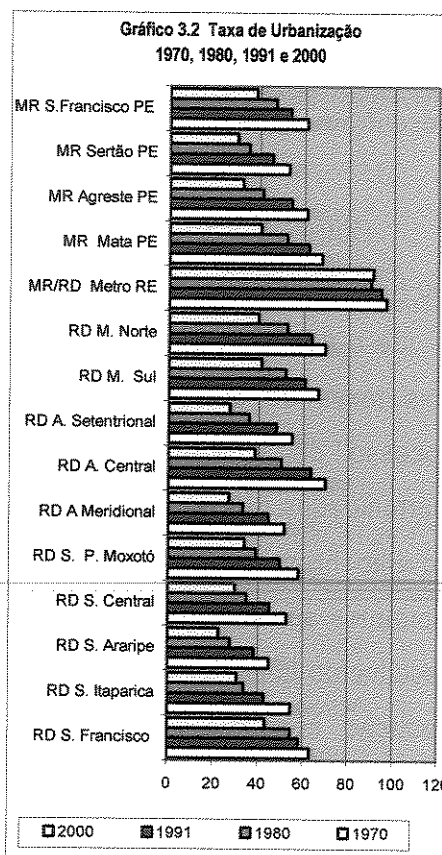
⁸ Em 1978, a Região Metropolitana do Recife concentrava 53% do emprego industrial do Estado de Pernambuco e, em 1975, 71% do produto industrial. (FIDEPE, 1982)

urbanização ultrapassou 70%, nas duas últimas décadas - ao lado do Rio Grande do Norte, é o estado nordestino que mais se assemelha aos padrões nacionais.

A diversidade de condições de desenvolvimento e de níveis de qualidade de vida das mesorregiões de Pernambuco, que repercute na mobilidade da população - seja no espaço interno do estado, de município a município, de área rural para área urbana, seja integrando os fluxos interestaduais - expressa-se nas taxas diferenciadas de urbanização apresentadas por essas regiões. A Região Metropolitana do Recife chega a ser quase urbana, como o é a capital do Estado - o Recife - que não possui mais área rural. A população da Mesorregião da Mata concentra-se em dois terços nas áreas urbanas, enquanto a Mesorregião Agreste e a Mesorregião do São Francisco aproximam-se dessa condição, com uma taxa de urbanização que ultrapassa 60%. Mesmo a Mesorregião do Sertão Pernambucano, cuja aridez e rigor do clima sertanejo faz-se valer em toda região, possui uma taxa de urbanização maior que 50%, equiparando-se à média do estado do Piauí. (Tabela 3.1 e Gráfico 3.2)

A diversificação e o aumento de escala da produção do setor produtivo pernambucano, incluindo o industrial e o artesanal, tem sido acompanhada de uma diversificação espacial e do reforço de centros urbanos de porte intermediário, como Caruaru no Agreste Central, Petrolina, na RD São Francisco, e outras. O desenvolvimento das forças de mercado, contudo, não tem propiciado um processo de desconcentração metropolitana, o que se reflete na preservação e mesmo no agravamento dos desequilíbrios na organização urbano-regional do estado. Por outro lado, a agricultura pernambucana vem passando por importantes mudanças, embora de caráter distinto em cada região, que vem conduzindo a um processo de desruralização, o que contribui para o crescimento da taxa de urbanização em todas as regiões do estado.

Na Mesorregião da Mata, apesar dos sinais de decadência da monocultura da cana de açúcar, tem-se assistido ao processo de "modernização", não só na industrialização do açúcar, mas também na plantação da cana, o que tem alterado as relações de trabalho no campo. O morador transforma-se



Fonte: F. IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. (Tabela 3.1)

em assalariado temporário, com a sua expulsão das roças de subsistência, o que o leva, na maioria das vezes, a deixar o campo para residir na cidade. Além do processo de proletarização, assiste-se, também, a uma monetarização da cesta de consumo do trabalhador e a uma transformação do antigo morador em volante, além de uma evasão do campo. Com o rebaixamento do poder aquisitivo dos trabalhadores e a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da indústria do açúcar, não se formou nessa região um mercado consumidor suficientemente amplo para dinamizar o comércio urbano e as atividades de caráter industrial, levando a que a região expulse população.

Este processo interfere, também, na Mesorregião do Agreste, especialmente no processo de migrações sazonais para a região canavieira de trabalhadores agrestinos de reserva – os corumbas - a serem empregados no período de safra. Esse assalariamento temporário, na região dos engenhos e usinas de açúcar, constituiu-se como um elemento fundamental para a subsistência do campesinato do Agreste, que passou a se concentrar, também, nas próprias cidades da Zona da Mata. (SALES, 1982). Por outro lado, o processo de pecuarização tem induzido a uma progressiva concentração de propriedade pela compra de terra aos pequenos produtores e conseqüentemente a uma redução das áreas destinadas a lavouras de subsistência, tornando a Mesorregião do Agreste uma área de expulsão de força de trabalho do meio rural.

O sertão de Pernambuco, por sua vez, assolado periodicamente pelos efeitos da seca, assiste, com freqüência, o êxodo de sua população, especialmente a rural, em busca de sobrevivência em outros lugares, dentro ou fora do contexto estadual. Em suma, observa-se uma redução paulatina do contingente residente em áreas rurais, ao lado do crescimento relativo da população urbana. As razões para tal mudança são complexas e exigem análises mais aprofundadas⁹. De qualquer forma, pode-se supor que elas estão ligadas, à crise econômica e às mudanças que estão ocorrendo no perfil econômico das regiões do Estado, que repercutem na mobilidade da população, seja pela dificuldade de absorção, seja pelo poder de atração que certas áreas passam a ter, não minimizando, nesse contexto, a repercussão das secas, especialmente, no êxodo da população do campo.

⁹ Para um aprofundamento desta questão ver: ANDRADE (1980), BICALHO & SCOTT (1979); MELO (1980); MELO (1978), entre outros.

3.1.2 A Expressão do Fluxo PE-SP-PE no Contexto dos Fluxos Migratórios do País que Afluem para Pernambuco

O fato de o estado de São Paulo ser o referencial para os emigrantes pernambucanos está ligado à própria história das migrações internas do país, a qual tomou impulso a partir dos anos 50, apresentando um redirecionamento dos fluxos interestaduais, a partir dos anos 70, no qual São Paulo passou a ter maior expressão como receptor de população, especialmente dos migrantes nordestinos, como se verificou no capítulo anterior. A tabela 3.2 apresenta a expressividade do Fluxo PE-SP-PE no contexto das regiões do Estado de Pernambuco.

TABELA 3.2

PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) - IMIGRANTES INTERESTADUAIS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA IMIGRAÇÃO SP-PE SOBRE A IMIGRAÇÃO BR-PE. 1970-91

ESTADO, MESORREGIÕES E RDs	IMIGRANTES INTERESTADUAIS TOTAIS															
	(Fluxo Migratório UFs BR - PE) (1)							(Fluxo Migratório SP - PE) (2)								
	1970-80		1981-91		Dif. % 70-80/ 81-91	%S/Crescimento da População		1970-80		1981-91		Dif. % 70-80/ 81-91	%S/Cresciment o da População		% IMI SP-PE/ IMI BR-PE	
	Volume (%)	Taxa (%a.a.)	Volume (%)	Taxa (%a.a.)		1970-80	1981-91	Volume (%)	Taxa (%a.a.)	Volume (%)	Taxa (%a.a.)		1970-80	1981-91	1970-80	1981-91
1 MR/RD Metropolitana (3)	44,97	0,608	36,31	0,390	-10,83	22,71	21,23	40,58	0,123	28,67	0,100	11,54	4,58	5,43	20,18	25,59
Núcleo Central	37,69	0,654	28,97	0,418	-15,08	29,70	29,14	33,84	0,131	21,18	0,099	0,17	5,96	6,90	20,08	23,69
Recife	27,41	0,685	18,84	0,428	-24,07	54,08	62,33	24,75	0,138	12,36	0,091	-25,15	10,9	13,3	20,19	21,25
Litoral Norte	4,45	0,695	4,48	0,406	11,20	10,93	9,37	3,80	0,133	4,04	0,119	41,30	2,09	2,74	19,08	29,23
Faixa Oeste	1,85	0,348	1,71	0,241	2,09	9,68	11,74	2,25	0,095	2,33	0,107	39,65	2,64	5,19	27,24	44,22
Litoral Sul	0,99	0,221	1,14	0,206	27,68	8,75	12,36	0,70	0,035	1,12	0,065	61,03	1,38	3,91	15,75	31,66
2 MR Mata PE	10,38	0,297	10,04	0,263	6,84	30,44	32,32	9,42	0,060	9,68	0,082	39,16	6,18	10,09	20,29	31,22
2.1 RD Mata Norte	3,89	0,251	4,72	0,278	33,78	25,43	33,71	2,40	0,035	4,18	0,080	64,13	3,50	9,67	13,76	28,68
2.2 RD Mata Sul	6,49	0,334	5,33	0,251	-9,33	34,51	31,18	7,03	0,081	5,50	0,084	20,22	8,36	10,44	24,21	33,47
3 MR Agreste PE	18,20	0,321	23,82	0,388	44,58	40,68	48,84	36,14	0,143	40,69	0,215	44,48	18,07	27,02	44,41	55,32
3.1 RD A. Setentrional	2,90	0,229	4,25	0,306	62,05	21,22	37,27	4,14	0,073	5,62	0,131	53,87	6,78	15,93	31,95	42,75
3.2 RD A. Central	9,27	0,358	11,72	0,416	39,74	59,29	39,02	21,67	0,187	22,31	0,257	39,30	31,01	24,06	52,30	61,67
3.3 RD A. Meridional	6,04	0,332	7,85	0,407	43,64	39,04	106,96	10,34	0,127	12,76	0,214	49,39	14,94	56,32	38,28	52,65
4 MR Sertão PE	15,01	0,587	18,24	0,622	34,24	34,21	60,80	9,11	0,080	16,62	0,183	65,73	4,64	17,94	13,58	29,51
4.1 RD S. Pajeú-Moxotó	8,09	0,568	10,44	0,653	42,80	38,49	75,99	6,19	0,097	11,57	0,234	66,57	6,59	27,28	17,11	35,90
4.2 RD S. Central	2,73	0,634	2,89	0,572	17,11	30,98	49,88	1,19	0,062	2,04	0,131	63,51	3,02	11,39	9,76	22,84
4.2 RD S. Araripe	4,19	0,596	4,91	0,591	29,26	29,84	46,89	1,73	0,055	3,01	0,117	64,01	2,76	9,31	9,23	19,85
5 MR S. Francisco PE	11,43	1,429	11,59	1,041	12,07	42,84	33,61	4,75	0,133	4,34	0,126	31,62	3,98	4,07	9,29	12,12
5.1 RD S. Itaparica	3,46	1,119	2,30	0,629	-26,55	44,49	72,90	1,42	0,103	1,33	0,118	33,26	4,09	13,67	9,19	18,76
5.2 RD S. Francisco	7,97	1,626	9,29	1,250	28,85	42,16	29,65	3,32	0,162	3,01	0,131	30,9	3,93	3,11	9,33	10,48
PERNAMBUCO (NºRel.)	100,0	0,502	100,0	0,429	10,47	28,78	31,69	100,0	0,112	100,0	0,139	37,51	6,44	10,27	22,37	32,40
(NºAbs.)	282468		312051					63181		101105						

FONTE: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

CHAMADAS: (1) Base de dados: Fluxo migratório interestadual total UFs BR-PE: corresponde aos migrantes (naturais e não-naturais), com menos de 10 anos de residência na UF atual e que estavam em Pernambuco na data do Censo.

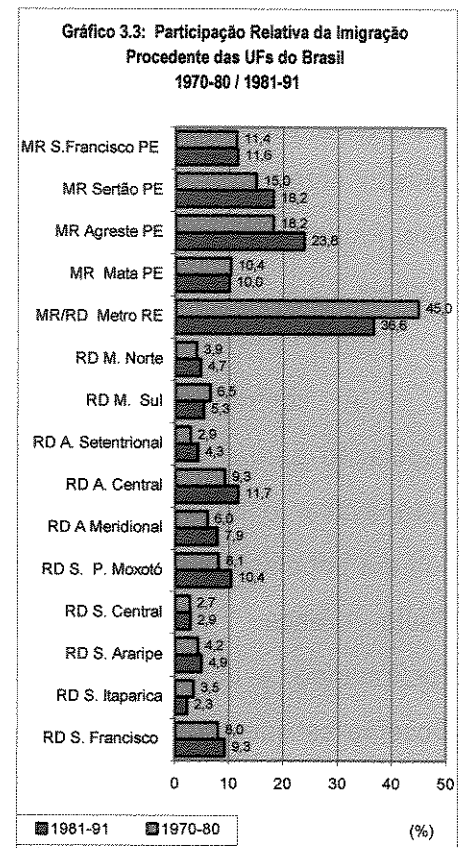
(2) Base de dados: Fluxo migratório interestadual SP-PE: corresponde aos migrantes não-naturais (pessoas com menos de 10 anos de residência na UF atual (PE), segundo UF de residência anterior (SP) e que não nasceram em Pernambuco), somados aos migrantes naturais (migrantes de retorno).

(3) Os municípios da Meso/RD Metropolitana estão reunidos em sub-regiões geográficas: Núcleo Central (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes), Litoral Norte (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Itamaracá), Faixa Oeste (Camaragibe, São Lourenço da Mata e Moreno) e Litoral Sul (Cabo e Ipojuca).

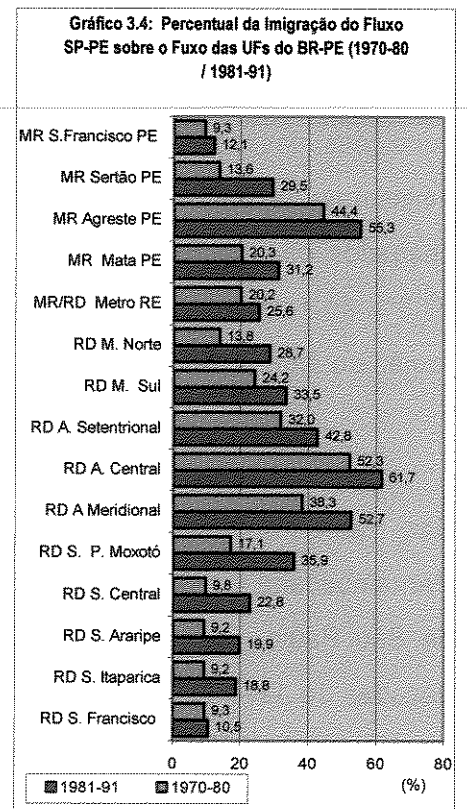
No contexto dos fluxos migratórios oriundos de todos os Estados do Brasil, aquele procedente de São Paulo para Pernambuco ampliou sua participação relativa de 22,4 % para 32,4%, nas décadas de 1970-80 e 1981-91, respectivamente, (Tabela 3.2), demonstrando a crescente importância do fluxo selecionado para este estudo, especialmente quando se verifica que, recortando nesse fluxo o migrante de retorno a Pernambuco, a participação de São Paulo no fluxo interestadual oriundo das UFs do Brasil cresceu, nas décadas em estudo, de 33% a 36%, respectivamente (Tabela II.6.1 e II.7.1 em anexo).

Analisando a distribuição desses imigrantes no território pernambucano, constatou-se o destaque da Região Metropolitana do Recife, como receptora dos fluxos migratórios, seguida da Mesorregião do Agreste e do Sertão Pernambucano. Ao nível das Regiões de Desenvolvimento, a RD Agreste Central e a RD Pajeú-Moxotó, destacaram-se, especialmente na década de 80, crescendo significativamente em posição relativa no contexto estadual. Esta observação é válida, não apenas para o total do fluxo de imigrantes oriundos de todo o Brasil, como, especialmente, para a participação relativa do fluxo daqueles que vêm de São Paulo. (Tabela 3.2 e Gráfico 3.3)

A Mesorregião do Agreste destacou-se, dentre as demais mesorregiões pernambucanas, na proporção de migrantes procedentes de São Paulo sobre os migrantes oriundos de todo o Brasil. Observou-se que, na década de 80, aqueles originários do estado de São Paulo superavam (55,3%) o número de imigrantes que chegaram de outros estados. Na RD do Agreste Central essa proporção chega a quase dois terços, sendo, também, elevada nas demais RDs desta mesorregião, a qual se destaca no contexto pernambucano para uma análise mais aprofundada do



Fonte: F.IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.2)



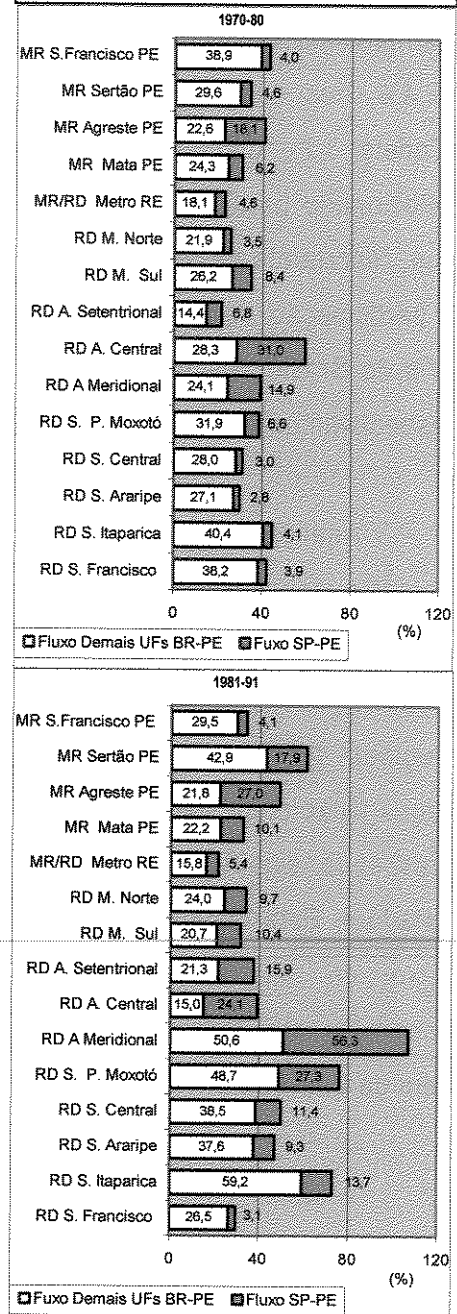
Fonte: F.IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.2)

processo de atração desses imigrantes. As RD's do Sertão, com exceção da RD São Francisco, assumiram, também, certa expressão, chegando a duplicar, na década de 80, em relação à década anterior, a participação do fluxo migratório oriundo de São Paulo, e chamando a atenção para o fluxo de retorno. (Tabela 3.2 e Gráfico 3.4).

A contribuição dos imigrantes no crescimento da população pernambucana constitui em um indicador importante para avaliar o impacto desse contingente populacional que se soma à população. A contribuição dos migrantes que vêm de São Paulo cresceu, proporcionalmente, na maioria das RDs, confirmando a importância desse fluxo no contexto estadual. Observa-se que no Agreste Meridional o incremento migratório, no Censo de 1991, chega a representar mais do que o dobro da população (107%), sendo mais da metade procedente de São Paulo (56,3%). No sertão de Pajeú-Moxotó e de Itaparica, esse incremento representou, na última década analisada, mais do que 70% da população, o que é bastante significativo para as condições dessas regiões, caracterizadas historicamente como emissoras de migrantes. Na RD Pajeú-Moxotó, os migrantes chegados de São Paulo correspondiam, no Censo de 1991, a 27,3% do total de imigrantes, destacando a importância desta região no âmbito deste estudo. (Tabela 3.2 e Gráfico 3.5).

Detendo-se na análise do fluxo migratório – Pernambuco-São Paulo-Pernambuco - constatou-se que a MR do Agreste Pernambucano é a região de maior troca migratória com o Estado de São Paulo. É a região que expulsou mais população – 38,4% e 32,4%, respectivamente, nas décadas de 1970-80 e 1981-91 - (Tabela 3.1), como, também, a região que mais recebeu população na década de 1981-91 (40,7%), superando a MR/RD Metropolitana de Recife que recebia o maior contingente na década de 1970-80 (Tabela 3.2), e que, também, se destacou no contexto

Gráfico 3.5: Percentual da imigração dos fluxos Ufs BR-PE e SP-PE sobre o Crescimento da População.



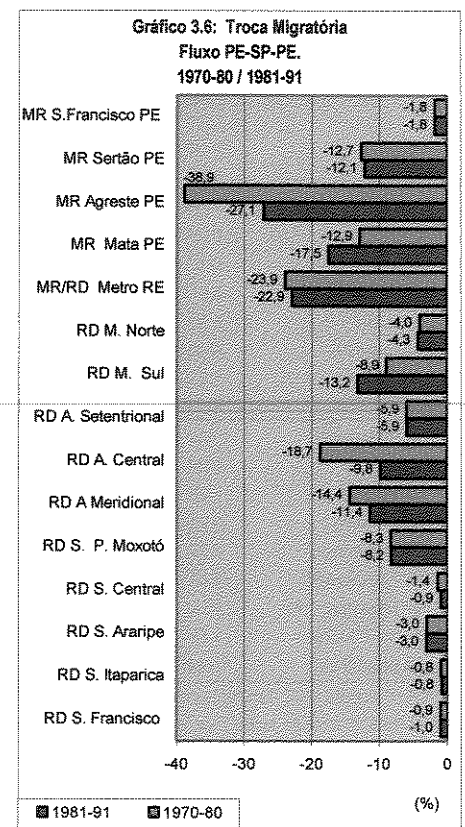
Fonte: F. IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.2)

pernambucano, ao lado da RD do Agreste, nos fluxos migratórios tanto de emigração para São Paulo, quanto de imigração deste Estado. (Tabelas 3.2 e 3.3)

Evidencia-se, ainda mais, a expressividade da emigração da Mesorregião do Agreste no contexto estadual, quando o volume dos seus emigrantes é relacionado ao seu contingente populacional. Verifica-se, então, que as taxas médias anuais de emigração dessa região superaram em quase o dobro as mesmas taxas da MR/RD Metropolitana do Recife. Embora, no período em foco, essas taxas, em ambas as regiões, tenham apresentado um declínio, as taxas da MR do Agreste mantiveram-se superiores às taxas médias anuais do estado de Pernambuco, em ambas as décadas, enquanto as da MR/RD Metropolitana apresentaram-se abaixo da taxa média estadual nos dois decênios. (Tabela 3.3)

Em contraposição à expressividade de sua perda populacional no contexto pernambucano, a Mesorregião do Agreste apresentou um acréscimo no volume de ganho de população, bem como um significativo volume de troca migratória, entre as décadas de 70 e 80. As participações percentuais do volume passaram de $-38,92\%$ para $-27,14\%$, respectivamente, entre as duas décadas em foco, enquanto que os valores encontrados na MR/RD Metropolitana são menores e mantêm-se praticamente estáveis (de $-23,93\%$ passa para $-22,88\%$, respectivamente)¹⁰. (Tabela 3.3/Gráfico 3.6)

No contexto das regiões de Pernambuco, a Mesorregião do São Francisco Pernambucano é a de menor expressão no fluxo PE-SP-PE, tanto no volume de emigrantes, quanto nos de imigrantes. (Tabelas 3.2 e 3.3). Já a Mesorregião do Sertão Pernambucano, que se equipara em volume de emigração à Mesorregião da Mata, apresentou, na última década em foco, um decréscimo na taxa anual de emigração (Tabela 3.3) e um crescimento no volume e taxa anual de



Fonte: F. IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.3)

¹⁰ Como já foi feita a ressalva no capítulo anterior, a troca migratória, por representar o resultado "líquido" das entradas e saídas das pessoas, pode não refletir a real magnitude desses movimentos migratórios em determinada região, uma vez que saldos migratórios iguais, por exemplo, podem ocultar diferenças significativas em termos de volume da mobilidade populacional registrada, distorcendo, portanto, a percepção da verdadeira situação demográfica. (CUNHA, 1994). Por isso a importância da análise paralela do volume e taxa de migração.

imigração no fluxo oriundo de São Paulo (Tabela 3.2), ao contrário da região da Mata que se manteve relativamente estável de uma década para outra.

O sertão pernambucano apresenta uma certa inversão no seu comportamento migratório. Caracterizado, até então, como exportador de população, essa região, na década de 80, perdeu menos e ganhou mais população do que na década anterior, embora a diferença na troca migratória entre as duas décadas seja praticamente estável. Na realidade, a diminuição da taxa média anual de emigração e o aumento da taxa média anual da imigração indicaram tendência de inversão do processo, nas duas décadas. (Tabelas 3.2 e 3.3)

TABELA 3.3

PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) - EMIGRANTES INTERESTADUAIS DO FLUXO MIGRATÓRIO PE - SP, TROCAS MIGRATÓRIAS E ÍNDICES DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA E DE REPOSIÇÃO. 1970-91

ESTADO, MESORREGIÕES E RDs	EMIGRANTES INTERESTADUAIS DO FLUXO PE-SP (E)				Dif.% 70-80/ 81-91	TROCAS MIGRATÓRIAS PE-SP-PE (I-E)				ÍNDICES DO FLUXO PE-SP-PE			
	1970-80		1981-91			1970-80		1981-91		de Eficácia Migratória (I-E) / (I+E)		de Reposição (I/E)	
	Volume (%)	Taxa (%a.a.)	Volume (%)	Taxa (%a.a.)		Nº	(%)	Nº	(%)	1970-80	1981-91	1970-80	1981-91
1 MR/RD Metropolitana (2)	27,28	0,410	25,11	0,227	-30,18	-60.020	-23,93	-36,818	-22,88	0,20	0,07	0,299	0,440
Núcleo Central	23,82	0,459	21,89	0,265	-30,36	-53.397	-21,29	-35.945	-22,34	0,17	-0,02	0,286	0,373
Recife	20,80	0,578	18,80	0,358	-32,53	-49.661	-19,80	-36.777	-22,86	0,09	-0,21	0,239	0,254
Litoral Norte	1,11	0,192	1,09	0,083	-21,65	-1.074	-0,43	1.231	0,77	0,55	0,58	0,691	1,431
Faixa Oeste	1,40	0,294	1,07	0,127	-57,67	-2.987	-1,19	-442	-0,27	0,23	0,37	0,322	0,842
Litoral Sul	0,96	0,237	1,07	0,161	-7,56	-2.562	-1,02	-1.662	-1,03	-0,16	0,02	0,147	0,405
2 MR Mata PE	12,17	0,387	14,46	0,318	-0,84	-32257	-12,86	-28.106	-17,47	-0,13	-0,20	0,156	0,258
2.1 RD M. Norte	3,67	0,263	4,22	0,209	-4,20	-10.008	-3,99	-6.837	-4,25	-0,21	-0,01	0,131	0,382
2.2 RD M. Sul	8,50	0,487	10,24	0,406	0,54	-22.249	-8,87	-21.269	-13,22	-0,09	-0,30	0,166	0,207
3 MR Agreste PE	38,36	0,752	32,36	0,443	-42,05	-97.611	-38,92	-43.662	-27,14	-0,03	0,11	0,190	0,485
3.1 RD A. Setentrional	5,53	0,487	5,79	0,350	-14,56	-14.758	-5,88	-9.497	-5,90	-0,14	-0,02	0,150	0,374
3.2 RD A. Central	19,25	0,827	14,65	0,437	-57,54	-46.766	-18,65	-15.821	-9,83	0,06	0,21	0,226	0,588
3.3 RD A. Meridional	13,57	0,829	11,93	0,519	-36,38	-36.087	-14,39	-18.344	-11,40	-0,14	0,03	0,153	0,413
4 MR Sertão PE	11,94	0,519	13,87	0,397	-3,18	-31.740	-12,66	-19.542	-12,14	-0,13	0,09	0,154	0,462
4.1 RD S.P. Moxotó	7,89	0,616	9,52	0,500	0,71	-20.854	-8,31	-13.243	-8,23	-0,12	0,10	0,158	0,469
4.2 RD S. Central	1,33	0,343	1,35	0,224	-18,11	-3421	-1,36	-1.472	-0,91	-0,06	0,20	0,180	0,583
4.3 RD S. do Araripe	2,73	0,430	3,00	0,304	-8,80	-7.465	-2,98	-4.827	-3,00	-0,22	0,00	0,128	0,386
5 MR S. Francisco PE	2,37	0,329	2,76	0,208	-2,75	-4.435	-1,77	-2.849	-1,77	0,33	0,22	0,403	0,606
5.1 RD S. Itaparica	0,95	0,343	1,01	0,232	-13,18	-2.097	-0,84	-1.300	-0,81	0,20	0,14	0,300	0,509
5.2 RD São Francisco	1,41	0,321	1,75	0,198	3,27	-2.338	-0,93	-1.549	-0,96	0,40	0,26	0,473	0,662
PERNAMBUCO (3)	313981	0,558	262011	0,360	-19,84	-250.800	100	100	-160906	-0,66	-0,44	0,201	0,386

FONTE: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos 1980 e 1991.

CHAMADAS: (1) Base de dados: Fluxo migratório interestadual Total PE-SP-PE: pessoas com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UF de residência anterior (SP).

(2) Os municípios da Meso/RD Metropolitana estão reunidos em sub-regiões geográficas: Núcleo Central (Recife, Olinda Jaboatão dos Guararapes), Litoral Norte (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Itamaracá), Faixa Oeste (Camaragibe, São Lourenço da Mata e Moreno) e Litoral Sul (Cabo e Ipojuca).

(3) Os dados do distrito estadual de Fernando de Noronha foram incluídos apenas, no total do Estado de Pernambuco.

A tendência que se esboça na análise do balanço entre a emigração e a imigração no fluxo PE-SP-PE confirma-se no Índice de Reposição¹¹. Calculado para Pernambuco, quando a razão entre entradas e saídas de migrantes cresceu de 2 para 4 entradas a cada 10 saídas, nas décadas de 1970-

¹¹ Índice de Reposição = Imigração / Emigração. Este indicador sintetiza o número de entradas em relação ao número de saídas de migrantes.

80 e 1981-91, respectivamente, este índice demonstrou a tendência de maior ganho de contingente populacional para o território estadual, na última década em foco. A MR/RD Metropolitana do Recife, que se encontrava acima da média estadual, na década de 70, apresentou uma redução na entrada de população, equiparando-se à média estadual na década de 80. (Tabela 3.3)

O Índice de Reposição da Mesorregião do Agreste Pernambucano, também, confirmou o crescimento da imigração nos fluxos migratórios interestaduais, que se intensificaram nesta região, nas décadas em foco, uma vez que passou de 2:10 para 5:10 o número de entrada/saída de pessoas. No contexto desta mesorregião, a RD do Agreste Central destacou-se, registrando um aumento de 2,3 para 6 imigrantes a cada 10 emigrantes, nas duas décadas em estudo. Próxima à MR do Agreste, em termos de tendência de crescimento do fluxo migratório, a MR do Sertão Pernambucano apresentou, entre as décadas de 70 e 80, um aumento de 1,5 para 4,6 pessoas que imigraram a cada 10 que emigraram. A RD Pajeú-Moxotó, inserida nesta mesorregião, manteve esta mesma tendência.

Destacando-se entre todas as regiões de Pernambuco, a MR de São Francisco apresentou o Índice de Reposição mais elevado, desde a década de 70, quando já recebia 4 pessoas a cada 10 que saíam, aumentando esta reposição, na década seguinte, quando passou a receber população na proporção de 6:10 pessoas que entraram e saíram, respectivamente. A RD São Francisco, onde se localiza o município de Petrolina, um dos pólos regionais do Estado, é, entre todas as RDs de Pernambuco, aquela que apresentou maior nível de reposição, crescendo de 5:10 para 7:10, nas duas décadas, respectivamente. (Tabela 3.3)

O Índice de Eficácia Migratória¹², que se constitui como um indicador do processo migratório dos espaços em estudo, ao nível da atração ou da expulsão de população, como, também, ao nível da circulação (entrada e saída de migrantes), complementa a análise de trocas migratórias do fluxo PE-SP-PE. Para efeito metodológico e visando melhor diferenciar as áreas com situação de atração, ou de evasão de população, daquelas onde existe grande circulação de migrantes (muitas entradas e muitas saídas), analisou-se o Índice de Eficácia Migratória utilizando-se *quartis*¹³ como medidas descritivas.

¹² O Índice de Eficácia Migratória mostra efetivamente o resultado do processo migratório ocorrido em determinada área em termos de absorção e evasão de população, [variando de -1 a +1: (Imigração - Emigração) / (Imigração + Emigração)]

¹³ Para efeito da análise procedida neste capítulo, foram considerados os valores dos índices de eficácia migratórias calculados a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, para as Mesorregiões, as Regiões de Desenvolvimento e para os Municípios do Estado de Pernambuco. Foi definido: Valores abaixo de Q1 = valores abaixo de -0,32; Valores entre Q1 e Q2(

O Estado de Pernambuco manteve-se, nas duas décadas em estudo, abaixo do 1º *quartil*, com índice de eficácia migratória que passou de $-0,66$ para $-0,44$, respectivamente, reduzindo a sua situação de expulsão populacional. No contexto estadual, contudo, observa-se uma mudança significativa quanto ao processo migratório, seja de algumas Mesorregiões, seja de algumas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco. De modo geral, a MR/RD Metropolitana do Recife e a MR São Francisco – inclusive as suas RD's Itaparica e São Francisco – que se caracterizam como as regiões mais atrativas de população, no contexto intra-estadual, reduziram, entre as duas décadas em análise, seu potencial de atração. A MR da Mata intensificou a evasão populacional, especialmente influenciada pela RD Mata Sul, que seguiu tal tendência. Já as demais Mesorregiões – Agreste e Sertão Pernambucano – avançaram na tendência de redução de seu poder de expulsão, especialmente influenciadas pelas RD's do Agreste Central, do Pajeú-Moxotó e do Sertão Central, que ampliaram de forma expressiva os seus contingentes populacionais.

A MR/RD Metropolitana, que se constitui como centro de maior dinamicidade do território estadual, destacando-se como pólo da maior aglomeração da Região Nordeste, que se estende do Rio Grande do Norte a Sergipe, caracteriza-se, historicamente, como receptora de população. Embora apresente uma redução no seu potencial atrativo, permaneceu no 3º *quartil*, passando de $0,20$ para $0,07$, nas décadas de 70 e 80, respectivamente, passando a se situar mais próximo a uma zona de circulação de migrantes com muitas entradas e saídas. O Recife, capital do Estado e núcleo metropolitano, que já se situava nessa zona de circulação, na década de 70, desceu do 3º *quartil* ($-0,09$) para o 2º *quartil* ($-0,21$), na década de 80, caracterizando-se, ainda, como área de circulação, porém, tendendo para uma maior evasão de população. No seu entorno, contudo, o município de Paulista, que se situou acima do 3º *quartil* ($0,61$ e $0,73$), nas duas décadas, bem como Jaboatão dos Guararapes ($0,55$ e $0,57$) e Olinda ($0,45$ e $0,32$), caracterizaram-se pelo seu alto poder de atração populacional, embora Olinda tenha apresentado uma redução de seu potencial atrativo, na última década, apesar de permanecer, ainda, acima do 3º *quartil*.

A MR da Mata aumentou a sua situação de evasão populacional ($-0,13$ a $-0,20$), permanecendo, contudo no 2º *quartil*, nas duas décadas em análise. A RD Mata Sul, que também permaneceu no 2º *quartil* ($-0,09$ a $-0,30$), sendo responsável pelo aprofundamento da tendência de evasão de população da mesorregião, uma vez que saiu de uma zona próxima à circulação de

mediana) = valores maiores que $-0,32$ até $-0,05$; Valores entre Q2 e Q3 = valores maiores que $-0,05$ até $+0,23$; e, Valores acima de Q3 = Valores acima de $+0,23$.

migrantes passando a caracterizar-se como expulsora de população, possivelmente neutralizou, no âmbito da mesorregião onde se insere, a redução de evasão de população ocorrida na RD Mata Norte, que passou do 2º para o 3º *quartil* (-0,21 a -0,01), situando, na última década em foco, mais próxima à zona de circulação de migrantes.

Relatório Técnico da FIDEM (1996) menciona que, apesar do uso de insumos modernos, a indústria sucro-alcooleira, que predomina na mesorregião, ocupando extensa área de cultivo, vem perdendo a sua importância relativa nos últimos 20 anos e a crise no setor pode ser observada pelo número de usinas e destilarias paralisadas ou desativadas, contribuindo para o aumento do desemprego e para a evasão da população. Apesar da diversificação das atividades, através da avicultura, da produção de hortifrutigranjeiros, do comércio varejista e da prestação de serviços, como, também, do incremento do turismo na região, especialmente nas praias do litoral sul – Barra de Serinhaém, Tamandaré, e outras – os dados censitários demonstraram que a tendência de evasão da população permaneceu no território pernambucano, no período analisado, agravando-se, em especial, na RD Mata Sul.

A MR do Agreste Pernambucano, permanecendo no 3º *quartil* (-0,03 a 0,11), situou-se no entorno da zona de circulação de migrantes, mudando, contudo, seu padrão que era caracterizado, até a década de 70, pela tendência à evasão e passou a ser caracterizado pela tendência à absorção de população. Para isso, alguns fatores vêm contribuindo, entre eles, as novas oportunidades de trabalho que vêm surgindo na região, especialmente na década de 80, com o aumento da produção artesanal e com a dinamização do comércio e serviços decorrentes.

A produção de roupas (Sulanca), especialmente nos municípios de *Santa Cruz do Capibaribe* e *Toritama*, (RD Agreste Setentrional); a produção de bordados e rendas em *Passira* (RD Agreste Setentrional) e *Pesqueira* e *Poção* (RD Agreste Central); a produção de peças de barro, produzidas pelos herdeiros do Mestre Vitalino, em *Caruaru* e em seus arredores (RD Agreste Central); a criação e o incremento de feiras-livres, dando evasão à essa produção – a Feira da Sulanca, em Santa Cruz do Capibaribe, em Toritama e no Recife, além da famosa Feira de Caruaru, que se constitui como o centro dinâmico regional de comercialização da produção da região, ampliada com os produtos trazidos da “Feira do Paraguai”- são alguns dos fatores que, ainda associados às atividades turísticas que envolvem vários municípios da região em eventos de época, vêm dinamizando a região e têm contribuído para uma mudança no seu comportamento migratório. (FIDEM, 1996)

Dentre os municípios que se destacaram no Agreste Central, Caruaru evidenciou a tendência da mesorregião, mantendo-se, também, no 2º *quartil*, com Índice de Eficácia Migratória que passou de 0,06 para 0,21; Gravatá passou do 1º para o 4º *quartil*, (-0,55 a 0,24), Pesqueira passou do 2º para o 3º *quartil* (-0,13 a 0,23) e São Caetano permaneceu acima do 3º *quartil* com o IEM mais alto entre os municípios de Pernambuco. No Agreste Setentrional, Santa Cruz do Capibaribe, também, nas duas décadas em análise, situou-se acima do 3º *quartil* (0,50 e 0,87), refletindo o processo de dinamização que vem ocorrendo no município com a produção de sulanca. No Agreste Meridional, Garanhuns manteve-se no 2º *quartil* (-0,20 a -0,05), mas se aproximou da zona de circulação de migrantes, na década de 80.

A MR do Sertão Pernambucano vem, também, mudando seu comportamento migratório, caracterizado, até a década de 70 pela saída de seus contingentes populacionais (IEM de -0,13), passando, na década de 80, a situar-se próximo à zona de circulação de migrantes (IEM de 0,09), influenciada, especialmente, pelas RD Pajeú-Moxotó (IEM de -0,12 a 0,10) e pela RD Sertão Central (IEM -0,06 a 0,20), que se deslocaram do 2º para o 3º *quartil*, durante as duas décadas. A RD do Araripe, que apresentava, na década de 70, um perfil de maior evasão de população (-0,22), passou, na década de 80, a situar-se na zona próxima à circulação de migrantes (0,0).

Constituindo-se como um pólo de extração de gesso, a região do Araripe apresenta indícios dos primeiros impactos dos investimentos econômicos realizados na exploração desta reserva, embora esses investimentos, ainda, sejam limitados. Além disso, ao contrário da MR do Agreste, a Mesorregião do Sertão Pernambucano não apresenta grandes mudanças no seu perfil econômico, permanecendo caracterizada pela pobreza que domina a maioria da população, vitimada pelos períodos de secas severas e vivendo em permanente estado de emergência.

A MR São Francisco, com um perfil de atração populacional, desde a década de 70, quando se situava acima do 3º *quartil* (0,33), apresentou uma redução no seu caráter atrativo, passando para o 2º *quartil* (0,22), como expressão de suas RDs - São Francisco (IEM 0,40 e 0,26) e Itaparica (IEM 0,20 e 0,14) - que apresentaram a mesma tendência. Possivelmente, as atividades de construção da Barragem de Itaparica, do Rio São Francisco, como, também, das duas cidades relocadas - Petrolândia e Itacuruba - na RD Itaparica, tenham contribuído para isso, uma vez que no Censo de 1991, grande parte das atividades já tinha sido concluída, e grande parte das pessoas inseridas neste processo já tinha deixado a região. Mesmo assim, a Mesorregião do São Francisco destacou-se no contexto estadual, nas décadas em análise, pela sua característica de atrair população, apesar de

situar-se na zona de sertão. As atividades de produção de frutas para a exportação na região irrigada do rio São Francisco, concentradas, especialmente, no entorno de Petrolina (RD São Francisco), provavelmente, contribuíram para esse potencial atrativo que, de um modo geral, a região apresentou.

Apesar do destaque apresentado pela Mesorregião do São Francisco, no contexto estadual, em termos de troca migratória e de potencial de reposição e de atração de população, é preciso ressaltar que esta região perde expressividade, quando se considera o reduzido volume dos migrantes que integram o fluxo PE-SP-PE. Na realidade, a maior interação desta região dá-se com o município da Bahia, como se pode constatar na Tabela 3.4, que analisa os fluxos migratórios mais expressivos dos retornados das UFs de última procedência do Brasil para as Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.

A MR São Francisco é a única mesorregião que, nas duas décadas em análise, não apresentou o fluxo de retornados de São Paulo como aquele de maior expressão. O fluxo procedente da Bahia integrou cerca de metade dos retornados para esta mesorregião (56,6%, na década de 70, e 46,2%, na década de 80). A interação com esta UF, através das cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), além das atividades de produção agrícola na região irrigada do entorno do Rio São Francisco e da construção da Barragem de Itaparica, bem como as estradas de acesso a Salvador, contribuem, certamente, para tal situação.

A interação de Pernambuco com seus estados vizinhos se faz sentir através dos deslocamentos da população das regiões de desenvolvimento pernambucanas para as UFs limítrofes. A RD Mata Norte, por exemplo, apresentava o fluxo de retornados da Paraíba (37,3%), como aquele de maior expressão, na década de 70, seguido pelo fluxo dos retornados de São Paulo que superava o da Paraíba, na década seguinte (38,7% –SP e 36,5% - PB). Já a RD Mata Sul teve o fluxo dos retornados de Alagoas como aquele de segunda maior expressão, uma vez que nesta região, bem como nas demais RDs do estado pernambucano, predominou, em ambas as décadas, o fluxo dos procedentes de São Paulo. (Tabela 3.4 e Mapa 3.1)

A Mesorregião da Mata é servida por várias rodovias federais estaduais e municipais, formando um conjunto de grande importância para a circulação de carga e de passageiros, tanto dentro da própria região como também para a capital e a região metropolitana, e, ainda para as principais cidades do arco Atlântico nordestino: João Pessoa, Campina Grande, Natal e Maceió. Isto contribuiu para que a RD Mata Norte tivesse uma intensa troca migratória com o estado da Paraíba, em face da

proximidade da cidade de João Pessoa e Campina Grande e da facilidade de acesso através dessas rodovias. Contudo, com maiores ou menores condições, as regiões de desenvolvimento limitrofes de Pernambuco mantiveram uma interação com as UFs que lhes são vizinhas, repercutindo na troca de população entre essas UFs e regiões pernambucanas, expressa nos dados censitários analisados.

O Mapa 3.1 ilustra o que a Tabela 3.4 apresenta, destacando o fluxo dos retornados de maior expressão das regiões de desenvolvimento pernambucanas e apresentando as UFs vizinhas, com quem essas RDs interagem e trocam população. As RDs Mata Norte, Agreste Setentrional e Pageú-Moxotó são vizinhos da Paraíba, de quem receberam migrantes de retorno em proporções significativas; as RDs Mata Sul e Agreste Meridional limitam-se com Alagoas, cujo fluxo de retornados seguiu em importância o que procedeu de São Paulo; as RDs Sertão Central e Sertão do Araripe são vizinhos do Ceará, donde procedem retornados em proporções, também, expressivas. O fluxo de retornados da Bahia para as RDs da Mesorregião do Sertão Pernambucano não foi tão significativo quanto aquele que se dirigiu para a Mesorregião do São Francisco - RDs São Francisco e Itaparica - que se limita com a Bahia, de quem recebeu o maior fluxo de migrantes retornados. Já a RD do Agreste Central e a MR/RD Metropolitana, que não se situam nos limites entre o território pernambucano com a UF vizinha, apresentou um fluxo de migrantes de retorno procedentes de São Paulo mais significativo do que aqueles apresentados pelas demais RDs do estado.

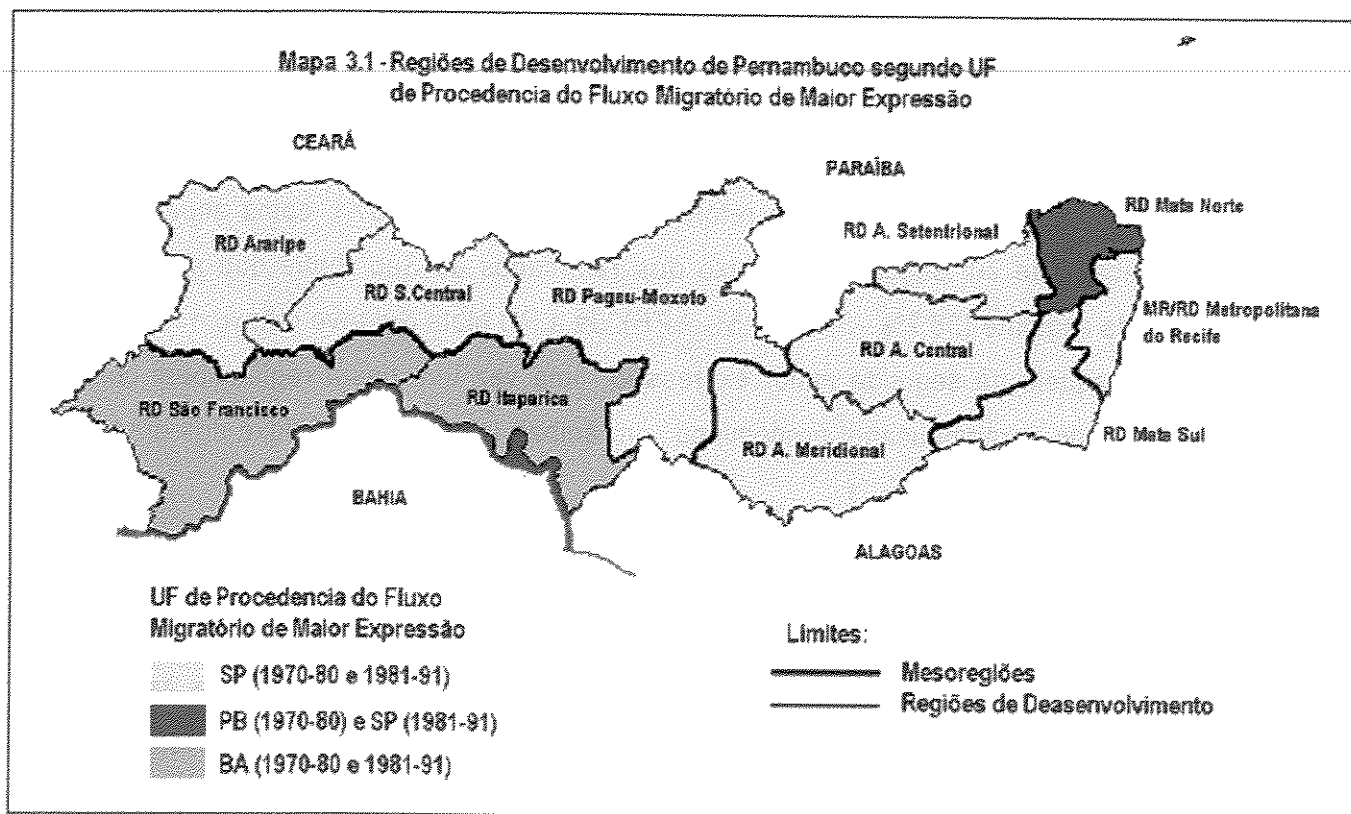


TABELA 3.4

PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – FLUXOS MIGRATÓRIOS MAIS EXPRESSIVOS DOS RETORNADOS DAS UFS DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA DO BRASIL, 1970-91

MIGRANTES DE RETORNO DO FLUXO UF's BR - PE														
(Locais de Retorno)	Locais de Procedência		1970-80		1981-91		Locais de Retorno	Locais de Procedência		1970-80		1981-91		
			Volume	%	Volume	%				Volume	%	Volume	%	
RD Metropolitano	NO	PA	338	1,12	1004	2,37	RD A. Meridional	NE	AL	2154	29,87	3330	22,71	
	NE	CE	980	3,23	1464	3,45		BA	276	3,83	555	3,79		
		RN	1173	3,87	2134	5,03		SE	RJ	356	4,94	253	1,73	
		PB	2912	9,61	2763	6,51		SP	3528	48,93	8798	60,01		
		AL	2234	7,37	2849	6,71		SU	PR	460	6,38	289	1,97	
		SE	363	1,20	917	2,16		Outros	437	6,06	1437	9,80		
		BA	2364	7,80	3911	9,21		TOTAL	7211	100,00	14662	100,00		
	SE	MG	351	1,16	620	1,46		RD S. Pajeú-Moxotó	NE	PB	1062	18,48	2103	13,02
		RJ	6660	21,98	7163	16,88			AL	319	5,55	624	3,86	
		SP	10465	34,54	14966	35,26			BA	1250	21,75	2145	13,28	
		DF	775	2,56	1346	3,17			SE	RJ	222	3,86	686	4,25
Outros		1687	5,57	3305	7,79	SP	1932		33,62	7720	47,80			
TOTAL		30302	100,00	42442	100,00	CO	DF		150	2,61	701	4,34		
RD Mata Norte	NE	MA	70	2,47	241	3,52	Outros			811	14,11	2172	13,45	
		CE	118	4,16	67	0,98	TOTAL		5746	100,00	16151	100,00		
		RN	109	3,84	89	1,30	RD Sertão Central		NE	MA	63	3,99	61	1,54
		PB	1058	37,29	2501	36,51			CE	453	28,69	550	13,91	
		AL	103	3,63	261	3,81			PB	75	4,75	101	2,55	
		BA	44	1,55	110	1,61		BA	195	12,35	1002	25,34		
	SE	RJ	469	16,53	746	10,89		SE	MG	54	3,42	74	1,87	
		SP	760	26,79	2652	38,71		SP	395	25,02	1355	34,27		
	Outros		106	3,74	184	2,69		SU	PR	63	3,99	62	1,57	
	TOTAL		2837	100,00	6851	100,00		CO	MS	13	0,82	126	3,19	
	RD Mata Sul	NO	PA	18	0,32	181		2,29	Outros		168	10,64	508	12,85
RN			154	2,72	109	1,38		TOTAL	1579	100,00	3954	100,00		
		PB	173	3,06	93	1,18		RD Sertão do Araripe	NO	PA	19	0,92	319	5,82
		AL	2168	38,35	2468	31,24	NE		MA	181	8,78	176	3,21	
		BA	216	3,82	366	4,63	PI		237	11,49	293	5,35		
		SE	RJ	283	5,01	465	5,89		CE	374	18,14	1412	25,77	
Outros		SP	2317	40,99	3695	46,78	PB		55	2,67	93	1,70		
			324	5,73	522	6,61	BA		286	13,87	711	12,98		
TOTAL			5653	100,00	7899	100,00	SE		RJ	84	4,07	168	3,07	
RD Agreste Setentrional		NE	CE	60	1,88	48	0,72		SP	543	26,33	1722	31,43	
			PB	557	17,41	796	11,99		SU	PR	144	6,98	26	0,47
		AL	184	5,75	312	4,70	CO		GO	24	1,16	159	2,90	
		BA	167	5,22	307	4,62	Outros		115	5,58	400	7,30		
	SE	MG	82	2,56	34	0,51	TOTAL	2062	100,00	5479	100,00			
		RJ	233	7,28	850	12,80	RD S. de Itaparica	NO	CE	72	3,16	25	1,09	
	SU	SP	1569	49,05	3805	57,30		PB	45	1,97	126	5,50		
		PR	176	5,50	83	1,25		AL	266	11,67	190	8,30		
	Outros		171	5,35	406	6,11		SE	4	0,18	75	3,28		
	TOTAL		3199	100,00	6641	100,00		BA	1335	58,58	960	41,92		
	RD Agreste Central	NE	CE	175	1,38	120		0,53	SE	SP	491	21,54	713	31,14
RN			113	0,89	148	0,65		Outros	66	2,90	201	8,78		
		PB	716	5,66	1013	4,48		TOTAL	2279	100,00	2290	100,00		
		AL	1001	7,91	1512	6,68		RD São Francisco	Nordeste	PI	195	5,32	402	6,79
		BA	871	6,88	1408	6,22			CE	246	6,71	425	7,18	
		SE	RJ	742	5,86	927			4,10	PB	120	3,27	105	1,77
SU		SP	7884	62,30	15582	68,86	BA		2074	56,59	2735	46,21		
		PR	41	0,32	109	0,48	SP		651	17,76	1341	22,66		
CO		DF	134	1,06	179	0,79	Outros		379	10,34	910	15,38		
Outros			978	7,73	1629	7,20	Sub-total		3665	100,00	5918	100,00		
TOTAL			12655	100,00	22627	100,00								

FONTE: F. IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

- NOTAS: (1) Exclusivo os migrantes sem etapa anterior no Estado de Pernambuco, em 1970-80 e 1981-91: RD Metropolitano (6316 em 1970-80 e 16305 em 1981-91), RD M. Norte (380 e 1816), RD M. Sul (1744 e 3092), RD Ag. Setentrional (333 e 1425), RD A. Central (1419 e 5066), RD Ag. Meridional (741 e 2597), RD S. P. Moxotó (741 e 2597), RD S. Central (482 e 630), RD S. Araripe (452 e 1599), RD Sertão de Itaparica (396 e 661) e RD São Francisco (873 e 3348).
- (2) Exclusivo os migrantes nas seguintes categorias: Brasil não especificado, País estrangeiro, Mal definido e Ignorado: RD Metropolitano (497 em 1970-80 e 1159 em 1981-91), RD M. Norte (23 e 30), RD M. Sul (37 e 21), RD Ag. Setentrional (19 e 72), RD Ag. Central (80 e 70), RD Ag. Meridional (53 e zero), RD S. Pajeú-Moxotó (40 e 7), RD S. Central (14 e 8), RD S. Araripe (62 e 32), RD S. Itaparica (5 e zero) e RD São Francisco (13 e 12).

3.2 A ORIGEM RURAL DOS EMIGRANTES NATURAIS E A PROCEDÊNCIA URBANA DOS RETORNADOS PERNAMBUCANOS

Um aspecto importante a ser destacado, no âmbito deste estudo, é a expressividade da emigração dos pernambucanos residentes na área rural do Estado, nas duas décadas, embora tenha se observado uma redução da proporção dos emigrantes nesta condição de moradia, na década de 80. Predominaram, no geral do Estado, os emigrantes procedentes da área rural. A MR/RD Metropolitana do Recife constituiu-se como exceção deste processo, uma vez que manteve um percentual de 80,9% e 87,1% de população residente nas áreas urbanas de seus municípios, nas décadas de 70 e 80, respectivamente. Especialmente na MR do Agreste, os migrantes foram procedentes da zona rural, chegando estes, na década de 70, a representar 58%. Já na década seguinte, a proporção de emigrantes urbanos agrestinos superou a dos emigrantes rurais, embora estes se mantiveram, ainda, bastantes expressivos. (Tabela 3.5 e Gráfico 3.7)

TABELA 3.5
PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) - EMIGRANTES NATURAIS SEGUNDO A ÚLTIMA PROCEDÊNCIA DO QUADRO DOMICILIAR PARA O ESTADO DE SÃO PAULO. 1970-91

ORÍGEN	EMIGRANTES NATURAIS DO FLUXO PE-SP										
	ESTADO, MESORREGIÕES (MR) E RDs	1970 - 80			% Emigrantes Urbanos / Total	1981 - 91			Diferença % 1970-80 / 1981-91		
		Última Procedência				Última Procedência			% Emigrantes Urbanos / Total	Urbana	Rural
		Urbana %	Rural %	Total %		Urbana %	Rural %	Total %			
1. MR/RD Metropolitana	21,61	5,10	26,71	80,90	13,81	2,05	15,86	87,09	-22,13	-48,59	
2. Meso Mata PE	6,15	6,24	12,39	49,62	5,97	3,89	9,86	60,54	19,61	-20,14	
2.1 RD Mata Norte	1,69	2,07	3,76	45,05	1,75	1,13	2,89	60,78	24,56	-29,90	
2.2 RD Mata Sul	4,45	4,18	8,63	51,61	4,22	2,76	6,98	60,43	17,55	-15,31	
3. Meso Agreste PE	16,51	22,77	39,28	42,03	11,32	10,28	21,60	52,42	-13,79	-42,18	
3.1 RD Ag. Setentrional	2,05	3,70	5,75	35,68	1,76	2,18	3,94	44,73	9,24	-24,46	
3.2 RD Ag. Central	9,18	10,66	19,84	46,28	5,53	4,25	9,78	56,58	-29,52	-48,97	
3.3 RD Ag. Meridional	5,27	8,41	13,69	38,52	4,03	3,85	7,88	51,11	-2,24	-41,37	
4. Meso Sertão PE	5,09	6,60	11,69	43,56	4,47	4,58	9,05	49,44	11,15	-11,18	
4.1 RD S. Pajeú - Moxotó	3,52	4,27	7,79	45,17	3,16	3,06	6,22	50,77	12,95	-8,24	
4.2 RD S. Central	0,38	0,90	1,28	30,07	0,37	0,49	0,86	42,66	18,33	-29,26	
4.3 RD S. do Araripe	1,08	1,53	2,62	41,40	0,95	1,02	1,97	48,22	10,94	-14,81	
5. Meso São Francisco	1,01	1,19	2,20	45,76	1,01	0,55	1,55	64,76	22,01	-41,13	
5.1 RD S. de Itaparica	0,38	0,60	0,97	38,66	0,36	0,25	0,61	59,45	18,96	-46,95	
5.2 RD São Francisco	0,63	0,60	1,23	51,38	0,64	0,30	0,95	68,17	23,72	-35,30	
PERNAMBUCO (2) (Nº Rel.)	50,36	41,90	100,0	50,36	59,37	40,63	100,0	59,37			
(Nº Abs.)	145735	121265	289382		220062	150624	370686		33,78	24,21	

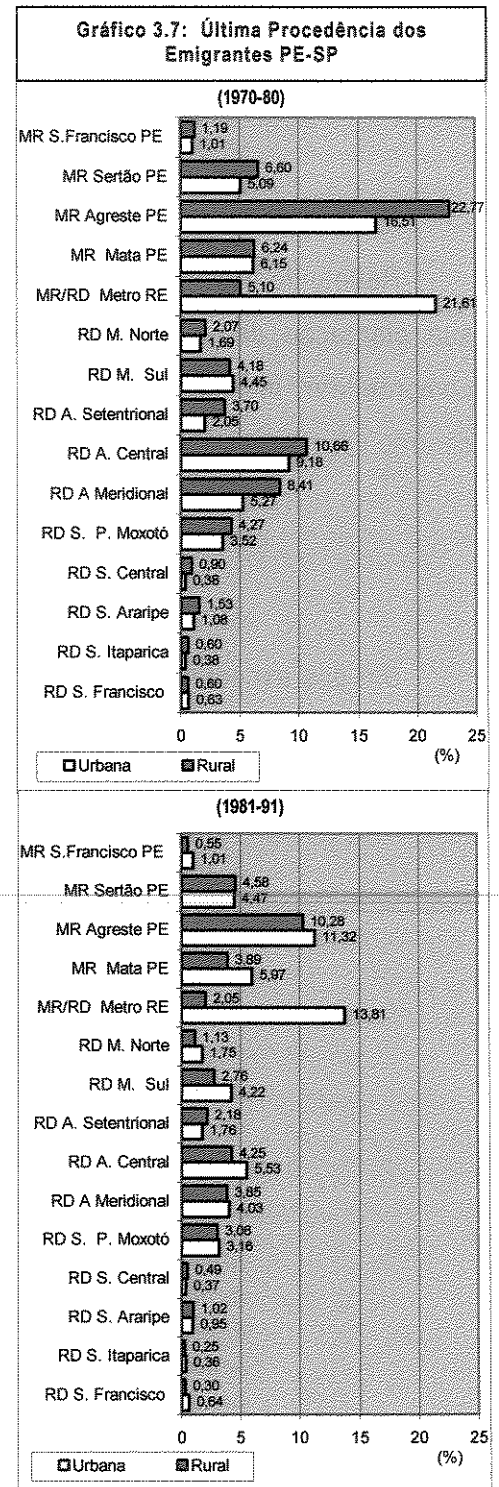
FONTE: F. IBGE - Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

CHAMADAS: (1) Base de dados: Fluxo emigratório interestadual PE - SP: pernambucanos que na data do Censo estavam em São Paulo (UF atual), a menos de 10 anos, e anteriormente estavam em PE.

(2) Os dados do Distrito estadual de Fernando de Noronha e dos que não informaram o município anterior foram incluídos apenas no total do Estado de Pernambuco. Desse modo, o somatório dos dados das Mesorregiões não totalizam 100%.

Pernambuco não foge à regra que vem se observando em nível do País e do Nordeste, bem como dos seus respectivos estados, onde a dinâmica e as transformações da economia rural estão na raiz do intenso processo migratório do campo. O fato de o Censo Demográfico de 1980 haver sido realizado em plena ocorrência da forte seca que assolou o Nordeste e que desarticulou a economia sertaneja, também deve explicar, em parte, a evasão da população radicada nos quadros rurais das regiões que se inserem na zona da seca, como o Agreste e especialmente o Sertão. (MOURA, 1999)

O destaque da MR do Agreste, nesse contexto, é um reflexo das transformações do processo econômico por que vem passando a região. Após os anos 70, com a expansão da pecuária que, também, expropria progressivamente o camponês, o espaço econômico do Agreste se redefine, através da sua parte que se vincula à região canavieira através da força de trabalho. Conforme afirma SALES (1982), já não são mais os camponeses que migram sazonalmente na condição de *corumbas* à Zona da Mata, para aí trabalharem como assalariados temporários durante o período de safra na lavoura canavieira, quando já colheram os produtos do seu roçado. Os que agora se deslocam sistematicamente e por períodos de mais curta duração, são agrestinos que detêm apenas o “*chão da terra*”, insuficiente para manter a família. Sua reprodução é, portanto, assegurada pelo trabalho assalariado, da mesma forma que o trabalhador clandestino da região canavieira. A autora destaca como o avanço da grande lavoura tem sido fundamental para a mudança das relações de trabalho e para a redução das condições de sobrevivência do homem do campo. Como bem afirma um pernambucano do Agreste, em depoimentos trabalhados por SALES (1982:183)¹⁴, a terra não



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.5)

¹⁴ Com o objetivo de retratar situações, de contar parte da história do trabalhador rural, a autora, como ele própria menciona, apropriou-se do discurso dos entrevistados, mas “ não são contudo citações literais, apesar de estarem reproduzidas à maneira de uma situação de entrevista”. SALES (1982:17)

atende ao sustento das famílias e a saída tem sido a migração para São Paulo.

“O que sucede, moça, é que a terra boa que nem essa tem muito poucas aqui nesses Agrestes, as terras de brejo que nem essas são assim resumidas, já não chegam para as famílias que vão crescendo, se reproduzindo, e a terra é uma só, não espicha, só encolhe com as famílias muitas que tem hoje assistindo aqui nesse brejo. A senhora vê, o tanto de gente que hoje está despachada aqui do Norte, metade desse povo daqui hoje já tomou rumo de São Paulo. Os mais moços então, nem se fala, é só São Paulo, a senhora só vê hoje os velhos cansados morrendo no cabo da enxada, quando arranja algum serviço no alugado.”

Refletindo bem o processo de avanço da lavoura sobre as terras onde os moradores mantinham sua plantação de subsistência, o mesmo agrestino continua, em sua explicação, demonstrando compreender, inclusive, a necessidade da grande propriedade produtora para alimentar os grandes centros urbanos:

“Porque terra mais não tem, já está tudo repartido, resumido, muitos hoje já estão reproduzindo bem, é caminhão cheio de tomate, para Recife, para todo canto. Que tem que produzir mesmo, produzir muito, quem pra sustentar aquele mundão de gente na rua? O sustento do mundo vem daqui mesmo, da lavoura.”

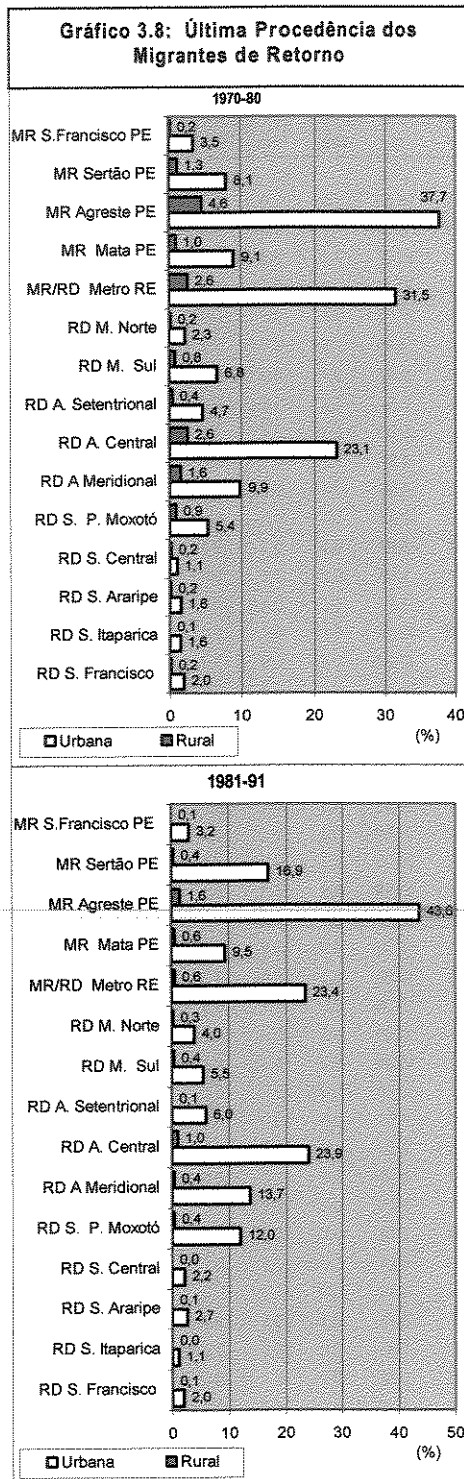
Um dos aspectos mais importantes de seu depoimento é aquele em que ele expressa uma nova concepção de reforma agrária, distinta daquela que implica a divisão social da propriedade, para repartir entre os moradores.

“A senhora veja, negócio de reforma agrária que o compadre Firmino andou falando e divulgando. Sim, bom era, os pobres desses Agrestes, desses Sertões tudo, ter seu pedaço de terra própria, o tanto que desse para o camarada sustentar a família sem precisar de trabalhar no alugado. Tempo haverá? Sei não, eu cá tenho minhas idéias, a senhora não divulgue não que eu não tenho os conhecimentos todos, sou homem da roça nascido e criado no cabo da enxada. Certo que também sou viajado, conheci Feira de Santana onde mora um irmão meu, trabalhei no Rio de Janeiro em construção civil, sou viajado. Mas não tenho os maiores conhecimentos, esses que se aprende em leitura de escola, não vou dizer.

Reforma Agrária desses Agrestes hoje em dia, dona moça, é São Paulo. O pai de família cria os filhos, se pode dar qualquer estudo a algum, dá, e quando vê aquela família assim crescendo, tomando feição de homem e mulher feita e sem ter terra nem ocupação, o jeito é deixar ir para São Paulo. Não é dizer que lá é maravilha, não é, o pobre sofre em qualquer canto do mundo. Mas lá tem o emprego, tem salário. A senhora que ver, vá na caixa do correio lá para o dia 10,15, de cada mês, e vai ver o tanto de gente que está recebendo o seu que já vem pronto e selado de São Paulo.”

Este depoimento demonstra o modo de pensar de um morador da zona rural do Agreste Pernambucano, que pode, quem sabe, ser compartilhado por muitos. Talvez não envolvendo a questão da reforma agrária, mas entendendo São Paulo como solução para a melhoria de suas

condições de vida no campo, inclusive através do dinheiro certo enviado pela família – cônjuge, filhos, etc. – que para lá emigraram.



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.6)

Na década de 80, a MR do Agreste apresentou uma inversão na situação de residência de seus emigrantes, com uma proporção maior dos moradores das cidades, embora a tendência de redução dos migrantes oriundos da zona rural, em relação àqueles sediados nas áreas urbanas tenha se apresentado em todas as mesorregiões pernambucanas. (Tabela 3.5 e Gráfico 3.7). O retorno da capital paulista, que predominou nas duas décadas estudadas, pode ter influenciado tal situação, supondo que os retornados procedentes da área urbana de São Paulo tenham se fixado nas áreas urbanas dos municípios para onde retornaram. E, se esses migrantes integraram um processo de "ir e vir", seria provável um aumento da emigração oriunda das áreas urbanas no contexto de Pernambuco. (Tabela 3.6 / Gráficos 3.8)

A procedência predominantemente urbana dos retornados para Pernambuco (89,9%, na década de 70, e 96,5%, na década de 80) deve-se, em primeiro lugar, ao fato de os emigrantes pernambucanos haverem se dirigido, predominantemente, para áreas urbanas do Estado de São Paulo, especialmente para a capital. Uma vez que o impacto da crise dos anos 80 fez-se sentir, especialmente, no mercado de trabalho urbano, o desemprego e a falta de perspectivas futuras motivaram, certamente, o retorno de muitos dos migrantes que se fixaram em São Paulo, bem como alimentaram o sonho de retornar de muitos outros, como bem expressa um deles, em entrevista a R.RIGAMONTE (1997:52):

"Eu vim moça e achava que por aqui tudo era melhor para trabalhar, educação, saúde, mas agora com a crise de empregos só ando quebrando a cara. Eu queria poder ir embora daqui, estou cansada". (Maria do Socorro, 48 anos, técnica em plástico)

TABELA 3.6
PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) - MIGRANTES DE RETORNO SEGUNDO A ÚLTIMA PROCEDÊNCIA DA SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E A SITUAÇÃO DOMICILIAR DO DOMICÍLIO EM QUE FOI RECENSEADO. 1970-91

Mesorregiões, RDs (Municípios de Origem e Não-origem)	MIGRANTES DE RETORNO DO FLUXO SP - PE (1)																	
	1970 - 80									1981 - 91								
	ÚLTIMA PROC.URBANA				ÚLTIMA PROC.RURAL				TOTAL GERAL =100 (2)	ÚLTIMA PROC.URBANA				ÚLTIMA PROC.RURAL				TOTAL GERAL =100 (2)
	Neste Município Morou									Neste Município Morou								
Só Urb.	Só Rur.	Urb./Rur.	Total %	Só Urb.	Só Rur.	Urb./Rur.	Total %	Só Urb.	Só Rur.	Urb./Rur.	Total %	Só Urb.	Só Rur.	Urb./Rur.	Total %			
Fluxo SP - PE																		
PERNAMBUCO	58,6	17,6	13,7	89,90	5,3	2,8	1,6	9,73	30539	58,9	16,4	12,2	96,52	1,6	1,0	0,7	3,31	62367
Origem	53,6	21,8	18,1	93,47	1,9	2,7	1,4	6,09	19219	50,0	20,8	25,9	96,60	1,3	1,1	0,9	3,26	41279
Não-Origem	67,3	10,4	6,1	83,83	11,1	2,8	2,0	15,89	11320	76,5	7,9	12,0	96,37	2,3	0,8	0,3	3,41	21088
1. MR/RD Metropolitana	29,9	1,0	0,6	31,50	2,4	0,2	0,1	2,64	10469	21,9	1,0	0,4	23,36	0,6	0,0	0,0	0,59	14967
Origem	26,1	0,4	0,6	27,13	1,0	0,1	0,0	1,17	5459	16,0	0,7	0,5	17,17	0,4	0,0	0,0	0,40	7274
Não-Origem	36,4	2,0	0,6	38,92	4,7	0,4	0,1	5,12	5010	33,6	1,7	0,2	35,49	0,9	0,0	0,0	0,95	7693
2. MR Mata PE	5,1	1,7	2,2	9,07	0,5	0,1	0,4	0,99	3077	6,0	1,1	2,3	9,49	0,4	0,2	0,1	0,62	6347
Origem	4,5	1,8	2,8	9,08	0,1	0,1	0,2	0,38	1818	5,8	1,3	2,6	9,64	0,4	0,1	0,1	0,58	4233
Não-Origem	6,2	1,7	1,2	9,05	1,1	0,2	0,7	2,03	1259	6,6	0,8	1,8	9,20	0,3	0,4	0,1	0,70	2114
2.1 RD M. Norte	1,6	0,3	0,4	2,28	0,1	0,0	0,1	0,20	760	2,3	0,6	1,1	3,97	0,2	0,1	0,0	0,26	2652
Origem	1,6	0,4	0,5	2,52	0,0	0,0	0,1	0,17	517	2,3	0,7	1,5	4,56	0,2	0,0	0,0	0,24	1982
Não-Origem	1,5	0,2	0,2	1,86	0,1	0,1	0,1	0,25	243	2,2	0,4	0,3	2,83	0,1	0,2	0,0	0,28	670
2.2 RD M. Sul	3,6	1,4	1,8	6,79	0,4	0,1	0,3	0,80	2317	3,8	0,5	1,2	5,52	0,2	0,1	0,0	0,36	3695
Origem	3,0	1,4	2,2	6,56	0,0	0,1	0,1	0,21	1301	3,5	0,5	1,1	5,09	0,2	0,1	0,0	0,33	2251
Não-Origem	4,6	1,5	1,1	7,19	1,0	0,2	0,6	1,78	1016	4,4	0,5	1,5	6,37	0,2	0,1	0,1	0,42	1444
3. MR Agreste PE	17,3	11,9	8,5	37,74	1,8	1,9	0,9	4,62	12981	21,2	9,5	12,8	43,59	0,5	0,7	0,4	1,55	28185
Origem	16,6	15,4	11,6	43,67	0,5	1,9	1,0	3,41	9090	19,3	12,7	15,9	47,87	0,4	0,9	0,5	1,87	20547
Não-Origem	18,5	5,9	3,3	27,67	4,0	1,9	0,8	6,68	3891	25,1	3,3	6,8	35,22	0,5	0,3	0,1	0,94	7638
3.1 RD A. Setentrional	1,7	1,9	1,1	4,71	0,1	0,2	0,1	0,42	1569	2,8	1,8	1,4	5,97	0,1	0,0	0,0	0,13	3806
Origem	1,9	2,6	1,5	5,97	0,0	0,3	0,0	0,33	1213	2,7	2,4	1,7	6,86	0,1	0,0	0,0	0,15	2895
Não-Origem	1,4	0,8	0,4	2,57	0,4	0,1	0,1	0,57	356	2,9	0,6	0,7	4,23	0,1	0,0	0,0	0,09	911
3.2 RD A. Central	11,5	6,6	5,0	23,13	1,1	1,0	0,6	2,60	7884	12,6	4,0	7,4	23,93	0,3	0,4	0,3	1,01	15582
Origem	10,6	8,6	7,0	26,31	0,3	0,9	0,5	1,77	5420	11,2	5,5	9,3	25,90	0,3	0,5	0,3	1,17	11188
Não-Origem	13,0	3,1	1,7	17,73	2,4	1,0	0,6	4,01	2464	15,3	1,1	3,6	20,09	0,3	0,2	0,1	0,69	4394
3.3 RD A. Meridional	4,2	3,4	2,4	9,90	0,6	0,7	0,3	1,60	3528	5,9	3,7	4,1	13,69	0,1	0,2	0,1	0,42	8797
Origem	4,1	4,2	3,1	11,39	0,2	0,7	0,4	1,32	2457	5,4	4,8	4,9	15,11	0,1	0,3	0,1	0,55	6464
Não-Origem	4,2	2,0	1,1	7,37	1,2	0,8	0,1	2,09	1071	6,9	1,6	2,4	10,90	0,1	0,1	0,0	0,16	2333
4. MR Sertão PE	3,9	2,4	1,8	8,08	0,5	0,5	0,3	1,25	2870	7,9	4,0	4,9	16,87	0,2	0,0	0,2	0,42	10798
Origem	4,1	3,4	2,4	9,84	0,3	0,6	0,2	1,06	2115	7,6	5,4	6,1	19,06	0,0	0,1	0,3	0,39	8038
Não-Origem	3,7	0,7	0,7	5,09	0,9	0,2	0,4	1,58	755	8,5	1,4	2,7	12,60	0,4	0,0	0,1	0,49	2760
4.1 RD S.P.-Moxotó	3,1	1,2	1,1	5,41	0,4	0,3	0,2	0,88	1932	5,9	2,6	3,5	12,00	0,2	0,0	0,2	0,37	7720
Origem	3,1	1,6	1,5	6,22	0,2	0,4	0,1	0,72	1347	5,5	3,5	4,2	13,14	0,0	0,0	0,2	0,30	5557
Não-Origem	3,0	0,5	0,5	4,02	0,7	0,2	0,3	1,15	585	6,6	1,0	2,2	9,77	0,4	0,0	0,1	0,49	2163
4.2 RD S. Central	0,4	0,3	0,4	1,07	0,1	0,1	0,0	0,21	395	1,0	0,7	0,5	2,17	0,0	0,0	0,0	0,00	1355
Origem	0,4	0,5	0,5	1,38	0,0	0,1	0,1	0,22	310	1,0	0,9	0,7	2,56	0,0	0,0	0,0	0,00	1057
Não-Origem	0,3	0,1	0,1	0,55	0,2	0,0	0,0	0,20	85	1,1	0,2	0,1	1,41	0,0	0,0	0,0	0,00	298
4.3 RD S. Araripe	0,5	0,9	0,2	1,60	0,0	0,1	0,1	0,16	543	1,0	0,7	0,9	2,70	0,0	0,0	0,0	0,06	1723
Origem	1,0	2,3	0,6	3,80	0,0	0,2	0,0	0,20	458	2,3	2,0	2,3	6,58	0,0	0,1	0,1	0,18	1424
Não-Origem	0,4	0,1	0,1	0,52	0,1	0,0	0,1	0,23	85	0,8	0,1	0,5	1,42	0,0	0,0	0,0	0,00	299
5. MR Sertão SF	2,3	0,6	0,6	3,51	0,2	0,0	0,0	0,22	1142	1,8	0,7	0,7	3,16	0,1	0,1	0,0	0,13	2053
Origem	2,2	0,8	0,7	3,75	0,0	0,0	0,1	0,07	737	1,3	0,7	0,8	2,83	0,0	0,0	0,0	0,03	1179
Não-Origem	2,6	0,2	0,3	3,10	0,4	0,0	0,0	0,48	405	2,6	0,6	0,6	3,82	0,2	0,1	0,0	0,33	874
5.1 RD S. Itaparica	0,7	0,4	0,4	1,55	0,0	0,0	0,0	0,05	491	0,4	0,4	0,3	1,12	0,0	0,0	0,0	0,02	712
Origem	1,1	0,5	0,5	2,09	0,0	0,0	0,0	0,00	405	0,4	0,6	0,4	1,41	0,0	0,0	0,0	0,03	591
Não-Origem	0,2	0,1	0,3	0,63	0,1	0,0	0,0	0,13	86	0,3	0,2	0,1	0,57	0,0	0,0	0,0	0,00	121
5.2 RD São Francisco	1,6	0,2	0,1	1,96	0,1	0,0	0,0	0,17	651	1,4	0,2	0,4	2,04	0,1	0,0	0,0	0,11	1341
Origem	1,1	0,3	0,2	1,66	0,0	0,0	0,1	0,07	332	0,9	0,1	0,4	1,42	0,0	0,0	0,0	0,00	588
Não-Origem	2,3	0,1	0,1	2,47	0,3	0,0	0,0	0,34	319	2,3	0,5	0,5	3,24	0,2	0,1	0,0	0,33	753

Fonte: F. IBGE - Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

CHAMADAS: (1) Base de dados: Fluxo migratório interestadual de retorno SP-PE, corresponde aos migrantes com menos de 10 anos de residência na UF atual (PE), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo.

(2) Os migrantes de retorno que "não declararam a situação de domicílio" foram incluídos no total geral de cada espaço considerado

3.3 OS ESPAÇOS PERNAMBUCANOS DE MAIOR TROCA MIGRATÓRIA COM O ESTADO DE SÃO PAULO

Predominando no contexto dos fluxos migratórios interestaduais estabelecidos entre Pernambuco e as demais Unidades Federativas do Brasil, o fluxo PE-SP-PE não repercutiu de modo uniforme no território de ambos os estados, no período em análise. Devido aos processos econômico-sociais instalados, algumas regiões destacaram-se, seja como expulsoras de população, seja como receptoras de migrantes.

Analisando o movimento migratório no seu "ir e vir", três aspectos serão abordados neste item. O primeiro analisa os espaços de troca entre Pernambuco e São Paulo, no movimento de emigração de Pernambuco, enquanto o segundo analisa o movimento de imigração procedente de São Paulo; e o terceiro enfoca a situação do domicílio dos migrantes pernambucanos, de modo a verificar a procedência urbana ou rural no momento da emigração para São Paulo e de seu retorno para Pernambuco.

3.3.1 O Destino da Maioria dos Emigrantes Pernambucanos

Os emigrantes que se dirigiram para São Paulo originaram, em maior número, da MR do Agreste Pernambucano (39,3% e 33,0%, nas décadas de 70 e 80, respectivamente) e, em proporções um pouco menores, da MR/RD Metropolitana do Recife (26,7% e 24,3%, nas décadas em foco). (Tabela 3.7 e Gráfico 3.9). Observa-se, por outro lado, que mais da metade da população que emigrou de Pernambuco, no período em análise, teve como destino a cidade de São Paulo. De modo geral, essa proporção, na década de 70, chegou a quase 70%, para os migrantes procedentes da MR/RD Metropolitana do Recife, da MR do Agreste e da MR do Sertão Pernambucano. Por outro lado, representaram dois terços dos emigrantes da MR da Mata e chegou próximo a 50% dos que saíram da MR São Francisco Pernambucano. (Tabela 3.7)

A metrópole atrai o migrante nordestino e, entre esses, o pernambucano, em face das possibilidades de ascensão e melhoria na qualidade de vida que o seu mercado de trabalho pode oferecer. O depoimento de alguns migrantes pernambucanos, colhidos em entrevista por RIGAMONTE (1997:52), reafirmam isto.

“Vim para me estruturar financeiramente.” (Lucilene, 24 anos, recepcionista)

“Vim para ter uma vida mais confortável” (João Eudes, 21 anos, empilhador)

“Eu vim para São Paulo por que todo mundo vem. Eu queria conhecer, aqui, o coração do Brasil e daqui eu não saí. Acho bom para tudo, vou visitar minha cidade mas só vou de férias. Eu já sou paulistano, meu lugar é aqui e eu não volto mais. Mesmo que eu morrer minha alma vai ficar por aqui.” (Oswaldo, 34 anos, manobrista).

Segundo RIGAMONTE (1997), o mercado de trabalho paulistano passa por uma reestruturação de suas bases, concentrando um maior número de vagas no setor terciário, na área de prestação de serviços, onde se insere grande parte do migrante nordestino que exerce funções de vigias, seguranças, zeladores, guarda-noturnos¹⁵, e muitos outros, além das atividades domésticas na qual grande parte das mulheres nordestina insere-se no mercado, embora haja, também, um bom número de pessoas empregadas no setor da produção da economia.

A capital paulista, contudo, passou a receber, proporcionalmente, na década de 80, um menor número de emigrantes pernambucanos, em relação à década anterior, os quais se dirigiram para outros municípios do entorno da capital, integrantes da Região Metropolitana de São Paulo. Entre esses municípios, destacam-se aqueles considerados por CUNHA (1994)¹⁶ como *Industriais/Dormitórios* – onde se situam Guarulhos, Osasco e São Bernardo do Campo - e *Dormitórios I* - onde se situam os municípios de Embu, Carapicuíba, Taboão da Serra e outros, que são áreas próximas à capital e com características típicas de cidade dormitório.

¹⁵ Uma reportagem da Revista VEJA, de meado dos anos 90, aponta a existência de um “exército informal” na cidade de São Paulo, composto por mais de 40 mil trabalhadores, que prestam serviço como guardas-noturnos, sendo a quase totalidade deste contingente composta por migrantes nordestinos. Além disto, afirma que há quase 60 mil trabalhadores que prestam serviço nos postos de vigias e porteiros de condomínio, a maioria com a mesma procedência. [A turma do Apito e do Sereno in *Veja*. ano 29, n.º 46, 10.nov.1996, apud RIGAMONTE,R (1997:51)]

¹⁶ Para análise dos espaços de troca migratória entre Pernambuco e São Paulo, no âmbito do território paulista, adotou-se, neste trabalho, a classificação de CUNHA (1994: 1.18, em anexo), que reúne os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, além da capital São Paulo, em 5 grupos: *Industriais* – Santo André e São Caetano do Sul – *Industriais/Dormitórios* – Guarulhos, Osasco e São Bernardo do Campo – *Dormitórios I* – Barueri, Carapicuíba, Diadema, Embú, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itapeverica da Serra, Vargem Grande Paulista, Itaquaquecetuba, Mauá, Mogi das Cruzes, Suzano, Taboão da Serra – *Dormitório II* – Caieiras, Cajamar, Cotia, Franco da Rocha, Itapeví, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra – e *Agrícolas* – Embu-Guaçu, Jandira, Mariporã, Guararema, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba. Baseado no Censo de 1980, CUNHA não considera a Região de Santos, incorporada a RM de São Paulo a partir do Censo de 1991.

TABELA 3.7

PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – EMIGRANTES NATURAIS DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA (ORIGEM), PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, REGIÃO DE SANTOS E OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DESTINO), SEGUNDO TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS, 1970-91

ORIGEM	DESTINO															
	Estado, MR's e RDs	Municípios da RM de São Paulo (1)										Total	Total	TOTAL GERAL (A)+(B)	OUTROS MUNICÍPIOS	ESTADO DE SÃO PAULO
		São Paulo	Industriais			Industriais/Dormitórios				Dormitório I Total	Dormitório II Total					
		Santo André	São Caetano Sul	Total	Guarulhos	Osasco	São Bernardo Campo	Total				RM-SP (A)	R.Santos(B)			
Fluxo PE-SP																
PERNAMBUCO																
1970-80	170622	7318	2865	10183	13538	8158	6829	28525	18686	2825	1138	232101	12756	244857	44525	289382
	58,96	2,53	0,99	3,52	4,68	2,82	2,36	9,86	6,46	0,98	0,39	80,21	4,41	84,61	15,39	100,0
1981-91	128246	7214	1128	8342	18420	6683	6503	31606	28125	5721	2002	204042	11887	215929	26366	242295
	52,93	2,98	0,47	3,44	7,60	2,76	2,68	13,04	11,61	2,36	0,83	84,21	4,91	89,12	10,88	100,0
I. Mesorregião/RD Metropolitana																
1970-80	18,12	0,70	0,15	0,85	1,19	0,97	0,55	2,71	1,71	0,25	0,12	23,76	1,43	25,20	1,52	26,7
1981-91	13,86	0,66	0,04	0,70	1,76	0,91	0,65	3,32	2,33	0,53	0,12	20,87	1,17	22,04	2,23	24,3
2. Mesorregião Mata Pernambucana																
1970-80	7,09	0,24	0,07	0,32	0,74	0,44	0,24	1,42	0,90	0,14	0,09	9,95	0,77	10,71	1,68	12,4
1981-91	6,98	0,29	0,02	0,31	1,09	0,40	0,38	1,87	2,26	0,36	0,25	12,03	0,85	12,89	2,20	15,1
2.1 RD Mata Norte																
1970-80	2,79	0,05	0,00	0,05	0,12	0,10	0,03	0,25	0,24	0,03	0,02	3,39	0,18	3,57	0,19	3,8
1981-91	2,69	0,06	0,00	0,06	0,20	0,05	0,12	0,37	0,59	0,10	0,08	3,89	0,20	4,09	0,33	4,4
2.2 RD Mata Sul																
1970-80	4,30	0,19	0,07	0,26	0,62	0,34	0,22	1,18	0,65	0,10	0,07	6,56	0,58	7,14	1,48	8,6
1981-91	4,29	0,24	0,02	0,26	0,89	0,35	0,26	1,50	1,67	0,26	0,22	8,19	0,65	8,84	1,83	10,7
3. Mesorregião Agreste Pernambucano																
1970-80	25,22	1,15	0,67	1,81	2,11	1,03	1,08	4,22	2,86	0,43	0,13	34,67	1,63	36,31	2,97	39,3
1981-91	18,78	1,24	0,21	1,45	2,25	0,76	0,69	3,70	3,40	0,70	0,26	28,29	1,56	29,85	3,28	33,0
3.1 Agreste Setentrional																
1970-80	4,07	0,13	0,05	0,17	0,13	0,10	0,07	0,30	0,31	0,03	0,03	4,91	0,56	5,47	0,28	5,7
1981-91	3,95	0,24	0,02	0,25	0,20	0,09	0,11	0,41	0,35	0,09	0,07	5,12	0,64	5,76	0,27	6,0
3.2 Agreste Central																
1970-80	12,20	0,73	0,48	1,21	1,34	0,43	0,69	2,46	1,43	0,11	0,04	17,46	0,72	18,18	1,67	19,8
1981-91	8,29	0,60	0,13	0,73	1,36	0,26	0,35	1,97	1,68	0,26	0,09	13,02	0,49	13,51	1,46	15,0
3.3 Agreste Meridional																
1970-80	8,94	0,29	0,14	0,43	0,64	0,50	0,32	1,46	1,12	0,29	0,06	12,31	0,35	12,66	1,02	13,7
1981-91	6,54	0,41	0,06	0,47	0,68	0,41	0,23	1,32	1,36	0,35	0,10	10,15	0,43	10,57	1,48	12,1
4. Mesorregião Sertão Pernambucano																
1970-80	7,26	0,40	0,09	0,49	0,59	0,34	0,38	1,31	0,86	0,13	0,03	10,08	0,50	10,58	1,11	11,7
1981-91	6,55	0,36	0,10	0,46	1,24	0,32	0,47	2,03	1,59	0,30	0,05	10,96	0,64	11,61	2,24	13,8
4.1 Sertão Pajeú - Moxotó																
1970-80	4,83	0,33	0,06	0,39	0,37	0,16	0,28	0,81	0,50	0,07	0,02	6,63	0,39	7,02	0,77	7,8
1981-91	4,57	0,28	0,07	0,34	0,77	0,14	0,27	1,19	1,10	0,19	0,05	7,45	0,59	8,03	1,48	9,5
4.2 Sertão Central																
1970-80	0,81	0,05	0,01	0,06	0,05	0,06	0,05	0,16	0,11	0,03	0,00	1,17	0,04	1,21	0,07	1,3
1981-91	0,62	0,02	0,01	0,03	0,13	0,05	0,08	0,25	0,23	0,03	0,00	1,16	0,02	1,18	0,14	1,3
4.3 Sertão do Araripe																
1970-80	1,63	0,02	0,02	0,04	0,16	0,13	0,05	0,34	0,24	0,04	0,01	2,28	0,06	2,34	0,27	2,6
1981-91	1,35	0,06	0,02	0,09	0,34	0,13	0,12	0,58	0,26	0,08	0,00	2,36	0,03	2,40	0,62	3,0
5. Mesorregião São Francisco Pernambucano																
1970-80	1,27	0,04	0,01	0,05	0,05	0,05	0,10	0,20	0,14	0,03	0,00	1,69	0,08	1,76	0,43	2,2
1981-91	1,18	0,14	0,00	0,14	0,12	0,08	0,17	0,37	0,17	0,06	0,00	1,92	0,08	2,00	0,38	2,4
5.1 Sertão de Itaparica																
1970-80	0,42	0,02	0,01	0,03	0,01	0,02	0,06	0,09	0,05	0,02	0,00	0,61	0,02	0,62	0,35	1,0
1981-91	0,47	0,11	0,00	0,11	0,06	0,01	0,08	0,16	0,05	0,02	0,00	0,81	0,04	0,84	0,09	0,9
5.2 São Francisco																
1970-80	0,85	0,02	0,01	0,02	0,04	0,03	0,04	0,11	0,09	0,01	0,00	1,08	0,06	1,14	0,09	1,2
1981-91	0,71	0,03	0,00	0,03	0,06	0,06	0,09	0,21	0,12	0,04	0,00	1,12	0,04	1,16	0,29	1,4
Não definidos																
1970-80	13315	502	141	643	1626	751	283	2660	2022	377	193	19241	1466	20707	1662	22369
1981-91	13514	683	234	917	2775	683	794	4252	4519	1004	343	24549	1469	26018	1533	27551

FONTE: F. IBGE - Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

NOTA: Fluxo emigratório interestadual PE-SP: pernambucanos que na data do Censo estavam em São Paulo (UF atual), a menos de 10 anos, e anteriormente estavam em PE.

CHAMADA: (1) Foi adotada a Tipologia dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo elaborada por José Marcos Cunha na sua Tese de Doutorado (1994: 35).

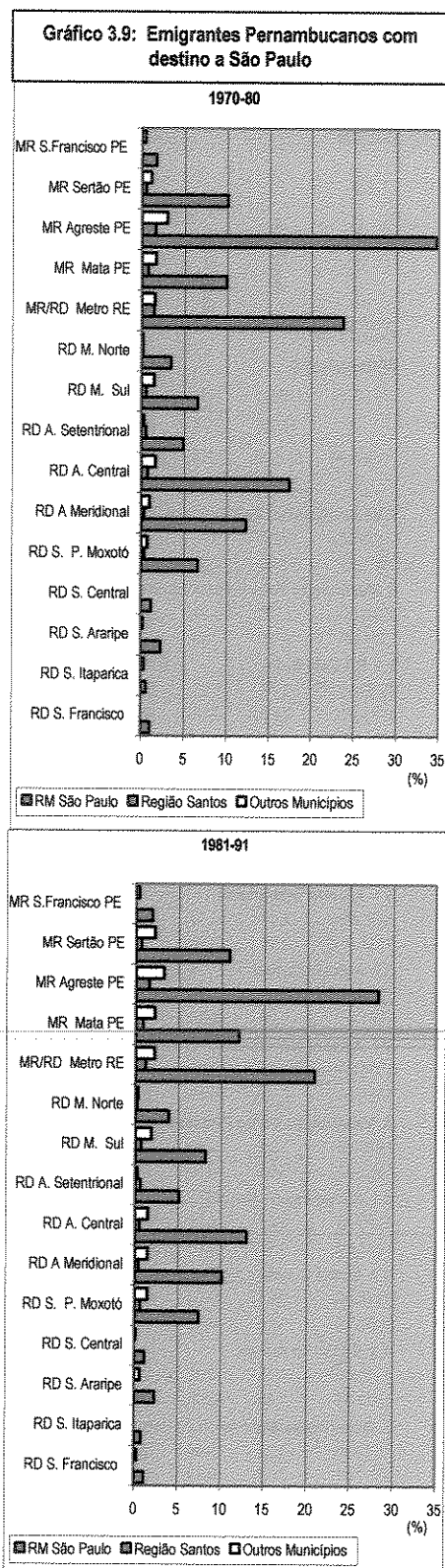
Os municípios *Industriais/ Dormitórios* receberam entre 9% e 11% dos emigrantes naturais oriundos de todas as mesorregiões de Pernambuco, na década de 70, e passaram a receber entre 0,9% e 17%, na década de 80. O município de Guarulhos destacou-se entre os demais, absorvendo cerca de metade dessa população migrante. Seguem em importância os municípios *Dormitórios I*, que recebiam, na década de 70, entre 6,5% e 7,5% de pernambucanos oriundos de todas as mesorregiões do Estado e, na década seguinte, passaram a receber de 7% a 15% desses pernambucanos. (Tabela 3.7 e Gráfico 3.10).

Um aspecto importante a observar é que os municípios *Industriais* – Santo André e São Caetano do Sul – receberam, relativamente, poucos migrantes pernambucanos, o que vem corroborar com a observação de CUNHA (1994:117), que analisando as migrações internas em São Paulo, afirma que

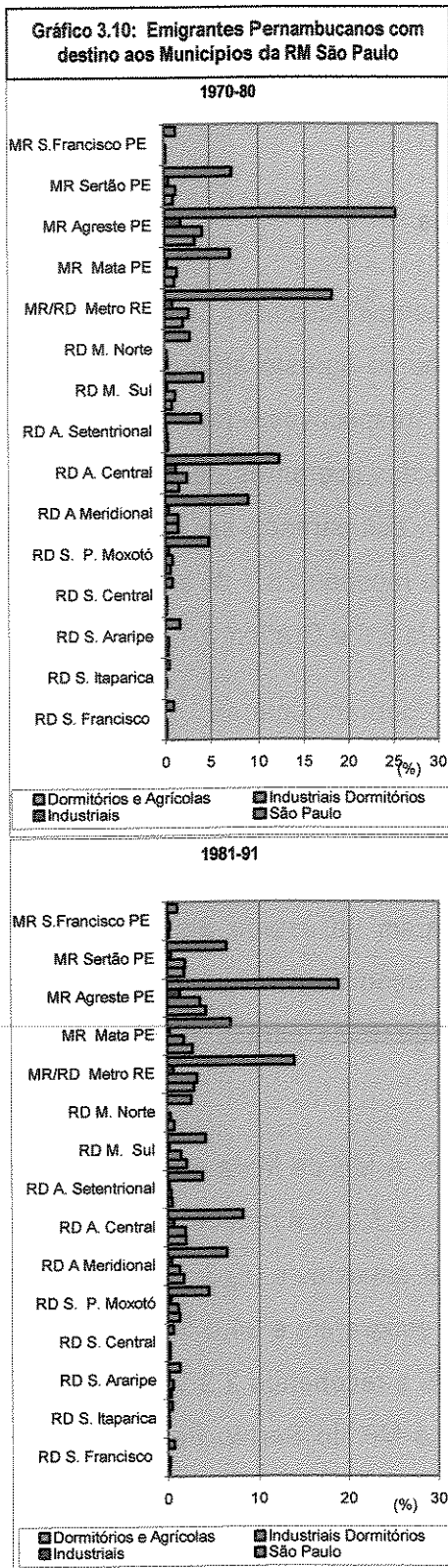
“... nos municípios industriais, constatou-se uma participação negativa no crescimento, ou seja, estas áreas, em termos da migração interna, tendem a perder mais população do que receber.”

CUNHA, também, observa que, nos anos 80, alguns municípios bem mais distantes do centro, porém ainda na RM São Paulo, que ele classifica como *Dormitórios II* – Itapevi, Francisco Morato, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra – e de municípios *Agrícolas* – Santana do Parnaíba, Jandira e outros – passaram a ser mais procurados como destino dos migrantes.

Cresceu, também, na década de 80, em relação à década anterior, o número de pernambucanos que se dirigiram para outros municípios fora da RM de São Paulo, que recebiam entre 5,7% e 9,5% de emigrantes procedentes das MR's de Pernambuco, na década de 70, e passaram a receber dessas mesmas regiões uma proporção que varia entre 9% e 16%, na década seguinte. (Tabela 3.7)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.7)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.7)

A questão da moradia, possivelmente, deve ter sido um fator determinante para a escolha desses municípios mais distantes. Segundo alguns depoimentos feitos por migrantes pernambucanos, a questão do aluguel surge como fator importante, a exemplo do relato feito a SALES (1982:185) por um pernambucano que se deslocou para Caçapava¹⁷, na década de 70, e já havia retornado no momento da entrevista.

“Não fosse o caso de aluguel de casa, e ainda hoje eu estava lá. Porque para o camarada ficar sozinho, solteiro, dá. Mas o pai de família não pode ficar apartado da mulher e dos filhos. Eu saí daqui no ano de 1972. Saí daqui com duzentos cruzeiros no bolso. No bolso não, tirei passagem, paguei cento e vinte e cinco e uns quebrados pela passagem, e só cheguei em São Paulo com quinze contos. Já cheguei lá com emprego certo. Cheguei lá trabalhei logo na GM, desci logo na GM em São José dos Campos, não é? Cheguei, e depois do almoço já comecei o serviço. Passei três meses sozinho, aí mandei buscar a família, a casa que eu arrumei era no interior mais afastado, em Caçapava. Trabalhei de quebrar, e não tinha dinheiro que desse, tudo por causa do aluguel da casa. É só esse o problema de São Paulo, porque sobre emprego, o camarada tendo o seu ofício, a sua profissão, não se avexa não, é chegar, que no outro dia já está trabalhando.”

Os efeitos da crise dos anos 80, com repercussão no mercado de trabalho de São Paulo, ainda, não se fazia sentir. É possível que fosse outro o depoimento acima, se pronunciado no final dos anos 80. Uma reportagem do Boletim das Migrações do Serviço Pastoral dos Migrantes de São Paulo¹⁸, realizada no final dos anos 90, enfatiza essa questão do aluguel, associada à problemática do desemprego que se intensificou em São Paulo, como sendo um motivo, também, para o retorno dos migrantes, evidenciando o papel das redes sociais – vínculos de parentesco, amizade, etc. – como apoio aos movimentos migratórios.

“Todos os dias, famílias inteiras nos procurando pedindo passagem de retorno para a terra de origem. Geralmente, são do

¹⁷ Caçapava é um município paulista.

¹⁸ Serviço de Pastoral dos Migrantes. Terminal do Tietê: O outro lado da moeda. In “Vai e Vem”. Boletim das Migrações. São Paulo: SPM, ano 19, n.º 76, abr-maio-jun, 1999:7.

Nordeste. Algumas já estão em São Paulo há muitos anos, não conseguem mais emprego e não podem arcar com despesas de aluguel. O tradicional apoio dos parentes, amigos, está fragilizado devido ao grande desemprego, não resta outra alternativa a não ser voltar."

3.3.2 O Destino da Maioria dos Retornados Pernambucanos

Da capital de São Paulo retornou a maioria dos migrantes pernambucanos. Considerando o total de retornados da capital paulista, constatou-se que a Mesorregião do Agreste abrigou 30,32 % e 34,04 % dos retornados pernambucanos, nas décadas de 70 e 80, respectivamente. A Região de Desenvolvimento do Agreste Central foi receptora de mais da metade dos migrantes de retorno desta mesorregião onde se insere (18,1 % e 18,1 %, nas décadas em foco), equiparando-se, na década de 80, em volume de retornados, à MR/RD Metropolitana do Recife, que recebeu 26,1 % e 17,5 %, nas respectivas décadas analisadas, dos retornados a Pernambuco. (Tabela 3.8 e Gráfico 3.11)

Comparando, no contexto de cada uma das mesorregiões pernambucanas, o volume de emigrantes naturais pernambucanos que se dirigiram para a cidade de São Paulo e o volume dos migrantes que de lá retornaram, observou-se que esse retorno é bem mais expressivo. Constatou-se, por exemplo, que na década de 70, emigraram da MR/RD Metropolitana do Recife para a capital de São Paulo cerca de 18,1 % dos pernambucanos, enquanto retornaram da estado paulista para a mesma região cerca de 26,1 %. Na década seguinte, esta proporção manteve-se, embora em patamares mais reduzidos, uma vez que 13,9 % dos emigrados dirigiram-se para a cidade de São Paulo e 17,5 % de retornados vieram desta capital. (Tabelas 3.7 e 3.8)

As demais mesorregiões apresentam o mesmo comportamento. A MR da Mata enviou 7,1 % e recebeu 7,3 % de migrantes pernambucanos, na década de 70, enviando 7,0 % e recebendo 7,2 %, na década de 80; na MR do Agreste, 25,2 % emigraram para a capital paulista, e 30,3 % retornaram desta capital, na década de 70, enquanto, na década de 80, 18,8 % emigraram e 34,0 % retornaram; a MR São Francisco seguiu o mesmo comportamento, enviando 1,3 % e recebendo 2,9 %, na década de 70, e enviando 1,2 % e recebendo 2,4 %, na década de 80; já a MR do Sertão Pernambucano apresentou uma situação um pouco diferenciada, na década de 70, quando manteve, praticamente a mesma proporção entre os que saíram (7,3 %) para São Paulo e os que retornaram deste estado (6,3 %). No entanto, na década de 80, a proporção entre saída de migrantes para São Paulo (6,6 %) e retorno desses migrantes desta capital (12,8 %), chegou a duplicar o percentual de retornados entre as duas décadas analisadas. (Tabelas 3.7 e 3.8)

TABELA 3.8

PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – MIGRANTES DE RETORNO DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, DA REGIÃO DE SANTOS E OUTROS MUNICÍPIOS, SEGUNDO TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS, 1970-91

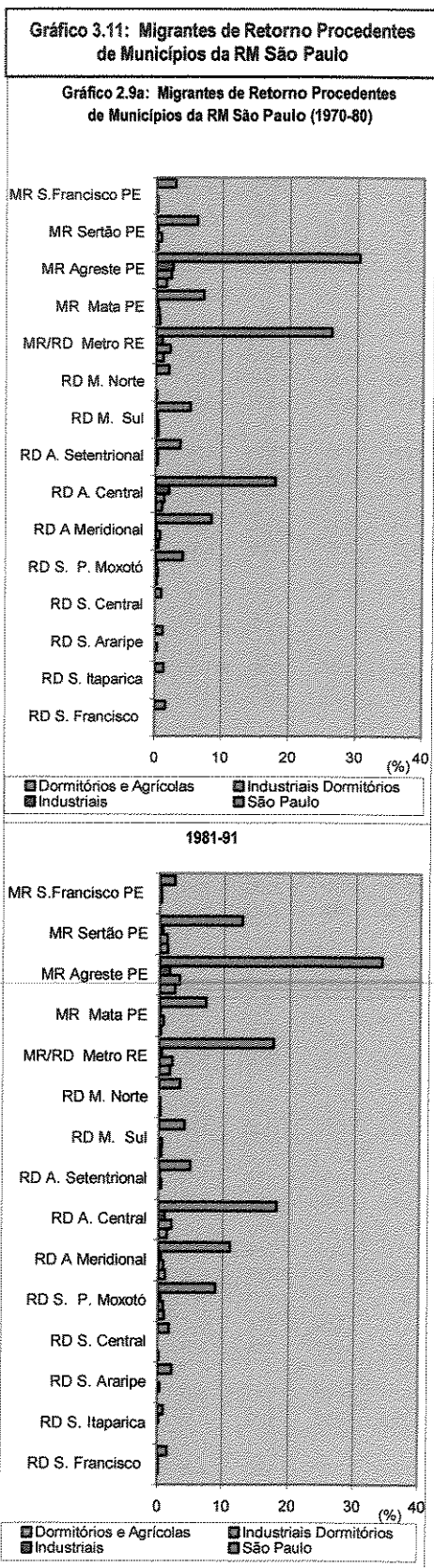
DESTINO	O R Í G E M																		
	Estado, Mesorregiões e RDs	Municípios da RM de São Paulo (1)															TOTAL GERAL (A)+(B)	OUTROS MUNICÍPIOS	ESTADO DE SÃO PAULO
		São Paulo	Industriais				Industriais/Dormitórios				Dormitório I Total	Dormitório II Total	Agrícolas Total	Total	Total (2)				
		Santo André	São Caetano Sul	Total	Guarulhos	Osasco	São Bernardo Campo	Total				RM-SP (A)	R.Santos (B)						
Fluxo SP-PE																			
PERNAMBUCO																			
1970-80	22250	857	343	1200	613	532	627	1772	844	219	33	26318	1233	27551	2988	30539			
%	72,86	2,81	1,12	3,93	2,01	1,74	2,05	5,80	2,76	0,72	0,11	86,18	4,04	90,22	9,78	100,00			
1981-91	46103	1395	348	1743	2220	1289	953	4462	2876	591	207	55982	1964	57946	4421	62367			
%	73,92	2,24	0,56	2,79	3,56	2,07	1,53	7,15	4,61	0,95	0,33	89,76	3,15	92,91	7,09	100,00			
1. Mesorregião/RD Metropolitana																			
1970-80	26,14	0,82	0,09	0,91	0,57	0,83	0,75	2,15	0,84	0,19	0,05	30,29	1,62	31,91	2,37	34,28			
1981-91	17,51	0,33	0,07	0,40	0,95	0,72	0,39	2,06	1,32	0,21	0,08	21,58	1,06	22,64	1,39	24,03			
2. Mesorregião Mata Pernambucana																			
1970-80	7,26	0,15	0,06	0,22	0,25	0,03	0,16	0,43	0,50	0,00	0,03	8,43	0,11	8,54	1,54	10,08			
1981-91	7,23	0,08	0,06	0,15	0,30	0,17	0,14	0,62	0,50	0,08	0,07	8,65	0,59	9,25	0,93	10,17			
2.1 RD Mata Norte																			
1970-80	1,99	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,03	0,16	0,00	0,00	2,19	0,03	2,21	0,28	2,49			
1981-91	3,27	0,04	0,00	0,04	0,10	0,01	0,02	0,13	0,12	0,08	0,07	3,72	0,25	3,98	0,27	4,25			
2.2 RD Mata Sul																			
1970-80	5,27	0,15	0,06	0,22	0,22	0,03	0,16	0,40	0,33	0,00	0,03	6,24	0,09	6,33	1,26	7,59			
1981-91	3,96	0,05	0,06	0,11	0,20	0,16	0,13	0,48	0,38	0,00	0,00	4,93	0,34	5,27	0,65	5,92			
3. Mesorregião Agreste Pernambucano																			
1970-80	30,32	1,67	0,85	2,53	0,78	0,60	0,90	2,28	1,25	0,30	0,00	36,67	1,70	38,38	4,13	42,51			
1981-91	34,04	1,18	0,36	1,53	1,51	0,93	0,67	3,11	1,88	0,45	0,05	41,03	1,01	42,08	3,11	45,19			
3.1 RD Agreste Setentrional																			
1970-80	3,72	0,27	0,03	0,29	0,02	0,13	0,14	0,29	0,06	0,02	0,00	4,38	0,32	4,71	0,43	5,14			
1981-91	4,89	0,17	0,00	0,17	0,29	0,07	0,02	0,38	0,00	0,02	0,00	5,45	0,32	5,77	0,33	6,11			
3.2 RD Agreste Central																			
1970-80	18,06	1,27	0,81	2,08	0,60	0,15	0,52	1,27	0,84	0,16	0,00	22,41	0,91	23,32	2,50	25,82			
1981-91	18,09	0,79	0,17	0,95	0,88	0,55	0,56	1,99	1,01	0,25	0,04	22,33	0,56	22,89	2,10	24,98			
3.3 RD Agreste Meridional																			
1970-80	8,54	0,14	0,02	0,15	0,17	0,31	0,23	0,71	0,36	0,12	0,00	9,88	0,47	10,35	1,20	11,55			
1981-91	11,06	0,22	0,19	0,41	0,35	0,31	0,09	0,75	0,87	0,19	0,01	13,26	0,13	13,42	0,68	14,10			
4. Mesorregião Sertão Pernambucano																			
1970-80	6,26	0,16	0,09	0,25	0,36	0,20	0,18	0,75	0,09	0,14	0,03	7,53	0,52	8,05	1,35	9,40			
1981-91	12,78	0,43	0,03	0,46	0,70	0,24	0,21	1,15	0,88	0,20	0,13	15,59	0,39	15,98	1,33	17,31			
4.1 RD Sertão Pajeú-Moxotó																			
1970-80	4,21	0,16	0,08	0,23	0,11	0,09	0,14	0,35	0,08	0,14	0,00	5,02	0,34	5,35	0,97	6,33			
1981-91	8,88	0,39	0,00	0,39	0,44	0,17	0,19	0,81	0,65	0,17	0,13	11,02	0,31	11,33	1,05	12,38			
4.2 RD Sertão Central																			
1970-80	0,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,01	0,09	0,01	0,00	0,00	1,01	0,15	1,16	0,14	1,29			
1981-91	1,72	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,02	0,12	0,03	0,00	1,89	0,08	1,97	0,20	2,17			
4.3 RD Sertão do Araripe																			
1970-80	1,15	0,00	0,02	0,02	0,26	0,03	0,03	0,31	0,00	0,00	0,03	1,50	0,03	1,54	0,24	1,78			
1981-91	2,20	0,04	0,02	0,06	0,25	0,06	0,02	0,33	0,11	0,00	0,00	2,69	0,00	2,69	0,07	2,76			
5. Mesorregião São Francisco Pernambucano																			
1970-80	2,88	0,00	0,02	0,02	0,04	0,09	0,07	0,19	0,08	0,08	0,00	3,25	0,09	3,34	0,40	3,74			
1981-91	2,36	0,22	0,04	0,26	0,09	0,02	0,11	0,22	0,04	0,00	0,00	2,87	0,09	2,96	0,34	3,30			
5.1 RD Sertão de Itaparica																			
1970-80	1,28	0,00	0,01	0,01	0,04	0,00	0,04	0,08	0,00	0,08	0,00	1,45	0,02	1,47	0,14	1,61			
1981-91	0,84	0,09	0,04	0,13	0,01	0,02	0,00	0,03	0,02	0,00	0,00	1,02	0,00	1,02	0,13	1,15			
5.2 RD São Francisco																			
1970-80	1,60	0,00	0,01	0,01	0,00	0,09	0,03	0,11	0,08	0,00	0,00	1,80	0,07	1,87	0,26	2,13			
1981-91	1,52	0,13	0,00	0,13	0,08	0,00	0,11	0,19	0,02	0,00	0,00	1,85	0,09	1,95	0,21	2,15			

FONTES: F.IBGE - Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

NOTA: Base de dados: fluxo interestadual de migração de retorno (corresponde a pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo).

CHAMADAS: (1) Foi adotada a Tipologia dos Municípios da RM de São Paulo elaborada por José Marcos Cunha na sua Tese de Doutorado, (1994:35).

(2) A Região de Santos aqui considerada é parte da Baixada Santista que compõe no Censo de 1991 a Região Metropolitana de São Paulo.



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. (Tabela 3.8)

Este quadro pode expressar a repercussão da crise econômica em São Paulo, na década de 80, bem como pode ser indicador de algumas oportunidades que surgem em algumas regiões de Pernambuco, que motivaram o retorno de seus emigrantes. O destaque da MR do Agreste Pernambucano, no contexto da migração de retorno no Estado, pode, por exemplo, ser atribuído a alguns fatores de ordem econômica que se apresentam na região e intensificam-se a partir da década de 80. Como já foi mencionado, novas atividades vêm assumindo um papel econômico importante na região, que envolve, não só a produção - de roupa (sulanca), de bordados e renda, de artesanato de barro - mas, especialmente, a comercialização dessa produção, através da criação e do incremento de feiras livres - a Feira da Sulanca, em vários locais do Estado, e a Feira de Caruaru. Os eventos turísticos, incentivados pelo poder público em associação a promotores privados, que, em geral, envolvem vários municípios, extrapolando, em alguns casos, a RD onde eles se localizam, também, contribuem para a criação de novas oportunidades de trabalho na região.

Já a Mesorregião do Sertão Pernambucano, cuja dinamicidade econômica não justifica o número expressivo de migrantes que retornaram à região, pode expressar, de modo mais claro, os efeitos migratórios da crise que atingiu o estado de São Paulo e fez retornar, ao local de origem, aqueles que um dia para lá se deslocaram atraídos por oportunidades de trabalho e por melhores condições de vida.

Para uma maior aprofundamento da questão do processo migratório de retorno a Pernambuco, serão destacadas, as três RDs de maior expressividade do Estado - MR/RD Metropolitana do Recife, RD do Agreste Central e RD do Pajeú-Moxotó.

3.4 OS ESPAÇOS PERNAMBUCANOS DE MAIOR RECEPTIVIDADE DOS RETORNADOS

Aprofundando a análise do movimento migratório de retorno, este item procura destacar a expressividade dos espaços do território pernambucano de maior receptividade dos retornados. Inicia-se com um balanço entre saída de naturais e entrada de migrantes de retorno e de imigrantes não-naturais, procurando avaliar a migração de retorno nesse processo, no qual se procura identificar os espaços intra-estadual de Pernambuco de maior troca com o Estado de São Paulo, no movimento de emigração de Pernambuco e da imigração procedente de São Paulo. Posteriormente, procura-se identificar a tendência de retorno ao município de origem, entendendo este como retorno à “residência base”, na perspectiva de DOMENACH E PICOUET (1990). Em seguida, analisa-se a probabilidade de retorno dos emigrantes naturais pernambucanos com menos de dez anos de residência na UF em que se encontrava no momento do recenseamento, para as distintas regiões de Pernambuco.

3.4.1 O Destaque da MR/RD Metropolitana, da MR do Agreste Pernambucano e da MR do Sertão Pernambucano

No quadro do território pernambucano, ao analisar o movimento de retorno dos emigrantes naturais que se deslocaram para São Paulo, constatou-se o destaque de três mesorregiões – a **MR/RD Metropolitana do Recife, a MR do Agreste Pernambucano e a MR do Sertão Pernambucano**. Em conjunto, os migrantes naturais dessas mesorregiões que deixaram Pernambuco, entre 1980 e 1991, chegaram a representar cerca de 77,7% dos emigrantes pernambucanos no Censo de 1980, embora esse percentual tenha decrescido no período censitário seguinte, atingindo 71,2% no Censo de 1991. Esse decréscimo referiu-se especificamente às MR Metropolitana do Recife, cuja evasão decresceu de 26,7% (1980) para 24,3 (1991), e à MR do Agreste Pernambucano, que, também, decresceu sua perda de população de 39,3% (1980) para 33,1% (1991), uma vez que a MR do Sertão Pernambucano manteve sua tendência de perder população, elevando tal perda de 11,7% (1980) para 13,9% (1991). (Tabela 3.9 e Gráfico 3.12)

Ao relacionar o volume dos emigrantes naturais com o contingente populacional, evidenciou-se a expressividade da emigração dos pernambucanos da MR do Agreste. Verificou-se, então, que a taxa média anual de emigração dessa mesorregião superou em quase vez e meia a mesma taxa apresentada pela MR do Sertão Pernambucano, na década de 70, apesar dessa diferença ter sido reduzida, na década seguinte, mantendo a posição de destaque da região. Por outro lado, essas taxas

da MR do Agreste quando comparadas às da MR Metropolitana do Recife, representaram quase o dobro, ao longo de todo o período, além de ser a única mesorregião que se manteve acima da média estadual nos dois períodos censitários: Pernambuco-de 0,514% ao ano (1970-80) passou para 0,333%a.a. (1981-91); MR do Agreste PE- de 0,710%a.a. (1970-80) passou para 0,418%a.a. (1981-91); MR Sertão PE- de 0,468%a.a. (1970-80) passou para 0,366%a.a. (1981-91); MR Metropolitana do Recife- de 0,370%a.a. (1970-80) passou para 0,202%a.a.(1981-91). Tal condição reafirmou a MR do Agreste como aquela de maior intensidade emigratória de Pernambuco.(Tabela 3.9 e Gráfico 3.12)

TABELA 3.9
PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – EMIGRANTES NATURAIS DO FLUXO PE-SP E MIGRANTES DE RETORNO E IMIGRANTES NÃO-NATURAIS DO FLUXO SP-PE. 1970-91

ESTADO, MESORREGIÕES E RDs	EMIGRANTES NATURAIS PE-SP (1)					MIGRANTES DE RETORNO SP-PE (2)					IMIGRANTES NÃO-NATURAIS SP-PE (3)				
	1970-80		1981-91		Dif. % 70-80/ 81-91	1970-80		1981-91		Dif. % 70-80/ 81-91	1970-80		1981-91		Dif. % 70-80/ 81-91
	Volume %	Taxa (%a.a.)	Volume %	Taxa (%a.a.)		Volume %	Taxa (%a.a.)	Volume %	Taxa (%a.a.)		Volume %	Taxa (%a.a.)	Volume %	Taxa (%a.a.)	
1. MR/RD Metropolitana (4)	26,71	0,370	24,27	0,202	-23,9	34,28	0,050	24,00	0,052	42,96	46,47	0,073	36,19	0,048	-7,59
Núcleo Central	23,18	0,412	21,05	0,236	-23,99	28,83	0,054	16,56	0,048	17,33	38,53	0,077	28,62	0,051	-11,84
RECIFE	20,16	0,516	17,97	0,317	-25,39	22,08	0,060	9,51	0,043	-12,07	27,24	0,079	16,95	0,048	-26,18
Litoral Norte	1,07	0,171	1,04	0,073	-18,55	2,99	0,051	3,77	0,068	157,00	4,55	0,082	4,48	0,050	16,98
Faixa Oeste	1,47	0,283	1,08	0,119	-38,10	1,93	0,039	2,43	0,069	157,39	2,55	0,055	2,16	0,038	0,72
Litoral Sul	1,00	0,228	1,10	0,154	-7,70	0,53	0,013	1,24	0,045	373,62	0,85	0,022	0,92	0,021	28,88
2. MR Mata PE	12,39	0,364	15,09	0,307	2,0	10,08	0,03	10,17	0,053	106,21	8,81	0,029	8,88	0,029	19,61
2.1 RD Mata Norte	3,76	0,249	4,49	0,202	-1,8	2,49	0,017	4,25	0,050	248,68	2,31	0,017	4,06	0,030	108,36
2.2 RD Mata Sul	8,63	0,455	10,31	0,391	3,6	7,59	0,042	5,92	0,056	59,47	6,50	0,039	4,82	0,028	-11,92
3. MR Agreste PE	39,28	0,710	33,05	0,418	-29,5	42,51	0,08	45,19	0,147	117,12	30,19	0,062	33,41	0,068	31,35
3.1 RD Agreste Setentrional	5,75	0,466	6,86	0,337	-12,1	5,14	0,044	6,11	0,088	142,70	3,20	0,029	4,80	0,043	77,89
3.2 RD Agreste Central	19,84	0,786	23,70	0,413	-36,9	25,82	0,108	24,98	0,177	97,64	17,79	0,079	18,00	0,079	20,10
3.3 Agreste Meridional	13,69	0,770	16,34	0,485	-26,3	11,55	0,069	14,10	0,146	149,26	9,20	0,058	10,61	0,068	36,90
4. MR Sertão PE	11,69	0,468	13,85	0,366	-0,8	9,40	0,040	17,31	0,118	276,17	8,84	0,040	15,49	0,066	107,97
4.1 RD Sertão Pajeú-Moxotó	7,79	0,561	9,31	0,462	2,2	6,33	0,048	12,38	0,155	299,64	6,06	0,049	10,26	0,080	101,01
4.2 RD Sertão Central	1,28	0,305	1,53	0,203	-13,7	1,29	0,033	2,17	0,086	243,04	1,09	0,029	1,82	0,045	97,76
4.2 RD Sertão do Araripe	2,62	0,381	3,13	0,282	-3,6	1,78	0,027	2,76	0,066	216,76	1,89	0,028	3,41	0,051	139,56
5. MR S.Francisco PE	2,20	0,281	2,38	0,166	-9,4	3,74	0,05	3,30	0,059	80,21	5,69	0,082	6,01	0,067	25,36
5.1 RD Sertão de Itaparica	0,97	0,322	1,16	0,197	-19,8	1,61	0,056	1,15	0,063	45,82	1,25	0,047	1,63	0,055	54,66
5.2 RD São Francisco	1,23	0,256	1,46	0,151	-1,2	2,13	0,047	2,15	0,058	106,14	4,44	0,105	4,38	0,073	17,12
PERNAMBUCO (5) (NºRel.)	100,00	0,514	100,00	0,333	-16,3	100,0	0,05	34,20	0,086	104,22	100,0	0,058	100,0	0,053	18,68
(Nº Abs.)	289382		242295			30539		62367			32642		38738		

FONTES: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

CHAMADAS: (1) Base de dados: Fluxo interestadual de emigração PE-SP: pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (SP), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de Pernambuco.

(2) Base de dados: fluxo interestadual de migração de retorno (corresponde a pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo. Os valores absolutos constam da Tabela III.4 do Anexo.

(3) Base de dados: Fluxo interestadual de imigrantes não-naturais: pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que não nasceram em Pernambuco e anteriormente estavam no Estado de São Paulo

(4) Os municípios da Meso/RD Metropolitana estão reunidos em sub-regiões geográficas: Núcleo Central (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Litoral Norte (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá e Itapissuma), Faixa Oeste (Camaragibe, São Lourenço da mata e Moreno) e Litoral Sul (Cabo e Ipojuca).

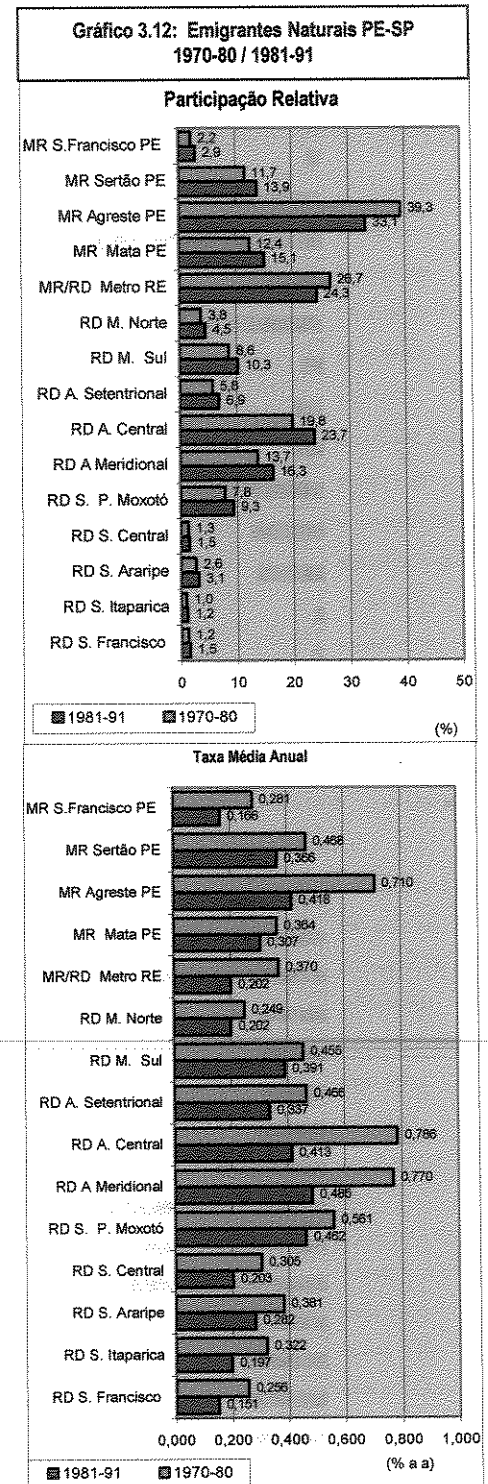
(5) Os dados do distrito estadual de Fernando de Noronha foram incluídos apenas, no total de Pernambuco., deste modo o somatório dos dados das mesorregiões não totaliza 100%.

A MR do Agreste Pernambucano, no contexto estadual, destacou-se ao longo de todo o período, não só como de maior evasão de população [39,3% (1980) e 33,1% (1991)], como também

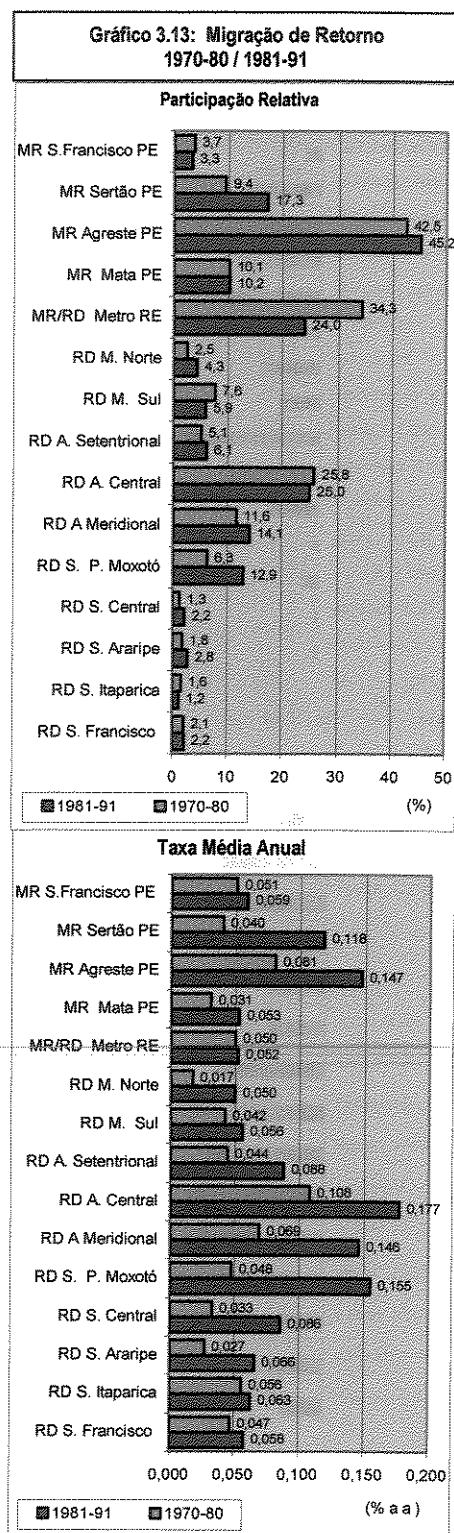
de maior atração de migrantes de retorno (42,5% e 45,2%, nas décadas em estudo). Enquanto esta região mostrou-se propensa a perder menos população, mostrou, por outro lado, a tendência a receber mais retornados. Já a MR Metropolitana do Recife, apresentou uma tendência a uma menor evasão de emigrantes naturais [26,7% (1980) e 24,3% (1991)], como também a receber menos retornados (34,3%, na década de 70, e 24,0%, na década de 80). Já a MR do Sertão, mostrou propensão a perder mais população [11,7%(1980) e 13,6% (1991)] e a ganhar mais migrantes de retorno [9,4% (1980) e 17,3% (1991), praticamente duplicando a sua participação relativa no contexto estadual, na última década em foco. (Tabela 3.9 e Gráfico 3.13)

A importância que a MR do Sertão vem assumindo, ao lado da MR do Agreste, se expressou, especialmente, nas taxas médias anuais de migração de retorno, que passou de 0,040% a.a. (1980) para 0,118% a.a. (1991), seguida pela da MR do Agreste [0,081% a.a. (1980) e 0,147% a.a. (1991)]. Já as taxas médias anuais de migração de retorno da MR/RD Metropolitana do Recife mantiveram-se estáveis e, especialmente na década de 80, colocou-se bem abaixo das duas outras mesorregiões em destaque. [0,050% a.a. (1980) e 0,052% a.a. (1991)]. (Tabela 3.9 e Gráfico 3.13)

Apesar de constituir o centro mais dinâmico do estado, além de contar com as maiores potencialidades e condições mais efetivas de crescimento e desenvolvimento entre as mesorregiões do estado, a **MR/RD Metropolitana do Recife** apresentou um poder de atração dos migrantes de retorno inferior ao da MR do Agreste Pernambucano. Isto pode significar que o movimento de retorno dos pernambucanos não seja motivado, predominantemente pela Região Metropolitana do Recife, embora esta tenha apresentado um volume de retornados bastante relevante.



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 3.9)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 3.9)

A expressividade do fluxo de retorno com destino à MR do Agreste apresenta a peculiaridade dos retornados dirigirem-se, predominantemente para o município de origem, ou para os municípios de maior dinâmica econômico, bem como para os municípios do entorno desse polos dinâmicos. Assim, a MR do Agreste, além de ter se caracterizado como aquela que mais exportou população, também se evidenciou por ser aquela região com maior tendência de receber contingente de migrantes de retorno.

Observa-se, no contexto da MR do Agreste Pernambucano, que a **RD Agreste Central**, na qual o município de Caruaru constitui o seu centro dinâmico, destacou-se no contexto da mesorregião, com uma participação crescente na sua evasão de população (50,5% e 71,7%, no período analisado). Enquanto na mesorregião observou-se uma tendência ao decréscimo da sua perda populacional, a RD Agreste Central continuou perdendo mais. Já em relação à migração de retorno, a participação da RD Agreste Central decresceu no contexto da mesorregião, passando de 60,7% para 55,3%, no período estudado, sem contudo, perder, diante das demais RD's da mesorregião, sua posição de destaque, apresentando as maiores taxas médias anuais de migração de retorno em ambas as décadas. (Tabela 3.9 e Gráficos 3.12 e 3.13).

O Gráfico 3.14 demonstra a diferença percentual ocorrida, de uma década para a outra, seja dos emigrantes naturais, seja dos migrantes de retorno, destacando a importância do processo estabelecido no Sertão Pernambucano, especialmente na **RD**

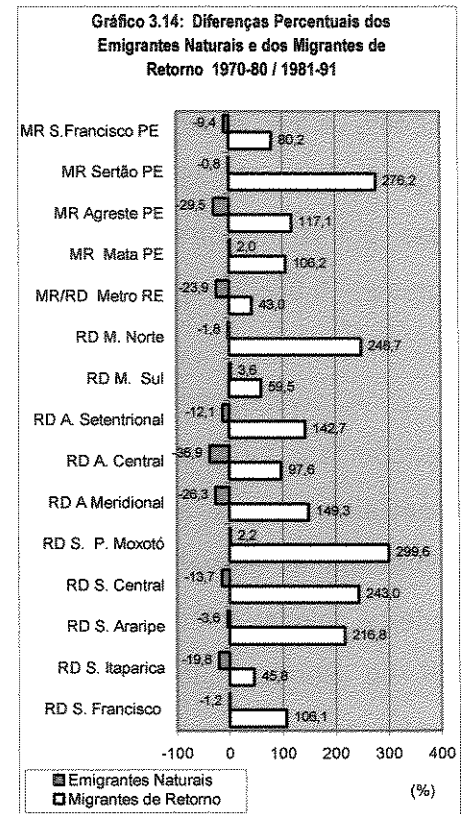
Pajeú-Moxotó, no contexto desta mesorregião, contribuindo com cerca de dois terços da sua emigração, bem como de sua migração de retorno, destacando-se nesse aspecto, na década de 80, quando absorveu 71,5% dos retornados da MR do Sertão. (Tabela 3.9)

A MR da Mata Pernambucana apresentou um comportamento de evasão de população, de certa forma equivalente ao da MR do Sertão, como se pode observar na Tabela 3.9. Embora, em termos de volume, a MR da Mata tenha apresentado uma maior perda populacional, na década de 80, suas taxas médias anuais de emigração, em 1991, foram inferiores (0,307% a.a.) à da MR do Sertão (0,366% a.a.), o que destacou esta como a região de maior perda populacional. (Tabela 3.9 e Gráfico 3.12)

Com respeito à migração de retorno, a MR da Mata, praticamente equivalente à MR do Sertão, na década de 70, manteve sua posição relativa na década seguinte, enquanto a MR do Sertão praticamente duplicou sua participação relativa. As taxas médias anuais, tanto de emigração, como de migração de retorno, da MR da Mata, manteve-se abaixo das mesmas taxas apresentadas pela MR do Sertão, especialmente no que se refere à migração de retorno, objeto deste estudo, sendo que a taxa média anual da MR do Sertão, na década de 80, representou o dobro (0,118% a.a.) da mesma taxa da MR da Mata (0,053% a.a.). (Tabela 3.9 e Gráfico 3.13)

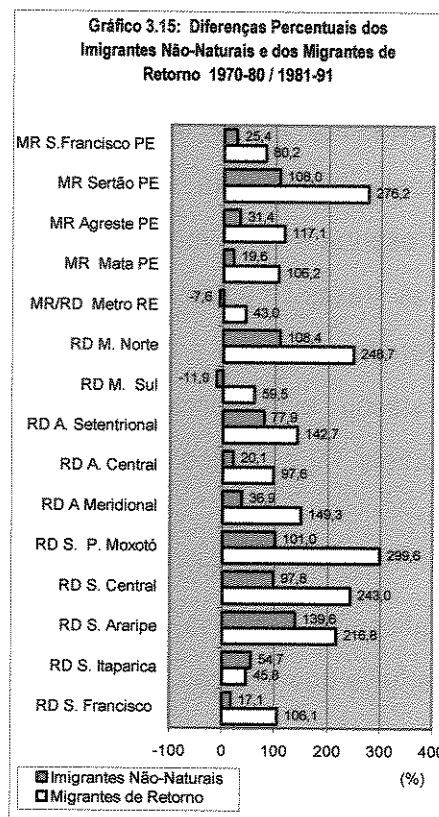
Já a MR São Francisco, evidenciou uma baixa participação relativa no contexto pernambucano, no âmbito do fluxo migratório PE-SP-PE, seja de evasão de população, seja de migração de retorno, as quais, associadas às baixas taxas médias anuais de ambos os processos - evasão de população e migração de retorno - fizeram com que esta MR perdesse expressão no contexto pernambucano, no âmbito deste estudo. (Tabela 3.9 e Gráficos 3.12 e 3.13)

Analisando a imigração dos não-naturais para Pernambuco, constatou-se que a MR/RD Metropolitana absorveu a maioria deles [46,5% (1980) e 36,2% (1991)], embora tenha se observado, também, o crescimento relativo da participação dos imigrantes não-naturais na MR do Agreste (30,2% e 33,4%, nas duas décadas) e, especialmente na MR do Sertão Pernambucano (8,84% e 15,5%, no período em foco). Relacionando esse volume ao contingente populacional dessas mesorregiões, observou-se, também, que a taxa média anual de imigração dos não-naturais da MR/RD Metropolitana



do Recife, que, na década de 70, superava (0,073% a.a.) a mesma taxa da MR do Agreste (0,062% a.a.) e a da MR do Sertão (0,040% a.a.), passou, na década seguinte, a colocar-se em segundo plano (0,048% a.a.), uma vez que as referidas taxas das duas outras mesorregiões, praticamente, equipararam-se (MR Agreste – 0,068% a.a. e MR Sertão 0,066% a.a.) (Tabela 3.9)

A diversificação de atividades econômicas da MR/RD Metropolitana foi, provavelmente, responsável pelo seu destaque, especialmente nos anos 70. Por outro lado, a ampliação das oportunidades de trabalho na MR do Agreste, na década de 80, pode-se colocar como fator de mudança desse comportamento. A MR do Sertão, que não apresenta motivos aparentes para atratividade de migrantes de outras UF's do Brasil, pode ter sua explicação nos efeitos indiretos da migração de retorno, que segundo RIBEIRO (1996), incluem as pessoas que não nasceram em Pernambuco e que acompanham os migrantes nesta volta, especialmente se os retornados permaneceram por mais tempo na UF para onde emigrou. Essa condição, embora possa predominar na MR do Sertão, ocorre, também, nas demais.



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 3.9)

A diferença percentual de 108% de imigrantes não-naturais, entre as décadas de 70 e 80, apresentada pela MR do Sertão Pernambucano, constitui-se num dado a ser ressaltado no processo migratório de Pernambuco. Embora em volume o contingente de imigrantes não-naturais dessa mesorregião seja menos da metade daquele que se dirigiu para a MR/RD Metropolitana e para a MR do Agreste, o crescimento expressivo apresentado pela MR do Sertão entre as duas décadas foi bastante significativo. (Tabela 3.9 e gráfico 3.15)

Nesta mesorregião, chama a atenção o crescimento da imigração dos não-naturais para a RD do Araripe, o que pode ser atribuído à extração de gesso na região, uma vez que esta concentra 40% das reservas de gipsita do mundo, com estimativa de 1,2 bilhões de toneladas, tendo propiciado o aparecimento de 26 mineradoras em atividade (embora já apresente mais de 22 paralisadas) e 63 calcinadoras, entre outras. No entanto, nos demais indicadores, esta RD do Araripe não apresentou destaque no processo de migração de retorno desse fluxo SP-PE. Talvez essa condição de atração de

imigrantes não-naturais tenha se dado com mais intensidade para os imigrantes oriundos de São Paulo, porém nascidos nos estados vizinhos a Pernambuco.

A RD Pajeú-Moxotó foi a responsável, praticamente, pelo comportamento da Mesorregião do Sertão Pernambucano, em termos de seu ganho populacional, em especial, de migrantes de retorno. De um modo geral, para uma mesorregião como a MR do Sertão Pernambucano, que tem pouca expressão como área de atração migratória, o crescimento que ela apresentou na imigração dos não naturais, possivelmente, refletiu uma intensificação do ingresso, na região, de grupos familiares de migrantes pernambucanos que retornaram ao seu estado de nascimento, trazendo conjugues, filhos e outros agregados, oriundo dos estados de procedência. (Tabela 3.9 e Gráfico 3.15)

Este processo ocorreu, também, na MR do Agreste, que já possuía uma afluência expressiva de não-naturais desde a década de 70, crescendo na década de 80 em 31,4%. Contudo, outros indicadores apontam para um afluxo de não-naturais para esta mesorregião, em face, especialmente, da produção de sulanca e das feiras-livres, inclusive motivados pela expansão e dinamicidade da Feira de Caruaru¹⁹, com sua diversidade de produtos e procedimentos. A "feira do troca-troca", por exemplo, é um atrativo desta feira, onde não se fala em dinheiro. Tudo é trocado, mesmo sendo os mais absurdos dos negócios. Troca-se aves por discos, relógios por rádios, bicicletas por animais, móveis, botijões de gás, pássaros, etc... Toda essa diversidade faz da feira de Caruaru um evento que extrapola a região, como bem cita a música do sertanejo pernambucano Luiz Gonzaga, em parceria com o caruaruense Onildo Bezerra:

¹⁹ A Feira de Caruaru reúne, em 40.000 m² de área destinada exclusivamente aos comerciantes, fabricantes e feirantes, a Feira Livre, a Feira da Sulanca, a Feira dos Importados (Feira do Paraguai), a Feira do Artesanato e a Feira do Gado. Dentro deste espaço, existe, ainda, um açougue com 306 boxes internos e 43 boxes externos, além de um Mercado de Farinha com 27 boxes internos e 80 boxes externos.

A Feira da Sulanca, com uma quantidade superior a 10.000 bancas cadastradas, mais uma média de 20% de sulanqueiros sem lugar certo e preços altamente competitivos, onde se compra roupas a partir de R\$ 1,00, faz dela a mais famosa e mais conhecida feira do estado. Cada dia, mais e mais pessoas a visitam, vindo de cidades vizinhas ou do exterior, em busca do grosso ou varejo. São em média 400 ônibus e 40.000 pessoas por feira. Conforme pesquisa realizada por técnicos de uma consultoria, chegou-se aos seguintes resultados:

consumidores: 10% da feira são de Caruaru, 40% de outras cidades do interior, 14% são de outros estados, como Alagoas e Paraíba, 6% vem de outros países (Paraguai, por exemplo), e o restante (30%) vêm de outros estados.

comerciantes/compradores/produtos: 98% dos compradores vêm todas as semanas à feira; 83% vêm por causa dos baixos preços dos produtos; 68% dos comerciantes residem em Caruaru, 37% das mercadorias são fabricadas na cidade, 64% das mercadorias vendidas, são confecções,

vendas: 87,5% das vendas são feitas em dinheiro; 8,25% são efetuadas em cheques pré-datados; 4,25% são com cheques à vista; Calcula-se ainda que em cada feira comercializa-se em média R\$ 1 milhão de reais; e, ainda, foram identificados 1.294 carroceiros para posterior cadastro.

(Fonte: www.feiradecaruaru.com.br)

*“Tem louça, tem ferro velho
Sorvete de raspa que faz jaú
Gelada, Caldo de cana,
Fruta de paima e Mandacaru,
Boneco de Vitalino,
Que são conhecidos até no sul,
De tudo que há no mundo
Tem na feira de Caruaru”*

Nesse sentido, pode-se observar que, não só a RD do Agreste Central, onde se localiza o município de Caruaru, destacou-se no contexto desta mesorregião, em termos de volume e taxa média anual de imigração dos não-naturais, apresentando um crescimento de 20,1%, entre as duas décadas em análise, mas foi bastante expressivo o crescimento apresentado pela RD Agreste Setentrional (77,9%), nos dois períodos, onde se localiza Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, com o maior volume de produção de roupas (sulanca).

Analisando a participação da migração de retorno no crescimento da população, constatou-se a importância crescente dos retornados na MR do Agreste, que representaram 10,3% (1980) e 18,5% (1991) no incremento populacional desta mesorregião, apresentando um crescimento de 80,3%, nas duas décadas em análise. No contexto desta mesorregião, a RD Agreste Central manteve praticamente sua participação, de uma década para outra (17,9% e 16,6%, respectivamente), enquanto a RD do Agreste Meridional apresentou uma participação mais expressiva de migrantes de retorno no seu incremento populacional (cresceu 375,4%, de uma década para outra), seguida, também, em expressão pela RD do Agreste Setentrional cuja participação da migração de retorno no crescimento da população aumentou 163,0% entre as décadas consideradas. (Tabela 3.10)

A MR do Sertão Pernambucano é a segunda mais importante mesorregião do Estado na participação dos migrantes de retorno no crescimento populacional, e passou de 2,3% para 11,5%, apresentando um acréscimo percentual de 398% entre as duas décadas. A RD Pajeú-Moxotó foi responsável por esse incremento [3,3% (1980) e 18,0% (1991)], que aumenta 453,3% entre as duas décadas. (Tabela 3.10)

A participação na MR/RD Metropolitana do Recife foi inexpressiva, em face do elevado contingente populacional desta região, o que reforçou o destaque das duas outras mesorregiões – Agreste e Sertão Pernambucano - no contexto do Estado. Apesar do crescimento percentual de 105,0% apresentado pela MR da Mata, entre as duas décadas, em termos de participação dos

retornados no crescimento da população, constatou-se que tal participação não se apresentou tão expressiva [3,2% (1980) e 6.5% (1991)]. A MR São Francisco, também, não apresentou nenhuma significação nesse aspecto. (Tabela 3.10)

TABELA 3.10
PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – MIGRANTES DE RETORNO SOBRE O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E SOBRE A IMIGRAÇÃO. 1970-91

ESTADO, MESORREGIÕES E RDs	MIGRANTES DE RETORNO SP-PE (1)											
	% Migração Retorno Total			% Migração Retorno sobre a imigração (2)								
	sobre Crescimento População			Migração de Retorno Total			Migração de Retorno à Origem			Migração de Retorno à Não-Origem		
	1970-80	1981-91	Dif %	1970-80	1981-91	Dif %	1970-80	1981-91	Dif %	1970-80	1981-91	Dif %
1. MR/RD Metropolitana (3)	1,87	2,81	49,87	40,83	51,64	26,45	21,29	25,10	17,87	19,54	26,54	35,8
Núcleo Central	2,46	3,33	35,59	41,17	48,23	17,13	22,48	25,86	15,03	18,69	22,37	19,66
Recife	4,71	6,29	33,48	43,12	47,45	10,04	27,51	31,95	16,13	15,61	15,50	-0,69
Litoral Norte	0,79	1,58	98,19	38,12	57,50	50,87	16,35	17,82	9,02	21,77	39,68	82,29
Faixa Oeste	1,09	3,35	205,98	41,48	64,43	55,33	12,61	24,18	91,83	28,87	40,25	39,39
Litoral Sul	0,51	2,68	424,36	37,05	68,38	84,58	18,41	38,80	110,74	18,64	29,58	58,74
2. MR Mata PE	3,19	6,54	104,96	51,89	64,84	25,45	30,54	43,27	41,89	21,15	21,57	2,0
2.1 RD Mata Norte	1,76	6,07	245,49	50,20	62,78	25,07	34,15	46,96	37,51	16,05	15,83	-1,4
2.2 RD Mata Sul	4,36	6,93	58,92	52,20	66,41	27,23	29,31	40,47	38,10	22,89	25,93	13,3
3. MR Agreste PE	10,27	18,52	80,28	56,85	68,53	20,55	39,81	49,96	25,50	17,04	18,57	9,0
3.1 RD Agreste Setentrional	4,07	10,71	162,99	60,02	67,20	11,95	46,40	51,12	10,16	13,62	16,08	18,0
3.2 RD Agreste Central	17,86	16,62	-6,92	57,59	69,08	19,96	39,59	49,60	25,28	18,00	19,49	8,3
3.3 Agreste Meridional	8,07	38,38	375,38	54,02	68,14	26,15	37,62	50,07	33,10	16,40	18,07	10,2
4. MR Sertão PE	2,32	11,53	397,97	49,86	64,27	28,90	36,74	47,84	30,21	13,12	16,42	25,2
4.1 RD Sertão Pajeú-Moxotó	3,25	18,01	453,34	49,41	66,01	33,59	34,45	47,50	37,88	14,96	18,51	23,7
4.2 RD Sertão Central	1,59	7,49	371,62	52,53	65,74	25,16	41,22	51,33	24,53	11,30	14,41	27,5
4.2 RD Sertão do Araripe	1,37	5,27	285,10	49,63	56,58	13,99	41,86	46,81	11,81	7,77	9,77	25,7
5. MR S.Francisco PE	1,52	1,91	26,17	38,08	46,92	23,22	24,57	26,93	9,57	13,50	20,00	48,1
5.1 RD Sertão de Itaparica	2,23	7,27	225,31	54,62	53,16	-2,68	45,05	44,02	-2,28	9,57	9,13	-4,5
5.2 RD São Francisco	1,22	1,37	12,54	31,00	44,16	42,45	15,81	19,35	22,38	15,19	24,81	63,3
PERNAMBUCO (4)	3,11	6,33	103,56	48,34	61,69	27,62	30,42	40,83	34,22	17,92	20,86	16,4

FONTE: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

CHAMADAS: (1) Base de dados: fluxo interestadual de migração de retorno, que corresponde a pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo. Inclui ainda no filtro a variável "Nasceu neste município", para diferenciar os que retornaram para a origem e para outros municípios (não-origem).

(2) Base de dados: Imigrantes totais representam a soma dos migrantes de retorno e dos imigrantes não-naturais do mesmo fluxo SP-PE

(3) Os municípios da Meso/RD Metropolitana estão reunidos em sub-regiões geográficas: Núcleo Central (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Litoral Norte (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá e Itapissuma), Faixa Oeste (Camaragibe, São Lourenço da mata e Moreno) e Litoral Sul (Cabo e Ipojuca).

(4) Os dados do distrito estadual de Fernando de Noronha foram incluídos apenas, no total de Pernambuco., deste modo o somatório dos dados das mesorregiões não totaliza 100%.

A expressão que a migração de retorno adquiriu no fluxo imigratório procedente de São Paulo com destino a Pernambuco constituiu-se como um outro indicador valioso, para se traçar o perfil migratório das mesorregiões e Regiões de Desenvolvimento consideradas. Nesse aspecto o destaque maior foi apresentado pela MR do Agreste Pernambucano [56,9% (1980) e 68,5% (1991)], embora seguida de perto pela MR da Mata [51,7% (1980) e 64,8% (1991)] e pela MR do Sertão Pernambucano [49,9% (1980) e 64,3% (1991)], que praticamente se equivaleram, e, posteriormente, pela MR/RD

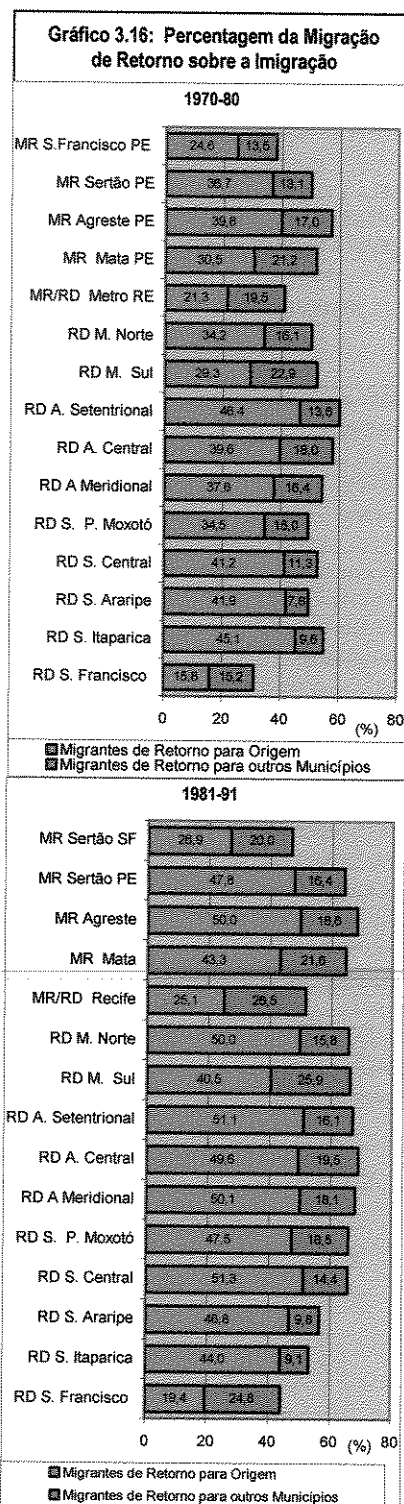
Metropolitana do Recife [40,8% (1980) e 51,6% (1991)], seguida da MR São Francisco [38,1% (1980) e 46,9% (1991)]. (Tabela 3.10 e Gráfico 3.16)

Observou-se que a migração de retorno ao município de origem foi predominante, nas duas décadas em estudo, na maioria das mesorregiões e Regiões de Desenvolvimento do Estado, excetuando-se a MR/RD Metropolitana do Recife, onde se apresentou praticamente equivalente a proporção daqueles que se dirigiram para os municípios de origem e aqueles que foram para outros municípios, bem como na MR São Francisco, que apresentou uma pequena vantagem percentual daqueles que se destinaram à origem. (Tabela 3.10 e Gráfico 3.16).

3.4.2 A Predominância do Retorno para os Municípios de Origem

Os maiores volumes de retornados para o município de origem foram apresentados pela MR do Agreste Pernambucano, que participou com 47,30%, no período de 1970-80, e 49,77%, no período seguinte, apresentando um incremento percentual de 126,0%. Este destaque foi, ainda, reforçado quando se comparou o volume e a taxa média anual dos retornados para a origem, que esta mesorregião apresentou. A região apresentou as mais elevadas taxas anuais de migração de retorno para a origem (0,057%, em 1970-80, e 0,107%, em 1981-91) entre as mesorregiões do estado. (Tabela 3.11 e Gráfico 3.17)

A MR/RD Metropolitana do Recife e a MR do Sertão Pernambucano inverteram as suas participações relativas de migração de retorno para a origem, de um período para outro. A MR/RD Metropolitana decresceu sua participação de 28,40% em 1970-80 para 17,62% em 1981-91, enquanto que a MR Sertão Pernambucano cresceu de 11,00% para 19,47%. Já em relação as taxas médias anuais de migração de retorno, a MR/RD Metropolitana manteve suas taxas (0,026 e 0,025%



a.a., nas duas décadas) enquanto que a MR do Sertão Pernambucano cresceu de 0,029% a.a., em 1970-80, para 0,088% a.a., em 1981-91, destacando-se por apresentar a segunda maior taxa dentre as mesorregiões de Pernambuco. (Tabela 3.11 e Gráfico 3.17)

TABELA 3.11

PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – MIGRANTES DE RETORNO PARA OS MUNICÍPIOS DE NASCIMENTO (ORIGEM) E PARA OUTROS MUNICÍPIOS (NÃO-ORIGEM) DO FLUXO SP-PE. 1970-91

ESTADO, MESORREGIÕES E RDs	MIGRANTES DE RETORNO À ORIGEM SP - PE							MIGRANTES DE RETORNO À NÃO-ORIGEM SP - PE						
	1970 - 80			1981 - 91			Dif.% 70-80/81-91	1970 - 80			1981 - 91			Dif.% 70-80/81-91
	Volume	%	Taxa%	Volume	%	Taxa%		Volume	%	Taxa%	Volume	%	Taxa%	
1. MR/RD Metropolitana (1)	5459	28,40	0,026	7274	17,62	0,025	33,25	5010	44,26	0,024	7692	36,48	0,026	53,53
Núcleo Central	4807	25,01	0,030	5539	13,42	0,026	15,23	3996	35,30	0,025	4790	22,71	0,022	19,87
Recife	4302	22,38	0,038	3992	9,67	0,029	-7,21	2441	21,56	0,022	1937	9,19	0,014	-20,65
Litoral Norte	392	2,04	0,022	728	1,76	0,021	85,71	522	4,61	0,029	1621	7,69	0,047	210,54
Faixa Oeste	179	0,93	0,012	569	1,38	0,026	217,88	410	3,62	0,027	947	4,49	0,043	130,98
Litoral Sul	81	0,42	0,006	438	1,06	0,025	440,74	82	0,72	0,006	334	1,58	0,019	307,32
2 Meso Mata PE	1818	9,46	0,02	4234	10,26	0,036	132,89	1259	11,12	0,013	2111	10,01	0,018	67,67
2.1 RD Mata Norte	517	2,69	0,012	1982	4,80	0,037	283,37	243	2,15	0,006	668	3,17	0,013	174,90
2.2 RD Mata Sul	1301	6,77	0,024	2252	5,46	0,034	73,10	1016	8,98	0,019	1443	6,84	0,022	42,03
3 Meso Agreste PE	9090	47,30	0,06	20546	49,77	0,107	126,03	3891	34,37	0,024	7638	36,22	0,040	96,30
3.1 RD Agreste Setentrional	1213	6,31	0,034	2897	7,02	0,067	138,83	356	3,14	0,010	911	4,32	0,021	155,90
3.2 RD Agreste Central	5420	28,20	0,074	11187	27,10	0,127	106,40	2464	21,77	0,034	4395	20,84	0,050	78,37
3.3 Agreste Meridional	2457	12,78	0,048	6462	15,65	0,107	163,00	1071	9,46	0,021	2332	11,06	0,039	117,74
4 Meso Sertão PE	2115	11,00	0,029	8037	19,5	0,088	280,00	755	6,67	0,010	2759	13,08	0,030	265,43
4.1 RD Sertão Pajeú - Moxotó	1347	7,01	0,034	5556	13,46	0,111	312,47	585	5,17	0,015	2165	10,27	0,043	270,09
4.2 RD Sertão Central	310	1,61	0,026	1058	2,56	0,067	241,29	85	0,75	0,007	297	1,41	0,019	249,41
4.2 RD Sertão do Araripe	458	2,38	0,023	1423	3,45	0,055	210,70	85	0,75	0,004	297	1,41	0,011	249,41
5 Meso S.Francisco PE	737	3,83	0,03	1181	2,86	0,034	60,24	405	3,58	0,018	877	4,16	0,025	116,54
5.1 RD Sertão de Itaparica	405	2,11	0,046	593	1,44	0,052	46,42	86	0,76	0,010	123	0,58	0,011	43,02
5.2 RD São Francisco	332	1,73	0,024	588	1,42	0,025	77,11	319	2,82	0,023	754	3,58	0,032	136,36
PERNAMBUCO (2)(NºRel.)		100,0	0,034		100	0,057	114,78		100,00	0,020		100,00	0,029	86,29
(Nº Abs.)	19219			41279				11320			21088			

FONTE: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

NOTA: Base de dados: Fluxo interestadual de migração de retorno para a origem e outros municípios: pessoas com menos de 10 anos na UF que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo, incluindo ainda no filtro, a variável "nasceu neste município", para diferenciar dos que retornaram para a origem e para outros municípios (não-origem).

CHAMADAS: (1) Os municípios da Meso/RD Metropolitana estão reunidos em sub-regiões geográficas: Núcleo Central (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Litoral Norte (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá e Itapissuma), Faixa Oeste (Camaragibe, São Lourenço da mata e Moreno) e Litoral Sul (Cabo e Ipojuca).

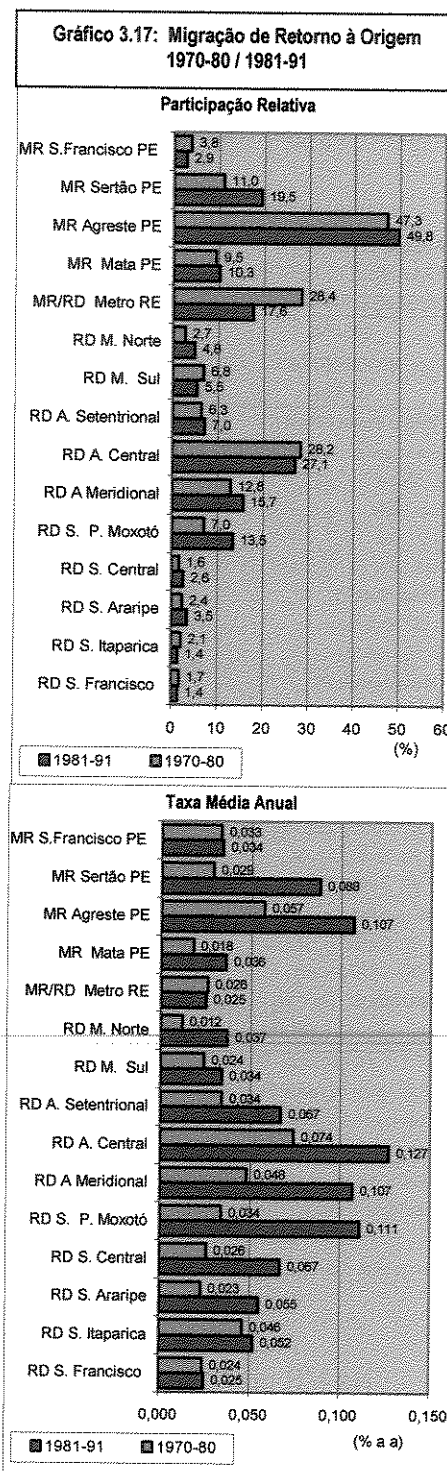
(2) Os dados do distrito estadual de Fernando de Noronha foram incluídos apenas, no total de Pernambuco, deste modo o somatório dos dados das mesorregiões não totaliza 100%.

Na MR do Agreste Central os retornados para a origem dirigiram-se, principalmente, para a RD Agreste Central mantendo sua participação relativa (de 28,20% para 27,10%) e quase duplicando sua taxa média anual (de 0,074% para 0,127%). A RD do Agreste Meridional seguiu-a em importância por ter aumentado o seu volume de 12,78%, nos anos 70, para 15,65%, nos anos 80. Na MR do Sertão Pernambucano predominou a RD Sertão do Pajeú-Moxotó que cresceu de 7,01% em 1970-80 para 13,46% em 1981-91. Este crescimento foi observado também na taxa média anual que triplicou o seu valor (de 0,034% para 0,111%) reforçado ainda pela diferença percentual de 312,47% do período de 1970-80 para 1981-91. (Tabela 3.11 e Gráfico 3.17)

Os migrantes de retorno do fluxo SP-PE à não-origem dirigiram-se, na sua maioria, à MR/RD Metropolitana do Recife, que apresentou o maior volume relativo desses migrantes (44,3%) na década de 1970-80, seguida da MR Agreste Central com 34,4%. Ambas as mesorregiões apresentaram a mesma taxa anual de migração de retorno a outros municípios que não à origem (0,024%) para o mesmo período. Já na década seguinte, ambas as Mesorregiões, também, equipararam-se nas suas participações relativas (36,5% e 36,2%, respectivamente), e a MR do Agreste Pernambucano, em relação ao retorno para a origem, destacou-se apresentando a maior taxa média anual (0,040%). (Tabela 3.11 e Gráficos 3.17 e 3.18)

No caso da MR/RD Metropolitana, esse comportamento possivelmente está refletindo as condições de acesso à moradia, que se tornaram mais viáveis nos municípios periféricos, próximos ao núcleo metropolitano, por seus preços mais acessíveis. A Tabela 3.10 demonstra que o percentual sobre a imigração dos migrantes de retorno ao município de não-origem é maior quando esses são periféricos ao núcleo metropolitano – Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes – o que, de certa forma, confirma a suposição.

A MR Sertão Pernambucano ampliou a sua participação de 6,7% (1970-80) para 13,1% (1981-91). Analisando-se paralelamente o volume e a taxa anual de migração de retorno para a não-origem, na década 1981-91, observou-se que, embora, a taxa média anual da MR do Sertão Pernambucano (0,030%) tenha se destacado em relação à MR/RD do Recife (0,026%), a primeira perdeu a sua importância relativa, em face ao menor volume de retornados para a não-origem. (Tabela 3.11)

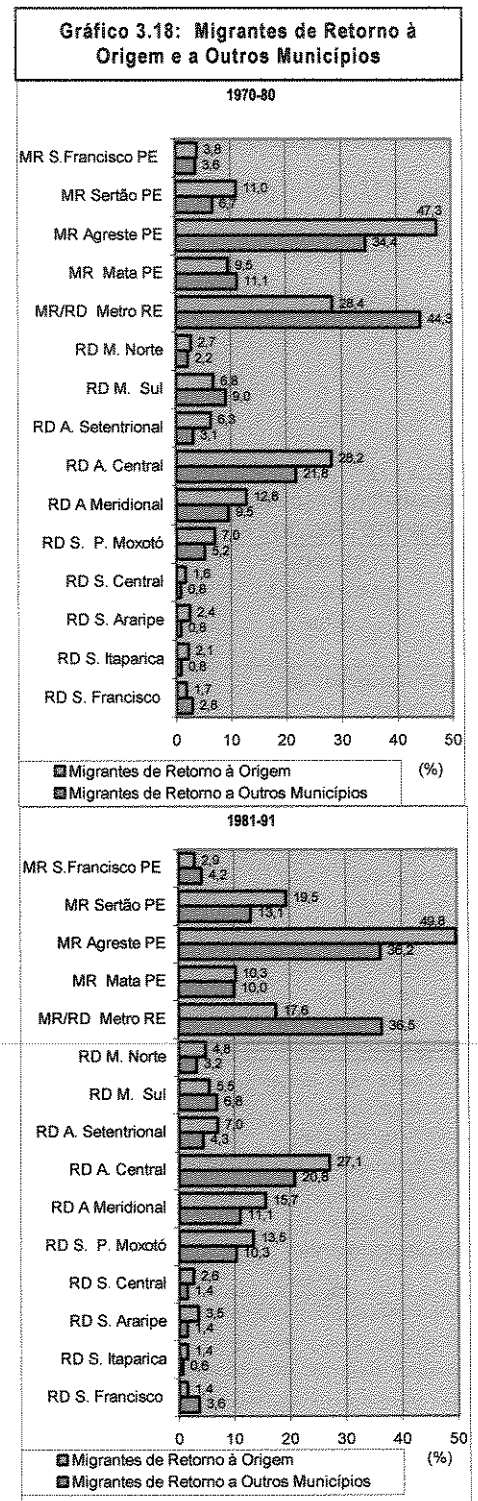


Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 3.11)

De um modo geral, pode-se afirmar que, do total dos migrantes de retorno procedentes de São Paulo que se dirigiram para o Estado de Pernambuco, 62,9% foram para o município de origem, enquanto que 37,1% dirigiram-se para outros municípios, na década de 70, elevando esse percentual para origem na década seguinte (66,2%).

Na década de 70, todas as Mesorregiões e as Regiões de Desenvolvimento ultrapassaram a 50,0%. Merece destaque a Mesorregião do Sertão Pernambucano, na qual 73,7% do total de retornados foram para a origem, seguida da MR do Agreste Pernambucano, com 70,0%. No período de 1981-91, excetuando-se a RM/RD Metropolitana do Recife, onde mais de 50% dos migrantes de retorno se dirigiram para outros municípios que não são os de nascimento, todas as demais MR e RD, se caracterizaram pelo maior volume de retornados para a origem. Neste contexto, a MR do Sertão Pernambucano apresentou-se com o mais expressivo percentual relativo (74,4%) seguida da MR do Agreste Pernambucano (72,9%). (Tabela 3.12)

Analisando a distribuição dos retornados à origem e não-origem em relação aos migrantes de retorno total do Estado de Pernambuco, verificou-se que um terço destes se dirigiram para os municípios de origem na MR do Agreste Pernambucano, nos dois períodos analisados [29,8% (1970-80) e 32,9% (1980-91)]. Destes migrantes, mais da metade foram para a RD do Agreste Central (17,8% e 17,9%, respectivamente). A MR/RD Metropolitana do Recife, situando-se num patamar logo abaixo da RD Agreste Central, recebeu 17,9% de retornados para os municípios de origem e 16,4% para os outros municípios, no período de 1970-80. Já no período seguinte, estes volumes reduziram-se passando de 11,66% para 12,33%. (Tabela 3.12)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 3.11)

Merece destaque a MR do Sertão Pernambucano, que quase duplicou a participação relativa dos migrantes de retorno à origem sobre o total de migrantes retornados à mesorregião, de um período para outro, passando de 6,9% de retornados para a origem para 12,9%. A RD do Sertão de Pajeú e Moxotó concentrou mais da metade dos retornados para a origem em relação as outras RD's da mesma mesorregião, chegando a duplicar a sua participação relativa, que passou de 4,41%, no período de 1970-80, para 8,91%, no período de 1981-91. (Tabela 3.12)

TABELA 3.12

PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – MIGRANTES DE RETORNO DO FLUXO SP-PE PARA O MUNICÍPIO DE NASCIMENTO (ORIGEM) E PARA OUTROS MUNICÍPIOS (NÃO-ORIGEM) E PORCENTAGEM SOBRE A MIGRAÇÃO DE RETORNO TOTAL. 1970-91

ESTADO, MESORREGIÕES E RDs	MIGRANTES DE RETORNO SP-PE (1)											
	1970 - 80				1981 - 91				% Sobre a Migração de Retorno Total PE			
	Origem	Não-origem	Total		Origem	Não-origem	Total		1970-80		1981-81	
			%	Volume			%	Volume	Origem	N-Origem	Origem	N-Origem
1.MR/RD Metropolitana (2)	52,14	47,86	100,0	10469	48,60	51,40	100,0	14966	17,88	16,41	11,66	12,33
Núcleo Central	54,61	45,39	100,0	8803	53,63	46,37	100,0	10329	15,74	13,08	8,88	7,68
Recife	63,80	36,20	100,0	6743	67,33	32,67	100,0	5929	14,09	7,99	6,40	3,11
Litoral Norte	42,89	57,11	100,0	914	30,99	69,01	100,0	2349	1,28	1,71	1,17	2,60
Faixa Oeste	30,39	69,61	100,0	589	37,53	62,47	100,0	1516	0,59	1,34	0,91	1,52
Litoral Sul	49,69	50,31	100,0	163	56,74	43,26	100,0	772	0,27	0,27	0,70	0,54
2.MR Mata PE	59,08	40,92	100,0	3077	66,73	33,27	100,0	6345	5,95	4,12	6,79	3,38
2.1 RD Mata Norte	68,03	31,97	100,0	760	74,79	25,21	100,0	2650	1,69	0,80	3,18	1,07
2.2 RD Mata Sul	56,15	43,85	100,0	2317	60,95	39,05	100,0	3695	4,26	3,33	3,61	2,31
3. MR Agreste PE	70,03	29,97	100,0	12981	72,90	27,10	100,0	28184	29,77	12,74	32,94	12,25
3.1 RD Agreste Setentrional	77,31	22,69	100,0	1569	76,08	23,92	100,0	3808	3,97	1,17	4,65	1,46
3.2 RD Agreste Central	68,75	31,25	100,0	7884	71,79	28,21	100,0	15582	17,75	8,07	17,94	7,05
3.3 Agreste Meridional	69,64	30,36	100,0	3528	73,48	26,52	100,0	8794	8,05	3,51	10,36	3,74
4. MR Sertão PE	73,69	26,31	100,0	2870	74,44	25,56	100,0	10796	6,93	2,47	12,89	4,42
4.1 RD Sertão Pajeú - Moxotó	69,72	30,28	100,0	1932	71,96	28,04	100,0	7721	4,41	1,92	8,91	3,47
4.2 RD Sertão Central	78,48	21,52	100,0	395	78,08	21,92	100,0	1355	1,02	0,28	1,70	0,48
4.2 RD Sertão do Araripe	84,35	15,65	100,0	543	82,73	17,27	100,0	1720	1,50	0,28	2,28	0,48
5. MR S.Francisco PE	64,54	35,46	100,0	1142	57,39	42,61	100,0	2058	2,41	1,33	1,89	1,41
5.1 RD Sertão de Itaparica	82,48	17,52	100,0	491	82,82	17,18	100,0	716	1,33	0,28	0,95	0,20
5.2 RD São Francisco	51,00	49,00	100,0	651	43,82	56,18	100,0	1342	1,09	1,04	0,94	1,21
PERNAMBUCO (3)(NºRel.)	62,93	37,07	100,0		66,19	33,81	100,0		62,93	37,07	66,18	33,81
(NºAbs.)	19219	11320		30539	41279	21088		62367	30539	30539	62367	62367

FONTE: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

CHAMADAS: (1) Base de dados: Fluxo interestadual de migração de retorno para a origem e outros municípios: pessoas com menos de 10 anos na UF que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo, incluindo ainda no filtro, a variável "nasceu neste município", para diferenciar dos que retornaram para a origem e para outros municípios (não-origem).

(2) Os municípios da MR/RD Metropolitana estão reunidos em sub-regiões geográficas: Núcleo Central (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes), Litoral Norte (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá e Itapissuma), Faixa Oeste (Camaragibe, São Lourenço da Mata e Moreno) e Litoral Sul (Cabo e Ipojuca).

(3) Os dados do distrito estadual de Fernando de Noronha foram incluídos apenas, no total de Pernambuco., deste modo o somatório dos dados das mesorregiões não totaliza 100%.

Esta predominância para os municípios de origem, nas MR do Agreste e do Sertão Pernambucano, de certo modo, explica o afluxo de migrantes de retorno à região, uma vez que ambas as mesorregiões são exportadoras de migrantes em volume elevado, especialmente a MR do Agreste Pernambucano.

3.4.3 A Maior Propensão de Retornar para a MR do Agreste Pernambucano e para a MR do Sertão Pernambucano

A expressividade migratória do retorno interestadual do fluxo SP-PE para o Estado de Pernambuco, relacionando os retornados segundo a última procedência à população exposta ao risco de retornar (emigrantes naturais), foi evidenciada ao duplicar seus percentuais, entre as décadas de 1970-80 e 1981-91, de 9,55% para 20,47% de migrantes expostos ao risco de retornar. Para mensurar a população exposta ao risco de retornar adotou-se a **Taxa de Retorno de Naturais com menos de 10 anos na UF atual**²⁰, especificando os retornados aos municípios de origem e a outros municípios que não são de nascimento.

TABELA 3.13
PERNAMBUCO, MESORREGIÕES (MR) E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO (RD) – TAXA DE RETORNO DE EMIGRANTES NATURAIS. 1970-91

ESTADO, MESORREGIÕES E RDs	TAXA DE RETORNO DE EMIGRANTES NATURAIS (1)								
	Retorno Total			Retorno para origem			Retorno para não-origem		
	1970-80	1981-91	Dif. %	1970-80	1981-91	Dif. %	1970-80	1981-91	Dif. %
1. MR/RD Metropolitana (2)	11,93	20,29	70,1	6,60	11,01	66,9	6,09	11,57	90,1
Núcleo Central	11,60	16,84	45,21	6,69	9,80	46,54	5,62	8,59	52,75
Recife	10,36	11,99	15,71	6,87	8,40	22,32	4,02	4,26	6,08
Litoral Norte	22,86	48,32	111,38	11,28	22,47	99,24	14,48	39,22	170,94
Faixa Oeste	12,19	36,60	200,20	4,05	17,81	339,85	8,81	26,50	200,73
Litoral Sul	5,35	22,49	320,21	2,73	14,14	417,18	2,77	11,16	303,24
2. MR Mata PE	7,90	14,79	87,1	4,83	10,38	115,1	3,39	5,46	60,9
2.1 RD Mata Norte	6,52	19,85	204,3	4,53	15,63	244,9	2,18	5,88	169,3
2.2 RD Mata Sul	8,49	12,50	47,2	4,95	8,01	61,7	3,91	5,28	35,2
3. MR Agreste PE	10,25	26,03	154,0	7,41	20,42	175,7	3,31	8,71	163,1
3.1 RD Agreste Setentrional	8,62	20,66	139,7	6,80	16,54	143,3	2,10	5,87	179,9
3.2 RD Agreste Central	12,07	30,06	149,0	8,62	23,58	173,4	4,11	10,81	162,7
3.3 Agreste Meridional	8,18	23,15	183,0	5,84	18,12	210,2	2,63	7,40	180,9
4. MR Sertão PE	7,82	24,35	211,3	5,88	19,33	228,5	2,18	7,60	248,1
4.1 RD Sertão Pajeú-Moxotó	7,89	25,09	218,0	5,64	19,42	244,6	2,53	8,59	239,6
4.2 RD Sertão Central	9,63	29,77	209,0	7,72	24,86	222,0	2,24	8,50	279,0
4.2 RD Sertão do Araripe	6,69	19,07	185,0	5,70	16,31	186,0	1,11	3,91	252,2
5. MR S.Francisco PE	15,23	26,32	72,9	10,39	17,01	63,8	5,99	13,21	120,6
5.1 RD Sertão de Itaparica	14,88	24,11	62,0	12,60	20,83	65,3	2,97	5,17	74,2
5.2 RD São Francisco	15,50	27,68	78,5	8,56	14,36	67,9	8,25	17,70	114,6
PERNAMBUCO (3)	9,55	20,47	114,4	6,23	14,56	133,7	3,76	8,01	112,7

FONTE: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

NOTA: Base de dados: fluxo interestadual de migração de retorno, que corresponde a pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo. Inclui ainda no filtro a variável "Nasceu neste município", para diferenciar os que retornaram para a origem e para outros municípios (não-origem).

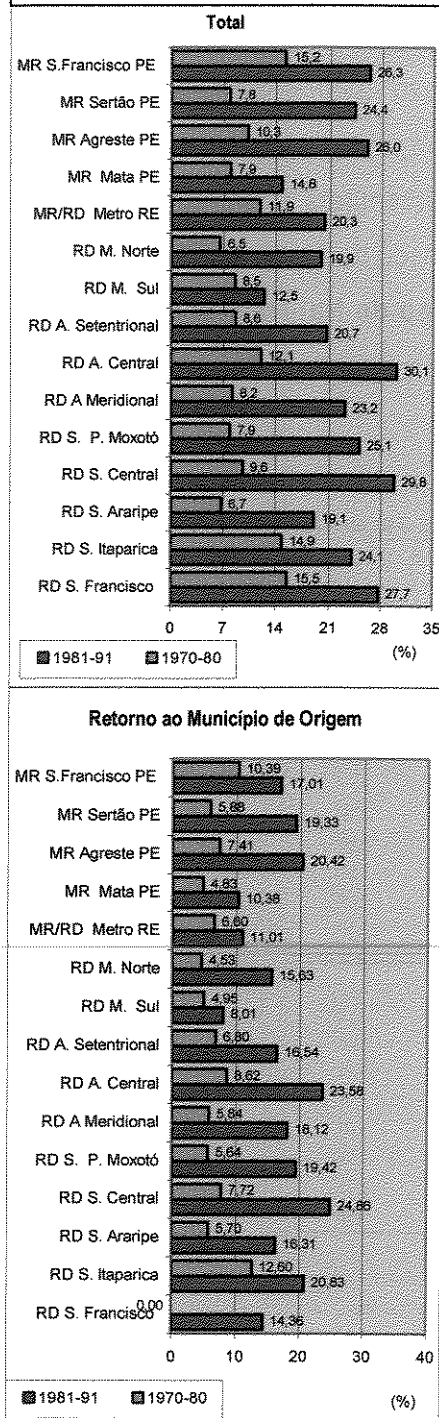
CHAMADAS: (1) Taxa de Retorno de naturais é a relação entre os migrantes de retorno e os emigrantes naturais que permaneceram nos locais de destino, sobreviveram e não-reemigraram para outras áreas, somados aos migrantes de retorno, ambos há menos de 10 anos na UF atual.

(2) Os municípios da Meso/RD Metropolitana estão reunidos em sub-regiões geográficas: Núcleo Central (Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Litoral Norte (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá e Itapissuma), Faixa Oeste (Camaragibe, São Lourenço da mata e Moreno) e Litoral Sul (Cabo e Ipojuca).

(3) O distrito estadual de Fernando de Noronha foi incluído apenas, no total do Estado de Pernambuco.

²⁰ A taxa de retorno de naturais com menos de 10 anos na UF atual, baseada em RIBEIRO (1997), encontra-se detalhada no Capítulo 2 - pág. 79 deste trabalho. É a relação entre os migrantes de retorno e os emigrantes naturais somados aos migrantes de retorno, ambos há menos de 10 anos na UF atual.

Gráfico 3.19: Taxa de Retorno de Emigrantes Naturais, 1970-91



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 3.13)

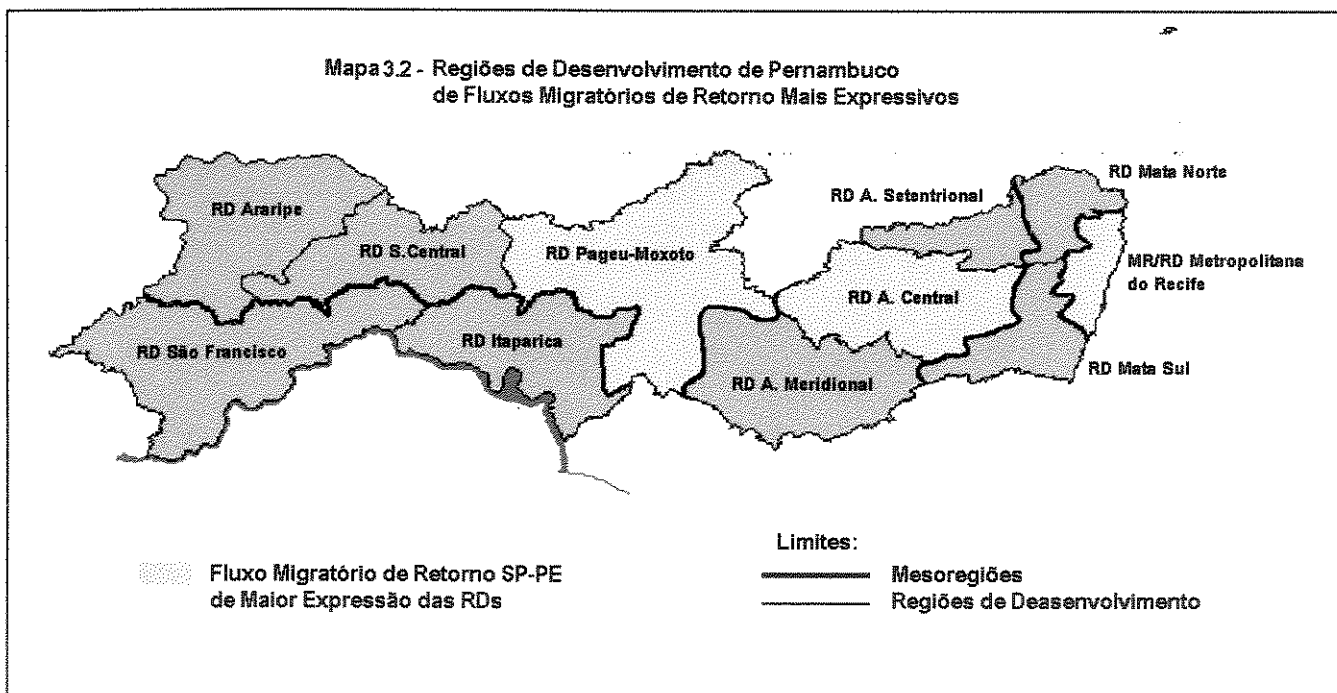
A mais alta taxa de migração de retorno de naturais foi encontrada na MR do São Francisco Pernambucano, que, na década de 70, apresentou um valor de 15,23% e, na década seguinte, 26,32%, embora esta mesorregião não apresente representatividade de volume de migrantes de retorno no fluxo PE-SP-PE. Segue-se a esta mesorregião a **MR do Agreste Pernambucano** que cresceu a taxa de retorno de naturais de 10,25% para 26,03%, de 1970-80 para 1981-91. Seguiram-se a esta região, no último período considerado, a **MR do Sertão Pernambucano** (24,35%) e a **MR/RD Metropolitana do Recife** (20,29%). A **RD do Agreste Central**, que nas duas décadas em foco passou de 12,07% para 30,06%, e a **RD do Sertão de Pajeú-Moxotó** que, no mesmo período, passou de 7,89% para 25,09%, apresentaram percentuais de migrantes expostos ao risco de retornar que ultrapassaram as regiões onde essas RD's estão inseridas. A mudança de expressão foi, também, observada através das diferenças percentuais de um período a outro (211,3% - MR do Sertão Pernambucano e 154,0% - MR do Agreste Pernambucano. (Tabela 3.13 e Gráfico 3.19)

A taxa de migração de retorno para a origem dos emigrantes naturais dos espaços analisados acompanharam o perfil dos emigrantes de retorno totais, no período de 1970-80. No fluxo de migração de retorno para a origem, no período de 1981-91, a maior taxa foi encontrada na **MR do Agreste Pernambucano** (20,42%), acompanhada da **MR do Sertão Pernambucano** (19,33%), seguida pela MR do São Francisco (17,01%) e pela MR/RD Metropolitana (11,01%). (Tabela 3.13 e Gráfico 3.19)

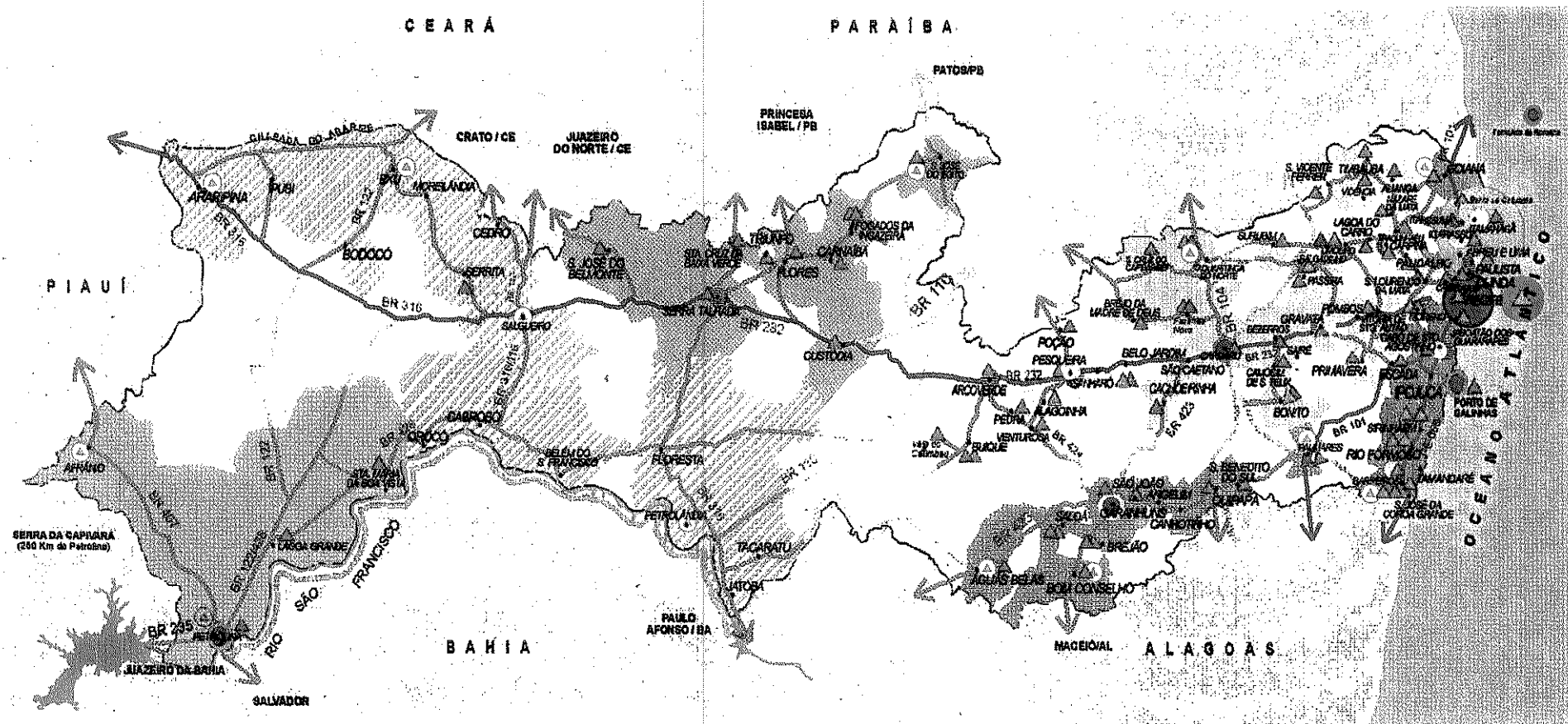
Quanto às mudanças observadas de um período para outro, destacou-se a **MR do Sertão Pernambucano** que teve sua taxa triplicada de uma década para outra (de 5,88% para 19,33%) apresentando a maior diferença percentual de 228,5%. Acompanhando a tendência desta mesorregião, a **RD do Sertão do Pajeú-Moxotó** apresentou uma diferença percentual

de 244,6% de 1970-80 para 1981-91, ampliando a sua taxa de retorno de naturais de 5,64% para 19,42%. Em plano subsequente, a **MR do Agreste Pernambucano** (de 7,41% para 20,42%) apresentou uma diferença percentual de 175,7%, de um período a outro, acompanhada também pela **RD do Agreste Central** (de 8,62% para 23,58%) apresentando uma diferença percentual de 173,4%.

A **MR/RD Metropolitana do Recife** registrou o menor percentual exposto ao risco de retornar para a origem dentre as demais mesorregiões do Estado. Esta mesorregião colocou-se dentre as taxas mais elevadas de retorno para os municípios de não-origem (11,57%), perdendo apenas para a MR do São Francisco (13,21%), ambas para a década de 80. (Tabela 3.13 e Gráfico 3.19). Enfocando a questão da migração de retorno, objeto central deste trabalho, os dados censitários demonstraram o destaque de três Mesorregiões, no contexto do Estado de Pernambuco: a **MR/RD Metropolitana do Recife**, a **MR do Agreste Pernambucano** e a **MR do Sertão pernambucano**. No âmbito de cada uma dessa mesorregiões, destacaram-se, respectivamente, as Regiões de Desenvolvimento Metropolitana do Recife, do Agreste Central e do Pajeú-Moxotó (Mapa 3.2), que se evidenciaram como os espaços privilegiados para um aprofundamento da questão central do trabalho: identificar a propensão de circularidade ou de reversibilidade dos fluxos de retorno de maior expressão no território pernambucano. Os Mapas 3.3 e 3.4 apresentam os pólos regionais de Pernambuco, com suas especificidades e potencialidades, contribuindo para uma melhor compreensão dos processos instalados nas diversas regiões do Estado – Mesorregiões e Regiões de Desenvolvimento – de modo a subsidiar a análise dos processos de retorno dos migrantes pernambucanos, a ser aprofundado, a partir das perspectivas das redes sociais no capítulo seguinte.



MAPA 3.4 POTENCIALIDADE TURÍSTICA DE PERNAMBUCO



LEGENDA

FUNÇÕES TURÍSTICAS

- Pólo Turístico Hierarquia IV
- Pólo Turístico Hierarquia III
- Pólo Eoturismo - Hierarquia III
- Pólo Turístico Hierarquia II
- Pólo Turístico Hierarquia I
- Complexo Náutico / Cultural
- Centro de Distribuição
- Centro de Atração / Estadia
- ▲ Núcleo de Distribuição
- ▲ Núcleo de Excursão
- ▲ Núcleo de Atração / Estadia
- Acesso Nacional / Internacional (aéreo e marítimo)
- Acesso Nacional / Interestadual (aéreo, rodoviário e fluvial)
- Acesso Interestadual Rodoviário

CORREDORES TURÍSTICOS, EPETIVOS E POTENCIAIS

- ▬ Corredor Estadual
- ▬ Corredor de Ligação entre Zonas
- ▬ Corredor Interno à Zona
- ▬ Corredor Fluvial

ZONAS TURÍSTICAS

- ZTL
- ZTI 1
- ZTI 2
- ZTI 3
- ZTI 4
- ZTI 5
- ZTI 6
- ZTI 6 - Área Potencial
- ZTI 7 - Zona Potencial

MAPA 3.3 VISÃO ESTRATÉGICA DE PERNAMBUCO

GESTÃO DESCENTRALIZADA/REGIONALIZADA

- RD ARARIPE
- RD AGRESTE CENTRAL
- RD PAJEÚ/MOXOTÓ
- RD AGRESTE MERIDIONAL
- RD SÃO FRANCISCO
- RD MATA NORTE
- RD ITAPARICA
- RD MATA SUL
- RD AGRESTE SETENTRIONAL
- RD METROPOLITANA

CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA

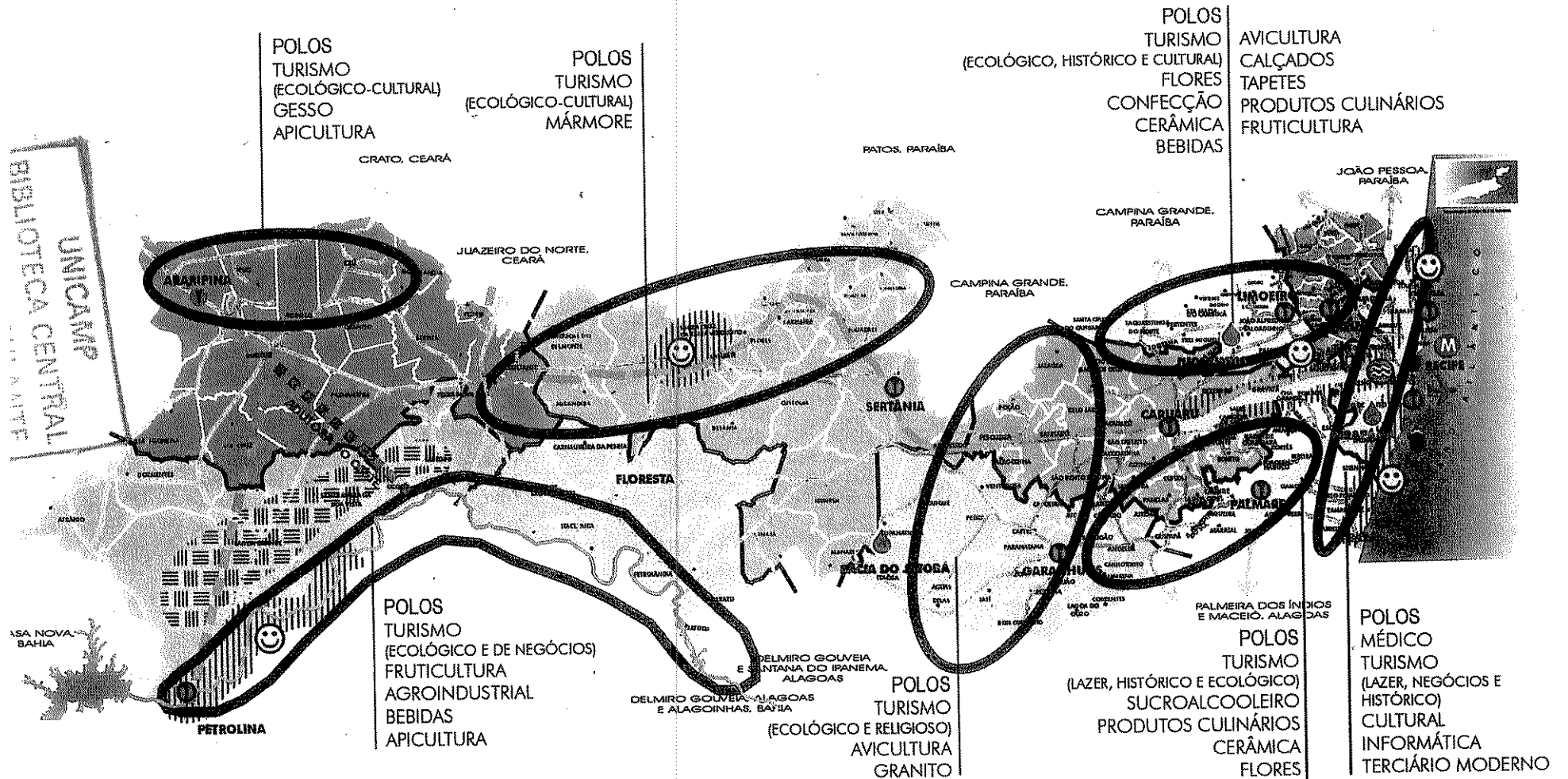
- CENTRO DE GESTÃO E INFORMAÇÃO
- CENTRO TECNOLÓGICO

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

- ÁREAS ESTRATÉGICAS

INFRA-ESTRUTURA

- ABASTECIMENTO D'ÁGUA
- AMPLIAÇÃO DA SUPERFÍCIE IRRIGADA
- TRATAMENTO DE ESGOTOS
- DUPLICAÇÃO DA BR 232 E BR 101
- TRANSNORDESTINA (RECUPERAÇÃO)
- TRANSNORDESTINA (IMPLANTAÇÃO)
- SUAPE (INCLUSIVE TERMOELÉTRICA E TERMINAL DE GÁS)
- AEROPORTO DOS GUARARAPES
- METRO



FONTE: FIDEM, 1999

Capítulo 4

AS REDES SOCIAIS NO FLUXO MIGRATÓRIO PE-SP-PE

“ ... o que interliga os indivíduos no espaço são as redes sociais..

...

As redes sociais fundadas em laços familiares, de amizade e com base na identidade de uma determinada comunidade, são categorias analíticas fundamentais para a análise dos sistemas migratórios.”

Maria Beatriz ROCHA-TRINDADE (2001: 91)



O panorama traçado dos espaços de troca mais expressivos como de origem e destino dos migrantes pernambucanos, na sua ida para São Paulo e no seu retorno para Pernambuco, ocorridos nas décadas de 70 e 80, destaca a capital do Estado de São Paulo como o espaço de maior receptividade desses migrantes, enquanto no contexto do Estado de Pernambuco, destacar: a **Região de Desenvolvimento Metropolitana do Recife**, também considerada uma mesorregião do Estado; a **Região de Desenvolvimento do Agreste Central**, situada no núcleo da região agrestina; e a **Região de Desenvolvimento do Pajeú-Moxotó**, situada no Sertão de Pernambuco. Este capítulo aprofunda a análise do processo migratório de retorno a Pernambuco, procedente do Estado de São Paulo, nas duas décadas mencionadas, especificando o comportamento desses espaços pernambucanos de maior destaque, de modo a dar conta das especificidades assumidas por tal processo nas distintas regiões fisiográficas de Pernambuco, algumas destas com renomada tradição migratória – o Agreste e o Sertão.

Os dados censitários demonstraram, de um lado, uma manutenção dos fluxos de emigração de pernambucanos em direção a São Paulo, apesar do arrefecimento que se observou na década de 80. Por outro lado, os dados evidenciaram o aumento do volume dos migrantes de retorno a Pernambuco procedentes de São Paulo, na década de 80, em relação à década anterior. Já os dados censitários de 2000, apontam para um arrefecimento desse fluxo de retornados pernambucanos, o que destaca a década de 80 como aquela de maior expressividade do movimento de retorno a Pernambuco, no contexto regional.

Entendendo que são as **redes sociais** que interligam os indivíduos no espaço e, especialmente, interligam os migrantes no seu percurso de emigração e de retorno, este capítulo procura elucidar o processo migratório dos retornados pernambucanos, procedentes do Estado de São Paulo, através dessa abordagem teórica. Enfrenta, assim, o desafio de construir o processo de migração de retorno através dos dados censitários, procurando avançar metodologicamente na

superação das limitações inerentes a essa base de dados, recorrendo à identificação e análise de entidades coletivas nos fluxos migratórios – a **família** – cujos arranjos indicam a maior ou menor autonomia ou dependência de um ator em relação a outro, no contexto das relações estabelecidas nas redes sociais formadas, bem como apontam para uma maior ou menor propensão à remigração ou à reinserção dos migrantes de retorno integrantes do fluxo estudado.

A pesquisa elaborada propiciou, no momento da tabulação de dados, a identificação de processos que sugerem a existência de redes sociais alimentadoras do fluxo PE-SP-PE. Tais processos configuraram-se pelo volume do fluxo migratório estabelecido entre alguns municípios e conjunto de municípios das referidas UFs. Este capítulo parte da exploração desses indícios de redes sociais, buscando, em seguida, registros dessas redes migratórias na realidade capazes de apontar para aquilo que a análise dos dados censitários apenas sugerem. Aprofunda a análise das redes sociais através das famílias integrantes do fluxo migratório em questão, caracterizando, em seguida, os diferenciais demográficos dos chefes das famílias, considerados como atores importantes dessas redes sociais, abordando a estrutura de oportunidades das famílias retornadas na sua UF de nascimento.

4.1 OS INDÍCIOS DE REDES SOCIAIS

Pesquisando os indícios de redes sociais no fluxo migratório PE-SP-PE, partiu-se do entendimento que essas redes são formadas por conjunto de pessoas ligadas por elos familiares, ocupacionais, culturais ou laços afetivos, que no âmbito do movimento migratório desempenham um papel importante. Tomou-se como referência dois de seus elementos – o **tamanho** e a **densidade** – destacados por PORTES (1995:9) como dos mais importantes:

*“... as redes sociais diferem em várias dimensões e têm consequência direta para o comportamento da economia: **tamanho**¹ e **densidade**² são os mais importantes.”³*

Através das tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, buscou-se identificar volumes expressivos do fluxo migratório entre municípios e conjunto de municípios das UFs analisadas, considerando que os fluxos de maior volume expressariam redes sociais de maior *tamanho*. Por outro lado, a *densidade* dessas redes, expressa pelas relações estabelecidas entre os seus componentes, foi buscada nos registros da realidade, fornecidos por estudos empíricos

¹ O tamanho refere-se ao número de participantes da rede. (Grifo nosso)

² A densidade refere-se ao número de laços entre eles (Grifo nosso)

³ Tradução da autora.

realizados por pesquisadores, que compõem o acervo bibliográfico deste trabalho, como também por reportagens realizadas sobre redes sociais identificadas no Agreste Pernambucano. Tais estudos contribuíram para a compreensão daquilo que os dados censitários sugeriram, especialmente a respeito dos indicativos de redes sociais, propiciando uma maior compreensão do processo analisado.

4.1.1 O Tamanho dos Fluxos Migratórios entre Municípios de Pernambuco e São Paulo Sugerindo Redes Sociais

Explorando a grande matriz de origem e destino que permite a visualização dos fluxos específicos estabelecidos entre os municípios paulistas e os municípios pernambucanos, no processo de troca migratória dos naturais de Pernambuco, constatou-se que os retornados de alguns municípios paulistas destinavam-se, integralmente, para alguns poucos municípios pernambucanos. Alguns desses fluxos chamaram a atenção, por serem oriundos de municípios do entorno da capital paulista e tomarem a direção de municípios do interior de Pernambuco, especialmente porque, de início, não se detectava, nesses municípios de destino, a existência de uma dinâmica econômica que se constituísse como indicadora de atrativos para esses retornados. Isto levou à hipótese de esses fluxos apresentarem indícios de redes sociais, suscitando o interesse de aprofundar a questão. Foram assim selecionados alguns fluxos de retorno do Estado de São Paulo, tanto para os municípios mais dinâmicos da MR/RD Metropolitana do Recife, da RD Agreste Central e da RD Pajeú-Moxotó, quanto para o seu entorno, levando em consideração que o volume dos fluxos dos espaços que mais exportam população e, ao mesmo tempo, que mais recebem retornados, sugerem a formação de redes sociais. A Tabela 4.1 sintetiza alguns dados dessa matriz, destacando os fluxos entre municípios e conjunto de municípios de fluxos migratórios mais expressivos entre as UFs consideradas.

A MR/RD Metropolitana do Recife concentra na Cidade do Recife a maior saída dos emigrantes naturais para a RM de São Paulo, atingindo cerca de três quartos dos emigrantes, nas duas décadas em foco, e, ao mesmo tempo, concentra o maior retorno desses migrantes, observando-se uma redução entre as duas décadas em análise (64,32% do total da RD, em 1970-80, e 40,13%, em 1981-91). Constatou-se, também, que o Recife perdeu a sua capacidade de absorção para os municípios do seu entorno, uma vez que, no período de 1981-91, os retornados do fluxo RMSP-entorno do Recife ultrapassaram 46,03% o fluxo anterior. Os emigrantes pernambucanos que partiram dos municípios do entorno do Recife seguiram o mesmo comportamento da capital pernambucana, quanto ao movimento migratório, porém, em proporções quatro vezes menores. (Tabela 4.1).

TABELA 4.1
MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS DE PERNAMBUCO - MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS DA RMSP E DOS MUNICÍPIOS DAS RDs SELECIONADAS DE PERNAMBUCO (1), 1970-91

Município destacado e Municípios agrupados das RDs selecionadas	1970 - 80						1981 - 91							
	Municípios da RM de São Paulo (2)										TOTAL			
	São Paulo	Industriais	Industriais / Dormitórios	Dormitórios, I, II e Agrícolas	Região Santos	% em Relação à RD (3)	Absoluto	São Paulo	Industriais	Industriais / Dormitórios	Dormitórios, I, II e Agrícolas	Região Santos	% em Relação à RD (3)	Absoluto
MR/RD METROPOLITANA														
Emigrante Natural Recife-RMSP	55,97	2,65	7,26	6,29	3,49	75,66	55175	47,88	2,22	10,65	9,94	3,78	74,46	39765
Migrante de Retorno RMSP-Recife	54,08	1,72	3,60	1,88	3,23	64,32	6268	32,54	0,89	2,43	2,34	1,93	40,13	5666
Retorno a Origem	35,09	0,83	2,29	1,12	1,75	41,09	4004	22,31	0,78	1,25	1,30	1,21	26,85	3791
Retorno a Não-Origem	18,98	0,89	1,31	0,56	1,48	23,23	2264	10,23	0,11	1,18	1,04	0,72	13,28	1875
Emigrante Natural Entorno Recife(4)-RMSP	11,90	0,49	2,45	1,31	1,92	18,07	13177	10,18	0,53	2,84	2,56	1,18	17,29	9232
M.Retorno RMSP-Entorno Rec	25,31	0,67	2,91	1,68	1,50	32,07	3125	35,14	0,60	4,50	3,63	2,16	46,03	6499
Retorno a Origem	6,89	0,28	0,75	0,80	0,92	9,64	939	11,20	0,28	1,84	1,04	1,00	15,36	2169
Retorno a Não Origem	18,42	0,39	2,17	0,88	0,57	22,43	2186	23,94	0,33	2,66	2,58	1,16	30,67	4330
Emigrante Natural Litoral Sul (5)-RMSP	2,37	0,12	0,49	0,33	0,20	3,51	2558	2,28	0,23	1,16	0,59	0,18	4,44	2371
Migrante de Retorno RMSP-Litoral Sul	1,24	0,43	0,00	0,00	0,00	1,67	163	3,53	0,08	0,62	0,30	0,31	4,84	684
Retorno a Origem	0,57	0,26				0,83	81	2,11	0,08	0,39		0,16	2,73	386
RD AGRESTE CENTRAL														
Emigrante Natural Caruaru-RMSP	18,13	2,98	3,01	3,08	1,16	28,36	14918	14,02	1,34	3,87	3,49	1,28	24,00	7856
Migrante de Retorno RMSP-Caruaru	35,57	4,04	1,28	1,87	1,73	44,48	3168	20,07	1,20	1,44	1,30	0,40	24,40	3484
Retorno a Origem	21,24	2,75	0,60	1,38	0,55	26,52	1889	11,96	0,57	1,02	0,76	0,31	14,62	2089
Retorno a Não-Origem	14,32	1,29	0,67	0,49	1,18	17,96	1279	8,10	0,62	0,42	0,56	0,09	9,80	1399
Emigrante Natural Entorno Caruaru (6)-RMSP	16,17	2,66	3,59	2,22	1,48	26,11	13737	14,32	2,57	2,78	3,78	0,56	24,01	7858
Migrante de Retorno RMSP-Entorno Caruaru	23,65	4,98	2,49	0,45	0,97	32,53	2317	20,87	1,90	3,13	1,92	1,58	29,39	4196
Retorno a Origem	18,90	4,04	1,85	0,29	0,63	25,72	1832	14,31	1,37	2,26	1,41	1,06	20,41	2914
Emigrante Natural Pesqueira/Entorno (7)-RMSP	22,09	0,79	4,27	2,14	0,43	29,72	15634	21,98	0,54	4,25	5,03	1,05	32,85	10752
Migrante de Retorno RMSP-Pesqueira/Entorno	12,64	0,17	1,05	0,65	0,00	14,50	1033	27,96	0,83	3,37	1,88	0,00	34,05	4861
Retorno a Origem	8,62	0,11	0,73	0,51	0,00	9,97	710	21,53	0,53	2,75	1,40	0,00	26,22	3743
RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ														
Emigrante Natural Arcoverde-RMSP	11,28	0,54	2,95	1,54	0,88	17,19	3492	6,68	0,12	2,48	1,42	0,30	11,01	2142
Migrante de Retorno RMSP-Arcoverde	18,42		0,24			18,67	305	13,98	0,44	2,12	2,67	0,31	19,53	1380
Retorno a Origem	8,94		0,24			9,18	150	7,03	0,24	0,69	0,71	0,00	8,68	613
Retorno a Não-Origem	9,49					9,49	155	6,95	0,20	1,43	1,97	0,31	10,85	767
Emigrante Natural Eixo BR232 (8)-RMSP	22,33	1,12	3,43	2,57	2,04	31,49	6398	18,90	0,72	7,34	5,76	4,84	37,56	7307
Migrante de Retorno RMSP-Eixo BR232	18,18	1,10	0,61	0,43	3,18	23,50	384	15,41	0,10	0,99	1,95	1,51	19,97	1411
Retorno a Origem	12,18	0,92	0,61	0,00	2,69	16,40	268	12,17	0,00	0,48	1,63	1,16	15,44	1091
Emigrante Natural Rodovia PE/PB (9)-RMSP	24,92	2,47	3,86	2,98	2,28	36,51	7417	23,40	2,02	3,58	5,81	1,80	36,61	7122
Migrante de Retorno RMSP-Rodovia PE/PB	35,01	2,39	2,51	1,84	2,51	44,25	723	38,38	2,04	2,97	2,80	0,81	47,00	3321
Retorno a Origem	26,68	1,22	2,08	1,84	2,20	34,03	556	29,86	1,87	2,56	1,71	0,48	36,48	2578

FONTE: FIBGE - Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

NOTA: Excluídos os migrantes de outros municípios fora da RMSP e os que integraram os municípios não definidos anteriormente (código 0)

CHAMADAS: (1) Base de dados: Fluxo interestadual de emigração dos Naturais de Pernambuco corresponde a pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (SP), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de Pernambuco. Fluxo interestadual de migração de retorno corresponde a pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo, incluindo ainda no filtro, a variável "Nasceu neste Município", para diferenciar dos que retornaram para a origem e para outros municípios (não-origem).

(2) Foi adotada a Tipologia dos municípios da RM de São Paulo elaborada por José Marcos Pinto da Cunha na sua Tese de Doutorado (1994 : 1.18 Anexo)

(3) Percentagens em relação aos valores das RDs: MR/RD Metropolitana (Emi.Nat.=72924 e 53401 , Retorno=9745 e 14120) ; RD Agreste Central (Emi. Nat. = 52610 e 32734), Retorno= 7122 e 14276) ; Rd S. Pajeú-Moxotó (Emi. Nat.=20315 e 19456 , Retorno= 1634 e 7066) . Tabelas 3.7 e 3.8

(4) Municípios integrantes do entorno do Recife: Olinda, Paulista, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata e Camaragibe.

(5) Municípios integrantes do Litoral Sul: Cabo de Sto Agostinho e Ipojuca

(6) Entorno de Caruaru: Brejo da Madre de Deus, São Caetano, Altinho, Agrestina, Bezerras, Riacho das Almas, Frei Miguelinho, Toritama e Sta. Cruz do Capibaribe.

(7) Pesqueira e Entorno: Pesqueira, Alagoinha, São Bento do Una, Belo Jardim, Cachoeirinha, Poção e Sanharó

(8) Municípios integrantes do Eixo da BR 232: Sertânia, Custódia, Betânia e Serra Talhada.

(9) Municípios situados na Rodovia PE/PB: Triunfo, Flores, Carnaíba, Afogados da Ingazeira, Tabira, São José do Egito e Itapetim.

Nos dois períodos analisados, predominaram os retornados do fluxo dos municípios de São Paulo-Recife, que se dirigiram para os municípios de origem, os quais representaram o dobro daqueles que fixaram residência nos municípios de não-origem. Já nos municípios do entorno do Recife ocorreu o contrário, predominando os retornados para os municípios de não-origem. Possivelmente esses retornados fixaram residência na capital pernambucana, que apresenta um elevado número de migrantes de retorno oriundos de São Paulo. Já no fluxo de emigrantes pernambucanos para São Paulo, ocorreu uma diminuição do afluxo para a capital paulista, entre os anos 70 e 80, enquanto aumentou o fluxo daqueles que se dirigiram para os municípios *Industriais/Dormitórios* e os *Dormitórios I, II e Agrícolas*.

Na RD do Agreste Central, o município de Caruaru, sozinho, enviou, em 1970-80, cerca de 28,36% de seus emigrantes para a RMSP e recebeu 44,48% do total de retornados para a RD onde se localiza. Na década seguinte, a redução dos que retornaram para Caruaru foi maior do que a da emigração dos naturais, equiparando-se em valores relativos (24%). Já nos municípios do entorno de Caruaru a proporção de retornados foi maior do que a dos emigrados para a RMSP. Foi, também, observado, no período 1970-80, que os retornados para os municípios do entorno de Caruaru deslocaram-se dos municípios industriais da RMSP, enquanto no período 1981-91, intensificaram-se os movimentos migratórios de retorno dos municípios *Industriais/Dormitórios*. (Tabela 4.1)

Um aspecto importante a destacar é que os municípios do entorno de Caruaru oferecem as vantagens da proximidade daquele centro dinâmico, ao mesmo tempo em que oferece condições de fixação talvez mais acessíveis ao retornado. Em todo caso, pode-se admitir a influência de Caruaru, seja na atração de migrantes de retorno de outros municípios pernambucanos para o seu espaço, seja na determinação de retornar a um município de origem situado nas vizinhanças de Caruaru.

O maior percentual dos emigrantes naturais da RD do Agreste Central, no período de 1981-91, foi encontrado no município de Pesqueira e no seu entorno (32,85%), do mesmo modo que esses municípios apresentaram o maior retorno deste período (34,05%). Este pólo de muitas saídas e muitas entradas sugerem a existência de redes sociais. No conjunto desses municípios destacam-se as cidades de Belo Jardim onde estão instalados indústrias de porte como a Palmeiron, Mafisa e Baterias Moura; os municípios de Alagoinha e Poção onde há uma significativa produção de renda renascença, doces artesanais e indústrias do setor de condimentos e o turismo religioso em Pesqueira e Poção. Excetuando a grande troca com o município de São Paulo, os emigrantes deste espaço foram para os

municípios *Industriais/Dormitórios* e os *Dormitórios I,II e Agrícolas* e retornaram em maior número dos *Industriais/Dormitórios*.

Focalizando a RD do Sertão do Pajeú-Moxotó, cujo movimento migratório encontra-se num patamar abaixo das duas RDs analisadas, foram destacados três espaços: o município de Arcoverde cortado pela BR 232, a qual, ao mesmo tempo, acessa os demais municípios desta RD; os municípios subseqüentes ao longo da BR 232; e o conjunto de municípios cortados pela Rodovia PE/PB. A percentagem dos que saíram de Arcoverde foi menor no período de 1981-91 do que no período anterior, caindo de 17% para 11%, enquanto que a percentagem dos que chegaram foram mantidas (19%). (Tabela 4.1)

Analisando os fluxos de retornados para os municípios da RD Pajeú-Moxotó, a situação assemelha-se, em termos, àquela verificada na RD Agreste Central. O município de Arcoverde – a entrada do Sertão – destaca-se como município de destino dos migrantes retornados para a RD onde se localiza. Como pólo dessa região, Arcoverde tem um poder de atração forte, embora não apresente novos processos econômicos, no período analisado, que justifiquem, como a Região do Agreste Central, o volume de retorno para a região onde se insere.

Em relação à análise do conjunto dos municípios ao longo das duas rodovias, observou-se que o maior movimento migratório foi encontrado na Rodovia Pernambuco-Paraíba, mantendo a percentagem de emigrantes naturais de 37% nas duas décadas e aumentando a percentagem de migrantes de retorno de 44% para 47%. Na economia da Região as atividades pastoris tem participação relevante, principalmente a bovinocultura e a caprinocultura, e as lavouras de subsistência e algodão. Segue em importância o conjunto dos municípios do eixo BR 232, que aumentou o percentual de emigração dos naturais de uma década para outra, enquanto diminuíram os migrantes de retorno de 23,50% para 19,97% em relação a RD. Como nas outras RDs, ao lado da predominância do afluxo para a capital paulista os migrantes retornaram menos dos municípios industriais e tiveram uma participação maior dos migrantes procedentes dos municípios *Industriais/Dormitórios* e *Dormitórios I,II e Agrícola*.

É importante destacar que, como demonstra a Tabela 4.1, entre as duas décadas consideradas, houve uma redução da procedência de retornados pernambucanos oriundos da capital paulista e dos municípios *Industriais* da RMSP e um aumento desses migrantes de retorno dos municípios de

Dormitórios I, II e Agrícolas. Isto se justifica a partir da análise realizada por CUNHA (1994) que já destacava a dinâmica migratória intrametropolitana dos municípios, com a afluência de migrantes, praticamente originários da capital e dos municípios centrais, para os municípios desta região paulista que ele denomina de *Dormitório II*, num efeito redistributivo, desde os núcleos até a periferia, que por sua vez, tende a apresentar, na composição de sua imigração com origem na Região Metropolitana de São Paulo, uma forte concentração dos fluxos de dentro da zona, como ocorre com os municípios de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Mauá.

PATARRA, PACHECO, CUNHA e BAENINGER (1997:33) destacam que, num quadro onde se mantém a expressividade do movimento migratório, seja, pelo aumento sensível da emigração de naturais como de não naturais (inclusive os **migrantes de retorno**) de São Paulo, seja pela importância relativa dos grandes fluxos migratórios para São Paulo originários do Nordeste, é importante salientar a elevada mobilidade da população, quer seja através de fluxos intrametropolitanos ou de fluxos entre a metrópole e o interior. Nesse sentido, apontam para o novo papel que se desenha para as pequenas e médias cidades do sistema urbano paulista, uma vez que

“ de um lado, se consolidam os processos de formação das novas metrópoles do interior ..., bem como ganham nova densidade antigos aglomerados urbanos constituídos por uma trama de cidades articuladas funcionalmente e hierarquicamente dispostas. Este processo é movido sobretudo pela periferização do crescimento populacional destas áreas, tanto no sentido de menores diferenciais entre os ritmos de expansão das sedes regionais e seus entornos, como muitas vezes pelo próprio crescimento mais acentuado das pequenas localidades e do entorno das sedes regionais.”

A redistribuição demográfica ocorre, portanto, com os migrantes intrametropolitanos de São Paulo, como, também, com os emigrantes de outros Estados do Brasil, que se dirigiram para a capital de São Paulo e para os municípios mais industrializados, os quais perdem relativamente, entre a década de 70 e 80, o potencial de atração de emigrantes oriundos de outras UFs do país.

Mesmo atribuindo tal situação às dificuldades de retenção dos migrantes que São Paulo passa a enfrentar, principalmente a partir da década de 80, o importante a destacar nesse processo são os indícios de redes sociais que eles sugerem, pela concentração do fluxo em determinados municípios. Nesse sentido, algumas contribuições de pesquisadores sobre o tema servem de referência para este trabalho, auxiliando a análise daquilo que os dados censitários sugerem.

Estudando o trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais, SALES (1995:101), analisa a relevância das redes sociais, constatando que:

“As unidades efetivas de migração não são indivíduos nem famílias, mas sim grupos de pessoas ligadas por conhecimento, amizade e experiência de trabalho, as quais, de alguma forma, incorporam a migração como uma alternativa possível a um momento crítico das suas vidas. Daí o porque de as migrações não se darem de forma aleatória, mas se dirigirem para aquelas poucas localidades com as quais seu lugar de origem tem fortes laços que constituem as tais redes sociais. Uma das formas de expressão dessas redes traduz-se na ajuda mútua, como a moradia temporária aos que chegam e ajuda em conseguir trabalho. As remessas dos imigrantes aos seus parentes nos locais de origem em muito contribuem para solidificar ainda as redes, à medida em que essas remessas são fatores decisivos para a vinda de novos migrantes de uma mesma procedência. Essas considerações sobre a importância das redes de migração e de mercado de trabalho ajudam a compreensão dos recentes fluxos migratórios brasileiros...”

CUNHA (1994) compartilha com o mesmo ponto de vista de SALES (1995), quando afirma, a respeito dos deslocamentos populacionais internos na Região Metropolitana de São Paulo, que

“...as direções dos mesmos não são aleatórias, já que não dependem apenas do que ocorre nas principais áreas de evasão populacional, mas, também, das condições oferecidas nos municípios de destino.

O desenvolvimento dos meios de comunicação tem contribuído fundamentalmente, facilitando, não só a interação das redes de migrantes, como a decisão de migrar. Nesse sentido, o depoimento de um migrante pernambucano (Edivânio, 66 anos)⁴, aposentado, testemunha a diferença que separa o processo por ele vivido, certamente na década de 50-60, e o processo atual:

“Hoje, as informações são de conhecimento de todos, no meu tempo a gente não tinha nem TV, não sabia o que ia encontrar pela frente. Alguns nem sabiam o caminho de volta para casa, se desse errado estava tudo perdido. Hoje não, há assistência para todo lado, assim facilita a vida do povo.”

Múltiplas são as causas das migrações, podendo resultar, tanto de uma circunstância negativa do local de origem, como de um potencial atrativo do local de destino. O rigor do clima com os períodos de seca prolongada, a desestruturação dos setores de produção agrícola em face da modernização da agricultura, entre outros, encontram-se, provavelmente, na base da decisão de migrar de muitos dos emigrantes pernambucanos. Por outro lado, a redução das oportunidades de trabalho e o aumento do desconforto e do custo de vida nas grandes cidades paulistas, possivelmente se somam a outras razões do retorno a Pernambuco. O desenvolvimento dos meios de comunicação –

⁴ Entrevista realizada por R. RIGAMONTE (1997:51)

viários e informacionais – propicia, por sua vez, a alimentação das redes de relações que conferem uma maior dinamicidade ao fluxo que se estabelece entre os dois Estados – Pernambuco e São Paulo. A migração como processo social envolve, também, um complexo conjunto de mudanças a nível individual, doméstico e comunitário.

Dentro de um quadro de referência que leva em conta as redes sociais no processo migratório, MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALEZ (1987:4), consideram que tais mudanças

“... ocorrem de modo preditivo (antecipado), ordenado e são sensivelmente semelhantes em diferentes comunidades. Age, ainda, em uníssono, causando um aumento na migração através do tempo. Ao longo do tempo crescem os laços entre áreas emissoras e receptoras criando uma rede social que progressivamente reduz o custo do movimento. As pessoas de uma mesma comunidade se entrelaçam em uma rede de obrigações recíprocas sobre as quais os novos migrantes se apóiam e encontram trabalho na sociedade receptora. A faixa de contatos sociais nesta rede se expande com a entrada de cada novo migrante encorajando, assim, mais migração e, em última análise, levando, assim, a emergir a migração como um fenômeno de massa”.⁵

Em uma pesquisa realizada junto a emigrantes do Agreste Pernambucano (RD agreste Central) do município de Gravatá para Pirituba, em São Paulo, CAVALCANTI (1999:81) destaca a questão do imaginário social, como um elemento importante nesse processo, considerando que

“... a decisão de sair (...) depende seguramente dos laços dos parentes no ‘sul’. Esses passam sua experiência para os que chegam e fazem, de certa maneira, uma triagem, selecionando os que devem ser acolhidos e estimulados a ficar e os que devem voltar. Todos aprendem rápido que, para sobreviverem nesse novo espaço urbano, é necessário que o indivíduo adquira novos sistemas de sinais e novos referenciais, os quais precisam ser interiorizados a fim de que possam situar-se. O futuro, obviamente, pode ser ampliado ao preço da incerteza e insegurança e da superação de um certo limite, que é dado a cada um pelo sistema de uma cidade organizada, impessoal e exigente de qualidades.”

As redes sociais fornecem o apoio psicológico e material necessário aos migrantes. Representam uma forma de capital significativo. Encaminham ao emprego, intermediam as comunicações, fazem um tipo de ponte entre as pessoas envolvidas. Geralmente, cada migrante novo, o primeiro a chegar em um lugar, faz crescer uma rede em torno de si, incluindo outras pessoas, migrantes ou não. Essas redes proliferam e sustentam-se. Funcionam quase como uma força estrutural. Esse apoio incondicional ficou evidenciado na pesquisa realizada por BAPTISTA (1998:286), analisando as redes sociais de solidariedade, como tática de resistência e sobrevivência, na vida

⁵ Tradução da autora

cotidiana do migrante nordestino residente em São Paulo, que enfrenta a pobreza e a miséria. Entre os depoimentos colhidos pela autora, o de uma migrante nordestina explicita isso:

"A ajuda que temos junto aos nossos que moram aqui é grande. Se não fosse isso eu não teria como estar aqui".

Algumas pesquisas fornecem exemplos ricos do funcionamento das redes sociais para populações que migram. Demonstram que as redes na migração têm um papel, tanto viabilizador da saída, como territorializador, ou seja, de inserção do migrante no local de destino. BILAC (1995:70), afirma:

"Correntes migratórias são estimuladas pelas redes sociais baseadas em laços familiares domésticos de amizade e comunitários. Ligando migrantes e não migrantes em uma complexa teia de relações sociais e interpessoais, tais redes conduzem informação, assistência social e financeira. Elas também modelam os efeitos da migração – desde a não-migração, a imigração, a migração de retorno e a continuidade dos fluxos migratórios."

Segundo MASSEY (1994), a rede impulsiona e faz com que a pessoa migre. Estar dentro da rede significa maior probabilidade de migrar. Se as redes não existissem, as barreiras tornar-se-iam mais fortes e as migrações não seriam tão intensas.

Para a grande maioria do migrante a longa distância é importante a informação para as decisões de migrar, bem como aquelas redes de assistência para a fixação no destino. Face aos constrangimentos causados pelas redes pessoais, considerando falhas muitas das vantagens teoricamente disponíveis nos locais de destino, **os migrantes concentram-se em algumas localidades nas quais têm fortes ligações com o lugar de origem**. O alto risco e o grande custo do retorno tornam mais intensas a confiança nos laços estabelecidos previamente.

POVOA-NETO (1997:21-22), abordando os limites dos troncos teóricos através dos quais a questão das migrações vem sendo analisada e a necessidade de compreensão de fenômenos e processos pouco estudados, finaliza dando relevância às redes:

"Tudo parece indicar que, na conjuntura da crise, as redes de relações sociais primárias tendem a representar um apoio ainda mais fundamental àqueles que buscam se estabelecer em um dado lugar ou se encontram simplesmente de passagem. (...) A presença dessas redes de contato, cristalizadas ao longo de décadas de migrações, contribui para explicar a intensidade dos deslocamentos populacionais mesmo em uma situação social em que os diferenciais de renda e de condições de vida se tornam pouco perceptíveis. Tais redes se tornam forças sociais vivas, a

estabelecer 'pontes' entre os lugares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência."

BAPTISTA (1998), por sua vez, chama atenção para o destaque que POVOA-NETO dá para tais diferenças, as quais, segundo a teoria das migrações mais tradicional, seriam os principais motivadores da decisão de migrar.

4.1.2 A Densidade das Interações nas Redes Sociais Evidenciadas por Registros da Realidade

"Todas as sextas feiras, um posto de gasolina de Caruaru, localizado às margens da BR-104, transforma-se numa verdadeira rodoviária pirata com dezenas de ônibus clandestinos partindo para o Sul e Sudeste do País, sobretudo São Paulo. Pelo menos três desses ônibus fazem viagens regulares para Foz de Iguaçu, no Paraná, viabilizando a atividade de um novo tipo de mascate cada dia mais comum em Caruaru: o sulanqueiro-muambeiro. São dezenas de homens e mulheres que duas vezes por mês enfrentam três dias de viagem para vender as roupas produzidas em Santa Cruz do Capibaribe e comprar brinquedos, fitas cassete e toda a sorte de bugigangas em Ciudad del Este, paraíso da muamba, vizinho a Foz do Iguaçu." ⁶

Há cerca de doze anos, este circuito, percorrido por esses ônibus clandestinos⁷, parece consolidar uma **rede** entre nordestinos do Agreste de Pernambuco e moradores do sul e sudeste do país, especialmente de São Paulo, já que é nesta cidade que desce a maioria dos passageiros (85%), com suas cargas dirigindo-se ao bairro do Brás, indo o restante dos passageiros até a cidade paranaense de Foz de Iguaçu, onde atravessam a Ponte da Amizade para a Ciudad del Este, no Paraguai. Nessa travessia, um grupo de pernambucanos atua como "laranja de mão dupla"⁸ levando sulanca⁹ e trazendo muamba¹⁰.

⁶ Trecho de reportagem de Eduardo Machado apresentada no Jornal do Comércio, Recife, 22 de Outubro de 2000, Caderno JC Cidades, p 1-4.

⁷ A rota percorrida por esses ônibus pelo interior do Brasil inclui trechos onde a estrada "simplesmente sumiu", como a de Ouro Branco, em Alagoas até Jeremoaba, na Bahia. Esses ônibus são adaptados para comportar a maior quantidade possível de carga, retirando, para isso, as 3 últimas fileiras de bancos trazeiros e o próprio banheiro.

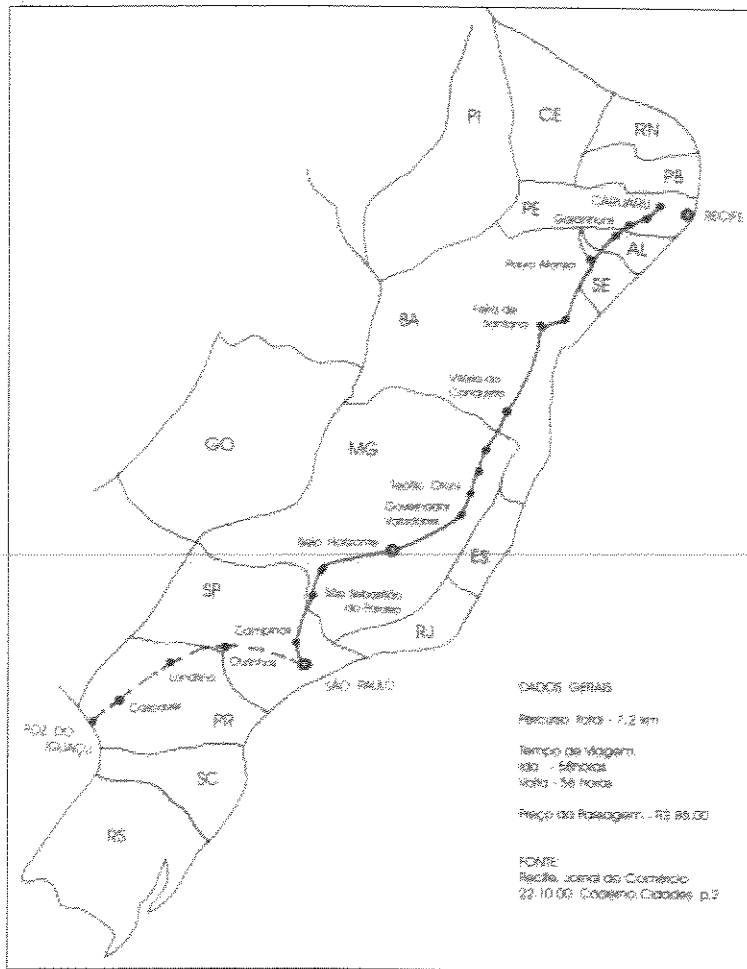
⁸ "Laranjas de mão dupla" são pessoas contratadas pelos sulanqueiros-muambeiros para carregar mercadorias na travessia da Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, visando "driblar" a fiscalização.

⁹ Roupas produzidas, em geral de forma artesanal e utilizando retalhos variados, no município de Santa Cruz do Capibaribe, situado no Agreste de Pernambuco, limítrofe com o município de Caruaru.

¹⁰ Produtos importados, adquiridos, no caso específico, na Ciudad del Este, no Paraguai, e, na sua maioria, sem regularidade fiscal.

Como núcleo central do Agreste Pernambucano, o município de Caruaru é ponto inicial dessa rota de ônibus que liga o Agreste Pernambucano a São Paulo e a Foz do Iguaçu, através de um circuito regular de transporte de sulanqueiros e muambeiros com seus produtos para comercializar. As informações obtidas acerca deste circuito, através da reportagem já citada e de entrevista com integrantes do SEBRAE, confirmam uma rede de interações de migrantes pernambucanos estabelecidos em São Paulo com seus parentes e conterrâneos. (Mapa 4.1)

MAPA 4.1 CIRCUITO DE ÔNIBUS DO AGRESTE PERNAMBUCANO A SÃO PAULO
Rota: Caruaru – São Paulo – Foz do Iguaçu – São Paulo – Caruaru



Fonte: Jornal do Comércio, Recife, 22.10.2000, Caderno JC Cidades, p 1-4

A importância do pólo Caruaruense no Agreste Pernambucano dá-se pelo comércio dinâmico da cidade, através de sua "Feira de Caruaru", onde se insere a "Feira do Paraguai". Nelas são comercializadas, entre outros artigos, a "sulanca" produzida em Santa Cruz do Capibaribe¹¹, os artefatos de couro produzidos em Cachoeirinha, município vizinho a São Caetano¹², além de produtos vindos de São Paulo e do Paraguai.

De acordo com os vendedores que trabalham com a mercadoria nas ruas de Ciudad del Este¹³, as roupas baratas produzidas em Pernambuco e em São Paulo, correspondem a 30% dos produtos de vestuário comercializados. Comprada a baixo custo, a mercadoria tem saída certa, alimentando o comércio que se estabelece entre São Paulo e os pólos de produção e

¹¹ Conforme informação do SEBRAE, Santa Cruz do Capibaribe possui mais de 3.000 unidades produtivas.

¹² O município de São Caetano se situa entre os municípios de Caruaru e Cachoeirinha. Como se verificou no capítulo anterior, São Caetano, bem como Santa Cruz do Capibaribe, onde se localiza a grande produção de "sulanca", ambos municípios vizinhos a Caruaru, apresentam os mais altos índices de eficácia migratória entre os municípios do Estado de Pernambuco, o que é indicador de uma absorção de população significativa.

¹³ Conforme entrevista dos repórteres do JC com os comerciantes da "sulanca" em Caruaru.

comercialização da “sulanca” em Pernambuco

*“Tanto as roupas do Nordeste quanto as de São Paulo são muito procuradas porque têm preço baixo e são muito bonitas, apesar de não terem um acabamento muito bom”.*¹⁴

Os produtos trazidos de Ciudad del Este vão, na maioria, para os tabuleiros da “Feira do Paraguai”, em Caruaru, que se inicia todas as segundas-feiras às 20 horas e termina ao meio dia das terças-feiras, congregando cerca de 3.000 comerciantes e atraindo compradores de todo o interior pernambucano e até de estados vizinhos. Parte dos produtos são revendidos diretamente em cidades do interior de Pernambuco, na busca de maior lucro pelos mascates.

Um dado de grande interesse para este estudo, que envolve essa rede de comércio, remete às conexões que se estabelecem entre migrantes pernambucanos em São Paulo e seus parentes do Agreste de Pernambuco. Dona Santina Lima¹⁵, 63 anos, comercializa na “Feira do Paraguai” com mercadorias enviadas por seu filho, residente em São Paulo. Tais mercadorias são remetidas via transportadora regularizada, o que, por sua vez, sugere uma coexistência de processos formais e informais nesse comércio estabelecido. O vizinho de banca de D. Santina, por exemplo, afirmou que todas as suas mercadorias são compradas com nota fiscal e que ele próprio participa da luta dos feirantes de Caruaru para que se discipline o comércio local.

A partir dessas redes de relações sociais estabelecidas e consolidadas pelo circuito dos ônibus na rota Caruaru - São Paulo - Foz de Iguaçu, é possível constatar:

- Migrantes pernambucanos residentes em São Paulo alimentam a rede de comércio – formal e informal – estabelecida entre o sul do país e sua terra natal, reforçando sua relação com a família e a própria economia familiar, a exemplo do filho de D. Santina da Feira do Paraguai, em Caruaru;
- A rede estabelecida pela rota dos ônibus acima citada propicia o aumento do fluxo de retorno dos migrantes residentes no sul do país, em especial em São Paulo, seja de forma permanente, caracterizando uma “reversibilidade”¹⁶ do fenômeno da migração, seja de caráter provisório, caracterizando o “ir e vir”, ou seja, a “circularidade”¹⁷ dos migrantes.

¹⁴ Afirma Feliciano Espinoza, dona de uma loja na Galeria Vênus de Ciudad del Este.

¹⁵ Pseudônimo dado pelos repórteres do Jornal do Comércio a uma barraqueira da Feira do Paraguai, em Caruaru.

¹⁶ “Reversibilidade” constitui-se conceito chave deste trabalho a ser aprofundado neste capítulo.

¹⁷ “Circularidade” constitui-se um conceito chave a ser aprofundado neste capítulo.

No outro lado da rede, ou seja, em São Paulo, RIGAMONTE (1999) aponta para alguns processos que se estabelecem e alimentam os fluxos migratórios. A “Feira do Norte”, montada nas imediações da Praça Agente Cícero, diante da Estação Ferroviária Roosevelt, funciona nos moldes de uma feira livre, destacando-se pela variedade de produtos provenientes do Nordeste e comercializados por **conterrâneos** nordestinos. Aos artigos regionais mistura-se uma infinidade de produtos eletrônicos provenientes do Paraguai, acompanhados por roupas e cosméticos, semelhante à “Feira do Paraguai”, em Caruaru.

Além desta feira, outras organizações são estabelecidas por migrantes, promovendo um contato regular interpessoal e facilitando grandemente o processo de adaptação e mútua assistência. A Praça Sílvio Romero, por exemplo, há mais de trinta anos, reúne, aos domingos, imigrantes nordestinos que esperam caminhões para trocar mercadorias - presentes, alimentos, dinheiro, cartas, recados - com seu local de origem. Esses migrante vão até lá, muitas vezes, para conversar com o caminhoneiro recém-chegado, afim de obter informações recentes sobre a sua região, tais como quem casou, quem morreu, quem migrou, quem retornou, e assim por diante. A convivência dominical entre esses migrantes estreitam laços de amizade, motivados pela **conterraneidade**, e alimentam redes de informações sobre oportunidades de trabalho, nos locais de origem e destino, bem como sobre moradia, lazer, etc. (R. RIGAMONTE, 1999)

A relação é de confiabilidade e cumplicidade entre os organizadores e os receptores desta “rede informal de comunicação”. Em meio à metrópole e a relações tão distanciadas, há um espaço preservado que reproduz as relações vividas na região de origem, garantindo a sua continuidade. Além da perpetuação dos laços de origem, é possível observar ainda, nessa praça e nessa feira, como se deu a formação de um “pedaço” nordestino dentro de pedaços de São Paulo.

MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987) destacam essas “organizações voluntárias” entre os mecanismos institucionais que facilitam a formação e a manutenção dos laços sociais entre os migrantes, constituindo-se como uma das **bases sociais** nas quais as redes sociais assentam-se. Tais bases consistem em laços sociais que ligam a comunidade emissora a pontos específicos das sociedades receptoras. Estes laços sociais, por sua vez, não são criados pelo processo migratório mas são a eles adaptados e no decorrer do tempo reforçados pela própria experiência comum da migração. As mais importantes relações nas redes sociais são baseadas no **parentesco**, **amizade**, **conterraneidade**, as quais são reforçadas por uma interação regular em associações voluntárias. As

diferentes organizações voluntárias servem às funções de coesão dos migrantes e de integração de outras comunidades. Sejam quais forem os seus propósitos, essas associações voluntárias aumentam sua importância para as redes de migração, além das ligações interpessoais acima mencionadas.

Essas organizações voluntárias contribuem para a fixação dos migrantes no local de destino, confirmando o **quinto princípio** das redes sociais, definido, também, por MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987), segundo o qual, independentemente da aparência temporária do fluxo migratório, é inevitável a fixação de alguns migrantes no seio da sociedade receptora. Os migrantes podem começar como trabalhadores sazonais, mas, com o correr do tempo, adquirem laços sociais e econômicos que os lançam na condição de residência permanente lá fora. Estes migrantes formam comunidades afiliadas, coesas dentro da sociedade receptora, as quais fortalecem grandemente as redes na medida em que proporcionam um sólido ancoradouro para relações sociais lá fora, criando um contexto seguro nos quais os migrantes podem chegar e ajustar-se. Isto leva ALBUQUERQUE JR. (199:32), a afirmar que esta resistência cultural leva, por outro lado, o migrante a colocar a sua marca no processo onde se insere,

“estabelecendo limites, abrindo brechas nas quais puderam preservar aspectos de seu modo de vida tradicional: suas festas, seus divertimentos, seus amores, afetos, ódios e valores.”

Um outro aspecto importante a destacar, especificamente no contexto pernambucano, refere-se à intensidade do movimento migratório em torno de um processo econômico instalado em regiões do Estado de Pernambuco, fora do centro dinâmico da Região Metropolitana do Recife, que historicamente concentrou o fluxo migratório com destino a Pernambuco, e que vem perdendo sua posição de destaque para o Agreste Pernambucano, desde a década de 70. Nesse sentido, a pesquisa que BAENINGER (1996:29) desenvolveu sobre as mudanças que ocorreram na distribuição espacial de São Paulo, na década de 80, aponta para a necessidade de outros estudos que elucidem aspectos relativos aos condicionantes da emigração de retorno interestadual. Como afirma a autora, a nova configuração espacial da migração e da urbanização

“aponta para novas inter-relações entre os sistemas urbanos, a hierarquia urbana, a rede de cidades, as cidades e seu entorno e os fenômenos sociais”. (Segundo ela) “... Nos anos 80, o poder de atração exercido pela indústria parece ter diminuído sensivelmente em função da perda de seu dinamismo. Marcando assim, a consolidação dos pólos regionais no Interior, tanto por suas distintas economias quanto por sua inserção no processo de urbanização paulista”.

No caso de Pernambuco, a criação de novas atividades e posterior consolidação de distritos industriais fora da capital do estado, ou, ainda a implantação do Porto de SUAPE, o desenvolvimento de atividades turísticas nos demais municípios litorâneos, ao lado da implantação de núcleos habitacionais em razão dos programas de habitação popular, sobretudo nos anos 70, são alguns fatores que estão associados à perda de importância demográfica da Cidade do Recife, no contexto da Região Metropolitana do estado.

Como já foi visto anteriormente, ao mesmo tempo em que cresceu a importância numérica dos fluxos migratórios interestaduais entre os estados de Pernambuco e São Paulo, seja ao nível estadual, seja ao nível das mesorregiões, das regiões de desenvolvimento ou de um conjunto de municípios, do período de 1970-80 para o período de 1981-91, estes fluxos também se tornaram mais concentrados segundos uns poucos locais de procedência e de destino. Já na última década, o fluxo migratório de retorno dos pernambucanos, praticamente, mantém-se em importância numérica.

A afluência dos fluxos migratórios para o local de destino de maior dinamismo econômico, como no caso da MR/RD Metropolitana do Recife e da RD do Agreste Central, por exemplo, ocasiona fluxos migratórios de grande volume, sugerindo, por sua vez, redes migratórias de grande *tamanho*, como destaca PORTES (1995). Contudo, deve-se levar em conta as observações de BOISSEVAIN¹⁸, segundo o qual

“... tanto maior o tamanho da rede, quanto mais difícil é para todos os membros estarem interrelacionados, resultando, portanto em baixa densidade.”

Por outro lado, quando o destino dos deslocamentos é para locais de pouco dinamismo econômico, como é o caso do retorno à MR do Sertão Pernambucano, especialmente à RD Pajeú-Moxotó, com já foi mencionado anteriormente, PORTES (1995:10) considera que

*“...o grau de relações dos subconjuntos da rede social aumenta a densidade mais do que a rede como um todo.”*¹⁹

Os fluxos destacados entre os municípios das UFs de São Paulo e Pernambuco - considerados como indícios de redes sociais - podem refletir a constituição de laços - familiares, de amizade, de conterraneidade, de trabalho e outros - estabelecidos entre indivíduos dentro de um mesmo fluxo migratório. Segundo PORTES (1995:12), as redes sociais

¹⁸ BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of Friends : Networks, Manipulators and Coalition*. New York:St.Martin's Press,1974 (p. 31-33). apud PORTES (1995, p. 9). Tradução da autora.

“... sempre emergem com características de grandes agregados, influenciam os sucessos ou acertos dos indivíduos e os significados e constrangimentos nos seus caminhos.”²⁰

4.2 A FAMÍLIA COMO ENTIDADE COLETIVA DO FLUXO MIGRATÓRIO PE-SP-PE

A importância da análise das redes sociais, no contexto do fluxo migratório estabelecido entre os Estados de Pernambuco e de São Paulo, torna-se evidente, para dar conta do processo de migração de retorno dos naturais pernambucanos. Enfrentou-se, contudo, no âmbito deste estudo, as limitações de apreender-se este processo através dos dados censitários. Procurando avançar metodologicamente para superar, em parte, esta dificuldade, recorreu-se às informações disponíveis nos Censos Demográficos de 1980 e 1991 acerca das famílias migrantes, entendendo estas como entidades coletivas no contexto dos fluxos migratórios.

Ao adotar-se a **família** como **unidade migratória**, enfocou-se o grupo social ligado por elos familiares formadores de redes sociais. Outros elos – de amizade, de conterraneidade, de trabalho – não são possíveis de captar através dos Censos, o que restringiu esta análise a um determinado tipo de redes. De todo modo, procurou-se superar as limitações em considerar o fluxo migratório, a partir de um número de indivíduos com determinadas características que se deslocaram do local de origem para o local de destino, como bem destaca MARTINE & CAMARGO (1984), indo buscar os grupos de indivíduos que se uniram através de relações de interesse mútuo e de especial confiança.

A condição migratória vista através das variáveis *Parentesco com o Chefe de Família e Espécie de Família*, cruzadas com as variáveis *Tempo de Residência na Unidade da Federação Atual*, *Idade no Momento da Migração* e a *Carga dos Membros sobre o Chefe e Razão de Dependência*, foi analisada através dos diferenciais dos comportamentos familiares dos diversos fluxos migratórios, para avaliar o caráter familiar da migração associado a um movimento de circularidade e/ou reversibilidade dos fluxos migratórios selecionados.

¹⁹ Tradução da autora.

²⁰ Tradução da autora.

4.2.1 As Relações de Dependência entre os Migrantes

O conceito de redes sociais pressupõe, segundo ROCHA-TRINDADE (1995), “qualidades operativas” importantes para estudar determinadas estruturas relacionadas, sendo a principal dessas “qualidades” a posição que um ator ocupa na estrutura da rede. Determinando o **grau de autonomia ou dependência** de um ator em relação aos outros, o fator *posição* torna possível simplificar a análise da rede social, à medida que esta vai crescendo em complexidade, constituindo um elemento importante para a compreensão da conduta dos indivíduos ou grupos nas redes de intercâmbio.

Nesse sentido, considerou-se que duas condições básicas repercutem no grau de autonomia ou de dependência do chefe de família, interferindo na decisão de migrar, seja dele próprio, seja da família: de um lado, considerou-se que o tamanho da família atribui ao chefe uma carga, que lhe confere um maior ou menor grau de autonomia, com relação a compromissos e responsabilidades assumidos com os demais membros da família; de outro lado, entendeu-se que o número de crianças até 14 anos e o número de membros da família idosos (acima de 60 anos) representam uma dependência em relação ao chefe da família, embora seja importante fazer-se a ressalva que as pessoas idosas têm participado, cada vez mais, com a sua contribuição financeira para a “manutenção” das famílias, sobretudo depois da aposentadoria rural instaurada pela Constituição Federal de 1988.

Elegeu-se, então, no contexto da análise aqui apresentada, os indicadores sintéticos do grau de autonomia ou de dependência dos membros da família em relação ao chefe: a *carga sobre o chefe*, representada pelo percentual sobre ele dos membros das famílias, bem como a *razão de dependência*, que expressa a razão do número de crianças até 14 anos somado ao número de pessoas com mais de 65 anos sobre o número daquelas pessoas inseridas na faixa de idade potencialmente ativa (15 a 64 anos).

Levou-se, também, em consideração que as *posições* dos atores numa rede social determinam a **estrutura de oportunidades** de um ator no que diz respeito à facilidade de acesso aos recursos de outros atores situados na rede. Nesse sentido, ROCHA-TRINDADE (1995:91) afirma que,

“... se numa determinada rede cada ator possuir recursos valorizados pelos restantes atores e se cada vínculo representar a possibilidade de obter esses recursos, então a estrutura da rede representa uma estrutura de oportunidades determinante para o comportamento dos atores em presença.”

Partindo deste entendimento e diante das possibilidades apresentadas pelos dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, que trazem a *posição* dos diversos migrantes em relação ao chefe de família a que pertencem, a análise aqui procedida estabeleceu um comparativo das famílias que integraram os fluxos migratórios PE-SP-PE, nas duas décadas em estudo, a partir da *posição dos membros da família em relação ao chefe* – considerando este um ator importante nas redes sociais baseadas em elos familiares.

Vale, contudo, ressaltar que o destaque dado ao chefe de família, no contexto da análise aqui procedida, também se justifica pelo caráter operacional em função dos dados censitários disponíveis. A concepção de família, nos últimos Censos Demográficos²¹, baseiou-se não só no parentesco como na convivência, o que tem levado a dificuldades no momento de definir a família como unidade de análise. A propósito disto CUNHA (1996) afirma que

“A identificação da família no Censo somente pode ser feita tendo como referência o chefe da mesma, a partir do quesito referente ao grau de parentesco com este último. A dificuldade consiste em identificar quais os arranjos que predominam nos movimentos migratórios. Uma vez que as trajetórias migratórias são captadas de forma individual, torna-se impossível, através do Censo, reconstruir as trajetórias das famílias como conjunto”.

É importante considerar que esta classificação censitária de família, que tem por base o grupo doméstico, distingue-se da classificação das famílias de parentesco, que leva em conta o tipo de parentesco e a relação das pessoas com os chefes da família, conduzindo à distinção das famílias nucleares, extensas ou compostas²², conforme apresentado no Censo de 1991. Nesse sentido, vale ressaltar os limites para a construção das famílias de parentesco através do Censo de 1980, especialmente pelas alternativas que este oferece em termos das relações de parentesco com o chefe e, até mesmo, pela circunscrição dessas relações ao espaço físico do domicílio em que residem as pessoas (GOLDANI, 1986).

Relacionando as variáveis compatíveis entre os dois Censos Demográficos de 1980 e 1991, a Tabela 4.2 estabelece uma comparação dos membros da família em relação ao chefe, nos dois períodos censitários. Observou-se que, no conjunto dos fluxos migratórios, que emigraram um total de 76.723 famílias (1970-80) e 65.676 famílias (1981-91) de chefes naturais de Pernambuco, enquanto

²¹ A família foi definida como “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica, que vissem num mesmo domicílio, ou pessoas que vissem só em domicílio particular”. Foi ainda considerado como família “todo conjunto de, no máximo, 5 pessoas que morassem em um domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laços de parentesco e/ou dependência doméstica. Fundação IBGE.1991

retornaram 11.006 famílias (1970-80) e 24.775 (1981-91) famílias de chefes retornados pernambucanos. O número de membros das famílias que acompanharam os chefes é maior nos fluxos dos emigrantes pernambucanos do que nos fluxos dos retornados, em ambas as décadas. O tamanho médio da família dos emigrantes manteve-se praticamente equivalente (3,78 e 3,76), no período em estudo, enquanto as famílias dos retornados apresentaram uma ligeira redução no seu tamanho (2,78 e 2,52 nas respectivas décadas). Esse dado merece destaque, uma vez que os filhos e enteados dos emigrantes pernambucanos representaram, quase 30% dos membros da família, nas décadas de 70 e 80, apesar de a fecundidade ter caído, não só no Brasil, como em Pernambuco. (Tabela 4.2)

As famílias com maior número de membros dirigiram-se para os municípios de origem, em ambos os períodos analisados (2,90 e 2,75, respectivamente), o que pode ser indicio de que voltaram mais famílias para o município de origem, enquanto os sozinhos e as famílias mais reduzidas, que exercem menor carga sobre o chefe, puderam buscar outras áreas. No contexto das regiões selecionadas, a MR/RD Metropolitana destacou-se com famílias mais numerosas (3,56 e 3,49 nas duas décadas), como, também, a RD do Sertão do Pajeú-Moxotó (3,21 e 3,06), situando-se, ambas as regiões, acima da média estadual. (Tabela 4.2 e Tabelas IV 1.1 a IV 1.3)

TABELA 4.2
PERNAMBUCO - POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE SEGUNDO A CONDIÇÃO MIGRATÓRIA E TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL. 1970-91

FLUXO MIGRATÓRIO	1970 - 80										1981 - 91																			
	Posição da Família com					Relação ao Chefe					Carga S/ Chefe (1)					Posição da Família com					Relação ao Chefe					Carga S/ Chefe (1)				
	Chefe	Cônjuge	Filhos / Enteados	Outros Membros da Família	Total	Todos os membros	Outros Membros da Família	Tamanho Médio da Família	Taxa de Chefia (%)	Chefe	Cônjuge	Filhos / Enteados	Outros Membros da Família	Total	Todos os membros	Outros Membros da Família	Tamanho Médio da Família	Taxa de Chefia (%)												
Emigrantes Naturais																														
Até 1	4,88	4,50	7,78	9,83	26,98	4,53	2,02	5,53	18,07	3,55	3,49	6,11	7,51	20,66	4,82	2,11	5,82	17,18												
2 a 5	10,90	9,39	12,13	8,66	41,08	2,77	0,80	3,77	26,52	14,57	12,29	16,55	10,40	53,80	2,69	0,71	3,69	27,08												
6 a 9	10,71	8,24	9,44	3,55	31,94	1,98	0,33	2,98	33,53	8,49	7,37	6,53	3,14	25,54	2,01	0,37	3,01	33,24												
Total	%	26,48	22,12	29,35	22,04	100,00				26,61	23,15	29,19	21,05	100,00																
Abs		75723	64102	85045	63860	289730	2,78	0,83	3,78	26,48	66676	57132	72051	51950	246809	2,76	0,79	3,76	26,61											
Migrantes de Retorno Total																														
Até 1	13,30	8,05	16,97	3,07	41,39	2,11	0,23	3,11	32,14	11,97	6,66	12,78	2,30	33,71	1,82	0,19	2,82	35,52												
2 a 5	16,35	9,84	14,67	2,78	43,44	1,66	0,17	2,66	37,64	17,07	9,51	13,38	2,39	42,35	1,48	0,14	2,48	40,32												
6 a 9	6,32	3,33	4,95	0,58	15,18	1,40	0,09	2,40	41,63	10,68	6,32	6,18	0,77	23,95	1,24	0,07	2,24	44,61												
Total	%	35,97	21,02	36,59	6,42	100,00				39,73	22,49	32,33	5,45	100,00																
Abs		11006	6431	11194	1965	30596	1,78	0,18	2,78	35,97	24775	14023	20166	3403	62367	1,52	0,14	2,52	39,73											
Migrantes de Retorno Origem																														
Até 1	12,52	7,00	19,31	2,50	41,33	2,30	0,20	3,30	30,29	11,54	6,31	14,98	2,30	35,13	2,04	0,20	3,04	32,86												
2 a 5	15,89	8,54	16,81	2,19	43,43	1,73	0,14	2,73	36,58	15,63	8,90	15,83	1,87	42,24	1,70	0,12	2,70	37,01												
6 a 9	6,09	3,15	5,60	0,39	15,24	1,50	0,06	2,50	39,99	9,25	5,55	7,37	0,46	22,63	1,45	0,05	2,45	40,89												
Total	%	34,50	18,69	41,72	5,08	100,00				36,43	20,76	38,18	4,62	100,00																
Abs		6641	3598	8031	978	19248	1,90	0,15	2,90	34,50	15037	8571	15761	1909	41278	1,75	0,13	2,75	36,43											
Migrantes de Retorno Não Origem																														
Até 1	14,63	9,83	13,01	4,02	41,48	1,84	0,27	2,84	35,27	12,81	7,34	8,47	2,29	30,92	1,41	0,18	2,41	41,54												
2 a 5	17,14	11,50	11,03	3,78	43,45	1,54	0,22	2,54	39,44	19,89	10,70	8,57	3,39	42,56	1,14	0,17	2,15	46,62												
6 a 9	6,70	3,64	3,83	0,90	15,07	1,25	0,13	2,26	44,23	13,47	7,81	3,85	1,38	26,52	0,97	0,10	1,97	50,65												
Total	%	38,46	24,96	27,87	8,70	100,00				46,18	25,85	20,89	7,07	100,00																
Abs		4365	2833	3163	987	11348	1,60	0,23	2,60	38,42	9740	5453	4406	1492	21091	1,17	0,15	2,17	46,13											

FONTES: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

NOTA: As Tabelas sobre as regiões de Pernambuco selecionadas compõem o Anexo IV.1.1 a IV.1.3

CHAMADAS: (1) Carga sobre o chefe: (a) Carga sobre o chefe de " todos os membros " corresponde à soma de cônjuges, filhos/enteados e outros membros da família dividido pelo chefe; (b) Carga sobre o chefe de "outros membros da família" é a divisão de outros membros da família em relação ao chefe.

Diante das limitações apresentadas pelas informações censitárias, para uma comparação entre as duas décadas da família como conjunto, recorreu-se à composição do grau de complexidade das famílias através de informações sobre o parentesco das pessoas com o respectivo chefe. Tal mensuração foi feita utilizando-se como recurso a *taxa de chefia*. Esta medida corresponde à proporção de chefes de família sobre a população total. Segundo BURCH (1976)²³, quanto maior se apresenta essa proporção menor grau de complexidade familiar indicado, já que implica um menor número de pessoas restantes para agregar-se às famílias tornando-as complexas. Proporcionalmente, o número de chefes cresceu de pouco mais de ¼ do total de membros das famílias que deixaram Pernambuco, em ambas as décadas (26,48% e 26,61%, respectivamente), para mais de 1/3 dos membros das famílias que retornaram ao estado (35,97% e 39,73%, respectivamente). Assim, a taxa de chefia elevou-se entre a década de 70 e 80 nas famílias que retornaram, especialmente naquelas que não se dirigiram para o município de origem, refletindo sobre a carga assumida pelo chefe no contexto familiar.

A carga de membros da família sobre o chefe, no fluxo de emigração dos naturais pernambucanos para São Paulo, praticamente manteve-se entre as duas décadas (2,78 e 2,76, respectivamente), com tendência de concentração das maiores cargas (4,53 e 4,82, respectivamente) entre as famílias migrantes com menor tempo de residência em São Paulo. Contudo, observou-se uma redução significativa da carga dos membros das famílias sobre os chefes, ao longo da década de 80, especialmente nas famílias que não se dirigiram para o município de nascimento. Nestas, o número de chefes chegou a representar 46,13% do total de membros das famílias. O maior grau de dependência dos membros em relação ao chefe apresentou-se nas famílias que retornaram para os municípios de origem, o que sugere uma tendência de reversibilidade do movimento migratório de pernambucanos provenientes do estado de São Paulo. (Tabela 4.2 e Tabelas IV 1.1 a IV 1.3)

É importante ressaltar que a carga sobre o chefe representada por outros membros da família foi bem maior para os emigrantes recém-chegados em São Paulo (2,02% e 2,11%, nas décadas em foco), do que para os retornados. Há todos os indícios de que a família se divide após a emigração. Tal situação pode ser indicio de redes sociais, caracterizadas por agregação de pessoas por relações de parentesco, de amizade, de compadrio, de solidariendade, etc, conforme BATISTA (1998:272) identificou na favela Jardim Colombo, onde realizou sua pesquisa com migrantes nordestino, em

²³ Burch, Thomas K. *El Tamaño y la Estructura de las Familias: Un Analisis Comparativo de Datos Censales*. San José, CELADE, 1976, apud GOLDANI, 1986.

especial uma extensa família pernambucana procedente de Araripina. Alguns aspectos de rede social que foram destacados pela autora reforçam os dados analisados, uma vez que, segundo ela:

“Os conterrâneos do Nordeste continuam a chegar com poucas perspectivas de sucesso na cidade. A maioria não tem recursos, não tem qualificação para enfrentar o concorrido mercado de trabalho e não há perspectiva de emprego. No entanto, eles têm a segurança de que vão ter suporte, embora este já não esteja tão intenso como no passado, devido à privação pela qual também passam os que estão responsáveis por acolhê-los”.

Um aspecto importante a considerar é que a carga dos membros em relação ao chefe diminuiu à medida em que se ampliou o tempo de residência na UF de destino, seja no movimento de emigração, seja no de retorno e em ambas as décadas analisadas. Este dado pode indicar que as famílias chegaram mais numerosas ao destino, sendo muitas delas estendidas e compostas, e foram aos poucos se fracionando, em função de realocações e/ou saída de membros. A fase inicial de até um ano de residência na UF atual, na qual se concentram as famílias que apresentaram a maior carga de membros sobre os chefes, expressou o momento de instalação dos migrantes, a fase de seu enquadramento na sociedade de destino, em geral amparado por redes e estruturas de acolhimento.

A concentração de migrantes com mais de 5 anos (entre 6 a 9 anos) no Censo de 1991 superou a mesma faixa no Censo de 1980, sugerindo um processo de reversibilidade das famílias retornadas, que se amplia de 15% para cerca de 24%. Esse comportamento apresentou-se semelhante nas regiões pernambucanas selecionadas, registrando-se uma ampliação maior da proporção de chefes sobre o total de membros de famílias que não se destinaram para os municípios de origem na RD Pajeú-Moxotó. (Tabela 4.2).

É importante lembrar que, quanto maior a carga de membros da família sobre o chefe, maiores são as dificuldades enfrentadas na decisão de migrar, e vice-versa. Nesse sentido, os dados apontam para uma maior propensão à remigração – à circularidade – daqueles migrantes que não se destinam aos municípios de origem. Ao mesmo tempo dão indicativos de que o retorno ao município de origem, entendido este a partir do conceito de *residência base*, formulado por COURGEAU (1990), aponta para a reversibilidade do fluxo migratório.

A *razão de dependência*²⁴, ou *carga de dependência de crianças e idosos*, como denomina JANNUZZI (2001), constitui um outro indicador que inseriu na análise o perfil etário da população

²⁴ JANNUZZI (2001) denomina este indicador de *carga de dependência* ou *carga de dependência de crianças e idosos* dada pela fórmula: (número de crianças de até 14 anos + número de idosos acima de 65 anos)/(número de pessoas entre 15 e 65 anos) x 100.

migrante. Definida pelo quociente entre a população dependente (crianças de até 14 anos somado ao número de idosos acima de 65 anos) e a população potencialmente ativa (pessoas entre 15 e 65 anos) a razão de dependência é expressa em termos de 100 habitantes. A população em idade de trabalhar é conceituada de forma distinta em diversos países, porém, em termos gerais, considera-se a faixa etária compreendida entre 15 e 64 anos como aquela constitutiva da *população em idade produtiva* ou *população potencialmente ativa*, que representa a idade de trabalhar. Os grupos que estão fora desse limite são compostos por pessoas muito jovens e idosas que, em termos do processo econômico, são consideradas como componentes da "população dependente", ressalvando-se, como já foi mencionado, que os idosos participam cada vez mais com sua aposentadoria.

A Tabela 4.5 compara a estrutura da população dos fluxos migratórios - de emigração e de migração de retorno - demonstrando que a razão de dependência manteve-se relativamente alta, acima de 40, nos fluxos emigratórios, em ambas as décadas, bem como no fluxo de retorno, seja no seu conjunto, seja no que se destina ao município de origem, na década de 70. O resultado do cruzamento da posição dos membros das famílias em relação ao chefe com grandes grupos etários das idades no momento da migração, para migrantes com até 5 anos de tempo de residência na UF de destino²⁵, apresentou-se como dado essencial para o dimensionamento dos recursos humanos disponíveis nos fluxos migratórios em análise.

Os valores elevados dessas razões de dependência, em ambas as décadas, possivelmente refletem que no fluxo migratório analisado mostrou-se expressivo o volume de menores de 15 anos e as pessoas mais idosas com menores possibilidades de contribuir em termos de trabalho para o grupo familiar. Os dados mostram, também, que esse encargo reduziu-se expressivamente nas famílias que se destinaram aos municípios de "não-origem", cuja razão de dependência decresceu de 36,3 (década de 70), para 19,9 (década de 80), expressando maiores oportunidades de acesso aos recursos por parte dos integrantes do fluxo migratório.

²⁵ Para efeito de comparação com os dois períodos censitários, fez-se um recorte da idade da migração de até 5 anos de tempo de residência na UF de destino. Contudo, esta parcela da população abrange a grande maioria dos migrantes como pode ser visto: emigrantes PE-SP (67,89% com até 5 anos de tempo na UF em relação ao total do fluxo, no período de 1970-80 e 74,32%, no período seguinte); retorno total SP-PE (84,73% contra 75,99% nos dois períodos); retorno total SP-PE (84,73% contra 75,99% nos dois períodos); retorno para a origem SP-PE (84,63% em 1970-80 e 77,28% em 1981-91); retorno não-origem (84,90% e 73,47%, nos dois períodos); retorno total SP-PE (84,73% e 75,99% nos dois períodos); retorno total SP-PE (84,73% contra 75,99% nos dois períodos); retorno para a origem SP-PE (84,73% em 1970-80 e 77,28% em 1981-91); retorno não-origem (84,90% e 73,47%, nos dois períodos).

a destinação dos fluxos migratórios para os municípios de não-origem. (Tabelas IV.2.1, IV.2.1 e IV.1.3, em anexo).

A Tabela 4.3 destaca, também, a elevada participação relativa de outros membros das famílias de emigrantes pernambucanos, representando 23,19% e 21,74%, nas duas décadas em foco, respectivamente, o que vem reforçar a idéia de redes sociais, já ressaltada anteriormente, no momento da análise da carga que esses outros membros exerceram sobre o chefe das famílias pernambucanas que fixaram residência em São Paulo, especialmente aquelas recentemente chegadas.

De modo geral, na distinção da estrutura etária por grandes grupos, para os dois períodos de 1970-80 e 1981-91, observou-se que, excetuando-se os emigrantes PE-SP e os emigrantes Pajeú-Moxotó – SP, que aumentaram a sua razão de dependência, todos os migrantes dos demais fluxos migratórios reduziram os seus encargos econômicos no período de 1981-91. Ambos os fluxos podem ter este aumento explicado pelo número de filhos/enteados e outros membros da família abaixo de 15 anos de idade.(Tabela 4.3 e Tabelas IV.2.1, IV.2.2 e IV.2.3, em anexo).

No conjunto de Pernambuco, a proporção do número de membros das famílias com idade inferior a 15 anos reduziu-se no fluxo de migração de retorno, entre as duas décadas, passando de 28,14% (1970-80) para 21,44% (1981-91). Tal situação pode, por sua vez, refletir a queda da fecundidade observada no país, no período, como também o fato das famílias terem se constituído mais recentemente.

Especialmente no retorno para os municípios de “não-origem”, a proporção de crianças diminuiu, nas duas décadas, passando de 24,08% para 14,00%, repercutindo no decréscimo expressivo da razão de dependência dos retornados para esses municípios, a qual passou de 36,12 para 19,9. Já nos municípios de origem, apesar do decréscimo também observado na razão de dependência das famílias dos retornados, esta razão ainda se manteve elevada, nas duas décadas, uma vez que passou de 45,57 para 35,93. (Tabela 4.3)

É importante, contudo, ressaltar que o indicador da *razão de dependência*, como definida acima, pode não ser um indicador fiel da realidade, desde que pode superestimar a dependência por não levar em conta a entrada prematura dos jovens na força de trabalho, bem como a saída tardia dos

mais velhos, ou, ainda, a sua contribuição para a renda familiar, com os rendimentos de sua aposentadoria. Há indicativos de que esta situação ocorre no estado de Pernambuco, especialmente nas RDs do Agreste Central e do Sertão do Pajeú-Moxotó, onde o trabalho do menor é explorado impedindo a freqüência à escola. Segundo BRANCO (2000), as crianças começam a trabalhar com a idade de sete anos e, durante o período da colheita, quando, a família fica incapacitada de realizar todas as atividades, busca-se ajuda de familiares e compadres.

Os chefes de família masculinos predominaram sobre os femininos, representando mais de 80% do total de chefes, seja no fluxo de emigração, em ambas as décadas em análise, seja no fluxo de retorno, na década de 70. Nos anos 80, as mulheres na condição de chefes de família chegavam a representar quase ¼ do total de chefes, sendo menor a sua participação no fluxo emigratório para São Paulo. Quase todos os chefes de família, de ambos os sexos, encontravam-se na faixa economicamente produtiva. Uma análise dos **efeitos diretos e indiretos da migração de retorno** provocados pelo conjunto dos imigrantes – naturais e não naturais – que afluem a Pernambuco, na década de 80, aprofunda a análise da carga dos membros da família sobre o chefe. (Tabela 4.4)

A metodologia para detectar os efeitos diretos e indiretos da migração de retorno foi desenvolvida por RIBEIRO (1997: 97), a partir da consideração de que

“O retorno, como todo fluxo migratório, tem efeitos sobre o volume e o perfil da população tanto de origem como de destino. No caso da população receptora, esta tem o seu volume modificado não apenas pela volta de antigos emigrantes, mas também pela imigração de não-naturais associada aos retornados. Por outro lado, a população receptora deve contabilizar também os nascimentos que estes contingentes geram após sua chegada. Chamaremos a estes dois componentes, de efeitos indiretos da migração de retorno.”

Baseada nessa metodologia, porém com algumas adaptações²⁶, a Tabela 4.6 apresenta os dados capazes de medir os efeitos diretos e indiretos da migração de retorno, do fluxo SP-PE, definidos em função da relação de parentesco com o chefe da família migrante de retorno. Consideram-se **Efeito Direto (DIR)** os cônjuges, parentes e não-parentes pernambucanos que, ao lado do chefe de família, também, constituem-se migrantes de retorno; **Efeito Indireto 2 (IND2)** os cônjuges, parentes e não-parentes não-naturais de Pernambuco que imigraram para o Estado em função do retorno do chefe de família; e **Efeito Indireto 1 (IND1)** os filhos dos retornados, naturais de Pernambuco, nascidos dentro do período censitário, ou seja, menores de 10 anos de idade.

²⁶ As adaptações procedidas na metodologia de Ribeiro (1997) encontra-se detalhada no Capítulo 1- item 1.3 deste trabalho, sendo a principal mudança a **unidade de observação** adotada. Enquanto Ribeiro considera o *domicílio*, este trabalho considera a *família*.

No conjunto do fluxo migratório de retorno a Pernambuco, procedente de São Paulo, na década de 80, observou-se que, do total de membros das famílias, cerca de 63,7% foram constituídos pelos efeitos diretos da migração de retorno, enquanto que 36,3% somaram os efeitos indiretos desta migração. Tal situação indica que no fluxo SP-PE predominam nas famílias retornadas os membros que são migrantes de retorno. Das regiões selecionadas, observou-se que a RD do Agreste Central e a MR/RD Metropolitana do Recife inseriram-se acima da média pernambucana, na soma dos efeitos diretos da migração de retorno (65,7% e 64,5%, respectivamente). Já a RD do Sertão do Pajeú-Moxotó apresentou uma menor expressão dos efeitos diretos (60,4%), entre as regiões selecionadas, situando-se abaixo da média estadual.

É importante ressaltar que RIBEIRO (1997:107), ao analisar a Região Nordeste, comenta que houve

“... na década de oitenta uma diminuição significativa do efeito indireto em relação ao efeito direto, pois este passou, no total dos efeitos da migração de retorno, a ter um peso de 60,97% (contra 52,18% em 1970/80) e os efeitos indiretos um peso de 39,03% (contra 47,82% em 1970/80).”

Analisando os efeitos diretos e indiretos da migração de retorno para as diferentes relações de parentesco consideradas, observou-se, na Tabela 4.4, que os **chefes de família** retornados representaram 25,3% do fluxo migratório de retorno dos pernambucanos, na década de 80. A importância relativa dos chefes, no contexto das regiões analisadas, aponta para a RD do Agreste Central (27,5%) como a de maior destaque. Dos **cônjuges** que emigraram neste mesmo período, associado ao retorno do chefe, cerca de 56,6% constituíram-se em efeitos diretos e apenas 7,1% representaram efeitos indiretos 2, ou seja, efeitos ocasionados pelos cônjuges não-naturais que acompanharam o chefe. Destacaram-se, neste contexto, os cônjuges da MR/RD Metropolitana, tanto para o fluxo total, com tempo de residência na UF menor do que 10 anos (9,4%), quanto, principalmente, em relação aos migrantes residentes em Pernambuco há menos de 1 ano (13,5%).

Os **pais e sogros**, praticamente não apresentaram representatividades em termos de efeitos do retorno. Já a participação relativa de **outros parentes** em relação ao chefe, revelou um aumento dos efeitos diretos, em detrimento aos efeitos indiretos. Os **não-parentes** integrantes das famílias representaram uma pequena parcela no fluxo migratório de retorno, embora tenha se observado que quase duplicou a percentagem em relação ao efeito direto das famílias retornadas com até 1 ano de residência em Pernambuco. (Tabela 4.4)

Os resultados apresentados na Tabela 4.5 confirmaram as conclusões de RIBEIRO (1997: 128), quando este afirma que

“Mediante a estratégia de análise dos efeitos indiretos de retorno, pode-se medir diretamente os efeitos indiretos da migração de retorno, e pode-se inferir que nos movimentos migratórios, particularmente os de longo percurso, como é o caso do Nordeste, grande parte (cerca de dois terços) da migração de retorno é familiar.”

No conjunto do fluxo SP-PE, observou-se que os efeitos indiretos 1, ocasionados pelos filhos não-migrantes, foram mais expressivos que os efeitos dos imigrantes não-naturais de Pernambuco que acompanharam os chefes de família (efeitos indiretos 2). O destaque dos efeitos indiretos 1 fizeram-se mais evidentes nos fluxos de retornados mais recente, com até 1 ano de permanência na UF.

Os filhos, como afirma RIBEIRO (1997: 108)

“... representam a parcela mais importante do efeito indireto da migração de retorno, que como já se destacou, teria dois componentes.”

Os efeitos diretos e indiretos causados pelos filhos podem ser mais bem visualizados através da distribuição percentual desses efeitos em relação ao total dos filhos, conforme se encontra apresentado na Tabela 4.5. Segundo os dados obtidos nesta tabela, os efeitos diretos do retorno em relação aos filhos representaram 37,6%, para o total do fluxo, e 33,7% para os retornados com até 1 ano de residência na UF. Dos efeitos indiretos predominaram aqueles ocasionados pelos filhos não-migrantes, especialmente para os retornados mais recentes (44,85%). Essa proporção manteve-se próxima, em todas as RDs selecionadas, confirmando a expressividade desse efeito no contexto do fluxo migratório recente.

TABELA 4.5
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS - EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS DO FLUXO MIGRATÓRIO DE RETORNO CAUSADOS PELOS FILHOS SEGUNDO O TEMPO DE PERMANÊNCIA NA UF ATUAL. 1981-91

TEMPO DE PERMANÊNCIA NA UF ATUAL E CONDIÇÃO MIGRATÓRIA		ESTADO DE PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO							
		Pernambuco		MR/RD Metropolitana		RD Agreste Central		RD Pajeú-Moxotó	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Até 1 Ano de Permanência na UF Atual	Migrantes de Retorno (DIR)	7.969	33,76	1.714	32,37	1.935	35,11	1.308	36,52
	Não-Naturais (IND 2)	5.074	21,49	1.223	23,10	1.085	19,69	604	16,86
	Naturais (IND 1)	10.563	44,85	2.358	44,53	2.491	45,2	1.670	46,62
	Total IND	15.637	66,24	3.581	37,63	3.576	64,89	2.274	63,48
	Total	23.606	100,00	5.295	100,00	5.511	100,00	3.582	100,00
Menos de 10 Anos de Permanência na UF Atual	Efeito Direto (DIR)	10.166	37,63	4.876	38,91	4.797	38,22	2.579	36,48
	Efeito Indireto 2 (IND2)	16.050	29,95	3.902	31,13	3.563	28,39	1.990	26,31
	Efeito Indireto 1 (IND1)	17.372	32,42	3.755	29,96	4.191	33,39	2.814	37,21
	Total IND	33.422	62,37	7.657	61,09	7.754	61,78	4.804	63,52
	Total	53.588	100,00	12.533	100,00	12.551	100,00	7.563	100,00

FONTE: F.IBGE. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991

Esta situação não deixa definida a condição de circularidade do fluxo migratório, uma vez que pode retratar uma maior intensidade do “ir e vir” dos migrantes de retorno, que deixaram a família no local de moradia para tentar a vida em São Paulo e retornaram com propensão a remigrar, ou, ao contrário, com pretensão de fixar-se na UF de nascimento, o que significa o retorno para o *domicílio base*, para onde, por hipótese, dirige-se prioritariamente o fluxo de retorno com características de reversibilidade do movimento.

4.2.2 Os Arranjos Familiares dos Retornados

As medidas de *composição familiar* partem do pressuposto de que a família, em sua forma mais simples, constitui um grupo nuclear formado por pai, mãe e filhos. As estruturas mais complexas de famílias implicam na agregação de outros parentes não nucleares (pais do casal, tios, avós, netos, etc.) ou de pessoas não aparentadas (empregados, hóspedes, pensionistas, etc.). As estruturas mais simples – os *arranjos domésticos individuais* – correspondem a famílias compostas apenas pelo chefe, sem cônjuge, sem filhos e enteados e sem outros agregados.

O Censo Demográfico de 1991 oferece os dados classificados por espécie de família, o que possibilitou uma mensuração das diversas composições e arranjos familiares que integraram o fluxo de retorno SP-PE, nos anos 80, possibilitando um aprofundamento maior da condição migratória das famílias constituídas nesse fluxo. A família, analisada a partir desses arranjos, passa a ser analisada como um elemento coletivo do fluxo migratório, no qual os seus membros são ligados por fortes vínculos, o que destaca essa unidade de observação como um elemento fundamental para o estudo das redes sociais estabelecidas no processo migratório.

É importante considerar que os migrantes que integraram os fluxos migratórios interestaduais de longa distância, como o fluxo aqui estudado, estiveram muito mais expostos às repercussões que as mudanças sociais acarretaram na composição e nos processos familiares (CUNHA, 1994). Tais tendências, como a queda da fecundidade, o aumento da longevidade, a maior fragilidade das uniões, o individualismo, a solidariedade, etc., atuaram no sentido de alterar a composição e a própria função da família, favorecendo o deslocamento de famílias incompletas.

A Tabela 4.6 mostra que, no conjunto dos fluxos migratórios dos retornados pernambucanos, predominou a migração familiar, expressando um elevado número de famílias nucleares, extensas e compostas que integraram esse fluxo, embora essas famílias tenham reduzido a sua

representatividade nos fluxos de menor tempo na UF atual, uma vez que os arranjos domésticos individuais se ampliaram-se de 5,3% (entre os retornados com até 10 anos na UF) para 6,5% (entre os migrante de retorno com até 10 anos na UF).

Além dos arranjos domésticos individuais, as famílias extensas e compostas ampliaram sua participação nos fluxos migratórios de retorno de menor tempo na UF (de 25,3% para 33,8%). Se por um lado, o aumento da migração de retorno de indivíduos sozinhos pode sugerir um aumento da circularidade, por outro lado, esse aumento do retorno de famílias extensas e compostas pode indicar uma consolidação de redes migratórias, nas quais as famílias nucleares agregam outros membros por laços de parentesco, amizade, etc.

TABELA 4.6
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS - CHEFES DE FAMÍLIA MIGRANTES DE RETORNO
SEGUNDO ESPÉCIE DE FAMÍLIA E ARRANJOS FAMILIARES POR TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, 1981-91

ESTADO MESORREGIÃO E RDs (Tempo de Residência na UF Atual)	CHEFES MIGRANTES DE RETORNO POR ESPÉCIE DE FAMÍLIA																	
	Individual	FAMÍLIA NUCLEAR								FAMÍLIA EXTENSA E COMPOSTA				TOTAL DE FAMÍLIAS				
		MIGRAÇÃO DO CASAL				MIGRAÇÃO DO CHEFE				Total	Total	Total	Total					
		Com Cônjuge Migrante de Retorno		Com Cônjuge Imigrante Não-Natural		TOTAL	Com Cônjuge Não-Migrante		Total						Total	Casal Migrante de Retorno	So Chefe Migrante de Retorno	
Com Filhos e Enteados	Sem Filhos e Enteados	Com Filhos e Enteados	Sem Filhos e Enteados	Com Filhos e Enteados	Sem Filhos e Enteados		Outros Arranjos											
PERNAMBUCO																		
Até 1 ano de Tempo de Residência na UF Atual																		
Total	Nº	483	2080	300	2380	338	59	397	2777	990	448	242	1680	4457	819	1708	2527	7467
S/Tot Fam.	%	6,47	27,86	4,02	31,87	4,53	0,79	5,32	37,19	13,26	6,00	3,24	22,50	59,69	10,97	22,87	33,84	100,00
S/F.Nuclear	%	-	46,67	6,73	53,40	7,58	1,32	8,91	62,31	22,21	10,05	5,43	37,69	100,00	-	-	-	-
Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual																		
Total	Nº	1308	7735	663	8398	1231	144	1375	9773	5000	1842	584	7426	17199	1697	4570	6267	24774
S/Tot Fam.	%	5,28	31,22	2,68	33,90	4,97	0,58	5,55	39,45	20,18	7,44	2,36	29,97	69,42	6,85	18,45	25,30	100,00
S/F.Nuclear	%	-	44,97	3,85	48,83	7,16	0,84	7,99	56,82	29,07	10,71	3,40	43,18	100,00	-	-	-	-
MR / RD METROPOLITANA																		
Até 1 ano de Tempo de Residência na UF Atual																		
Total	Nº	78	322	60	382	78	4	82	464	124	111	13	248	712	200	442	642	1432
S/Tot Fam.	%	5,45	22,49	4,19	26,68	5,45	0,28	5,73	32,40	8,66	7,75	0,91	17,32	49,72	13,97	30,87	44,83	100,00
S/F.Nuclear	%	-	45,22	8,43	53,65	10,96	0,56	11,52	65,17	17,42	15,59	1,83	34,83	100,00	-	-	-	-
Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual																		
Total	Nº	214	1462	98	1560	310	21	331	1891	951	339	155	1445	3336	456	1282	1738	5288
S/Tot Fam.	%	4,05	27,65	1,85	29,50	5,86	0,40	6,26	35,76	17,98	6,41	2,93	27,33	63,09	8,62	24,24	32,87	100,00
S/F.Nuclear	%	-	43,82	2,94	46,76	9,29	0,63	9,92	56,68	28,51	10,16	4,65	43,32	100,00	-	-	-	-
RD AGRESTE CENTRAL																		
Até 1 ano de Tempo de Residência na UF Atual																		
Total	Nº	185	596	115	711	0	107	107	818	204	130	39	373	1191	213	302	515	1891
S/Tot Fam.	%	9,78	31,52	6,08	37,60	0,00	5,66	5,66	43,26	10,79	6,87	2,06	19,73	62,98	11,26	15,97	27,23	100,00
S/F.Nuclear	%	-	50,04	9,66	59,70	0,00	8,98	8,98	68,68	17,13	10,92	3,27	31,32	100,00	-	-	-	-
Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual																		
Total	Nº	488	2125	234	2359	214	10	224	2583	1321	550	110	1981	4564	546	924	1470	6522
S/Tot Fam.	%	7,48	32,58	3,59	36,17	3,28	0,15	3,43	39,60	20,25	8,43	1,69	30,37	69,98	8,37	14,17	22,54	100,00
S/F.Nuclear	%	-	46,56	5,13	51,69	4,69	0,22	4,91	56,60	28,94	12,05	2,41	43,40	100,00	-	-	-	-
RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ																		
Até 1 ano de Tempo de Residência na UF Atual																		
Total	Nº	103	260	18	278	33	7	40	318	234	24	51	309	627	90	237	327	1057
S/Tot Fam.	%	9,74	24,60	1,70	26,30	3,12	0,66	3,78	30,09	22,14	2,27	4,82	29,23	59,32	8,51	22,42	30,94	100,00
S/F.Nuclear	%	-	41,47	2,87	44,34	5,26	1,12	6,38	50,72	37,32	3,83	8,13	49,28	100,00	-	-	-	-
Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual																		
Total	Nº	200	1027	56	1083	150	34	184	1267	627	208	39	874	2141	101	565	666	3007
S/Tot Fam.	%	6,65	34,15	1,86	36,02	4,99	1,13	6,12	42,14	20,85	6,92	1,30	29,07	71,20	3,36	18,79	22,15	100,00
S/F.Nuclear	%	-	47,97	2,62	50,58	7,01	1,59	8,59	59,18	29,29	9,72	1,82	40,82	100,00	-	-	-	-

FONTE: F.IBGE - Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1991

NOTAS: Chefes migrantes de retorno por espécie de família e arranjos familiares da família nuclear controlados pela condição migratória do casal e/ou do chefe migrante de retorno. Fluxo migratório interestadual de retorno SP-PE

Vale ressaltar, também, que os arranjos domésticos individuais podem reduzir-se com o tempo maior de permanência no local de destino do retorno, refletindo um processo de reinserção do migrante de retorno e o seu conseqüente reagrupamento familiar, ou a criação de nova família. Já as famílias extensas e compostas podem ter chegado em maior número ao local de destino do retorno e sua redução, no tempo mais longo, pode refletir um processo de fracionamento em função de realocações e/ou saída dos seus membros. O momento mais próximo ao da chegada do migrante ao local de destino pode refletir situações em que o migrante e outros parentes e amigos somem forças para garantir, ainda que provisoriamente, a permanência e a sobrevivência no local e no momento de reinserção da família no local de destino.

A família nuclear que se destacou no conjunto do fluxo de retornados, reduziu, por sua vez, sua representatividade nos fluxos mais recentes, passando de 69,1% para 59,7% do total das famílias retornadas. A migração de retorno de casais, somando àqueles das famílias nucleares e das famílias extensas e compostas, chegaram a representar a proporção de mais de 40% dos casais – chefe e cônjuge migrantes de retorno - seja no conjunto do fluxo migratório (40,7%), seja entre os migrantes com menor tempo de residência em Pernambuco (42,8%). Já o número dos chefes de família acompanhados de cônjuge não-naturais foi relativamente baixo, em torno de 5% para ambos os tempos de permanência considerados.

Constatou-se, por outro lado, uma certa desagregação familiar, expressa pelo relevante número de chefes de família que retornaram sem seus cônjuges, que somaram quase 30% do total de famílias, reduzindo essa proporção entre os retornados recentes (22,5%). (Tabela 4.6)

Um outro aspecto muito importante a destacar, no contexto deste processo, refere-se ao número de chefes cujos cônjuges são não-migrantes. Em cerca de um quinto do total de famílias migrantes de retorno, o que representa quase 30% das famílias nucleares, os chefes deixaram seus cônjuges em Pernambuco para onde retornaram (Tabela 4.6). Se, de um lado, esse dado aponta, também, uma desagregação familiar, provocada pela migração a longa distância, de outro lado, ele é indicador de redes sociais estabelecidas entre os locais de origem e destino, interligadas por elos familiares. A menor proporção desses chefes de família cujos cônjuges são não-migrantes, entre os retornados com até 1 ano de residência em Pernambuco, aponta, por sua vez, para duas possibilidades. Por um lado, pode indicar que os retornados há mais tempo constituíram/reconstituíram suas famílias após o seu regresso, o que aponta para a propensão desses

migrantes em se fixarem na UF de nascimento, caracterizando a reversibilidade do processo de migração de retorno. Por outro lado, se for considerado que o acúmulo de experiências migratórias do chefe, que deixa uma base familiar constituída no local de origem, pode significar um fator de propensão à remigração, isto aponta para um movimento de circularidade no processo migratório.

Em estudo realizado sobre os contatos que os migrantes mantinham com sua casa de origem, SCOTT (1984: 1620) comenta:

“A malha das relações sociais que a casa representa ainda sobrevive à ausência de um dos seus membros. A relação simbolizada pela posição do migrante na casa de origem perdura, mesmo ele estando fora. São os contatos entre os migrantes e a casa de origem que reforçam esta relação, apesar da distância.”

Considerando que o tipo de família identificado refere-se ao momento censitário e não ao momento da migração, o quadro apresentado dos arranjos familiares pode ter sofrido alterações, mesmo porque, esses arranjos podem variar em curto intervalo de tempo. Assim, os dados censitários da forma como se apresentam podem traduzir aspectos distintos da realidade no momento da migração. A estratégia adotada neste trabalho de recortar um curto período de tempo de permanência no local de destino do retorno - *até 1 ano de permanência na UF atual* – busca uma aproximação do processo no momento da migração de retorno, já que seria operacionalmente complexo reconstituir os arranjos familiares no momento da migração, o que não reduz a importância de analisá-los.

Ressaltando a importância da família como *locus* das decisões individuais, AMARAL e NOGUEIRA (1993:94) citam um trabalho realizado por MENEZES (1985) junto aos migrantes de retorno a Paraíba, procedentes de São Paulo, que destaca

“...o indiscutível papel que as chamadas unidades domésticas têm no processo de escolha do indivíduo propenso à migração. A migração é uma estratégia de reprodução da família extensa. A possibilidade de fortalecer-se o estreitamento de laços familiares, principalmente para os migrantes provenientes de áreas rurais, constitui quase sempre veículo de sobrevivência, pois são estes laços que proporcionam condições mínimas de cooperação”.

A questão das redes de conhecimento constitui-se em um fator importante, não somente para compreender o processo migratório, como também para entender as semelhanças encontradas entre os migrantes e a população do local de destino, através da comunicação e da ajuda mútua entre os migrantes e seus amigos e familiares.

Como era de esperar-se, a maior agregação de outros parentes não nucleares encontram-se entre as pessoas que emigraram para São Paulo. Isto demonstra que algum tipo de apoio e solidariedade os migrantes encontram no destino. As famílias de emigrantes do fluxo PE-SP ao procurarem unir-se aos seus conterrâneos unem-se também aos não-migrantes do local de destino, convivendo com outros tipos de rede de diferentes identidades, inclusive com grupos clandestinos. Como disse BATISTA (1998:272) o envolvimento de migrantes, especialmente dos jovens com as drogas, tem sido um dos motivos de retorno de alguns, que são mandados de volta para seu local de origem pela família ou responsável. Assim, as redes funcionam como apoio na chegada e como seleção de quem fica.

“Antes as redes funcionavam apenas como trampolim, apoiando no início da chegada o migrante, até que ele pudesse “mergulhar” em São Paulo por conta própria. Hoje as dificuldades são maiores e esse migrante fica “patinando” e vivendo muito tempo na dependência dessa rede, sem conseguir a autonomia almejada. Até os migrantes antigos, que já estavam incorporados à cidade, vêem-se sem emprego, sobrevivendo de bicos no mercado informal, apoiando-se também nas redes para conseguir desafiar as dificuldades e viver na crise... Cada vez mais o mito de São Paulo vem se desmontando, com poucas condições de corresponder e manter a imagem que tem de cidade do trabalho, do enriquecimento fácil, que continua atraindo pessoas que aí buscam construir suas vidas”

Esta questão remete para o segundo princípio das redes sociais formulado por MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987), segundo o qual, uma vez começada, a migração termina desenvolvendo uma infraestrutura social que capacita a movimentação de uma base de massa. Ao longo do tempo crescem os laços entre áreas emissoras e receptoras criando uma rede social que progressivamente reduz o custo do movimento. As pessoas de uma mesma comunidade entrelaçam-se em uma rede de obrigações recíprocas sobre as quais os novos migrantes apóiam-se e encontram trabalho na sociedade receptora. A faixa de contatos sociais nesta rede expande-se com a entrada de cada novo migrante encorajando, assim, mais migração e, em última análise, levando, assim, a emergir a migração como fenômeno de massa.

Em pesquisa realizada junto a emigrantes do Agreste Pernambucano (Gravatá) para Pirituba, em São Paulo, CAVALCANTI (1999) ressalta esse aspecto das redes e considera que a decisão de sair depende seguramente dos laços dos parentes no sul. Esses passam sua experiência para os que chegam e fazem, de certa maneira, uma triagem, selecionando os que devem ser acolhidos e estimulados a ficar e os que devem voltar.

Na realidade, tudo leva a crer que o insucesso em São Paulo motivou parte dos emigrantes retornarem para o município de origem, uma vez que as possibilidades no seu próprio estado já haviam se esgotado, quando eles emigraram. Algumas redes sociais funcionam como veículo de informação para apresentar o quadro da realidade local. Nem sempre há condições de absorver os migrantes de retorno em seus centros mais dinâmicos como é o caso da MR/RD Metropolitana. Contudo, é nesta região que predomina a afluência dos migrantes que não se destinam ao seu município de origem, o que demonstra que ela ainda é receptáculo de parte considerável desses migrantes de retorno.

O fluxo de emigração para São Paulo é sustentado por redes de parentesco, amizade e compadrio que facilitam esse deslocamento espacial. A diminuição dos cônjuges na migração de retorno recente sugere o deslocamento de famílias incompletas ou simplesmente a volta de indivíduos sozinhos. Por outro lado, o contingente de arranjos domésticos individuais pode ser considerado como um indicador de debilidade do padrão de famílias extensas, desde que se presume um menor nível de agregações familiares.

Analisando as regiões de Pernambuco selecionadas para um maior aprofundamento do processo migratório, observou-se o destaque que os arranjos domésticos individuais adquirem na RD do Agreste Central, chegando a 7,5%, no total das famílias migrantes no período censitário, e atingindo quase 10% das famílias com até 1 ano de permanência após o retorno, o que pode ser indicativo de uma maior circularidade do processo migratório nesta região. A RD do Sertão do Pajeú-Moxotó apresenta dados bem próximos quanto aos arranjos domésticos individuais (6,65% e 9,74%, respectivamente), embora, em ambas as regiões, o retorno das famílias nucleares seja também expressivo, correspondendo entre 60% e 70 % das famílias retornadas para a região. As famílias extensas e compostas com membros migrantes de retorno apresentaram destaque nesta região sertaneja, onde as famílias dependem, basicamente, do trabalho dos filhos e a solidariedade doméstica pode se constituir um fator influente no processo de migração de retorno, quanto mais estreitos forem os laços familiares. Segundo AMARAL & NOGUEIRA (1993: 95),

“Não é possível isolar da análise do processo a influência ou importância vital que os grupos familiares exercem. Quanto mais forte ela é, mais evidente se torna no momento de dificuldade, quando as perspectivas dos migrantes são aniquiladas pelo trabalho que não equilibra suas decepções, pelas doenças provenientes da inadaptação climática ou do tipo de vida imposto, pelo ambiente de moradia, a vida ameaçada pela violência ou a inquietude, pela saudade, pelos apelos da cultura”.

A MR/RD Metropolitana do Recife, também, destacou-se em relação às demais pela proporção mais elevada de famílias extensas e compostas (32,9%), aumentando essa proporção no contexto das famílias com menor tempo de residência após o retorno (44,8%), quase equiparando à família nuclear (49,7%). Um dado importante a ressaltar é que no total de famílias nucleares e de famílias extensas e compostas que se dirigiram para esta região, só o chefe é migrante de retorno, o que abre possibilidades para outros arranjos familiares com parente e agregados naturais e não-naturais de Pernambuco. (Tabela 4.6)

Um aspecto importante para a compreensão do processo migratório pode ser apreendido através da condição migratória dos membros da família - especialmente dos cônjuges e dos filhos e enteados - associadas à condição migratória do chefe. Nesse sentido, a Tabela 4.6 demonstra que a grande maioria dos casais migrantes das famílias nucleares veio acompanhada dos filhos e enteados, o que confirma o caráter predominantemente familiar da migração de retorno a Pernambuco.

Ainda utilizando o chefe da família como elemento de referência, foi possível, também, averiguar a proporção dos demais componentes que possuem a mesma condição migratória do chefe, ou seja, aqueles que supostamente migraram com ele. Tal abordagem associou a informação sobre a UF anterior (SP) e o tempo de residência na UF atual (PE), conduzindo a uma aproximação da condição migratória dos membros da família e do seu chefe. Levando em consideração, apenas, as famílias nucleares e, especificamente, aquelas em que o chefe retornado migrou com o seu cônjuge, constatou-se que foi inexpressiva a proporção de cônjuges – sejam eles retornados, sejam eles imigrantes não-naturais – que acompanharam o chefe da família e vieram em tempo diferente deste, seja para o conjunto do fluxo migratório da década de 80, seja para o fluxo dos retornados recentes. (Tabela 4.7). Vale ressaltar que, como afirma CUNHA (1994), na medida em que o quesito do Censo Demográfico, com relação ao tempo de residência na UF atual, é declarado em anos, não se pode garantir que a migração do chefe e do cônjuge tenha sido conjunta. Contudo, mesmo que tenha havido diferença de meses entre a migração do chefe e do cônjuge, o fato de a migração em pauta consistir em um fluxo de longa distância caracteriza a transferência praticamente em conjunto do casal, corroborando as conclusões anteriores sobre o caráter familiar da migração de retorno do fluxo SP-PE.

TABELA 4.7

PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS - CHEFES DE FAMÍLIA MIGRANTES DE RETORNO SEGUNDO ARRANJOS FAMILIARES DA FAMÍLIA NUCLEAR SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, 1981 / 91

ESTADO MESOREGIÃO	MEMBROS DA FAMÍLIA NUCLEAR EM RELAÇÃO AO CHEFE MIGRANTE DE RETORNO															
	CÔNJUGE (MIGRAÇÃO DO CASAL)						TOTAL	FILHOS E ENTEADOS DO CHEFE						Outra Condição	TOTAL DE FAMÍLIAS	
	Migrante de Retorno			Imigrante Não-Natural				Todos Migrantes de Retorno			Todos Imigrantes Não-natural					
	Tempo de Residência na UF Atual)	Tempo =	Tempo <	Tempo =	Tempo <	Tempo Total		Tempo =	Tempo <	Tempo Total	Tempo =	Tempo <	Tempo Total			
PERNAMBUCO																
Até 1 ano de Tempo de Residência na UF Atual																
Total	Nº	2324	56	2380	397	0	397	2777	1380	54	1434	2438	75	2513	510	4457
S/ Fam.Nuclear	%	52,14	1,26	53,40	8,91	0,00	8,91	62,31	30,96	1,21	32,17	54,70	1,68	56,38	11,44	100,00
Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual																
Total	Nº	8026	372	8398	1334	41	1375	9773	4715	337	5052	8850	607	9457	2690	17199
S/ Fam.Nuclear	%	46,67	2,16	48,83	7,76	0,24	7,99	56,82	27,41	1,96	29,37	51,46	3,53	54,99	15,64	100,00
MR / RD METROPOLITANA																
Até 1 ano de Tempo de Residência na UF Atual																
Total	Nº	371	11	382	82	0	82	464	276	0	276	436	0	436	0	712
S/ Fam.Nuclear	%	52,11	1,54	53,65	11,52	0,00	11,52	65,17	38,76	0,00	38,76	61,24	0,00	61,24	0,00	100,00
Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual																
Total	Nº	1513	47	1560	322	9	331	1891	1008	29	1037	1804	84	1888	411	3336
S/ Fam.Nuclear	%	45,35	1,41	46,76	9,65	0,27	9,92	56,68	30,22	0,87	31,09	54,08	2,52	56,59	12,32	100,00
RD AGRESTE CENTRAL																
Até 1 ano de Tempo de Residência na UF Atual																
Total	Nº	708	3	711	107	0	107	818	421	3	424	669	0	669	98	1191
S/ Fam.Nuclear	%	59,45	0,25	59,70	8,98	0,00	8,98	68,68	35,35	0,25	35,60	56,17	0,00	56,17	8,23	100,00
Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual																
Total	Nº	2256	103	2359	224	0	224	2583	1226	95	1321	2361	188	2549	694	4564
S/ Fam.Nuclear	%	49,43	2,26	51,69	4,91	0,00	4,91	56,60	26,86	2,08	28,94	51,73	4,12	55,85	15,21	100,00
RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ																
Até 1 ano de Tempo de Residência na UF Atual																
Total	Nº	275	3	278	40	0	40	318	179	19	198	287	24	311	118	627
S/ Fam.Nuclear	%	43,86	0,48	44,34	6,38	0,00	6,38	50,72	28,55	3,03	31,58	45,77	3,83	49,60	18,82	100,00
Menos de 10 anos de Tempo de Residência na UF Atual																
Total	Nº	1030	53	1083	166	18	184	1267	640	72	712	1112	80	1192	237	2141
S/ Fam.Nuclear	%	48,11	2,48	50,58	7,75	0,84	8,59	59,18	29,89	3,36	33,26	51,94	3,74	55,67	11,07	100,00

FONTE: F.IBGE - Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1991

NOTAS: Chefes migrantes de retorno por espécie de família e arranjos familiares da família nuclear controlados pela condição migratória: do casal e/ou do chefe migrante de retorno e segundo o tempo de residência do casal na UF atual.
Fluxo migratório interestadual de retorno SP-PE

A proporção de famílias em que todos os filhos e enteados são retornados foi expressiva (29,37%) no contexto do fluxo migratório de retorno, o que sugere uma estada transitória da família em São Paulo, confirmada pela proporção ainda maior de todos os filhos e enteados migrantes de retorno no contexto das famílias que retornaram no período de até 1 ano antes do recenseamento (32,17%), o que indica um tempo mais curto de residência em São Paulo com a família já constituída. Vale a ressalva do efeito do tempo transcorrido, tornando natural que os mais antigos tenham tido mais tempo de ter filhos pernambucanos. (Tabela 4.7).

Observou-se no conjunto dos retornados, na década de 80, que, apesar de ser predominante o número das famílias – nucleares e extensas e compostas – em que os casais tinham a condição de

retornados (40,75%), predominou o número de famílias em que todos os filhos e enteados eram não-naturais (54,99%). (Tabela 4.7). Tal condição sugere que parte dos casais de retornados tiveram todos os filhos fora de Pernambuco, podendo já ter emigrado na condição de casal ou ter constituído família em São Paulo. A grande proporção de emigrantes jovens possibilita ambas as condições. Por outro lado, o nascimento dessa grande proporção de filhos em São Paulo constitui um forte indicador da inserção das famílias naquele estado, uma vez que o reagrupamento familiar ou a constituição de uma nova família dá-se na fase de estabilização da instalação do migrante no local de destino. (ROCHA-TRINDADE, 1995). O retorno dessas famílias, por sua vez, pode confirmar a hipótese de desestruturação das condições básicas de vida em São Paulo, relativas especialmente às relações de trabalho, constituindo o motivo maior da decisão de retornar. A este respeito JATOBÁ (2003)²⁷ comenta

“Alterações nos fluxos migratórios não acontecem do vazio. Eles ocorrem baseados em dinâmicas econômicas. Já foram registradas no passado outras motivações ... mas o que são realmente determinantes são os fenômenos econômicos.”

Para JATOBÁ (2003)²⁸, a reversão do fluxo migratório deu-se como uma conjução das mudanças ocorridas nas regiões Nordeste e Sudeste.

“Melhoraram os indicadores sociais do Nordeste. Não tanto como deveriam ou como nós desejaríamos. Também não melhoraram na mesma velocidade do resto do país, mas melhoraram em termos absolutos. Além disso, pioraram as condições de vida dos que moram nas regiões de atração.”

A reversão desses indicadores é, também, demonstrada por ROCHA (1994:126), quando compara regiões metropolitanas do país, destacando que, entre os anos de 1981 e 1990, a proporção de pobres²⁹ da Região Metropolitana do Recife decresceu de 55,6% para 47,4%, enquanto na Região Metropolitana de São Paulo essa redução proporcional foi bem menor (de 22,0% para 21,6%).

Pequenas variações ocorrem nas regiões selecionadas, embora mantenham certa proximidade nos dados apresentados para o conjunto de Pernambuco. Vale destacar, na RD do Sertão do Pajeú-Moxotó, o número de filhos dos chefes retornados que se inserem em “outras condições”, ou seja, somam os filhos migrantes de retorno com aqueles nascidos fora de Pernambuco, retornando todos na mesma década.

²⁷ Entrevista realizada pelo Jornal do Comércio. 03.09.2003. Caderno JC Cidades, p.4.

²⁸ Idem nota acima

²⁹ Indicador de pobreza enquanto insuficiência de renda, conforme a autora.

4.2.3 Circularidade ou Reversibilidade das Famílias Retornadas?

Com o objetivo de avaliar as tendências à circularidade ou à reversibilidade do fluxo migratório dos retornados pernambucanos oriundos de São Paulo, reuniram-se os arranjos familiares identificados a partir das características que eles assumiram, indicando uma maior propensão à remigração ou à reinserção na UF de nascimento. Esse recurso metodológico teve como finalidade sintetizar alguns resultados, indicativos desses processos em análise, diante da diversidade dos arranjos familiares e das possibilidades que eles apresentaram, em termos de comportamento no processo migratório. Contudo, vale fazer a ressalva que a realidade que se apresentou é múltipla e as tendências de maior propensão aqui consideradas podem não se verificar na prática, para alguns casos. A Tabela 4.10 reúne os arranjos familiares em três grandes grupos: propensão à circularidade, propensão à reversibilidade e ambas as possibilidades.

Considerou-se como arranjos migratórios de maior **propensão à circularidade**: os arranjos domésticos individuais, que se constituem de indivíduos com experiência migratória e sem os encargos representados por outros membros – parentes ou não parentes; e as famílias nucleares cujos chefes migrantes de retorno se acompanharam de cônjuge imigrante não-natural. Considerou-se que os elos familiares estabelecidos através desse cônjuge, representam um elemento forte de ligação da família aos parentes do cônjuge deixados no local de origem do movimento de retorno, o que propicia, muitas vezes, condições para a remigração.

Foram consideradas como de maior **propensão à reversibilidade** as famílias em que o casal migrou junto, fossem elas famílias nucleares, fossem elas extensas e compostas, desde que ambos – o chefe e o cônjuge – fossem migrantes de retorno. Uma vez que ficou constatada que a maioria desses casais retornaram com seus filhos e enteados (Tabela 4.6) e, ainda, retornaram ao mesmo tempo em que o chefe (Tabela 4.7), entendeu-se que esse retorno sugere a pretensão de ser definitivo.

Alguns arranjos familiares, contudo, apresentaram características com uma certa dubiedade quanto à propensão à remigração ou à reinserção no lugar de destino do retorno, podendo encerrar **ambas as possibilidades**. Inseriram-se, neste conjunto, as famílias nucleares cujo cônjuge era não-migrante, considerando-se que o chefe migrante de retorno, com ou sem filhos, ao deixar a base familiar na sua UF de nascimento, pode retornar em caráter definitivo, como também, pode remigrar,

uma vez que acumula experiência migratória, o que facilita a decisão da remigração; as famílias cujos chefes não tinham cônjuges e migraram sós com seus filhos e enteados, sugerindo, por um lado, maior dificuldade de remigração, em face dos encargos dos filhos sobre o chefe, embora a possibilidade de remigração pudesse existir; as famílias extensas e compostas em que apenas o chefe era migrante de retorno enfrentaram, também, os encargos com os membros da família, o que pode se configurar como dificuldades à remigração. Contudo, essas famílias encerraram diversas possibilidades de composição, especialmente se tiveram membros não-naturais, cujos elos com seus parentes pudessem facilitar a decisão da remigração.

A Tabela 4.8 reunindo os arranjos familiares segundo a propensão à circularidade ou à reversibilidade e segundo ambas as possibilidades, conforme classificação acima realizada, demonstra que no fluxo de retorno a Pernambuco predominaram as famílias que sugerem uma maior propensão à reversibilidade, representando 40,75% no conjunto das famílias que retornaram ao estado, na década de 80, elevando esse percentual para 42,84% quando foram consideradas, apenas, as famílias com menor tempo de residência no estado. Essa condição foi mais expressiva no Agreste Central, onde as famílias em que o casal de retornados migraram juntos de volta a Pernambuco e, na sua maioria, acompanhados de seus filhos e enteados, representavam 44,54% das famílias que retornaram na década e quase metade (48,84%) das famílias que residiam até um ano no estado, após o retorno. Vale ressaltar o efeito do tempo de residência, pois quanto maior esse tempo, mais aumenta a probabilidade de a situação marital ser mudada, o que, talvez, leve por isso, a encontrar-se mais arranjos domésticos individuais entre os recém-chegados.

TABELA 4.8
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS - INDICADORES DE CIRCULARIDADE E DE REVERSIBILIDADE: 1981- 91

ESTADO MESORREGIÃO E RDs (Tempo de Residência na UF Atual)	PROPENSÃO À CIRCULARIDADE			PROPENSÃO À REVERSIBILIDADE			AMBAS AS POSSIBILIDADES					Outros Arranjos	TOTAL DE FAMÍLIAS	
	Individual	Família Nuclear c/ Cônjuge Não-natural	TOTAL	Família Nuclear c/ Cônjuge Migrante de Retorno	Família Estendida/Composta c/ Cônjuge Migrante de Retorno	TOTAL	Família Nuclear c/ Cônjuge Não-Migrante	Família Nuclear s/ Cônjuge C/ Filhos/Enteados	Família Estendida/Composta Só Chefe Migrante de Retorno	TOTAL	%		Nº	
PERNAMBUCO														
Até 1 ano	6,47	5,32	11,8	31,87	10,97	42,84	13,26	6,00	22,87	42,13	3,24	100,00	7467	
< 10 anos	5,28	5,55	10,8	33,9	6,85	40,75	20,18	7,44	18,45	46,07	2,36	100,01	24774	
MR / RD METROPOLITANO														
Até 1 ano	5,45	5,73	11,2	26,68	13,97	40,65	8,66	7,75	30,87	47,28	0,91	100,02	1432	
< 10 anos	4,05	6,26	10,3	29,5	8,62	38,12	17,98	6,41	24,24	48,63	2,93	99,99	5288	
RD AGRESTE CENTRAL														
Até 1 ano	9,78	5,66	15,4	37,60	11,26	48,86	10,79	6,87	15,97	33,63	2,06	99,99	1891	
< 10 anos	7,48	3,43	10,9	36,17	8,37	44,54	20,25	8,43	14,17	42,85	1,69	99,99	6522	
RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ														
Até 1 ano	9,74	3,78	13,5	26,3	8,51	34,81	22,14	2,27	22,42	46,83	4,82	99,98	1057	
< 10 anos	6,65	6,12	12,8	36,02	3,36	39,38	20,85	6,92	18,79	46,56	1,30	100,01	3007	

FONTE: F.IBGE - Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1991

A RD do Agreste Central apresentou, também, a maior propensão à circularidade, quando comparada às regiões selecionadas, no contexto das famílias com tempo menor de retorno (até 1 ano de residência na UF atual). No conjunto do Estado, pouco mais de 10% das famílias retornadas, na década de 80, sugerem uma maior propensão à circularidade. Essa média estadual elevou-se entre as famílias com menor tempo de residência no Estado, especialmente na RD do Agreste Central, onde essas famílias representavam 15,4% das famílias retornadas, enquanto a média estadual era de 11,8%. (Tabela 4.8)

Na RD do Sertão do Pajeú-Moxotó a proporção de famílias com maior propensão à remigração foi, também, expressiva, ou seja, representou 12,8% do total das famílias que retornaram à região, na década de 80, e 13,52%, para as famílias retornadas com até 1 ano de residência no local. Esta região, também, destacou-se entre as demais regiões selecionadas como aquela que apresentou o maior número de famílias cujos cônjuges não migraram. Muitos dos chefes de famílias migraram para São Paulo, sós ou com alguns filhos, em busca de oportunidades de trabalho, mas mantiveram a base familiar em Pernambuco, caracterizando uma certa provisoriedade de sua condição migratória. Seu retorno pode ter sido definitivo, como, também, pode ter sido temporário, já que é comum a prática de remigração entre os sertanejos. A proporção dessas famílias de cônjuges não-migrantes, juntamente com as famílias extensas e compostas em que somente o chefe era migrante de retorno, destacaram a RD Pajeú-Moxotó entre aquelas em que as possibilidades de circularidade, como, também, de reversibilidade, poderiam ocorrer.

Entre as regiões selecionadas, a RD Pajeú-Moxotó apresentou menor número de famílias retornadas, nas quais o chefe e o cônjuge eram migrantes de retorno. Embora se tenha considerado que essas famílias eram aquelas que apresentavam maior propensão à reversibilidade, vale fazer a ressalva que, especialmente as famílias do agreste e do sertão pernambucano, submetidas aos rigores do clima semi-árido, apresentam uma prática de "ir e vir" – de Pernambuco a São Paulo e a Pernambuco - bastante significativa, mesmo quando os chefes e cônjuges migram juntos. Como destaca BRANCO (2000:182):

"... Todas as informantes migrantes voltaram de São Paulo, para onde elas haviam migrado e vivido por uma década. De acordo com as mesmas, essas mulheres ou haviam migrado junto com os seus maridos e filhos pequenos, durante a seca, ou haviam se juntado a eles, depois que os mesmos encontraram um trabalho em São Paulo. No início, quando migraram, elas não imaginavam ficar em seu lugar de destino, permanentemente, mas apenas, se estabelecerem, em caráter temporário, até que a seca acabasse. De fato, todas essas famílias retornaram, inúmeras vezes, ao seu lugar de origem. Depois de um certo período, todavia, já que as condições no Sertão

não lhes permitiam nele permanecer, elas retornavam para São Paulo. Isso aconteceu muitas e muitas vezes. A situação é característica de muitos migrantes do Nordeste, como as(os) sertanejas(os) que são conhecidos por terem uma ligação muito forte com seus lugares de origem.”

A respeito desse “ir e vir”, especialmente dos sertanejos pernambucanos, BRANCO (2000: 182) acrescenta que

“ Normalmente, esse movimento ocorre até que eles fiquem mais idosos, possam se aposentar e voltar, para sempre, à sua terra natal”

Tal situação confirma aquilo que MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987) distinguem como um dos princípios básicos (o quarto princípio) que regem a decisão de migrar, segundo o qual a migração é fortemente propensa a tornar-se um processo social autosustentável. A própria experiência da migração afeta motivações individuais, estratégias domésticas e estruturas comunitárias por caminhos que levam a uma migração aumentada. No contexto doméstico a família adapta-se à rotina da migração e faz dela parte de sua estratégia de sobrevivência. Ao nível comunitário, existem estudos que mostram que a migração altera as estruturas sociais e econômicas de modo a encorajar mais migração.

Reforçando a idéia de estratégia da sobrevivência, implícita na migração familiar, DUARTE (1979) constata, em pesquisa feita nos pólos regionais de Pernambuco – Recife, Caruaru e Petrolina – que os migrantes foram para o local de destino em companhia da família nuclear ou da família extensa, sugerindo que:

- a maioria dos migrantes fez o movimento em grupo com um alto custo financeiro, de transporte e acomodação no período inicial; e
- a manutenção da coesão da família reduz o *stress* psicológico do movimento, num ponto de significância fortemente orientada pela família na sociedade como o Brasil.

A MR/RD Metropolitana, também, equiparou-se em certos termos à RD Pajeú-Moxotó, pela dubiedade dos processos migratórios que ela apresentou. No caso específico dessa região, tal dubiedade foi atribuída, especialmente, ao elevado número de famílias extensas e compostas dos retornados. A maior agregação de outros parentes não nucleares (irmão/irmã ou outros parentes) entre os que retornaram para a MR/RD Metropolitana, nos anos 80, confirmaram a formação das redes de parentesco, amizade e compadrio que facilitam, não somente o deslocamento espacial, como a reinserção do migrante na sociedade de destino. A propósito desse fluxos de conexão extensa, LYRA & AZEVEDO (1997: 377) afirmam:

“No caso do fluxo nordeste-sudeste-nordeste, a referência a um domicílio base, sendo influenciado por uma matriz cultural, de certa forma a inserção do migrante no lugar de destino e na sua própria decisão para o futuro retorno, a formação de redes familiares e de amigos, a forma de vida social de origem na área de destino são características que suportam estes argumentos”.

A RD Metropolitana do Recife, como o núcleo do estado de Pernambuco, apresentou uma maior propensão à reversibilidade, uma vez que as famílias consideradas como mais propensas à circularidade mantiveram-se em cerca de 10% das famílias retornadas. Há de se considerar, contudo, que a estas famílias podem se somar àquelas que alimentam o movimento de “ir e vir” de Pernambuco a São Paulo, cujos arranjos familiares, a princípio, não apresentam características evidentes de propensão à remigração.

4.3 O CHEFE DE FAMÍLIA COMO ATOR IMPORTANTE DAS REDES MIGRATÓRIAS

No contexto das redes migratórias, os chefes de família assumem um destacado papel, sendo em relação a ele mensurada a carga que representam os demais membros da família. O perfil sócio-econômico-demográfico desses chefes consiste, assim, em um elemento fundamental para avaliar-se, através deles, as condições de inserção das famílias migrantes na sociedade de destino. Tal perfil tende a influenciar a resposta migratória das famílias, uma vez que condiciona as suas necessidades, aspirações e limitações de consumo. Além disso, vale lembrar que a utilização dessa categoria, é também, operacional, uma vez que a escolha pelo chefe de família facilita a identificação ou caracterização simplificada da família.

4.3.1 O Perfil Sócio-Econômico dos Chefes de Família Retornados

Entre os indicadores capazes de caracterizar a condição sócio-demográfica do migrante, o *nível de instrução* foi destacado como a variável mais estável no contexto das sócio-econômicas. MARTINE (1974:968) afirma que:

“... a única característica pouco influenciável pelo tempo de residência parece ser o nível de escolaridade, a comparação pode ser efetuada a nível de grupos etários adultos, cuja escolaridade é mais sujeita a alterações.”

Levando em conta essas afirmações de MARTINE, optou-se por aferir o nível educacional dos chefes de família migrantes de retorno a partir da distribuição em grupos etários, o que, de um lado, proporcionou uma influência nos Índices Diferenciais do nível educacional dos grupos comparativos como um todo e, de outro lado, proporcionou o controle em boa medida do efeito da estrutura etária.

Considerando, ainda, que os chefes de família se inserem-se na condição de adulto – de 15 anos e mais – admitiu-se não se fazer necessário o recurso da padronização.

A Tabela 4.9 apresenta o cruzamento das variáveis *Nível de Instrução e Estrutura Etária* evidenciando os diferenciais do nível educacional dos chefes de família, comparando os múltiplos fluxos de “idas e vindas” PE-SP-PE, além de apresentar as variações nos períodos enfocados 1970-80 / 1981-91. Para o cálculo, foi adotado o “Índice de Diferenciais Migratórios” ou de “Seletividade Migratória” proposto por KUMAR E SINGH, (1992: 217-219)³⁰, para analisar as características educacionais desses chefes.

O nível educacional foi avaliado através das variáveis *Alfabetização e Grau de Última Série Concluída*, segundo as faixas etárias, nos dois períodos censitários em foco, e através da análise comparativa entre os seguintes grupos de condição migratória distintos:

- a) o primeiro, entre os migrantes de retorno SP-PE e os emigrantes naturais PE-SP, com o objetivo de entender em que medida os retornados diferenciaram-se dos que permaneceram no local de destino dos emigrados (SP);
- b) os três últimos, entre os migrantes de retorno SP-PE, (seja no seu conjunto, seja para os municípios de origem, seja para aqueles que não são de origem) e os não-migrantes do estado de Pernambuco, com a finalidade de apreender possíveis diferenças entre o nível educacional dessas parcelas de chefes de família cotejados com a sociedade de destino.

A análise comparativa das características de migrantes e não-migrantes estabelece um referencial necessário, sem o qual qualquer conclusão acerca dos condicionantes dos movimentos migratórios perderia consistência. Permeando essa análise comparativa, está implícita a preocupação de entender-se até que ponto a escolaridade (e, por extensão, a qualificação profissional) dos migrantes converte-se num indicador capaz de medir a maior ou menor propensão para seu retorno ao local de nascimento ou residência base.

³⁰ O “Índice de Diferenciais Migratórios” ou “Índice de Seletividade Migratória”, sugerido pela UNITED NATION (1971), para ser aplicado em análises das características dos migrantes por sexo, educação e outras variáveis, foi revisado por Kumar e Singh (1972: 218-219) com a vantagem de estabelecer um limite superior e inferior à fórmula anterior. Deste modo, é possível limitar a grandeza das variações em ambas as extensões: $[i = ((Mi/M) - (Ni/N)) / ((Mi/M) + (Ni/N)) * K]$; onde Mi e Ni são os migrantes na característica educacional; M e N são os fluxos migratórios comparativos e K é uma constante, 100. O índice varia de -100 a +100. Os valores positivos indicam o predomínio das características de uma condição migratória em relação a outra, enquanto que os valores negativos indicam uma sub-representação com relação ao grupo de comparação (ver outra aplicação deste índice em CUNHA (1994:177-179).

TABELA 4.9

PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS - ÍNDICE DE DIFERENCIAIS MIGRATÓRIOS DOS NÍVEIS EDUCACIONAIS DOS CHEFES DE FAMÍLIA MIGRANTES DE RETORNO SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS POR GRUPOS COMPARATIVOS DE EMIGRANTES E NÃO-MIGRANTES. 1970-91

CONDIÇÃO MIGRATÓRIA, E FAIXAS ETÁRIAS	ÍNDICES DE DIFERENCIAIS MIGRATÓRIOS DO NÍVEL EDUCACIONAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA (%)							
	1970 - 80				1981 - 91			
	Analfabeto	1º Grau Incompleto	1º Grau Completo	2º Grau Completo	Analfabeto	1º Grau Incompleto	1º Grau Completo	2º Grau Completo
PERNAMBUCO								
I. MIGRANTE DE RETORNO TOTAL SP-PE COMPARADO AO EMIGRANTE PE-SP								
15-34	-8,39	-17,54	-5,91	9,78	-17,47	-9,39	-27,81	-4,63
35-44	13,79	25,87	35,11	62,70	30,18	34,06	35,78	49,50
45 e +	10,21	28,14	29,73	68,78	19,22	24,46	11,63	45,60
Total	1,43	-4,29	0,73	27,04	6,73	13,20	-18,37	13,44
II. MIGRANTE DE RETORNO TOTAL SP-PE COMPARADO AO NÃO-MIGRANTE PE								
15-34	-11,09	10,57	26,20	-1,12	3,52	39,31	24,44	-7,15
35-44	-38,48	43,68	46,73	37,12	11,89	31,78	28,05	-4,46
45 e +	-37,35	10,27	-11,86	19,16	-39,67	-25,17	-48,94	-40,72
Total	-27,44	17,14	26,7	9,77	-15,92	11,17	18,64	-11,49
III. MIGRANTE DE RETORNO À ORIGEM SP-PE COMPARADO AO NÃO-MIGRANTE PE								
15-34	-4,21	13,65	23,49	0,93	8,45	36,66	28,65	-8,46
35-44	-39,53	42,30	35,62	34,95	19,88	27,58	20,92	-17,42
45 e +	6,92	10,04	-30,35	13,74	6,92	-26,97	-65,48	-54,84
IV. MIGRANTE DE RETORNO À NÃO-ORIGEM SP-PE COMPARADO AO NÃO-MIGRANTE PE								
15-34	-23,4	5,44	29,93	-4,65	-2,26	38,4	18,94	-5,53
35-44	-36,92	45,88	57,85	40,35	-1,76	31,68	33,26	12,61
45 e +	-26,65	10,56	7,42	26,22	-34,02	-18,13	-28,21	-21,69
MR / RD METROPOLITANA								
I. MIGRANTE DE RETORNO TOTAL SP-PE COMPARADO AO EMIGRANTE PE-SP								
15-34	-2,58	-8,06	4,62	21,38	-27,14	-2,93	-3,63	32,93
35-44	-39,43	-4,42	15,69	40,45	-8,59	-19,93	18,46	22,82
45 e +	-20,92	-0,69	25,25	50,36	-22,29	-0,48	-10,97	47,34
Total	-11,62	-6,03	2,87	28,02	-12,35	0,63	-8,65	30,38
II. MIGRANTE DE RETORNO TOTAL SP-PE COMPARADO AO NÃO-MIGRANTE PE								
15-34	-15,14	5,78	6,42	-15,13	-35,48	6,88	9,79	-6,94
35-44	-33,95	8,71	5,01	-2,72	-8,43	-1,03	20,25	-11,19
45 e +	-3,04	1,70	-11,28	17,87	-19,47	11,01	-24,16	24,86
Total	-22,76	5,15	11,72	-2,12	-30,15	-1,91	18,83	2,79
RD AGRESTE CENTRAL								
I. MIGRANTE DE RETORNO TOTAL SP-PE COMPARADO AO EMIGRANTE PE-SP								
15-34	4,11	-4,16	7,41	-5,70	3,19	18,31	-7,81	-10,74
35-44	-2,87	2,85	-5,06	48,82	-6,77	-1,31	9,90	61,07
45 e +	-6,04	9,05	-20,00	51,22	-6,61	7,15	-5,55	100,00
Total	5,06	-2,73	-4,67	0,76	3,51	18,94	-19,65	-12,95
II. MIGRANTE DE RETORNO TOTAL SP-PE COMPARADO AO NÃO-MIGRANTE PE								
15-34	-26,52	21,97	24,09	-38,05	-20,47	36,73	9,42	-39,41
35-44	-15,71	19,93	11,11	6,44	-17,80	19,59	19,67	-42,38
45 e +	-14,23	27,75	-22,01	36,26	-15,93	25,86	11,21	-17,49
Total	-24,19	26,37	36,89	-1,49	-23,44	22,11	27,63	-24,69
RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ								
I. MIGRANTE DE RETORNO TOTAL SP-PE COMPARADO AO EMIGRANTE PE-SP								
15-34	3,46	-4,10	8,19	-6,96	3,15	-6,55	-0,15	5,80
35-44	13,07	-11,21	10,06	50,75	8,02	-4,13	-8,59	14,46
45 e +	1,49	-1,53	10,89	-100,00	6,81	-1,04	-26,84	-48,21
Total	9,56	-5,36	1,45	-7,58	11,32	7,33	-13,44	-1,88
II. MIGRANTE DE RETORNO TOTAL SP-PE COMPARADO AO NÃO-MIGRANTE PE								
15-34	-38,18	18,17	47,62	18,94	-31,05	5,74	21,84	-1,52
35-44	-8,04	-56,23	-1,94	-100,00	-20,24	17,57	23,95	10,54
45 e +	-15,26	22,5	28,74	-100,00	-8,39	11,86	32,79	-22,95
Total	-30,94	20,06	61,53	42,69	-26,59	4,68	43,34	19,86

FONTE: FIBGE: Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

CHAMADA: (1) Nível Educacional: algumas categorias da variável "Grau da Última Série Concluída" foram agrupadas - Alfabetização de Adultos e Primário/Elementar na categoria de 1º Grau Incompleto; Ginásio ou Médio 1º Ciclo e 1º Grau na categoria de 1º Grau Completo; 2º Grau na categoria de 2º Grau Completo. Foram excluídas as seguintes categoria: "nenhuma" cujos migrantes frequentaram escola ou nunca frequentaram; "3º Grau Completo" e "Pós-Graduação" por apresentarem números insuficientes para o cálculo do Índice de Diferenciais.

Ao analisar os índices de diferenciais migratórios, no conjunto geral do fluxo PE-SP-PE, observou-se que a participação de analfabetos veio apresentar maior peso para os migrantes de retorno, principalmente no período 1981-91, acompanhado de uma redução do nível educacional no primeiro grau completo nesse mesmo período. Já nas categorias do 2º grau completo, observou-se uma elevação do nível educacional para os migrantes de retorno, em ambas as décadas, favorecendo-os quando comparados aos emigrantes, especialmente na década de 70, uma vez que esses diferenciais reduziram-se, na década seguinte, entre as duas categorias dos migrantes. (Tabela 4.9)

Os diferenciais do nível educacional, quando categorizados pela variável *idade*, nas distintas fases de "formação", "consolidação" e "fragmentação" da família³¹, apresentaram um perfil mais definido dos chefes migrantes, o que destaca essa variável como de grande importância para explicar o nível educacional dos migrantes. Os chefes retornados, na faixa de 15 a 34 anos, o que corresponde à fase de "formação" da família, apresentaram-se com menor nível educacional que os emigrantes pernambucanos, como também evidenciaram uma redução de seu nível educacional, entre as duas décadas em análise. Já nas duas fases seguintes, ou seja, na fase de "consolidação" da família (35 a 44 anos) e na fase de "fragmentação" da família (45 e mais), a posição inverte-se, ou seja, o chefe migrante de retorno assume um nível educacional mais elevado do que o dos chefes emigrantes. (Tabela 4.9).

O fato de os chefes migrantes de 15 a 34 anos retornarem com o nível educacional inferior aos pernambucanos que permaneceram em São Paulo, pode constituir-se uma confirmação da hipótese de redução de oportunidades de trabalho em São Paulo para aqueles de menor qualificação profissional. Estes, por sua vez, tornam-se mais suscetíveis ao condicionamento de fatores não econômicos, a exemplo da força dos laços familiares, que representam um abrigo para o retorno, e, ainda, de atração da dinâmica econômica de alguns espaços pernambucanos, como foi destacado no Capítulo 3 anterior, que passa a sugerir-se como alternativa para aqueles que não encontram oportunidades de emprego em São Paulo.

JATOBÁ (2003)³² atribui a queda de emprego em São Paulo, sobretudo, ao fechamento de vagas na indústria e na construção civil. Além disso, as exigências de contratação tornaram-se mais rígidas, dificultando a absorção da mão de obra trabalhadora. O crescimento do setor de serviços, por sua

³¹ Essas categorias do *ciclo vital* foram adotadas a partir de GOLDANI (1986) e CUNHA (1994).

³² Entrevista realizada pelo *Jornal do Comércio*. 03.09.2003. Caderno JC Cidades, p.4.

vez, vem aliado à exigência de maior qualificação. Segundo esse pesquisador, aumentaram, assim, os investimentos na atividade informal, levando a um inchamento do setor e reduzindo a renda média do brasileiro e empobrecendo a população.

Na MR/RD Metropolitana do Recife observou-se, em termos gerais, um maior nível educacional dos chefes de família migrantes de retorno em relação aos emigrantes, situando-se acima da situação observada para o conjunto do estado, especialmente quando se trata das idades acima de 35 anos. De certa forma, isto seria de esperar, considerando que é nessa região pernambucana onde as oportunidades de estudo e trabalho são mais diversificadas. Quanto às demais regiões selecionadas, a RD do Pajeú-Moxotó destacou-se com um nível educacional maior dos emigrantes, comparados aos dos retornados para essa região, mais evidenciado na última faixa etária de 45 anos e mais, situando-se esses diferenciais abaixo do nível estadual, uma vez que a MR/RD Metropolitana contribuiu-se para a elevação desses diferenciais.

Na análise comparativa entre migrantes de retorno SP-PE e os não-migrantes pernambucanos, constatou-se que o nível educacional dos chefes retornados SP-PE apresentou-se superior para aqueles com até o primeiro grau completo, nas duas décadas em análise. Observou-se, contudo, que o nível educacional a partir do segundo grau completo inverteu-se, na década de 80, quando os não-migrantes superaram o nível educacional, o que se expressa, também, nas demais faixas etárias, seja em relação aos retornados para os municípios de origem, seja para aqueles que se destinam para a não-origem. (Tabela 4.9).

Em linhas gerais, a migração de retorno aos municípios de origem comportou-se de forma semelhante ao da migração de retorno total, apresentando, também, um nível educacional mais elevado em relação aos não-migrantes, apenas nas duas primeiras faixas etárias. Já os migrantes de retorno que se dirigiram para os municípios de não-origem apresentaram um maior nível educacional em relação aos não-migrantes na fase de "consolidação" das famílias (35-44 anos).

É importante destacar que as diferenças entre retornados e não-migrantes tornaram-se acentuadas, especialmente na fase de "fragmentação" da família e, em contrapartida, o maior nível educacional foi apresentado pelo grupo dos retornados, nas fases de "formação" e "consolidação" da família, à exceção daqueles com nível educacional a partir do segundo grau completo, na década de 80. Essa condição pode ser melhor explicada se for considerado que 90,7% do total de chefes migrantes de retorno só atingiram o 1º grau completo, na década de 1981-91. (Tabela 4.10)

Na MR/RD Metropolitana, também, registrou-se um nível educacional maior dos retornados em relação aos não-migrantes, em ambas as décadas em foco, sendo responsável, em grande parte, pela elevação do nível geral desses retornados no conjunto do estado, especialmente em relação ao analfabetismo. Seguindo a tendência estadual, as demais regiões selecionadas – RD do Agreste Central e RD Pajeú-Moxotó – também apresentaram um nível educacional dos retornados superior ao dos não-migrantes, à exceção daqueles que concluíram o 2º grau. (Tabela 4.10).

É importante ressaltar a melhoria no nível educacional, não apenas dos migrantes como dos não-migrantes, de uma década para outra, confirmando a compreensão de CUNHA e DEDECCA (2002:8 e 35) de que há uma tendência nacional brasileira de melhorar as condições educacionais da população através da sucessão de gerações. De modo geral, os chefes de família retornados apresentaram níveis educacionais mais elevados do que os que emigraram, nas faixas etárias de 35 a 44 anos e 45 e +, o que estaria evidenciando a trajetória dos pernambucanos migrantes em uma área de melhor infra-estrutura educacional.

A Tabela 4.10 apresenta um quadro geral das características sócio-econômico-demográficas dos chefes de família dos mesmos grupos comparativos – emigrantes, migrantes de retorno e não-migrantes, na década de 80, na qual se confirma, em termos gerais, o maior nível educacional dos emigrantes em relação aos retornados e destes em relação aos não-migrantes. Enquanto cerca de 25,17% dos chefes de famílias emigrantes eram analfabetos, esta cifra elevou-se para 28,8% entre os chefes de família retornados e para 40% entre aqueles não-migrantes. Entre os emigrantes 42,18% de chefes de família apresentaram o 1º grau completo, contra 29,09% dos retornados e 19,95% dos não-migrantes. No conjunto dos chefes retornados, cerca de 90% só atingiram, no máximo, o primeiro grau completo, expressando, de certo modo, a qualificação profissional desse chefes.

Vale salientar que estas relações para o total do estado modificam-se, levando em consideração o nível educacional sob a ótica da estrutura etária dos chefes de família, bem como a região de destino dos retornados.

TABELA 4.10

PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DOS CHEFES DE FAMÍLIA POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA COM MENOS DE 10 ANOS DE TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL E DOS NÃO-MIGRANTES, 1981-91

CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE FAMÍLIA	PERNAMBUCO			MR/RD METROPOLITANA			RD AGRESTE CENTRAL			RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ			
	Emigrantes	Migrantes de Retorno	Não-Migrantes	Emigrantes	Migrantes de Retorno	Não-Migrantes	Emigrantes	Migrantes de Retorno	Não-Migrantes	Emigrantes	Migrantes de Retorno	Não-Migrantes	
I- NÍVEL EDUCACIONAL													
Analfabeto	25,17	28,80	39,71	13,96	10,72	20,30	31,99	34,32	55,33	24,83	31,17	53,75	
1º Grau Incompleto	25,15	32,80	26,21	27,47	27,09	28,72	25,01	36,70	23,38	25,79	29,91	27,18	
1º Grau Completo	42,18	29,09	19,95	46,02	38,85	26,53	37,76	25,34	14,42	41,24	31,44	12,47	
2º Grau Completo	5,73	7,51	9,46	8,95	17,34	15,90	3,88	2,99	4,94	7,05	6,79	4,54	
3º Grau Completo + Pós Graduação	1,76	1,80	4,68	3,60	5,99	8,54	1,36	0,64	1,93	1,09	0,70	2,07	
TOTAL	Val.Relativos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
	Val.Absolutos	64907	24775	1636638	16395	5289	712524	9793	6523	202506	5618	3006	102209
II- PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO													
Trabalhou últimos 12 meses	89,28	80,23	72,43	87,98	78,33	70,25	88,49	79,52	72,28	91,32	80,71	73,41	
Não Trabalhou últ. 12 meses	10,72	19,77	27,57	12,02	21,67	29,75	11,51	20,48	27,72	8,58	19,29	26,59	
TOTAL	Val.Relativos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
	Val.Absolutos	64907	24775	1636638	16400	5289	712524	9814	6523	202506	5613	3006	102209
Taxa Particip. Merc.Trabalho	92,65	83,85	75,17	91,66	85,10	74,47	91,54	81,28	73,62	94,62	84,30	74,51	
Taxa Desemp. Aberto Oculto	3,64	4,31	3,64	4,02	7,95	5,66	3,34	2,17	1,83	3,50	4,26	1,49	
III- SETOR DE ATIVIDADE DOS CHEFES QUE TRABALHAM (1)													
I- Agropecuário	2,59	22,54	31,13	1,30	2,56	4,11	2,67	24,81	45,88	3,59	26,32	57,11	
II- Industrial	48,94	27,87	21,24	44,42	32,56	27,53	51,51	27,49	15,97	50,32	29,10	12,76	
Transformação	33,30	14,45	11,56	31,62	20,61	15,68	38,84	14,32	8,23	27,12	9,52	3,73	
Construção Civil	14,30	12,96	7,55	11,62	11,61	9,02	11,54	12,88	6,17	21,76	19,46	7,80	
Outros	1,34	0,46	2,13	1,18	0,34	2,83	1,13	0,29	1,57	1,44	0,12	1,22	
III- Terciário	44,56	47,72	43,78	49,66	62,25	61,79	42,77	45,56	35,98	41,00	41,55	28,62	
Serviços de Produção	19,56	23,56	18,56	20,22	27,03	24,36	20,09	25,39	18,65	21,56	20,86	12,20	
Comércio Mercadorias	11,95	16,98	13,50	11,30	17,72	17,42	13,39	19,34	13,93	14,91	14,51	8,99	
Transporte e Comunicação	7,60	6,58	5,05	8,93	9,32	6,94	6,70	6,05	4,72	6,65	6,35	3,21	
Serviços Coletivos	3,15	5,61	11,56	5,40	8,28	16,69	2,75	5,24	7,58	2,09	6,35	8,91	
Atividades Sociais	2,20	2,95	5,60	3,79	5,50	8,56	1,97	1,75	3,25	1,58	3,46	3,86	
Administração Pública	0,95	2,66	5,96	1,61	2,78	8,13	0,78	3,49	4,43	0,51	2,89	5,05	
Prestação de Serviços	21,86	18,55	13,66	24,04	26,94	20,73	19,93	14,92	9,64	17,35	14,34	7,51	
IV- Outras Atividades	3,91	1,87	3,85	4,62	2,63	6,57	3,05	2,14	2,18	5,09	1,03	1,51	
TOTAL	Val.Relativos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
	Val.Absolutos	57950	19877	1185443	14429	4143	500572	8690	5187	146365	5125	2426	75029
IV- POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DOS CHEFES QUE TRABALHAM (2)													
Sem Remuneração	0,03	0,13	0,30	0,10	0,00	0,05	0,08	0,12	0,65	0,00	0,00	0,47	
Agrícola Volante	0,81	4,84	7,11	0,24	0,14	0,83	1,12	5,88	11,90	1,40	2,76	7,75	
Parceiros	0,75	1,96	1,86	0,87	0,27	0,38	0,85	0,96	1,37	0,45	6,14	4,11	
Empregado	83,33	43,32	51,12	81,89	66,50	71,28	83,16	32,95	30,63	80,57	38,33	24,40	
Empregador	1,21	3,90	4,31	1,30	3,67	4,53	1,12	4,34	4,53	2,26	3,34	3,43	
Por Conta Própria	13,86	45,85	35,31	15,60	29,42	22,95	13,67	55,75	50,91	15,31	49,42	59,84	
TOTAL	Val.Relativos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
	Val.Absolutos	57950	19877	1185443	13177	4143	500572	8663	5187	146365	5127	2426	75029
V- SITUAÇÃO DOS CHEFES QUE NÃO TRABALHAM (3)													
Procurando Trabalho	31,42	18,29	9,92	30,66	31,24	14,16	26,53	8,61	4,85	37,88	18,62	4,16	
Aposentado, Pensionista e Inválido	29,01	46,63	68,62	28,43	41,01	62,07	27,67	59,66	77,06	26,48	40,17	77,52	
Vive de Renda	1,60	4,12	1,82	1,98	0,70	1,41	2,83	6,96	1,88	3,46	7,24	2,30	
Detento	0,13	0,51	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00	1,87	0,09	0,00	0,00	0,00	
Estudante	0,72	1,06	1,01	1,68	3,05	1,35	0,00	0,00	0,27	0,00	0,00	1,16	
Afazer domésticos	27,86	25,28	15,52	28,43	19,20	17,47	35,81	22,53	13,20	28,11	29,83	13,43	
Sem Ocupação/Outros	9,27	4,10	3,09	8,83	4,80	3,51	7,16	0,37	2,65	4,07	4,14	1,42	
TOTAL	Val.Relativos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
	Val.Absolutos	6957	4898	451195	1970	1146	211952	1131	1336	56141	491	580	27180
IV- FAIXA DE RENDA NOMINAL MÉDIA MENSAL DOS CHEFES													
Sem Rendimento	6,94	7,66	6,93	7,43	10,53	9,27	8,05	6,04	5,03	5,16	6,42	4,23	
Até 1 SM	7,40	41,22	45,47	7,10	31,82	30,51	8,57	41,58	51,82	6,95	41,88	62,49	
+ 1 a 2 SM	30,59	26,94	21,70	26,36	23,18	22,83	29,26	31,73	23,14	29,52	29,08	16,91	
+ 2 a 3 SM	25,18	10,61	8,46	24,95	11,51	10,77	26,26	10,50	7,72	26,02	8,92	5,58	
+ 3 a 5 SM	20,03	6,00	6,89	19,71	8,91	10,23	18,59	4,40	4,99	20,67	5,26	4,02	
+ 5 SM	8,97	6,50	9,27	13,33	13,46	15,45	8,12	4,66	5,32	10,42	6,62	3,99	
Sem declaração	0,89	1,07	1,28	1,12	0,59	0,94	1,14	1,09	1,97	1,26	1,83	2,78	
TOTAL	Val.Relativos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
	Val.Absolutos	64907	24775	1636638	16399	5289	712524	9811	6523	202506	5623	3006	102209

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991

CHAMADAS: (1) Foram agrupadas em "Outras Atividades do Setor Terciário": Serv. Auxil. Atividade Econômica e Outras Atividades (2) Foram agrupados em Parceiro Empregado e por Conta Própria na categoria de "Parceiros" e Doméstico empregado; Emp. Setor Privado; Emp. Setor Público; Emp. Estatutário na categoria de Empregado.

^ (3) Proc. Trab./Já Trabalhou e Proc. Trab./Nunca Trabalhou na categoria de "Procurando Trabalho", Aposentado, Pensionista e Doente Inválido, em uma única categoria.

O diferencial favorável aos chefes retornados em relação aos não migrantes, que se situaram nas faixas de escolaridade de até o 1º grau completo, está, provavelmente, relacionado à procedência dos migrantes de retorno de um centro urbano mais dinâmico como São Paulo, além de seguir a tendência histórica do país, como afirmam MOURA e MELO (1990: 378), em estudo no qual era considerado o nível de escolaridade da população de Manaus:

“... De fato, embora historicamente o nível de escolaridade do contingente migrante oriundo do resto do país pareça ter sido sempre superior ao do contingente não-migrante, ...há também que se levar em conta as maiores facilidades de acesso e disponibilidade de infra-estrutura educacional existentes nessas áreas mais urbanizadas...”

Entre as regiões selecionadas, a MR/RD Metropolitana, como era de esperar-se, apresentou o maior nível educacional, com 10% dos chefes de família analfabetos e cerca de ¼ do total de chefes com escolaridade acima do primeiro grau completo. Essa melhoria nos níveis educacionais do segmento metropolitano que retornou de São Paulo, especialmente na década de 80, confirmou uma melhoria do nível educacional dos migrantes de retorno em relação aos que ficaram, o que corrobora com as observações de SIMÕES (1980: 925), para os anos 70, quando ele afirma que:

“... no conjunto metropolitano, a posição dos migrantes de retorno é mais satisfatória já que aumenta a sua participação nos níveis educacionais acima do curso elementar sendo, por sua vez, bem mais reduzida a proporção de analfabetos. É no contexto metropolitano que a população, quer migrante ou não-migrante, encontra-se melhor posicionada nos níveis de escolaridade considerados.”

As RDs do Agreste Central e do Pajeú-Moxotó assemelharam-se no baixo nível educacional dos chefes de família, que somaram mais de 30% de analfabetos e contaram com mais de 90% com nível de escolaridade, no máximo, até o primeiro grau completo. Contudo, ambas as regiões apresentaram um nível de escolaridade muito baixo dos não-migrantes, entre os quais a proporção de chefes de família analfabetos representou mais de 50% dos chefes de família das regiões. Nesse contexto, portanto, os retornados destacaram-se, como bem demonstra uma pesquisa feita por FERREIRA E CARVALHO (1999) em São Bento do Una³³, onde os autores identificaram uma placa “ENSINA-SE A FALAR PAULISTA”, na casa de migrante de retorno, o que lhes estimulou a fazer a pesquisa sobre o deslocamento de pernambucanos para São Paulo.

Na comparação dos migrantes de retorno proveniente de São Paulo para o estado de Pernambuco com os que emigraram para o estado de São Paulo, constatou-se a melhor situação

³³ São Bento do Una é um município do Agreste Central, próximo ao município de Caruaru, núcleo dinâmico da região.

educacional daqueles que se encontravam em São Paulo no momento do Censo de 1991. A explicação poderia remeter ao fato de os deslocamentos dos pernambucanos terem se dirigido para áreas mais bem servidas de infra-estrutura educacional e no esforço que esses migrantes dispenderam para competir no mercado de trabalho do local de destino. Contudo, é possível que essa situação não expresse apenas uma seletividade “negativa” na origem, mas envolva uma questão de coortes. No primeiro caso, migrariam os piores e, no segundo caso, as coortes mais velhas seriam menos educadas, mesmos que as mais jovens, e seriam as primeiras que mais retornariam, do que resultaria a diferença. Na Tabela 4.9 constata-se que essas diferenças são bem menores quando se consideram as idades de 15 a 34 anos.

Mesmo apresentando possivelmente, em média, uma melhor qualificação profissional (fruto da melhoria na educação) os chefes emigrantes pernambucanos, ao retornarem para o seu Estado de nascimento, foram absorvidos pelo mercado de trabalho do local de destino do retorno, destacando-se em relação aos não-migrantes nas condições de “trabalho por conta própria”. Isto, de certa forma, reflete o que CUNHA e DEDECCA (2002) mostram para os migrantes da Região Metropolitana de São Paulo que acabam ocupando os piores postos de trabalho, muito embora isso implique em um menor nível de desemprego se comparado com o não-migrante.

Segundo ROCHA-TRINDADE (1995), algumas teorias do *capital humano*³⁴ consideram o fator educação como fundamental na seleção de trabalhadores e na capacidade de adaptação econômica ao local de destino. Para os teóricos do capital humano a interação dos imigrantes com a população natural no processo produtivo é complementar, uma vez que o impacto dos rendimentos dos imigrantes nas oportunidades de emprego e rendimentos da população natural são muito pequenos. Segundo CHISWICK³⁵, quando os imigrantes chegam ao local de destino não possuem muitas das qualidades consideradas social e economicamente importantes, especialmente conhecimento acerca das oportunidades de emprego. Para a autora, esse processo de investimento traduz-se pela acumulação de qualificações – educação, formação profissional, mobilidade profissional – levando a que os rendimentos dos imigrantes cresçam a um ritmo comparativamente superior ao dos naturais. Assim, o perfil dos rendimentos dos imigrantes tendem a ser mais destacado que a relação observada

³⁴ SJAASTAD, L.A. *The Costs and Returns of Human Migration*, in *Journal of Political Economy*, Supplement, 70, 1962; BECKER, G.S., *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*. New York, Columbia University Press, 1964; apud ROCHA-TRINDADE (1995 p.77)

³⁵ Chiswick, B. *Is the New Immigration as Unskilled as the Old?* In *Journal of Labour Economics*, 4 (2), 1987, apud Rocha-Trindade (1995 p. 76)

para os naturais. Esse aumento relativo, mas progressivo, do desempenho dos imigrantes demonstra a sua adaptação ao mercado de trabalho e a sua assimilação à economia do local de destino.

No caso do migrante de retorno, que é, também, natural da UF de destino e supostamente já conhece o local, essa condição, de certa forma, relativiza-se. Na análise da inserção dos retornados pernambucanos no mercado de trabalho observou-se, contudo, que sua condição encontrava-se melhor do que a dos não-migrantes, uma vez que a *taxa de participação no mercado*³⁶ para os chefes de família retornados era de 83,85%, enquanto para os chefes não-migrantes a mesma taxa era de 75,17%. Por outro lado, os retornados apresentaram uma taxa inferior à dos emigrantes sediados em São Paulo (92,65%). Vale lembrar que esses dados encerram os efeitos da estrutura etária, apesar do recorte realizado na pesquisa, que considera, apenas, os chefes de família e a PEA, o que ameniza esses efeitos.

Curiosamente, a menor taxa de participação dos migrantes de retorno no mercado de trabalho foi apresentada pela RD do Agreste Central (81,28%), apesar da expectativa de que a dinamização da região com a produção e a comercialização de sulanca e de outros produtos estivessem atraindo migrantes pernambucanos. Há de considerar-se, contudo, que o elevado volume de retornados para a região pode ter superado as condições de absorção do mercado de trabalho da região agrestina.

Observou-se, por outro lado, que a mesma RD do Agreste Central apresentou a menor *taxa de desemprego aberto e oculto*³⁷, quando comparadas às demais regiões selecionadas, com uma taxa que representou cerca de metade da taxa média de Pernambuco. No conjunto do estado, constatou-se que os migrantes de retorno apresentaram as mais elevadas dessas taxas, se comparados aos emigrantes que se encontravam em São Paulo e aos não-migrantes pernambucanos, seja em seu conjunto seja no contexto das regiões selecionadas, à exceção da RD do Agreste Central em que esta taxa de desemprego aberto e oculto para os retornados encontrava-se abaixo da mesma taxa para os emigrantes.

Na análise da inserção dos migrantes nos **setores de atividade econômica**, procurou-se avaliar os diferenciais dos fluxos de emigrantes, de migrantes de retorno e de não migrantes, quanto à

³⁶ A *taxa de participação no mercado de trabalho* foi calculada para os chefes de família a partir de uma adaptação da fórmula de JANNUZZI (2001:89): $[(\text{chefes ocupados} + \text{chefes procurando trabalho}) / (\text{total de chefes})] * 100$

³⁷ Esta *taxa de desemprego aberto e oculto* foi, também, adaptada de JANNUZZI (2002:90): $[(\text{chefes procurando trabalho}) / (\text{chefes ocupados} + \text{chefes procurando trabalho})] * 100$

absorção desse contingentes no mercado de trabalho, tendo em vista que os deslocamentos são motivados, em grande parte, pela busca de melhores condições econômicas. Parte-se da idéia proposta por MOURA (1990:403) de que

“os migrantes respondem a oportunidades de empregos reais ou esperadas, espacialmente diferenciadas, e que, ao avaliar-se as conseqüências da migração, assume particular importância a forma pela qual os indivíduos conseguem, através do mercado de trabalho, satisfazer ou não suas aspirações econômicas.”

Ao analisar-se a atividade econômica exercida pelos chefes de família, constatou-se que quase metade (48,94%) dos emigrantes pernambucanos participavam do setor industrial paulista, enquanto 44,56% inseriam-se nas atividades terciárias, dos quais metade (21,86%) eram prestadores de serviços. No contexto pernambucano, a participação dos retornados na indústria reduzia-se para 27,87%, ganhando expressão os que retornaram para o setor agropecuário (22,54%), provavelmente de onde saíram, à exceção daqueles que retornaram para a MR/RD Metropolitana.

A proporção de retornados no setor terciário equiparou-se à dos emigrantes, no conjunto do estado e nas regiões selecionadas, elevando-se significativamente no contexto da MR/RD Metropolitana, quando chegou a representar 62,25% dos retornados que trabalhavam. Os migrantes de retorno para esta região apresentaram um perfil de inserção nas atividades econômicas semelhante aos dos não-migrantes, embora tenha se observado uma predominância daqueles absorvidos pelo setor industrial, o que seria de esperar em face da experiência adquirida por esses migrantes em São Paulo. O setor terciário apresentou, também, uma concentração maior de retornados no comércio de mercadorias, especialmente o de transportes e comunicação, em face, certamente, da experiência migratória adquirida, como também é expressiva a inserção dos migrantes de retorno no setor de prestação de serviços.

É importante destacar, nas RDs do Agreste e do Sertão pernambucano selecionadas, os diferenciais estabelecidos entre os chefes migrantes de retorno e aqueles não-migrantes, no que se refere à inserção nas atividades econômicas. Enquanto entre os não-migrantes predominou a inserção nas atividades agropecuárias (45,88% na RD Agreste Central e 57,11% na RD Pajeú-Moxotó), os retornados reduziram a sua participação neste setor (24,81% na RD Agreste Central e 28,32% na RD Pajeú-Moxotó), concentrando-se em atividades industriais e, especialmente, no setor terciário. Merece destaque a inserção de 28,32% dos retornados para a RD Pajeú-Moxotó nas atividades agropecuárias. Vale, também, ressaltar a inserção de 25,39% dos retornados para a RD do Agreste Central no setor de comércio de mercadorias, contra 18,65% dos não-migrantes da mesma

região, confirmando, de certa forma, a atração exercida por este setor, dinamizado pelo comércio da sulanca e do artesanato. (Tabela 4.10)

Considerando que os chefes de família retornados, em grande parte, não tenham-se inserido da mesma forma no mercado de trabalho, pode significar que ele retorne para outro lugar que não aquele realmente de origem, mas, também, pode ser indicativo de que a experiência migratória influenciou sua nova inserção no mercado de trabalho do seu local de nascimento.

Segundo ROCHA-TRINDADE (1995), o mercado de trabalho das economias industrializadas pode ser considerado como uma estrutura onde continuam a existir diferenças significativas relativamente às oportunidades de emprego, em termos dos graus de qualificação envolvidos no processo produtivo. O processo de recrutamento de trabalhadores para determinadas tarefas, as características dos empregos e, conseqüentemente, o seu papel na estrutura do mercado de trabalho das regiões industrializadas, constituem o cerne das questões relacionadas com as migrações.

Analisando a **posição na ocupação** do integrantes do fluxo migratório PE-SP-PE, observou-se que entre os chefes de família emigrantes pernambucanos predominaram aqueles que estão empregados (83,33%), seguido daqueles que trabalhavam por conta própria (13,86%). Entre os chefes retornados, entretanto, cresceu significativamente a proporção dos chefes que trabalhavam por conta própria (45,85%), predominando estes sobre aqueles que eram empregados (43,32%). O perfil dos chefes de família migrantes de retorno distinguiu-se do perfil dos chefes não-migrantes, especialmente, na maior proporção desses chefes que trabalham por conta própria, contra aqueles que eram empregados. É possível que esses retornados que passaram a trabalhar por conta própria tenham se inserido na produção agrícola familiar. (Tabela 4.10)

Esse perfil manteve-se para a MR/RD Metropolitana. Nas regiões do Agreste e Sertão selecionadas, observou-se que decresceu entre os retornados a participação como agrícola volante, que adquiriu certa expressão entre os não-migrantes, ao passo que aumentou a proporção dos migrantes de retorno entre os empregados e aqueles que trabalhavam por conta própria, à exceção destes últimos na RD Pajeú-Moxotó. (Tabela 4.10)

A proporção dos que procuravam trabalho entre os migrantes de retorno foi maior no contexto da MR/RD Metropolitana (31,24%) e da RD Pajeú-Moxotó (18,62%), enquanto na RD Agreste Central esse percentual caiu para 8,61%. Isto de certa forma confirma a dinamicidade atribuída à região

agrestina, refletido no seu potencial absorvedor de trabalhadores, como, também, destaca as dificuldades enfrentadas, seja pela região metropolitana, seja pela região sertaneja, na absorção do contingente migratório de retorno no seu mercado de trabalho. Vale ressaltar que a RD Agreste Central apresentou grande volume de retornados, comparável até ao da MR/RD Metropolitana do Recife.

Ao nível da **renda mensal**, constatou-se que os chefes de família emigrantes pernambucanos que permaneciam em São Paulo no momento do Censo de 1991, auferiam uma renda nominal média mensal maior que os retornados e, estes, por sua vez, encontravam-se em patamar inferior àqueles que não migraram. Enquanto 14,34% dos emigrantes recebiam em São Paulo até 1 salário mínimo, inseriam-se nesta mesma faixa de renda cerca de metade dos retornados a Pernambuco (48,88%) e dos não-migrantes pernambucanos (52,40%). Por outro lado, apenas 6,50% dos retornados recebiam renda nominal acima de 5 salários mínimos, enquanto 8,97% dos emigrantes e 9,27% dos não-migrantes inseriam-se nesta faixa de renda, o que se explica, na relação entre migrantes de retorno e não-migrantes, pela concentração dos retornados com nível de escolaridade de até o 1º grau completo. Esta situação, de certa forma, manteve-se nas regiões selecionadas. (Tabela 4.10)

Dada a realidade econômica distinta das UFs analisadas, faz-se necessário relativizar a diferença destacada entre a renda dos chefes de família emigrantes pernambucanos sediados em São Paulo em relação aos retornados e aos não-migrantes de Pernambuco, uma vez que o indicador utilizado – o *salário mínimo* - significa poder de compra distinto em ambos os estados e, ainda, nas distintas regiões desses estados. Procurando definir a *linha de pobreza* – através de um determinado valor de renda que serve como fronteira do nível de rendimento entre pobres e não-pobres, ROCHA (1994:125) calculou, para as regiões metropolitanas de São Paulo e do Recife, em 1990, os valores de 1,29 e 0,93, respectivamente, expressos em termos do maior salário mínimo médio vigente no país. Esses dados demonstram que os emigrantes pernambucanos que recebiam na RMSP, em 1990, uma renda de até 1 salário mínimo, encontravam-se abaixo da linha de pobreza, enquanto os retornados e não-migrantes que na MR/RD Metropolitana do Recife percebiam o mesmo valor de rendimento encontravam-se ligeiramente acima dessa linha.

Embora se relativize a diferença entre a renda do emigrante e do não-migrante, constata-se, na realidade, uma situação mais favorecida dos primeiros sobre os segundos, indicada, de certa forma, pela prática de remessa de dinheiro que se estabelece, especialmente entre os emigrantes

pernambucanos do agreste e do sertão no fluxo que se destina a São Paulo. Segundo SCOTT (1984: 1627),

“... cartas, dinheiro, objetos e presentes, visitas, pessoas mandadas buscar – demonstra a precariedade e pobreza da base em que os contatos materiais são montados. Mesmo assim percebe-se claramente que os fluxos existentes são na direção migrante – casa de origem e não vice-versa.”

A frequência da remessa de dinheiro para a casa, ou seja, para o lugar de origem e muitas vezes a passagem paga adiantadamente por pessoas que se encontram no local de destino, revelam a extensão e a importância da ajuda mútua, o que leva TILLY (1990) a destacar esta categoria entre as mais importantes das redes sociais. Paradoxalmente, o movimento de retorno é reforçado pelos laços que os retornados estabelecem entre a origem e o destino, sendo a própria ajuda mútua um fator facilitador da migração ao longo da mesma linha.

Uma comparação entre a renda nominal dos chefes e a renda familiar *per capita* dos retornados, propiciou uma avaliação do peso econômico dos membros da família sobre os chefes, bem como das condições de acesso aos recursos de outros atores, além do chefe de família, situados na rede. (Tabela 4.11)

TABALA 4. 11
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS. - RENDA NOMINAL MÉDIA MENSAL DOS CHEFES E FAMILIAR PER CAPITA (EM SM) DOS CHEFES DE FAMÍLIA MIGRANTES DE RETORNO. 1981-91

FAIXA DE RENDA (EM SM)	CHEFES DE FAMÍLIA MIGRANTES DE RETORNO SEGUNDO FAIXAS DE RENDA NOMINAL MÉDIA MENSAL															
	PERNAMBUCO				MR/RD METROPOLITANA				RD AGRESTE CENTRAL				RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ			
	Renda do Chefe		Renda Familiar Per Capita		Renda do Chefe		Renda Familiar Per Capita		Renda do Chefe		Renda Familiar Per Capita		Renda do Chefe		Renda Familiar Per Capita	
	%	% Acum.	%	% Acum.	%	% Acum.	%	% Acum.	%	% Acum.	%	% Acum.	%	% Acum.	%	% Acum.
Sem Rendimento	7,66	7,66	5,95	5,95	10,53	10,53	8,41	8,41	6,04	6,04	4,57	4,57	6,42	6,42	4,29	4,29
Até 1 SM	41,22	48,88	77,56	83,51	31,82	42,35	67,04	75,45	41,58	47,62	79,83	84,40	41,88	48,30	80,21	84,50
Mais de 1 a 2 SM	26,94	75,82	9,12	92,63	23,18	65,53	11,34	86,79	31,73	79,35	9,57	93,97	29,08	77,38	8,62	93,12
Mais de 2 a 3 SM	10,61	86,43	2,61	95,24	11,51	77,04	4,10	90,89	10,50	89,85	1,87	95,84	8,92	86,3	2,26	95,38
Mais de 3 a 5 SM	6,00	92,43	1,79	97,03	8,91	85,95	4,14	95,03	4,40	94,25	1,63	97,47	5,26	91,56	0,50	95,88
Mais de 5 SM	6,50	98,93	1,19	98,22	13,46	99,41	3,82	98,85	4,66	98,91	0,51	97,98	6,62	98,18	1,70	97,58
Sem Declaração	1,07	100,00	1,78	100,00	0,59	100,00	1,15	100,00	1,09	100,00	2,02	100,00	1,82	100,00	2,42	100,00
TOTAL	%	100,00		100,00	100,00		100,00	100,00	100,00		100,00	100,00	100,00		100,00	100,00
	Abs.	24775		24775	5289		5289	5289	6523		6523	6523	3006		3006	3006

FONTE: F. IBGE Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991

No conjunto de Pernambuco, a renda familiar *per capita* de até 1 salário mínimo, abrangia 83,51% dos retornados, enquanto que os chefes de família que se inseriam nesta faixa de renda correspondia a 48,88%. Nas RDs do Agreste e do Sertão pernambucano selecionadas, essa proporção praticamente manteve-se, enquanto na MR/RD Metropolitana a condição de pobreza das famílias amenizou-se, apesar de se manter ainda elevada, ou seja, 75,45 % dos retornados inseriam-se na faixa de renda familiar *per capita* de 1 salário mínimo. Considerando que 42,35% dos

chefes de família dessa região inseriam-se, também, nesta faixa de rendimentos (1 salário mínimo), evidenciou-se o peso econômico do chefe de família na relação entre a sua renda nominal e a renda familiar *per capita*, situação esta que se estende para o conjunto do estado, bem como para as demais regiões selecionadas.

4.3.2 O Ciclo de Vida dos Chefes de Família no Momento da Migração

O *ciclo vital* é uma variável de relevada importância para o estudo migratório, uma vez que se constitui como um elemento condicionante da mobilidade das famílias. Estas, em diferentes etapas do ciclo vital, reagem de formas distintas a um determinado tipo de incentivo ou constrangimento. Segundo CUNHA (1994), na Região Metropolitana de São Paulo, nos fluxos migratórios de curta distância, predominam as famílias no estado inicial do ciclo vital.

Observou-se na Tabela 4.12 que grande parte das famílias retornaram na fase inicial do ciclo vital, ou seja, na fase de formação da família (61,51%), predominando entre estas as famílias nucleares (42,89%), cuja proporção significava mais da metade (61,63%) do total de famílias nucleares retornadas. Por outro lado, a proporção das famílias estendidas e compostas que

retornaram na fase inicial do ciclo vital, embora representasse 16,82% do total de famílias, significava 67,01% das famílias de sua categoria. Já os arranjos domésticos individuais, que contribuíam pouco no fluxo de retornados (5,31%), retornaram em maior quantidade (52,92%) na fase mais avançada do ciclo vital (45 anos e +), sendo que um terço desses indivíduos retornaram na fase entre 15 e 34 anos de vida.

Entre as regiões selecionadas destacaram-se a MR/RD Metropolitana e a RD Pajeu-Moxotó com a concentração de famílias retornadas no ciclo vital inicial (65,68% e 64,45%, respectivamente). As

TABELA 4.12
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS -
ESPÉCIE DE FAMÍLIA DOS CHEFES MIGRANTES DE RETORNO SEGUNDO FAIXAS
ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA. 1981-91

FAIXAS ETÁRIAS	CHEFES DE FAMÍLIA POR TIPO DE FAMÍLIA				TOTAL	
	INDIVIDUAL	NUCLEAR	ESTENDIDA + COMPOSTA	%	Abs.	
PERNAMBUCO						
15-34	1,79	42,89	16,82	61,51	15164	
35-44	0,71	16,98	4,24	21,92	5405	
45 e +	2,81	9,72	4,04	16,57	4085	
Total	%	5,31	69,59	25,10	100,00	
	Abs	1308	17158	6188		24654
MR / RD METROPOLITANA						
15-34	2,30	39,56	23,82	65,68	3455	
35-44	0,67	17,09	5,15	22,91	1205	
45 e +	1,10	6,63	3,67	11,41	600	
Total	%	4,07	63,28	32,64	100,00	
	Abs	214	3329	1717		5260
RD AGRESTE CENTRAL						
15-34	2,60	43,88	13,27	59,75	3882	
35-44	1,49	14,55	3,89	19,93	1295	
45 e +	3,42	11,7	5,20	20,32	1320	
Total	%	7,51	70,13	22,36	100,00	
	Abs	488	4556	1453		6497
RD SERTÃO PAJEU-MOXOTÓ						
15-34	2,19	45,4	16,86	64,45	1938	
35-44	0,20	16,59	2,96	19,75	594	
45 e +	4,26	9,21	2,33	15,80	475	
Total	%	6,65	71,20	22,15	100,00	
	Abs	200	2141	666		3007

FONTE: F. IBGE Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991

famílias nucleares representaram 39,56% e 45,40% destes fluxos, o que significa que mais da metade das famílias inseridas nesta categoria retornaram na fase de formação de famílias (cerca de 63%). Isto confirma, inclusive, o volume de filhos retornados juntos com o casal e, em menor proporção, apenas com o chefe da família, conforme se verificou no item 4.2.2 deste capítulo.

Esta situação remete, por sua vez, para o terceiro princípio das redes sociais, formulado por MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALES (1987), segundo o qual a migração torna-se mais amplamente acessível e é crescentemente adotada pelas famílias como parte de uma estratégia mais ampla de sobrevivência. O cronograma de migração passa a ser determinado pela mudança de ciclos de vida que afetam um número relativo de dependentes e trabalhadores de uma mesma unidade doméstica.

Ao analisar os nordestinos que migraram para São Paulo, BAPTISTA (1998:6) também afirma que as redes sociais constituem-se táticas utilizadas enquanto alternativa de vencer as dificuldades do mercado de trabalho da cidade. Essas redes apóiam-se

“no apoio informal entre iguais, através de teias de relações primárias, construídas no seu espaço social e territorial, envolvendo parentes, amigos, vizinhos e conterrâneos.”

SCOTT (1984:1625) destaca como essas estratégias tornam-se uma prática corrente nas famílias dos migrantes nordestinos, onde os laços familiares são estimuladores de novas migrações, ou mesmo do retorno.

“Muitas das visitas, esporádicas e sistemáticas (em férias por exemplo) são importantes não somente para renovar a união do grupo familiar, mas também como uma sondagem da viabilidade da volta..., ou como catalisador de novas migrações de outros membros da unidade. Quando falham as cartas contando a facilidade de arranjar emprego, as boas condições de moradia, e até oferecendo passagem para levar membros da casa para fora, muitas vezes uma visita e muita insistência junto a um irmão, uma mãe ou um pai quebra a resistência e o convence a deixar o Nordeste.”

Uma análise da permanência do chefe no local de destino da migração, segundo o ciclo vital, traz alguns elementos importantes para complementar a caracterização do chefe da família, comparando o fluxo de retorno, em ambas as décadas, e com o fluxo emigratório, por tempo de residência na UF de destino, no momento dos Censos. (Tabela 4.13 e Gráficos 4.1, 4.2 e 4.3).

Um primeiro aspecto a ressaltar refere-se à predominância do número de chefes de famílias homens em relação às chefes mulheres, bem como a concentração desses homens na primeira fase

do ciclo vital (15-34 anos) – fase de formação da família. Essa condição ocorreu, em ambas as décadas, embora se observe, na década de 80, uma redução da participação de chefes nessa primeira fase do ciclo vital. (Gráfico 4.1)

TABELA 4.13

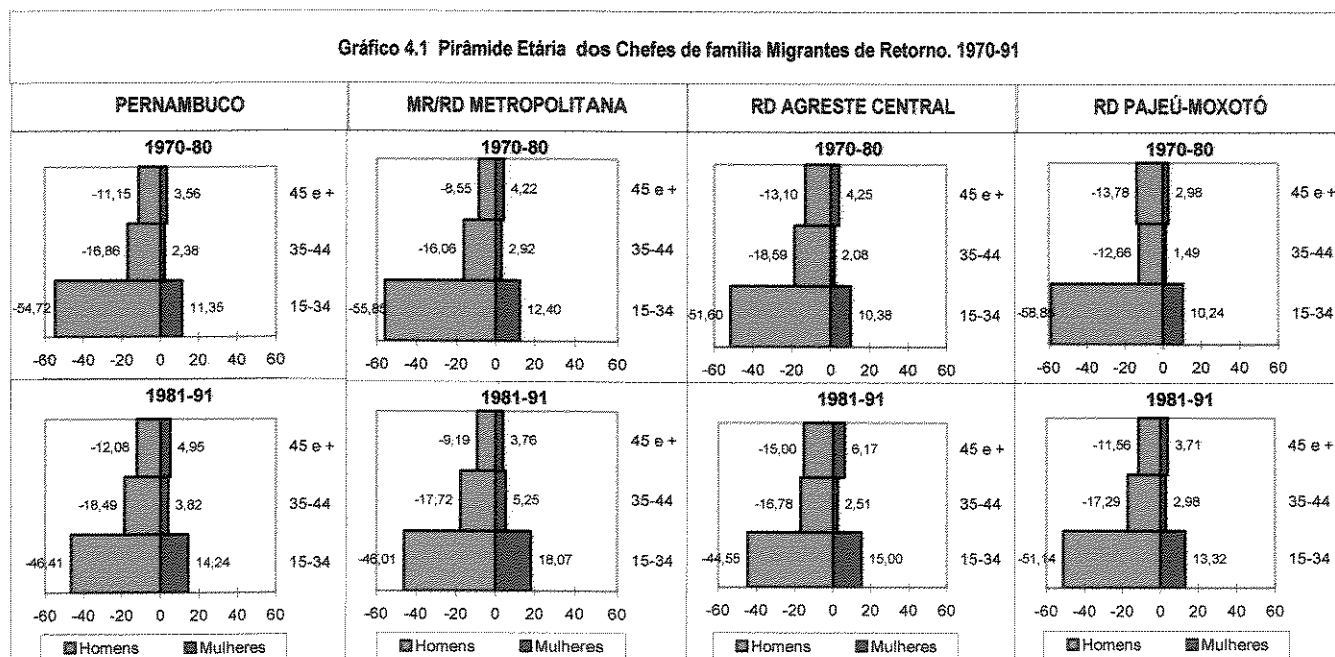
PERNAMBUCO - CHEFES DE FAMÍLIAS COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, 1970 - 91

Tempo de Residência	FAIXAS ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO																			
	1970-80									1981-91										
	Homens			Mulheres			Total			Homens			Mulheres			Total				
	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	Total	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	Total
Emigrantes Naturais																				
Até 1	19,95	3,46	3,16	2,31	0,76	1,41	22,26	4,23	4,57	31,06	11,49	2,47	2,32	1,86	0,47	1,15	13,34	2,94	3,47	19,75
2 a 5	49,43	5,48	4,31	6,06	1,49	2,17	55,49	6,97	6,48	68,94	55,04	7,55	5,74	7,96	1,68	2,28	63,00	9,23	8,02	80,25
Total %	69,38	8,94	7,47	8,37	2,26	3,58	77,75	11,19	11,05	100,00	66,52	10,02	8,06	9,82	2,15	3,43	76,34	12,17	11,49	100,00
Abs	31462	4053	3387	3795	1023	1625	35257	5076	5012	46345	29510	4447	3574	4357	953	1521	33867	5400	5095	44362
Migrantes de Retorno Total																				
Até 1	23,25	7,81	5,34	5,84	0,97	1,66	29,10	8,78	6,99	44,87	18,95	7,51	4,99	5,72	1,95	2,11	24,67	9,46	7,10	41,23
2 a 5	31,46	9,05	5,81	5,50	1,40	1,90	36,96	10,45	7,71	55,13	27,46	10,98	7,10	8,52	1,87	2,83	35,99	12,85	9,93	58,77
Total %	54,72	16,86	11,15	11,35	2,38	3,56	66,06	19,23	14,70	100,00	46,41	18,49	12,08	14,24	3,82	4,95	60,66	22,31	17,03	100,00
Abs	4953	1526	1009	1027	215	322	5980	1741	1331	9052	8389	3342	2184	2574	691	894	10963	4033	3078	18074
Migrantes de Retorno Origem																				
Até 1	24,53	6,75	4,86	6,04	0,70	1,19	30,56	7,45	6,05	44,07	20,55	7,85	4,37	6,17	1,70	1,86	26,72	9,55	6,24	42,51
2 a 5	32,84	8,99	4,90	5,96	1,78	1,47	38,80	10,77	6,37	55,93	27,40	10,28	6,55	8,81	1,97	2,48	36,21	12,25	9,03	57,49
Total %	57,37	15,74	9,76	12,00	2,48	2,66	69,36	18,22	12,42	100,00	47,95	18,13	10,92	14,98	3,67	4,34	62,94	21,80	15,26	100,00
Abs	3127	858	532	654	135	145	3781	993	677	5451	5360	2027	1221	1675	410	485	7035	2437	1706	11178
Migrantes de Retorno Não Origem																				
Até 1	21,33	9,41	6,05	5,55	1,39	2,36	26,88	10,80	8,41	46,10	16,36	6,95	5,97	4,99	2,36	2,52	21,35	9,31	8,50	39,15
2 a 5	29,38	9,14	7,19	4,80	0,83	2,55	34,18	9,97	9,75	53,90	27,57	12,12	7,99	8,05	1,71	3,41	35,61	13,83	11,40	60,85
Total %	50,71	18,55	13,25	10,36	2,22	4,92	61,07	20,77	18,16	100,00	43,92	19,07	13,96	13,04	4,07	5,93	56,96	23,14	19,90	100,00
Abs	1826	668	477	373	80	177	2199	748	654	3601	3029	1315	963	899	281	409	3928	1596	1372	6896

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

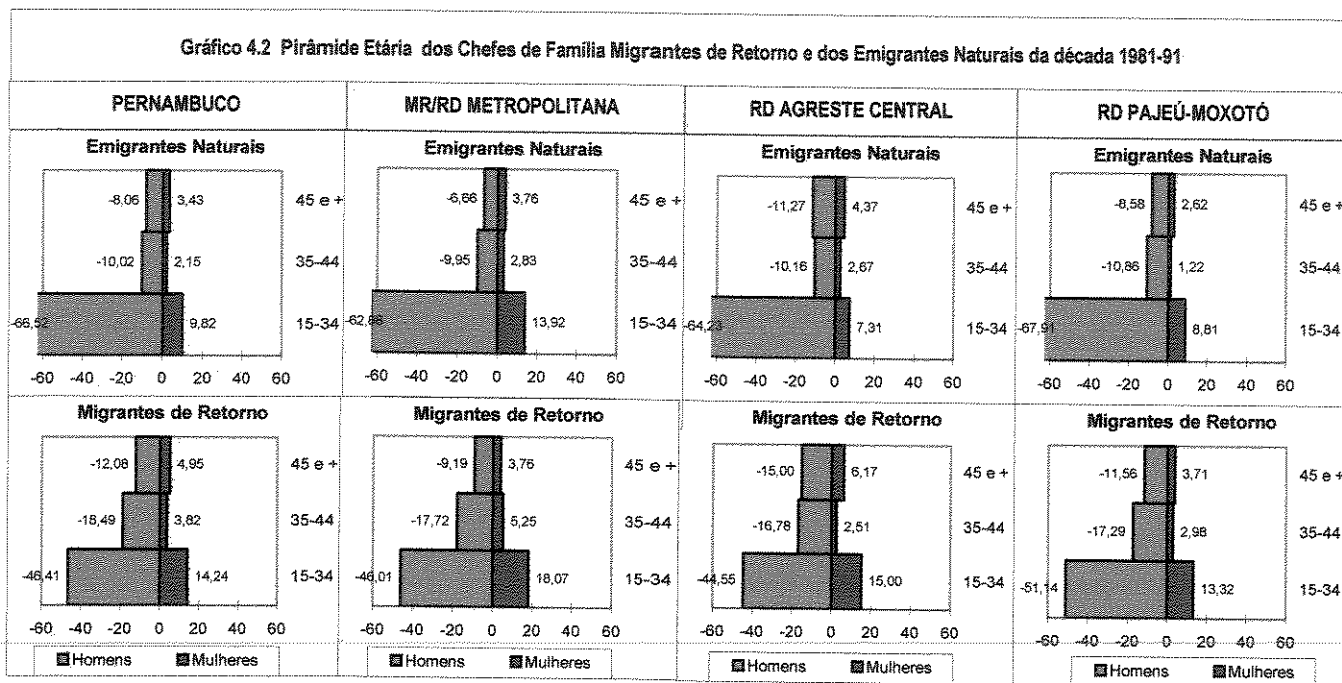
NOTA: As Tabelas sobre as regiões de Pernambuco selecionadas compõem os anexos IV.3.1 a IV.3.3

Gráfico 4.1 Pirâmide Etária dos Chefes de família Migrantes de Retorno, 1970-91

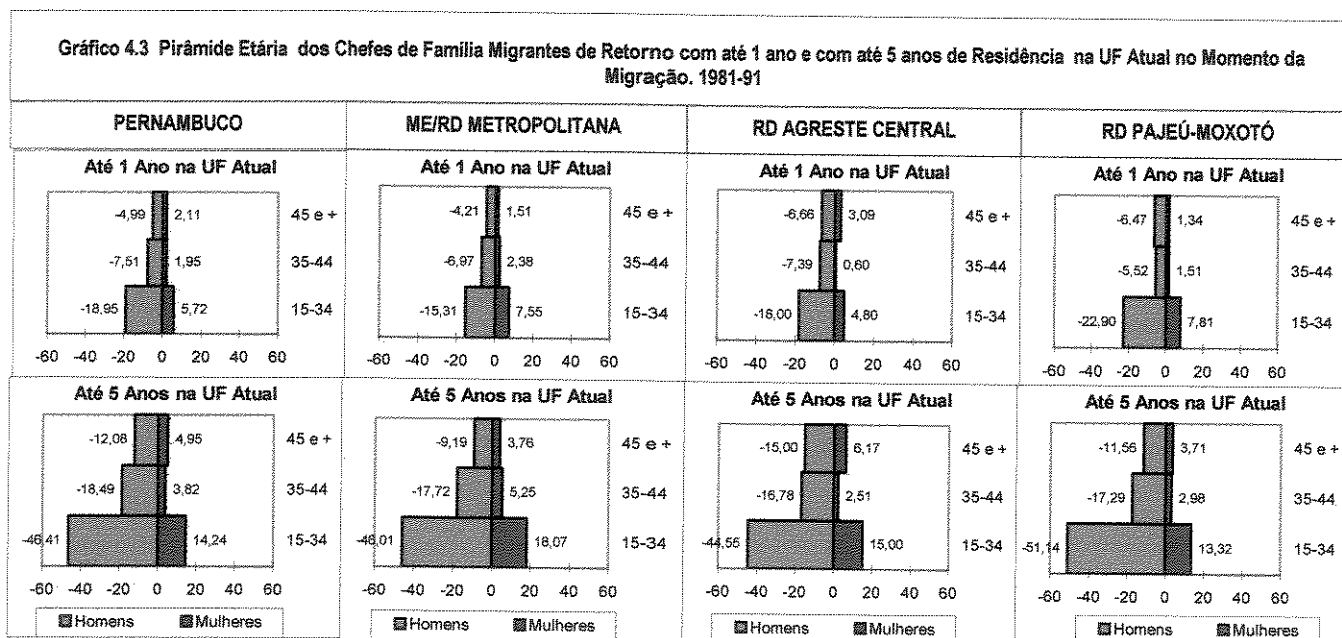


Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 4.13 e Tabelas IV.3.1 a 3.3, em anexo)

O fluxo de emigração dos pernambucanos para São Paulo concentrou, também, os chefes de família na fase de formação da família, sendo bem mais expressivo quando comparado ao fluxo de retorno, com exceção das chefes de família mulheres retornadas que predominaram na faixa inicial do ciclo vital. Nas demais faixas – a de consolidação da família (35-44anos) e a de fragmentação da família (45 anos e +) – o fluxo de retorno é mais expressivo que o fluxo emigratório, para os chefes de ambos os sexos, demonstrando um fluxo mais envelhecido de retornados com maior tempo de permanência em São Paulo. (Gráfico 4.2)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 (Tabela 4.13 e Tabelas IV 3.1 a 3.3, em anexo)



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 (Tabela 4.13 e Tabelas IV 3.1 a 3.3, em anexo)

A RD Agreste Central, seguida da MR/RD Metropolitana e do conjunto do estado, ambos com comportamento muito próximos, apresentam mais da metade dos retornados já sediados em Pernambuco há mais de 5 anos, o que pode sugerir um processo de reversibilidade do fluxo migratório, especialmente para esses espaços. Já a RD Pajeú-Moxotó apresentou uma predominância de um fluxo de retornados de menor tempo na UF pernambucana (51,14%), o que sugere que os dois processos – circularidade e reversibilidade – podem ocorrer, especialmente quando se leva em conta a concentração dos retornados com até 1 ano de permanência na região.

É importante destacar que o último ano anterior ao recenseamento de 1991 concentrou um elevado percentual de chefes de família retornados, especialmente na idade de formação da família, apontando para uma elevada intensidade do fluxo migratório, característico de circularidade, em todos os espaços analisados. Nesse contexto, a região sertaneja do Pajeú-Moxotó destacou-se, seguida em importância pela RD Agreste Central, que por sua vez, manteve o comportamento da média estadual.

Se, de um lado, a intensificação do fluxo de chefes de famílias retornados com até 1 ano na UF atual sugere a circularidade, de outro lado, a expressividade do volume do fluxo desses chefes retornados com até 5 anos de permanência na UF de nascimento pode indicar um processo de reversibilidade do fluxo migratório, apontando para a convivência de ambos os processos e requerendo um aprofundamento na abordagem da intensidade do fluxo migratório de retorno. (Gráfico 4.3)

Capítulo 5

A INTENSIDADE DO “IR E VIR”
NO FLUXO MIGRATÓRIO PE-SP-PE

“Evidências empíricas mostrando uma manutenção dos fluxos migratórios provenientes do nordeste em direção a São Paulo e um aumento, sem precedentes, da migração de retorno para aquela região fazem refletir sobre o significado desses fenômenos, sobretudo porque sugerem um aumento do ir e vir de nordestinos, sem, contudo, deixar claro se se tratavam das mesmas pessoas, de apenas uma sucessão de coortes migratórias, ou de uma combinação das duas possibilidades.”

José Marcos Pinto da CUNHA (1998: 606)



Diversos elementos foram até aqui somados, construindo um perfil do fluxo de retornados pernambucanos oriundos do estado de São Paulo, na perspectiva de avaliar a tendência de maior circularidade ou reversibilidade desse processo migratório – objetivo central deste estudo. Recolocando a formulação do problema, partiu-se, neste trabalho, da suposição que o acirramento da crise que assolou o país, desde meados da década de 70, contribuiu significativamente para o aumento da migração de retorno dos pernambucanos e dos demais nordestinos, como se observou no Censo de 1991, embora o fluxo de emigrantes desses locais para São Paulo não tenha arrefecido. Baseado-se em Cunha (1998), admitiu-se que os dados censitários sugerem um aumento do “ir e vir”, sem deixar claro a composição dos fluxos migratórios, ou seja, sem evidenciar se tais fluxos foram alimentados das mesmas pessoas, ou de novos emigrantes, ou de ambas as possibilidades.

O aprofundamento de alguns aspectos do fluxo migratório PE-SP-PE complementam os aportes fornecidos pelas análises até aqui procedidas, procurando responder em que medida o crescente retorno de migrantes para estas regiões selecionadas significa um maior ou menor tempo de permanência dos migrantes no estado de São Paulo, como, também, no município para onde retornaram, entendendo que a concentração do número de migrantes com menor tempo de permanência constitui-se como indicador de *circularidade*.

Procurou-se conhecer, num primeiro momento, o percurso migratório dos naturais de Pernambuco, elucidando o seu local de moradia em 1986, visando identificar se havia indícios de que os retornados pernambucanos fixaram moradia em outras UFs do Brasil, o que sugeriria dispersão do fluxo em etapas migratórias intermediárias, ou se, por outro lado, o fluxo migratório PE-SP-PE estabeleceu-se diretamente entre as duas UFs, entendendo esta condição como fortalecimento desse fluxo e, como tal, indicativo de maiores possibilidades de redes sociais estabelecidas realimentando o processo migratório. Em seguida, mais dois aspectos foram abordados no contexto deste capítulo, entendendo que eles contribuem significativamente, como afirma CUNHA (1998), para auxiliar na

compreensão da intensidade do "ir e vir" dos migrantes pernambucanos: a permanência dos migrantes no local de destino, uma vez que a concentração nos tempos de menor duração pode indicar maior propensão de retornar dos emigrados; e a composição da idade dos migrantes, que, além de ser extremamente importante para avaliar o grau de seletividade da migração e sua estrutura familiar, pode, também, sugerir modificações nos *timings* dos movimentos, como sugere CUNHA (1998).

O conjunto de análise procedida neste capítulo visa à construção de elementos capazes de sugerir até que ponto a situação estabelecida no fluxo migratório estudado sugere estar havendo um aumento da *circularidade* desses migrantes pernambucanos, ou seja, um "ir e vir" mais intenso dos migrantes, como indaga CUNHA (1998), ou se o movimento de retorno aponta para a reversibilidade do processo migratório que historicamente se instalou entre os estados de Pernambuco e de São Paulo.

5.1 A POLARIZAÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO PE-SP-PE REFORÇANDO A LIGAÇÃO ENTRE AS DUAS UFs

O percurso migratório (itinerário migratório), envolvendo o conjunto de passos e situações vividas pelo migrante, tem uma natureza seqüencial cronológica, mais do que propriamente espacial. (ROCHA-TRINDADE, 1995). Nesse sentido, uma questão colocada pelo Censo Demográfico de 1991 a respeito do *Local de Moradia* das pessoas em uma data fixa – setembro de 1986 - contribui para elucidar o percurso dos migrantes pernambucanos, retratando o seu local de moradia no meio do período censitário, tanto para o contingente daqueles que emigraram quanto para aqueles que retornaram.

A Tabela 5.1 demonstra, com relação ao fluxo migratório PE-SP-PE dos migrantes com idade de 5 anos ou mais, que cerca de metade dos integrantes deste fluxo encontravam-se nas UFs consideradas, ou seja, dos emigrantes pernambucanos que se destinaram ao estado de São Paulo, 41,39% já se encontravam naquela UF de destino, onde permaneceram até 1991, enquanto 57,9% ainda estavam na UF de nascimento. Por outro lado, dos migrantes de retorno procedentes do estado de São Paulo 50,69% já se encontravam em Pernambuco, onde, também, permaneceram até o recenseamento, enquanto 46,70% ainda se encontravam na UF de São Paulo.

TABELA 5.1
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS -
EMIGRANTES NATURAIS (1) E MIGRANTES DE RETORNO (2) NO LUGAR DE
MORADIA EM 01/09/1986. 1981-91

ESTADO E RDs SELECIONADAS	LUGAR DE MORADIA EM 01 / 09 / 1986: (3)			TOTAL	
	UF São Paulo	UF Pernambuco	Outras UFs do Brasil	%	Absoluto
I EMIGRANTES NATURAIS DO FLUXO PE-SP					
PERNAMBUCO	41,39	57,90	0,71	100,00	232346
MR/RD Metropolitana	10,38	13,59	0,10	24,07	55917
RD Agreste Central	6,69	8,42	0,07	15,18	35269
RD Pajeú-Moxoto	3,54	5,78	0,11	9,43	21910
II MIGRANTES DE RETORNO DO FLUXO SP-PE					
PERNAMBUCO	46,70	50,69	2,60	100,00	62960
Origem	29,19	33,45	0,60	63,24	39816
Não Origem	17,51	17,24	2,01	36,76	23144
MR/RD Metropolitana	43,79	47,42	8,79	100,00	15765
Origem	20,15	22,34	1,33	43,82	6907
Não Origem	23,64	25,08	7,47	56,19	8858
RD Agreste Central	46,94	52,66	0,39	100,00	15227
Origem	33,22	37,30	0,16	70,68	10763
Não Origem	13,73	15,36	0,23	29,32	4464
RD S. Pajeú - Moxotó	43,95	54,53	1,52	100,00	7422
Origem	31,61	38,08	1,31	70,99	5269
Não Origem	12,34	16,45	0,22	29,01	2153

FONTE: F. IBGE - Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991

CHAMADAS: (1) Fluxo emigratório interestadual PE-SP: pernambucanos que na data do Censo estavam na UF de residência atual (SP), a menos de 10 anos, e anteriormente estavam em PE.

(2) Fluxo interestadual de migração de retorno corresponde a pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que nasceram em PE e tem como última procedência o Estado SP, incluindo ainda no filtro, a variável "Nasceu neste Município", para diferenciar dos que retornaram para a origem e para outros municípios (não-origem).

(3) O quesito sobre "Lugar de Moradia em 01 / 09 / 1986" foi preenchido pelas pessoas que tinham 5 anos ou mais (nascidas antes de 01 / 09 / 1986).

O fluxo migratório em análise bipolariza; portanto, para dois locais de moradia; deslocando-se ora para o estado de Pernambuco, ora para o estado de São Paulo.

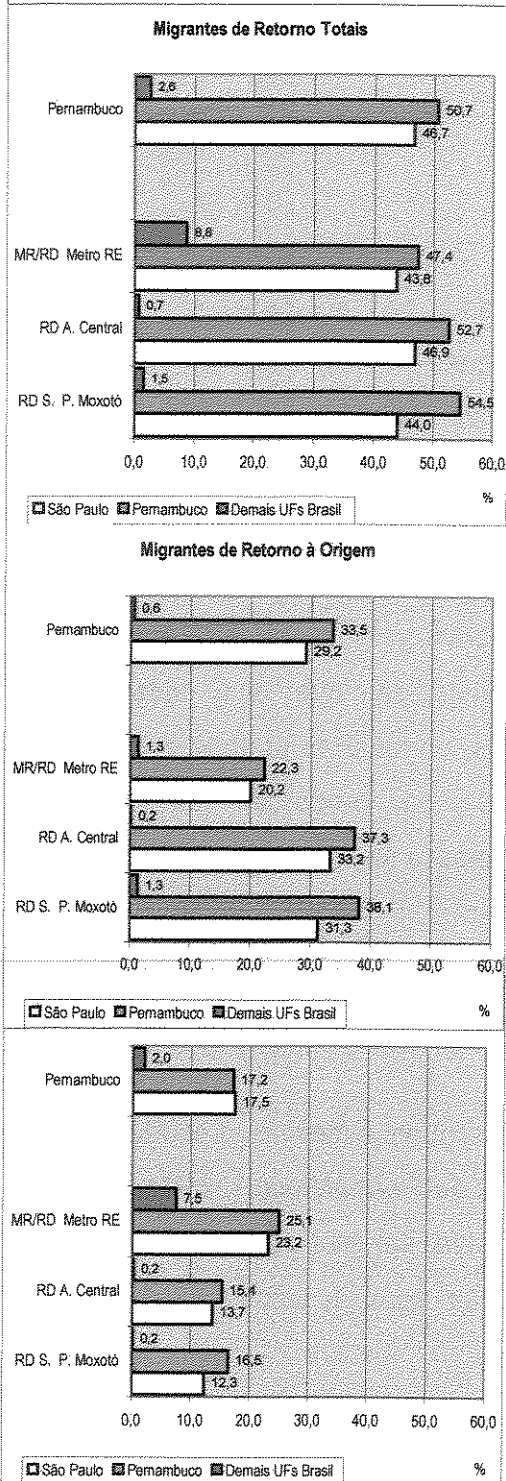
O mesmo comportamento foi verificado, não só para os emigrantes, como para os migrantes de retorno das três RDs pernambucanas selecionadas - MR/RD Metropolitana do Recife, RD do Agreste Central e RD do Sertão de Pajeú-Moxotó - inclusive aqueles que se destinaram para os municípios de origem, observando-se que em todas essas regiões, no meio do período censitário de 1981-91, a proporção de migrantes pernambucanos que ainda se encontravam na UF de nascimento é maior do que o percentual daqueles que já

havam fixado residência em São Paulo. (Tabela 5.1 e Gráfico 5.1)

Das três Regiões de Desenvolvimento selecionadas todas seguem o mesmo comportamento de concentração de seus migrantes nos Estados de São Paulo e de Pernambuco, exceto a MR/RD Metropolitana, cuja participação nestes dois locais foi mais reduzida, em face do deslocamento para outras UFs do Brasil, e, especialmente, devido aos que retornaram para municípios de não-origem. (Tabela 5.1 e Gráfico 5.1)

A polarização do percurso migratório dos pernambucanos entre os dois Estados - Pernambuco e São Paulo - pode ser considerada como indicador de fortalecimento do fluxo migratório estabelecido entre essas UFs, o que contribui para reforçar a tese de que possivelmente há redes sociais interagindo nesses fluxos interligando os dois pólos PE-SP e alimentando o processo de circularidade e/ou reversibilidade do movimento de retorno.

Gráfico 5.1: Migrantes de Retorno no Lugar de Moradia em Setembro de 1986



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991. (Tabela 5.1)

Tal polarização já havia sido detectado por BAENINGER (1997), que construindo a trajetória migratória dos chefes de domicílio com mais de cinco mudanças, segundo o local de nascimento, entre os anos de 1980 e 1993, constata que os migrantes pernambucanos alternam seus locais de moradia entre Pernambuco e São Paulo.

A propósito do incessante movimento de nordestinos que se deslocavam para o Sudeste, voltando, em seguida, para os lugares de origem – fosse em definitivo retorno, fosse em visita - CALMON (1998:187) ouviu de uma autoridade do Serviço de Imigração de São Paulo que:

“... a impressão que se tinha ali era que a população dos Estados do Nordeste estava dividida em duas partes: enquanto uma dessas partes encontravam-se em preparativos de mudança para o Sudeste, a outra parte, já no Sudeste, apressava-se para voltar, levando o produto dos meses ou anos de trabalho – ou de decepções – às suas terras, centenas de léguas além...”

MARGOLIS (1994:168) atribui às redes sociais esse comportamento dos percursos migratórios, uma vez que, para esta autora,

“As redes desenvolvidas pelos movimentos migratórios das pessoas de lá para cá estão no cerne das micro-estruturas que sustentam a migração ao longo do tempo.”

Confirmando a tendência encontrada nos dados do Censo Demográfico de 1991, em relação à última procedência do estado de São Paulo, tanto no período de 1970-80, quanto no período 1981-91, a Tabela 5.2 retoma os espaços internos de São Paulo para elucidar que os retornados pernambucanos tinham sua residência fixada, em 1986, na sua maioria (90%), nos municípios da Região

¹ Ver Capítulo 3 - item 3.3 – deste trabalho.

Metropolitana de São Paulo² - RMSP, enquanto apenas 10% estavam em outros municípios daquela UF.

Dos pernambucanos que residiam na RMSP, em 1991, cerca de 70,50% afirmaram que estavam na capital paulista, em 1986. Essa proporção, praticamente mantém-se para os emigrantes, das regiões de Pernambuco selecionadas – a MR/RD Metropolitana (70,55%), a RD do Agreste Central (72,24%) e a RD do Pajeú-Moxotó (69,87%). Seguem em importância como receptores dos emigrantes naturais de Pernambuco, os municípios paulistas classificados como *Industriais/Dormitórios* e *Dormitórios I, II e Agrícola* que abrigaram, em 1986, cerca de 13,6% dos pernambucanos retornados. (Tabela 5.2)

TABELA 5.2
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS- MIGRANTES DE RETORNO NO LUGAR DE MORADIA EM 01/09/1986 (1). 1981-91

Estado, Mesorregiões e RDs	LUGAR DE MORADIA EM 01/09 / 1986 (2)									
	Municípios da RM de São Paulo (3)					Total (2)	TOTAL GERAL (A)+(B)	OUTROS MUNICÍPIOS SP	TOTAL	
	São Paulo	Industriais	Industriais / Dormitórios	Dormitórios I, II e Agrícolas	Total RM-SP (A)				R.Santos (B)	%
MIGRANTES DE RETORNO DO FLUXO SP-PE										
PERNAMBUCO	70,50	2,46	7,76	5,88	86,60	2,97	89,58	10,42	100,00	29405
Origem	45,55	1,75	4,89	3,05	55,24	2,00	57,24	5,26	62,50	18379
Não Origem	24,95	0,70	2,87	2,84	31,36	0,98	32,34	5,16	37,50	11026
MR/RD Metropolitana	70,55	1,19	10,34	7,49	89,57	3,85	93,42	6,58	100,00	6903
Origem	32,61	0,96	4,98	2,85	41,40	1,93	43,33	2,68	46,01	3176
Não Origem	37,94	0,23	5,36	4,64	48,17	1,93	50,09	3,90	53,99	3727
RD Agreste Central	72,24	4,17	9,00	4,91	90,32	1,83	92,15	7,85	100,00	7148
Origem	50,03	3,22	6,67	3,01	62,93	1,39	64,31	6,45	70,76	5058
Não Origem	22,22	0,95	2,32	1,90	27,39	0,45	27,84	1,40	29,24	2090
RD S. Pajeú - Moxotó	69,87	2,45	7,08	5,64	85,04	4,38	89,42	10,58	100,00	3262
Origem	51,01	1,93	3,59	3,80	60,33	3,92	64,26	7,66	71,92	2346
Não Origem	18,85	0,52	3,49	1,84	24,71	0,46	25,17	2,91	28,08	916

FONTES: F.IBGE - Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991

CHAMADAS: (1) Base de dados: Fluxo interestadual de migração de retorno corresponde a pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que nasceram em Pernambuco e tem como última procedência o Estado de São Paulo, incluindo ainda no filtro, a variável "Nasceu neste Município", para diferenciar dos que retornaram para a origem e para outros municípios (não-origem).

(2) O quesito sobre "Lugar de Moradia em 01 / 09 / 1986" foi preenchido pelas pessoas que tinham 5 anos ou mais (nascidas antes de 01 / 09 / 1986)

(3) Foi adotada a Tipologia dos municípios da RM de São Paulo elaborada por José Marcos Pinto da Cunha na sua Tese de Doutorado (1994:35), op. Cit.

Estes dados demonstram que, além da grande troca migratória que se estabeleceu entre estes dois estados de origem-destino, ocorre uma grande concentração dos migrantes em uns poucos locais de origem e/ou destino, no contexto desses estados. A polarização do fluxo migratório entre Pernambuco e São Paulo, aliada à importância do volume dos migrantes deste fluxo, na segunda metade da década de 80, também, se evidenciam, corroborando com a idéia de um fluxo de menor

² Os municípios da Região Metropolitana de São Paulo estão agrupados por categorização elaborada por CUNHA, (1994:35).

tempo de duração e de grande volume, apontando para características de circularidade desse fluxo e reforçando, ainda, a idéia de presença de redes sociais para manter este “ir e vir”, em proporções numéricas elevadas, considerando aquilo que TILLY (1990: 86) afirma:

“ ... nos processos migratórios a rede existe na origem, no destino e na relação entre a origem e destino.”³

5.2 A PERMANÊNCIA DOS MIGRANTES NO LOCAL DE DESTINO

Considerando que o fluxo migratório estabelecido entre Pernambuco e São Paulo é polarizado entre essas duas UFs, admite-se que a permanência do migrantes na UF atual seja um indicador aproximado de tempo de residência no último destino, seja de emigração, seja de retorno. Supõe-se, também, que a menor permanência do migrante no local de destino, seja da emigração para São Paulo, seja da migração de retorno para Pernambuco, associado a um grande volume de migrantes pode ser um forte indicador de circularidade. Esta afirmativa baseia-se na hipótese de que a distribuição segundo o tempo de permanência seria mais concentrada nas menores durações quanto mais intensas fossem as remigrações, ou seja, quanto maior fosse a propensão à circularidade.

Procurando identificar este processo no fluxo migratório Pernambuco – São Paulo – Pernambuco, este item analisa o tempo de permanência do emigrante pernambucano em São Paulo, bem como o tempo de permanência dos retornados pernambucanos no seu estado de origem, visando a ocorrência de um processo de “ir e vir” mais ou menos intenso. A Tabela 5.3 apresenta o número de migrantes pernambucanos, no seu duplo movimento de emigração e de retorno, agrupado por tempo de residência, como forma de periodizar a migração e aproximar-se do processo estabelecido.

Observa-se, na Tabela 5.3, que a distribuição dos emigrantes naturais de Pernambuco, com até 5 anos de residência em São Paulo, apresentou-se mais concentrada nas menores durações de tempo, ou seja, em **até 1 ano de tempo de residência**⁴, sugerindo a intensidade da remigração de forma acentuada na década de 70; uma vez que, na década seguinte, **houve uma diminuição de intensidade no período mais curto de tempo (39,65% e 27,74%) e um aumento nos tempos de**

³ Tradução da autora

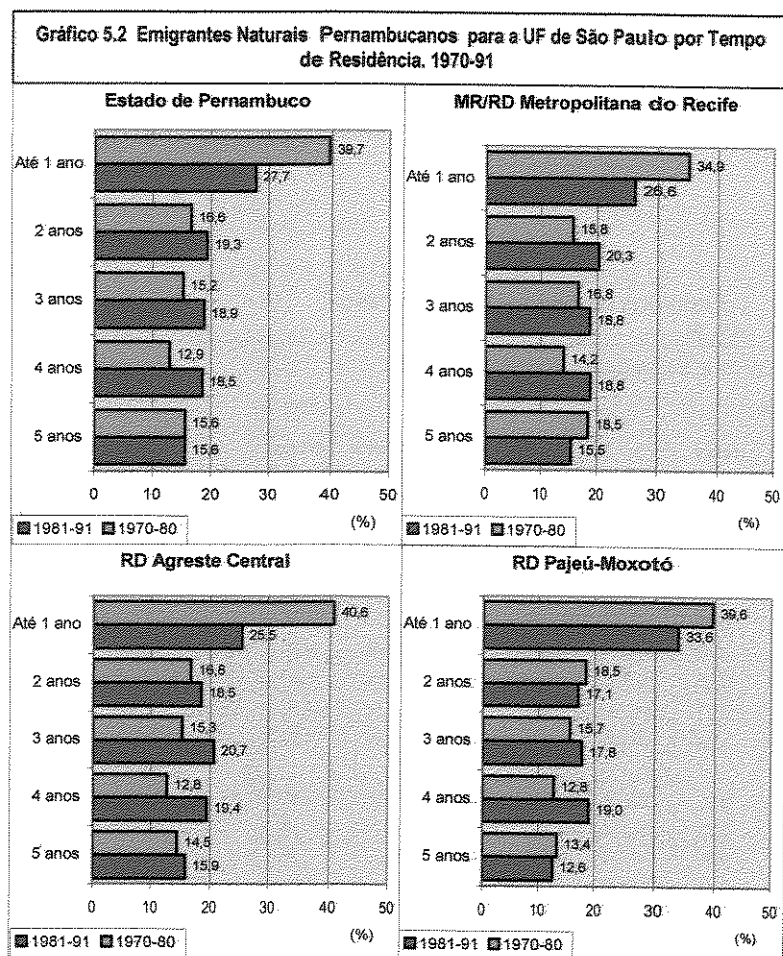
⁴ Para contornar os problemas de “preferências digitais” havidas nas declarações com os anos terminados em “zero” MARTINE (1984) e CUNHA (1998) sugerem agrupar as duas categorias em uma “até 1 ano” motivo pelo qual faz crescer demasiadamente sua participação.

maior duração, ou seja, um aumento no volume com 2, 3 e 4 anos. (Gráfico 5.2) A menos que tenha ocorrido algo no final da década de 70, não haveria motivos para supor que a migração deveria ser tão concentrada nas durações menores, razão que leva a pensar na remigração a partir de certas durações.

TABELA 5.3
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS - VOLUME DOS EMIGRANTES PERNAMBUCANOS
E DOS MIGRANTES DE RETORNO SEGUNDO TEMPO DE RESIDÊNCIA . 1970-91

Estado, MRs e RDs	Período	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DESTINO NA UF ATUAL											
		Até 5 anos					Total						
		Até 1ano	2anos	3anos	4anos	5anos	Total %	Total Volume	Até 1ano	Até 5anos	6-9anos	Total %	Total Volume
I. Emigrantes Naturais do Fluxo PE-SP													
PERNAMBUCO	1970-80	39,65	16,64	15,22	12,94	15,55	100,00	196976	26,99	68,07	31,86	100,00	289382
	1981-91	27,74	19,34	18,86	18,52	15,55	100,00	183783	20,66	74,46	25,54	100,00	246808
MR / RD Metropolitana	1970-80	34,88	15,76	16,76	14,15	18,47	100,00	51662	23,44	67,20	32,80	100,00	76877
	1981-91	26,60	20,29	18,79	18,84	15,48	100,00	42750	19,34	72,72	27,28	100,00	58790
RD Agreste Central	1970-80	40,64	16,81	15,31	12,76	14,49	100,00	38549	27,32	67,24	32,76	100,00	57329
	1981-91	25,46	18,54	20,65	19,44	15,91	100,00	25759	18,09	71,04	28,96	100,00	36259
RD S. Pajeú-Moxotó	1970-80	39,58	18,49	15,71	12,84	13,37	100,00	15711	28,36	71,64	28,36	100,00	21929
	1981-91	33,56	17,10	17,76	19,00	12,59	100,00	17471	25,44	75,80	24,20	100,00	23049
II. Migrantes de Retorno do Fluxo SP-PE													
PERNAMBUCO	1970-80	48,81	16,57	16,11	9,55	8,96	100,00	25927	41,44	84,90	15,10	100,00	30539
	1981-91	44,32	16,42	16,41	13,13	9,73	100,00	47432	33,71	76,05	23,95	100,00	62367
Origem	1970-80	48,79	16,05	15,85	9,71	9,60	100,00	16289	41,35	84,75	15,25	100,00	19219
	1981-91	45,41	16,66	15,69	13,39	8,84	100,00	31937	35,13	77,37	22,63	100,00	41279
Não-Origem	1970-80	48,84	17,44	16,56	9,27	7,90	100,00	9638	41,58	85,14	14,86	100,00	11320
	1981-91	42,08	15,92	17,88	12,58	11,54	100,00	15495	30,92	73,48	26,52	100,00	21088
MR / RD Metropolitana	1970-80	44,52	18,85	17,91	8,57	10,14	100,00	9121	38,79	87,12	12,88	100,00	10469
	1981-91	40,99	16,14	15,45	16,60	10,82	100,00	11015	30,17	73,61	26,39	100,00	14966
Origem	1970-80	43,21	18,27	17,62	9,45	11,45	100,00	4784	37,86	87,54	12,36	100,00	5459
	1981-91	44,27	15,66	14,51	17,54	8,03	100,00	5308	32,31	72,97	27,03	100,00	7274
Não-Origem	1970-80	45,98	19,48	18,24	7,61	8,69	100,00	4337	39,80	86,57	13,43	100,00	5010
	1981-91	37,93	16,59	16,33	15,71	13,44	100,00	5707	28,14	74,19	25,81	100,00	7692
RD Agreste Central	1970-80	49,70	15,93	14,80	11,46	8,11	100,00	6521	41,11	82,71	17,29	100,00	7884
	1981-91	44,73	16,41	15,54	12,03	11,29	100,00	11646	33,43	74,74	25,26	100,00	15582
Origem	1970-80	50,29	15,55	14,98	9,98	9,19	100,00	4438	41,18	81,88	18,12	100,00	5420
	1981-91	44,25	18,14	14,03	13,62	9,96	100,00	8526	33,72	76,20	23,80	100,00	11187
Não-Origem	1970-80	48,44	16,75	14,40	14,59	5,81	100,00	2083	40,95	84,54	15,46	100,00	2464
	1981-91	46,03	11,70	19,68	7,69	14,90	100,00	3120	32,68	70,99	29,01	100,00	4395
RD S. Pajeú-Moxotó	1970-80	62,58	11,38	14,53	6,86	4,65	100,00	1590	51,50	82,30	17,70	100,00	1932
	1981-91	48,99	13,35	17,78	12,36	7,52	100,00	6238	8,95	14,03	85,97	100,00	7721
Origem	1970-80	63,80	12,10	12,47	7,11	4,52	100,00	1083	22,57	37,64	62,36	100,00	1347
	1981-91	49,30	14,60	17,29	11,47	7,35	100,00	4570	40,55	82,25	17,75	100,00	5556
Não-Origem	1970-80	59,96	9,86	18,93	6,31	4,93	100,00	507	51,97	86,67	13,33	100,00	585
	1981-91	48,17	9,96	19,08	14,82	7,98	100,00	1668	37,11	77,04	22,96	100,00	2165

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980. e 1991 (Tabela 5.3)

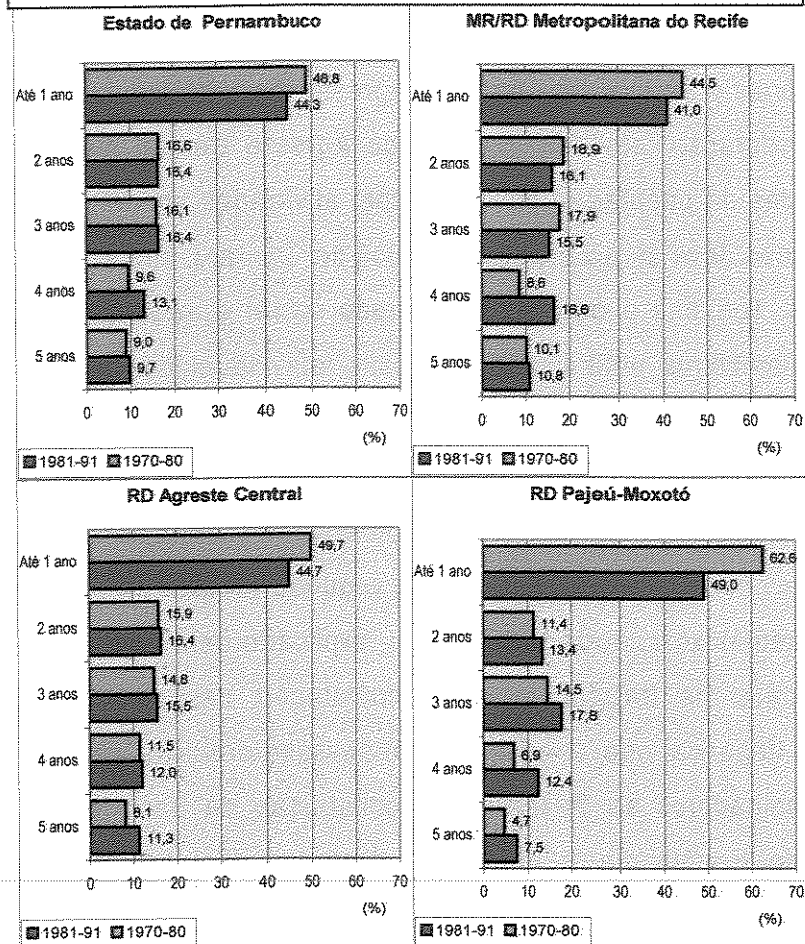
Analisando as regiões selecionadas, verificou-se que a MR/RD Metropolitana apresentou um comportamento aproximado ao da média pernambucana. Já na RD do Agreste Central, embora mantivesse um percentual ligeiramente abaixo ao da média do Estado, na década de 80, apresentou uma diminuição significativa da concentração dos emigrantes no período de até 1 ano de residência em relação à década de 70, quando esta região destacou-se no contexto pernambucano com 40,6% dos emigrantes com menor tempo de permanência em São Paulo. A RD Pajeú-Moxotó, por sua vez, apresentou o percentual mais alto de concentração de emigrantes com até 1 ano de

residência no destino (SP), reduzindo entre as duas décadas de 39,6% para 33,6%. (Tabela 5.3 e Gráfico 5.2).

No caso da MR/RD Metropolitana, assim como todo o estado de Pernambuco, que mantiveram comportamentos aproximados, a concentração dos migrantes de retorno com até 1 ano em Pernambuco é relativamente menor que nas demais RDs selecionadas, evidenciando a sua redução entre as duas décadas, a exemplo do que ocorreu em todos os espaços analisados.

Quanto à RD Agreste Central, pode-se supor que, na década de 70, com o início das mudanças das atividades econômicas da região, esta se tornou alvo de um processo de circularidade do movimento de migração de retorno do fluxo PE-SP-PE. Com a consolidação do seu dinamismo econômico, a região foi se tornando, cada vez mais, pólo de atração de retornados que passaram a fixar residência, reduzindo o caráter de circulação e ampliando o potencial de reversibilidade do fluxo de retorno para a região.

Gráfico 5.3: Migrantes de Retorno para Pernambuco por Tempo de Residência. 1970-91



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 5.3)

deles (49,4%) por conta própria, possivelmente, inserindo-se na produção agrícola familiar, como já foi aventado (Tabela 4.10).

Não se pode relevar os efeitos perversos que a seca provoca no sertão pernambucano, podendo induzir remigrações nesta região relacionadas aos períodos críticos de estiagem⁵, os quais compreenderam os períodos de 1979 a 1980 e de 1989 a 1993, o que significa que os Censos

⁵ Segundo BRANCO, (2000, p. 87), a crise afetou 12 milhões de pessoas e atingiu uma área de mais de 12 milhões de Km². Mais de dois milhões de pessoas se inscreveram para trabalhar nas frentes produtivas de trabalho (PORTELA et alii.,). Apesar de as frentes de trabalho terem contribuído para manter a população no campo, reduzindo, assim, o êxodo rural, elas não produziram efeitos diretos para o desenvolvimento da região (Ab SABER, 1985, citado por BRANCO, 2000, p.87). O programa das frentes de emergência deu prioridade aos homens na faixa etária de 25 a 49 anos, pela sua função de chefe de família. Até 1983 só admitia uma pessoa por família. (BRANCO 2000, p.86)

No caso do Sertão do Pajeú-Moxotó, a falta de dinamismo econômico que justifique o volume de retornados pode se constituir, também, na indução do processo de remigração que parece intenso na região, conforme os dados sugerem. Por outro lado, os motivos que poderiam levar ao retorno - falta de oportunidades de trabalho em São Paulo, por exemplo - podem, também, inibir a remigração e fixar o retornado no seu local de nascimento, uma vez que se destaca o retorno ao município de origem - ou seja, ao domicílio base. Vale lembrar que a RD Pajeú-Moxotó apresentou um percentual expressivo de chefes de famílias retornados que se inseriram no setor de atividades agropecuário (28,3%), trabalhando, grande parte

Demográficos podem ter registrado um período de evasão recente da população sertaneja. Desse modo não se pode descartar a possibilidade de justificar-se a concentração de emigrantes recentes chegados em São Paulo, no período dos recenseamentos de 1980 e 1991.

A região semi-árida não engloba apenas o Sertão, mas parte do Agreste. Registrando também grande concentração em menor tempo de duração (até 1 ano) a RD do Agreste Central além de sofrer, em menor escala, as vulnerabilidades da população envolvida com atividades agrícolas nas áreas de seca, a grande circulação de pessoas deve-se ao espaço dinâmico de Caruaru, seu entorno, estendendo-se até Sta Cruz do Capibaribe, Toritama e outros, onde a rede social é evidente pela intensa movimentação de sulanqueiros-muambeiros utilizando-se de uma rota de ônibus entre o Agreste e São Paulo além de equipamentos comunitários como Postos de Gasolina e outros serviços à disposição desta população, nestes espaços, como já foi explicitado no item 4.1.2 deste trabalho.

O aumento de emigrantes que se encontravam em São Paulo, na segunda metade da década de 80, procedentes da RD do Sertão de Pajeú-Moxotó, pode ser, também, explicada pelo contingente de barrageiros⁶ da Barragem de Itaparica e de trabalhadores da construção das cidades de Petrolândia e Itacuruba, situadas na RD de Itaparica, que arregimentaram pessoas das RDs vizinhas, inclusive da região de Moxotó. Estes trabalhadores ao finalizarem a construção da Barragem de Itaparica e da construção das cidades de Petrolândia e Itacuruba⁷, sem trabalho, tornaram-se vulneráveis à emigração. (Tabela 5.3e Gráfico 5.4)

A grande concentração na faixa de até 1 ano de tempo na UF dos retornados para as regiões do Agreste e do Sertão, especialmente dos retornados para os municípios de origem, pode ter sua explicação na necessidade dos trabalhos dos filhos, por parte da família, pelo fato de ser de costume nessas regiões e em famílias numerosas, que afluiu em grande número para a RD do Pajeú-Moxotó, como se verificou no item 4.2.1 deste trabalho. (Gráfico 5.3)

A ajuda mútua apresenta-se, também como um dos aspectos mais importantes no contexto das famílias do Agreste e, especialmente, do Sertão pernambucano, alimentando as redes migratórias. A freqüência na remessa de dinheiro para a casa, ou seja, para o lugar de origem e muitas vezes a

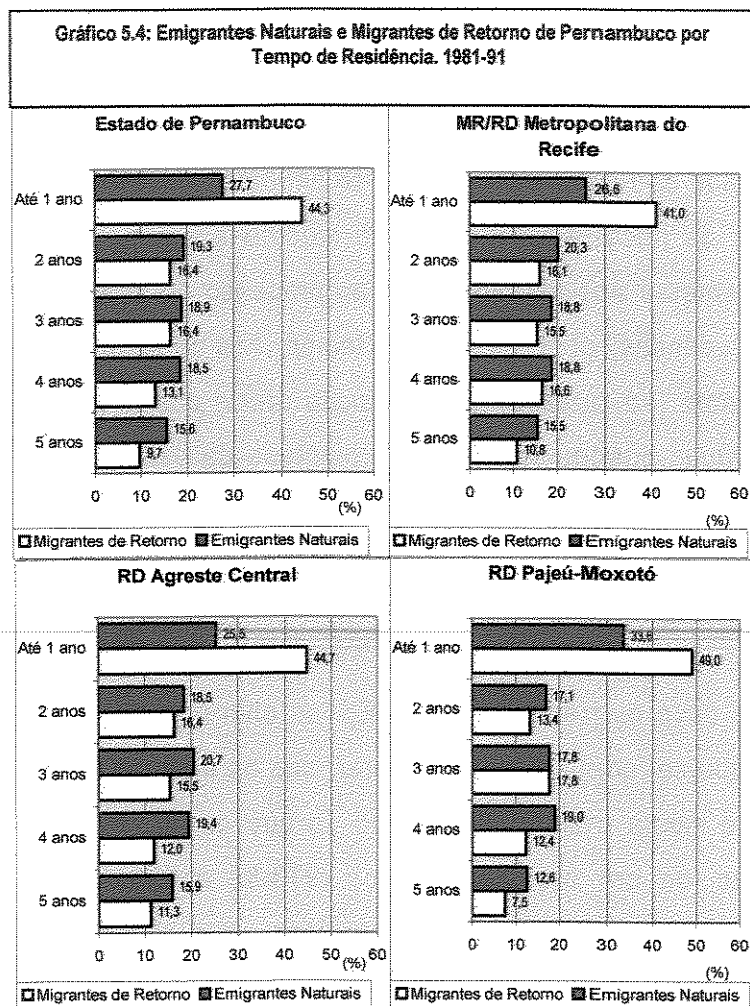
⁶ Barrageiros são trabalhadores da construção de Barragens.

⁷ A Barragem de Itaparica no Rio São Francisco inundou as cidades de Petrolândia e Itacuruba, situadas na RD de Itaparica, tendo sido estas sedes remanejadas e construídas nos seus respectivos municípios.

passagem paga adiantadamente por pessoas que se encontram no local de destino, revelam a extensão e a importância dessa ajuda mútua. (BRANCO, 2000)

AMARAL & NOGUEIRA (1993: 94), também, a partir de pesquisa entre os migrantes pernambucanos, acrescentam:

“Se a saída para os grandes centros traduz a atração que exercem as oportunidades econômicas, o retorno orienta-se e decide-se pelos vínculos familiares, que possibilitam dividir ganhos e perdas num processo de ajuda mútua.”



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 (Tabela 5.3)

É importante ressaltar que, embora tenha ocorrido uma diminuição da concentração, seja de emigrantes, seja de migrantes de retorno, no período de menor tempo de permanência dos migrantes no local de destino, manteve-se, ainda, expressiva, na década de 80, a concentração desses migrantes no menor período de residência na UF atual, seja no contexto geral do fluxo PE-SP-PE, seja no âmbito das regiões selecionadas. Isto pode indicar uma manutenção da circularidade, já existente na década de 70, embora com menor intensidade.

A crise que se instalou em São Paulo, nos anos 70, agravando-se, na década seguinte, e reduzindo as oportunidades de trabalho para os migrantes de outras UFs e de outras

regiões, pode auxiliar na explicação da manutenção do fluxo de retornados pernambucanos. A expressão dessa crise é apontada por CANO (1998: 324), quando cita que

“Já em 1985 o Censo Industrial mostraria que São Paulo perdera (entre 1970 e 1985) participação em todos os 22 ramos industriais, embora ainda concentrasse mais de 50% da produção nacional em 13 deles.”

5.3 A COMPOSIÇÃO DOS MIGRANTES POR IDADE NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO

A condição de ser dos migrantes, quando é expressa através das variáveis *Sexo* e *Idade Aproximada no Momento da Migração*⁸, possibilita verificar se as estruturas demográficas observadas são mais propensas à remigração ou não, na medida em que se parte do entendimento, como CUNHA (1998: 611) sugere, ao estudar o fluxo Bahia-São Paulo-Bahia.

“Da mesma forma que, por exemplo, um rejuvenescimento de migração de retorno estaria indicando um menor tempo de permanência em São Paulo, um envelhecimento da estrutura etária dos emigrantes provenientes da Bahia sugeriria estar havendo um aumento da circularidade das pessoas dentro do fluxo, tendo em vista que a existência de experiências migratórias prévias tenderia a aumentar a idade média dos migrantes.”

A variável *Tempo de Residência na Unidade da Federação* constitui-se em uma variável chave, uma vez que atua diretamente como indicador de risco a remigração, na medida em que permite estudar os diferenciais⁹, entre os migrantes recentes e antigos, atribuídos ao processo de adaptação dos mesmos, como também permite observar mudanças, com o passar do tempo, nas características demográficas, econômicas e sociais dos migrantes. Ao analisar a *composição etária* dos migrantes associada ao seu *tempo de residência na UF atual*, buscou-se verificar a hipótese da existência de circularidade, entendendo que a maior intensidade do fluxo migratório ocorre num intervalo de tempo relativamente curto e que os diferenciais observados na composição etária dos migrantes devem refletir a permanência destes no local de destino.

Analisando, de início, a idade média do fluxo migratório PE-SP-PE, nos diversos tempos de residência no destino, medidos por ano, constatou-se, como seria de esperar, que os emigrantes PE-SP apresentaram, de maneira geral, uma idade média mais *rejuvenescida* do que os migrantes de retorno. É interessante notar, no entanto, que, de um período a outro, 1970-80 e 1981-91, os migrantes de retorno acentuaram esta diferença tornando o seu fluxo migratório mais *envelhecido*, apontando um maior tempo de permanência em São Paulo para esses contingentes migratórios. (Tabela 5.4).

Os emigrantes possuíam um perfil etário jovem em torno dos 20 anos de idade, qualquer que fosse o tempo de residência no destino, em ambos os períodos analisados. Este resultado poderia estar indicando menor circularidade, desde que indica agregação de pessoas no fluxo sem

⁸ Considera-se *idade aproximada no momento da migração* a idade declarada no momento do Censo, diminuída do tempo de residência na UF atual.

⁹ O termo diferencial será utilizado para referir comparações entre subconjuntos da população migrante

experiências migratórias de uma década para a outra. Já o fluxo migratório de retorno SP-PE mostrou-se mais envelhecido entre as duas décadas, variando de uma idade média de 24 anos (década de 70) para 26 anos (década de 80), quase sem variações no tempo de residência no destino. Este resultado poderia estar indicando, por sua vez, que os retornados do fluxo migratório SP-PE, haviam permanecido por mais tempo em São Paulo. É importante notar que os pernambucanos que retornaram para a origem, ou seja, para seus municípios de nascimento, apresentaram, na década de 80, uma idade menor (24 anos), sugerindo que, em média, passaram menos tempo em São Paulo dos que os que se dirigiram para outros municípios (29 anos). (Tabela 5.4)

TABELA 5.4
PERNAMBUCO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO SELECIONADAS - IDADE MÉDIA DOS MIGRANTES PERNAMBUCANOS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO SEGUNDO TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DESTINO. 1970 - 91

Estado, MR e RDs	Período	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DESTINO									
		Até 5 anos					Total				
		Até 1ano	2anos	3anos	4anos	5anos	Total	Até 1ano	Até 5anos	6-9anos	Total
I. Emigrantes Naturais do Fluxo PE-SP											
PERNAMBUCO	1970-80	20,75	19,78	19,67	19,51	19,43	20,06	20,75	19,43	-	-
	1981-91	21,26	20,15	20,21	19,49	19,52	20,25	21,26	20,25	19,22	19,98
MR / RD Metropolitana	1970-80	20,31	19,29	19,19	18,64	18,58	19,41	20,31	19,41	-	-
	1981-91	20,98	19,97	19,64	19,69	19,66	20,10	20,98	20,10	19,18	19,83
RD Agreste Central	1970-80	21,12	19,54	19,95	19,71	19,62	20,28	21,12	20,28	-	-
	1981-91	23,46	20,87	21,41	20,20	20,09	21,39	23,46	21,39	19,29	20,78
RD S. Pajeú-Moxotó	1970-80	21,14	20,07	19,53	19,85	19,99	20,37	21,14	20,37	-	-
	1981-91	20,52	19,16	20,42	18,34	20,34	19,84	20,52	19,84	18,49	19,51
II. Migrantes de Retorno do Fluxo SP-PE											
PERNAMBUCO	1970-80	23,87	24,53	23,29	23,29	22,64	23,72	23,87	23,72	-	-
	1981-91	26,07	26,44	26,01	24,71	28,10	26,14	26,07	26,14	25,58	25,98
Origem	1970-80	22,34	23,37	21,93	22,25	21,04	22,31	22,34	22,31	-	-
	1981-91	24,40	24,92	24,35	23,05	26,49	24,48	24,40	24,48	23,94	24,39
Não-Origem	1970-80	26,45	26,34	25,48	25,14	25,94	26,11	26,45	26,11	-	-
	1981-91	29,79	29,72	29,02	28,34	30,66	29,56	29,79	29,56	28,29	29,11
MR / RD Metropolitana	1970-80	23,36	23,81	22,19	23,94	21,88	23,13	23,36	23,13	-	-
	1981-91	25,21	26,23	25,91	23,66	26,27	25,34	25,21	25,34	23,12	24,83
Origem	1970-80	19,72	21,04	19,26	20,44	18,28	19,79	19,72	19,79	-	-
	1981-91	21,94	21,64	22,94	20,15	21,34	21,67	21,94	21,67	20,42	21,47
Não-Origem	1970-80	27,12	26,67	25,32	28,73	27,12	26,82	27,12	26,82	-	-
	1981-91	28,76	30,26	28,37	27,31	28,97	28,75	28,76	28,75	25,03	27,6
RD Agreste Central	1970-80	24,56	25,01	26,46	23,12	22,73	24,60	24,56	24,60	-	-
	1981-91	27,60	27,57	25,38	24,62	30,44	27,21	27,60	27,21	26,58	27,05
Origem	1970-80	24,19	24,18	25,39	22,79	22,76	24,10	24,19	24,10	-	-
	1981-91	26,15	26,93	24,33	23,16	29,91	26,00	26,15	26,00	25,02	25,77
Não-Origem	1970-80	25,38	26,64	28,84	23,59	22,61	25,67	25,38	25,67	-	-
	1981-91	31,43	30,20	27,43	31,71	31,49	30,53	31,43	30,53	29,84	30,33
RD S. Pajeú-Moxotó	1970-80	22,80	25,31	21,11	27,72	29,19	23,48	22,80	23,48	-	-
	1981-91	24,86	26,56	22,79	25,89	25,91	24,92	24,86	24,92	26,02	25,13
Origem	1970-80	20,33	25,48	23,83	29,68	28,37	22,42	20,33	22,42	-	-
	1981-91	22,27	25,56	20,30	24,13	22,03	22,61	22,27	22,61	24,45	22,94
Não-Origem	1970-80	26,41	24,88	17,28	23,00	30,80	25,73	26,41	25,73	-	-
	1981-91	32,10	30,57	29,03	29,62	35,71	31,28	32,10	31,28	29,10	30,78

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

É importante notar que o diferencial apresentado nos anos 80, entre os pernambucanos que foram para São Paulo e os que voltaram de lá, foi de 4 anos de idade, para os retornados ao município de origem e de 9 anos para aqueles que retornaram para os municípios de não-origem, destacando estes como o de maior experiência migratória em São Paulo. Os dados deixam claro,

portanto, que dificilmente o aumento da migração de retorno a Pernambuco seria explicado pela participação predominante dos migrantes recém-chegados.(Tabela 5.4).

O que se pode pensar, a respeito do comportamento apresentado pelo fluxo migratório PE-SP-PE, é que os efeitos da agudização da crise brasileira nos anos 80, refletindo na desestruturação das oportunidades de trabalho em São Paulo, tenha atingido a população dos migrantes pernambucanos, inclusive aqueles de maior tempo de residência. Estes, por sua vez, com maior experiência migratória e de sobrevivência na Região Metropolitana de São Paulo, para onde se dirige a grande parte do fluxo emigratório pernambucano (Capítulo 3), buscam suas oportunidades de trabalho, em outros municípios que não correspondem ao seu de nascimento, o que pode explicar, inclusive, o afluxo para os municípios de não-origem na MR/RD Metropolitana, que se apresentou significativo no contexto estadual.

Em pesquisa semelhante para os migrantes baianos que se dirigiram para São Paulo, CUNHA (1998: 617) chega à conclusão semelhante, constatando um tempo de permanência daqueles migrantes de cerca de 6 anos no estado paulista. Segundo o autor, esse tempo

“coincide com o seu ‘tempo’ mais produtivo ou, pensando em termos do ciclo vital do indivíduo (no caso, o início), o tempo onde os riscos ou custos de permanência, ainda que em situação adversa, seriam menores.”

No contexto da MR/RD Metropolitana, cujo comportamento aproxima-se ao do conjunto do estado de Pernambuco, a idade média dos emigrantes, com até 5 anos de permanência em São Paulo, situou-se entre os 19 e 20 anos, nos dois períodos analisados, não apresentando diferenças por tempo de residência no destino. Pode-se interpretar este resultado como sendo fruto de uma menor circularidade dos migrantes desta região, já que, no caso dos fluxos direcionados para as áreas urbano/industriais, poder-se-ia pensar que é justamente nestas idades que o processo migratório inicia-se com maior intensidade. Quanto aos migrantes de retorno para a MR/RD Metropolitana, observou-se que, de uma maneira geral, as idades médias dos retornados, com até 5 anos em Pernambuco, apresentaram-se ligeiramente mais envelhecidas (de 23 para 25 anos, entre as duas décadas), indicando um maior tempo de permanência em São Paulo. Contudo, comparando os retornados para a origem e não-origem da mesma região, o segundo grupo, a exemplo do comportamento observado para o todo o estado de Pernambuco, sugeriu maior tempo em São Paulo, em ambas as décadas, o que corrobora com a suposição acima feita de que parte dos retornados de maior tempo em São Paulo poderiam estar se dirigindo para a MR/RD Metropolitana. (Tabela 5.4)

A RD do Agreste Central apresentou uma idade média ligeiramente mais elevada para os emigrantes, em torno de 20 e 21 anos, porém mais envelhecida no período recente de até 1 ano de residência em São Paulo (21,12 em 1970-80 e 23,46 em 1981-91). Este envelhecimento para os emigrantes do Agreste Central indica uma maior circularidade, que as demais regiões selecionadas, sugerindo a existência de um fluxo de migrantes pernambucanos integrando um processo de “ ir e vir” nesta região. Já os migrantes de retorno, eles se apresentaram mais envelhecidos, por terem despendido maior tempo em São Paulo, com destaque para aqueles que retornaram para os municípios de não-origem. (Tabela 5.4)

A Região do Sertão do Pajeú-Moxotó apresentou um comportamento semelhante ao da RD agrestina, revelando uma idade média jovem entre 19 e 20 anos para os emigrantes da região. De modo geral, os migrantes de retorno apresentaram um perfil mais envelhecido, especialmente os que se dirigiram para os municípios de não-origem. (Tabela 5.4)

Ambas as RDs – a do Agreste e a do Sertão – apresentaram uma idade média mais elevada para os retornados, especialmente na década de 80, seja para os migrantes com até 1 ano de residência na região (28 anos – Agreste- e 25 anos -Sertão), seja para o conjunto do fluxo (27 anos – Agreste- e 25 anos -Sertão), destacando os que se dirigiram para os municípios de não-origem (31 anos, em ambas as regiões). A explicação do retorno desses migrantes mais velhos, com destino a essas regiões, podem ser buscadas, de um lado, nos efeitos da crise econômica brasileira que se aprofundou nos anos 80 e repercutiu nas condições de trabalho e “sobrevivência” do estado de São Paulo; de outro lado, na busca de oportunidades em Pernambuco, sem que isso implique no retorno ao município de nascimento – a residência base – condição esta que se pode vislumbrar na RD Agreste Central, em face do dinamismo econômico que cresce nesta região desde os anos 80.

Para maior aprofundamento sobre a questão da circularidade, analisou-se, em ambos os sentidos – ou seja, na emigração e no retorno - a estrutura etária dos migrantes no momento da migração, considerando, para efeito comparativo entre as década de 70 e 80, a população com até 5 anos de residência na UF atual¹⁰. Observando a estrutura etária segundo o sexo, no sentido de encontrar mais indicativos sobre a existência de remigração, constatou-se, para o fluxo emigratório do total do estado de Pernambuco, nos períodos de 1970-80 e 1981-91, que emigrantes mantiveram um

¹⁰ O Censo de 1970 apresenta o *tempo de residência na UF atual*, especificado ano a ano, apenas para aqueles migrantes que com até 5 anos residência, englobando os demais com tempo de residência de 6 a 9 anos. Desse modo, a idade no momento da migração só pode ser calculada ano a ano, comparativamente nas duas décadas, para os migrantes com até 5 anos de residência na UF atual.

perfil jovem, concentrando-se na faixa produtiva, ampliando ligeiramente a participação na faixa etária de 10 a 19 anos, sem que tenha havido praticamente um envelhecimento da população migrante, na década de 80, à exceção da MR/RD Metropolitana, o que leva a corroborar com as suposições emitidas acerca da idade média por tempo de permanência, que sugere, de modo geral, que não houve um aumento da circularidade dos migrantes de retorno a Pernambuco. (Tabela 5.5 e Gráfico 5.5)

Em todas as regiões selecionadas, o fluxo emigratório acompanhou o perfil do Estado, com

TABELA 5.5
PERNAMBUCO - CONDIÇÃO MIGRATÓRIA DOS MIGRANTES COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO. 1970 - 91

FLUXO MIGRATÓRIO Origem - Destino	FAIXAS ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO																Total	Total	
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 e +				
Emigrantes Naturais																			
1970 - 80																			
Homens	5,93	4,14	3,62	10,90	12,58	5,59	2,90	1,59	0,99	0,71	0,54	0,36	0,24	0,12	0,11	50,30	99070		
Mulheres	5,78	4,17	4,64	11,07	10,71	5,31	2,54	1,50	1,02	0,93	0,74	0,56	0,34	0,20	0,20	49,70	97906		
Total	11,71	8,30	8,26	21,97	23,29	10,90	5,44	3,10	2,00	1,63	1,28	0,91	0,58	0,32	0,31	100,00	196976		
1981 - 91																			
Homens	5,93	4,15	3,99	11,85	10,97	5,33	2,80	1,84	1,13	0,86	0,54	0,34	0,27	0,19	0,24	50,43	92677		
Mulheres	5,83	4,56	4,98	10,51	9,92	5,09	2,81	1,58	1,23	0,91	0,64	0,60	0,36	0,21	0,34	49,57	91107		
Total	11,76	8,71	8,98	22,35	20,89	10,43	5,60	3,42	2,36	1,77	1,19	0,94	0,63	0,40	0,58	100,00	183784		
Migrantes de Retorno Total																			
1970 - 80																			
Homens	4,98	5,23	3,41	3,48	9,32	9,29	6,53	4,10	2,29	1,46	1,08	0,90	0,32	0,38	0,26	53,03	13748		
Mulheres	4,77	5,79	3,97	4,40	7,99	7,20	4,89	2,46	1,70	1,05	1,16	0,46	0,42	0,36	0,35	46,97	12179		
Total	9,75	11,03	7,37	7,88	17,31	16,49	11,42	6,56	3,99	2,51	2,24	1,37	0,73	0,74	0,62	100,00	25927		
1981 - 91																			
Homens	3,00	4,42	3,18	3,69	9,31	8,16	7,35	4,84	3,21	1,57	1,29	0,90	0,56	0,31	0,40	52,20	24759		
Mulheres	3,26	4,37	3,28	5,44	7,47	7,77	5,39	3,70	2,40	1,23	0,83	0,82	0,82	0,41	0,62	47,80	22689		
Total	6,27	8,78	6,47	9,14	16,78	15,93	12,73	8,54	5,61	2,80	2,12	1,71	1,38	0,72	1,02	100,00	47428		
Migrantes de Retorno Origem																			
1970 - 80																			
Homens	4,91	6,13	3,80	4,24	10,41	9,60	6,14	3,81	2,11	1,41	1,01	0,61	0,29	0,26	0,13	54,85	8935		
Mulheres	4,70	6,57	4,43	4,81	7,72	6,64	4,50	1,96	1,27	0,82	0,82	0,29	0,22	0,15	0,22	45,15	7354		
Total	9,61	12,71	8,23	9,06	18,13	16,24	10,64	5,78	3,38	2,23	1,83	0,91	0,52	0,41	0,35	100,00	16289		
1981 - 91																			
Homens	3,71	5,49	3,51	4,17	10,05	8,28	6,43	4,42	2,99	1,36	1,11	0,75	0,44	0,26	0,34	53,28	17015		
Mulheres	3,75	5,04	3,66	5,65	7,72	7,20	4,42	3,28	2,26	1,03	0,71	0,56	0,70	0,36	0,39	46,72	14920		
Total	7,47	10,53	7,18	9,82	17,77	15,46	10,86	7,69	5,25	2,39	1,82	1,30	1,14	0,62	0,73	100,00	31935		
Migrantes de Retorno Não Origem																			
1970 - 80																			
Homens	5,09	3,71	2,74	2,18	7,48	8,77	7,20	4,59	2,60	1,55	1,21	1,39	0,35	0,58	0,49	49,94	4813		
Mulheres	4,91	4,47	3,19	3,70	8,44	8,14	5,54	3,29	2,43	1,43	1,72	0,75	0,75	0,73	0,58	50,06	4825		
Total	10,00	8,19	5,92	5,88	15,92	16,91	12,74	7,88	5,03	2,98	2,94	2,14	1,10	1,31	1,07	100,00	9638		
1981 - 91																			
Homens	1,54	2,21	2,50	2,70	7,78	7,96	9,23	5,73	3,67	2,00	1,67	1,21	0,81	0,41	0,54	49,98	7744		
Mulheres	2,25	2,98	2,50	5,03	6,98	8,93	7,37	4,56	2,68	1,64	1,07	1,35	1,06	0,52	1,08	50,02	7749		
Total	3,80	5,19	5,01	7,73	14,76	16,90	16,60	10,29	6,35	3,64	2,74	2,56	1,88	0,94	1,63	100,00	15493		

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

NOTA: As Tabelas sobre as regiões de Pernambuco selecionadas compõem o Anexo V. 1, V. 2 e V. 3

ligeiras diferenças para a RD Pajeú-Moxotó, em que este fluxo apresentou um discreto aumento de emigrantes distribuídos, especialmente entre os homens inseridos na faixa etária entre 10 e 24 anos. Nas demais regiões – a MR/RD Metropolitana e a RD do Agreste Central – esse ligeiro aumento verificou-se, também, para os homens, compreendidos na faixa etária entre 10 a 19 anos. Considerando que tais variações não são tão expressivas, elas não contribuem para confirmar ou não

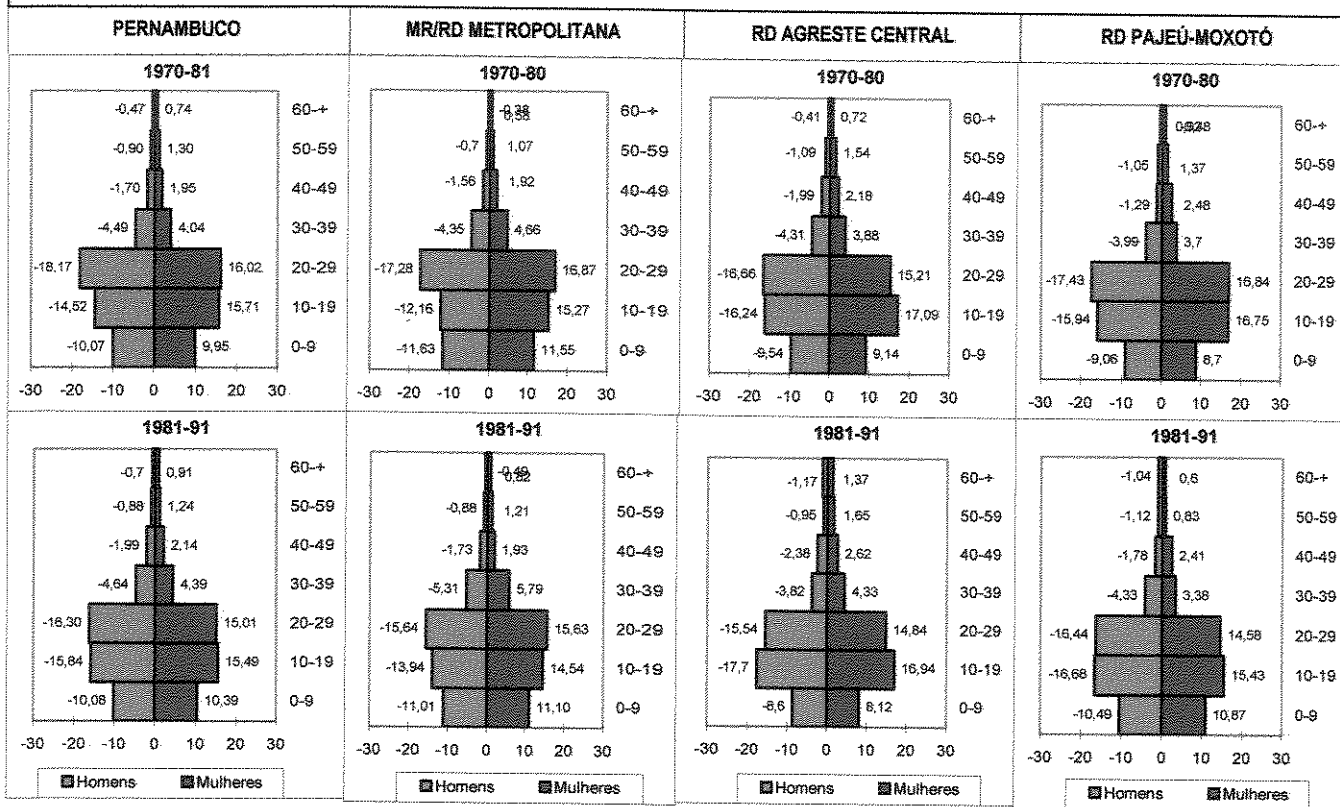
a hipótese de maior circularidade do fluxo migratório, pela progressiva remigração de pessoas com experiências migratórias anteriores. Ao contrário, tudo indica que a esse fluxo agregaram-se novos migrantes homens e mais jovens. (Tabela 5.5 e V.1.1 a 1.3, em anexo, e Gráfico 5.5)

O fluxo de retornados para Pernambuco, por sua vez, apresentou um envelhecimento, caracterizado pela maior concentração nas faixas de idade acima de 30 anos, cujo perfil se assemelha ao apresentado pelo fluxo de retorno à MR/RD Metropolitana. Tal envelhecimento indica uma incorporação maior ao fluxo de pessoas com maior tempo de permanência em São Paulo, apontando para a reversibilidade do fluxo de retorno. (Tabela 5.5 e Gráfico 5.6)

É importante destacar que a MR/RD Metropolitana apresentou a maior proporção de famílias extensas e compostas (32,87% do total de famílias retornadas para a região – Tabela 4.8), predominando aquelas em que só o chefe é migrante de retorno, o que sugere que grande parte dos chefes constituiu família em São Paulo, além de ter agregado outros parentes e não-parentes, justificando, de certa forma, o maior tempo de residência dos retornados naquele estado. O maior volume de migrantes de retorno para a origem, apontado pelos dados apresentados no Capítulo 3 deste trabalho, confirma, de certa forma, o retorno à residência base, fortalecendo a suposição de reversibilidade do movimento migratório.

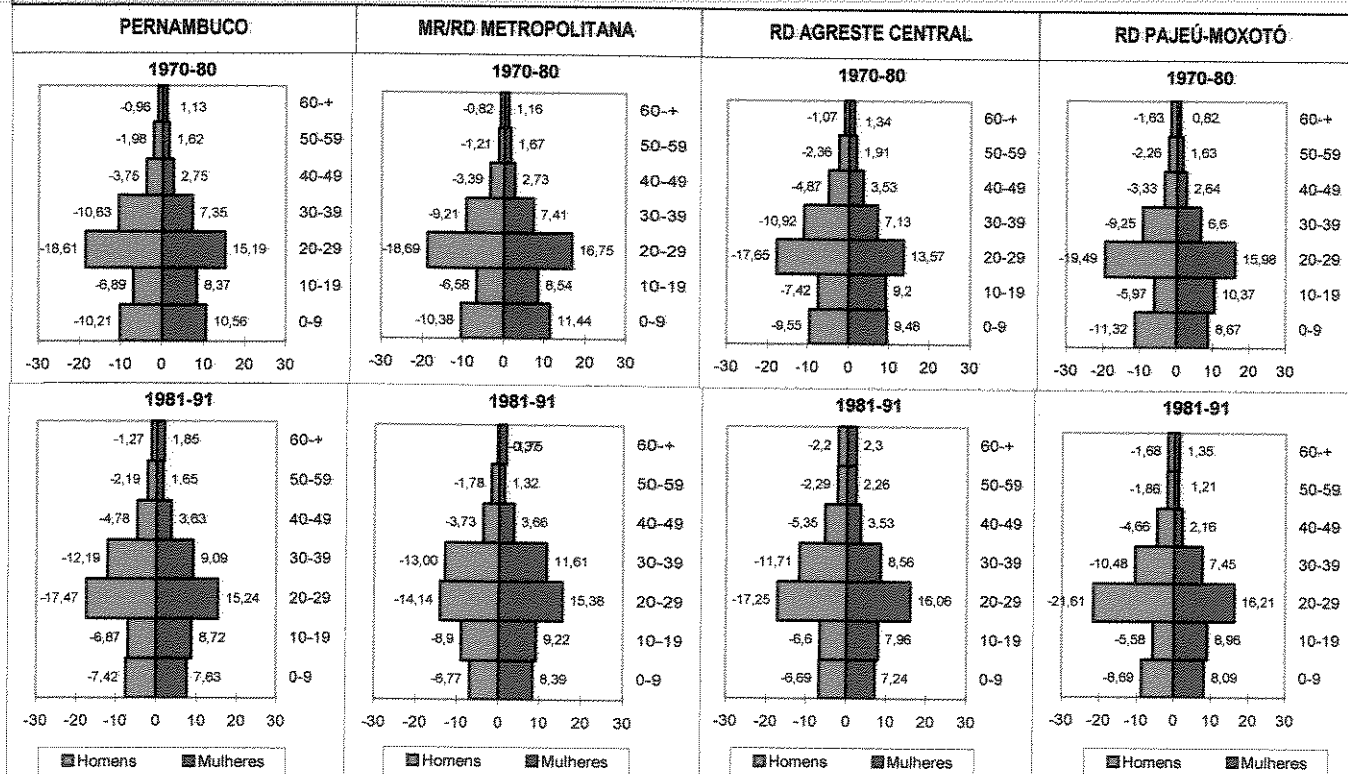
Quanto à RD do Agreste Central e à RD do Pajeú-Moxotó constatou-se que não ocorreu um envelhecimento do fluxo de retorno, na década de 80. Este fluxo manteve praticamente o mesmo perfil da década anterior, com um discreto aumento nas faixas produtivas, especialmente na região sertaneja, nas faixas de 20 a 29 anos. (Tabela 5.5 e Gráfico 5.6). Tal rejuvenescimento pode indicar um menor tempo de permanência dos migrantes em São Paulo, o que, de certa forma, confirma o comportamento dúbio já identificado a respeito dessas regiões, no que se refere à maior propensão à circularidade ou à reversibilidade. Como se pode constatar no item 4.2.3 deste trabalho, o Agreste apresentou o maior percentual de famílias com propensão à remigração, mas, também, o maior percentual daquelas com maior propensão à reversibilidade. Na RD Pajeú-Moxotó predominaram, também, os arranjos familiares que apresentam ambas as possibilidades de circularidade e de reversibilidade.

Gráfico 5.5: Pirâmide Etária dos Emigrantes do Fluxo PE-SP com até 5 anos de Residência no Estado de São Paulo. 1970/80 – 1981/91



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 5.5 e Tabelas V. 1, V. 2 e V. 3, em anexo)

Gráfico 5.6: Pirâmide Etária dos Migrantes de Retorno do Fluxo SP-PE com até 5 anos de Residência no Estado de Pernambuco. 1970/80 – 1981/91



Fonte: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Tabela 5.5 e Tabelas V. 1, V. 2 e V. 3, em anexo)

Nos fluxos analisados, constatou-se, também, uma maior proporção de crianças e adultos jovens, que se apresentou maior nos fluxos de emigração e menor nos fluxos de retornados pernambucanos. Essa condição, aliada à constatação da equivalência entre sexos, em ambos os fluxos, sugere uma migração familiar. Embora a maioria das pirâmides analisadas tenha apresentado forma irregular, as saliências e os recortes encontrados podem estar refletindo a ausência dos não-naturais nas famílias dos migrantes. Se tais imigrantes não-naturais fossem associados aos migrantes de retorno, por exemplo, o perfil da pirâmide modificar-se-ia, ao contabilizar o contingente que os migrantes geraram fora de sua terra natal. São os chamados “efeitos indiretos 1”¹¹, analisados no contexto da abordagem da família, no item 4.2.1 deste trabalho. Esses efeitos iriam interferir, especialmente, nas crianças, principalmente no grupo etário de 0 a 9 anos, que incorporariam as crianças paulistas que acompanharam seus pais migrantes de retorno.

Várias pesquisas de campo, citadas ao longo do texto, demonstram que a remigração é uma prática instalada entre os agrestinos e, especialmente, entre os sertanejos pernambucanos. Esse “ir e vir”, contudo, medido de forma extensiva pelos dados censitários, na pesquisa que dá suporte a este trabalho, apesar de ter apresentado indícios de sua presença no processo migratório estabelecido entre Pernambuco e São Paulo, não se apresentou tão expressivo quanto se mostrou o movimento de reversibilidade dos migrantes retornados.

Compreende-se que, paradoxalmente, o movimento de retorno é reforçado pelos laços dos retornados entre a origem e o destino, o que facilita a migração ao longo da mesma linha, confirmando, de certa forma, como GMELCH¹² assegura, que fatores relacionados à reintegração com a família costumam ter um peso maior do que as razões econômicas no processo de retorno, sem, contudo, relevar a importância dessas razões econômicas, que se constituem, talvez, nos condicionantes mais fortes na decisão de migrar. A respeito disso, SCOTT (1984: 1619) afirma:

“O migrante quase sempre sai pressionado pela falta de oportunidade de ganho ou meios de subsistência onde mora. Se ele renuncia ao local como provedor de meios de sobreviver, permanente ou temporariamente, isto não implica numa renúncia dos laços emocionais e dos laços de parentesco que continuam amarrando-o à casa – ligações estas que podem ser fortalecidas ou enfraquecidas segundo o fluxo material entre os dois.”

¹¹ Efeitos indiretos 1, conforme define RIBEIRO (são os filhos dos retornados, naturais de Pernambuco, nascidos dentro do período censitário, ou seja, menores de 10 anos de idade).

¹² GMELCH, George. *Return Migration*. (1980), apud SCOTT (1986 p. 667)

Tais considerações vêm corroborar com aquilo que MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZALEZ (1987: 6), estabeleceram como o sexto princípio das redes migratórias:

“As redes sociais são mantidas por um constante processo de migração de retorno, constituído por migrantes recorrentes, que vão regularmente “em casa” por vários períodos no ano, e por migrantes de retorno re-estabelecidos nas comunidades de origem. Cada fluxo migratório engendra um contra-fluxo e o processo de estabelecimento no local de destino é parcialmente responsabilizado por um processo concomitante de migração de retorno. Mesmo pessoas que viveram e trabalharam fora por um longo tempo, muitos terminam voltando para viver e trabalhar na sua comunidade de origem. Constata-se que aqueles que migraram por razões econômicas, mantêm uma ligação sentimental muito forte com sua cultura nativa, o que se expressa num ideal de retornar.”

A “ideologia do retorno” nos indivíduos migrantes, como bem afirma SCOTT (1986), parece predominar entre os retornados, uma vez que são poucos aqueles que negam as possibilidades de retorno. As redes sociais que interligam os migrantes se movem, mudam de contorno, e enviam novas rotas sem desfazer inteiramente o caminho de volta.

CONCLUSÃO: UM RETORNO AO TEXTO

Diante da complexidade do processo migratório brasileiro, como um todo, e especialmente do fluxo Pernambuco – São Paulo – Pernambuco, não se tem a pretensão de esgotar todos os aspectos do fenômeno. Já que se optou metodologicamente pela apreciação dos dados, à medida em que eles foram sendo expostos, este capítulo conclusivo não deve ser entendido como uma simples repetição dessas abordagens. Ele se configura como uma retomada de apreciações na qual está contida a procura por uma visão mais articulada entre objetivos, proposições e resultados do estudo, os quais, de forma ampla, reiteram as suposições centrais da pesquisa.

Mantendo-se fiel a essa busca por articulação, pode-se dizer, inicialmente, que, no contexto das duas décadas analisadas (1970-80 e 1981-91), observou-se a permanência da intensidade das trocas migratórias entre Pernambuco e São Paulo, bem como, na última década referida, identificou-se uma diminuição no deslocamento dos pernambucanos que emigraram para São Paulo e, paralelamente, um aumento do retorno. Já os dados censitários de 2000 apresentam um ligeiro arrefecimento desse fluxo de retorno a Pernambuco, sem que isso reduza a sua importância no contexto regional e do país. Esse movimento passa a apresentar características demográficas expressivas, evidenciando indícios de circularidade, mas também de reversibilidade, e apontando para uma relação entre o fenômeno e a diminuição do ritmo de crescimento econômico de São Paulo, como reflexo da crise que atingiu, não apenas esse estado, mas todo o contexto sócio-econômico brasileiro, que repercutiu, sobretudo, na década de 80. Todas as regiões do país encontravam-se num mesmo processo difuso de quase estagnação ou de longa recessão econômica.

A partir dessa observação mais geral, alguns pontos podem ser ressaltados como suporte para reflexão sobre possíveis efeitos e/ou perspectivas do processo de migração de retorno dos pernambucanos oriundos do estado de São Paulo.

Sabe-se, por estudos já realizados, que, na crise de 1980, fatores estruturais – por exemplo, as limitações do mercado de trabalho, acarretando desemprego e subemprego; a diminuição do poder aquisitivo da população; entre outros fatores aliados à precária qualificação do contingente migratório

passaram a interferir na dinâmica demográfica regional nordestina, à medida em que espaços que, historicamente se caracterizavam pelo seu poder atrativo de migrantes, a exemplo do estado de São Paulo, não foram mais capazes de reter o migrante no lugar de destino.

Nesse cenário de retorno ou de redução dos fluxos migratórios pernambucanos em direção às áreas receptoras tradicionais, mais dinâmicas e de maior renda, Pernambuco mostrou-se como o único estado do Nordeste que se inseriu, ao mesmo tempo e nas duas décadas, entre os fluxos de maior contingentes de emigrantes e de migrantes de retorno da região Nordeste. Seu fluxo de maior importância, tanto de emigração, quanto de migração de retorno, foi estabelecido com o estado de São Paulo; e a intensidade desse fluxo, nas duas décadas analisadas, provavelmente deu lugar a determinadas redes de solidariedade estabelecidas entre familiares, amigos, conterrâneos, que favoreceram, reforçaram e alimentaram, cada vez mais, o próprio fluxo, tornando compreensíveis determinados comportamentos do fluxo migratório, especialmente o de retorno – objeto central deste estudo.

As transformações observadas nas trocas migratórias do fluxo Pernambuco - São Paulo – Pernambuco, redefiniram os espaços pernambucanos, exportadores de população para São Paulo e receptores de retornados daquele estado, os quais foram analisados na perspectiva de sua dinâmica sócio-econômica. Mais especificamente a partir de suas Regiões de Desenvolvimento – RDs, que compõem as cinco Mesorregiões (MR) em que se subdividem o estado – Metropolitana do Recife, Mata, Agreste, Sertão Pernambucano e Sertão de São Francisco.

A partir desta perspectiva de desenvolvimento regional, sob a ótica do fluxo migratório em estudo, pode-se afirmar que a MR do Agreste Pernambucano foi a região de troca migratória mais expressiva com o estado de São Paulo, no período analisado. Ao mesmo tempo em que ela se converteu na região que mais expulsou sua população para a terra paulista, ela foi também a que mais recebeu os retornados, especialmente na década de 1981-91, chegando a superar a MR/RD Metropolitana do Recife onde era de se esperar uma maior absorção, considerando seu grau de dinamismo sócio-econômico.

A interpretação para o fenômeno pode ser respaldada em MOURA (1999:140-144), a partir de SINGER (1980) e LACERDA (1982). O Agreste pernambucano, desde as décadas de 60 e 70, sofreu uma modernização de suas atividades agrícolas, sob a proteção governamental, num processo de “pecuarização” que aniquilou “complexos rurais” pré-existent e expulsou parcela significativa da

população inserida nesta área. Paralelamente, há que se lembrar dos efeitos conhecidos das secas periódicas do nordeste, que contribuí, historicamente, para expulsar grandes contingentes populacionais. Contudo, entre os anos 70 e 80, a diversificação de atividades econômicas na região agrestina consolidaram pólos dinâmicos que passaram a se tornar atrativos de população.

A mudança da tendência apresentada pela RD Agreste Central, que passou, das décadas de 70 para 80, de área expulsora para área de absorção do contingente migratório de retorno, pode ser explicada por alguns fatores dinamizadores que ocorreram na região: novas oportunidades de trabalho, especialmente na década de 80, aumento da produção artesanal com a respectiva dinamização do comércio e dos serviços, associada a eventos turísticos que envolvem vários municípios da região. Esses elementos de incentivos ou constrangimentos, seja na área de origem seja na área de destino, certamente influenciaram no processo de remigração da população.

Tomando-se em consideração a MR/RD Metropolitana, foi relevante avaliá-la como o maior centro dinâmico do território estadual, aquele que, historicamente, caracterizou-se como receptora de população. Neste estudo, no entanto, ela cedeu seu lugar ao Agreste. A Região Metropolitana do Recife, desde a década de 70, apresentou a redução do seu forte poder de atração migratória. No bojo das interpretações, como bem diz MOURA, citado anteriormente, inserem-se a decadência da agroindústria açucareira, a integração do Nordeste por via rodoviária às demais regiões do país, condicionando uma perda da importância comercial da região, e os efeitos de uma rede de cidades funcionando como anteparos para abrigar o contingente migratório, procedente das zonas interioranas, sob a pressão da seca e da desruralização.

Ao lado das mudanças observadas nas duas regiões anteriormente citadas, a MR do Sertão Pernambucano, especificamente a da RD do Sertão do Pajeú-Moxotó, também mudou o comportamento migratório apresentado na década de 70. Nos anos 80, ela passou de região expulsora de população para receber maior contingente populacional. De um modo geral, o crescimento na imigração dessa RD sertaneja, uma área de pouca atração migratória, possivelmente reflete uma intensificação do ingresso, na região, de grupos familiares de migrantes – chefes, cônjuges, filhos e outros agregados - oriundos de São Paulo e retornados ao seu estado de origem.

É importante registrar que, ao mesmo tempo em que se manteve um grande fluxo migratório interestadual entre os estados de Pernambuco e São Paulo, seja ao nível estadual, seja ao nível das mesorregiões, das regiões de desenvolvimento ou de um conjunto de municípios, do período de 1970-

80 e 1981-91, estes fluxos também se tornaram mais concentrados, segundo uns poucos locais de procedência e de destino, configurando o que PORTES (1995) analisa sobre as redes sociais, as quais vão apresentar comportamentos distintos em relação ao número de participantes da rede (tamanho) e o maior número de laços entre os participantes da rede (densidade). Nesse sentido, a maior afluência dos migrantes de retorno para as RDs selecionadas – a RD Agreste Central, a MR/RD Metropolitana e a RD Pajeú-Moxotó – no contexto pernambucano, destaca esses aspectos vistos pelo autor.

Alguns municípios adquiriram expressão no movimento de retorno dos migrantes pernambucanos, especialmente aqueles que se situam no entorno do Recife – núcleo metropolitano e capital do estado de Pernambuco - e de Caruaru - sede e pólo da Região de Desenvolvimento do Agreste Central. Tal situação, além de ampliar a noção de “residência base” de COUGEAU (1990), confirma, de certa forma, no caso da região agrestina, a hipótese levantada por PATARRA, PACHECO, CUNHA e BAENINGER (1997:34), quando, diante do quadro de grande mobilidade recente da população brasileira e da importância que vêm ganhando as sedes regionais e seu entorno, afirmam que:

“entre a população domiciliada na área rural, ganham expressão novos tipos de ocupação, próprias de atividades urbanas, retratos da forte autonomia que vai se configurando entre situação de domicílio e o setor de atividade de dependência”.

As alternativas de ocupação que vêm emergindo, especialmente nos municípios do Agreste Pernambucano, e articulam-se no entorno do núcleo dinâmico da RD Agreste Central, oferecem um quadro de possibilidades para investigar tal hipótese: Santa Cruz do Capibaribe, como grande produtor de vestuário (sulanca); Cachoeirinha, como produtor de artefatos de couro – sapatos, botas, bolsas, selas, tapetes, etc.; Caruaru, como grande centro de comercialização desses produtos e pólo da rede estabelecida entre o Agreste de Pernambuco e São Paulo, o qual se estende à Foz do Iguaçu. Possivelmente, tal rede seria capaz de responder a MOURA (1999:144) quando, a respeito dos migrantes nordestino de retorno à sua terra natal, ele indaga:

“Mas a que novas válvulas de escape poderia a população do Nordeste recorrer para sobreviver? ”

Embora os dados censitários não permitissem um estudo mais aprofundado sobre redes sociais, buscou-se neste trabalho avançar metodologicamente neste sentido, aprofundando a abordagem da família através das tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. Entendida como a menor unidade coletiva no fluxo migratório, cuja interação entre as pessoas são elos fortes de maior intimidade e confiança, a família encontra-se na base da formação das redes sociais. Os arranjos familiares analisados no fluxo migratório interestadual PE-SP-PE revelaram que a

condição migratória na família, associada ao tempo de residência dos migrantes na UF atual, o qual atua como indicador de risco a remigração, apontaram para um comportamento diferenciado entre os migrantes de retorno, seja entre os migrantes recentes, seja no total de migrantes do fluxo. Os retornados recentes inseriram-se em um maior número de famílias extensas e compostas, indicando a existência de uma maior rede de solidariedade doméstica, ou seja, uma rede de parentesco e amizades, que provavelmente se estabeleceu no conjunto do movimento de retorno a Pernambuco. Alguns elementos constituíram-se referência para a reversibilidade do movimento migratório, enquanto outros tornaram clara a propensão à remigração ou à circularidade, em face da prática de "ir e vir" de famílias inteiras ou de parte dos seus membros, estabelecida há décadas, ligando a "residência base" em Pernambuco e a residência em São Paulo, e tornando empírica a noção de "espaço de vida" de COUGEAU (1990).

Como afirmam alguns estudiosos - entre os quais MASSEY, ALARCON, DURAND e GONZÁLES (1987), TILLY (1990), PORTES (1995), ROCHA-TRINDADE (1995), GIUSTI & CALVELO (1998), BATISTA (1998), entre outros - as redes sociais fornecem apoio psicológico e material para os migrantes, encaminhando-os ao emprego, intermediando as comunicações e fazendo uma ponte entre as pessoas envolvidas. A ajuda mútua apresenta-se como um dos aspectos mais importantes nas redes migratórias. Paradoxalmente, o movimento de retorno é reforçado pelos laços estabelecidos entre o lugar de origem e de destino, o que facilita a migração em ambos os sentidos.

Na análise sobre a idade calculada no momento da migração, constatou-se uma grande proporção de crianças e de adultos jovens, nos fluxos analisados. Essa condição, aliada à constatação da equivalência entre sexos no total do fluxo de retorno, também, em ambas as décadas, confirmaram uma migração de caráter familiar. O elevado número de crianças e, especialmente, de adultos jovens, contribuiu para uma elevada carga dos membros sobre os chefes de família, estabelecendo, também, uma elevada razão de dependência econômica desses membros em relação aos chefes, que, certamente, influenciaram na decisão de migrar. Tal evidência levou a um aprofundamento da questão, no contexto deste trabalho, quanto aos efeitos diretos e indiretos da migração de retorno, enfocados a partir da metodologia desenvolvida por RIBEIRO (1997). Os resultados encontrados, por sua vez, relativizaram as afirmações das teorias de seletividade migratória, que identificaram proporções maiores de migrantes masculinos entre aqueles que migraram a distâncias mais longas.

Os diferenciais migratórios das famílias retornadas a Pernambuco foram expressos neste estudo a partir do perfil sócio-econômico-demográfico dos chefes de família, considerando estes como representantes privilegiados do grupo familiar para uma análise da inserção dos retornados na sua UF de nascimento. É importante ressaltar que o destaque do chefe de família para a análise do grupo doméstico nas redes migratórias constituiu-se, também, em um recurso operacional adotado na pesquisa, uma vez que os dados censitários só disponibilizam informações sobre os chefes de família.

Sendo considerado o indicador mais estável no contexto das variáveis sócio-econômicas, o nível educacional, visto através da alfabetização e do grau da última série concluída com aprovação, foi selecionado como o mais adequado para caracterizar a condição sócio-demográfica dos chefes de família migrantes de retorno, admitindo-se que seus deslocamentos estariam relacionados com as perspectivas de melhoria de vida da família.

Os chefes de família migrantes de retorno apresentaram uma posição mais desfavorável, quando comparados àqueles que emigraram, no que diz respeito ao nível educacional, o que permitiu algumas reflexões. O fato de os migrantes como um todo retornarem com o nível educacional inferior àqueles que emigraram, especialmente na fase de "formação" da família (15 a 35 anos), pode indicar a redução de oportunidades de trabalho em São Paulo, que, provavelmente, penalizou aqueles com menor nível educacional e, portanto, menor qualificação profissional. Diante disso, o condicionamento de outros fatores - a exemplo da força dos laços familiares e/ou da própria dinâmica econômica de espaços pernambucanos, como a RD do Agreste Central - provavelmente se constituíram em elementos de atração dos retornados.

Observou-se, por outro lado, que os chefes retornados situaram-se numa posição mais favorável, em termos de nível educacional, do que os que emigraram, nas faixas etárias acima de 35 anos, sugerindo que os pernambucanos migrantes de maior idade em uma área de melhor infraestrutura educacional eram induzidos a ampliar a sua capacidade profissional para competir no mercado de trabalho. Em relação à população não-migrante, o nível educacional dos migrantes de retorno se apresentou superior, o que pode ser explicado pela concentração da maioria dos retornados com grau de escolaridade de até o 1º grau completo.

De um modo geral, observou-se uma melhoria no nível educacional dos migrantes - emigrantes e migrantes de retorno - de uma década para outra, confirmando a compreensão de CUNHA

e DEDECCA (2002) de que há uma tendência nacional brasileira de melhorar as condições educacionais da população através da sucessão de gerações.

A inserção dos chefes de família retornados no mercado de trabalho mostrou-se elevada no local de destino do retorno, sendo relativamente poucos aqueles que procuravam trabalho no momento do Censo de 1991. A taxa de participação no mercado de trabalho entre os chefes de família retornados apresentou-se menor que entre os emigrantes pernambucanos fixados em São Paulo, porém, mostrou-se maior do que os não-migrantes. Contudo, a taxa de desemprego aberto foi maior para os retornados, com exceção daqueles que retornaram para a RD do Agreste Central, o que de certa forma confirma a dinamicidade econômica na região, expressa pela sua condição de absorver no mercado de trabalho os migrantes retornados.

A inserção predominante dos chefes de família retornados no âmbito do setor terciário repercutiu, principalmente, nas regiões do agreste e do sertão pernambucano selecionadas, onde predomina a atividade agropecuária. Por outro lado, a destacada inserção dos chefes de família retornados no setor industrial revelou uma capacitação desses retornados na sua trajetória migratória, confirmada pela significativa inserção dos chefes emigrantes pernambucanos no setor industrial de São Paulo, na década de 80. É importante destacar, contudo, que o setor agropecuário absorveu quase 30% dos retornados para a região sertaneja e a proporção de trabalhadores por conta própria nesta região somou quase metade dos chefes de família migrantes de retorno, levando a crer que parte desses chefes devem ter se inserido na produção agrícola familiar.

Um outro aspecto importante a considerar é que os emigrantes pernambucanos em São Paulo auferiram, na década de 80, renda superior aos migrantes de retorno, mensurando-se esta renda em valores de salário mínimo. Faz-se, contudo, a ressalva que a comparação estabelecida requer certa relativização, uma vez que o salário mínimo expressa poder de compra distinto nas UFs analisadas e nas regiões selecionadas para o estudo. Mesmo assim, o melhor nível de renda dos emigrantes pernambucanos sediados em São Paulo pode ser afirmado, por um lado, pela prática de remessa de dinheiro dos emigrantes para os seus familiares não-migrantes, como relata SCOTT (1984), e, por outro lado, pela continuidade e realimentação do fluxo migratório que deixa Pernambuco, atraído pelas oportunidades de trabalho e renda em São Paulo.

Os retornados, por sua vez, apresentaram uma condição de rendimento inferior aos que não migraram, o que pode ser explicado pela concentração dos migrantes no nível de escolaridade de até

o 1º grau completo. Pode, também, refletir a condição de sub-emprego a que esses migrantes submetem-se, como destacam CUNHA E DEDECCA (2000), ou, também, pode expressar as condições desfavoráveis do trabalho por conta própria, predominante entre os chefes de família migrantes de retorno.

A grande maioria das famílias retornadas a Pernambuco o fizeram na fase inicial do ciclo vital, ou seja, na fase de “formação” da família, predominando entre essas as famílias nucleares. Isto pode ser um forte indicador de que a redução das oportunidades de trabalho, bem como a redução da capacidade de retenção dessa mão de obra migrante em São Paulo mostraram-se como condicionantes prováveis da migração de retorno dos pernambucanos, mais do que a possível atratividade das oportunidades de trabalho emergentes em Pernambuco.

Para responder a questão central que o trabalho propõe-se a elucidar – o caráter de circularidade ou reversibilidade do movimento de retorno do fluxo migratório PE-SP-PE – somou-se aos aspectos até então abordados o aprofundamento da análise acerca do tempo de permanência do migrante no local de destino e da sua idade no momento da migração. Partiu-se da hipótese que a concentração dos migrantes no menor tempo de permanência no destino – seja da emigração, seja da migração de retorno – pode ser indícios de uma maior circularidade do fluxo migratório estabelecido entre os estados de Pernambuco e São Paulo.

Constatou-se, no conjunto do fluxo PE-SP-PE, em ambas as décadas analisadas, a concentração de emigrantes e de migrantes de retorno com permanência de até 1 ano na UF de destino, o que levaria a uma confirmação da hipótese de maior circularidade do fluxo migratório. Contudo, entre as décadas em foco, observou-se, também, para o conjunto do estado pernambucano, um envelhecimento do fluxo de retorno, aliado a uma maior permanência do retornado na UF de nascimento, o que apontou para uma tendência de reversibilidade do movimento de retorno. Isto tornou claro que, dificilmente o aumento da migração de retorno a Pernambuco seria explicado pela participação predominante de recém-chegados. Ao contrário, os dados demonstraram que esse fluxo de retorno foi acrescido por migrantes já sediados em São Paulo, que decidiram retornar.

Aprofundando a questão para as regiões pernambucanas selecionadas no contexto do estudo, observou-se que a MR/RD Metropolitana, concentrando um volume expressivo do fluxo migratório PE-SP-PE, manteve comportamento aproximado à média estadual, em grande parte dos aspectos abordados. Como tal, a hipótese de predominância de circularidade nessa região, também, não se

confirmou através dos dados tabulados dos Censos Demográficos. Ao contrário, os indícios de reversibilidade do movimento de retorno apontaram para a importância desse processo no contexto metropolitano.

Quanto à RD Agreste Central, observou-se uma mudança no perfil do fluxo migratório de retorno, entre as décadas de 70 e 80. Constatou-se, em ambas as décadas analisadas, uma concentração dos emigrantes com menor tempo de permanência no local de destino, o que parecia indicar uma maior propensão a remigração, a qual alimentaria o fluxo do "ir e vir". Já na década de 80, esta região agrestina apresentou-se mais expressiva entre as demais regiões selecionadas, quanto ao envelhecimento do fluxo de retorno, aliado a uma maior permanência do retornado na UF de nascimento, o que, por sua vez, apontou para uma tendência de reversibilidade do fluxo migratório. O caráter de circularidade, destacado no fluxo migratório estabelecido entre essa região e o estado de São Paulo, nos anos 70, reduziu-se, assim, na década seguinte, ao mesmo tempo em que se ampliou o potencial de reversibilidade desse fluxo.

O que tudo indica é que a diversificação das atividades econômicas que se vêm se expandindo, a partir dos anos 70, atraiu os retornados que empreenderam esse movimento de "ir e vir", alimentado por redes sociais que ligaram núcleos dinâmicos dessa região do Agreste pernambucano com a Região Metropolitana de São Paulo. A consolidação dessas atividades na RD Agreste Central, na década de 80, por outro lado, influenciou provavelmente o comportamento do fluxo migratório que afluíu para a região, ampliando o número daqueles que retornaram para fixar residência.

Já a RD Pajeú-Moxotó apresentou, também, indícios dos dois processos instalados nos fluxos migratórios – a circularidade e a reversibilidade do movimento de retorno. Ao lado da RD agrestina, essa região destacou-se na concentração de emigrantes com menor tempo de permanência em São Paulo, mas, também, foi a região que, no contexto pernambucano, concentrou a maior proporção de retornados com menor tempo de residência na UF de nascimento, evidenciando o potencial de circularidade do seu fluxo migratório. Na década de 80, a RD Sertão do Pajeú-Moxotó, ao contrário das demais regiões selecionadas, apresentou um fluxo tanto mais rejuvenecido quanto maior foi o tempo de permanência na região, reafirmando o caráter de circularidade desse fluxo. Essa maior propensão à circularidade apresentada pela região sertaneja não excluiu a propensão à reversibilidade de parte de seu fluxo migratório.

A falta de dinamismo econômico da região, diferentemente da região agrestina selecionada, não justifica esse volume de retornados para a região sertaneja, o que, de um lado, aponta para uma explicação pautada na redução das oportunidades de trabalho e para a ampliação das dificuldades de sobrevivência em São Paulo, e, de outro lado, sugere a importância dos laços afetivos e das redes estabelecidas nos fluxos migratórios de retorno.

Embora tenham sido encontrados indícios do aumento da reemigração e, portanto, da circularidade de migrantes, em proporções distintas para o conjunto do estado e para as suas regiões, não se encontrou sustentação empírica, a partir dos dados censitários, para se afirmar que tal fenômeno pudesse justificar o importante aumento da migração de retorno, no total do fluxo migratório PE-SP-PE e nos fluxos estabelecidos entre São Paulo e as regiões de desenvolvimento selecionadas neste estudo. Apesar de os indícios do movimento de "ir e vir" terem sido expressivos no fluxo migratório analisado, especialmente naquele que se destinou à RD Pajeú-Moxotó, o que se pode concluir é que, para muitos, o retorno não implicou necessariamente a perspectiva de tornar a emigrar para São Paulo, caracterizando a reversibilidade do movimento de retorno, inclusive para a RD Agreste Central, para onde afluíu o maior volume de retornados.

Por fim, é importante ressaltar que, abordar as questões postas neste trabalho, a partir dos dados censitários, tornam claras as limitações desses dados para elucidar a complexidade dos processos que os fluxos migratórios de retorno envolvem, especialmente se há a pretensão de abordá-los na perspectiva das redes sociais. Por outro lado, é importante ressaltar a importância de mensurar a magnitude dos fluxos migratórios de retorno, através dos diversos indicadores e variáveis demográficas, traçando um panorama do comportamento desses fluxos no conjunto e nas regiões das UFs analisadas, onde esses fluxos predominam, buscando identificar os indícios de redes sociais estabelecidas entre os dois pólos da trajetória dos migrantes – a origem e o destino.

O retorno ao texto estaria incompleto, se não fosse possível visualizar, como afirma SCOTT (1986), uma reintegração desses migrantes às redes de amizade e de parentesco; se não fosse possível saber que o migrante de retorno nordestino sempre terá redes de relações consolidadas, nas quais ele possa retomar uma posição que deixou atrás quando partiu. E, por fim, careceria de uma posição conclusiva, se não fosse mencionado aquilo que os dados censitários sugerem: a "asa branca" está retornando.

BIBLIOGRAFIA

AB SAABER, A. N.

1992 *Os Sertões: A originalidade da Terra* in **Ciência Hoje Especial: Eco-Brasil**. São Paulo: SBPC: Editora Block.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz

1990 *Paraibas e Bahianos: órfão de campo, filhos legítimos da cidade* in **Revista Travessia: Revista do Migrante** São Paulo. Publicação do CEM, ano III, n.º 8, set-dez.

AMARAL, Ana Elizabeth P. & NOGUEIRA, Ronidalva .A.M.

1993 **A Volta da Asa Branca: Um Estudo sobre migração de Retorno a Pernambuco**. Recife. FUNDAJ/FACEPE.

ANDRADE, Manuel Correia de

1998 **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6. ed. - Recife: Editora Universitária da UFPE.

1980 **Dinâmica das Microrregiões de intensa atividade migratória**. Recife: SUDENE/UFPE, V.3.

1979 **Recife, problemática de uma metrópole de uma região subdesenvolvida**. Recife: UFPE

ANDRADE, Thompson A., SANTOS, Angela M.S.P. & SERRA, Rodrigo V.

2000 *Fluxos Migratórios nas Cidades Médias e Regiões Metropolitanas Brasileiras: A experiência do período 1980-96* in **Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades**. CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de

2000a *A "questão regional" e a "questão nordestina"* in TAVARES, Mª Conceição (org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo. P.71-92

2000b **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Editora Revan: Fase, 2000. 392 p.

ARÉVALO, Jorge V.

1985 **Problemas de la Medicion de la Migracion Interna**. Buenos Aires, INDEC/CELADE

1983 **La Definición de Migración**. Buenos Aires, CELADE

BAENINGER, Rosana

2000a *São Paulo no Contexto dos Movimentos Migratórios Interestaduais* in HOGAN, Daniel Joseph et al (orgs.) **Migração e Ambiente em São Paulo: Aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO p. 127-169.

2000b *Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores na Dinâmica Migratória Paulista* in HOGAN, Daniel Joseph et al (orgs.) **Migração e Ambiente em São Paulo: Aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO p. 173-229.

2000c *Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90* in **Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades**. CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

1999 **Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes – Brasil, 1980-1996**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado em Demografia.

1997 *Cenário Migratório Recente: O que a PRAD revela* in PATARRA, N., BAENINGER, R, BÓGUS, L.M. & JANNUZZI, P. (orgs.) **Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana. São Paulo 1980-1993**. Campinas, SP: UNICAMP.IE. p. 53-74.

- 1996 **Redistribuição Espacial da População: Características e Tendências do Caso Brasileiro.** Santiago do Chile. CELADE/FNUAP.
- BAENINGER, Rosana & Gonçalves, Renata F.P.
2000 *Novas Espacialidades no Processo de Urbanização: A Região Metropolitana de Campinas* in **Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades.** CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho
1998 **Nas Terras do "Deus-Dará": Nordestinos e suas redes sociais em São Paulo.** São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.
- BERQUÓ, Elza & OLIVEIRA, Maria Coleta.
1988 **A Família no Brasil: Análise Demográfica e Tendências Recentes.** São Paulo. ANPOCS.
- BICALHO, A.M. & SCOTT, W. H. Transformações na Vida Sertaneja: a irrigação do Rio São Francisco. In **Revista Pernambucana de Desenvolvimento.** Recife 6 (11): 75-110. Jan-Jun.
- BILAC, Elizabete Dória
1997 *Arranjos Domésticos e Condição Migratória* in PATARRA, N., BAENINGER, R., BÓGUS, L.M. & JANNUZZI, P. (orgs.) **Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana. São Paulo 1980-1993.** Campinas, SP: UNICAMP.IE. p. 177-268.
- BOISSEVAIN, Jeremy
1974 **Friends of friends: Network, manipulators and coalition.** New York: St. Martin's Press.
- BRANCO, Adélia de Melo
2000 **Luta e visibilidade numa situação de desastre.** João Pessoa, UFPB. Editora Universitária.
- BRANCO, Adélia de M. & VAINSENER, Semira A.
2001 *Distante do Éden: As condições de trabalho das migrantes na Região do São Francisco* in **Revista Travessia: Revista do Migrante.** São Paulo. Publicação do CEM, ano XIV, n.º 41, set-dez.
- BRITO, Fausto
2000 *Brasil, Final de Século: A transição para um novo padrão migratório?* in **Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades.** CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- 1999 *Minas e o Nordeste: Perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho* in **Anais do II Encontro Nacional de Migração.** Ouro Preto, MG: ABEP/GT Migração - CEDEPLAR/UFMG
- CAIADO, Aurílio Sérgio Costa
2000 *A Economia Paulista nos Anos 90* in HOGAN, Daniel Joseph et al (orgs.) **Migração e Ambiente em São Paulo: Aspectos relevantes da dinâmica recente.** Campinas, SP: UNICAMP/NEPO p. 233-272.
- 1997 *Metrópoles, cidades médias e pequenos municípios paulistas: Estudo comparativo da qualidade da vida e dinâmica sócio-espacial* in PATARRA, N., BAENINGER, R., BÓGUS, L.M. & JANNUZZI, P. (orgs.) **Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana. São Paulo 1980-1993.** Campinas, SP: UNICAMP.IE. p. 115-152.
- CALMON, JORGE
1998 **As Estradas Corriam para o Sul: Migração Nordestina para São Paulo.** Salvador: EGBA, 240p.
- CAMARANO, Ana Amélia, MOREIRA, Morvan & ALBUQUERQUE, Sheilla e outros
1982 **Informações Demográficas de Pernambuco: Distribuição espacial da população pernambucana 1940-1980.** Recife: FIDEPE.
- CAMARANO, Ana Amélia & BELTRÃO, Kaizô Iwakami
2000 **Distribuição Espacial da População Brasileira: Mudanças na segunda metade deste século.** Texto para Discussão n.º 766. Rio de Janeiro: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

- CAMARANO, Ana Amélia, BELTRÃO, Kaisô I., ARAÚJO, Herton E. & MEDEIROS, Marcelo
 2000 *Dinâmica Demográfica da Região Nordeste* in PATARRA, N. & PACHECO, C.A. (orgs.) *Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP / IE. p. 153-216.
- CANO, Wilson
 1995 **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem Internacional**. 4.ed. ampl. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP. 202 p. .
 1995 **Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil** in *O Novo Brasil Urbano: Impasses / Dilemas / Perspectivas*, Maria Flora Gonçalves (org.). – Porto Alegre: Mercado Aberto.
 1998 **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930 – 1995**. 2. ed. Ver. Aum. – Campinas, SP: UNICAMP. IE. 421 p..
- CARVALHO, Inaiá Maria M. de
 1987 **O Nordeste e o Regime Autoritário: discurso e prática do Planejamento Regional**. SÃO PAULO: HUCITEC; [s.1.]: SUDENE. 359 p.
- CARVALHO, José Alberto M.
 1999 **O Significado das Matrizes de Migrantes de Última Etapa, de Migrantes de Data Fixa e da Matrix-diferença entre Migrantes de Última Etapa e de Data Fixa** in *Anais do II Encontro Nacional de Migração*. ABEP – GT de Migração e CEDEPLAR – UFMG. Ouro Preto, MG.
 1985 **Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes** in *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, v. 2, n.º 1, p.31-73, jan-jun.
 1982 **Migrações Internas: Mensuração Direta e Indireta**. in *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, 43(171): 549-583.jul/set.
- CARVALHO, José Alberto M. & MACHADO, Cláudio Caetano
 1992 **Quesito sobre migrações no Censo Demográfico de 1991** in *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 9, nº 1, jan-jun.
- CARVALHO, José Alberto M. & FERNANDES, Fernando
 s/d **Estimativa de Saldos Migratórios e Taxas Líquidas de Migração das Unidades da Federação e Grandes Regiões do Brasil, por Sexo, Idade e Setores Rural e Urbano. 1960-70 e 1970-80**. Belo Horizonte, CEDEPAR.
- CARVALHO, José Alberto & RIGOTTI, José Irineu
 1997 **Análise das metodologias de mensuração das migrações** in *Anais do I Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba, ABEP/GT Migração, IPARDES - CNPq. p. 367 - 377
- CARVALHO, José Alberto, SAWYER, Diana, HORTA, Cláudia e ARAÚJO, Maria Bernadette
 1999 **Tipologia dos Imigrantes e Emigrantes interestaduais segundo o Censo Demográfico de 1991, tomando-se como referência o Estado de Minas Gerais** in *II Encontro Nacional de Migração*. ABEP – GT de Migração e CEDEPLAR – UFMG. Ouro Preto, MG.
- CASTELLS, Manuel
 1999 **A Sociedade em Rede**. São Paulo. Editora Paz e Terra, Vol.1, 2ª edição
- CAVALCANTI, Helenilda
 1999 **Imaginário Social e Práticas de Saída da Pobreza: O Povoado de São Severino “dos macacos”**. São Paulo. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Psicologia Social.
- CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS
 1986 **Migrações no Brasil: O peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Edições Paulinas
- COURGEAU, Daniel
 1990 **Nuevos Enfoques para Medir La Movilidad Espacial Interna de La Población**. Santiago. CELADE.

- 1988 **Méthodes de Mesure de La Mobilité Spaciale. Migrations internes, mobilité temporaire, navettes.** Paris. Éditions de LINED.
- CUNHA, Aparecido Soares da
2000 **Migração de Retorno no Contexto de Crises, Mudanças e novos desafios in Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades.** CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- CUNHA, José Marcos P.
1998 **(Des)Continuidade no Padrão Demográfico do Fluxo São Paulo/Bahia no Período 1970/1991: Qual o Efeito da Crise?** In **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.** Caxambu
1997 **População e Mobilidade Espacial: Características e transformações dos fluxos migratórios nas regiões paulistas** in PATARRA, N., BAENINGER, R., BÓGUS, L.M. & JANNUZZI, P. (orgs.) **Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana. São Paulo 1980-1993.** Campinas, SP: UNICAMP.IE. p. 75-95.
1997 **Os Movimentos Migratórios No Centro-Oeste Na Década de 80** in **Anais do I Encontro Nacional sobre Migração.** Curitiba, ABEP/GT Migração, IPARDES - CNPq. p. 91-137
1996a **Mobilidade e Redistribuição Espacial da População no Estado de São Paulo: Características Recentes, Padrões e Impactos no Processo de Urbanização.** São Paulo. NEPO/CNPq.
1996b **A Mobilidade Intra-Regional no Contexto das mudanças no Padrão Migratório Nacional : O Caso da Região Metropolitana de São Paulo** in **Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Caxambu.
1994 **Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo.** Campinas. UNICAMP/IFCH. Tese de Doutorado
1986 **Os Deslocamentos Populacionais da Década de 70 na Grande São Paulo: Um enfoque das correntes migratórias** in **Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Águas de São Pedro, SP: ABEP, p. 625-647.
- CUNHA, José Marcos P. & AZEVEDO, Marta Maria
1996 **Demographic and Social-Cultural Aspects of the Population Displacements in Brazil.** Indonésia. UNESCO.
-
- CUNHA, José Marcos P. & BAENINGER, Rosana
1999 **A migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças** in **II Encontro Nacional de Migração.** Ouro Preto: ABEP/CEDEPLAR.
- CUNHA, José Marcos, BAENINGER, Rosana, CARMO, Roberto & ANTICO, Cláudia
2000 **Dinâmica Migratória no Estado de São Paulo** in HOGAN, Daniel Joseph et al (orgs.) **Migração e Ambiente em São Paulo: Aspectos relevantes da dinâmica recente.** Campinas, SP: UNICAMP/NEPO p. 61-123.
- CUNHA, José Marcos P. & SILVEIRA, Fábila
1999 **Migração, Redes Sociais, Políticas Públicas e a Ocupação dos Espaços Metropolitanos Periféricos: O caso de Paulínia/São Paulo** in **Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades.** CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- CUNHA, José Marcos P. & DEDECCA, Cláudio Salvadori
2002 **Migração e Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos Anos 80: uma abordagem sem preconceitos,** CAMPINAS, SP; UNICAMP/NEPO
- DEDECCA, Cláudio Salvadori
2001 **Racionalização Econômica e trabalho no Capitalismo Avançado.** Campinas, SP: UNICAMP.IE. (Coleção Teses). 259 p. .
- DOMENACH, Hervé
1998 **Sobre la Migratología** in **Notas de Población.** Santiago do Chile. CELADE, n.º 67-68.

- DOMENACH, Hervé & PICOUE, M
1990 *El Caracter de Reversibilidad en el Estudio de la Migracion* in **Notas de Población**. Santiago do Chile. CELADE, n.º 49
- DORNELAS, Sidinei Marco
1995 *Migração de Retorno: O que é isso?* In **Revista Travessia**. São Paulo, Publicação CEM. Ano VIII, n. 22, maio-ago.
- DUARTE, Renato
1979 **Migration and Urban Poverty in Northeast Brasil**. Recife. UFPE/PIMES. Tese de Doutorado para a Universidade de Glasgow e Universidade Federal de Pernambuco.
- FERREIRA, Djalma José Araújo & CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira. *Ensina-se Paulista e o Paulista o que ensina ?* in
1999 **Simpósio Internacional de Migração: Nação, Lugar e Dinâmicas Territoriais**. São Paulo: USP/FFLCH/Departamento de Geografia
- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
2000 **Programa Governo nos Municípios. Regiões de Desenvolvimento**. Recife, FIDEM
- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO
1996 **Região Metropolitana do Recife: características, tendências e desafios sócio-econômicos**. Recife, FIDEM
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
1984 **Boletim da Amostra do Censo de 1980**. Rio de Janeiro: FIBGE
1996 **Documentação dos Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: FIBGE
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
1989 **Projeções de População das Microrregiões e dos Municípios do Nordeste. 1985-2000**. Recife, SUDENE.
- GIUSTI, Alejandro & CALVELO, Laura
1998 *En Búsqueda de una Medición de la Reversibilidad* in **II Congreso Europeo de Latinamericanistas**. Alemanha. Halle.
-
- GOLDANI, Ana Maria
s/d A Demografia Formal da Família: Técnicas e Dados Censitários in **Informe Demográfico**. São Paulo. SEADE, (17): 31-76.
- GRAHAM, Douglas & HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque
1984 **Migrações Internas no Brasil: 1872/1970**. São Paulo: USP/IPE
- GUNN, Philip
1995 *Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles ?* in **O Novo Brasil Urbano: Impasses / Dilemas / Perspectivas**, Maria Flora Gonçalves (org.). – Porto Alegre: Mercado Aberto.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo
1990 **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento do Brasil: Década de 70 e anos 80**. Relatório Final. Recife: FUNDAJ, mimeo.
1989 **Introdução à Formação Econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangan, 294 p.
- HARVEY, David
1992 **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Edições Loyola.
- HOGAN, Daniel (coord.), CARMO, R., TAVOLARO, S., PINTO, L., RODRIGUES, J., ALVES, H., RAQUEL, F.
2000 *Um Breve Perfil Ambiental do Estado de São Paulo* in HOGAN, Daniel Joseph et al (orgs.) **Migração e Ambiente em São Paulo: Aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO p. 275 a 381.

JANNUZZI, Paulo de M.

- 2001 **Indicadores Sociais no Brasil. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações.** Campinas, SP: Alínea Editora.
- 2000a *Modelos Alternativos para Projeção de Força de Trabalho: Dos condicionantes econômicos às taxas de atividade - Método e resultado para a Grande São Paulo em 2005* in **Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades.** CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- 2000b **Migração e Mobilidade Social. Migrantes no mercado de trabalho paulista.** Campinas, SP: Autores Associados.
- 1999 **A Mobilidade Espacial dos Migrantes em São Paulo entre 1980 e 1993. Uma análise através de Survey retrospectivo.** Brasília, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD – I e II Concurso Nacional de Monografias sobre População e Desenvolvimento.
- 1998 **Mobilidade Ocupacional e Social dos Migrantes no Estado de São Paulo: 1980-1993.** Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP-IFCH.

JATOBA, Jorge

- 1986 *Mercado de Trabalho e Crise: O caso do Nordeste. 1981-1983* in **Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Águas de São Pedro, SP: ABEP, p. 983-1001.

LEE, Everette S.

- 1965 *Teory on Migration Demmography* in **Population Studies Center, Sereies in Studies of Human Resources,** 1. 3 (1): 47-57, 1966. Trabalho apresentado na **Reunião Anual da Associação Histórica do Vale do Mississipi.** Kansas, 1965. Texto traduzido por Moura, H. Recife, BNB – ETENE.

LOPES, J.R.B.

- 1971 *Desarrollo Y Migraciones: Un enfoque histórico-histrutural* in **Migración y Desarrollo.** Buenos Ayres, Clacson, n.º 3. (Citado em PATARRA & RENNER, 1980)

LYRA, Maria Rejane B.

- 1998 *O Processo Migratório de Retorno: Pernambuco – São Paulo e Maranhão – Pará.* Trabalho apresentado ao **I Encontro Sobre População do Nordeste/Norte.** Recife. FUNDAJ.

LYRA, Maria Rejane B. & AZEVEDO, Marta

- 1997 *Migração e Cultura: Análise Preliminar de Dois Fluxos Migratórios PE-SP-PE e PR-RO-PR* in **Anais do I Encontro Nacional sobre Migração.** Curitiba, ABEP/GT Migração, IPARDES, CNPq. p. 367 - 377

MACIEL, Carlos.

- 1982 **Sugestões de Economia Educacional;** org. por Zaida Maria Costa Cavalcanti. Recife. Editora Massangana. 182 p.

MARTINE, George

- 1995 *A Evolução Espacial da População Brasileira* in AFFONSO, Rui de B.A. & SILVA, Pedro L.B. (orgs.) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP/UNESP. p. 62-91.
- 1994 **A Redistribuição Espacial da População Brasileira durante a Década de 80.** Texto para Discussão n.º 329. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- 1992 **Tendências Recentes de Redistribuição da População no Brasil: bases para a rediscussão da agenda Ambiental.** Brasília: FNUAP/ABC
- 1980 **Adaptação dos Migrantes ou Sobrevivência dos mais Fortes ?** in : Moura, H. (coord.) **Migrações Internas, Textos Seleccionados, Tomo 2,** Fortaleza

MARTINE, George & CAMARGO, L.

- 1984 *Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências recentes* in **Revista Estudos Populacionais.** Campinas, v.1, n.º ½, p. 99-143, jan-dez.

- MASSEY, Douglas, ALARCÓN, Rafael, DURAND, Jorge, GONZALES, Humberto
 1987 **Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico.** California. University of California Press, Ltd.
- MELO, Mário Lacerda de.
 1982 **Os Agrestes – estudos dos espaços nordestinos do sistema gado- policultura de uso dos recursos.** Recife: SUDENE.
- 1980 *Proletarização e Migração nas regiões canavieiras e agrestinas de Pernambuco* in MOURA, Hélio (org.) **Migração Interna: Textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, Tomo II, pp. 1073-1106.
- 1978 a **Metropolização e Subdesenvolvimento. O caso do Recife.** Recife: UFPE, 1978.
- 1978b **Regionalização Agrária do Nordeste.** Recife: SUDENE
- MENEZES, Marilda A.P.
 1993 **Da Paraíba p'ra São Paulo e de São Paulo p'ra Paraíba.** João Pessoa. UFPB. Mimeo. (Citado em Amaral & Nogueira, 1993)
- 1990 *Trabalho por conta própria: Sonho dos migrantes* in **Revista Travessia.** São Paulo. Publicação do CEM, ano III, n.º 8, set-dez.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR - MINTER
 1975 **Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e Educação entre Naturais e Migrantes – 1970.** Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Banco do Nordeste do Brasil S/A –BNB.
- 1976 **Migrações Inter e Intra-Regionais. 1960 / 1970.** Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE. Banco do Nordeste do Brasil S/A –BNB.
- MONTALI, LILIA
 1997 *Família, Trabalho e Migração* in PATARRA, N., BAENINGER, R, BÓGUS, L.M. & JANNUZZI, P. (orgs.) **Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana. São Paulo 1980-1993.** Campinas, SP: UNICAMP. IE. p. 261-318.
- MOREIRA, Morvan de Mello
 2000 **Determinantes Demográficas do Envelhecimento Brasileiro** in **Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades.** CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- 1995 **Evolução e Perspectivas da Dinâmica demográfica Brasileira: concentração populacional e migração in O Novo Brasil Urbano: Impasses / Dilemas / Perspectivas,** Maria Flora Gonçalves (org.). – Porto Alegre: Mercado Aberto. 31p.
- 1990 **Nordeste: Evolução da População e Questão Social** in **Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Caxambu: ABEP/CNPQ, v.2, p.397.
- MOREIRA, Morvan de M. e Moura, Hélio A. de
 2000 **Análise Demográfica da região Norte** in PATARRA, N. & PACHECO, C.A. (orgs.) **Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil.** Campinas, SP: UNICAMP / IE. P. 61-152
- MOURA, Hélio Augusto de
 1999 **A Migração Nordestina em Período Recente – 1981/1996** in **Cadernos de Estudos Sociais.** Recife, FUNDAJ, v.15, n.º 1, p.101-148, jan./jun.
- 1996 **Nordestinos vivem fenômeno da “migração de retorno” à Região** in **Jornal Diário de Pernambuco.** Reportagem de Ayrton Maciel. Recife.
- 1984 **A Identificação do Migrante de Retorno através da Informação Censitária** in **Seminário “Nordeste: Diferenciais Demográficos e seus Determinantes”.** Recife, ABEP / FUNDAJ

- 1982 *NORDESTE: Migrações Internas e Desequilíbrios Regionais* in *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*. Recife, 9 (2): 191-217, jul./dez.
- 1980 (org.) *Migração Interna: Textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, Tomo II, pp. 1073-1106.
- 1972 *As Variações Migratórias no Nordeste: 1940/1970* in *Revista Econômica*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Ano IV, n.º 14, out./dez. p. 20-47.
- MOURA, Hélio & SANTOS, Taís de Freitas
1986 *Dinâmica Demográfica Recente dos Estados e Microregiões do Nordeste. 1960/1980*. Recife. FUNDAJ/Editora Massangana.
- MOURA, Hélio & MELLO, Mário Lacerda
1990 *Migrações para Manaus*. Recife. FUNDAJ/Editora Massangana. 505p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
1997 **MANUAL de WinR+. REDATAM - Plus para Windows**. Versão 1.1. Recuperación de Datos para Áreas pequeñas por Microcomputador. Santiago, Chile. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE).
- PACHECO, Carlos Américo
1998 *Fragmentação da Nação*. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 291 p.
- 2000 *Desenvolvimento Regional, Dinâmica Econômica e População* in PATARRA, N. & PACHECO, C.A. (orgs.) *Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP / IE. P. 45-59.
- PACHECO, Carlos Américo & PATARRA, Neide
1997 *Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?* in PATARRA, N., BAENINGER, R., BÓGUS, L.M. & JANNUZZI, P. (orgs.) *Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana. São Paulo 1980-1993*. Campinas, SP: UNICAMP. IE. p. 25-52.
- PACHECO, Carlos A., PATARRA, Neide, CUNHA, J. Marcos, BAENINGER, Rosana, Negreiros, Rovená, Gonçalves, Mª Flora
2000 *Análise Demográfica do Estado de São Paulo* in PATARRA, N. & PACHECO, C.A. (orgs.) *Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP / IE. p. 351-444.
- PATARRA, Neide, BAENINGER, Rosana & CUNHA, José Marcos
2000 *Dinâmica Demográfica Recente e a Configuração de Novas Questões Populacionais* in PATARRA, N. & PACHECO, C.A. (orgs.) *Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP / IE. p. 1-44.
- PATARRA, Neide, PACHECO, Carlos Américo, CUNHA, José Marcos e BAENINGER, Rosana
1997 *Dinâmica Regional Recente: O Caso de São Paulo* in *Anais do I Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba, ABEP/GT Migração, IPARDES - CNPq. p. 31-65
- PATARRA, Neide L. & CUNHA, José Marcos P.
1987 *Migração: Um tema complexo* in *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo. 1(2):32-35, jul./set.
- PATARRA, Neide L. & RENNER, C.H.
1980 *A Explicação Social dos Fenômenos Demográficos: Migrações* in *Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo.
- PINTO, A.V.
1973 *Aspecto Social del Objeto de la Demografía* in *El Pensamiento Crítico en Demografía*. Santiago do Chile. CELADE
- PORTELA, T., BLOCH, D., CASTELLO BRANCO, T., AAMOT, D.
1994 *Projeto Viúva da Seca*. Recife, mimeo.

- PORTES, Alejandro
s/d *Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview in The Economic Sociology of Immigration. Ethnicity, and Entrepreneurship*. New York. Russel Sage Fundation
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
1996 **Recife – Projeto de cidade, prática de participação**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife.
- QUINTAS, Fátima
2000 **A Mulher e a Família no final do século XX**. Recife: FJN, Editora Massangana.240 p. .
- RAVENSTEIN, E.
1885 *The Laws of Migration* in *Journal of the Royal Statistical Society*, 47(pt.1): 167-227, jun. Recife, BNB-ETENE Texto traduzido por MOURA, H.
- RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara Torres
1995 **Família e Desafios na Sociedade Brasileira: Valores como um ângulo de análise**. Centro João XXIII. Edições Loyola. São Paulo, SP. 471p.
- RIBEIRO, José Teixeira L.
1997 **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro. 1970/1980 e 1981/1991**. Tese de Doutorado em Demografia. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR.
- RIBEIRO, José Teixeira L.; CARVALHO, José Alberto M.; WONG, Laura R.
1996a *Efeitos Demográficos da Migração de Retorno: uma proposta metodológica* in **Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. v.2, p.955**
1996b *Migração de Retorno: Algumas possibilidades de mensuração* in **Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu. v.2, p.973.**
- RIBEIRO, ROSA MARIA
1986 **Família Brasileira em Dados** in KALOUSTIAN, Silvio M. (org.) **Família Brasileira a Base de Tudo**. BRASÍLIA, DF: UNICEF P.133-158.
-
- RIGAMONTE, Rosani Cristina
1999 *A Praça Silvío Romero: A "Tradição"* in **Revista Travessia**. São Paulo. Centro de Estudos Migratórios. Ano XII, n.º 35, p.37-42, set./dez.
1997 **Sertanejos Contemporâneos: entre a metrópole e o sertão**. São Paulo. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado.
- ROCHA, SÔNIA
1994 **Crise e Mudanças na Cidade Brasileira: Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras** in RIBEIRO, Luiz César e SANTOS JÚNIOR, Luiz Alves dos (org.) **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. RIO DE JANEIRO, RJ: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA P.121-145.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz
1995 **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta.
- ROSANDISKI, Eliane
2000 *Panorama das Mudanças no Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 90* in **Brasil 500 Anos: Mudanças e Continuidades**. CAXAMBU, MG: ABEP, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- SALES, Teresa
1999 **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez.
1992 *Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa* in **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Brasília: ABEP

- 1989 **Migrações Inter-regionais nos anos 80. A não-política para os excluídos in São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação SEADE, 3 (3): 57-59, jul-set.
- 1982 **Agreste, Agrestes: Transformações Recentes na Agricultura Nordestinos.** São Paulo. Paz e Terra. Série Cadernos CEBRAP, n.º 36.
- SANTOS, Milton
1999 **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção.** São Paulo. Editora Hucitec. 3ª edição.
- SANTOS, Taís F.
1989 **Projeções da População de Pernambuco, Desagregadas por Microrregiões, até o ano 2000. Aplicações de Métodos Alternativos.** Recife. FUNDAJ.
- SAYAD, Abdelmalek
2000 **Retorno: Elemento constitutivo da condição do imigrante in Revista Travessia: Revista do Migrante.** São Paulo. Centro de Estudos Migratórios. Ano XIII, número especial, jan.
- SCHERER-WARREN, Ilse
1993 **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo. Edições Loyola. Centro João XXIII.
- SCHILLER, Nina GLICK; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina
1992 **Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered.** New York. The New York Academy of Ciencias.
- SCOTT, Russel Parry
1995 **Estratégias Familiares de Emigração e Retorno no Nordeste in Revista Travessia.** São Paulo, Publicação do CEM, ano VIII, n.º 22, maio-ago.
- 1993 **Unidades Domésticas e Migração: Algumas proposições sobre a organização doméstica de trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro in Cadernos CERU.** São Paulo. N.º 18, maio. (Citado por AMARAL & NOGUEIRA, 1993)
- 1986 **O Retorno ao Nordeste: refugio, família e reprodução in Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP.** São Paulo. Águas de São Pedro.
-
- 1984 **Migrações Interregionais e Estratégia Doméstica.** Recife, UFPE. Relatório de Pesquisa.
- SEVCENKO, Nicolau
1996 **Metrópole X Região X Nação X Mundo in O Novo Brasil Urbano: Impasses / Dilemas / Perspectivas,** Maria Flora Gonçalves (org.). – Porto Alegre: Mercado Aberto.
- SIMMONS, Alan B.
1991 **Explicando la Migracion en la Encrucijada in Estudios Demográficos Y Urbanos.** México. v.6, n.º 1, enero-abril. Artigo preparado para a Conferência de Chaire Quetelet, 1987.
- SIMÕES, C. (Coord.), VIANNA, M.C.S., OLIVEIRA, Z.L.
1980 **Migrações de retorno: Nordeste – 1974-1975 in Anais do Segundo Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** São Paulo. Águas de São Pedro.
- SINGER, Paul
1980 **Dinâmica Populacional e Desenvolvimento.** São Paulo. Editora Hucitec.
- 1977a **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo. Editora Nacional.
- 1977b **Emprego, Produção e Reprodução da Força de Trabalho in PATARRA & RENNER, Economia Política do trabalho.** São Paulo. Editora Hucitec.
- 1976 **Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo in Economia Política da Urbanização.** São Paulo. Brasiliense. CEBRAP. 3ª edição.

- 1973 *O Caráter Histórico das Migrações Internas in Economia Política da Urbanização.* São Paulo. CEBRAP.
- 1971 **Desenvolvimento e Mudança Social.** São Paulo. Editora Nacional.
- SINGH, Janardan P. e KUMAR, Dilip
1992 A Technical Note on Index of Migration Differentials. GENUS. Vol.XLVIII – n. 1-2
- SOUZA, Aldemir do Vale
2000 **Emprego no Nordeste. O papel da integração regional.** Recife: Editora Massangana.
- SOUZA, Maria Adélia A. de
1997 O Novo Brasil Urbano: integração ou fragmentação ? in **O Novo Brasil Urbano: Impasses / Dilemas / Perspectivas**, Maria Flora Gonçalves (org.). – Porto Alegre: Mercado Aberto.
- TARGINO, Ivan
1987 *Dependência Econômica Regional e Mobilidade Interregional do Trabalho: o caso do Nordeste* in **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza: BNB, vol.18, n. 3, p.405-425, jul/set.
- TEIXEIRA, Pery & LYRA, Maria Rejane
1994 **O Padrão Demográfico do Estado de Pernambuco.** Recife, FUNDAJ. Mimeo.
- TILLY, Charles
1990 *Transplanted Networks* In **Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politic.** New York. Oxford University Press.
- VAINER, Carlos B.
Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade ? **Novo Brasil Urbano: Impasses / Dilemas / Perspectivas**, Maria Flora Gonçalves (org.). – Porto Alegre: Mercado Aberto.
- VILLA, Marco Antônio
2000 **Vida e Morte no Sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** São Paulo: Editora Ática.
- WOOD, Charles H. & CARVALHO, José Alberto M.
1994 **A Demografia da Desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro: PNPE/IPEA.
- ZELINSK, Wilbur
S/d **The Impasse in Migration Theory: A Sketch Map for Potencial Escapees.** Pennsylvania: Pennsylvania State University/Department of Geografy.

CAPÍTULO 1:

ANEXO I.1 Relação das Variáveis Utilizadas no Trabalho de Tese

ANEXO I.2 Variáveis e Filtros Utilizados nas Condições Migratórias

CAPÍTULO 2:

TABELA II.1 População Residente, Taxa Média de Crescimento Geométrico (% ao ano) e Projeção da População Residente para o Meio do Período por Grandes Regiões e Estados Selecionados. 1970-2000.

TABELA II.2 Distribuição dos Migrantes das Grandes Regiões e das Unidades da Federação do Nordeste e São Paulo, com menos de 10 anos de Residência na UF Atual, segundo UFs de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Com Prorata. 1970-80

TABELA II.2.1 Distribuição dos Migrantes das Grandes Regiões e das Unidades da Federação do Nordeste e São Paulo, com menos de 10 anos de Residência na UF Atual, segundo UF's de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Sem Prorata. 1970-80

TABELA II.3 Distribuição dos Migrantes das Grandes Regiões e das Unidades da Federação do Nordeste e São Paulo, com menos de 10 anos de Residência na UF Atual, segundo UFs de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Com Prorata. 1981-91

TABELA II.4 Distribuição dos Emigrantes Naturais para as Unidades da Federação do Brasil ou Não-Naturais das UFs de Residência Atual, com menos de 10 anos de Residência nesta UF, segundo UFs de Nascimento (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Com Prorata. 1970-80

TABELA II.5 Distribuição dos Emigrantes Naturais para as Unidades da Federação do Brasil ou Não-Naturais das UFs de Residência Atual, com menos de 10 anos de Residência nesta UF, segundo UFs de Nascimento (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Com Prorata. 1981-91

TABELA II.6 Distribuição dos Migrantes de Retorno, com menos de 10 anos de Residência nas UFs Residência Atual, segundo as UFs de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Com Prorata. 1970-80

TABELA II.6.1 Distribuição dos Migrantes de Retorno, com menos de 10 anos de Residência nas UFs de Residência Atual, segundo as UFs de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Sem Prorata. 1970-80

TABELA II.7 Distribuição dos Migrantes de Retorno das UFs de Residência Atual, com menos de 10 anos de Residência nesta UF, segundo UFs de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Com Prorata. 1981-91

TABELA II.7.1 Distribuição dos Migrantes de Retorno das UFs de Residência Atual, com menos de 10 anos de Residência nesta UF, segundo UFs de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Sem Prorata. 1981-91

TABELA II.8 Distribuição dos Migrantes das Grandes Regiões e das Unidades da Federação e São Paulo, com menos de 10 anos de Residência na UF Atual, segundo UFs de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Sem Prorata. 1990-2000

TABELA II.9 Distribuição dos Migrantes de Retorno das Grandes Regiões e das Unidades da Federação e São Paulo, com menos de 10 anos de Residência na UF Atual, segundo UFs de Residência Anterior (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) – Sem Prorata. 1990-2000

TABELA II.10 Fluxos Migratórios mais Expressivos dos Retornados das UFs de Última Procedência para os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil). 1970-80 e 1981-91

CAPÍTULO 3:

TABELA III.1 Evolução da População Residente, Participação Relativa, Taxa Média de Crescimento Geométrico (% ao ano) e Área das Mesorregiões, Regiões de Desenvolvimento e Municípios do Estado de Pernambuco. 1970-2000.

TABELA III.2 Volume do Movimento Migratório Interestadual do Fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco por Mesorregiões, Regiões de Desenvolvimento e Municípios do Estado de Pernambuco. 1970-80 e 1981-91.

TABELA III.3 Indicadores do Movimento Migratório do Fluxo Pernambuco-São Paulo- Pernambuco por Mesorregiões, Regiões de Desenvolvimento e Municípios do Estado de Pernambuco. 1970-80 e 1981-91.

TABELA III.4 Migrantes de Retorno do Fluxo SP-PE, Percentagem da Migração de Retorno sobre o crescimento da População e sobre a Imigração, segundo as Mesorregiões, Regiões de Desenvolvimento e Municípios do Estado de Pernambuco. 1970-80 e 1981-91.

CAPÍTULO 4:

TABELA IV.1.1 Posição da Família com Relação ao Chefe dos Emigrantes Naturais da MR/RD Metro-SP, dos Retornados Totais, para a Origem e Não-Origem e a Carga da Família sobre o Chefe do Fluxo PE-SP-PE, segundo o Tempo de Residência na UF Atual. MR/RD Metropolitana. 1970-80 e 1981-91.

TABELA IV.1.2 Posição da Família com Relação ao Chefe dos Emigrantes Naturais da RD Agreste Central-SP, dos Retornados Totais, para a Origem e Não-Origem e a Carga da Família sobre o Chefe do Fluxo PE-SP-PE, segundo o Tempo de Residência na UF Atual. RD Agreste Central. 1970-80 e 1981-91.

TABELA IV.1.3 Posição da Família com Relação ao Chefe dos Emigrantes Naturais da RD Pajeú Moxotó-SP, dos Retornados Totais, para a Origem e Não-Origem e a Carga da Família sobre o Chefe do Fluxo PE-SP-PE, segundo o Tempo de Residência na UF Atual. RD Pajeú Moxotó. 1970-80 e 1981-91.

TABELA IV.2.1 Posição da Família com Relação ao Chefe dos Emigrantes Naturais de Pernambuco, dos Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. MR/RD Metropolitana. 1970-80 e 1981-91.

TABELA IV.2.2 Posição da Família com Relação ao Chefe dos Emigrantes Naturais de Pernambuco, dos Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. RD Agreste Central. 1970-80 e 1981-91.

TABELA IV.2.3 Posição da Família com Relação ao Chefe dos Emigrantes Naturais de Pernambuco, dos Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. RD Pajeú Moxotó. 1970-80 e 1981-91.

~~TABELA IV.3.1 Chefes de Família Emigrantes Naturais de Pernambuco, Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. MR/RD Metropolitana. 1970-80 e 1981-91.~~

TABELA IV.3.2 Chefes de Família Emigrantes Naturais de Pernambuco, Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. RD Agreste Central. 1970-80 e 1981-91.

TABELA IV.3.3 Chefes de Família Emigrantes Naturais de Pernambuco, Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. RD Pajeú Moxotó. 1970-80 e 1981-91.

CAPÍTULO 5:

TABELA V.1 Emigrantes Naturais de Pernambuco, Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. MR/RD Metropolitana. 1970-80 e 1981-91.

TABELA V.2 Emigrantes Naturais de Pernambuco, Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. RD Agreste Central. 1970-80 e 1981-91.

TABELA V.3 Emigrantes Naturais de Pernambuco, Migrantes de Retorno Totais, para a Origem e Não-Origem do Fluxo PE-SP-PE, com até 5 Anos de Residência na UF Atual, por Faixa Etária no Momento da Migração. RD Pajeú Moxotó. 1970-80 e 1981-91.

ANEXO I.1

RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO TRABALHO DE TESE

CENSO DEMOGRAFICO DE 1980			CENSO DEMOGRAFICO DE 1991		
UF	UF-questionário = VAR.118 UF-anterior = 588 ?	UF-nascimento VAR.512 (1)	UF-questionário= UF-anterior =	VAR.1101 VAR.0319	UF-nascimento VAR. 0316 (2)
	pessoa.ufant8pe	pessoa.miufnasc		pessoa.mianteu	pessoa.miufpais
NORTE			NORTE		
Rondônia	11	1	Rondônia	11	01
Acre	12	2	Acre	12	02
Amazonas	13	3	Amazonas	13	03
Roraima	14	4	Roraima	14	04
Pará	15	5	Pará	15	05
Amapá	16	6	Amapá	16	06
NORDESTE			NORDESTE		
Maranhão	21	7	Maranhão	21	08
Piauí	22	8	Piauí	22	09
Ceará	23	9	Ceará	23	10
Rio Grande do Norte	24	10	Rio G.do Norte	24	11
Paraíba	25	11	Paraíba	25	12
Pernambuco	20 + 26	14 + 12	Pernambuco	26	13
Alagoas	27	13	Alagoas	27	14
Sergipe	28	15	Sergipe	28	15
Bahia	29	16	Bahia	29	16
SUDESTE			SUDESTE		
Minas Gerais	31	17	Minas Gerais	31	17
Espirito Santo	32	18	Espirito Santo	32	18
Rio de Janeiro	33	19	Rio de Janeiro	33	19
São Paulo	35	20	São Paulo	35	20
SUL			SUL		
Paraná	41	21	Paraná	41	21
Sta.Catarina	42	22	Sta.Catarina	42	22
Rio Grande do Sul	43	23	R.G.do Sul	43	23
C. OESTE			C. OESTE		
Mato Grosso do Sul	50	24	Mato G.do Sul	50	24
Mato Grosso	51	25	Mato Grosso	51	25
Goiás	52	26	Goiás	17 + 52	07 + 26
Distrito Federal	53	27	Distrito Federal	53	27

OBSERVAÇÃO: Duas UF's geográficas (de residência- atual e anterior) foram somadas a outras para efeito de comparação:

1. Fernando de Noronha (cód. 20 na VAR.118 e cód.14 na VAR.512) foi somado ao Estado de Pernambuco em 1970-80

2. Tocantins (cód. 17 na VAR. 1101 e cód.e cód.07 na VAR. 0316) foi somado a Goiás em 1980-91

NOME DAS VARIÁVEIS NO REDATAM:

Foram definidas as variáveis do questionário ou geográficas (UF anterior) como expressão de:

pessoa.miantemu / 10000 e salvas com nomes diferentes em cada workspace, por exemplo, pessoa.ufant8pe (PE1980);

pessoa.ufant8sp (SP 1980) ; pessoa.ufant9pe (PE1991); pessoa.ufant9sp (SP1991)

NOTA: A variável pessoa.miufpais do Censo de 1991 só está respondida para as pessoas recenseadas fora do município de nascimento.

Por esta razão alterou-se a sua faixa para mínimo 0 e máximo 99 . Desta forma, aparecem os que "nasceram neste município mas já morou em outro" (código 2 da variável 314)

CHAMADAS: (1) pessoa.miufnasc e (2) pessoa.miufpais

Nasceu neste município	VAR.513 pessoa.minascmu	VAR.314 Nasceu neste Município pessoa.minascmu
	1 Sim	1 Sim, e sempre morou neste
	8 Não	2 Sim, mas já morou em outro
		3 Não nasceu

CENSO DEMOGRAFICO DE 1980			CENSO DEMOGRAFICO DE 1991		
Tempo Resid.UF atual = VAR. 516 (pessoa.mitempuf)			Anos em q.mora UF atual=VAR. 0317 (pessoa.mianmouf)		
Tempo Resid.mun.atual =VAR. 517(pessoa.mitempmu)			Anos em q.mora municipio =VAR. 0318 (pessoa.mianmomu)		
0	< 1 ano		0	< 1 ano	
1	1 ano		1	1 ano	
2	2 anos		2	2 anos	
3	3 anos		3	3 anos	
4	4 anos		4	4 anos	
5	5 anos		5	5 anos	
6	6 a 9 anos		6	6 anos	
7	10 anos e mais		7	7 anos	
8	nasceu,e sempre morou na UF		8	8 anos	
9	s/ decl.		9	9 anos	
			10	10 anos	(faixa de 0-99 anos)
OBS. Em 1991: Verificar se o range da var.0317 anos em que mora na UF! Se vai de 0-99, pois está até 98 no dicionário do Redatam. No código 99 entram todas as pessoas que sempre moraram no município, por isso tem que editar a variável p/mexer no range:0 - 99					
			Unidade da Federação e Município que morava em 01/09/1986		
			VAR 0321		
			VAR 3191 (incluir a VAR 0319)		
			VAR 3211 (incluir a VAR 0321)		
Sexo	VAR 501	pessoa.sexo	Sexo	VAR.0301	pessoa.sexo
	1	Homem		1	Homem
	3	Mulher		2	Mulher
Idade Calculada em anos	VAR. 561	pessoa.idadeano	Idade (em anos completo)	VAR. 3072	pessoa.idadeano
	0	0 ano		0	0 ano
	1	1 ano		1	1 ano
	2	2 anos		2	2 anos
	3	3 anos		3	3 anos
		Faixa:0-999anos			Faixa:0-130 anos
Neste Município morou	VAR 514	pessoa.mimuzozn	Morou Neste Município	VAR 0312	pessoa.mimuzozn
Só zona Urbana	2		1		Só zona urbana
Só Zona Rural	4		2		Só Zzona rural
Nas Z.Urbanas e Rura	6		3		Nas Zonas urbanas e rurais
S/Declaração	9				
Município morava anteriormente	VAR 515	pessoa.miantezn	Situação do município de residência anterior (declarado em 319)	VAR 0312	pessoa.miantezn
	1			1	
	3			2	
	8			9	Ignorado
	9				
			Duração da Situação conjugal atual da pessoa	VAR. 3341	pessoa.scdurasc
				0	
				1	
					Faixa: 0 - 99 anos
			Espécie de Família	VAR. 2011	familia.espfam
Não há correspondente !				1	Nuclear
				2	Estendida
				3	Composta
				4	Unipessoal

CENSO DEMOGRAFICO DE 1980		CENSO DEMOGRAFICO DE 1991	
Relação com o chefe da família		Condição na Família (parentesco c/ chefe da família)	
VAR. 504	pessoa.parenfam	VAR. 0303	pessoa.parenfam
0	Individual	01	Chefe
1	Chefe	02	Cônjuge
2	Conjuge	03	Filho(a)
3	Filho/enteado	04	Enteado(a)
4	Pais/sogros	05	Pai ou mãe
5	Genro/nora/outro	06	Sogro(a)
6	Agregado	07	Avô (ó) ou Bisavô (ó)
7	Hóspede/pensionista	08	Neto (a) ou Bisneto (a)
8	Empregado doméstico	09	Genro ou Nora
9	Parente Empregado	10	Irmão ou Irmã
		11	Cunhado (a)
		12	Outros Parentes
		13	Agregado (a)
		14	Pensionista
		15	Empregado(a) Doméstico (a)
		20	Individual
Família a que pertence		Tipo de Família (Família a que pertence)	
VAR. 505	pessoa.familia	VAR. 0304	FAMILIA_FAMILIA
0	Única	1	Única
1	1ª Convivente	2	Domicílio Coletivo
2	2ª Convivente	3	1ª Família Convivente
3	3ª Convivente	4	2ª Família Convivente
4	Domic.Coletivo	5	3ª Família Convivente
5	Individual	6	4ª Família Convivente
		7	5ª Família Convivente
Sabe Ler e Escrever		Alfabetização (sabe ler e escrever)	
VAR. 519	pessoa.edsabele	VAR.0323	pessoa.edsabele
2	Sim	1	Sabe Ler e Escrever
4	Esqueceu	2	Não Sabe
6	Não sabe	branco	peçoas com menos de 5 anos
9	Sem decl. não aplicável		
Gráu da última série concluída		Gráu da última série concluída c/ aprovação	
VAR.524	pessoa.edulgrau	VAR. 0328	pessoa.edulgrau
0	nenhum	0	nenhum
1	Alfabetização de adultos	1	curso de alfabetização de adultos
2	Primário/elementar	2	primário ou elementar
3	Ginásial/médio	3	ginásio ou médio 1º ciclo
4	1º grau	4	1º grau
5	2º grau	5	2º grau
6	Colegial/médio	6	Colegial ou médio 2º grau
7	Superior	7	Superior
8	Mestrado/doutorado	8	Mestrado ou doutorado
9	Sem declaração não aplicável	branco	peçoas c/ menos de 5 anos
Trabalhou nos últimos 12 meses		Trabalhou nos últimos 12 meses	
VAR 528	pessoa.trui12m		pessoa.trui12m
1	Sim	1	Sim habitualmente
2		2	Sim eventualmente
3	Não	3	Não Trabalhou
4			
5	Frente seca		

CENSO DEMOGRAFICO DE 1980		CENSO DEMOGRAFICO DE 1991																							
Código de Atividade		Código de Atividade																							
Não tem correspondente em 1980		<p>pessoa.ativiset</p> <table> <tr><td>1</td><td>Agro Ext.Veg.e Pesca</td></tr> <tr><td>2</td><td>Ind.de Transformação</td></tr> <tr><td>3</td><td>Ind. da Construção</td></tr> <tr><td>4</td><td>Out.Ativ.Industriais</td></tr> <tr><td>5</td><td>Comércio de Mercadorias</td></tr> <tr><td>6</td><td>Transportes e Comunicação</td></tr> <tr><td>7</td><td>Serv.AuxAtiv.Econômicas</td></tr> <tr><td>8</td><td>Prestação de Serviços</td></tr> <tr><td>9</td><td>Atividades Sociais</td></tr> <tr><td>10</td><td>Administração Pública</td></tr> <tr><td>11</td><td>Outras Atividades</td></tr> </table>		1	Agro Ext.Veg.e Pesca	2	Ind.de Transformação	3	Ind. da Construção	4	Out.Ativ.Industriais	5	Comércio de Mercadorias	6	Transportes e Comunicação	7	Serv.AuxAtiv.Econômicas	8	Prestação de Serviços	9	Atividades Sociais	10	Administração Pública	11	Outras Atividades
1	Agro Ext.Veg.e Pesca																								
2	Ind.de Transformação																								
3	Ind. da Construção																								
4	Out.Ativ.Industriais																								
5	Comércio de Mercadorias																								
6	Transportes e Comunicação																								
7	Serv.AuxAtiv.Econômicas																								
8	Prestação de Serviços																								
9	Atividades Sociais																								
10	Administração Pública																								
11	Outras Atividades																								
Posição no Estabelecimento		Posição na Ocupação																							
VAR 533	pessoa.tposição		pessoa.posocup																						
0	Sem remuneração	1	Trab. Agríc. Volante																						
1	Agríc.Vol./Intermediário	2	Parceiro empregado																						
2	Agríc. Vol.S/ Intermediário	3	Parc. Conta própria																						
3	Parceiro/empregado	4	Doméstico empregado																						
4	Parceiro/empregador	5	Doméstico conta própria																						
5	Parceiro conta própria	6	Empreg. Setor privado																						
6	Empregado	7	Empreg. Setor Público																						
7	Empregador	8	Empreg. Estatutário																						
8	Conta própria	9	Conta própria																						
9	Sem declaração	10	Empregador																						
		11	Sem remuneração																						
Situação Desocupado		Situação Desocupado																							
	pessoa.tsitdeso		pessoa.sitdeso																						
0	Trabalhou	0	Sem ocupação																						
1	Proc.Trab. / Trabalhou	1	Proc. Trab. / Já Trabalhou																						
2	Proc. Trab / Não trabalha	2	Proc. Trab. Nunca Trabalhou																						
3	Aposentado / Pensionista	3	Aposentado																						
4	Vive de Renda	4	Pensionista																						
5	Detento	5	Vive de Renda																						
6	Estudante	6	Detento																						
7	Doente inválido	7	Estudante																						
8	Afazerres Domésticos	8	Doente inválido																						
9	Sem Ocupação	9	Afazerres Domésticos																						
		Faixa de Renda Total Nominal (em SM)																							
		pessoa.rtonomif																							
		1; 2; 3; 4	até 1 SM																						
		5; 6; 7	> 1 a 2 SM																						
		8	> 2 a 3 SM																						
		9	> 3 a 5 SM																						
		10; 11; 12; 13	> 5 a 20 SM																						
		14	Sem rendimento																						
		15	Sem declaração																						
Peso pessoa		Peso ou Fator de Expansão da Amostra																							
VAR 586	pessoa.pesop	VAR 7300	domicil.peso																						

ANEXO 1.2

VARIÁVEIS E FILTROS UTILIZADOS NAS CONDIÇÕES MIGRATÓRIAS

	1970 - 80	1980 - 91
1	NÃO-MIGRANTES	NÃO-MIGRANTES
	VAR.118 - UF Atual - códigos 26 PE + 20 FN VAR.513 - Nasceu neste município VAR. 516- Tempo de Residência na UF Atual Base de dados Estado de Pernambuco de 1980 Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco + Fern. de Noronha , a menos de 10 anos nestas UFs, responderam ao código 1-nasceu neste município (Sim), e para quem respondeu ao código 8 (Não nasceu neste município incluir as pessoas com 10 anos e + Redatam: For pessoa.minascmu = 1 or (pessoa.minascmu = 8 and pessoa.mitempuf = 7) WEIGHT pessoa.pesop Total p/ Estado de Pernambuco: (sem FN): 4.583.472	VAR.1101 - UF Atual - código 26 PE VAR.314 - Nasceu neste município VAR. 0317- Anos em que mora na UF Atual Base de dados Estado de Pernambuco de 1991 Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco , a menos de 10 anos na UF de PE , responderam ao código 1 Nasceu neste município (Sim), e para quem respondeu código 2 - Sim, mas já morou em outro e Código 3 Não nasceu neste município incluir as pessoas com 10 anos e + Redatam: For pessoa.minascmu = 1 or (pessoa.minascmu <> 1 and pessoa.mianmouf > 9) WEIGHT domicil.peso Total p/ Estado de Pernambuco: 6.622.895 ou 6.622.897
2	EMIGRANTES NATURAIS PE - SP	EMIGRANTES NATURAIS PE - SP
	VAR.118 - UF Atual - código 35 SP VAR. 512- UF de Nascimento VAR. 516- Tempo de Residência na UF Atual VAR. 588?- UF Anterior Base de dados Estado de São Paulo de 1980 Filtro: pessoas que na UF atual estavam em São Paulo, a menos de 10 anos,nasceram em Pernamb.(cód.UF-PE=12) mais os q.nasceram em Fern.Nor.(cód.UF - FN=14) e que anteriormente estavam em Pernambuco (cód.26) + Fernand de Noronha (cód. 20). Redatam: FOR pessoa.mitempuf < 7 and (pessoa.miufnasc = 12 or pessoa.miufnasc = 14) and (pessoa.ufant8sp = 20 or pessoa.ufant8sp = 26) WEIGHT pessoa.pesop EMI PE-SP Total = 289.382	VAR.1101 - UF Atual - código 35 SP VAR. 0316- UF de Nascimento VAR. 0317- Anos em que mora na UF Atual VAR. 0319- UF Anterior Base de dados Estado de São Paulo de 1991 Filtro: pessoas que na UF atual estavam em São Paulo, a menos de 10 anos,nasceram em Pernamb.(cód.UF-PE= 13) e que anteriormente estavam em Pernambuco (cód. 26). Redatam: For pessoa.mianmouf < 10 and (pessoa.miufpais = 13 or pessoa.minascmu = 2) and pessoa.mianteuf = 26 WEIGHT domicil.peso EMI PE-SP Total = 246.810 EMI PE-SP RMSP = 215.929
3	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE
	VAR.118 - UF Atual - códigos 26 PE + 20 FN VAR. 512- UF de Nascimento VAR. 516- Tempo de Residência na UF Atual VAR.513 - Nasceu neste município VAR. 588?- UF Anterior Base de dados Estado de Pernambuco de 1980 Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco + Fern. de Noronha , a menos de 10 anos na UF de PE ou de Fern. de Noronha, que nasceram em PE (cód.12) ou FN (cód. 14) e que anteriormente estavam em SP (cód.35)	VAR.1101 - UF Atual - código 26 PE VAR. 0316- UF de Nascimento VAR. 0317- Anos em que mora na UF Atual VAR.314 - Nasceu neste município VAR. 0319- UF Anterior Base de dados Estado de Pernambuco de 1991 Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco , a menos de 10 anos na UF de PE , que nasceram em PE (cód. 13) e anteriormente estavam em SP (cód. 35)

3	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE (continuação)	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE (continuação)
<p>Redatam:</p> <p>FOR pessoa.mitempuf < 7 and (pessoa.miufnasc = 12 or pessoa.miufnasc = 14) and pessoa.ufant8pe = 35</p> <p>WEIGHT pessoa.pesop</p> <p>Frequência de VAR513: Nasceu neste município</p> <p>1. Sim</p> <p>8. Não</p> <p>Total dos retornados SP-PE pessoas</p> <p>Total dos retornados SP-PE Chefes</p>	<p>Redatam:</p> <p>FOR pessoa.mianmouf < 10 and (pessoa.miufpais = 13 or pessoa.minascmu = 2) and pessoa.mianteuf = 35</p> <p>WEIGHT domicil.peso</p> <p>Frequência de VAR513: Nasceu neste município</p> <p>19219 2.Sim,mas já morou em outro 41.279 (mun.origem)</p> <p>11320 3. Não nasceu 21.088 (outros mun.)</p> <p>Tot.retornados SP-PE pessoas 62367</p> <p>Tot.retornados SP-PE chefes 24775</p>	
4	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE PARA A ORIGEM	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE PARA A ORIGEM
<p>VAR.118 - UF Atual - códigos 26 PE + 20 FN</p> <p>VAR. 512- UF de Nascimento</p> <p>VAR. 516- Tempo de Residência na UF Atual</p> <p>VAR.513 - Nasceu neste município</p> <p>VAR. 588?- UF Anterior</p> <p>Base de dados Estado de Pernambuco de 1980</p> <p>Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco + Fern. de Noronha , a menos de 10 anos na UF de PE ou de Fern. de Noronha, que nasceram em PE (cód.12) ou FN (cód. 14) e que anteriormente estavam em SP (cód.35) e que nasceram neste município (cód. 1)</p> <p>Redatam:</p> <p>FOR pessoa.minascmu = 1 and pessoa.mitempuf < 7 and (pessoa.miufnasc = 12 or pessoa.miufnasc = 14) and pessoa.ufant8pe = 35</p> <p>WEIGHT pessoa.pesop</p> <p>Total dos retornados SP-PE p/ origem</p>	<p>VAR.1101 - UF Atual - código 26 PE</p> <p>VAR. 0316- UF de Nascimento</p> <p>VAR. 0317- Anos em que mora na UF Atual</p> <p>VAR.314 - Nasceu neste município</p> <p>VAR. 0319- UF Anterior</p> <p>Base de dados Estado de Pernambuco de 1991</p> <p>Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco , a menos de 10 anos na UF de PE , que nasceram em PE (cód. 13) e anteriormente estavam em SP (cód. 35) e que nasceram neste município e já morou em out (cód. 2)</p> <p>Redatam:</p> <p>FOR pessoa.minascmu = 2 and pessoa.mianmouf < 10 and (pessoa.miufpais = 13 or pessoa.miufpais = 0) and pessoa.mianteuf = 35</p> <p>WEIGHT domicil.peso</p> <p>Tot.retornados SP-PE p/ origem 41279</p>	
5	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE P/ OUTROS MUN.	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE P/ OUTROS MUN.
<p>VAR.118 - UF Atual - códigos 26 PE + 20 FN</p> <p>VAR. 512- UF de Nascimento</p> <p>VAR. 516- Tempo de Residência na UF Atual</p> <p>VAR.513 - Nasceu neste município</p> <p>VAR. 588?- UF Anterior</p> <p>Base de dados Estado de Pernambuco de 1980</p> <p>Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco + Fern. de Noronha , a menos de 10 anos na UF de PE ou de Fern. de Noronha, que nasceram em PE (cód.12) ou FN (cód. 14) e que anteriormente estavam em SP (cód.35) e que não nasceram neste município (cód. 8)</p> <p>Redatam:</p> <p>FOR pessoa.minascmu = 8 and pessoa.mitempuf < 7 and (pessoa.miufnasc = 12 or pessoa.miufnasc = 14) and pessoa.ufant8pe = 35</p> <p>WEIGHT pessoa.pesop</p> <p>Total dos retornados SP-PE p/ não-origem</p>	<p>VAR.1101 - UF Atual - código 26 PE</p> <p>VAR. 0316- UF de Nascimento</p> <p>VAR. 0317- Anos em que mora na UF Atual</p> <p>VAR.314 - Nasceu neste município</p> <p>VAR. 0319- UF Anterior</p> <p>Base de dados Estado de Pernambuco de 1991</p> <p>Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco , a menos de 10 anos na UF de PE , que não nasceram em PE (cód. 13) que não nasceram neste município (cód. 3) e anteriormente estavam em SP (cód. 35)</p> <p>Redatam:</p> <p>FOR pessoa.minascmu = 3 and pessoa.mianmouf < 10 and (pessoa.miufpais = 13 or pessoa.miufpais = 0) and pessoa.mianteuf = 35</p> <p>WEIGHT domicil.peso</p> <p>Tot.retornados SP-PE p/ não-origem 21088</p>	

6	IMIGRANTES NÃO-NATURAIS SP-PE	IMIGRANTES NÃO-NATURAIS SP-PE
VAR.118 - UF Atual - códigos 26 PE + 20 FN	VAR.1101 - UF Atual - código 26 PE	
VAR. 512- UF de Nascimento	VAR. 0316- UF de Nascimento	
VAR. 516- Tempo de Residência na UF Atual	VAR. 0317- Anos em que mora na UF Atual	
VAR.513 - Nasceu neste município	VAR.314 - Nasceu neste município	
VAR. 588?- UF Anterior	VAR. 0319- UF Anterior	
Base de dados Estado de Pernambuco de 1980	Base de dados Estado de Pernambuco de 1991	
Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco + Fern. de Noronha , a menos de 10 anos na UF de PE ou de Fern. de Noronha, que não nasceram em PE (<> cód.12) ou FN (<> cód. 14) e que não nasceram neste município (cód. 8) e que anteriormente estavam em SP (cód.35)	Filtro: pessoas que na UF atual estavam em Pernambuco , a menos de 10 anos na UF de PE , que não nasceram em PE (cód. 13) e que não nasceram neste município (cód. 3) e anteriormente estavam em SP (cód. 35)	
Redatam:	Redatam:	
FOR pessoa.mitempuf < 7 and (pessoa.miufnasc <> 12 or pessoa.miufnasc <> 14) and pessoa.minascmu = 8 and pessoa.ufant8pe = 35	FOR pessoa.mianmouf < 10 and (pessoa.miufpais <> 13 and pessoa.minascmu = 3 and pessoa.mianteuf = 35	
WEIGHT pessoa.pesop	WEIGHT domicil.peso	
Total dos imigrantes não-naturais SP-PE	32642	Total dos imigrantes não-naturais SP-PE
		38738

TABELA II. 2

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DAS GRANDES REGIÕES E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO NORDESTE E SÃO PAULO, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, SEGUNDO UFs DE RESIDÊNCIA ANTERIOR. (Fluxo Migratório interestadual do Brasil) - COM PRORATA - 1970-80

UF ANTERIOR	MIGRANTES DAS GRANDES REGIÕES E UFs DE RESIDÊNCIA ATUAL																
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
11-RO	27066	225	29	634	122	150	194	27	11	63	1455	2450	2465	4561	1699	5074	39855
12-AC	14494	93	71	443	73	114	93	14	35	83	1019	1289	828	1998	446	1245	19202
13-AM	33240	583	320	2841	810	512	1149	145	81	748	7189	6604	3629	9712	1309	4589	56039
14-RR	2246	89	21	114	71	72	99	5	31	16	518	464	287	710	253	461	4188
15-PA	87674	11714	1166	6395	1660	703	2305	387	226	2486	27042	20048	17286	34852	3054	16922	169544
16-AP	8580	126	25	322	73	87	56	5		99	793	666	386	997	141	311	10822
NORTE	173300	12830	1632	10749	2809	1638	3896	583	384	3495	38016	31521	24881	52830	6902	28602	299650
21-MA	124003		38665	14153	1320	1157	3498	222	270	2401	61686	25605	26734	48501	844	70030	305064
22-PI	15471	73397		17326	1898	1006	7230	391	300	8454	110002	10272	58315	60215	740	49078	235506
23-CE	46754	35963	23163		16092	9749	25417	2535	1564	24622	139105	65482	175063	215411	5344	59468	466082
24-RN	6553	2129	1516	14396		23444	11540	1121	852	5162	60160	32251	52084	76857	1287	18754	163611
25-PB	5370	4467	1982	15879	33919		57815	3607	935	19215	137819	100663	107163	192441	2129	29803	367562
26-PE + 20-FN	9013	7340	6174	18582	10714	39556		55179	6771	65764	210080	76583	366616	390564	6497	25923	642077
27-AL	1789	1214	439	2820	763	2259	36770		19791	15897	79953	16134	96893	99116	2682	5039	188579
28-SE	840	822	93	586	659	573	2182	5834		29570	40319	12481	50934	56102	1623	2913	101797
29-BA	26433	7541	3647	6280	2429	3810	30984	6249	20532		81472	115165	447929	498785	9889	70701	687280
NORDESTE	236226	132873	75679	90022	67794	81554	175436	75138	51015	171085	920596	454636	1381731	1637992	31035	331709	3157558
31-MG	43825	6450	652	2116	1821	1301	3113	683	758	44687	61581	323708	661654	890368	34004	197868	1227646
32-ES	33719	1610	25	353	173	173	378	113	164	17250	20239	124711	22426	143917	2704	7299	207878
33-RJ	14042	3260	1518	12086	12016	19971	23095	4331	5310	22883	104470	222823	127401	331933	28550	65566	544561
35-SP	28323	3443	6696	22722	9047	12272	60312	13412	11563	64274	203741	286643	764080	149194	169122	1314460	
SUDESTE	119909	14763	8891	37277	23057	33717	86898	18539	17795	149094	390031	957885	811480	2130298	214452	439855	3294545
41-PR	115715	1507	320	2727	565	1202	5237	2190	2102	7523	23373	65238	799060	749577	235786	208120	1332571
42-SC	4688	291	66	304	158	173	370	126	146	771	2405	7919	24451	28860	194460	12782	243195
43-RS	7113	1098	240	852	411	367	1486	387	261	2962	8064	24256	31430	51174	207254	39873	313478
SUL	127516	2896	626	3883	1134	1742	7093	2703	2509	11256	33842	97413	854942	829611	637500	260775	1889244
50-MS	31263	260	124	966	242	322	870	651	485	2975	6895	9926	84990	82714	18195	86821	225888
51-MT	47669	376	98	393	431	155	349	126	119	1182	3229	7962	20176	25241	4831	70549	151519
52-GO	71546	16005	1382	2036	2229	1243	1389	381	159	5119	29943	72857	38864	106141	5217	199758	412605
53DF	4661	2654	4226	4952	2023	4041	3930	442	604	5511	28383	37918	21323	56180	5123	60275	154622
CENTRO OESTE	155139	19295	5830	8347	4925	5761	6538	1600	1367	14787	68450	128663	165353	270276	33366	417403	944634
TOTAL	812090	182657	92658	150278	99719	124412	279861	98563	73070	349717	1450935	1670118	3238387	4921007	923255	1478344	9585631
Br s/esp, País est, l	7640	1032	207	1348	733	964	2990	521	551	5287	13633	43406	87081	117985	31755	16957	187970
TOTAL GERAL	819730	183689	92865	151626	100452	125376	282851	99084	73621	355004	1464568	1713524	3325468	5038992	955010	1495301	9773601

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais INPSO-FUNDAJ. Fernando de Noronha foi incorporado a Pernambuco.

NOTAS: 1. Fluxo Migratório interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UF de residência anterior.

2. Os volumes dos migrantes sem etapa anterior dentro de cada UF do Nordeste e São Paulo, foram rateados segundo a distribuição de de origem conhecida. Excetuando a Região Nordeste, os dados referentes as demais regiões estão sem o r

TABELA II. 1

POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (% ao ano) E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE PARA O MEIO DO PERÍODO POR GRANDES REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS. 1970 - 2000

GRANDES REGIÕES E UFs	POPULAÇÃO RESIDENTE RECENSEADA				CRESCIMENTO ABSOLUTO			TAXA DE CRESCIMENTO (% ao ano) (1)			PROJEÇÃO (2) (Em milhares)			ÁREA (km ²)
	1970	1980	1991	2000	1970-80	1981-91	1991-2000	1970-80	1980-91	1991-2000	1975	1985,5	1995	
NORTE	3.603.860	5.880.268	10.030.556	12.900.704	2.276.408	4.150.288	2.870.148	5,02	4,97	2,84	4603,44	7680,00	11217,54	3.575.670
Maranhão	2.992.686	3.996.404	4.930.253	5.651.475	1.003.718	933.849	721.222	2,93	1,93	1,53	3458,32	4438,84	5238,68	331.918
Piauí	1.680.573	2.139.021	2.582.137	2.843.278	458.448	443.116	261.141	2,44	1,73	1,08	1895,99	2350,16	2695,10	251.312
Ceará	4.361.603	5.288.253	6.366.647	7.430.661	926.650	1.078.394	1.064.014	1,95	1,70	1,73	4802,63	5802,45	6819,31	145.712
Rio G. do Norte	1.550.244	1.898.172	2.415.567	2.776.782	347.928	517.395	361.215	2,05	2,22	1,56	1715,41	2141,30	2569,91	53.077
Paraíba	2.382.617	2.770.176	3.201.114	3.443.825	387.559	430.938	242.711	1,52	1,32	0,82	2569,10	2977,86	3306,80	56.341
Pernambuco	5.161.881	6.143.272	7.127.855	7.918.344	981.391	984.583	790.489	1,76	1,36	1,18	5631,24	6617,28	7468,94	98.527
Alagoas	1.588.109	1.982.591	2.514.100	2.822.621	394.482	531.509	308.521	2,24	2,18	1,29	1774,42	2232,58	2646,82	27.819
Sergipe	900.774	1.140.121	1.491.876	1.784.475	239.347	351.755	292.599	2,38	2,47	2,01	1013,41	1304,19	1615,48	21.962
Bahia	7.493.470	9.454.346	11.867.991	13.070.250	1.960.876	2.413.645	1.202.259	2,35	2,09	1,08	8417,00	10592,64	12388,03	564.273
NORDESTE	28.111.957	34.812.356	42.497.540	47.741.711	6.700.399	7.685.184	5.244.171	2,16	1,83	1,30	31283,28	38463,48	44753,13	1.550.940
São Paulo	17.771.948	25.040.712	31.588.925	37.032.403	7.268.764	6.548.213	5.443.478	3,49	2,13	1,78	21095,55	28124,89	33901,77	248.177
Outras UFs do SE	22.081.550	26.693.413	31.151.476	35.380.008	4.611.863	4.458.063	4.228.532	1,91	1,41	1,42	24278,22	28836,42	32964,55	676.397
SUDESTE	39.853.498	51.734.125	62.740.401	72.412.411	11.880.627	11.006.276	9.672.010	2,64	1,77	1,61	45406,89	56972,10	66868,40	924.574
SUL	16.496.493	19.031.162	22.129.377	25.107.616	2.534.669	3.098.215	2.978.239	1,44	1,38	1,41	17718,56	20521,88	23406,74	576.301
CENTRO-OESTE	5.073.259	7.544.795	9.427.601	11.636.728	2.471.536	1.882.806	2.209.127	4,05	2,05	2,37	6186,82	8433,82	10352,29	1.883.743
BRASIL	93.139.067	119.002.706	146.825.475	169.799.170	25.863.639	27.822.769	22.973.695	2,48	1,93	1,63	105279,63	132184,07	156624,98	8.511.227

FONTE: FIBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 e Anuário Estatístico do Brasil, 1998. Vol.58

CHAMADAS: (1) Taxa média anual de crescimento geométrico: $P_n = P_0(1+i)^n$

(2) Projeção da população: $P_{t+n} = P_t(1+i)^n$

TABELA R. 2.1

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DAS GRANDES REGIÕES E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO NORDESTE E SÃO PAULO, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, SEGUNDO UFs DE RESIDÊNCIA ANTERIOR - SEM PRORATA - 1970-80

UF ANTERIOR	MIGRANTES DAS GRANDES REGIÕES E UFs DE RESIDENCIA ATUAL																
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
11-RO	27066	188	26	562	109	133	167	23	10	54	1272	2450	2111	4561	1699	5074	39672
12-AC	14494	78	65	393	65	101	80	12	32	71	897	1289	709	1998	446	1245	19080
13-AM	33240	487	291	2520	721	455	988	125	73	641	6301	6604	3108	9712	1309	4589	55151
14-RR	2246	74	19	101	63	64	85	4	28	14	452	464	246	710	253	461	4122
15-PA	87674	9785	1061	5672	1478	625	1982	333	204	2131	23271	20048	14804	34852	3054	16922	165773
16-AP	8580	105	23	286	65	77	48	4		85	693	666	331	997	141	311	10722
NORTE	173300	10717	1485	9534	2501	1455	3350	501	347	2996	32886	31521	21309	52830	6902	28602	294520
21-MA	124003	30249	35173	12553	1175	1028	3008	191	244	2058	85679	25605	22896	48501	844	70030	329057
22-PI	15471	61310	8388	15367	1690	894	6217	336	271	7247	101720	10272	49943	60215	740	49078	227224
23-CE	46754	30041	21071	17146	14325	8663	21856	2180	1415	21107	137804	65482	149929	215411	5344	59468	464781
24-RN	6553	1778	1379	12768	11030	20833	9923	964	771	4425	63871	32251	44606	76857	1287	18754	167322
25-PB	5370	3731	1803	14083	30195	13962	49714	3101	846	16472	133907	100663	91778	192441	2129	29803	363650
26-PE	9013	6131	5616	16481	9538	35151	39632	47445	6125	56375	222494	76583	313981	390564	6497	25923	654491
27-AL	1789	1014	399	2501	679	2007	31618	13888	17902	13627	83635	16134	82982	99116	2682	5039	192261
28-SE	840	687	85	520	587	509	1876	5016	7027	25348	41655	12481	43621	56102	1623	2913	103133
29-BA	26433	6299	3318	5570	2162	3386	26643	5373	18572	50684	122007	115165	383620	498785	9889	70701	727815
NORDESTE	236226	141240	77232	96989	71381	86433	190487	78494	53173	197343	992772	454636	1183356	1637992	31035	331709	3229734
31-MG	43825	5388	593	1877	1621	1156	2677	587	686	38307	52892	323708	566660	890368	34004	197868	1218957
32-ES	33719	1345	23	313	154	154	325	97	148	14787	17346	124711	19206	143917	2704	7299	204985
33-RJ	14042	2723	1381	10719	10697	17747	19859	3724	4803	19616	91269	222823	109110	331933	28550	65566	531360
35-SP	28323	2876	6091	20153	8054	10905	51861	11532	10459	55098	177029	286643	477437	764080	149194	169122	1287748
SUDESTE	119909	12332	8088	33062	20526	29962	74722	15940	16096	127808	338536	957885	1172413	2130298	214452	439855	3243050
41-PR	115715	1259	291	2419	503	1068	4503	1883	1901	6449	20276	65238	684339	749577	235786	208120	1329474
42-SC	4688	243	60	270	141	154	318	108	132	661	2087	7919	20941	28860	194460	12782	242877
43-RS	7113	917	218	756	366	326	1278	333	236	2539	6969	24256	26918	51174	207254	39873	312383
SUL	127516	2419	569	3445	1010	1548	6099	2324	2269	9649	29332	97413	732198	829611	637500	260775	1884734
50-MS	31263	217	113	857	215	286	748	560	439	2550	5985	9926	72788	82714	18195	86821	224978
51-MT	47669	314	89	349	384	138	300	108	108	1013	2803	7962	17279	25241	4831	70549	151093
52-GO	71546	13369	1257	1806	1984	1105	1194	328	144	4388	25575	72857	33284	106141	5217	199758	408237
53-DF	4661	2217	3844	4392	1801	3591	3379	380	546	4724	24874	37918	18262	56180	5123	60275	151113
CENTRO OESTE	155139	16117	5303	7404	4384	5120	5621	1376	1237	12675	59237	128663	141613	270276	33366	417403	935421
TOTAL	812090	182825	92677	150434	99802	124518	280279	98635	73122	350471	1452763	1670118	3250889	4921007	923255	1478344	9587459
Br.s/esp.Pais est.	7640	864	188	1192	650	858	2572	449	499	4533	11805	43406	74579	117985	31755	16957	186142
TOTAL GERAL	819730	183689	92865	151626	100452	125376	282851	99084	73621	355004	1464568	1713524	3325468	5038992	955010	1495301	9773601

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais INPSO-FUNDAJ

Para efeito de comparação Fernando de Noronha foi incorporado à UF de Pernambuco

TABELA II.3

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DAS GRANDES REGIÕES E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO NORDESTE E SÃO PAULO, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, SEGUNDO UFs DE RESIDÊNCIA ANTERIOR (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) - COM PRORATA - 1981-91

UF ANTERIOR	MIGRANTES DAS GRANDES REGIÕES E UFs DE RESIDÊNCIA ATUAL																
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
11-RO	19895	2409	680	4070	1309	1690	2085	206	227	2828	15504	23674	18954	42628	32131	47800	157958
12-AC	20783	129	60	811	294	154	209	129	101	68	1955	1941	1856	3797	1567	2448	30550
13-AM	50875	2145	1053	7258	2142	905	1841	310	125	1526	17305	11516	6459	17975	4380	6250	96785
14-RR	4853	892	207	1016	513	316	267	74		266	3551	1145	691	1836	1069	2213	13522
15-PA	99726	56170	9419	19212	4299	2343	5392	1084	715	5377	104011	30149	26276	56425	9767	70362	340291
16-AP	8892	899	169	1193	485	12	109	19		129	3015	795	435	1230	157	711	14005
NORTE	205024	62644	11588	33560	9042	5420	9903	1822	1168	10194	145341	69220	54671	123891	49071	129784	653111
21-MA	243553		58463	20358	2152	2414	5592	888	991	3602	94460	22137	32135	54272	2671	103128	498084
22-PI	28987	60478		23166	1847	2034	10250	478	854	7432	106539	10331	79822	90153	1362	60524	287565
23-CE	67549	24028	25225		18635	11242	27310	2376	2620	18655	130091	66510	188677	255187	7468	59416	519711
24-RN	9176	1697	1174	18133		25405	10735	1487	1148	5063	64842	25144	46311	71455	2616	17355	165444
25-PB	12760	4277	1947	14981	38905		51077	4035	1722	13611	130555	68596	111249	179845	3048	30087	356295
26-PE	16114	9362	6974	23226	13691	48918		54043	9513	61704	227431	54806	322687	377493	7748	29047	657833
27-AL	3637	1375	373	3633	1841	3299	38682		24916	18465	92584	12174	92946	105120	3248	7777	212366
28-SE	2044	1072	254	1050	2308	836	4103	9640		27357	48620	7857	32536	40393	1805	3179	94041
29-BA	47314	5186	5945	13719	5022	8371	41177	12919	39596		131935	138436	437132	575668	14144	107941	876902
NORDESTE	431134	107475	100355	118266	84401	102519	188926	85866	81360	155889	1025057	405991	1343495	1749486	44110	418454	3668241
31-MG	62947	4617	1426	4231	2921	1973	5160	1369	1585	45067	68349	213824	475268	689092	32138	163592	1016118
32-ES	48430	1375	214	1546	750	298	961	231	594	20538	26507	94701	15545	110246	4822	7127	197132
33-RJ	26315	9879	4497	33719	21401	41020	27297	8057	8893	34858	189621	185455	128979	314434	46679	46689	623738
35-SP	52004	13244	26004	74877	27815	45014	121071	30358	23464	147587	509434	424914		424914	287239	221344	1494935
SUDESTE	189696	29115	32141	114373	52867	88305	154489	40015	34536	248050	793911	918894	619792	1538686	370878	438752	3331923
41-PR	123866	1166	243	2132	632	966	2567	1542	1108	6926	17282	49218	440281	489499	207861	243026	1081534
42-SC	9148	294	149	608	522	388	484	413	124	1450	4432	9491	23713	33204	187424	37237	271445
43-RS	11280	1117	176	1667	727	745	1951	1264	536	5764	13947	25792	29412	55204	156428	58264	296123
SUL	144294	2577	568	4407	1881	2099	5002	3219	1768	14140	35661	84501	493406	577907	551713	339527	1649102
50-MS	27924	585	417	1549	822	409	1316	496	218	1296	7108	11752	70250	82002	42936	77454	237424
51-MT	51540	2504	606	1919	898	439	1344	315	366	2595	10986	16523	37689	54212	67617	60084	244439
52-GO+17-TO	108095	22486	3891	4914	3711	2135	3124	701	495	11400	52857	74811	39064	113875	13546	201504	489877
53-DF	10881	9507	11668	13924	5607	7193	6480	1418	2132	11603	69532	61654	20793	82447	12090	165151	340101
CENTRO OESTE	198440	35082	16582	22306	11038	10176	12264	2930	3211	26894	140483	164740	167796	332536	136189	504193	1311841
TOTAL	1168588	236893	161234	292912	159249	208519	370584	133852	122043	455167	2140453	1643346	2679160	4322506	1151961	1830710	10614218
Br./s/esp./País est. lg.	11052	1862	1328	2864	824	584	2962	728	503	4200	15855	40704	55659	96363	50915	18962	193147
TOTAL GERAL	1179640	238755	162562	295776	160073	209103	373546	134580	122546	459367	2156308	1684050	2734819	4418869	1202876	1849672	10807365

FONTE: F. IBGE - Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais NEPO-UNICAMP.

NOTAS: 1. Fluxo Migratório Interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UF de residência anterior.

2. Para efeito de comparação Tocantins foi incorporado à UF de Goiás

3. Os volumes dos migrantes sem etapa anterior dentro de cada UF do Nordeste e São Paulo, foram rateados segundo a distribuição de origem conhecida

TABELA II.5

DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES NATURAIS PARA AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO BRASIL OU NÃO-NATURAIS DAS UFs DE RESIDÊNCIA ATUAL, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NESTA UF, SEGUNDO UFs DE NASCIMENTO. (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil), 1981-91

UF	MIGRANTES NÃO-NATURAIS DAS UFs DE RESIDÊNCIA ATUAL																
	NASCIMENTO	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C.OESTE
11-RO	7194	493	132	713	340	317	477	46	55	489	3064	3701	4514	8215	5694	19897	44064
12-AC	15929	92	74	671	159	89	159		64	163	1471	1157	1050	2207	476	2440	22523
13-AM	31740	836	347	2565	847	374	689	138	68	630	6493	5538	3684	9221	1680	3901	53035
14-RR	2627	157	32	340	131	67	89	10		102	929	172	224	396	330	655	4936
15-PA	77077	19622	2446	5547	1986	711	1958	456	272	2077	35076	16376	13180	29555	3515	20021	165245
16-AP	5570	299	98	460	119	83	123	18		39	1239	636	346	981	126	327	8243
NORTE	140137	21499	3129	10296	3583	1641	3496	668	459	3500	48272	27579	22997	50576	11821	47241	298047
21-MA	222714		37090	11312	1159	1161	3073	437	789	2810	57830	20284	29722	50006	2139	72846	405535
22-PI	38020	50897		14660	1011	1024	8232	612	661	6400	83498	11286	78338	87605	1838	49588	280549
23-CE	78167	23973	21392		13390	7354	22128	1922	1857	18527	110542	65283	177558	242841	9731	63326	504607
24-RN	9740	1748	734	10639		16736	7577	1201	1168	4744	44548	24507	44091	68598	2394	15763	141042
25-PB	14723	4280	1910	12819	32779		42079	3961	2074	14569	114471	70815	114361	185176	4016	32086	350472
26-PE	20087	8299	4732	14173	10166	34676		45027,98	9701	50819	177594	56772	308617	365390	10799	39578	613448
27-AL	5910	1379	335	1822	1337	1917	25011		20789	14881	67469	12342	87790	100132	4117	16246	193875
28-SE	2911	989	146	693	724	383	1743	4497		20289	29463	7203	32241	39445	2038	7472	81329
29-BA	55474	4566	3731	4747	2613	3047	20877	6930	25805		72316	113559	401499	515058	14105	86131	743084
NORDESTE	447747	96131	70070	70864	63179	66297	130720	64589	62843	133038	757731	382031	1272218	1654250	51177	383036	3293940
31-MG	89581	5100	790	2101	1787	845	3442	1409	1544	34152	51169	192026	431484	623510	36578	160510	961347
32-ES	51283	1317	170	488	300	226	684	219	279	12751	16434	55718	13956	69673	4355	12116	153861
33-RJ	16643	3974	1554	10017	8694	13456	11507	3924	4406	16359	73890	99083	81041	180124	25504	35408	331569
35-SP	48319	5485	6774	18664	9217	12074	38271	12512	10337	52205	165538	195091		195091	151838	295879	856664
SUDESTE	205826	15875	9287	31269	19998	26601	53903	18064	16566	115467	307030	541917	526480	1068398	218275	503913	2303441
41-PR	116305	1292	331	1405	568	512	1650	1219	1172	5364	13513	37388	354795	392183	134627	409361	1065989
42-SC	10806	309	114	271	243	163	358	285	176	1215	3135	6890	18396	25286	123989	72926	236143
43-RS	17934	1091	227	1087	756	616	2031	1162	571	6030	13570	21053	25552	46605	150534	131876	360519
SUL	145045	2692	672	2763	1567	1291	4039	2666	1919	12609	30218	65331	398743	464074	409151	614163	1662650
50-MS	17154	319	199	567	351	197	442	176	166	836	3252	6147	29207	35354	11974	87954	155688
51-MT	26607	563	111	363	190	100	227	137	128	681	2501	4779	13979	18758	9024	18461	75351
52-GO+17-TO	88817	12035	1285	1476	1446	752	1435	417	258	4569	23673	39167	23371	62538	4308	102322	281659
53-DF	2420	1883	2765	2398	1174	1377	1269	240	700	1930	13736	12162	4416	16579	2378	3495	38607
CENTRO OESTE	134999	14801	4361	4804	3161	2426	3373	970	1251	8017	43163	62255	70973	133229	27684	212232	551306
TOTAL	1073753	150998	87519	119996	91489	98256	195530	86956	83038	272632	1186413	1079114	2291413	3370526	718107	1760584	8109384

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1991. Tabulações especiais INPSO-FUNDAJ

NOTAS: 1. Fluxo Migratório Interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UF de nascimento.

2. Para efeito de comparação Tocantins foi incorporado à UF de Goiás

3. Os volumes dos migrantes sem etapa anterior dentro de cada UF do Nordeste e São Paulo, foram rateados segundo a distribuição de origem conhecida

TABELA II.4

DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES NATURAIS PARA AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO BRASIL OU NÃO-NATURAIS DAS UF_s DE RESIDÊNCIA ATUAL, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NESTA UF, SEGUNDO UF_s DE NASCIMENTO. (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) COM PRORATA. 1970-80

UF _s NASCIMENTO	MIGRANTES NÃO-NATURAIS DAS UF _s DE RESIDÊNCIA ATUAL																
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
11-RO	4306	386	247	326	107	83	164	47	32	213	1605	1181	1151	2332	552	2269	11064
12-AC	12841	183	61	422	50	51	141	12	15	82	1017	1286	914	2200	588	1553	18199
13-AM	25676	432	184	1480	387	239	696	108	61	614	4201	5756	3022	8778	981	3729	43365
14-RR	1625	83	24	217	30	18	12	8	12	29	433	323	314	637	146	479	3320
15-PA	44081	6325	673	3209	923	340	1069	152	169	1602	14462	17986	10512	28498	1690	11089	99820
16-AP	6801	142	8	106	56	51	57	8	16	88	532	645	383	1028	57	467	8885
NORTE	95330	7551	1197	5760	1553	782	2139	335	305	2628	22250	27177	16296	43473	4014	19586	184653
21-MA	125061		30233	9363	927	674	2532	230	206	2350	46515	29662	25353	55015	1319	74404	302314
22-PI	23309	65803		13700	1031	777	6092	386	394	7905	96086	13659	60214	73873	1565	58324	253159
23-CE	62062	37697	22426		13090	8034	23196	2341	1583	23936	132303	77958	180528	258486	9396	81398	543645
24-RN	8544	2278	1944	12989		19631	10816	1128	882	5373	55041	42318	55340	97658	2229	28431	191903
25-PB	9006	5322	2307	15112	31138		53335	3625	1170	19774	131783	120098	115958	236056	4174	41710	422729
26-PE+20-FN	15473	7248	5555	13710	8177	31966		50714	7207	58395	182972	92645	375351	467996	12930	41045	720416
27-AL	5008	1142	368	2882	606	1762	28543		18030	14448	67781	21166	109333	130499	6649	12978	222915
28-SE	2581	668	110	408	381	367	1472	4011		26225	33642	15817	57350	73167	3328	7411	120129
29-BA	41082	6711	2969	2799	1364	1863	16608	3091	15152		50557	127206	467299	594505	17553	104325	808022
NORDESTE	292126	126869	65912	70963	56714	65074	142594	65526	44624	158406	796682	540529	1446726	1987255	59143	450026	3585232
31-MG	87961	6685	430	1321	1436	838	2676	713	752	40388	55239	271072	709993	981065	56994	265405	1446664
32-ES	42500	1657	64	218	182	133	410	61	201	13807	16733	89980	25601	115581	5093	11544	191451
33-RJ	10522	1783	749	4929	4569	7760	9667	2230	2632	13541	47860	72168	76187	148355	18881	49523	275141
35-SP	37947	2202	1963	7295	3379	4387	20433	6463	5577	33382	85081	176142		176142	126043	183764	608977
SUDESTE	178930	12327	3206	13763	9566	13118	33186	9467	9162	101116	204913	609362	811781	1421143	207011	510236	2522233
41-PR	88929	1185	246	1557	442	512	3180	1481	1439	6206	16248	48501	539339	587840	77387	160062	930466
42-SC	8284	214	64	191	131	124	404	91	184	765	2168	9217	25495	34712	159916	20915	225995
43-RS	13200	981	149	800	392	332	1548	374	354	2736	7666	28043	33464	61507	222065	57923	362361
SUL	110413	2380	459	2548	965	968	5132	1946	1977	9707	26082	85761	598298	684059	459368	238900	1518822
50-MS	10746	163	72	264	102	60	399	203	190	843	2296	5977	29494	35471	5797	22944	77254
51-MT	26919	396	99	385	155	134	377	212	118	933	2809	7175	24331	31506	4534	19010	84778
52-GO	61077	9582	864	711	915	571	811	125	183	3128	16890	45508	25299	70807	3236	111230	263240
53-DF	1737	1037	1359	1305	611	1055	1161	166	209	1834	8737	10543	5286	15829	1269	22859	50431
CENTRO OESTE	100479	11178	2394	2665	1783	1820	2748	706	700	6738	30732	69203	84410	153813	14836	176043	475703
TOTAL	777278	160305	73168	95699	70581	81762	185799	77980	56768	278597	1080659	1332032	2957511	4289543	744372	1394791	8286643

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980. Tabulações especiais INPSO-FUNDAJ

Para efeito de comparação Fernando de Noronha foi incorporado à UF de Pernambuco

NOTAS: 1. Fluxo Migratório interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UF de nascimento.

2. Fernando de Noronha foi incorporado a Pernambuco. 3. Os volumes dos migrantes sem etapa anterior dentro de cada UF do Nordeste e São Paulo, foram rateados segundo a distribuição de origem conhecida

TABELA II. 6. 1

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DE RETORNO, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NAS UFs DE RESIDÊNCIA ATUAL, SEGUNDO UFs DE RESIDÊNCIA ANTERIOR
(Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) - SEM PRORATA - 1970 - 80

UF ANTERIOR	MIGRANTES DE RETORNO POR REGIÕES E UFs DE RESIDÊNCIA ATUAL														TOTAL		
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE		SUL	C.OESTE
11-RO		22	4	314	8	80	71	12	6	20	537	934	648	1582	800	574	3493
12-AC+14-RR+16-AP		71	20	267	74	72	109	4	24	8	649	510	233	743	358	172	1922
13-AM		117	52	1038	327	143	239	28	4	127	2075	1187	594	1781	439	358	4653
15-PA		2097	378	2620	477	200	535	179	48	487	7021	2888	1189	4077	941	2479	14518
NORTE	28233	2307	454	4239	886	495	954	223	82	642	10282	5519	2664	8183	2538	3583	52819
21-MA	32	6866	6080	4057	480	487	882	43	19	203	19117	1163	454	1617	121	1898	22785
22-PI		4323	2336	2658	765	283	922	11	19	466	11783	285	963	1248	50	609	13690
23-CE		1490	1479	7129	2428	1890	2648	357	48	998	18467	1910	2979	4889	228	1177	24761
24-RN		84	58	1703	3481	4269	1666	90	42	297	11690	1222	919	2141	167	428	14426
25-PB		124	90	1799	4528	5105	6846	297	60	637	19486	2370	1741	4111	134	388	24119
26-PE+20-FN	4	360	704	3871	2247	6570	14099	3993	288	3713	35845	3382	8440	11822	775	636	49082
27-AL		22	48	256	230	584	8534	4180	1306	925	16065	711	2456	3187	101	106	19439
28-SE	191	30	16	197	196	98	659	1251	2332	2228	7007	450	1250	1700	177	72	9147
29-BA	296	227	547	2628	758	1679	9078	1611	3631	17276	37435	12758	11246	24004	1190	1701	64626
NORDESTE	523	13526	11358	24298	15113	20965	45334	11813	7745	26743	176895	24251	30448	54699	2943	7015	242075
31-MG	4732	109	146	745	595	510	889	112	132	5316	8554	43114	30300	73414	4195	6698	97593
32-ES		56		117	49	70	123	17	12	1701	2145	21668	948	22616	222	262	25245
33-RJ		679	437	5437	5096	9735	9206	1392	1958	4687	38627	55142	12530	67672	7670	3708	117677
35-SP	24	507	3786	12186	4213	6191	30535	4836	4679	21246	88179	96378	46932	143310	33368	11398	276279
SUDESTE	4756	1351	4369	18485	9953	16506	40753	6357	6781	32950	137505	216302	90710	307012	45455	22066	516794
41-PR		93	88	1214	144	615	1717	694	762	1300	6627	17252	96096	113348	46619	3854	170448
42-SC		34	22	95	34	64	80	12	13	126	480	1117	1742	2859	30837	295	34471
43-RS		79	67	135	103	64	229	33		271	981	2629	2036	4665	22039	1110	28795
SUL		206	177	1444	281	743	2026	739	775	1697	8088	20998	99874	120872	99495	5259	233714
50-MS	4	51	26	443	69	155	264	254	120	340	1722	2464	20523	22987	6190	8354	39257
51-MT		62	27	194	106	68	129	34	40	433	1093	3087	5094	8181	2117	9827	21218
52-GO	8	2663	464	1098	1050	567	452	147	34	1487	7962	27719	5598	33317	914	12282	54483
53-DF	10	674	2177	2474	959	2172	1402	153	199	2026	12236	16254	2456	18710	2051	9293	42300
CENTRO OESTE	22	3450	2694	4209	2184	2962	2247	588	393	4286	23013	49524	33671	83195	11272	39756	157258
TOTAL	33534	20840	19052	52675	28417	41671	91314	19720	15776	66318	355783	316594	257367	573961	161703	77679	1202660
Br.s/esp.Pais est.lg.		503	56	534	148	254	843	241	201	1716	4496	6529	4948	11477	8699	2013	26685
TOTAL GERAL	33534	21343	19108	53209	28565	41925	92157	19961	15977	68034	360279	323123	262315	585438	170402	79692	1229345

FONTES: FIBGE - Censo Demográfico de 1980. Tabulações especiais INPSO-FUNDAJ

NOTAS: 1. Fluxo de Migração de Retorno Interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, de UF de nascimento igual a UF de residência atual, com menos de 10 anos de residência na UF atual, segundo UF de residência anterior. 2. Para efeito de comparação Fernando de Noronha foi incorporado a Pernambuco

TABELA II. 6

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DE RETORNO, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NAS UFS DE RESIDÊNCIA ATUAL, SEGUNDO UFS DE RESIDÊNCIA ANTERIOR
(Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) - COM PRORATA. 1970 - 80

UF ANTERIOR	MIGRANTES DE RETORNO POR REGIÕES E UFS DE RESIDÊNCIA ATUAL																
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
11-RO		32	5	363	9	91	84	15	7	27	633	1104	789	1893	1021	739	4286
12-AC+14-RR+16-AP		105	23	308	85	82	129	5	29	11	777	613	284	897	443	200	2317
13-AM		172	59	1199	372	163	282	35	5	170	2457	1419	723	2142	547	435	5581
15-PA		3092	431	3025	543	228	632	226	56	653	8886	3406	1448	4854	1177	3115	18032
NORTE	28233	3401	518	4895	1009	564	1127	281	96	861	12753	6542	3244	9786	3189	4489	58449
21-MA	32		6927	4685	547	555	1041	54	22	272	14103	1384	553	1937	151	2287	18510
22-PI		6373		3069	871	322	1089	14	22	625	12385	341	1173	1513	63	655	14616
23-CE		2197	1685		2765	2152	3126	451	56	1338	13770	2326	3628	5954	288	1313	21324
24-RN		124	66	1966		4861	1967	114	49	398	9545	1486	1119	2606	209	505	12865
25-PB		183	103	2077	5156		8083	375	70	854	16901	2890	2120	5011	170	421	22502
26-PE+20-FN	4	531	802	4470	2559	7481		5044	337	4977	26201	4096	10279	14375	972	720	42271
27-AL		32	55	296	262	665	10075		1529	1240	14154	856	2991	3847	129	128	18258
28-SE	191	44	18	227	223	112	778	1580		2986	5968	547	1522	2070	225	87	8541
29-BA	296	335	623	3035	863	1912	10718	2035	4252		23773	14935	13697	28632	1503	2010	56213
NORDESTE	523	9819	10279	19825	13246	18060	36877	9667	6337	12690	136800	28861	37083	65943	3710	8125	215102
31-MG	4732	161	166	860	678	581	1050	141	155	7125	10917	20790	36902	57693	5331	8149	86822
32-ES		83		135	56	80	145	21	14	2280	2814	17874	1155	19028	279	312	22433
33-RJ		1001	498	6278	5803	11085	10869	1758	2293	6282	45867	49195	15280	64455	9522	4241	124085
35-SP	24	747	4313	14071	4798	7049	36050	6109	5479	28477	107093	110666		110666	42710	13988	274480
SUDESTE	4756	1992	4977	21344	11335	18795	48114	8029	7941	44164	166691	198524	53317	251842	57841	26690	507819
41-PR		137	100	1402	164	700	2027	877	892	1742	8041	19870	117035	136905	38443	4810	188199
42-SC		50	25	110	39	73	94	15	15	169	590	1336	2122	3457	26147	364	30558
43-RS		116	76	156	117	73	270	42		363	1213	3170	2480	5650	15737	1340	23941
SUL		303	201	1668	320	846	2391	934	907	2274	9844	24375	121637	146012	80327	6514	242697
50-MS	4	75	30	512	79	176	312	321	141	456	2102	2879	24995	27874	7919	6067	43966
51-MT		91	31	224	121	77	152	43	47	580	1366	3534	6204	9738	2697	8074	21876
52-GO	8	3926	529	1268	1196	646	534	186	40	1993	10318	31489	6818	38306	1152	5620	55405
53-DF	10	994	2480	2857	1092	2473	1655	193	233	2716	14693	19085	2991	22076	2545	11787	51112
CENTRO OESTE	22	5086	3070	4861	2488	3372	2653	743	461	5745	28480	56987	41008	97995	14314	31548	172358
TOTAL	33534	20601	19045	52593	28398	41637	91162	19654	15743	65734	354567	315289	256289	571578	159381	77365	1196425
Br. s/esp./País est.lg.		742	63	616	167	288	995	307	234	2300	5712	7834	6026	13860	11021	2327	32920
TOTAL GERAL	33534	21343	19108	53209	28565	41925	92157	19961	15977	68034	360279	323123	262315	585438	170402	79692	1229345

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais INPSO-FUNDAJ.

NOTAS: 1. Fluxo de Migração de Retorno Interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, de UF de nascimento igual a UF de residência atual, com menos de 10 anos de residência na UF atual,

segundo UF de residência anterior. 2. Fernando de Noronha foi incorporado a Pernambuco

3. O volume dos migrantes de retorno sem etapa anterior dentro de cada UF do Nordeste e São Paulo, foram rateados segundo a distribuição de origem conhecida

TABELA II. 7.1

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DE RETORNO DAS UFs DE RESIDÊNCIA ATUAL, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NESTA UF, SEGUNDO UFs DE RESIDÊNCIA ANTERIOR (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) - SEM PRORATA - 1981-91

UF ANTERIOR	MIGRANTES DE RETORNO POR REGIÕES E UFS DE RESIDÊNCIA ATUAL																TOTAL
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C-OESTE	
11-RO	7499	1202	304	2512	804	915	741	113	95	1389	7875	12338	4963	17301	15587	7196	55458
12-AC+14-RR+16-AP	8598	887	127	1183	598	217	206	141	0	210	3569	1238	738	1976	1363	575	16081
13-AM	21834	847	532	3581	645	347	689	77	23	486	7227	3396	1394	4790	1824	757	36432
15-PA	28489	22371	5251	10540	1495	1118	2282	261	106	1821	45245	8540	3827	12367	3287	13289	102677
NORTE	66420	25307	6214	17816	3342	2597	3918	582	224	3906	63916	25512	10922	36434	22061	21817	210648
21-MA	4944	25320	16795	7192	925	1038	1907	230	258	593	54258	2689	1205	3894	818	3096	67010
22-PI	548	7387	12577	6599	468	547	1420	66	92	566	29722	470	1118	1588	209	730	32797
23-CE	1880	2100	4137	37341	4141	3290	4671	434	553	715	57382	2642	2996	5638	725	1088	66673
24-RN	389	178	459	5821	15449	8486	2935	233	177	220	33758	2038	1111	3149	417	696	38409
25-PB	280	441	268	2913	6673	19480	9760	454	140	734	40863	1680	1798	3478	579	564	45764
26-PE	619	604	1954	7190	2960	12627	39066	6068	773	6053	77295	4011	8035	12046	1265	749	91974
27-AL	76	142	158	1387	605	1191	11698	13874	1844	1757	32656	1088	2425	3513	744	111	37100
28-SE	34	88	87	388	946	272	1902	3374	11269	3985	22311	1385	1395	2780	519	132	25776
29-BA	728	852	1844	6816	1706	3975	14211	3782	8981	55927	98094	21233	12896	34129	3694	2533	139178
NORDESTE	9478	37112	38279	75447	33873	50906	87570	28515	24087	70550	446339	37236	32979	70215	8970	9679	544681
31-MG	967	717	705	1985	1315	1054	1568	251	359	9380	17334	114792	38483	153275	7707	12147	191430
32-ES	509	147	90	840	392	134	322	89	186	4380	6580	48093	1542	49635	1146	438	58308
33-RJ	4459	4031	2272	18476	8962	22576	11389	2960	2987	11354	85007	102725	16301	119026	12257	4520	225269
35-SP	3011	4870	16003	43472	13211	25658	62367	12687	9423	66537	254228	151834	176326	328160	88450	17862	691711
SUDESTE	8946	9765	19070	64773	23880	49422	75646	15987	12955	91651	363149	417444	232652	650096	109560	34967	1166718
41-PR	1128	131	137	1012	237	467	1069	416	384	1153	5006	10211	45033	55244	105572	3996	170946
42-SC	78	19	50	297	166	148	104	73	20	219	1096	2418	3511	5929	73547	575	81225
43-RS	268	90	65	497	177	140	386	55	94	379	1883	4685	3921	8606	54710	1095	66562
SUL	1474	240	252	1806	580	755	1559	544	498	1751	7985	17314	52465	69779	233829	5666	318733
50-MS	263	176	133	851	187	201	750	201	127	324	2950	3856	23645	27501	18480	17067	66261
51-MT	1063	1183	297	1155	614	294	667	91	125	919	5345	6740	12400	19140	34633	32609	92790
52-GO+TO	2228	6164	2274	2630	1928	1224	1209	199	236	4468	20332	25697	8898	34595	5717	65447	128319
53-DF	1104	4086	6101	7344	2396	4014	2690	465	408	4857	32361	25822	3785	29607	3861	19444	86377
CENTRO OESTE	4658	11609	8805	11980	5125	5733	5316	956	896	10568	60988	62115	48728	110843	62891	134567	373747
TOTAL	90976	84033	72620	171822	66800	109413	174009	46594	38660	178426	942377	559621	377746	937387	437111	206696	2614527
Br.s/esp; País est; Ig.	1625	795	570	1383	359	297	1414	227	152	1384	6581	15338	9726	25064	20298	3250	56818
TOTAL GERAL	92601	84828	73190	173205	67159	109710	175423	46821	38812	179810	948958	574959	387472	962431	457409	209946	2671345

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais INPSO-FUNDAJ (Nordeste) e NEPO-UNICAMP (Demais UFs)

NOTAS: 1. Fluxo Migratório de Retorno Interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, que nasceram na UF de residência atual, estão nesta UF a menos de 10 anos, segundo UF de residência anterior

2. Para efeito de comparação Tocantins foi incorporado à UF de Goiás

TABELA II.7

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DE RETORNO DAS UFs DE RESIDÊNCIA ATUAL, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NESTA UF, SEGUNDO UFs DE RESIDÊNCIA ANTERIOR (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) - COM PRORATA - 1981-91

UF ANTERIOR	MIGRANTES DE RETORNO POR REGIÕES E UFS DE RESIDÊNCIA ATUAL																TOTAL
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C.OESTE	
11-RO	5601	1713	367	3202	784	1113	953	161	134	2016	10444	16889	9108	25996	21073	13411	76526
12-AC+14-RR+16-AP	8793	1264	153	1508	777	264	265	200	0	305	4736	1724	1354	3079	1871	975	19453
13-AM	16253	1207	642	4565	838	422	886	109	32	705	9408	4867	2558	7425	2513	1230	36830
15-PA	8821	31890	6341	13437	1942	1359	2936	371	149	2643	61067	11881	7023	18903	4513	23742	117046
NORTE	39468	36074	7503	22712	4341	3158	5040	841	316	5670	85655	35361	20043	55403	29970	39358	249854
21-MA	9548		20280	9169	1201	1262	2453	327	364	861	35916	3734	2211	5945	1127	5424	57962
22-PI	1173	10530		8413	608	665	1827	94	130	822	23087	668	2052	2719	291	950	28220
23-CE	3902	2994	4995		5378	4000	6009	617	779	1038	25810	3879	5498	9377	995	1457	41541
24-RN	780	254	554	7166		10318	3776	331	249	319	22968	3053	2039	5092	576	1053	30469
25-PB	673	629	324	3714	8667		12556	645	197	1065	27797	2487	3299	5787	813	798	35867
26-PE	1295	861	2359	9166	3844	15353		8623	1089	8786	50082	5911	14745	20656	1738	1065	74835
27-AL	136	202	191	1768	786	1448	15049		2598	2550	24593	1551	4450	6001	1033	179	31943
28-SE	62	125	105	495	1229	331	2447	4795		5784	15310	1945	2560	4505	722	205	20805
29-BA	1541	1215	2227	8689	2216	4833	18282	5375	12656		55492	29454	23665	53120	5076	3961	119190
NORDESTE	19109	16809	31035	48579	23928	38211	62400	20806	18062	21225	281056	52682	60519	113201	12372	15093	440832
31-MG	1956	1022	851	2531	1708	1282	2017	357	506	13615	23888	33364	70620	103984	10548	20708	161083
32-ES	993	210	109	1071	509	163	414	126	262	6357	9221	41582	2830	44412	1574	590	56790
33-RJ	9149	5746	2743	23554	11640	27450	14852	4206	4209	16480	110680	77069	29914	106983	17053	6875	250740
35-SP	5990	6942	19324	55420	17158	31197	80235	18030	13278	96575	338159	204157		204157	120164	29401	697871
SUDESTE	18088	13920	23027	82575	31014	60092	97318	22719	18255	133027	481948	356173	103363	459536	149339	57574	1166485
41-PR	2647	187	165	1290	308	568	1375	591	541	1674	6699	14021	82640	96660	61391	6800	174198
42-SC	168	27	60	379	216	180	134	104	28	318	1445	3492	6443	9935	60875	931	73354
43-RS	511	128	78	634	230	170	497	78	132	550	2498	6926	7195	14121	30558	1842	49530
SUL	3326	342	304	2302	753	918	2006	773	702	2541	10642	24438	96278	120716	152824	9573	297082
50-MS	582	251	161	1085	243	244	965	286	179	470	3883	5365	43391	48756	25042	6244	84508
51-MT	2115	1686	359	1472	797	357	858	129	176	1334	7170	9101	22755	31856	47053	30942	119135
52-GO+TO	4296	8787	2746	3353	2504	1488	1555	283	333	6485	27534	34029	16329	50358	7886	11035	101109
53-DF	2168	5825	7367	9362	3112	4881	3461	661	575	7050	42292	36006	6946	42952	5342	35275	128029
CENTRO OESTE	9161	16549	10632	15273	6656	6970	6839	1359	1263	15339	80879	84501	89420	173921	85323	83496	432761
TOTAL	89154	83695	72502	171442	66693	109349	173603	46498	38598	177801	940181	553154	369624	922778	429828	205094	2587034
Br.s/esp.Pais est.lg.	3447	1133	688	1763	466	361	1819	323	214	2009	8777	21805	17848	39653	27581	4852	84310
TOTAL GERAL	92601	84828	73190	173205	67159	109710	175423	46821	38812	179810	948957	574959	387472	962431	457409	209946	2671344

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais INPSO-FUNDAJ (Nordeste) e NEPO-UNICAMP (Demais UFs)

NOTAS: 1. Fluxo Migratório de Retorno Interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, que nasceram na UF de residência atual, estão nesta UF a menos de 10 anos, segundo UF de residência anterior

2. Para efeito de comparação Tocantins foi incorporado à UF de Goiás

3. Os volumes dos migrantes sem etapa anterior dentro de cada UF do Nordeste e São Paulo, foram rateados segundo a distribuição de origem conhecida

TABELA II.9

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DE RETORNO DAS GRANDES REGIÕES E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E SÃO PAULO, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL (0 <= TEMPUF < 10), SEGUNDO UFs DE RESIDÊNCIA ANTERIOR (UF ATUAL = UF NASCIMENTO E UF ATUAL <= UF ANTERIOR) (Fluxo Migratório de Retorno Interestadual do Brasil) - COM PRORATA - 1990-2000

UF ANTERIOR	MIGRANTES DE RETORNO POR REGIÕES E UFS DE RESIDÊNCIA ATUAL																
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C.-OESTE	TOTAL
11-RO	6174	1347	397	2721	629	793	638	62	290	1579	8456	9891	4677	14568	11381	9303	49882
12-AC+14-RR+16-AP	16900	3132	378	2188	1011	632	491	80	23	312	8247	1693	722	2415	2206	1381	31149
13-AM	19358	1891	995	4170	819	611	1128	200	33	663	10510	4646	1287	5933	2692	1080	39573
15-PA	27409	34563	4189	9833	1538	875	2134	275	249	3038	56694	10490	3234	13724	4537	12265	114629
17-TO	5102	7491	1288	876	203	375	572	131	38	755	11729	2465	1796	4261	1604	18343	41039
NORTE	74943	48424	7247	19788	4200	3286	4963	748	633	6347	95636	29185	11716	40901	22420	42372	276272
21-MA	28036		15451	8163	952	1170	1947	544	241	1217	29685	5564	4768	10332	1268	4977	74298
22-PI	2585	13973		9397	386	374	2771	90	96	1428	28515	1859	7506	9365	654	2629	43748
23-CE	5963	4205	6635		5998	3734	6255	492	388	2614	30321	9111	14038	23149	2407	2496	64336
24-RN	1721	439	314	5780		9776	3530	326	188	937	21290	4272	4845	9117	879	1286	34293
25-PB	1323	1118	405	3442	9351		14615	708	364	1678	31661	11896	8931	20827	1000	1055	55886
26-PE	3449	1532	2952	9668	4081	16671		12482	1014	10929	58329	9923	28719	38642	2740	1918	106078
27-AL	396	311	179	1237	520	1028	17177		4384	3700	26536	2976	11925	14901	1136	1298	46267
28-SE	735	137	122	585	488	565	1832	5643		10129	19501	2217	4941	7158	547	417	28358
29-BA	3569	879	2058	7213	2390	3851	14935	3900	10753		45979	39865	56561	96426	6169	8719	160862
NORDESTE	47777	22594	28116	45485	24166	37169	63062	24185	17428	32632	294837	87683	142234	229917	16800	24795	614126
31-MG	9455	1460	910	3929	1858	1079	2313	928	399	15409	28285	41669	65932	107601	10733	20429	176503
32-ES	2341	322	95	868	192	249	435	336	114	12062	14673	43462	3009	46471	1750	1003	66238
33-RJ	8260	4631	2668	24432	9270	24636	13234	2714	2704	15329	99618	65954	18760	84714	14665	4603	211860
35-SP	10796	11045	34392	69841	18856	41055	78693	24538	11576	138017	428013	206755		206755	129939	31659	807162
SUDESTE	30852	17458	38065	99070	30176	67019	94675	28516	14793	180817	570589	357840	87701	445541	157087	57694	1261763
41-PR	4086	1258	272	1572	531	720	1314	405	382	2181	8635	11461	65882	77343	61749	11257	163070
42-SC	1064	164	78	829	193	139	530	183	148	684	2948	3920	7431	11351	82494	1889	99746
43-RS	1249	462	202	3118	351	197	688	209	173	1542	6942	5843	5841	11684	38546	2731	61152
SUL	6399	1884	552	5519	1075	1056	2532	797	703	4407	18525	21224	79154	100378	182789	15877	323968
50-MS	1454	809	340	817	669	331	687	337	85	801	4676	4901	24496	29397	22085	7548	65160
51-MT	7087	2378	653	1200	581	592	729	809	356	1735	9033	7818	16583	24381	30693	25495	96689
52-GO	16716	4520	2687	3353	2010	1727	2409	326	148	9000	26180	27320	9293	36613	5584	14131	99224
53-DF	5230	7121	11105	11071	3195	5684	3151	844	337	9641	52149	25731	4148	29879	4160	26953	118371
CENTRO OESTE	30487	14628	14785	16441	6455	8334	6976	2316	926	21177	92038	65770	54500	120270	65222	74127	379444
TOTAL	190458	104988	88765	186303	66072	116864	172208	56562	34483	245380	1071625	561702	375305	937007	441618	214865	2855573
Br.s/esp.Pais est.lg.	84391	29783	11959	38344	14258	19397	42099	19899	10947	74586	261272	178557	209387	387944	127299	75001	935907
TOTAL GERAL	274849	134771	100724	224647	80330	136261	214307	76461	45430	319966	1332897	740259	584692	1324951	568917	289866	3791480

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 2000. Tabulações Especiais NEPO-UNICAMP

NOTA: 1. Fluxo de Migração de Retorno do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, de UF de nascimento igual a UF de residência atual, com menos de 10 anos de residência na UF atual, e com o tempo de residência maior e igual a zero e UF Atual diferente da UF Anterior.

TABELA II.8

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES DAS GRANDES REGIÕES E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E SÃO PAULO, COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, SEGUNDO UFs DE RESIDÊNCIA ANTERIOR (Fluxo Migratório Interestadual do Brasil) - COM PRORATA - 1990-2000

UF ANTERIOR	MIGRANTES DE RETORNO POR REGIÕES E UFS DE RESIDÊNCIA ATUAL																
	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE	MG+ES+RJ	SP	SUDESTE	SUL	C-OESTE	TOTAL
11-RO	25442	2380	696	4599	1372	1490	1243	224	454	2667	15125	15673	17108	32781	24205	55314	152867
12-AC+14-RR+16-AP	50028	4677	677	4265	2001	1210	1061	281	165	646	14983	3410	3006	6416	4351	7604	83382
13-AM	68973	3228	1595	7940	2135	1346	2394	576	289	1573	21076	10098	5917	16015	6287	7352	119703
15-PA	215878	65264	8562	18510	3785	1756	4754	593	680	6314	110218	26802	25478	52280	11896	61547	451819
17-TO	36648	15397	2282	1351	337	548	817	231	79	1926	22968	5077	6935	12012	3017	76505	151150
NORTE	396969	90946	13812	36665	9630	6350	10269	1905	1667	13126	184370	61060	58444	119504	49756	208322	958921
21-MA	284468		52209	20183	2324	2146	4339	1204	589	3548	86542	30012	63309	93321	4802	104674	573807
22-PI	26100	44479		25755	1397	1141	9482	354	609	6496	89713	13061	109358	122419	2748	79135	320115
23-CE	44094	14895	19547		16767	10411	19483	2000	1738	13598	98439	70540	163808	234348	10960	46245	434086
24-RN	7563	1417	731	16454		22245	9551	893	889	3105	55285	23586	45626	69212	3433	16720	152213
25-PB	9470	3538	1347	11448	32786		44567	2520	1571	9609	107386	98551	117288	215839	4017	27470	364182
26-PE	17290	6198	7421	26121	12935	49866		44325	6274	51406	204546	60167	331070	391237	10081	31811	654965
27-AL	4108	1274	492	3801	1295	2654	43105		27170	16850	96641	19005	142462	161467	4566	16543	283325
28-SE	2697	494	258	1308	1004	1129	3966	10752		30497	49408	10544	47516	58060	2506	4363	117034
29-BA	28929	2834	6151	13669	5073	7742	35930	9309	37058		117766	184630	652212	836842	18131	132129	1133797
NORDESTE	424719	75129	88156	118739	73581	97334	170423	71357	75898	135109	905726	510096	1672649	2182745	61244	459090	4033524
31-MG	36626	4097	1878	6753	3454	2032	5195	1951	1524	43129	70013	193127	411590	604717	32238	144139	887733
32-ES	23973	903	222	1284	524	489	966	536	283	27440	32647	92931	19097	112028	5315	6519	180482
33-RJ	27172	8251	4408	37485	20332	38293	24975	5977	6518	30953	177192	159446	100078	259524	45941	40043	549872
35-SP	49295	19675	49794	107706	34538	63273	128640	40351	22511	223420	689908	521039		521039	344090	185212	1789544
SUDESTE	137066	32926	56302	153228	58848	104087	159776	48815	30836	324942	969760	966543	530765	1497308	427584	375913	3407631
41-PR	37361	1732	449	3179	1249	1337	2808	977	825	7579	20135	42858	347388	390246	232600	117923	798265
42-SC	6432	504	120	1511	622	272	908	254	404	2364	6959	9474	28847	38321	209114	24258	285084
43-RS	9985	1213	634	3837	1535	604	2157	746	563	5776	17065	18514	30111	48625	165347	38058	279080
SUL	53778	3449	1203	8527	3406	2213	5873	1977	1792	15719	44159	70846	406346	477192	607061	180239	1362429
50-MS	12932	1222	622	1634	1128	905	1676	632	374	2212	10405	11627	64860	76487	49001	57278	206103
51-MT	47150	4014	1363	2205	1134	763	1410	1417	526	3584	16416	14265	45425	59690	56357	69810	249423
52-GO	76199	8871	4356	5326	3518	2847	3159	843	461	16826	46207	50830	38108	88938	12866	117646	341856
53-DF	16681	11449	17058	17281	6121	8046	5806	1322	865	17678	85426	44222	19849	64071	10570	206405	383153
CENTRO OESTE	152962	25556	23399	26446	11901	12561	11851	4214	2226	40300	158454	120944	168242	289186	128794	451139	1180535
TOTAL	1165494	226006	182872	343605	157366	222545	358192	128268	112419	529196	2262469	1729489	2836446	4565935	1274439	1674703	10943040
Br.s/esp.Pais est.lg.	139748	34549	13786	44794	17549	23108	52427	22919	13133	89976	312241	253012	417943	670955	247958	164848	1535750
TOTAL GERAL	1305242	262555	196658	388399	174915	245653	410619	151187	125552	619172	2574710	1982501	3254389	5236890	1522397	1839551	12478790

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 2000. Tabulações Especiais NEPO-UNICAMP

NOTAS: 1. Fluxo Migratório Interestadual do Brasil: corresponde aos migrantes interestaduais, com menos de 10 anos de residência na UF atual e com o tempo de residência maior e igual a zero, segundo UF de residência anterior

TABELA II. 10

FLUXOS MIGRATÓRIOS MAIS EXPRESSIVOS DOS RETORNADOS DAS UFs DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA PARA OS ESTADOS DO CEARÁ, PERNAMBUCO E BAHIA (Fluxo Migratório interestadual do Brasil), 1970-80 e 1981-91

ESTADOS DO NORDESTE (Locais de Retorno)	Locais de Procedência	UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA											
		1970 - 80						1981 - 91					
		Retornados		% Retornados p/município de:			Retornados		% Retornados p/município de:				
		Volume	%	Origem	Outros	Total	Volume	%	Origem	Outros	Total		
CEARÁ	Norte:	RO	314	0,59	55,41	44,59	100,00	2512	1,46	68,79	31,21	100,00	
		AM	1038	1,95	50,19	49,81	100,00	3581	2,08	65,74	34,26	100,00	
		PA	2620	4,91	56,37	43,63	100,00	10540	6,13	64,62	35,38	100,00	
	Nordeste:	MA	4057	7,61	60,76	39,24	100,00	7192	4,19	63,99	36,01	100,00	
		PI	2658	4,98	46,46	53,54	100,00	6599	3,84	63,81	36,19	100,00	
		RN	1703	3,19	51,26	48,74	100,00	5621	3,27	63,26	36,74	100,00	
		PB	1799	3,37	51,70	48,30	100,00	2913	1,70	68,62	31,38	100,00	
		PE	3871	7,26	55,10	44,90	100,00	7190	4,18	66,40	33,60	100,00	
		AL	256	0,48	61,72	38,28	100,00	1387	0,81	64,67	35,33	100,00	
		BA	2628	4,93	54,98	45,02	100,00	6816	3,97	65,99	34,01	100,00	
	Sudeste:	MG	745	1,40	51,01	48,99	100,00	1985	1,16	67,76	32,24	100,00	
		RJ	5437	10,20	60,11	39,89	100,00	18476	10,75	71,30	28,70	100,00	
		SP	12186	22,85	65,28	34,72	100,00	43472	25,30	68,57	31,43	100,00	
	Sul:	PR	1214	2,28	68,45	31,55	100,00	1012	0,59	67,49	32,51	100,00	
	Centro-Oeste:	MT	194	0,36	93,81	6,19	100,00	1155	0,67	65,89	34,11	100,00	
		GO	1098	2,06	64,39	35,61	100,00	2630	1,53	78,17	21,83	100,00	
	DF	2474	4,64	54,77	45,23	100,00	7344	4,27	69,59	30,41	100,00		
	Outros		1254	2,35	66,43	33,57	100,00	4058	2,36	68,95	31,05	100,00	
	S/etapa anterior no CE		7129	14,58	17,09	82,91	100,00	37341	21,73	13,75	86,25	100,00	
	Total		52675	100,00	52,98	47,02	100,00	171824	100,00	56,05	43,95	100,00	
PERNAMBUCO	Norte:	PA	535	0,58	60,93	39,07	100,00	2282	1,31	53,77	46,23	100,00	
		MA	882	0,95	55,78	44,22	100,00	1907	1,10	54,06	45,94	100,00	
	Nordeste:	PI	922	1,00	57,92	42,08	100,00	1420	0,82	59,15	40,85	100,00	
		CE	2648	2,86	53,97	46,03	100,00	4671	2,68	61,79	38,21	100,00	
		RN	1666	1,80	54,98	45,02	100,00	2935	1,69	53,59	46,41	100,00	
		PB	6846	7,39	47,37	52,63	100,00	9760	5,61	55,47	44,53	100,00	
		AL	8534	9,21	50,14	49,86	100,00	11698	6,72	56,10	43,90	100,00	
		SE	659	0,71	50,99	49,01	100,00	1902	1,09	56,89	43,11	100,00	
		BA	9078	9,80	46,42	53,58	100,00	14211	8,17	56,42	43,58	100,00	
	Sudeste:	MG	889	0,96	57,71	42,29	100,00	1568	0,90	53,83	46,17	100,00	
		RJ	9206	9,94	61,45	38,55	100,00	11389	6,55	61,42	38,58	100,00	
		SP	30535	32,97	62,94	37,06	100,00	62367	35,84	66,19	33,81	100,00	
	Sul:	PR	1717	1,85	74,90	25,10	100,00	1069	0,61	64,27	35,73	100,00	
	Centro-Oeste:	GO	452	0,49	67,70	32,30	100,00	1209	0,69	70,39	29,61	100,00	
		DF	1402	1,51	53,64	46,36	100,00	2690	1,55	63,42	36,58	100,00	
	Outros		1244	1,43	53,65	46,35	100,00	3865	2,22	58,81	41,19	100,00	
	S/etapa anterior em PE		14099	16,54	15,04	84,96	100,00	39066	22,45	12,26	87,74	100,00	
	Total		91314	100,00	50,23	49,77	100,00	174009	100,00	50,60	49,40	100,00	
	BAHIA	Norte:	RO	20	0,03	60,00	40,00	100,00	1389	0,78	54,86	45,14	100,00
			PA	487	0,71	53,59	46,41	100,00	1821	1,02	55,30	44,70	100,00
Nordeste:		CE	998	1,46	63,93	36,07	100,00	715	0,40	34,13	65,87	100,00	
		PB	637	0,93	56,04	43,96	100,00	734	0,41	64,58	35,42	100,00	
		PE	3713	5,45	50,69	49,31	100,00	6053	3,39	52,19	47,81	100,00	
		AL	925	1,36	56,43	43,57	100,00	1757	0,98	61,30	38,70	100,00	
		SE	2228	3,27	45,38	54,62	100,00	3985	2,23	54,30	45,70	100,00	
Sudeste:		MG	5316	7,80	36,61	63,39	100,00	9380	5,26	49,82	50,18	100,00	
		ES	1701	2,49	29,16	70,84	100,00	4380	2,45	32,79	67,21	100,00	
		RJ	4687	6,87	54,21	45,79	100,00	11354	6,36	64,73	35,27	100,00	
		SP	21246	31,16	56,94	43,06	100,00	66537	37,29	64,04	35,96	100,00	
Sul:		PR	1300	1,91	50,00	50,00	100,00	1153	0,65	46,83	53,17	100,00	
Centro-Oeste:		MT	433	0,64	63,28	36,72	100,00	919	0,52	62,46	37,54	100,00	
		GO	1487	2,18	59,05	40,95	100,00	4468	2,50	61,73	38,27	100,00	
		DF	2026	2,97	63,72	36,28	100,00	4857	2,72	66,11	33,89	100,00	
Outros			1838	2,70	50,82	49,18	100,00	2998	1,68	52,90	47,10	100,00	
S/etapa anterior na BA			17276	28,07	14,29	85,71	100,00	55927	31,34	11,69	88,31	100,00	
Total			66318	100,00	41,84	58,16	100,00	178427	100,00	44,93	55,07	100,00	

FONTE: FIBGE. Tabulações Especiais dos Censos de 1980 e 1991. (Tabela II.6.1 e I.7.1 sem PRORATA)

TABELA III.1

POPULAÇÃO RESIDENTE RECENSEADA, PARTICIPAÇÃO RELATIVA (1), TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (% ao ano) E ÁREA
SEGUNDO AS MESORREGIÕES, REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO E MUNICÍPIOS SELECIONADOS (2) DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1970-2000

ESTADO, MESOR- REGIÕES, RDs MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE RECENSEADA								TAXA CRESCIMENTO			ÁREA (Em Km ²)
	1970		1980		1991		2000		(% ao ano)			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	70/80	81/91	91/00	
1. Estado de Pernambuco												
Total	5181881		6143272		7127855		7910992		1,76	1,36	1,16	98527,0
1.1 RD Metropolitana												
Núcleo Central:	1458018	28,25	1816516	29,57	2126737	29,84	2370987	29,97	2,22	1,44	1,22	518,0
Recife	1060701	20,55	1203899	19,60	1298228	18,21	1421947	17,97	1,27	0,69	1,02	218,0
Olinda	196342	3,80	282203	4,59	341392	4,79	368643	4,66	3,69	1,75	0,86	41,0
Jaboatão dos Guararapes	200975	3,89	330414	5,38	487117	6,83	580397	7,34	5,10	3,59	1,97	259,0
Litoral Norte:	132255	2,56	247248	4,02	396368	5,56	484047	6,12	6,46	4,38	2,25	769,0
Oeste	125220	2,43	179084	2,92	224394	3,15	264452	3,34	3,64	2,07	1,84	507,0
Litoral Sul:	111680	2,16	143613	2,34	172456	2,42	212066	2,68	2,55	1,68	2,32	972,0
Total	1827173	35,40	2386461	38,85	2919955	40,97	3331552	42,11	2,71	1,85	1,48	2768,0
1.2 Mesorregião Mata Pernambucana												
Total	939124	18,19	1035502	16,86	1132466	15,89	1209453	15,29	0,98	0,82	0,73	8405,4
1.2.1 RD Mata Norte												
Paudalho	32741	0,63	36776	0,60	39606	0,56	45063	0,57	1,17	0,68	1,44	270,3
Timbaúba	52077	1,01	54504	0,89	57254	0,80	56895	0,72	0,46	0,45	-0,07	320,5
Tracunhém	11249	0,22	11149	0,18	11932	0,17	12379	0,16	-0,09	0,62	0,41	141,6
Vicência	25270	0,49	26030	0,42	28016	0,39	28744	0,36	0,30	0,67	0,29	250,3
Aliança	35057	0,68	37648	0,61	37453	0,53	37188	0,47	0,72	-0,05	-0,08	266,4
Buenos Aires	12028	0,23	12262	0,20	12460	0,17	12016	0,15	0,19	0,15	-0,40	87,4
Camutanga	6437	0,12	7254	0,12	7486	0,11	7830	0,10	1,20	0,29	0,50	38,0
Carpina	45790	0,89	57346	0,93	66076	0,93	63769	0,81	2,28	1,30	-0,39	153,8
Condado	12256	0,24	16227	0,26	18448	0,26	21756	0,28	2,85	1,17	1,85	90,9
Ferreiros	9572	0,19	10483	0,17	10925	0,15	10737	0,14	0,91	0,38	-0,19	86,0
Goiana	51588	1,00	57809	0,94	64148	0,90	71088	0,90	1,15	0,95	1,15	494,2
Itambé	25083	0,49	28167	0,46	34248	0,48	34966	0,44	1,17	1,79	0,23	306,3
Itaquitinga	9294	0,18	10983	0,18	14025	0,20	14950	0,19	1,68	2,25	0,71	117,0
Lagoa do Itaenga	11110	0,22	12709	0,21	16506	0,23	19908	0,25	1,35	2,40	2,10	62,0
Macaparana	16668	0,32	18677	0,30	20852	0,29	22474	0,28	1,14	1,01	0,84	100,2
Nezeré da Mata	23742	0,46	25463	0,41	26537	0,37	29218	0,37	0,70	0,38	1,08	141,9
Glória do Goitá	28697	0,56	27224	0,44	26806	0,38	27528	0,35	-0,53	-0,14	0,30	211,8
Chã de Alegria	8098	0,16	9305	0,15	10897	0,15	11106	0,14	1,40	1,45	0,21	58,2
Total	416757	8,07	460016	7,49	503675	7,07	540698	6,83	0,99	0,83	0,79	3196,8
1.2.2 RD Mata Sul												
Vitória de Santo Antão	80537	1,56	93203	1,52	106846	1,50	121269	1,53	1,47	1,25	1,42	345,7
Pombos	22899	0,44	20922	0,34	21248	0,30	23343	0,30	-0,90	0,14	1,05	236,1
Chã Grande	13949	0,27	14414	0,23	15497	0,22	18403	0,23	0,33	0,66	1,93	83,7
Água Preta	34826	0,67	37013	0,60	36607	0,51	28715	0,36	0,61	-0,10	-2,66	532,0
Amaraji	16001	0,31	19393	0,32	19995	0,28	21319	0,27	1,94	0,28	0,71	238,8
Barreiros	28892	0,56	32445	0,53	40567	0,57	39151	0,49	1,17	2,05	-0,39	229,8
Belém de Maria	12638	0,24	10986	0,18	12202	0,17	10634	0,13	-1,39	0,96	-1,52	63,8
Catende	28198	0,55	28153	0,46	31517	0,44	31149	0,39	-0,02	1,03	-0,13	160,9
Cortês	10168	0,20	11172	0,18	12413	0,17	12934	0,16	0,95	0,96	0,46	99,2
Escada	43372	0,84	53172	0,87	55839	0,78	56956	0,72	2,06	0,45	0,22	350,3
Gameleira	14890	0,29	16950	0,28	19639	0,28	23784	0,30	1,30	1,35	2,15	260,8
Joaquim Nabuco	12391	0,24	14320	0,23	15700	0,22	15921	0,20	1,46	0,84	0,16	115,6
Marçal	20606	0,40	19573	0,32	21489	0,30	13940	0,18	-0,51	0,85	-4,69	197,0
Palmares	50995	0,99	58431	0,95	57729	0,81	55658	0,70	1,37	-0,11	-0,41	376,2
Primavera	8627	0,17	8440	0,14	10852	0,15	11470	0,14	-0,22	2,31	0,62	96,5
Quipapá	19568	0,38	19959	0,32	21130	0,30	22202	0,28	0,20	0,52	0,55	225,6

Ribeirão	31009	0,60	36343	0,59	41020	0,58	41368	0,52	1,60	1,11	0,09	288,0
Rio Formoso	28655	0,56	31350	0,51	33831	0,47	20763	0,26	0,90	0,69	-5,28	341,0
São Benedito do Sul	11048	0,21	10542	0,17	9883	0,14	10477	0,13	-0,47	-0,59	0,65	209,3
São José da Coroa Grande	8292	0,16	9644	0,16	11531	0,16	13927	0,18	1,52	1,64	2,12	75,0
Sirinhaém	24906	0,48	29061	0,47	33256	0,47	33079	0,42	1,60	1,23	-0,06	356,7
Total	522367	10,12	575486	9,37	628791	8,82	668755	8,45	0,97	0,81	0,69	5208,6

1.3 Mesorregião Agreste Pernambucano

Total	1539923	29,83	1666313	27,12	1818532	25,51	1991674	25,18	0,79	0,80	1,02	24489,8
--------------	----------------	--------------	----------------	--------------	----------------	--------------	----------------	--------------	-------------	-------------	-------------	----------------

1.3.1 RD Agreste Setentrional

Limoeiro	57278	1,11	57174	0,93	54856	0,77	56301	0,71	-0,02	-0,38	0,29	277,5
Bom Jardim	35249	0,88	34915	0,57	36796	0,52	37456	0,47	-0,10	0,48	0,20	208,3
Cumarú	17449	0,34	22371	0,36	18002	0,25	27301	0,35	2,52	-1,96	4,74	278,4
Feira Nova	15207	0,29	17075	0,28	18524	0,26	18851	0,24	1,17	0,74	0,19	118,8
João Alfredo	24025	0,47	25262	0,41	27417	0,38	26975	0,34	0,50	0,75	-0,18	150,0
Machados	8018	0,16	8857	0,14	9019	0,13	9827	0,12	1,00	0,16	0,96	45,1
Orobó	19601	0,38	20603	0,34	20875	0,29	22478	0,28	0,50	0,12	0,83	126,3
Passira	21929	0,42	25657	0,42	29133	0,41	29131	0,37	1,58	1,16	0,00	364,8
Salgadinho	5460	0,11	5565	0,09	5921	0,08	7135	0,09	0,19	0,57	2,09	71,9
São Vicente Ferrer	12248	0,24	12902	0,21	14170	0,20	16005	0,20	0,52	0,86	1,36	120,2
Frei Miguelinho	13952	0,27	13750	0,22	14097	0,20	12983	0,16	-0,15	0,23	-0,91	215,8
Santa Cruz do Capibaribe	11685	0,23	21112	0,34	38330	0,54	59017	0,75	6,09	5,57	4,91	369,6
Santa Maria do Cambucá	9724	0,19	10447	0,17	11413	0,16	11742	0,15	0,72	0,81	0,32	94,5
Surubim	52275	1,01	61023	0,99	67570	0,95	50284	0,64	1,56	0,93	-3,23	254,9
Taquaritinga do Norte	14492	0,28	14907	0,24	17091	0,24	19720	0,25	0,28	1,25	1,60	450,7
Toritama	6382	0,12	8619	0,14	14905	0,21	21794	0,28	3,05	5,11	4,31	34,8
Vertentes	13285	0,26	16565	0,27	14254	0,20	14953	0,19	2,23	-1,36	0,53	172,7
Total	338259	6,55	376804	6,13	412375	5,79	463825	5,86	1,08	0,82	1,31	3544,5

1.3.2 RD Agreste Central

Ceruaru	142653	2,76	172532	2,81	213695	3,00	253312	3,20	1,92	1,96	1,91	932,0
Cravata	49366	0,96	52501	0,85	61576	0,86	67204	0,85	0,62	1,46	0,98	491,5
Alagoinha	9383	0,18	10255	0,17	11066	0,16	12522	0,16	0,89	0,69	1,38	180,1
Belo Jardim	45361	0,88	51711	0,84	60656	0,85	68655	0,87	1,32	1,46	1,39	663,6
Bezerros	44289	0,86	48825	0,79	52132	0,73	57390	0,73	0,98	0,60	1,07	545,7
Brejo da Madre de Deus	25682	0,50	24772	0,40	31204	0,44	37849	0,48	-0,36	2,12	2,17	782,6
Cachoeirinha	13512	0,26	13441	0,22	15850	0,22	17048	0,22	-0,05	1,51	0,81	183,2
Jataúba	14606	0,28	13544	0,22	14448	0,20	14640	0,19	-0,75	0,59	0,15	715,7
Pesqueira	49687	0,96	52281	0,85	57620	0,81	57602	0,73	0,51	0,89	0,00	1036,0
Poção	8081	0,16	9062	0,15	9582	0,13	11177	0,14	1,15	0,51	1,73	212,1
Riacho das Almas	16222	0,31	17122	0,28	17939	0,25	18143	0,23	0,54	0,42	0,13	313,9
Sanharó	13570	0,26	14256	0,23	15022	0,21	15881	0,20	0,49	0,48	0,62	247,5
São Bento do Una	33514	0,65	37585	0,61	42234	0,59	45343	0,57	1,15	1,07	0,79	715,9
São Caitano	23933	0,46	24605	0,40	29596	0,42	33391	0,42	0,28	1,69	1,35	373,9
Tacaimbó	9626	0,19	9905	0,16	11673	0,16	12932	0,16	0,29	1,50	1,14	210,9
Agrestina	17068	0,33	15569	0,25	17991	0,25	20028	0,25	-0,92	1,32	1,20	198,0
Altinho	28754	0,56	24767	0,40	23142	0,32	22090	0,28	-1,48	-0,62	-0,52	452,6
Barra de Guabiraba	7792	0,15	10008	0,16	10518	0,15	10867	0,14	2,53	0,45	0,36	118,1
Bonito	33438	0,65	33081	0,54	35041	0,49	37747	0,48	-0,11	0,52	0,83	392,9
Carnocim de São Félix	9927	0,19	10855	0,18	13825	0,19	15016	0,19	0,90	2,22	0,92	50,8
Cupira	14539	0,28	18534	0,30	22699	0,32	22374	0,28	2,46	1,86	-0,16	104,2
Ibirajuba	10950	0,21	8499	0,14	7546	0,11	7434	0,09	-2,50	-1,08	-0,17	218,0
Lagoa dos Gatos	19141	0,37	18399	0,30	16760	0,24	16095	0,20	-0,39	-0,64	-0,45	189,2
Panelas	30610	0,59	28728	0,47	26664	0,37	25882	0,33	-0,63	-0,68	-0,33	369,6
Sairé	17235	0,33	14096	0,23	11111	0,16	13180	0,17	-1,99	-2,14	1,92	198,7
São Joaquim do Monte	20064	0,39	18213	0,30	17289	0,24	19899	0,25	-0,98	-0,47	1,57	230,6
Total	709003	13,74	753146	12,26	846879	11,88	933701	11,80	0,61	1,07	1,09	10117,3

1.3.3 Agreste Meridional

Garanhuns	71623	1,39	87038	1,42	103339	1,45	117587	1,49	1,97	1,57	1,45	467,8
Angelim	9761	0,19	9274	0,15	8732	0,12	9055	0,11	-0,51	-0,55	0,40	126,7
Bom Conselho	43933	0,85	43649	0,71	41175	0,58	42009	0,53	-0,06	-0,53	0,22	798,1
Brejão	9929	0,19	8734	0,14	8705	0,12	8914	0,11	-1,27	-0,03	0,26	161,9
Caetés	16891	0,33	17549	0,29	20624	0,29	24097	0,30	0,36	1,48	1,74	324,2
Calçado	8467	0,16	8491	0,14	9422	0,13	11712	0,15	0,03	0,95	2,45	56,0
Canhotinho	27117	0,53	26380	0,43	24574	0,34	24919	0,31	-0,28	-0,64	0,16	423,0
Correntes	20670	0,40	18004	0,29	16216	0,23	17045	0,22	-1,37	-0,95	0,56	285,2
Iati	13140	0,25	18570	0,30	18584	0,26	17690	0,22	3,52	0,01	-0,55	567,5
Jupi	17216	0,33	17825	0,29	19863	0,28	12330	0,16	0,35	0,99	-5,16	151,2
Jurema	11952	0,23	12277	0,20	12686	0,18	13718	0,17	0,27	0,30	0,87	147,0
Lagoa do Ouro	13994	0,27	12802	0,21	11373	0,16	10975	0,14	-0,89	-1,07	-0,40	219,6
Lajedo	21478	0,42	25685	0,42	29716	0,42	32194	0,41	1,80	1,33	0,89	208,9
Palmeirina	10165	0,20	9484	0,15	8309	0,12	9517	0,12	-0,69	-1,20	1,52	200,5
Paranatama	13554	0,26	11671	0,19	11413	0,16	10348	0,13	-1,48	-0,20	-1,08	272,7
Salóá	15829	0,31	15682	0,26	14835	0,21	15006	0,19	-0,09	-0,50	0,13	297,0
São João	16323	0,32	17676	0,29	18910	0,27	19744	0,25	0,80	0,62	0,48	236,6
Terezinha	8053	0,16	7025	0,11	6787	0,10	6297	0,08	-1,36	-0,31	-0,83	142,5
Capoeiras	18035	0,35	18739	0,31	19575	0,27	19544	0,25	0,38	0,40	-0,02	344,3
Águas Belas	25581	0,50	36651	0,60	38353	0,54	36331	0,46	3,66	0,41	-0,60	887,5
Buique	33405	0,65	36363	0,59	38121	0,53	44155	0,56	0,85	0,43	1,65	1279,0
Itaíba	22701	0,44	28349	0,46	27140	0,38	26782	0,34	2,25	-0,40	-0,15	1073,2
Pedra	17680	0,34	19737	0,32	19612	0,28	20243	0,26	1,11	-0,06	0,35	852,4
Tupanatinga	16456	0,32	18645	0,30	19146	0,27	20780	0,26	1,26	0,24	0,91	869,8
Venturosa	8708	0,17	10063	0,16	12068	0,17	13461	0,17	1,46	1,67	1,22	326,1
Total	492861	9,54	536363	8,73	559278	7,85	594148	7,51	0,85	0,38	0,67	10828,0

1.4 Mesorregião Sertão Pernambucano

Total	663126	12,85	787062	12,81	880683	12,36	918540	11,61	1,73	1,03	0,47	38084,5
--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	-------------	-------------	-------------	----------------

1.4.1 RD Sertão Pajeú - Moxotó

Arcoverde	40162	0,78	47208	0,77	55774	0,78	61600	0,78	1,63	1,53	1,11	380,6
Sertânia	31373	0,61	32477	0,53	31508	0,44	31635	0,40	0,35	-0,27	0,04	2359,4
Botânia	10329	0,20	11848	0,19	11224	0,16	11305	0,14	1,38	-0,49	0,08	1232,6
Custódia	20711	0,40	26823	0,44	28847	0,40	29928	0,38	2,62	0,66	0,41	1484,6
Ibimirim	12736	0,25	17320	0,28	28099	0,39	24321	0,31	3,12	4,50	-1,59	1901,5
Inejá	13575	0,26	19181	0,31	23196	0,33	13164	0,17	3,52	1,74	-6,10	246,6
Afogados da Ingazeira	19623	0,38	24496	0,40	29615	0,42	32916	0,42	2,24	1,74	1,18	386,1
Brejinho	7394	0,14	7055	0,11	7401	0,10	7277	0,09	-0,47	0,44	-0,19	85,1
Calumbi	4993	0,10	5684	0,09	6876	0,10	7077	0,09	1,30	1,75	0,32	218,6
Carnaíba	21951	0,43	25464	0,41	25929	0,36	17669	0,22	1,50	0,16	-4,17	429,7
Flores	20946	0,41	22410	0,36	21808	0,31	20807	0,26	0,68	-0,25	-0,52	963,8
Iguaraci	10934	0,21	11728	0,19	11237	0,16	11484	0,15	0,70	-0,39	0,24	773,6
Ingazeira	3940	0,08	4555	0,07	4428	0,06	4566	0,06	1,46	-0,26	0,34	246,6
Itapetim	15148	0,29	15918	0,26	15656	0,22	14764	0,19	0,50	-0,15	-0,65	409,8
Santa Terezinha	7848	0,15	9449	0,15	9746	0,14	10229	0,13	1,87	0,28	0,54	219,5
São José do Egito	23607	0,46	26149	0,43	28674	0,40	29443	0,37	1,03	0,84	0,29	783,3
Serra Talhada	55774	1,08	67166	1,09	72339	1,01	70877	0,90	1,88	0,68	-0,23	2965,3
Solidão	5516	0,11	6173	0,10	5777	0,08	5532	0,07	1,13	-0,60	-0,48	130,7
Tabira	16245	0,31	19407	0,32	22724	0,32	24031	0,30	1,79	1,44	0,62	393,3
Triunfo	24849	0,48	26787	0,44	27672	0,39	15129	0,19	0,75	0,30	-6,49	182,2
Tuparetama	5747	0,11	5466	0,09	7108	0,10	7765	0,10	-0,50	2,42	0,99	231,6
Total	373401	7,23	432764	7,04	475638	6,67	482212	6,10	1,49	0,86	0,15	16882,6

1.4.2 RD Sertão Central

Mirandiba	9893	0,19	11914	0,19	12865	0,18	13124	0,17	2,08	0,70	0,22	773,3
São José do Belmonte	23101	0,45	29281	0,48	31013	0,44	31643	0,40	2,39	0,53	0,22	1491,0
Salgueiro	31314	0,61	40440	0,66	47209	0,66	51554	0,65	2,59	1,42	0,98	1733,7

Serrita	16383	0,32	18293	0,30	19007	0,27	17839	0,23	1,11	0,35	-0,70	1602,3
Verdejante	7395	0,14	7686	0,13	8130	0,11	8847	0,11	0,39	0,51	0,94	449,1
Cedro	4667	0,09	6505	0,11	9003	0,13	9548	0,12	3,38	3,00	0,66	173,0
Parnamirim	13066	0,25	15239	0,25	18744	0,26	19284	0,24	1,55	1,90	0,32	2598,5
Terra Nova	4071	0,08	5220	0,08	6675	0,09	7519	0,10	2,52	2,26	1,33	380,7
Total	109690	2,13	134558	2,19	152646	2,14	159358	2,01	2,06	1,15	0,48	9181,6
1.4.3 RD Sertão do Araripe												
Bodocó	22121	0,43	25803	0,42	28505	0,40	31712	0,40	1,55	0,91	1,19	1604,9
Ouricuri	50167	0,97	63948	1,04	73524	1,03	86623	0,72	2,46	1,28	-2,86	2383,9
Araripina	38919	0,75	47908	0,78	60583	0,85	70592	0,89	2,10	2,16	1,71	1914,4
Exu	30551	0,59	33316	0,54	31939	0,45	32417	0,41	0,87	-0,38	0,17	1500,3
Granito	3796	0,07	5202	0,08	5945	0,08	6104	0,08	3,20	1,22	0,29	519,7
Ipupi	15040	0,29	18231	0,30	21229	0,30	23210	0,29	1,94	1,39	1,00	972,1
Moreilândia	10329	0,20	12248	0,20	11877	0,17	11017	0,14	1,72	-0,28	-0,83	619,7
Trindade	9112	0,18	13084	0,21	18797	0,26	21919	0,28	3,68	3,35	1,72	229,3
Total	180035	3,49	219740	3,58	252399	3,54	276970	3,50	2,01	1,27	1,04	12020,3
1.5 Mesorregião São Francisco Pernambucano												
Total	191294	3,71	266655	4,34	374294	5,25	457722	5,79	3,38	3,13	2,26	24210,5
1.5.1 RD Sertão de Itaparica												
Floresta	28163	0,55	32228	0,52	32334	0,45	24724	0,31	1,36	0,03	-2,94	3890,3
Petrolândia	14499	0,28	23709	0,39	32961	0,46	27264	0,34	5,04	3,04	-2,09	1088,2
Taceratu	12948	0,25	14538	0,24	17350	0,24	17096	0,22	1,16	1,62	-0,16	1253,7
Itacuruba	3666	0,07	4410	0,07	3246	0,05	3681	0,05	1,86	-2,75	1,41	438,3
Belém de São Francisco	17785	0,34	24154	0,39	23000	0,32	20219	0,26	3,11	-0,44	-1,42	1842,7
Total	77061	1,49	99039	1,61	108891	1,53	116542	1,47	2,54	0,87	0,76	9589,8
1.5.2 RD São Francisco												
Petrolina	61252	1,19	104300	1,70	175404	2,46	218336	2,76	5,47	4,84	2,46	4737,1
Afrânio	9337	0,18	11483	0,19	13303	0,19	15007	0,19	2,09	1,35	1,35	1482,4
Cabrobó	19522	0,38	20869	0,34	23963	0,34	26733	0,34	0,67	1,26	1,22	1623,1
Orocó	5285	0,10	7081	0,12	10729	0,15	10823	0,14	2,97	3,85	0,10	560,3
Santa Maria da Boa Vista	18837	0,36	23883	0,39	42004	0,59	36740	0,46	2,40	5,27	-1,48	2965,4
Total	114233	2,21	167616	2,73	265403	3,72	341180	4,31	3,91	4,27	2,83	14620,7

FONTE: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991. Resultados preliminares do Censo de 2000.

NOTAS: (1) Para efeito de comparação, Fernando de Noronha foi incluído no total do Estado de Pernambuco

(2) Os municípios considerados para efeito deste trabalho foram os existentes em 1980, acrescidos dos desmembramentos ocorridos até 1986. Deste modo, as alterações verificadas na divisão territorial do Estado de Pernambuco no período 1980-89, foram: criação do município de Abreu e Lima (desmembrado de Paulista), criação de Camaragibe (desmembrado de São Lourenço da Mata) e a criação de Itapissuma (desmembrado de Igarassu). A compatibilização dos dados municipais do Estado de Pernambuco do Censo de 1970 e 1980, tanto dos municípios criados quanto dos que foram desmembrados, pode ser vista nas páginas 207 a 210 e 243 da publicação "Projeções de População das Microrregiões e dos Municípios de Nordeste - 1985 - 2000", 1989. Op. Cit.

Os 17 novos municípios que constam do Censo de 2000 não fazem parte dos estudos dos fluxos migratórios a nível municipal, pois, os dados do Censo de 2000 ainda não foram disponibilizados que permitam tal estudo. Portanto, os resultados dos novos municípios constam apenas dos totais das Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco segundo as quais os municípios foram especializados. Foram os seguintes municípios por RD, nome e população no ano de 2000: RD Metropolitano (Araçoiaba 15101 único reincorporado a Igarassu); RD Mata Norte (Lagoa do Carro 13083); RD Mata Sul (Jaqueira 11540, Tamandaré 17056, Xexeu 13597); RD Agreste Setentrional (Casinhas 13333, Vertente do Lério 8539); RD Agreste Meridional (Jucati 9695); RD Pajeú-Moxotó (Santa Cruz da Baixa Verde 10872, Quixaba 6854, Manari 12967); RD Araripe (Santa Cruz 11252, Santa Filomena 12124); RD Itaparica (Carnaubeira da Penha 10413 e Jatobá 13145); RD São Francisco (14421 e Lagoa Grande 19120).

TABELA III. 2

VOLUME DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO INTERESTADUAL DO FLUXO PERNAMBUCO - SÃO PAULO - PERNAMBUCO POR MESORREGIÕES, REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO E MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. 1970-80 E 1981-91

ESTADO MESORREGIÕES REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO E MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		VOLUME DO FLUXO MIGRATÓRIO PE - SP - PE						Diferença %	
	PROJETADA		1970 - 80			1981 - 91			1970 - 80 /	
	1975	1985,5	Emigrantes	Imigrantes	Troca	Emigrantes	Imigrantes	Troca	(E)	(I)
			(E)	(I)	Migratória	(E)	(I)	Migratória		
(PE - SP)	(SP - PE)	(I - E)	(PE - SP)	(SP - PE)	(I - E)	(E)	(I)			
1. Estado de Pernambuco										
Total (I)	5631238	6617277	313981	63181	-250800	262011	101105	-160906	-19,84	37,51
1.1 RD Metropolitana										
Núcleo Central:	1627425	1965516	74777	21380	-53397	57362	21417	-35945	-30,36	0,17
Recife	1130034	1250174	65297	15636	-49661	49271	12494	-36777	-32,53	-25,15
Olinda	235390	310390	4915	2603	-2312	3851	2910	-941	-27,63	10,55
Jaboatão Guararapes	257692	401186	4565	3141	-1424	4240	6013	1773	-7,67	47,76
Litoral Norte:	180831	313051	3472	2398	-1074	2854	4085	1231	-21,65	41,30
Paulista	72281	158435	2269	1895	-374	979	2399	1420	-131,77	21,01
Abreu e Lima	35022	60208				821	802	-19		100,00
Igarassu	53289	69084	1094	484	-610	822	670	-152	-33,09	27,76
Itamaracá	7665	9788	109	19	-90	160	70	-90	31,88	72,86
Itapissuma	10247	13970				72	144	72		100,00
Oeste:	149749		4407	1420	-2987	2795	2353	-442	-57,67	39,65
Camaragibe	52534	81605				738	854	116		100,00
São Lourenço da Mata	83836	81396	3282	1288	-1994	1234	1203	-31	-165,96	-7,07
Moreno	33021	36977	1125	132	-993	823	296	-527	-36,70	55,41
Litoral Sul:	126644	157375	3902	440	-2562	2791	1129	-1662	-7,56	61,03
Cabo	88871	115028	2723	401	-2322	2182	914	-1268	-24,79	56,13
Ipojuca	37610	42334	279	39	-240	609	215	-394	54,19	81,86
Total	2088176	2639765	85658	25638	-60020	65802	28984	-36818	-30,18	11,54
1.2 Mesorregião Mata Pernambucana										
Total	986136	1082899	38210	5953	-32257	37891	9785	-28106	-0,84	39,16
1.2.1 RD Mata Norte										
Paudalho	34700	38165	426	59	-367	602	348	-254	29,24	83,05
Timbaúba	53277	55862	3227	479	-2748	2203	889	-1314	-46,48	46,12
Tracunhém	11199	11534	77	17	-60	73	14	-59	-5,48	-21,43
Vicência	25647	27005	540	11	-529	590	35	-555	8,47	68,57
Aliança	36329	37550	441	8	-433	952	109	-843	53,68	92,66
Buenos Aires	12144	12361	157	27	-130	175	94	-81	10,29	71,28
Camutanga	6833	7369	377	3	-374	353	64	-289	-6,80	95,31
Carpina	51243	61556	1125	202	-923	1439	770	-669	21,82	73,77
Condado	14102	17302	208	32	-176	478	99	-379	56,49	67,68
Ferreiros	10017	10702	318	44	-274	265	185	-80	-20,00	76,22
Goiana	54610	60996	1621	278	-1343	1005	469	-536	-61,29	41,15
Itambé	26580	31059	563	199	-364	790	252	-538	28,73	21,03
Itaquitinga	10103	12411	72	0	-72	61	27	-34	-18,03	100,00
Lagoa do Itaenga	11883	14484	257	0	-257	147	160	13	-74,83	100,00
Macaparana	17644	19735	758	63	-695	737	308	-429	-2,85	79,55
Nazaré da Mata	24587	25994	479	39	-440	409	82	-327	-17,11	52,44
Glória do Goitá	27951	27014	779	55	-724	728	285	-463	-7,01	79,25
Chã de Alegria	8681	10070	97	0	-97	51	51	0	-90,20	100,00
Total	437853	481351	11522	1514	-10008	11058	4221	-6837	-4,20	64,13
1.2.2 RD Mata Sul										
Vitória de Santo Antão	86639	99792	4339	356	-3983	3641	1058	-2583	-19,17	66,35
Pombos	21868	21084	390	118	-272	449	233	-216	13,14	49,36
Chã Grande	14180	14946	312	14	-298	316	17	-299	1,27	17,65

Água Preta	35903	36809	968	152	-816	1491	196	-1295	35,08	22,45
Amaraji	17816	19692	338	5	-333	587	7	-560	40,39	28,57
Barreiros	30617	36279	1939	144	-1795	1937	379	-1558	-0,10	62,01
Belém de Maria	11783	11578	1413	86	-1327	1132	87	-1045	-24,82	1,15
Catende	28175	29788	3262	673	-2589	2986	861	-2125	-9,24	21,84
Cortês	10658	11776	447	75	-372	317	341	24	-41,01	78,01
Escada	48023	54489	1175	122	-1053	1241	372	-869	5,32	67,20
Gemeleira	15887	18245	773	67	-706	465	113	-352	-66,24	40,71
Joaquim Nabuco	13321	14094	296	78	-218	785	148	-637	62,29	47,30
Merrial	20083	20509	929	317	-612	882	0	-882	-5,33	
Palmares	54587	58079	5478	1330	-4148	4688	944	-3744	-16,85	-40,89
Primeira	8533	9570	279	0	-279	133	45	-88	-109,77	100,00
Quipapá	19763	20536	1512	324	-1188	1534	180	-1354	1,43	-80,00
Ribairão	33570	38611	1184	314	-870	2268	193	-2075	47,80	-62,69
Rio Formoso	29972	32587	632	207	-425	896	163	-733	29,46	-26,99
São Benedito do Sul	10792	10207	548	53	-495	478	91	-387	-14,64	41,76
São José Coroa Grande	8942	10545	99	4	-95	127	16	-111	22,05	75,00
Sirinhaém	26849	31088	375	0	-375	500	120	-380	25,00	100,00
Total	548284	601548	26688	4439	-22249	26833	5564	-21269	0,54	20,22

1.3 Mesorregião Agreste Pernambucano

Total	1601872	1740759	120446	22935	-97611	84789	41127	-43662	-42,05	44,48
--------------	----------------	----------------	---------------	--------------	---------------	--------------	--------------	---------------	---------------	--------------

1.3.1 RD Agreste Setentrional

Limoeiro	57226	56004	4083	115	-3988	3740	618	-3122	-9,17	81,39
Bom Jardim	35082	35843	1925	77	-1848	1312	330	-982	-46,72	76,67
Cumarú	19757	20068	396	15	-381	573	187	-386	30,89	91,98
Feira Nova	16114	17785	436	31	-405	591	89	-502	26,23	65,17
João Alfredo	24636	26317	1367	49	-1318	1297	259	-1038	-5,40	81,08
Machados	8427	8936	416	8	-408	198	154	-44	-110,10	94,81
Orobó	20096	20739	469	39	-430	589	111	-478	20,37	64,86
Passira	23720	27340	306	48	-258	525	231	-294	41,71	79,22
Salgadinho	5512	5740	62	12	-50	158	12	-146	60,76	0,00
São Vicente Ferrer	12571	13521	258	27	-231	59	123	64	-337,29	78,05
Frei Miguelinho	13851	13922	628	273	-355	324	389	45	-93,83	26,02
Santa Cruz do Capibaribe	15706	28447	888	417	-271	186	1000	814	-269,89	58,30
Santa Maria do Cambucá	10079	10919	550	483	-87	415	292	-123	-32,53	-65,41
Surubim	56480	64213	3707	500	-3207	3854	1323	-2531	3,81	62,21
Taquaritinga do Norte	14698	15962	735	104	-631	297	54	-243	-147,47	-92,59
Toritama	7417	11334	368	338	-30	264	439	175	-39,39	23,01
Vertentes	14835	15366	978	78	-900	782	76	-706	-25,06	-2,63
Total	357012	394188	17372	2614	-14758	15164	5667	-9497	-14,56	53,87

1.3.2 RD Agreste Central

Caruaru	156883	182014	16895	6286	-10609	9065	5755	-3310	-86,38	-9,23
Gravatá	50909	58858	2281	134	-2147	1558	985	-573	-46,41	86,40
Algoíinha	9809	10653	568	295	-271	488	473	5	-20,94	37,63
Belo Jardim	48432	58005	5076	378	-4698	3449	2050	-1399	-47,17	81,56
Bezerros	48502	50451	3131	287	-2884	2305	804	-1501	-35,84	66,79
Brejo da Madre de Deus	25223	27803	1491	246	-1245	714	290	-424	-108,82	15,17
Cachoeirinha	13476	14596	1716	54	-1662	870	561	-309	-97,24	90,37
Jataíba	14065	13989	844	3	-641	362	409	47	-77,90	99,27
Pesqueira	50967	54886	5527	855	-4672	3870	2403	-1467	-42,82	64,42
Poção	8557	9318	635	257	-378	373	269	-104	-70,24	4,46
Riacho das Almas	16666	17526	691	220	-471	555	246	-309	-24,50	10,57
Sanharó	13909	14834	540	212	-328	345	377	32	-56,52	43,77
São Bento do Una	35491	39842	3110	297	-2813	2520	1246	-1274	-23,41	78,16
São Caitano	24267	26985	1423	728	-695	44	1017	973	-3134,09	28,42
Tacaimbó	9765	10753	476	32	-444	252	12	-240	-88,89	-166,67

Agrestina	16301	16736	1733	482	-1251	1127	973	-154	-53,77	50,46
Alinho	26686	23941	2779	824	-1955	1763	724	-1039	-57,63	-13,81
Barragem de Guabiraba	8831	10260	208	4	-204	337	94	-243	38,28	95,74
Bonito	33259	34047	2519	316	-2203	1629	756	-873	-54,63	58,20
Camocim de São Félix	10381	12250	585	151	-414	226	173	-53	-150,00	12,72
Cupira	16415	20511	2012	432	-1580	1978	1226	-752	-1,72	64,76
Ibirejuba	9647	8008	545	191	-354	403	181	-222	-35,24	-5,52
Lagoa dos Gatos	18786	17560	1186	309	-877	951	589	-362	-24,71	47,54
Panelas	29654	27677	2527	638	-1891	2038	271	-1767	-23,99	-134,69
Sairé	15587	12515	337	41	-296	98	76	-22	-243,88	46,05
São Joaquim do Monte	19116	17745	1843	40	-1803	1076	585	-481	-71,28	93,28
Total	730741	798639	60456	13690	-46766	38376	22555	-15821	-57,54	39,30

1.3.3 RD Agreste Meridional

Garanhuns	78955	94839	14833	1954	-12679	10222	3542	-6680	-43,15	44,83
Angelim	9514	8999	987	106	-861	602	250	-352	-60,63	57,80
Bom Conselho	43791	42394	3557	874	-2683	2281	328	-1953	-55,94	-166,46
Brejão	9312	8719	354	211	-143	307	65	-242	-15,31	-224,62
Caetés	17217	19024	734	277	-457	827	350	-477	11,25	20,86
Calçado	8479	8944	279	37	-242	348	294	-54	19,83	87,41
Canhotinho	26746	25461	2151	204	-1947	1124	375	-749	-91,37	45,60
Correntes	19291	17087	2100	76	-2024	1070	261	-809	-96,26	70,88
Iati	15621	18577	248	3	-245	612	197	-415	59,48	98,48
Jupi	17518	18816	890	119	-771	565	389	-176	-57,52	69,41
Jurema	12113	12480	1683	293	-1390	930	591	-339	-80,97	50,42
Lagoa do Ouro	13385	12066	817	60	-757	509	85	-424	-60,51	29,41
Lejedo	23487	27627	3227	431	-2796	2021	2038	17	-59,67	78,85
Palmeirina	9819	8877	837	30	-807	775	124	-651	-8,00	75,81
Paranatama	12577	11541	417	160	-257	576	406	-170	27,60	60,59
Salóá	15755	15253	753	125	-628	471	458	-13	-59,87	72,71
São João	16986	18283	578	399	-179	481	471	-10	-20,17	15,29
Terezinha	7521	6905	233	62	-171	422	86	-336	44,79	27,91
Capoeiras	18384	19152	1076	47	-1029	804	777	-27	-33,83	93,95
Águas Belas	30620	37492	1832	331	-1501	2239	266	-1973	18,18	-24,44
Buique	34853	37232	2066	310	-1756	1510	572	-938	-36,82	45,80
Itaíba	25368	27738	1101	64	-1037	1168	432	-736	5,74	85,19
Pedra	18880	19674	593	198	-395	525	169	-356	-12,95	-17,16
Tupanatinga	17516	18894	994	95	-899	434	107	-327	-129,03	11,21
Venturosa	9361	11020	498	65	-433	426	272	-154	-16,90	76,10
Total	514048	547701	42618	6531	-36087	31249	12905	-18344	-36,38	49,39

1.4 Mesorregião Sertão Paemambucano

Total	722441	832558	37496	5756	-31740	36340	16798	-19542	-3,18	65,73
--------------	---------------	---------------	--------------	-------------	---------------	--------------	--------------	---------------	--------------	--------------

1.4.1 RD Sertão Pajeú - Moxotó

Arcoverde	43543	51313	4118	831	-3287	2531	2400	-131	-62,70	65,38
Sertânia	31920	31989	1884	197	-1687	1853	290	-1563	-1,67	32,07
Betânia	11062	11532	985	61	-924	1881	139	-1742	47,63	56,12
Custódia	23570	27817	1203	224	-979	1830	609	-1021	26,20	63,22
Ibimirim	14852	22061	373	166	-207	755	268	-487	50,60	38,06
Inejá	16138	21093	919	117	-802	705	309	-396	-30,35	62,14
Afogados de Ingazeira	21926	26934	1775	626	-1149	2041	1168	-873	13,03	46,40
Brejinho	7223	7226	161	14	-147	341	103	-238	52,79	86,41
Calumbi	5327	6252	125	38	-87	229	96	-133	45,41	60,42
Carnaluba	23642	25895	726	105	-621	1301	513	-788	44,20	79,53
Floras	21666	22107	1480	100	-1380	1503	333	-1170	1,53	69,97
Iguaraci	11324	11480	630	211	-419	357	242	-115	-76,47	12,81
Ingazeira	4236	4491	120	0	-120	131	57	-74	8,40	100,00
Itapetim	15528	15786	656	268	-388	589	375	-214	-11,38	28,53

Santa Terezinha	8611	9596	193	13	-180	451	351	-100	57,21	96,30
São José do Egito	24846	27382	1898	101	-1797	1579	1279	-300	-20,20	92,10
Serra Talhada	61206	69705	3761	446	-3315	4073	1094	-2979	7,66	59,23
Solidão	5835	5972	283	68	-215	219	112	-107	-29,22	39,29
Tabira	17756	21000	1209	133	-1076	1309	968	-341	7,64	86,26
Triunfo	25800	27226	1568	149	-1419	1002	670	-332	-56,49	77,76
Tuparetama	5805	6233	697	42	-655	460	321	-139	-51,52	86,92
Total	401988	453695	24764	3910	-28854	24940	11697	-13243	0,71	66,57
1.4.2 RD Sertão Central										
Mirandiba	10746	12380	141	0	-141	282	128	-154	50,00	100,00
São José do Belmonte	25999	30124	833	133	-700	867	452	-415	3,92	70,58
Salgueiro	35586	43694	1937	332	-1605	1156	1058	-98	-67,56	68,62
Serra	17312	18647	437	10	-427	362	92	-270	-20,72	89,13
Verdejante	7539	7905	147	145	-2	277	150	-127	46,93	3,33
Cedro	5510	7653	252	43	-209	282	83	-199	10,64	48,19
Parnamirim	14111	16901	337	86	-248	255	85	-170	-32,16	-4,71
Terra Nova	4610	5903	89	0	-89	52	13	-39	-71,15	100,00
Total	121489	143317	4173	752	-3421	3533	2061	-1472	-18,11	63,51
1.4.3 RD Sertão do Araripe										
Bodocó	23991	27120	1019	189	-830	830	238	-592	-22,77	20,59
Curicuri	56640	68569	2240	441	-1799	2456	529	-1927	6,79	16,64
Aranjina	43180	53874	2007	224	-1783	1549	1138	-411	-29,57	80,32
Exu	31904	32620	1560	106	-1454	1518	731	-787	-2,77	85,50
Granito	4444	5561	171	18	-153	108	52	-56	-58,33	65,38
Ipupi	16559	19673	607	9	-598	494	99	-395	-22,87	90,91
Moreilândia	11248	12061	486	65	-421	325	112	-213	-49,54	41,96
Trindade	10919	15682	489	42	-427	587	141	-446	20,10	70,21
Total	198899	235504	8559	1094	-7485	7867	3040	-4827	-8,80	64,01
1.5 Mesorregião São Francisco Pernambucano										
Total	225853	315923	7434	2999	-4435	7235	4386	-2849	-2,75	31,62
1.5.1 RD Sertão de Itaparica										
Floresta	30127	32281	1034	344	-690	835	165	-670	-23,83	-108,48
Petrolândia	18541	27955	437	234	-203	835	307	-528	47,66	23,78
Tacaratu	13720	15882	900	155	-745	429	483	64	-109,79	68,56
Itacuruba	4021	3783	16	8	-8	42	32	-10	61,90	75,00
Belém de São Francisco	20727	23570	609	158	-451	506	350	-156	-20,36	54,86
Total	87362	103848	2996	899	-2097	2647	1347	-1390	-13,16	33,26
1.5.2 RD São Francisco										
Petrolina	79929	135258	3041	1881	-1160	3549	2629	-920	14,31	28,45
Afrânio	10355	12360	181	47	-134	178	54	-124	-1,69	12,96
Cabrobó	20184	22363	629	82	-547	331	188	-146	-90,03	55,68
Crocó	6117	8716	247	14	-233	113	53	-60	-118,58	73,58
Santa Maria da Boa Vista	21210	31673	340	76	-264	417	118	-299	18,47	35,59
Total	138374	216917	4436	2100	-2338	4588	3039	-1549	3,27	30,90

FONTE: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos 1980 e 1991.

NOTAS : (1) Para efeito de comparação, Fernando de Noronha está incluído no total do Estado de Pernambuco.

Foram incluídos no total de Pernambuco os Emigrantes de código 0, que não informaram o município anterior: 1980 (29954) e 1991 (24737)

Fluxo Migratório Interestadual PE-SP-PE: pessoas que estão a menos de 10 anos na UF atual, segundo a UF anterior, segundo os municípios do Estado de Pernambuco, tanto em relação aos municípios de origem em Pe (PE-SP) quanto aos municípios de destino em Pe (SP-PE).

Os imigrantes foram obtidos através da soma dos imigrantes não-naturais e dos migrantes de retorno do fluxo SP-PE

Os totais das RDs, das Mesorregiões do Estado de Pernambuco foram obtidos pela fórmula das projeções e não pela soma.

TABELA III. 3

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO DO FLUXO PERNAMBUCO - SÃO PAULO - PERNAMBUCO POR MESORREGIÕES, REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO E MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1970-80 E 1980-1991

ESTADO MESORREGIÕES RDs E MUNICÍPIOS	MIGRANTES INTERESTADUAIS DO FLUXO PE - SP - PE											
	1970 - 80						1981 - 91					
	Emigrantes (E) (PE - SP)		Imigrantes (I) (SP - PE)		Troca Migratória (I - E)		Emigrantes (E) (PE - SP)		Imigrantes (I) (SP - PE)		Troca Migratória (I - E)	
	Volume (%)	Taxa (%a.a.)	Volume (%)	Taxa (%a.a.)	Volume (%)	Taxa (%a.a.)	Volume (%)	Taxa (%a.a.)	Volume (%)	Taxa (%a.a.)	Volume (%)	Taxa (%a.a.)
1. Estado de Pernambuco												
Total (1)	313981	0,558	63181	0,112	-250800	-0,445	262011	0,360	101105	0,139	-160906	-0,221
1.1 RD Metropolitano												
Núcleo Central:	23,82	0,459	33,84	0,131	-21,29	-0,328	21,89	0,265	21,18	0,099	-22,34	-0,166
Recife	20,80	0,578	24,75	0,138	-19,80	-0,439	18,80	0,358	12,36	0,091	-22,86	-0,267
Olinda	1,57	0,209	4,12	0,111	-0,92	-0,098	1,47	0,113	2,88	0,085	-0,58	-0,028
Jaboatão dos Guararapes	1,45	0,177	4,97	0,122	-0,57	-0,055	1,62	0,096	5,95	0,136	1,10	0,040
Litoral Norte:	1,11	0,192	3,80	0,133	-0,43	-0,059	1,09	0,083	4,04	0,119	0,77	0,036
Paulista	0,72	0,314	3,00	0,262	-0,15	-0,052	0,37	0,056	2,37	0,138	0,88	0,081
Abreu e Lima							0,31	0,124	0,79	0,121	-0,01	-0,003
Igarassu	0,35	0,205	0,77	0,091	-0,24	-0,115	0,31	0,107	0,66	0,087	-0,09	-0,020
Itamaracá	0,03	0,142	0,03	0,025	-0,04	-0,117	0,06	0,149	0,07	0,065	-0,06	-0,084
Itapissuma							0,03	0,047	0,14	0,094	0,04	0,047
Oeste:	1,40	0,294	2,25	0,095	-1,19	-0,199	1,07	0,127	2,33	0,107	-0,27	-0,020
Camaraçibe							0,28	0,082	0,84	0,095	0,07	0,013
São Lourenço da Mata	1,05	0,514	2,04	0,202	-0,80	-0,312	0,47	0,138	1,19	0,134	-0,02	-0,003
Moreno	0,36	0,341	0,21	0,040	-0,40	-0,301	0,31	0,202	0,29	0,073	-0,33	-0,130
Litoral Sul:	0,96	0,237	0,70	0,035	-1,02	-0,202	1,07	0,161	1,12	0,065	-1,03	-0,096
Cabo	0,87	0,306	0,63	0,045	-0,93	-0,261	0,83	0,172	0,90	0,072	-0,79	-0,100
Ipojuca	0,09	0,074	0,06	0,010	-0,10	-0,064	0,23	0,131	0,21	0,046	-0,24	-0,085
Total	27,28	0,410	40,58	0,123	-23,93	-0,287	25,11	0,227	28,67	0,100	-22,88	-0,127
1.2 Mesorregião Mata Pernambucana												
Total	12,17	0,387	9,42	0,060	-12,86	-0,327	14,46	0,318	9,68	0,082	-17,47	-0,236
1.2.1 RD Mata Norte												
Paudalho	0,14	0,123	0,09	0,017	-0,15	-0,106	0,23	0,143	0,34	0,083	-0,16	-0,061
Timbaúba	1,03	0,606	0,76	0,090	-1,10	-0,516	0,84	0,359	0,88	0,145	-0,82	-0,214
Tracunhém	0,02	0,069	0,03	0,015	-0,02	-0,054	0,03	0,058	0,01	0,011	-0,04	-0,047
Viçência	0,17	0,211	0,02	0,004	-0,21	-0,206	0,23	0,199	0,03	0,012	-0,34	-0,187
Aliança	0,14	0,121	0,01	0,002	-0,17	-0,119	0,36	0,230	0,11	0,026	-0,52	-0,204
Buenos Aires	0,05	0,129	0,04	0,022	-0,05	-0,107	0,07	0,129	0,09	0,069	-0,05	-0,060
Camutanga	0,12	0,552	0,00	0,004	-0,15	-0,547	0,13	0,435	0,06	0,079	-0,18	-0,357
Carpina	0,36	0,220	0,32	0,039	-0,37	-0,180	0,55	0,213	0,76	0,114	-0,42	-0,099
Condado	0,07	0,147	0,05	0,023	-0,07	-0,125	0,18	0,251	0,10	0,052	-0,24	-0,199
Ferreiros	0,10	0,317	0,07	0,044	-0,11	-0,274	0,10	0,225	0,18	0,157	-0,05	-0,068
Goiana	0,52	0,297	0,44	0,051	-0,54	-0,246	0,38	0,150	0,46	0,070	-0,33	-0,080
Itambé	0,18	0,212	0,31	0,075	-0,15	-0,137	0,30	0,231	0,25	0,074	-0,33	-0,157
Itaquitinga	0,02	0,071	0,00	0,000	-0,03	-0,071	0,02	0,045	0,03	0,020	-0,02	-0,025
Lagoa do Itaenga	0,08	0,216	0,00	0,000	-0,10	-0,216	0,06	0,092	0,16	0,100	0,01	0,008
Macaçarana	0,24	0,430	0,10	0,036	-0,28	-0,394	0,28	0,339	0,30	0,142	-0,27	-0,198
Nezaré da Mata	0,15	0,195	0,06	0,016	-0,18	-0,179	0,16	0,143	0,08	0,029	-0,20	-0,114
Glória do Goitá	0,25	0,279	0,09	0,020	-0,29	-0,259	0,28	0,245	0,26	0,089	-0,29	-0,156
Chã de Alegria	0,03	0,112	0,00	0,000	-0,04	-0,112	0,02	0,046	0,05	0,046	0,00	0,000
Total	3,67	0,283	2,40	0,035	-3,99	-0,229	4,22	0,209	4,17	0,080	-4,25	-0,129
1.2.2 RD Mata Sul												
Vitória de Santo Antão	1,38	0,501	0,56	0,041	-1,59	-0,460	1,39	0,332	1,05	0,096	-1,61	-0,235
Pombos	0,12	0,178	0,19	0,054	-0,11	-0,124	0,17	0,194	0,23	0,100	-0,13	-0,093
Chã Grande	0,10	0,220	0,02	0,010	-0,12	-0,210	0,12	0,192	0,02	0,010	-0,19	-0,182

Água Preta	0,31	0,270	0,24	0,042	-0,33	-0,227	0,57	0,368	0,19	0,048	-0,80	-0,320
Amaraji	0,11	0,192	0,01	0,003	-0,13	-0,189	0,22	0,262	0,01	0,003	-0,35	-0,259
Barraires	0,62	0,633	0,23	0,047	-0,72	-0,586	0,74	0,485	0,37	0,095	-0,97	-0,390
Belém de Maria	0,45	1,199	0,14	0,073	-0,53	-1,126	0,43	0,889	0,09	0,066	-0,65	-0,821
Catende	1,04	1,158	1,07	0,239	-1,03	-0,919	1,14	0,911	0,85	0,263	-1,32	-0,649
Cortês	0,14	0,419	0,12	0,070	-0,15	-0,349	0,12	0,245	0,34	0,263	0,01	0,019
Escada	0,37	0,245	0,19	0,025	-0,42	-0,219	0,47	0,207	0,37	0,062	-0,54	-0,145
Gemeleira	0,25	0,467	0,11	0,042	-0,28	-0,444	0,18	0,232	0,11	0,056	-0,22	-0,175
Joaquim Nabuco	0,09	0,222	0,12	0,059	-0,09	-0,164	0,30	0,476	0,15	0,090	-0,40	-0,386
Maraial	0,30	0,463	0,50	0,158	-0,24	-0,305	0,34	0,391	0,00	0,000	-0,55	-0,391
Palmares	1,74	1,004	2,11	0,244	-1,65	-0,760	1,79	0,734	0,93	0,148	-2,33	-0,586
Primavera	0,09	0,327	0,00	0,000	-0,11	-0,327	0,05	0,126	0,04	0,043	-0,05	-0,084
Quipapá	0,48	0,765	0,51	0,164	-0,47	-0,601	0,59	0,679	0,18	0,080	-0,84	-0,599
Ribeirão	0,38	0,353	0,50	0,094	-0,35	-0,259	0,87	0,534	0,19	0,045	-1,29	-0,489
Rio Formoso	0,20	0,211	0,33	0,069	-0,17	-0,142	0,34	0,250	0,16	0,046	-0,46	-0,205
São Benedito do Sul	0,17	0,506	0,08	0,049	-0,20	-0,459	0,18	0,426	0,09	0,081	-0,24	-0,345
São José Coroa Grande	0,03	0,111	0,01	0,004	-0,04	-0,106	0,05	0,109	0,02	0,014	-0,07	-0,096
Sirinhaém	0,12	0,140	0,00	0,000	-0,15	-0,140	0,19	0,146	0,12	0,035	-0,24	-0,111
Total	8,50	0,487	7,03	0,081	-8,87	-0,406	10,24	0,406	5,50	0,084	-13,22	-0,321

1.3 Mesorregião Agreste Pernambucano

Total	38,36	0,752	36,14	0,143	-38,92	-0,609	32,36	0,443	40,68	0,215	-27,14	-0,228
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------	---------------

1.3.1 RD Agreste Setentrional

Limoeiro	1,30	0,713	0,18	0,020	-1,58	-0,693	1,43	0,607	0,61	0,100	-1,94	-0,507
Bom Jardim	0,61	0,549	0,12	0,022	-0,74	-0,527	0,50	0,333	0,33	0,084	-0,61	-0,249
Cumarú	0,13	0,200	0,02	0,008	-0,15	-0,193	0,22	0,260	0,18	0,085	-0,24	-0,175
Feira Nova	0,14	0,271	0,05	0,019	-0,16	-0,251	0,23	0,302	0,09	0,045	-0,31	-0,257
João Alfredo	0,44	0,555	0,08	0,020	-0,53	-0,535	0,50	0,448	0,26	0,089	-0,65	-0,359
Machados	0,13	0,494	0,01	0,009	-0,16	-0,484	0,08	0,201	0,15	0,157	-0,03	-0,045
Orobó	0,15	0,233	0,06	0,019	-0,17	-0,214	0,22	0,258	0,11	0,049	-0,30	-0,210
Passira	0,10	0,129	0,08	0,020	-0,10	-0,109	0,20	0,175	0,23	0,077	-0,18	-0,098
Salgadinho	0,02	0,112	0,02	0,022	-0,02	-0,091	0,06	0,250	0,01	0,019	-0,09	-0,231
São Vicente Ferrer	0,08	0,205	0,04	0,021	-0,09	-0,184	0,02	0,040	0,12	0,083	0,04	0,043
Frei Miguelinho	0,20	0,453	0,43	0,197	-0,14	-0,256	0,12	0,212	0,36	0,241	0,03	0,029
Santa Cruz do Capibaribe	0,22	0,438	0,66	0,266	-0,11	-0,173	0,07	0,059	0,99	0,320	0,51	0,260
Santa Maria do Cambucá	0,18	0,546	0,76	0,479	-0,03	-0,066	0,16	0,346	0,29	0,243	-0,08	-0,102
Surubim	1,18	0,656	0,79	0,089	-1,28	-0,568	1,47	0,546	1,31	0,187	-1,57	-0,358
Taquaritinga do Norte	0,23	0,500	0,16	0,071	-0,25	-0,429	0,11	0,169	0,05	0,031	-0,15	-0,138
Toritama	0,12	0,496	0,53	0,456	-0,01	-0,040	0,10	0,212	0,43	0,352	0,11	0,140
Vertentes	0,31	0,659	0,12	0,053	-0,36	-0,607	0,30	0,463	0,08	0,045	-0,44	-0,418
Total	5,53	0,487	4,14	0,073	-5,88	-0,413	5,79	0,350	5,61	0,131	-5,90	-0,219

1.3.2 RD Agreste Central

Caruaru	5,38	1,077	9,95	0,401	-4,23	-0,676	3,46	0,429	5,69	0,272	-2,06	-0,157
Gravatá	0,73	0,448	0,21	0,026	-0,86	-0,422	0,59	0,249	0,97	0,157	-0,36	-0,092
Algoínea	0,18	0,577	0,47	0,301	-0,11	-0,276	0,18	0,399	0,47	0,404	0,00	0,004
Belo Jardim	1,62	1,048	0,60	0,078	-1,87	-0,970	1,32	0,560	2,03	0,333	-0,87	-0,227
Bezerros	1,00	0,673	0,42	0,057	-1,14	-0,616	0,88	0,415	0,80	0,145	-0,93	-0,270
Brejo da Madre de Deus	0,47	0,591	0,39	0,098	-0,50	-0,494	0,27	0,233	0,29	0,095	-0,26	-0,139
Cachoeirinha	0,55	1,273	0,09	0,040	-0,66	-1,233	0,33	0,542	0,55	0,349	-0,19	-0,192
Jataúba	0,21	0,458	0,00	0,002	-0,26	-0,456	0,14	0,235	0,40	0,266	0,03	0,031
Pesqueira	1,76	1,084	1,35	0,168	-1,86	-0,917	1,48	0,641	2,38	0,368	-0,91	-0,243
Poção	0,20	0,742	0,41	0,300	-0,15	-0,442	0,14	0,364	0,27	0,282	-0,06	-0,101
Riacho das Almas	0,22	0,415	0,35	0,132	-0,19	-0,283	0,21	0,288	0,24	0,128	-0,19	-0,160
Sanharó	0,17	0,388	0,34	0,152	-0,13	-0,236	0,13	0,214	0,37	0,234	0,02	0,020
São Bento do Una	0,99	0,876	0,47	0,084	-1,12	-0,793	0,96	0,575	1,23	0,284	-0,79	-0,291
São Caitano	0,45	0,586	1,15	0,300	-0,28	-0,286	0,02	0,015	1,01	0,343	0,60	0,328
Tacaimbó	0,15	0,487	0,05	0,033	-0,16	-0,455	0,10	0,213	0,01	0,010	-0,15	-0,203

Agrestina	0,55	1,063	0,76	0,296	-0,50	-0,767	0,43	0,612	0,96	0,529	-0,10	-0,084
Alinho	0,89	1,041	1,30	0,309	-0,78	-0,733	0,67	0,669	0,72	0,275	-0,65	-0,395
Barra de Guabiraba	0,07	0,236	0,01	0,005	-0,08	-0,231	0,13	0,299	0,09	0,083	-0,15	-0,215
Bonito	0,80	0,757	0,50	0,095	-0,88	-0,662	0,62	0,435	0,75	0,202	-0,54	-0,233
Camocim de São Félix	0,18	0,544	0,24	0,145	-0,17	-0,399	0,09	0,168	0,17	0,128	-0,03	-0,039
Cupira	0,64	1,226	0,68	0,263	-0,63	-0,963	0,75	0,877	1,21	0,543	-0,47	-0,333
Ibirajuba	0,17	0,565	0,30	0,198	-0,14	-0,367	0,15	0,457	0,18	0,205	-0,14	-0,252
Lagoa dos Gatos	0,38	0,632	0,49	0,165	-0,35	-0,467	0,36	0,492	0,58	0,305	-0,22	-0,187
Panelas	0,80	0,852	1,01	0,214	-0,75	-0,638	0,78	0,669	0,27	0,089	-1,10	-0,580
Seiré	0,11	0,216	0,06	0,026	-0,12	-0,190	0,04	0,071	0,08	0,055	-0,01	-0,016
São Joaquim do Monte	0,59	0,964	0,06	0,021	-0,72	-0,943	0,41	0,551	0,59	0,305	-0,30	-0,246
Total	19,25	0,827	21,67	0,187	-18,65	-0,640	14,65	0,437	22,31	0,257	-8,83	-0,180

1.3.3 RD Agreste Meridional

Garanhuns	4,66	1,853	3,09	0,247	-5,06	-1,606	3,90	0,980	3,50	0,340	-4,15	-0,640
Angelim	0,31	1,016	0,17	0,111	-0,34	-0,905	0,23	0,608	0,25	0,253	-0,22	-0,356
Bom Conselho	1,13	0,812	1,38	0,200	-1,07	-0,613	0,87	0,489	0,32	0,070	-1,21	-0,419
Brejão	0,11	0,380	0,33	0,227	-0,06	-0,154	0,12	0,320	0,06	0,068	-0,15	-0,252
Caetés	0,23	0,426	0,44	0,161	-0,18	-0,265	0,32	0,395	0,35	0,167	-0,30	-0,228
Calçado	0,09	0,329	0,06	0,044	-0,10	-0,285	0,13	0,354	0,29	0,299	-0,03	-0,055
Camolinho	0,69	0,804	0,32	0,076	-0,78	-0,728	0,43	0,401	0,37	0,134	-0,47	-0,267
Correntes	0,67	1,069	0,12	0,039	-0,81	-1,049	0,41	0,569	0,26	0,139	-0,50	-0,430
Iati	0,08	0,159	0,00	0,002	-0,10	-0,157	0,23	0,299	0,19	0,096	-0,26	-0,203
Jupi	0,28	0,508	0,19	0,068	-0,31	-0,440	0,22	0,273	0,38	0,188	-0,11	-0,085
Jurema	0,54	1,389	0,46	0,242	-0,55	-1,148	0,35	0,677	0,58	0,431	-0,21	-0,247
Lagoa do Ouro	0,26	0,610	0,09	0,045	-0,30	-0,566	0,19	0,383	0,08	0,064	-0,26	-0,319
Lajedo	1,03	1,374	0,68	0,184	-1,11	-1,190	0,77	0,665	2,02	0,671	0,01	0,006
Palmeirina	0,27	0,852	0,05	0,031	-0,32	-0,822	0,30	0,794	0,12	0,127	-0,40	-0,667
Paranatama	0,13	0,332	0,25	0,127	-0,10	-0,204	0,22	0,454	0,40	0,320	-0,11	-0,134
Seloá	0,24	0,478	0,20	0,079	-0,25	-0,399	0,18	0,281	0,45	0,273	-0,01	-0,008
São João	0,18	0,340	0,63	0,235	-0,07	-0,105	0,18	0,239	0,47	0,234	-0,01	-0,005
Terezinha	0,07	0,310	0,10	0,082	-0,07	-0,227	0,16	0,556	0,09	0,113	-0,21	-0,442
Capoeiras	0,34	0,585	0,07	0,026	-0,41	-0,560	0,31	0,382	0,77	0,369	-0,02	-0,013
Águas Belas	0,58	0,598	0,52	0,108	-0,60	-0,490	0,85	0,543	0,26	0,064	-1,23	-0,478
Buique	0,66	0,593	0,49	0,089	-0,70	-0,504	0,58	0,369	0,57	0,140	-0,58	-0,229
Itaíba	0,35	0,434	0,10	0,025	-0,41	-0,409	0,45	0,383	0,43	0,142	-0,46	-0,241
Pedra	0,19	0,317	0,31	0,106	-0,16	-0,211	0,20	0,243	0,17	0,078	-0,22	-0,164
Tupanatinga	0,32	0,567	0,15	0,054	-0,36	-0,513	0,17	0,209	0,11	0,051	-0,20	-0,157
Venturosa	0,16	0,532	0,10	0,069	-0,17	-0,463	0,16	0,351	0,27	0,224	-0,10	-0,127
Total	13,57	0,829	10,34	0,127	-14,39	-0,702	11,93	0,519	12,76	0,214	-11,40	-0,304

1.4 Mesorregião Sertão Pernambucano

Total	11,94	0,519	8,11	0,080	-12,86	-0,439	13,87	0,397	16,61	0,183	-12,14	-0,213
--------------	--------------	--------------	-------------	--------------	---------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------	---------------

1.4.1 RD Sertão Pajeú - Moxoto

Arcoverde	1,31	0,946	1,32	0,191	-1,31	-0,755	0,97	0,448	2,37	0,425	-0,08	-0,023
Sertânia	0,60	0,590	0,31	0,062	-0,67	-0,529	0,71	0,527	0,29	0,082	-0,97	-0,444
Betânia	0,31	0,890	0,10	0,055	-0,37	-0,835	0,72	1,483	0,14	0,110	-1,08	-1,373
Custódia	0,38	0,510	0,35	0,095	-0,39	-0,415	0,62	0,533	0,60	0,199	-0,63	-0,334
Ibimirim	0,12	0,251	0,26	0,112	-0,08	-0,139	0,29	0,311	0,27	0,110	-0,30	-0,201
Inajá	0,29	0,570	0,19	0,073	-0,32	-0,497	0,27	0,304	0,31	0,133	-0,25	-0,171
Afogados da Ingazeira	0,57	0,810	0,99	0,286	-0,46	-0,524	0,78	0,689	1,16	0,394	-0,54	-0,295
Brejinho	0,05	0,223	0,02	0,019	-0,06	-0,204	0,13	0,429	0,10	0,130	-0,15	-0,299
Calumbi	0,04	0,235	0,06	0,071	-0,03	-0,163	0,09	0,333	0,09	0,140	-0,08	-0,193
Cernaíba	0,23	0,307	0,17	0,044	-0,25	-0,263	0,50	0,460	0,51	0,181	-0,49	-0,279
Flores	0,47	0,683	0,16	0,046	-0,55	-0,637	0,57	0,618	0,33	0,137	-0,73	-0,481
Iguaraçu	0,20	0,556	0,33	0,186	-0,17	-0,370	0,14	0,283	0,24	0,192	-0,07	-0,091
Ingazeira	0,04	0,283	0,00	0,000	0,05	-0,283	0,05	0,265	0,06	0,115	-0,05	-0,150
Itapetim	0,21	0,422	0,42	0,173	-0,15	-0,250	0,22	0,339	0,37	0,216	-0,13	-0,123

Santa Terezinha	0,06	0,224	0,02	0,015	-0,07	-0,209	0,17	0,427	0,35	0,333	-0,06	-0,095
São José do Egito	0,60	0,764	0,16	0,041	-0,72	-0,723	0,60	0,524	1,27	0,425	-0,19	-0,100
Serra Talhada	1,20	0,614	0,71	0,073	-1,32	-0,542	1,55	0,531	1,08	0,143	-1,85	-0,389
Solidão	0,09	0,485	0,11	0,117	-0,09	-0,368	0,08	0,333	0,11	0,170	-0,07	-0,163
Tabira	0,39	0,681	0,21	0,075	-0,43	-0,606	0,50	0,567	0,96	0,419	-0,21	-0,148
Triunfo	0,50	0,608	0,24	0,058	-0,57	-0,550	0,38	0,335	0,66	0,224	-0,21	-0,111
Tuparetama	0,22	1,244	0,07	0,075	-0,26	-1,169	0,18	0,671	0,32	0,468	-0,09	-0,203
Total	7,89	0,616	6,19	0,097	-8,31	-0,519	9,52	0,500	11,57	0,234	-8,23	-0,265
1.4.2 RD Sertão Central												
Mirandiba	0,04	0,131	0,00	0,000	-0,06	-0,131	0,11	0,207	0,13	0,094	-0,10	-0,113
São José do Belmonte	0,27	0,320	0,21	0,051	-0,28	-0,269	0,33	0,262	0,45	0,136	-0,26	-0,125
Salgueiro	0,62	0,544	0,53	0,093	-0,64	-0,451	0,44	0,241	1,05	0,220	-0,06	-0,020
Serrita	0,14	0,252	0,02	0,006	-0,17	-0,247	0,14	0,176	0,09	0,045	-0,17	-0,132
Verdejante	0,05	0,195	0,23	0,192	0,00	-0,003	0,11	0,319	0,15	0,173	-0,08	-0,146
Cedro	0,08	0,457	0,07	0,078	-0,08	-0,379	0,11	0,335	0,08	0,099	-0,12	-0,236
Pernambim	0,11	0,239	0,14	0,063	-0,10	-0,176	0,10	0,137	0,08	0,046	-0,11	-0,091
Terra Nova	0,03	0,193	0,00	0,000	-0,04	-0,193	0,02	0,080	0,01	0,020	-0,02	-0,060
Total	1,33	0,343	1,19	0,062	-1,36	-0,282	1,35	0,224	2,04	0,131	-0,91	-0,093
1.4.3 RD Sertão do Araripe												
Bodocó	0,32	0,427	0,30	0,079	-0,33	-0,347	0,32	0,278	0,24	0,080	-0,37	-0,198
Ouricuri	0,71	0,395	0,70	0,078	-0,72	-0,318	0,94	0,326	0,52	0,070	-1,20	-0,255
Araripina	0,64	0,485	0,35	0,052	-0,71	-0,413	0,59	0,261	1,13	0,192	-0,26	-0,069
Exu	0,50	0,489	0,17	0,033	-0,58	-0,456	0,58	0,423	0,72	0,204	-0,49	-0,219
Granito	0,05	0,385	0,03	0,041	-0,06	-0,344	0,04	0,177	0,05	0,085	-0,03	-0,092
Ipupi	0,19	0,367	0,01	0,005	-0,24	-0,361	0,19	0,228	0,10	0,046	-0,25	-0,183
Moreilândia	0,15	0,432	0,10	0,058	-0,17	-0,374	0,12	0,245	0,11	0,084	-0,13	-0,161
Trindade	0,15	0,430	0,07	0,038	-0,17	-0,391	0,22	0,340	0,14	0,082	-0,28	-0,259
Total	2,73	0,430	1,73	0,055	-2,98	-0,375	3,00	0,304	3,01	0,117	-3,00	-0,186
1.5 Mesorregião São Francisco Pernambucano												
Total	2,37	0,329	4,75	0,133	-1,77	-0,196	2,76	0,208	4,34	0,126	-1,77	-0,082
1.5.1 RD Sertão de Itaparica												
Floresta	0,33	0,343	0,54	0,114	-0,28	-0,229	0,32	0,235	0,16	0,046	-0,42	-0,189
Petrolândia	0,14	0,235	0,37	0,126	-0,08	-0,109	0,32	0,272	0,30	0,100	-0,33	-0,172
Tecaratu	0,29	0,656	0,25	0,113	-0,30	-0,543	0,16	0,246	0,49	0,282	0,04	0,037
Itacuruba	0,01	0,040	0,01	0,020	0,00	-0,020	0,02	0,101	0,03	0,077	-0,01	-0,024
Belém de São Francisco	0,19	0,294	0,25	0,076	-0,18	-0,218	0,19	0,195	0,35	0,135	-0,10	-0,060
Total	0,95	0,343	1,42	0,103	-0,84	-0,240	1,01	0,232	1,33	0,118	-0,81	-0,114
1.5.2 RD São Francisco												
Petrolina	0,97	0,380	2,98	0,235	-0,46	-0,145	1,35	0,239	2,60	0,177	-0,57	-0,062
Afrânio	0,06	0,175	0,07	0,045	-0,05	-0,129	0,07	0,131	0,05	0,040	-0,08	-0,091
Cabrobó	0,20	0,312	0,13	0,041	-0,22	-0,271	0,13	0,135	0,18	0,075	-0,09	-0,059
Crocó	0,08	0,404	0,02	0,023	-0,09	-0,381	0,04	0,118	0,05	0,055	-0,04	-0,063
Santa Maria da Boa Vista	0,11	0,160	0,12	0,036	-0,11	-0,124	0,16	0,120	0,12	0,034	-0,19	-0,086
Total	1,41	0,321	3,32	0,152	-0,93	-0,169	1,75	0,198	3,01	0,131	-0,86	-0,067

FONTE: Fundação IBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos 1980 e 1991.

NOTAS : (1) Para efeito de compensação, Fernando de Noronha está incluído no total do Estado de Pernambuco.

Foram também incluídos no total de Pernambuco os Emigrantes de código 0, ou seja não informaram o município anterior : 1980 (29954) e 1991 (24737)

Fluxo Migratório Interestadual PE-SP-PE: pessoas que estão a menos de 10 anos na UF atual, segundo a UF anterior, segundo os municípios do Estado de Pernambuco, tanto em relação aos municípios de origem em Pe (PE-SP) quanto aos municípios de destino em Pe (SP-PE).

Os imigrantes foram obtidos através da soma dos imigrantes não-naturais e dos migrantes de retorno do fluxo SP-PE

Os totais das RD's , das Mesorregiões do Estado de Pernambuco foram obtidos pela fórmula das projeções e não pela soma.

TABELA III. 4

MIGRANTES DE RETORNO DO FLUXO SP-PE, PERCENTAGEM DA MIGRAÇÃO DE RETORNO SOBRE O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E SOBRE A IMIGRAÇÃO, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO E MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1970-80 E 1980-91

ESTADO, MESOR- REGIÕES, RDs MUNICÍPIOS	MIGRANTES DE RETORNO SP - PE						% Migração Retorno/ Crescimento População			% Migração Retorno/ Sobre a Imigração			
	1970 - 80			1981 - 91			Dif. % 70-80/81-91	1970-80	1981-91	Dif %	1970-80	1981-91	Dif %
	Volume	%	Taxa%	Volume	%	Taxa%							
1. Estado de Pernambuco													
Total (1)	30539	100,00	0,054	62367	100,00	0,086	104,22	3,11	6,33	103,56	48,34	61,69	27,62
1.1 RD Metropolitano													
Núcleo Central:	8803	28,83	0,054	19329	16,58	0,048	17,33	2,46	3,33	35,59	41,17	48,23	17,13
Recife	6743	22,08	0,060	5929	9,51	0,043	-12,07	4,71	6,29	33,48	43,12	47,45	10,04
Olinda	888	2,91	0,038	1580	2,53	0,046	77,93	1,03	2,67	158,11	34,11	54,30	59,16
Jaboatão Guararapes	1172	3,84	0,045	2820	4,52	0,064	140,61	0,91	1,80	98,75	37,31	46,90	25,69
Litoral Norte:	914	2,99	0,051	2349	3,77	0,068	157,00	0,79	1,58	98,19	38,12	57,50	50,87
Paulista	750	2,46	0,104	1280	2,05	0,073	70,67	1,00	1,36	37,37	39,58	53,36	34,81
Abreu e Lima				490	0,79	0,074			1,63			61,10	
Igarassu	160	0,52	0,030	479	0,77	0,062	199,38	1,06	2,59	144,48	33,06	71,49	116,26
Itamaracá	4	0,01	0,005	43	0,07	0,040	975,00	0,35	1,28	265,72	21,05	61,43	191,79
Itapissuma				57	0,09	0,037			1,26			39,58	
Oeste	589	1,93	0,039	1516	2,43	0,069	157,39	1,09	3,35	205,98	41,48	64,43	55,33
Camaragibe				534	0,86	0,059			1,65			62,53	
São Lourenço de Mata	556	1,82	0,087	765	1,23	0,085	37,59	2,29	8,78	284,32	43,17	63,59	47,31
Moreno	33	0,11	0,010	217	0,35	0,053	557,58	0,88	5,18	487,22	25,00	73,31	193,24
Litoral Sul:	163	0,53	0,013	772	1,25	0,045	373,62	0,51	2,68	424,36	37,05	68,38	84,58
Cabo	141	0,46	0,016	652	1,06	0,052	362,41	0,50	2,85	472,59	35,16	71,33	102,87
Ipojuca	22	0,07	0,006	120	0,19	0,026	445,45	0,61	2,01	229,59	56,41	55,81	-1,06
Total	10469	34,28	0,050	14966	24,01	0,052	42,96	1,87	2,81	49,87	40,83	51,64	26,45
1.2 Mesorregião Mata Pernambucana													
Total	3077	10,08	0,031	6345	10,18	0,053	106,21	3,19	6,54	104,96	51,69	64,84	25,45
1.2.1 RD Mata Norte													
Paudalho	18	0,06	0,005	195	0,31	0,046	983,33	0,45	6,89	1444,61	30,51	56,03	83,67
Timbúba	282	0,92	0,053	550	0,88	0,090	95,04	11,62	20,00	72,13	58,87	61,87	5,09
Tracunhahém	8	0,03	0,007	10	0,02	0,008	25,00	-8,00	1,28	-115,96	47,06	71,43	51,79
Vicência	4	0,01	0,002	35	0,06	0,012	775,00	0,53	1,76	234,84	36,36	100,00	175,00
Aliança				76	0,12	0,018			0,00	-38,97	0,00	69,72	
Buenos Aires	21	0,07	0,017	57	0,09	0,042	171,43	8,97	28,79	220,78	77,78	60,64	-22,04
Camutanga				43	0,07	0,053			0,00	18,53	0,00	67,19	
Carpina	84	0,28	0,016	412	0,66	0,061	390,48	0,73	4,72	549,25	41,58	53,51	28,67
Condado	19	0,06	0,013	99	0,16	0,052	421,05	0,48	4,46	831,61	59,38	100,00	68,42
Ferreiros	19	0,06	0,019	125	0,20	0,106	557,89	2,09	28,28	1255,98	43,18	67,57	56,47
Goiana	120	0,39	0,022	230	0,37	0,034	91,67	1,93	3,63	88,10	43,48	49,04	12,78
Itambé	105	0,34	0,040	167	0,27	0,049	59,05	3,40	2,75	-19,34	52,76	66,27	25,60
Itaquitinga				18	0,03	0,013			0,00	0,59		66,67	
Lagoa do Itaenga				126	0,20	0,079			0,00	3,32		78,75	
Macaparana	25	0,08	0,014	166	0,27	0,076	564,00	1,24	7,63	513,32	39,68	53,90	35,82
Nazaré da Mata	23	0,08	0,009	55	0,09	0,019	139,13	1,34	5,12	283,19	58,97	67,07	13,73
Glória do Góitá	32	0,10	0,011	240	0,38	0,081	650,00	-2,17	-57,42	2542,94	58,18	90,57	55,66
Chã de Alegria				46	0,07	0,042			0,00	2,89		90,20	
Total	760	2,49	0,017	2650	4,25	0,050	248,68	1,76	6,07	245,49	50,20	62,78	25,07
1.2.2 RD Mata Sul													
Vitória de Santo Antão	180	0,59	0,021	720	1,15	0,066	300,00	1,42	5,28	271,36	50,56	68,05	34,59
Pombos	58	0,19	0,026	175	0,28	0,075	201,72	-2,93	53,68	-1929,78	49,15	75,11	52,80
Chã Grande	11	0,04	0,008	17	0,03	0,010	54,55	2,37	1,57	-33,64	78,57	100,00	27,27
Água Preta	101	0,33	0,028	161	0,26	0,040	59,41	4,62	-39,66	-958,67	66,45	82,14	23,62
Amaraji	5	0,02	0,003	7	0,01	0,003	40,00	0,15	1,16	688,84	100,00	100,00	0,00
Barreiros	58	0,19	0,019	151	0,24	0,038	160,34	1,63	1,86	13,89	40,28	39,84	-1,08
Belém de Maria	53	0,17	0,045	54	0,09	0,042	1,89	-3,21	4,44	-238,42	61,63	62,07	0,72
Catende	399	1,31	0,142	542	0,87	0,165	35,84	-886,67	16,11	-101,82	59,29	62,95	6,18
Cortês	36	0,12	0,034	252	0,40	0,195	600,00	3,59	20,31	466,32	48,00	73,90	53,96
Escada	44	0,14	0,009	247	0,40	0,041	461,36	0,45	9,26	1962,75	36,07	66,40	84,10
Gameleira	33	0,11	0,021	83	0,13	0,041	151,52	1,60	3,09	92,68	49,25	73,45	49,13
Joaquim Nabuco	17	0,06	0,013	94	0,15	0,057	452,94	0,88	6,81	672,92	21,79	63,51	191,41
Maraial	172	0,56	0,086				-100,00	-16,65	0,00	-100,00	54,26		-100,00
Palmares	650	2,13	0,119	705	1,13	0,110	8,46	8,74	-100,43	-1248,89	48,87	74,68	52,81
Primavera				21	0,03	0,020			0,00	0,87		46,67	
Quipapá	201	0,66	0,102	137	0,22	0,061	-31,84	51,41	11,70	-77,24	62,04	76,11	22,69
Ribeirão	147	0,48	0,044	129	0,21	0,030	-12,24	2,76	2,76	0,08	46,82	66,84	42,77
Rio Formoso	122	0,40	0,041	124	0,20	0,035	1,64	4,53	5,00	10,41	58,94	76,07	29,08
São Benedito do Sul	30	0,10	0,028	58	0,09	0,052	93,33	-5,93	-8,80	48,45	56,60	63,74	12,60
São José Coroa Grande				10	0,02	0,009			0,00	0,53	0,00	62,50	
Sirinhaém				8	0,01	0,002			0,00	0,19		6,67	
Total	2317	7,59	0,042	3695	5,93	0,056	59,47	4,36	6,93	58,92	52,20	66,41	27,23

1.3 Mesorregião Agreste Pernambucano

Total	12981	42,51	0,081	28184	45,20	0,147	117,12	10,27	18,52	80,28	56,85	68,53	20,55
1.3.1 RD Agreste Setentrional													
Limoeiro	61	0,20	0,011	470	0,75	0,076	670,49	-58,65	-20,29	-65,40	53,04	76,05	43,38
Bom Jardim	30	0,10	0,009	199	0,32	0,050	563,33	-8,98	10,58	-217,78	38,96	60,30	54,78
Cumaru	9	0,03	0,005	187	0,30	0,085	1977,78	0,18	-4,28	-2440,77	60,00	100,00	66,67
Feira Nova	18	0,06	0,011	73	0,12	0,037	305,56	0,96	5,04	422,83	58,06	82,02	41,26
João Alfredo	22	0,07	0,009	206	0,33	0,071	836,36	1,78	9,56	437,49	44,90	79,54	77,15
Machados				138	0,22	0,140		0,00	85,19		0,00	89,61	
Orobó	14	0,05	0,007	64	0,10	0,028	357,14	1,40	23,53	1584,03	35,90	57,66	60,62
Passira	30	0,10	0,013	183	0,29	0,061	510,00	0,80	5,26	554,22	62,50	79,22	26,75
Salgadinho	12	0,04	0,022	12	0,02	0,019	0,00	11,43	3,37	-70,51	100,00	100,00	0,00
São Vicente Ferrer	12	0,04	0,010	111	0,18	0,075	825,00	1,83	8,75	377,09	44,44	90,24	103,05
Fraí Miguelinho	172	0,56	0,124	307	0,49	0,200	78,49	-85,15	88,47	-203,90	83,00	83,20	32,05
Santa Cruz Capibaribe	200	0,65	0,127	402	0,64	0,128	101,00	2,12	2,33	10,05	47,96	40,20	-16,18
Santa Maria Cambucá	350	1,15	0,347	208	0,33	0,173	-40,57	48,41	21,53	-55,52	72,46	71,23	-1,70
Surubim	322	1,05	0,057	828	1,33	0,117	157,14	3,68	12,65	243,59	64,40	62,59	-2,82
Taquaritinga do Norte	55	0,18	0,037	47	0,08	0,027	-14,55	13,25	2,15	-83,76	52,88	87,04	64,58
Toritama	219	0,72	0,295	302	0,48	0,242	37,90	9,79	4,80	-50,93	64,79	68,79	6,17
Vertentes	43	0,14	0,029	71	0,11	0,042	65,12	1,31	-3,07	-334,35	55,13	93,42	69,46
Total	1569	5,14	0,044	3808	6,11	0,088	142,70	4,07	10,71	162,99	60,02	67,20	11,95
1.3.2 RD Agreste Central													
Caruaru	3416	11,19	0,218	3673	5,89	0,174	7,52	11,43	8,92	-21,95	54,34	63,82	17,44
Gravatá	78	0,26	0,015	698	1,12	0,112	794,87	2,49	7,69	209,14	58,21	70,86	21,74
Algoíinha	204	0,67	0,208	389	0,62	0,332	90,69	23,39	47,97	105,03	69,15	82,24	18,93
Belo Jardim	128	0,42	0,026	1145	1,84	0,186	794,53	2,02	12,90	535,02	33,86	55,85	64,94
Bezerras	147	0,48	0,032	563	0,90	0,101	282,99	3,24	17,02	425,33	55,06	70,02	27,19
Brejo da Madre de Deus	155	0,51	0,061	224	0,36	0,073	44,52	-17,03	3,48	-120,45	63,01	77,24	22,59
Cachoeirinha	16	0,05	0,012	383	0,61	0,239	2293,75	-22,54	15,90	-170,55	29,63	68,27	130,41
Jataúba				279	0,45	0,181		0,00	30,86		0,00	68,22	
Pesqueira	455	1,49	0,089	1813	2,91	0,300	298,46	17,54	33,96	93,60	53,22	75,45	41,77
Poção	143	0,47	0,167	168	0,27	0,164	17,48	14,58	32,31	121,64	55,64	62,45	12,24
Riacho das Almas	131	0,43	0,079	157	0,25	0,081	19,85	14,56	19,22	32,02	59,55	63,82	7,18
Sanharó	103	0,34	0,074	266	0,43	0,165	158,25	15,01	34,73	131,28	48,58	70,56	45,22
São Bento do Una	138	0,45	0,039	998	1,60	0,228	623,19	3,39	21,47	533,28	46,46	80,10	72,38
São Caitano	477	1,56	0,197	724	1,16	0,244	51,78	70,98	14,51	-79,56	65,52	71,19	8,65
Tacaimbó	10	0,03	0,010	12	0,02	0,010	20,00	3,58	0,68	-81,06	31,25	100,00	220,00
Agrestina	383	1,25	0,235	734	1,18	0,399	91,64	-25,55	30,31	-218,61	79,46	75,44	-5,06
Altinho	586	1,92	0,220	562	0,90	0,213	-4,10	-14,70	-34,58	135,31	71,12	77,62	9,15
Barra de Guabiraba	4	0,01	0,005	81	0,13	0,072	1925,00	0,18	15,88	8698,82	100,00	86,17	-13,83
Bonito	188	0,62	0,057	491	0,79	0,131	161,17	-52,66	25,05	-147,57	59,49	64,95	9,17
Camocim de São Félix	68	0,22	0,066	135	0,22	0,100	98,53	7,33	4,55	-37,97	45,03	78,03	73,28
Cupira	256	0,84	0,156	975	1,56	0,432	280,86	6,41	23,41	265,31	59,26	79,53	34,20
Ibirajuba	105	0,34	0,109	104	0,17	0,118	-0,95	-4,28	-10,91	154,74	54,97	57,46	4,52
Lagoa dos Gatos	210	0,69	0,112	490	0,79	0,254	133,33	-28,30	-29,90	5,63	67,96	83,19	22,41
Panelas	444	1,45	0,150	165	0,26	0,054	-62,84	-23,59	-7,99	-66,11	69,81	60,89	-12,79
Sairé	23	0,08	0,015	57	0,09	0,041	147,83	-0,73	-1,91	160,61	56,10	75,00	33,70
São Joaquim do Monte	16	0,05	0,008	296	0,47	0,152	1750,00	-0,86	-32,03	3606,01	40,00	49,75	24,37
Total	7884	25,82	0,108	15582	24,98	0,177	97,64	17,86	16,62	-6,92	57,59	69,08	19,96
1.3.3 Agreste Meridional													
Garanhuns	984	3,22	0,125	2331	3,74	0,223	136,89	6,38	14,30	124,01	50,36	65,81	30,68
Angelim	26	0,09	0,027	174	0,28	0,176	569,23	-5,34	-32,10	501,32	24,53	69,60	163,75
Bom Conselho	598	1,96	0,137	271	0,43	0,058	-54,68	-210,56	-10,95	-94,80	68,42	82,62	20,76
Brejão	93	0,30	0,100	38	0,06	0,040	-59,14	-7,78	-131,03	1583,72	44,08	58,46	32,64
Caetés	197	0,65	0,114	216	0,35	0,103	9,64	29,94	7,02	-76,54	71,12	61,71	-13,22
Calçado	22	0,07	0,026	210	0,34	0,213	854,55	91,67	22,56	-75,39	59,46	71,43	20,13
Canhotinho	143	0,47	0,053	169	0,27	0,060	18,18	-19,40	-9,36	-51,77	70,10	45,07	-35,71
Correntes	27	0,09	0,014	147	0,24	0,078	444,44	-1,01	-8,22	711,79	35,53	56,32	58,54
Iati				179	0,29	0,088		0,00	1278,57		0,00	90,86	
Jupi	39	0,13	0,022	197	0,32	0,095	405,13	6,40	9,67	50,94	32,77	50,64	54,53
Jurema	160	0,52	0,132	423	0,68	0,308	164,38	49,23	103,42	110,08	54,61	71,57	31,07
Lagoa do Ouro	31	0,10	0,023	85	0,14	0,064	174,19	-2,60	-5,95	128,72	51,67	100,00	93,55
Lajedo	224	0,73	0,095	1275	2,04	0,420	469,20	5,32	31,63	494,05	51,97	62,56	20,37
Palmeirina	11	0,04	0,011	106	0,17	0,109	863,64	-1,62	-9,02	458,50	36,67	85,48	133,14
Paranatama	105	0,34	0,083	285	0,46	0,224	171,43	-5,58	-110,47	1881,01	65,63	70,20	6,97
Saloá	48	0,16	0,030	323	0,52	0,193	572,92	-32,65	-38,13	16,79	38,40	70,52	83,66
São João	239	0,78	0,141	384	0,62	0,191	60,67	17,66	31,12	76,16	59,90	81,53	36,11
Terezinha	23	0,08	0,031	74	0,12	0,097	221,74	-2,24	-31,09	1289,70	37,10	86,05	131,95
Capoeiras	7	0,02	0,004	634	1,02	0,301	8957,14	0,99	75,84	7527,07	14,89	81,60	447,86
Águas Belas	186	0,61	0,061	158	0,25	0,038	-15,05	1,68	9,28	452,50	56,19	59,40	5,70
Buique	171	0,56	0,049	421	0,68	0,103	146,20	5,78	23,95	314,25	55,16	73,60	33,43
Itaíba	28	0,09	0,011	296	0,47	0,097	957,14	0,50	-24,48	-5036,58	43,75	68,52	56,61

Pedra	79	0,26	0,042	97	0,16	0,045	22,78	3,84	-77,60	-2120,55	39,90	57,40	43,85
Tupanatinga	53	0,17	0,030	73	0,12	0,035	37,74	2,42	14,57	501,80	55,79	68,22	22,29
Venturosa	34	0,11	0,036	228	0,37	0,188	570,59	2,51	11,37	353,19	52,31	83,82	60,25
Total	3528	11,55	0,069	8794	14,11	0,146	149,26	8,07	38,38	375,38	54,02	68,14	26,15
1.4 Mesorregião Sertão Pernambucano													
Total	2870	9,40	0,040	10796	17,31	0,118	276,17	2,32	11,53	397,97	49,86	64,27	28,90
1.4.1 RD Sertão Pajeú - Moxotó													
Arcoverde	351	1,15	0,081	1479	2,37	0,262	321,37	4,98	17,27	246,60	42,24	61,63	45,90
Sertânia	70	0,23	0,022	167	0,27	0,047	138,57	6,34	-17,23	-371,81	35,53	57,59	62,06
Betânia	29	0,09	0,026	102	0,16	0,080	251,72	1,91	-16,35	-956,20	47,54	73,38	54,35
Custódia	133	0,44	0,056	465	0,75	0,152	249,62	2,18	22,97	955,78	59,38	76,35	26,60
Ibimirim	71	0,23	0,048	122	0,20	0,050	71,83	1,55	1,13	-26,93	42,77	45,52	6,43
Ineja	45	0,15	0,028	185	0,30	0,080	311,11	0,80	4,61	474,02	38,46	59,87	55,66
Afogados da Ingazeira	399	1,31	0,182	944	1,51	0,319	136,59	8,19	18,44	125,22	63,74	80,82	26,80
Brejinho	3	0,01	0,004	75	0,12	0,094	2400,00	-0,88	21,68	-2549,42	21,43	72,82	239,81
Calumbi	14	0,05	0,026	59	0,09	0,086	321,43	2,03	4,95	144,30	36,84	61,46	66,82
Carnaíba	81	0,27	0,034	341	0,55	0,121	320,99	2,31	73,33	3080,49	77,14	66,47	-13,83
Flores	40	0,13	0,018	220	0,35	0,090	450,00	2,73	-36,54	-1437,54	40,00	66,07	65,17
Iguaraci	112	0,37	0,099	130	0,21	0,103	16,07	14,11	-26,48	-287,70	53,08	53,72	1,20
Ingazeira				40	0,06	0,081		0,00	-31,50			70,18	
Itapetim	206	0,67	0,133	262	0,42	0,151	27,18	26,75	-100,00	-473,79	76,87	69,87	-9,11
Santa Terezinha	10	0,03	0,012	145	0,23	0,137	1350,00	0,62	48,82	7716,33	76,92	41,31	-46,30
São José do Egito	23	0,08	0,009	827	1,33	0,275	3495,65	0,90	32,75	3519,86	22,77	64,66	183,94
Serra Talhada	182	0,60	0,030	832	1,33	0,109	357,14	1,60	16,08	906,72	40,81	76,05	86,37
Solidão	43	0,14	0,074	69	0,11	0,105	60,47	6,54	-17,42	-366,23	63,24	61,61	-2,57
Tabira	39	0,13	0,022	700	1,12	0,303	1694,87	1,23	21,10	1611,00	29,32	72,31	146,61
Triunfo	53	0,21	0,024	419	0,67	0,140	565,08	3,25	47,34	1356,41	42,28	62,54	47,91
Tuparetama	18	0,06	0,032	138	0,22	0,201	666,67	-5,41	8,40	-231,20	42,86	42,99	0,31
Total	1932	6,33	0,048	7721	12,38	0,155	299,64	3,25	18,01	453,34	49,41	66,01	33,59
1.4.2 RD Sertão Central													
Mirandiba				84	0,13	0,062		0,00	8,83			65,63	
São José do Belmonte	70	0,23	0,027	359	0,58	0,108	412,86	1,14	20,49	1703,20	52,63	79,42	50,91
Salgueiro	189	0,62	0,053	617	0,99	0,128	226,46	2,07	9,12	340,13	56,93	58,32	2,44
Serrita	3	0,01	0,002	64	0,10	0,031	2033,33	0,16	8,96	5606,82	30,00	69,57	131,88
Verdejante	88	0,29	0,117	105	0,17	0,121	19,32	30,24	23,65	-21,80	60,69	70,00	15,34
Cedro				51	0,08	0,061		0,00	2,04		0,00	61,45	
Parnamirim	45	0,15	0,032	70	0,11	0,038	55,56	2,07	2,00	-3,56	50,56	82,35	62,88
Terra Nova				5	0,01	0,008		0,00	0,34			38,46	
Total	395	1,29	0,033	1355	2,17	0,086	243,04	1,59	7,49	371,62	52,53	65,74	25,16
1.4.2 RD Sertão do Araripe													
Bodocó	132	0,43	0,055	188	0,30	0,063	42,42	3,59	6,96	94,08	69,84	78,99	13,10
Ouricuri	247	0,81	0,044	312	0,50	0,041	26,32	1,79	3,26	81,78	56,01	58,98	5,30
Araripina	72	0,24	0,017	643	1,03	0,109	793,06	0,80	5,07	533,35	32,14	56,50	75,79
Exu	56	0,18	0,018	399	0,64	0,111	612,50	2,03	-28,98	-1530,69	52,83	54,58	3,32
Granito				11	0,02	0,018		0,00	1,48		0,00	21,15	
Ipubi				14	0,02	0,006		0,00	0,47		0,00	14,14	
Moraliândia	27	0,09	0,024	89	0,14	0,067	229,63	1,41	-23,99	-1805,01	41,54	79,46	91,30
Trindade	9	0,03	0,008	64	0,10	0,037	611,11	0,23	1,12	394,40	21,43	45,39	111,82
Total	543	1,78	0,027	1720	2,76	0,066	216,76	1,37	5,27	285,10	49,63	56,58	13,99
1.5 Mesorregião São Francisco Pernambucano													
Total	1142	3,74	0,051	2058	3,30	0,059	80,21	1,52	1,91	26,17	38,08	46,92	23,22
1.5.1 RD Sertão de Itaparica													
Floresta	241	0,79	0,080	137	0,22	0,039	-43,15	5,93	129,25	2080,01	70,06	83,03	18,52
Petrolândia	103	0,34	0,056	145	0,23	0,047	40,78	1,12	1,57	40,14	44,02	47,23	7,30
Tacaratu	84	0,28	0,061	228	0,37	0,131	171,43	5,28	8,11	53,47	54,19	46,25	-14,66
Itacuruba	8	0,03	0,020	15	0,02	0,036	87,50	1,08	-1,29	-219,85	100,00	46,88	-53,13
Belém São Francisco	55	0,18	0,027	191	0,31	0,074	247,27	0,86	-16,55	-2016,62	34,81	54,57	56,77
Total	491	1,61	0,056	716	1,15	0,063	45,82	2,23	7,27	225,31	54,62	53,16	-2,68
1.5.2 RD São Francisco													
Petrolina	584	1,91	0,073	1127	1,81	0,076	92,98	1,36	1,59	16,83	31,05	42,87	38,07
Afrânio	19	0,06	0,018	33	0,05	0,024	73,68	0,89	1,81	104,79	40,43	61,11	51,17
Cabrobó	40	0,13	0,020	106	0,17	0,043	165,00	2,97	3,43	15,37	48,78	57,30	17,46
Orocó				30	0,05	0,031		0,00	0,82		0,00	56,60	
Santa Maria Boa Vista	8	0,03	0,004	46	0,07	0,013	475,00	0,16	0,25	60,12	10,53	38,98	270,34
Total	651	2,13	0,047	1342	2,15	0,058	106,14	1,22	1,37	12,54	31,00	44,16	42,45

FONTE: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

NOTAS: (1) Para efeito de comparação, Fernando de Noronha foi incluído no total do Estado de Pernambuco

Fluxo interestadual de migração de retorno: pessoas com menos de 10 anos na UF de residência atual (PE), que nasceram em Pernambuco ou Fernando de Noronha a última procedência do Estado de São Paulo. Para 1980-91, foi incluído no filtro a variável de nascimento (pessoa.miufpais, do Redatam) que estava no código 0, de aparecerem os que "nasceram neste município mas já morou em outro"(código 2 da variável 314).

MIGRANTES DE RETORNO DO FLUXO SP-PE:

FILTRO 1980: pessoa.mitempuf < 7 and (pessoa.miufnasc = 12 or pessoa.miufnasc = 14) and pessoa.ufantôpe = 35

FILTRO 1991: pessoa.mianmouf < 10 and (pessoa.miufpais = 13 or pessoa.miufpais = 0) and pessoa.miantempuf = 35

TABELA IV. 1.1

POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE, DOS EMIGRANTES NATURAIS DA MR/RD METRO-SP, DOS RETORNADOS TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO ORIGEM E A CARGA DOS MEMBROS DA FAMÍLIA SOBRE O CHEFE, DO FLUXO PE-SP-PE, SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL

MR/RD METROPOLITANA, 1970 / 91

Origem - Destino (Tempo de Residência na UF Atual)	POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE													
	1970 - 80					1981 - 91					Carga Sobre Chefe			
	Chefe	Cônjuge	Filhos / Enteados	Outros Membros da Família	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos / Enteados	Outros Membros da Família	Total	Todos os membros	Outros Membros da Família	Todos os membros	Outros Membros da Família
Emigrantes Naturais														
Até 1	4,51	4,09	7,05	7,83	23,48	4,21	1,74	3,52	3,39	6,14	6,29	19,34	4,49	1,79
2 a 5	11,50	9,56	15,23	7,73	44,02	2,83	0,67	15,32	11,41	17,34	9,30	53,37	2,48	0,61
6 a 9	10,22	7,92	11,36	2,99	32,50	2,18	0,29	9,05	7,53	7,51	3,20	27,29	2,01	0,35
Total %	26,22	21,58	33,64	18,56	100,00			27,89	22,33	30,99	18,79	100,00		
Abs	20070	16514	25746	14202	76532	2,81	0,71	16397	13130	18219	11044	58790	2,59	0,67
Migrantes de Retorno Total														
Até 1	11,36	7,85	15,41	4,12	38,74	2,41	0,36	9,57	6,22	11,45	2,92	30,16	2,15	0,30
2 a 5	17,16	9,98	16,96	4,20	48,30	1,81	0,24	15,73	10,00	13,50	4,22	43,44	1,76	0,27
6 a 9	5,54	2,80	3,87	0,73	12,96	1,34	0,13	10,03	6,97	7,64	1,76	26,40	1,63	0,18
Total %	34,07	20,64	36,24	9,05	100,00			35,34	23,19	32,58	8,89	100,00		
Abs	3571	2163	3799	949	10492	1,94	0,27	5289	3471	4877	1331	14968	1,83	0,25
Migrantes de Retorno Origem														
Até 1	8,88	6,63	18,84	3,50	37,84	3,26	0,39	8,43	6,39	14,78	2,72	32,32	2,84	0,32
2 a 5	15,32	8,38	22,28	3,81	49,79	2,25	0,25	12,13	8,74	17,27	2,50	40,64	2,35	0,21
6 a 9	3,92	2,32	5,75	0,38	12,37	2,16	0,10	8,12	6,39	11,55	0,98	27,04	2,33	0,12
Total %	28,12	17,33	46,86	7,69	100,00			28,68	21,53	43,59	6,20	100,00		
Abs	1536	947	2560	420	5463	2,56	0,27	2086	1566	3171	451	7274	2,49	0,22
Migrantes de Retorno Não Origem														
Até 1	14,07	9,19	11,68	4,80	39,73	1,82	0,34	10,66	6,06	8,31	3,11	28,13	1,64	0,29
2 a 5	19,17	11,72	11,18	4,62	46,68	1,44	0,24	19,13	11,19	9,93	5,84	46,09	1,41	0,31
6 a 9	7,31	3,33	1,83	1,12	13,59	0,86	0,15	11,84	7,51	3,94	2,50	25,79	1,18	0,21
Total %	40,55	24,23	24,69	10,54	100,00			41,63	24,76	22,17	11,44	100,00		
Abs	2035	1216	1239	529	5019	1,47	0,26	3203	1905	1706	880	7694	1,40	0,27

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA IV. 1.2

POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE, DOS EMIGRANTES NATURAIS DA RD AGRESTE CENTRAL-SP, DOS RETORNADOS TOTAIS, PARA ORIGEM E NÃO ORIGEM E A CARGA DOS MEMBROS DA FAMÍLIA SOBRE O CHEFE, DO FLUXO PE-SP-PE, SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL RD AGRESTE CENTRAL. 1970 / 91

Origem - Destino	POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE													
	1970 - 80						1981 - 91							
	Chefe	Cônjuge	Filhos / Enteados	Outros Membros da Família	Total	Carga Sobre Chefe		Chefe	Cônjuge	Filhos / Enteados	Outros Membros da Família	Total	Carga Sobre Chefe	
Todos os membros						Outros Membros da Família	Todos os membros						Outros Membros da Família	
(Tempo de Residência na UF Atual)														
Emigrantes Naturais														
Até 1	5,05	4,77	7,63	10,22	27,67	4,48	2,02	3,61	3,32	4,46	6,68	18,07	4,01	1,85
2 a 5	10,03	9,69	11,68	8,98	40,38	3,03	0,90	13,78	12,31	15,29	11,60	52,98	2,85	0,84
6 a 9	11,05	8,58	8,49	3,83	31,95	1,89	0,35	9,67	8,98	6,18	4,13	28,95	1,99	0,43
Total	26,13	23,03	27,81	23,02	100,00			27,06	24,61	25,92	22,41	100,00		
Abs	14776	13023	15722	13017	56538	2,83	0,88	9812	8923	9401	8127	36263	2,70	0,83
Migrantes de Retorno Total														
Até 1	13,61	7,61	17,56	2,25	41,04	2,01	0,17	12,14	7,08	12,42	1,80	33,44	1,76	0,15
2 a 5	16,23	10,36	12,64	2,38	41,61	1,56	0,15	17,81	9,59	12,44	1,46	41,31	1,32	0,08
6 a 9	7,65	3,86	5,43	0,41	17,35	1,27	0,05	11,92	7,13	5,92	0,28	25,25	1,12	0,02
Total	37,50	21,83	35,63	5,04	100,00			41,86	23,80	30,79	3,54	100,00		
Abs	2961	1724	2814	398	7897	1,67	0,13	6523	3709	4798	552	15582	1,39	0,08
Migrantes de Retorno Origem														
Até 1	13,73	6,71	19,00	1,70	41,14	2,00	0,12	11,41	6,38	14,36	1,57	33,73	1,96	0,14
2 a 5	16,28	9,44	13,33	1,73	40,77	1,51	0,11	17,85	8,86	14,42	1,34	42,47	1,38	0,08
6 a 9	8,04	3,72	5,95	0,37	18,08	1,25	0,05	10,66	5,88	6,92	0,34	23,80	1,23	0,03
Total	38,05	19,87	38,29	3,80	100,00			39,92	21,12	35,70	3,25	100,00		
Abs	2064	1078	2077	206	5425	1,63	0,10	4467	2363	3995	364	11189	1,50	0,08
Migrantes de Retorno Não Origem														
Até 1	13,35	9,59	14,40	3,48	40,82	2,06	0,26	13,98	8,85	7,49	2,37	32,69	1,34	0,17
2 a 5	16,14	12,38	11,12	3,80	43,45	1,69	0,24	17,71	11,47	7,40	1,78	38,36	1,17	0,10
6 a 9	6,80	4,17	4,29	0,49	15,74	1,32	0,07	15,11	10,31	3,39	0,14	28,96	0,92	0,01
Total	36,29	26,13	29,81	7,77	100,00			46,80	30,64	18,28	4,28	100,00		
Abs	897	646	737	192	2472	1,76	0,21	2056	1346	803	188	4393	1,14	0,09

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA IV. 1.3

POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE, DOS EMIGRANTES NATURAIS DA RD S.PAJEÚ-MOXOTÓ - SP, DOS RETORNADOS TOTAIS, PARA ORIGEM E NÃO ORIGEM E A CARGA DOS MEMBROS DA FAMÍLIA SOBRE O CHEFE, DO FLUXO PE-SP-PE, SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL
RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ, 1970/91

FLUXO MIGRATORIO		POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE													
Origem - Destino		1970 - 80						1981 - 91							
(Tempo de Residência na UF Atual)	Carga Sobre Chefe	Chefe	Cônjuge	Filhos / Enteados	Outros Membros da Família	Total	Carga Sobre Chefe		Chefe	Cônjuge	Filhos / Enteados	Outros Membros da Família	Total	Carga Sobre Chefe	
							Todos os membros	Outros Membros da Família						Todos os membros	Outros Membros da Família
Emigrantes Naturais															
Até 1		4,48	4,45	8,08	10,90	27,91	5,23	2,43	3,86	3,73	8,95	8,90	25,44	5,59	2,30
2 a 5		10,71	9,68	11,71	10,27	42,38	2,96	0,96	12,98	11,34	14,88	11,14	50,34	2,88	0,86
6 a 9		9,34	8,67	8,33	3,37	29,71	2,18	0,36	7,52	7,48	6,48	2,74	24,22	2,22	0,36
Total	%	24,53	22,81	28,12	24,53	100,00	3,08	1,00	24,36	22,55	30,31	22,78	100,00	3,10	0,93
	Abs	5472	5087	6272	5472	22303	3,08	1,00	5616	5197	6987	5250	23050	3,10	0,93
Migrantes de Retorno Total															
Até 1		14,60	11,08	21,43	4,61	51,71	2,54	0,32	13,69	6,24	16,94	2,72	39,60	1,89	0,20
2 a 5		13,41	6,68	8,64	2,07	30,80	1,30	0,15	16,36	9,88	14,07	0,89	41,20	1,52	0,05
6 a 9		6,21	4,66	6,11	0,52	17,49	1,82	0,08	8,89	4,92	4,73	0,66	19,20	1,16	0,07
Total	%	34,21	22,41	36,18	7,19	100,00	1,92		38,94	21,05	35,74	4,27	100,00		
	Abs	661	433	699	139	1932	1,92	0,21	3006	1625	2759	330	7720	1,57	0,11
Migrantes de Retorno Origem															
Até 1		11,58	8,98	26,58	4,45	51,60	3,46	0,38	12,63	5,07	19,63	3,20	40,54	2,21	0,25
2 a 5		13,59	5,64	8,24	1,63	29,10	1,14	0,12	13,71	9,90	17,19	0,90	41,70	2,04	0,07
6 a 9		6,01	5,12	7,72	0,45	19,30	2,21	0,07	6,30	5,00	5,88	0,58	17,76	1,82	0,09
Total	%	31,18	19,75	42,54	6,53	100,00			32,64	19,97	42,70	4,68	100,00		
	Abs	420	266	573	88	1347	2,21	0,21	1814	1110	2373	260	5557	2,06	0,14
Migrantes de Retorno Não Origem															
Até 1		21,54	15,90	9,57	4,96	51,97	1,41	0,23	16,36	9,29	10,03	1,48	37,15	1,27	0,09
2 a 5		12,99	9,06	9,57	3,08	34,70	1,67	0,24	23,11	9,89	6,10	0,88	39,97	0,73	0,04
6 a 9		6,67	3,59	2,39	0,68	13,33	1,00	0,10	15,53	4,71	1,76	0,88	22,87	0,47	0,06
Total	%	41,20	28,55	21,54	8,72	100,00	1,43		54,99	23,89	17,88	3,23	100,00		
	Abs	241	167	128	51	585	1,43	0,21	1190	517	387	70	2164	0,82	0,06

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA IV 2.1

POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE, DOS EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, DOS MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO MR / RD METROPOLITANA. 1970 / 91

MIGRATÓRIO	POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE																			
	1970 - 80										1981 - 91									
	Origem- Destino (Idade da Migração)	Núcleo Familiar				Outros Membros	Individual	Total	Razão de Dependência	Núcleo Familiar				Outros Membros	Individuals	Total	Razão de Dependência			
		Chefe			Cônjuge					Filhos / Enteados	Chefe							Cônjuge	Filhos / Enteados	
H		M	T	H							M	T								
Emigrantes Naturais																				
< 15	0,14	0,06	0,20	0,45	28,32	28,96	3,44	0,20	32,60	16541	0,16	0,14	0,30	0,61	26,38	27,29	3,52	0,00	30,80	13167
15 a 64	19,39	3,64	23,03	19,62	5,21	47,86	16,23	2,77	66,86	32720	20,07	5,18	25,25	19,62	5,91	50,79	16,05	1,47	68,31	28573
65 e +	0,11	0,08	0,20	0,04	0,00	0,24	0,29	0,01	0,53	269	0,28	0,08	0,36	0,13	0,00	0,48	0,41	0,00	0,89	381
Total %	19,64	3,78	23,42	20,11	33,52	77,05	19,96	2,98	100,00	51,38	20,51	5,40	25,91	20,36	32,29	78,56	19,98	1,47	100,00	47,42
Abs	10029	1928	11957	10266	17115	39338	10192	1522	51052		8769	2307	11076	8702	13803	33581	8540	627	42748	
Migrantes de Retorno Total																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,18	25,53	25,71	3,01	0,00	28,72	2618	0,00	0,00	0,00	0,17	20,98	21,15	2,25	0,00	23,40	2575
15 a 64	25,93	6,05	31,98	20,14	11,68	63,80	5,73	0,37	69,90	6339	24,90	8,94	33,85	21,68	12,96	68,48	6,93	0,32	75,72	8297
65 e +	0,39	0,34	0,73	0,19	0,00	0,92	0,46	0,00	1,38	126	0,12	0,35	0,46	0,20	0,00	0,66	0,21	0,00	0,87	96
Total %	26,32	6,39	32,72	20,50	37,22	90,44	9,19	0,37	100,00	43,29	25,02	9,29	34,31	22,05	33,94	90,29	9,39	0,32	100,00	32,19
Abs	2400	583	2983	1869	3393	8245	838	34	9117		2753	1022	3775	2426	3734	9935	1033	35	11003	
Migrantes de Retorno Origem																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,17	31,88	32,04	3,64	0,00	35,68	1707	0,00	0,00	0,00	0,36	28,54	28,90	2,89	0,00	31,78	1683
15 a 64	21,59	5,77	27,36	16,97	15,07	59,41	4,39	0,23	64,03	3052	18,32	9,69	28,01	20,43	15,49	63,93	4,29	0,00	68,22	3612
65 e +	0,00	0,21	0,21	0,00	0,00	0,21	0,08	0,00	0,29	14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Total %	21,59	5,98	27,57	17,14	46,95	91,66	8,11	0,23	100,00	56,39	18,32	9,69	28,01	20,79	44,02	92,82	7,18	0,00	100,00	46,59
Abs	1033	286	1319	820	2246	4385	388	11	4784		970	513	1483	1101	2331	4915	380	0,00	5295	
Migrantes de Retorno Não Origem																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,18	18,53	18,72	2,31	0,00	21,02	911	0,00	0,00	0,00	0,00	13,96	13,96	1,66	0,00	15,63	892
15 a 64	30,72	6,37	37,09	23,63	7,94	68,66	7,20	0,53	76,39	3287	31,01	8,25	39,26	22,83	10,62	72,70	9,37	0,61	82,69	4685
65 e +	0,83	0,48	1,32	0,39	0,00	1,71	0,88	0,00	2,58	112	0,23	0,67	0,89	0,39	0,00	1,28	0,40	0,00	1,68	96
Total %	31,55	6,85	38,40	24,21	26,47	89,08	10,39	0,53	100,00	31,12	31,24	8,92	40,15	23,21	24,58	87,95	11,44	0,61	100,00	21,09
Abs	1367	297	1664	1049	1147	3860	450	23	4333		1783	509	2292	1325	1403	5020	653	35	5708	

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA IV. 2.2

POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE, DOS EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, DOS MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO RD DO AGRESTE CENTRAL. 1970 / 91

FLUXO		POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE																		
MIGRATÓRIO		1970 - 80									1981 - 91									
Origem-Destino (Idade da Migração)	Nucleo Familiar				Outros Membros	Individual	Total	Razão de Dependência	Nucleo Familiar				Outros Membros	Individual	Total	Razão de Dependência				
	Chefe			Cônjuge					Filhos / Enteados	Chefe							Cônjuge	Filhos / Enteados		
	H	M	T							H	M	T								
Emigrantes Naturais																				
< 15	0,07	0,03	0,11	0,66	23,21	23,98	3,77	0,09	27,84	10534	0,13	0,10	0,23	0,58	21,20	22,01	4,25	0,02	26,29	6766
15 a 64	19,18	2,51	21,69	20,46	5,70	47,85	20,13	3,64	71,62	25810	20,37	3,36	23,75	21,34	6,62	51,71	18,68	1,87	72,26	18136
65 e +	0,14	0,06	0,21	0,03	0,00	0,24	0,30	0,00	0,54	206	0,42	0,07	0,49	0,09	0,00	0,57	0,84	0,03	1,45	365
Total %	19,40	2,61	22,01	21,15	28,92	72,07	24,20	3,73	100,00	41,61	20,92	3,55	24,47	22,00	27,82	74,30	23,78	1,93	100,00	39,32
Abs	7365	990	8355	8029	10979	27363	9187	1418	37968		5390	915	6305	5669	7167	19141	6126	496	25763	
Migrantes de Retorno Total																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,25	21,00	21,25	2,24	0,00	23,49	1751	0,00	0,00	0,00	0,32	18,18	18,49	1,21	0,00	19,70	2295
15 a 64	25,82	5,00	30,82	18,68	11,00	60,50	2,48	0,00	62,98	4694	29,35	9,13	38,47	21,58	15,09	75,14	2,65	0,00	77,79	9060
65 e +	0,46	0,27	0,72	0,72	0,00	1,45	0,19	0,00	1,64	122	1,24	0,36	1,60	0,41	0,00	2,01	0,50	0,00	2,51	292
Total %	26,27	5,27	31,54	31,54	32,00	95,09	4,91	0,00	100,00	39,90	30,58	9,49	40,07	22,31	33,26	95,64	4,36	0,00	100,00	28,55
Abs	1958	393	2351	2351	2385	7087	366	0	7453		3562	1105	4667	2598	3874	11139	508		11647	
Migrantes de Retorno Origem																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,25	25,03	25,28	1,55	0,00	26,84	1191	0,00	0,00	0,00	0,20	20,74	20,94	1,22	0,00	22,16	1889
15 a 64	30,51	5,36	35,87	19,49	14,49	69,85	2,57	0,00	72,42	3214	27,36	9,43	36,79	19,30	17,05	73,14	2,25	0,00	75,40	8426
65 e +	0,41	0,27	0,68	0,00	0,00	0,68	0,07	0,00	0,74	33	1,40	0,22	1,62	0,48	0,00	2,10	0,34	0,00	2,44	208
Total %	30,91	5,63	36,55	19,74	39,52	95,81	4,19	0,00	100,00	38,08	28,76	9,66	38,41	19,98	37,79	96,19	3,81	0,00	100,00	32,63
Abs	1372	250	1622	876	1754	4252	186	0	4438		2451	823	3274	1703	3221	8198	325		8523	
Migrantes de Retorno Não Origem																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,27	15,06	15,32	3,25	0,00	18,57	560	0,00	0,00	0,00	0,64	11,17	11,81	1,18	0,00	13,00	406
15 a 64	18,91	4,48	23,38	17,48	5,87	46,73	2,35	0,00	49,09	1480	34,76	8,29	43,05	27,78	9,73	80,57	3,75	0,00	84,31	2634
65 e +	0,53	0,27	0,80	1,79	0,00	2,59	0,36	0,00	2,95	89	0,80	0,74	1,54	0,22	0,00	1,76	0,93	0,00	2,69	84
Total %	19,44	4,74	24,18	48,92	20,93	94,03	5,97	0,00	100,00	43,85	35,56	9,03	44,59	28,65	20,90	94,14	5,86	0,00	100,00	18,60
Abs	586	143	729	1475	631	2835	180	0	3015		1111	282	1393	895	653	2941	183	0	3124	

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA IV. 2.3

POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE, DOS EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, DOS MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO RD SERTÃO DO PAJEÚ-MOXOTÓ. 1970 / 91

FLUXO MIGRATÓRIO	POSIÇÃO DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AO CHEFE																			
	1970 - 80										1981 - 91									
	Origem- Destino (idade da Migração)	Núcleo Familiar				Outros Membros	Individual	Total	Razão de Dependência	Núcleo Familiar				Outros Membros	Individual	Total	Razão de Dependência			
		Chefe			Cônjuge					Filhos / Enteados	Chefe							Cônjuge	Filhos / Enteados	
H	M	T	H	M		T														
Emigrantes Naturais																				
< 15	0,05	0,03	0,08	0,38	22,30	22,75	3,37	0,15	26,27	4057	0,10	0,06	0,15	0,29	25,84	26,28	3,04	0,08	29,40	5122
15 a 64	18,14	2,92	21,05	19,47	6,35	46,87	21,86	4,27	73,00	10675	18,93	2,65	21,58	19,44	5,62	46,65	19,24	3,59	69,47	11508
65 e +	0,21	0,10	0,31	0,07	0,00	0,38	0,35	0,00	0,73	113	0,36	0,13	0,49	0,17	0,00	0,65	0,48	0,00	1,13	197
Total %	18,40	3,05	21,44	19,92	28,65	70,01	25,57	4,42	100,00	39,06	19,39	2,83	22,22	19,89	31,46	73,58	22,75	3,67	100,00	46,22
Abs	2857	473	3330	3094	4449	10873	3972	686	15531		3387	495	3882	3475	5496	12853	3974	641	17468	
Migrantes de Retorno Total																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,25	24,47	24,72	4,72	0,00	29,43	468	0,00	0,00	0,00	0,00	21,55	21,55	0,90	0,00	22,44	1400
15 a 64	27,99	4,97	32,96	20,88	12,08	65,91	3,08	0,00	68,99	1097	29,00	7,01	36,01	19,96	16,83	72,80	3,22	0,00	76,02	4742
65 e +	0,82	0,00	0,82	0,44	0,00	1,26	0,31	0,00	1,57	25	0,74	0,43	1,19	0,00	0,00	1,19	0,35	0,00	1,54	96
Total %	28,81	4,97	33,77	21,57	36,54	91,89	8,11	0,00	100,00	44,94	29,74	7,44	37,19	19,96	38,38	95,53	4,47	0,00	100,00	31,55
Abs	458	79	537	343	581	1461	129	0	1590		1855	464	2320	1245	2394	5959	279	0	6238	
Migrantes de Retorno Origem																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,00	28,25	28,25	3,69	0,00	31,95	346	0,00	0,00	0,00	0,00	26,87	26,87	1,23	0,00	28,09	1284
15 a 64	26,59	3,51	30,10	17,82	15,05	62,97	3,42	0,00	66,39	719	26,21	5,67	31,87	18,18	17,90	67,95	3,48	0,00	71,43	3265
65 e +	0,83	0,00	0,83	0,37	0,00	1,20	0,46	0,00	1,66	18	0,09	0,09	0,18	0,00	0,00	0,18	0,31	0,00	0,48	22
Total %	27,42	3,51	30,93	18,19	43,31	92,43	7,57	0,00	100,00	50,63	26,30	5,75	32,05	18,18	44,76	94,99	5,01	0,00	100,00	40,00
Abs	297	38	335	197	469	1001	82	0	1083		1202	263	1465	831	2046	4342	229	0	4571	
Migrantes de Retorno Não Origem																				
< 15	0,00	0,00	0,00	0,79	16,37	17,16	6,90	0,00	24,06	122	0,00	0,00	0,00	0,00	6,90	6,90	0,00	0,00	6,90	115
15 a 64	30,97	8,09	39,05	27,42	5,72	72,19	2,37	0,00	74,56	378	36,67	10,68	47,36	24,85	13,93	86,13	2,52	0,00	88,66	1477
65 e +	0,79	0,00	0,79	0,59	0,00	1,38	0,00	0,00	1,38	7	2,58	1,38	3,96	0,00	0,00	3,96	0,48	0,00	4,44	74
Total %	31,76	8,09	39,84	28,80	22,09	90,73	9,27	0,00	100,00	34,13	39,26	12,06	51,32	24,85	20,83	97,00	3,00	0,00	100,00	12,80
Abs	161	41	202	146	112	460	47	0	507		654	201	855	414	347	1616	50	0	1666	

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA IV. 3.1

CHEFES DE FAMÍLIAS, EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO

MR / RD DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANA, 1970 / 91

Fluxo	FAIXAS ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO																				
	Migratório	1970-80									1981-91										
		Homens			Mulheres			Total			Homens			Mulheres			Total				
Tempo de Residência	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	Total	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	Total	
Emigrantes Naturais																					
Até 1	18,69	2,74	2,06	2,85	0,64	1,32	21,54	3,38	3,38	28,29	10,95	2,29	1,25	2,29	0,73	1,42	13,24	3,02	2,07	18,93	
2 a 5	48,53	6,17	4,05	8,48	2,32	2,16	57,01	8,49	6,21	71,71	51,93	7,66	5,41	11,62	2,10	2,35	63,55	9,76	7,76	81,07	
Total	%	67,21	8,91	6,11	11,33	2,96	3,48	78,54	11,87	9,59	100,00	62,88	9,95	6,66	13,92	2,83	3,76	76,79	12,78	10,42	100,00
	Abs	8139	1079	740	1372	358	421	9511	1437	1161	12109	6682	1089	729	1523	310	412	8405	1399	1141	10945
Migrantes de Retorno Total																					
Até 1	22,66	5,67	3,86	4,76	1,31	1,68	27,42	6,97	5,53	39,93	15,31	6,97	4,21	7,55	2,38	1,51	22,86	9,35	5,72	37,93	
2 a 5	33,19	10,39	4,69	7,64	1,61	2,55	40,83	12,00	7,24	60,07	30,70	10,75	4,98	10,52	2,86	2,25	41,22	13,62	7,23	62,07	
Total	%	55,85	16,06	8,55	12,40	2,92	4,22	68,25	18,97	12,77	100,00	46,01	17,72	9,19	18,07	5,25	3,76	64,08	22,97	12,95	100,00
	Abs	1666	479	255	370	87	126	2036	566	381	2983	1737	669	347	682	198	142	2419	867	489	3775
Migrantes de Retorno Origem																					
Até 1	24,03	4,17	0,91	5,46	0,99	1,21	29,49	5,16	2,12	36,77	15,58	7,55	1,21	13,28	1,28	2,43	28,86	8,83	3,64	41,34	
2 a 5	35,18	10,92	3,11	9,86	2,43	1,74	45,03	13,34	4,85	63,23	29,13	7,82	4,11	14,03	2,36	1,21	43,16	10,18	5,33	58,66	
Total	%	59,21	15,09	4,02	15,31	3,41	2,96	74,53	18,50	6,97	100,00	44,71	15,37	5,33	27,31	3,64	3,64	72,02	19,02	8,97	100,00
	Abs	781	199	53	202	45	39	983	244	92	1319	663	228	79	405	54	54	1068	282	133	1483
Migrantes de Retorno Não Origem																					
Até 1	21,57	6,85	6,19	4,21	1,56	2,04	25,78	8,41	8,23	42,43	15,14	6,59	6,15	3,84	3,10	0,92	18,98	9,69	7,07	35,73	
2 a 5	31,61	9,98	5,95	5,89	0,96	3,19	37,50	10,94	9,13	57,57	31,72	12,65	5,54	8,25	3,18	2,92	39,97	15,84	8,46	64,27	
Total	%	53,19	16,83	12,14	10,10	2,52	5,23	63,28	19,35	17,37	100,00	46,86	19,24	11,69	12,09	6,28	3,84	58,94	25,52	15,53	100,00
	Abs	885	280	202	168	42	87	1053	322	289	1664	1074	441	268	277	144	88	1351	585	356	2292

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA IV. 3.2

CHEFES DE FAMÍLIAS, EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO RD DO AGRESTE CENTRAL. 1970 / 91

Fluxo	FAIXAS ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO																			
	Migratório	1970-80									1981-91									
		Homens			Mulheres			Total			Homens			Mulheres			Total			
Tempo de Residência	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	Total	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	Total
Emigrantes Naturais																				
Até 1	20,76	3,84	4,58	2,34	0,59	1,44	23,10	4,43	6,02	33,54	12,07	2,03	4,22	0,83	0,35	1,44	12,91	2,38	5,66	20,95
2 a 5	46,83	5,76	4,62	5,49	1,39	2,38	52,32	7,15	6,99	66,46	52,15	8,12	7,05	6,48	2,32	2,93	58,63	10,44	9,98	79,05
Total %	67,59	9,60	9,19	7,83	1,98	3,81	75,42	11,57	13,01	100,00	64,23	10,16	11,27	7,31	2,67	4,37	71,53	12,83	15,64	100,00
Abs	5741	815	781	665	168	324	6406	983	1105	8494	4016	635	705	457	167	273	4473	802	978	6253
Migrantes de Retorno Total																				
Até 1	20,12	9,87	6,21	6,38	1,06	2,08	26,50	10,93	8,29	45,73	18,00	7,39	6,66	4,80	0,60	3,09	22,80	7,99	9,75	40,54
2 a 5	31,48	8,72	6,89	4,00	1,02	2,17	35,47	9,74	9,06	54,27	26,55	9,39	8,34	10,20	1,91	3,09	36,75	11,29	11,42	59,46
Total %	51,60	18,59	13,10	10,38	2,08	4,25	61,97	20,67	17,35	100,00	44,55	16,78	15,00	15,00	2,51	6,17	59,55	19,28	21,17	100,00
Abs	1213	437	308	244	49	100	1457	486	408	2351	2079	783	700	700	117	288	2779	900	988	4667
Migrantes de Retorno Origem																				
Até 1	20,47	8,63	7,58	6,47	0,74	2,03	26,94	9,37	9,62	45,93	17,47	6,72	6,69	5,10	0,31	2,69	22,57	7,03	9,38	38,97
2 a 5	33,66	8,88	5,36	3,45	1,23	1,48	37,11	10,11	6,84	54,07	27,24	9,01	7,73	11,03	2,44	3,57	38,27	11,45	11,30	61,03
Total %	54,13	17,51	12,95	9,93	1,97	3,51	64,06	19,48	16,46	100,00	44,72	15,73	14,42	16,13	2,75	6,26	60,84	18,48	20,68	100,00
Abs	878	284	210	161	32	57	1039	316	267	1622	1464	515	472	528	90	205	1992	605	677	3274
Migrantes de Retorno Não Origem																				
Até 1	19,34	12,62	3,16	6,17	1,78	2,19	25,51	14,40	5,35	45,27	19,24	8,97	6,60	4,09	1,29	4,02	23,33	10,27	10,62	44,22
2 a 5	26,61	8,37	10,29	5,21	0,55	3,70	31,82	8,92	13,99	54,73	24,91	10,27	9,76	8,26	0,65	1,94	33,17	10,91	11,70	55,78
Total %	45,95	20,99	13,44	11,39	2,33	5,90	57,34	23,32	19,34	100,00	44,15	19,24	16,37	12,35	1,94	5,96	56,50	21,18	22,33	100,00
Abs	335	153	98	83	17	43	418	170	141	729	615	268	228	172	27	83	787	295	311	1393

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA IV. 3.3

CHEFES DE FAMÍLIAS, EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO RD DO SERTÃO DO PAJEÚ-MOXOTÓ, 1970/91

Fluxo Migratório Tempo de Residência	FAIXAS ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO																				
	1970-80									1981-91											
	Homens			Mulheres			Total			Homens			Mulheres			Total					
	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	Total	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	15-34	35-44	45 e +	Total	
Emigrantes Naturais																					
Até 1	18,04	2,61	4,06	1,66	0,98	1,87	19,70	3,59	5,93	29,21	10,52	4,87	3,11	3,40	0,47	0,78	13,92	5,34	3,89	23,15	
2 a 5	51,08	4,12	4,50	7,05	1,81	2,22	58,13	5,93	6,73	70,79	57,39	5,99	5,47	5,42	0,75	1,84	62,80	6,74	7,31	76,85	
Total	%	69,13	6,73	8,56	8,71	2,79	4,09	77,84	9,51	12,65	100,00	67,91	10,86	8,58	8,81	1,22	2,62	76,72	12,08	11,20	100,00
	Abs	2333	227	289	294	94	138	2627	321	427	3375	2620	419	331	340	47	101	2960	466	432	3858
Migrantes de Retorno Total																					
Até 1	30,35	6,33	7,64	5,03	0,74	1,68	35,38	7,08	9,31	51,77	22,90	5,52	6,47	7,81	1,51	1,34	30,70	7,03	7,81	45,54	
2 a 5	28,49	6,33	6,15	5,21	0,74	1,30	33,71	7,08	7,45	48,23	28,24	11,77	5,09	5,52	1,47	2,37	33,76	13,24	7,46	54,46	
Total	%	58,85	12,66	13,78	10,24	1,49	2,98	69,09	14,15	16,76	100,00	51,14	17,29	11,56	13,32	2,98	3,71	64,47	20,27	15,27	100,00
	Abs	316	68	74	55	8	16	371	76	90	537	1186	401	268	309	69	86	1495	470	354	2319
Migrantes de Retorno Origem																					
Até 1	30,75	5,37	4,18	5,07	0,00	0,00	35,82	5,37	4,18	45,37	28,07	7,10	4,58	7,58	0,61	0,00	35,66	7,72	4,58	47,95	
2 a 5	32,84	6,87	8,66	3,88	1,19	1,19	36,72	8,06	9,85	54,63	29,51	8,67	4,23	6,63	1,64	1,37	36,13	10,31	5,60	52,05	
Total	%	63,58	12,24	12,84	8,96	1,19	1,19	72,54	13,43	14,03	100,00	57,58	15,78	8,81	14,21	2,25	1,37	71,79	18,03	10,18	100,00
	Abs	213	41	43	30	4	4	243	45	47	335	843	231	129	208	33	20	1051	264	149	1464
Migrantes de Retorno Não Origem																					
Até 1	29,70	7,92	13,37	4,95	1,98	4,46	34,65	9,90	17,82	62,38	14,04	2,81	9,71	8,19	3,04	3,63	22,22	5,85	13,33	41,40	
2 a 5	21,29	5,45	1,98	7,43	0,00	1,49	28,71	5,45	3,47	37,62	26,08	17,08	6,55	3,63	1,17	4,09	29,71	18,25	10,64	58,60	
Total	%	50,99	13,37	15,35	12,38	1,98	5,94	63,37	15,35	21,29	100,00	40,12	19,88	16,26	11,81	4,21	7,72	51,93	24,09	23,98	100,00
	Abs	103	27	31	25	4	12	128	31	43	202	343	170	139	101	36	66	444	206	205	855

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA V. 1

EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO
MR / RD METROPOLITANA.1970 / 91

FLUXO MIGRATORIO	FAIXAS ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO																Total	Total	
	Origem - Destino	0 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 e +			
Emigrantes Naturais		1970 - 80																	
Homens	6,87	4,76	4,21	7,95	11,48	5,80	2,92	1,43	0,98	0,58	0,42	0,28	0,23	0,09	0,06	48,09	24843		
Mulheres	6,42	5,13	4,82	10,45	10,95	5,92	2,91	1,75	0,99	0,93	0,64	0,43	0,21	0,15	0,22	51,91	26819		
Total	13,30	9,89	9,03	18,40	22,43	11,72	5,83	3,18	1,97	1,52	1,06	0,71	0,44	0,24	0,28	100,00	51862		
Emigrantes Naturais		1981 - 91																	
Homens	6,80	4,21	4,23	9,71	10,18	5,46	3,25	2,06	1,02	0,71	0,53	0,35	0,14	0,19	0,16	48,99	20941		
Mulheres	6,46	4,64	4,46	10,08	9,83	5,80	3,72	2,07	1,02	0,91	0,53	0,68	0,28	0,18	0,36	51,01	21802		
Total	13,26	8,85	8,69	19,79	20,00	11,26	6,96	4,12	2,04	1,62	1,06	1,03	0,42	0,37	0,52	100,00	42743		
Migrantes de Retorno Total		1970 - 80																	
Homens	4,90	5,48	3,12	3,46	9,36	9,33	5,72	3,49	2,16	1,23	0,62	0,59	0,26	0,44	0,12	50,30	4588		
Mulheres	5,19	6,25	3,80	4,74	8,75	8,00	4,80	2,61	1,63	1,10	1,22	0,45	0,34	0,37	0,45	49,70	4533		
Total	10,09	11,73	6,93	8,20	18,11	17,33	10,53	6,10	3,79	2,32	1,84	1,04	0,60	0,81	0,57	100,00	9121		
Migrantes de Retorno Total		1981 - 91																	
Homens	2,09	4,68	4,75	4,15	6,88	7,26	8,01	4,99	2,43	1,30	0,84	0,94	0,25	0,04	0,08	48,68	5365		
Mulheres	4,11	4,28	3,58	5,64	6,24	9,14	7,19	4,42	2,48	1,19	0,68	0,64	0,99	0,48	0,28	51,32	5655		
Total	6,20	8,97	8,32	9,78	13,12	16,40	15,20	9,41	4,91	2,48	1,52	1,58	1,23	0,52	0,36	100,00	11020		
Migrantes de Retorno Origem		1970 - 80																	
Homens	5,52	7,32	3,28	4,89	9,78	8,72	4,60	3,16	1,67	0,77	0,33	0,08	0,08	0,08	0,00	50,29	2406		
Mulheres	6,35	8,80	4,41	5,29	8,99	7,42	4,39	1,61	0,88	0,52	0,59	0,25	0,00	0,15	0,06	49,71	2378		
Total	11,87	16,12	7,69	10,18	18,77	16,14	8,99	4,77	2,55	1,30	0,92	0,33	0,08	0,23	0,06	100,00	4784		
Migrantes de Retorno Origem		1981 - 91																	
Homens	3,05	6,95	6,01	4,99	6,06	6,72	6,40	2,99	2,09	1,13	0,51	0,19	0,00	0,00	0,00	47,09	2501		
Mulheres	5,46	6,03	4,44	7,00	7,87	8,74	5,89	2,71	2,52	0,88	0,47	0,21	0,68	0,00	0,00	52,91	2810		
Total	8,51	12,97	10,45	11,99	13,93	15,46	12,30	5,71	4,61	2,01	0,98	0,40	0,68	0,00	0,00	100,00	5311		
Migrantes de Retorno Não Origem		1970 - 80																	
Homens	4,22	3,46	2,95	1,89	8,90	10,01	6,96	3,85	2,70	1,73	0,95	1,15	0,46	0,83	0,25	50,31	2182		
Mulheres	3,90	3,44	3,14	4,13	8,49	8,65	5,26	3,71	2,47	1,73	1,91	0,67	0,71	0,62	0,88	49,69	2155		
Total	8,12	6,89	6,09	6,02	17,39	18,65	12,22	7,56	5,16	3,46	2,86	1,82	1,18	1,45	1,13	100,00	4337		
Migrantes de Retorno Não Origem		1981 - 91																	
Homens	1,19	2,57	3,57	3,36	7,64	7,76	9,51	6,85	2,75	1,45	1,16	1,65	0,47	0,07	0,16	50,17	2864		
Mulheres	2,86	2,66	2,77	4,36	4,73	9,51	8,39	6,01	2,43	1,45	0,88	1,03	1,28	0,93	0,54	49,83	2845		
Total	4,05	5,24	6,34	7,72	12,37	17,27	17,90	12,86	5,18	2,91	2,03	2,68	1,75	1,00	0,70	100,00	5709		

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA V. 2

EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, DOS MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO RD AGRESTE CENTRAL. 1970 / 91

FLUXO MIGRATORIO Origem - Destino	FAIXAS ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO															Total	Total	
	0 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 e +			
Emigrantes Naturais																	1970 - 80	
Homens	5,52	4,02	3,58	12,66	11,77	4,89	2,68	1,63	1,12	0,87	0,74	0,35	0,22	0,12	0,07	50,25	19370	
Mulheres	5,09	4,05	5,16	11,93	10,51	4,70	2,20	1,68	1,17	1,01	0,76	0,78	0,38	0,22	0,12	49,75	19179	
Total	10,61	8,07	8,74	24,59	22,28	9,59	4,87	3,31	2,29	1,88	1,50	1,13	0,60	0,35	0,19	100,00	38549	
Emigrantes Naturais																	1981 - 91	
Homens	4,94	3,66	4,31	13,39	10,12	5,42	1,97	1,85	1,11	1,27	0,62	0,33	0,56	0,23	0,36	50,16	12922	
Mulheres	4,81	3,31	5,25	11,69	10,39	4,45	2,71	1,62	1,31	1,31	0,62	0,83	0,51	0,22	0,64	48,84	12842	
Total	9,75	6,96	9,56	25,08	20,51	9,87	4,67	3,47	2,43	2,57	1,43	1,16	1,09	0,45	0,99	100,00	25764	
Migrantes de Retorno Total																	1970 - 80	
Homens	4,49	5,06	3,59	3,83	9,22	8,43	6,90	4,02	3,14	1,73	1,18	1,18	0,55	0,29	0,23	53,86	3512	
Mulheres	3,91	5,57	4,23	4,97	7,27	6,30	4,98	2,15	1,95	1,58	1,43	0,48	0,69	0,31	0,34	46,14	3009	
Total	8,40	10,63	7,82	8,80	16,49	14,74	11,88	6,16	5,09	3,31	2,61	1,66	1,24	0,60	0,57	100,00	6521	
Migrantes de Retorno Total																	1981 - 91	
Homens	2,59	4,10	2,71	3,89	9,44	7,81	7,20	4,51	3,13	2,22	1,10	1,19	0,75	0,58	0,87	52,09	6066	
Mulheres	3,49	3,75	3,07	4,89	7,62	8,44	5,62	2,94	2,55	0,98	0,96	1,30	1,23	0,45	0,62	47,91	5580	
Total	6,09	7,85	5,79	8,78	17,06	16,25	12,82	7,44	5,68	3,19	2,06	2,49	1,97	1,03	1,49	100,00	11646	
Migrantes de Retorno Origem																	1970 - 80	
Homens	4,01	5,34	4,30	4,44	10,48	9,64	6,56	4,01	2,88	1,94	1,28	0,90	0,65	0,25	0,16	56,85	2523	
Mulheres	3,49	5,39	4,30	5,16	7,01	5,88	4,75	1,58	1,80	1,51	1,04	0,34	0,56	0,09	0,25	43,15	1915	
Total	7,50	10,73	8,61	9,60	17,49	15,53	11,31	5,59	4,69	3,45	2,32	1,24	1,22	0,34	0,41	100,00	4438	
Migrantes de Retorno Origem																	1981 - 91	
Homens	2,77	4,66	2,83	4,54	10,37	7,70	6,48	4,58	2,57	1,61	1,26	1,16	0,56	0,72	0,76	52,55	4479	
Mulheres	3,93	4,33	3,66	5,07	7,60	7,91	4,83	2,67	2,16	0,59	1,20	1,15	1,18	0,53	0,45	47,45	4045	
Total	6,70	8,99	6,49	9,61	18,17	15,60	11,31	7,25	4,73	2,19	2,45	2,31	1,75	1,24	1,21	100,00	8524	
Migrantes de Retorno Não Origem																	1970 - 80	
Homens	5,52	4,46	2,06	2,54	6,53	5,86	7,63	4,03	3,70	1,30	0,96	1,78	0,34	0,38	0,38	47,48	989	
Mulheres	4,80	5,95	4,08	4,56	7,83	7,20	5,47	3,36	2,26	1,73	2,26	0,77	0,96	0,77	0,53	52,52	1094	
Total	10,32	10,42	6,14	7,11	14,35	13,06	13,11	7,39	5,95	3,02	3,22	2,54	1,30	1,15	0,91	100,00	2083	
Migrantes de Retorno Não Origem																	1981 - 91	
Homens	2,11	2,56	2,40	2,11	6,89	8,10	9,19	4,32	4,68	3,88	0,67	1,28	1,25	0,22	1,15	50,83	1587	
Mulheres	2,31	2,18	1,47	4,42	7,14	9,90	7,75	3,65	3,62	2,05	0,32	1,70	1,35	0,22	1,09	49,17	1535	
Total	4,42	4,74	3,88	6,53	14,03	18,00	16,94	7,98	8,30	5,93	0,99	2,98	2,59	0,45	2,24	100,00	3122	

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991

TABELA V. 3

EMIGRANTES NATURAIS DE PERNAMBUCO, MIGRANTES DE RETORNO TOTAIS, PARA A ORIGEM E NÃO-ORIGEM DO FLUXO PE-SP-PE, COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF ATUAL, POR FAIXA ETÁRIA NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO RD SERTÃO PAJEÚ-MOXOTÓ. 1970/91

FLUXO MIGRATÓRIO		FAIXAS ETÁRIAS NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO																	Total	Total
Origem - Destino	0 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 e +	Total	Total			
Emigrantes Naturais		1970 - 80																		
Homens	5,01	4,05	3,71	12,23	12,21	5,22	2,85	1,14	0,71	0,58	0,75	0,30	0,25	0,13	0,10	49,25	7737			
Mulheres	5,78	2,92	4,50	12,25	11,37	5,47	2,71	0,99	1,19	1,29	0,76	0,61	0,43	0,25	0,24	50,75	7974			
Total	10,79	6,97	8,21	24,48	23,58	10,69	5,56	2,13	1,90	1,86	1,51	0,91	0,68	0,39	0,33	100,00	15711			
Emigrantes Naturais		1981 - 91																		
Homens	6,66	3,83	3,87	12,81	11,95	4,49	2,56	1,77	1,25	0,53	0,81	0,31	0,43	0,34	0,27	51,89	9072			
Mulheres	5,55	5,32	4,18	11,25	9,74	4,84	2,19	1,19	1,49	0,92	0,47	0,36	0,10	0,23	0,27	48,11	8410			
Total	12,21	9,15	8,05	24,06	21,69	9,34	4,75	2,96	2,74	1,45	1,29	0,67	0,53	0,57	0,55	100,00	17482			
Migrantes de Retorno Total		1970 - 80																		
Homens	8,24	3,08	3,27	2,70	10,75	8,74	6,04	3,21	1,76	1,57	1,57	0,69	0,50	0,88	0,25	53,27	847			
Mulheres	3,58	5,09	6,16	4,21	7,99	7,99	4,34	2,26	1,26	1,38	0,50	1,13	0,38	0,19	0,25	46,73	743			
Total	11,82	8,18	9,43	6,92	18,74	16,73	10,38	5,47	3,02	2,96	2,08	1,82	0,88	1,07	0,50	100,00	1590			
Migrantes de Retorno Total		1981 - 91																		
Homens	4,81	3,88	2,44	3,14	11,48	10,13	6,94	3,54	3,38	1,28	1,49	0,37	0,93	0,59	0,16	54,57	3404			
Mulheres	3,67	4,42	3,22	5,74	8,32	7,89	4,15	3,30	0,88	1,28	0,50	0,71	0,56	0,37	0,42	45,43	2834			
Total	8,48	8,30	5,66	8,88	19,80	18,02	11,09	6,85	4,26	2,56	1,99	1,07	1,49	0,96	0,58	100,00	6238			
Migrantes de Retorno Origem		1970 - 80																		
Homens	9,14	3,51	3,69	2,77	12,56	10,16	5,17	2,86	1,94	1,02	1,57	0,55	0,74	1,29	0,00	56,97	617			
Mulheres	3,88	5,26	6,46	4,52	6,65	6,65	4,06	2,22	0,65	0,74	0,37	0,92	0,28	0,00	0,37	43,03	466			
Total	13,02	8,77	10,16	7,29	19,21	16,81	9,23	5,08	2,59	1,75	1,94	1,48	1,02	1,29	0,37	100,00	1083			
Migrantes de Retorno Origem		1981 - 91																		
Homens	6,30	4,44	3,24	3,09	12,23	11,27	6,21	3,35	2,34	1,07	1,42	0,24	0,66	0,00	0,09	55,95	2557			
Mulheres	4,77	5,49	3,85	5,82	7,51	7,24	3,06	2,74	0,61	1,25	0,37	0,50	0,44	0,31	0,09	44,05	2013			
Total	11,07	9,93	7,09	8,91	19,74	18,51	9,28	6,08	2,95	2,32	1,79	0,74	1,09	0,31	0,18	100,00	4570			
Migrantes de Retorno Não Origem		1970 - 80																		
Homens	6,31	2,17	2,37	2,56	6,90	5,72	7,89	3,94	1,38	2,76	1,58	0,99	0,00	0,00	0,79	45,36	230			
Mulheres	2,96	4,73	5,52	3,55	10,85	10,85	4,93	2,37	2,58	2,76	0,79	1,58	0,59	0,59	0,00	54,64	277			
Total	9,27	6,90	7,89	6,11	17,75	16,57	12,82	6,31	3,94	5,52	2,37	2,56	0,59	0,59	0,79	100,00	507			
Migrantes de Retorno Não Origem		1981 - 91																		
Homens	0,72	2,34	0,24	3,30	9,41	7,01	8,93	4,08	6,24	1,86	1,68	0,72	1,68	2,22	0,36	50,78	847			
Mulheres	0,66	1,50	1,50	5,52	10,55	9,65	7,13	4,86	1,62	1,38	0,84	1,26	0,90	0,54	1,32	49,22	821			
Total	1,38	3,84	1,74	8,81	19,96	16,67	16,07	8,93	7,85	3,24	2,52	1,98	2,58	2,76	1,68	100,00	1668			

FONTE: FIBGE. Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991